

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

RAFAELA VENDRUSCOLO

**INSTITUIÇÕES E CRÍTICAS NA FUMICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL:
MUDANÇAS E REAFIRMAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Porto Alegre

2017

RAFAELA VENDRUSCOLO

**INSTITUIÇÕES E CRÍTICAS NA FUMICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL:
MUDANÇAS E REAFIRMAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Coorientador: Prof. Dr. José Carlos dos Anjos

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Vendruscolo, Rafaela
Instituições e críticas na fumicultura do Rio
Grande do Sul: mudanças e reafirmações institucionais
/ Rafaela Vendruscolo. -- 2017.
331 f.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil.
Coorientador: José Carlos dos Anjos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Fumicultura. 2. Instituições. 3. Críticas. 4.
Mudança institucional. I. Waquil, Paulo Dabdab,
orient. II. Anjos, José Carlos dos, coorient. III.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAFAELA VENDRUSCOLO

**INSTITUIÇÕES E CRÍTICAS NA FUMICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL:
MUDANÇAS E REAFIRMAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos – Coorientador
UFRGS

Profa. Dra. Virginia Elisabeta Etges
UNISC

Profa. Dra. Flaminia Ventura
UNIPG - Itália

Prof. Dr. Paulo Niederle
UFRGS

Ao meu pai, Vicente, à minha mãe (Marli), a minha tia (Leda) e ao meu tio (Vili). Vocês inspiraram toda minha trajetória acadêmica e me deram o suporte para meu crescimento.

Ao meu companheiro (Luiz André) que participou ativamente das reflexões em torno dessa problemática. A todos os agricultores familiares que vivem a arte de sobreviver e construir suas vidas em meio a tantas opiniões sobre como devem conduzir suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho que perdura por quatro anos não seria possível sem a ajuda e o apoio de todas as pessoas que convivem mais diretamente. A realização de um doutorado é um processo de amadurecimento de um ser de forma integral. A tese, portanto, é apenas um dos resultados dessa trajetória. Assim, agradeço e reconheço as contribuições de todos que convivi durante esse período.

De forma mais específica, agradeço às forças que de alguma forma mobilizam nossos mundos de inspiração e dão força ao corpo. Agradeço imensamente a base de mim, meus pais, Vicente e Marli, e meus tios, Leda e Vili. Agricultores familiares que foram minha inspiração para minha trajetória acadêmica em direção ao desenvolvimento rural. Responsáveis por me transmitir os valores, os quadros de referência da vida, mas também por permitirem que meus mundos emergissem, me transformando a cada dia. Sou muito grata por toda a compreensão, todo o apoio e todo o amor.

Dentre tantas coisas que acontecem durante um doutorado, a formação de uma nova família também é possível. Agradeço ao meu novo companheiro, Luiz André, o suporte fundamental de aconchego e de amor, indispensáveis para o fluir da mente. Cada reflexão dessa tese possui uma parte de ti ao acompanhar e estimular os devaneios na tentativa de compreender esse universo. Agradeço também o companheirismo na realização de um grande sonho, o doutorado sanduíche.

Nessa trajetória conheci muitas pessoas que dê alguma forma contribuíram para meu amadurecimento. Assim, agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), pela acolhida e pelos ensinamentos. Agradeço ao Grupo de Pesquisa coordenado pelo professor Paulo Waquil e ao GEPAD (Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural), pelas oportunidades de reflexão.

Em especial, agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Paulo D. Waquil, pelo suporte, pela segurança e pelas conversas. Essa tese é fruto da possibilidade que me deste de arriscarmos em caminhos não tão conhecidos, da tua disponibilidade de adentrar no universo multidisciplinar. Agradeço também por sempre estar próximo, mesmo enfrentando dificuldades em sua vida. Assim como, agradeço ao meu coorientador prof. Dr. José Carlos dos Anjos, pelas bases epistemológicas as quais me vinculo. Sou grata pelas reflexões e pelos resultados que emergiram dessa oportunidade de trabalho conjunto.

Agradeço ao professor Waquil, também, a possibilidade de realizar o doutorado sanduíche. Assim como, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Sou muito grata ao prof. Dr. Jean François Tourrand por me receber no *Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement (CIRAD)* – França e na sua equipe, bem como em seus projetos. Foi uma das melhores experiências da minha vida e tenho certeza que contribuiu muito para a realização dessa tese. Da mesma forma, agradeço a acolhida da profa Dra. Flaminia Ventura e do prof. Dr. Pierluigi Milone na *Università Degli Studi di Perugia (UNIPG)* – Itália. Conhecer as experiências da França e da Itália em torno do desenvolvimento rural contribuiu muito para minha formação. Além disso, viver um pouco na Itália e me tornar cidadã italiana foi a realização de um sonho de infância, um retorno às origens dos meus antepassados. Nos oito meses de doutorado sanduíche tive a parceria de uma grande amiga e companheira de estudos, Alessandra, além do meu companheiro, Luiz André. Foram indispensáveis para superar as distâncias e concretizar os sonhos.

Não menos importante, agradeço imensamente a cada agricultor e agricultora que abriram as portas de suas casas e de seus mundos, dedicando horas dos seus dias para conversar e expor suas vidas e seus pensamentos. Sem vocês a tese não existiria. O trabalho de campo, a oportunidade de adentrar em cada propriedade e família agricultora, percorrer os rurais, é a melhor fase de uma pesquisa. Fui muito bem recebida em todos os espaços.

Agradeço, também, aos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que me receberam. Aos funcionários da EMATER-RS, dos escritórios municipais e do escritório da região central, agradeço a oportunidade de conhecer seus trabalhos e, principalmente, agradeço aos que me levaram até os agricultores, valorizando, assim, essa pesquisa. Agradeço a oportunidade de entrevista com o representante da AFUBRA e com os Orientadores Técnicos das empresas fumageiras, bem como, os atores que trabalham como intermediários e a pesquisadora entrevistada da universidade local.

Agradeço a todos os colegas da turma de doutorado e de mestrado de 2013, aos amigos que fiz durante o doutorado, e aos amigos que já tinha e que estiveram por perto nesses momentos. O doutorado é mais do que uma tese e viver é compartilhar com a família, com os amigos. Não citarei nomes, mas agradeço a cada um que sabe que está ou esteve por perto.

Agradeço, ainda, ao Instituto Federal Farroupilha, especialmente ao campus de São Vicente do Sul, no qual atuo como docente. Obrigada por me concederem o tempo para me dedicar ao doutorado. Retorno ao trabalho com muitas reflexões e aprendizados.

Por fim, agradeço a profa. Dra. Flaminia Ventura, a profa. Dr. Virgínia Etges, ao Prof. Dr. Jean François Tourrand e o prof. Dr. Paulo Niederle pela disponibilidade em participar da banca e realizar esse debate.

Obrigada a você que está lendo esta tese. Espero que contribua para desestabilizar as realidades e possibilitar a emergência de mais reflexões dos seus mundos.

Mas os homens não apenas padecem os efeitos da história, eles a fazem e nós queremos vê-los em ação
(BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

RESUMO

Este estudo versa sobre a situação problemática em torno da produção de tabaco com o intuito de compreender as mudanças no cenário da fumicultura a partir das críticas e das transformações no ambiente, sob o aporte das discussões institucionalistas. Diante disso, o objetivo desse estudo é analisar as críticas e as transformações em torno da produção do tabaco e as justificações, com vistas a compreender se essas promoveram mudanças ou reafirmações institucionais. Primeiramente buscou-se identificar os dispositivos das críticas locais e globais, bem como as transformações que geram o ambiente de incerteza ao qual está inserida a fumicultura atualmente. Para isso foram realizadas entrevistas com 28 famílias agricultoras produtoras de tabaco e com representantes de entidades envolvidas com o setor, que associadas à coleta de dados nos meios digitais, foram analisadas a partir da compreensão teórica e metodológica da Sociologia da Crítica e do Institucionalismo de Veblen. Ao estabelecer a correlação entre as críticas da rede antitabaco e dos agricultores fumicultores, observou-se que há descontinuidades nas gramáticas, as quais provocam o distanciamento de atores que poderiam atuar conjuntamente em contrariedade às ações das empresas fumageiras, visto que um dos principais atores que a rede antitabaco busca proteger com esse movimento é o agricultor familiar. Nesse contexto de incertezas em que os agricultores vêm-se compelidos a refletir sobre suas ações, foi possível identificar as respostas às críticas e, assim, compreender quais são as instituições que vêm sustentando a fumicultura no Rio Grande do Sul, como segundo objetivo específico. Como um dos principais resultados desta análise, observou-se que as instituições não são acionadas separadamente, sendo interligadas em forma do que chamamos de uma rede institucional, pois quando uma das interpretações é questionada, as outras são acionadas como fundamento para dizer que são esses argumentos que justificam a produção de tabaco para essas famílias. Diante desse cenário, o terceiro objetivo buscou analisar se esses movimentos promoveram mudanças ou reafirmação das instituições que vêm sustentando a cadeia produtiva do tabaco. Analisando as respostas da rede em defesa do tabaco centralizada na ABIFUMO, foram identificadas mudanças nas ações das empresas fumageiras, principalmente de forma semântica, a partir de operações midiáticas e alianças com órgãos governamentais e organismos internacionais, de forma a requalificar o SIPT e, assim, reafirmando as instituições que sustentam a fumicultura. Nesse contexto, os agricultores familiares produtores de tabaco reagem de forma heterogênea às críticas e aos estímulos do ambiente. Corroborando com as reafirmações das empresas, um grupo de produtores vem transformando a produção de acordo com as exigências de qualificação das

empresas fumageiras. Por outro lado, identificou-se outros produtores que rumam no sentido da não mudança, mantendo a produção de tabaco mesmo com o descontentamento em relação a ela. Por fim, algumas famílias modificaram suas interpretações e condutas sobre o tabaco, categorizadas em três grupos que apresentam trajetórias diferentes de conduta. Diante do que se apresenta como uma mudança na conduta das empresas fumageiras como forma de manutenção da cadeia produtiva do tabaco, no sentido de diminuir o número de produtores em busca dos mais qualificados para as novas exigências, muitos produtores de tabaco vêm sendo excluídos dessa cadeia produtiva, necessitando encontrar novas maneiras de sobreviver no meio rural. É nesse ponto que se torna frutífero para os processos de desenvolvimento rural, que a academia e as instâncias governamentais compreendam a realidade a partir de como os atores a interpretam, mudando as suas estratégias heterogêneas e desconexas que vêm promovendo o distanciamento e a descrença do agricultor com relação ao governo, mas aproximando as gramáticas e, assim, compreendendo as reais necessidades dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Fumicultura. Instituições. Críticas. Mudança institucional.

ABSTRACT

This study deals about the problematic situation around tobacco production in order to understand the changes in the scenario of tobacco farming from the critiques and changes in the environment, under the contribution of institutionalist discussions. Therefore, the objective of this study is to analyze the critiques and transformations around tobacco production and the justifications, in order to understand if these promoted institutional changes or reaffirmations. Firstly, we sought to identify the mechanisms of local and global critique, as well as the transformations that generate the uncertainty environment to which tobacco farming is currently inserted. For this purpose, interviews were conducted with 28 tobacco-producing families and representatives of entities involved with the sector, which were associated with the collection of data in digital media and were analyzed from the theoretical and methodological understanding of the Sociology of Critique and Institutionalism of Veblen. When establishing the correlation between the critiques of the anti-tobacco network and the tobacco farmers, it was observed that there are discontinuities in the grammars, which cause the distancing of actors who could act together in opposition to the actions of the tobacco companies, since one of the main actors that the anti-tobacco network seeks to protect with this movement is the family farmer. In this context of uncertainties in which farmers are compelled to reflect on their actions, it was possible to identify the answers to the critiques and, thus, to understand which are the institutions that have been supporting tobacco growing in Rio Grande do Sul, as a second specific objective. As one of the main results of this analysis, it was observed that institutions are not triggered separately, being interconnected in the form of what we call an institutional network, because when one of the interpretations is questioned, the others are triggered as a basis for saying that they are Arguments justifying the production of tobacco for these families. Given this scenario, the third objective sought to analyze whether these movements promoted changes or reaffirmation of the institutions that have been supporting the tobacco production chain. Analyzing the network's responses to tobacco control centralized at ABIFUMO, changes were identified in the actions of tobacco companies, mainly in a semantic way, from media operations and alliances with government agencies and international organizations, in order to requalify the SIPT and, thus, , Reaffirming the institutions that support tobacco farming. In this context, family farmers producing tobacco react heterogeneously to criticism and environmental stimuli. Corroborating with the reaffirmation of the companies, a group of producers has been transforming the production according to the qualification requirements of

the tobacco companies. On the other hand, other producers were identified who are moving towards non-change, maintaining tobacco production even with dissatisfaction with it. Finally, some families modified their interpretations and behaviors on the tobacco, categorized in three groups that present different trajectories of conduct. Faced with what is presented as a change in the behavior of tobacco companies as a way of maintaining the tobacco production chain, in order to reduce the number of producers in search of the most qualified for the new requirements, many tobacco producers have been excluded from this chain. Need to find new ways of surviving in rural areas. It is at this point that it becomes fruitful for the processes of rural development that the academy and government agencies understand the reality from how the actors interpret it, changing their heterogeneous and disconnected strategies that have been promoting distancing and disbelief of the farmer. With respect to government, but approaching grammars and thus understanding the real needs of family farmers.

Keywords: Fumiculture. Institutions. Critique. Institutional change.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração da localização dos municípios pesquisados no Rio Grande do Sul.	28
Figura 2 - Área plantada e quantidade produzida de tabaco em folha no mundo	57
Figura 3 - Gráfico de produção mundial de tabaco em folha entre 1961 e 2015, de acordo com os 04 maiores países produtores.	58
Figura 4 - Evolução do Consumo Mundial de Cigarros (em bilhões de unidades).....	59
Figura 5 - Destino da produção brasileira de tabaco, de acordo com dados de 2015.....	60
Figura 6 - Dados de exportação do tabaco da região sul do Brasil de 2006 a 2015.....	60
Figura 7 - Dados divulgados pelo SINDITABACO da produção de tabaco no sul do Brasil.	61
Figura 8 - Distribuição da diversificação das propriedades fumicultoras no sul do Brasil.	62
Figura 9 - Distribuição da Produção de Tabaco no Sul do Brasil.	63
Figura 10 - Esquema analítico da relação entre realidade/mundo, instituições/críticas.....	77
Figura 11 - Tipos de prova como ferramentas para a análise da realidade social segundo a Teoria Pragmática da Crítica de Luc Boltanski.....	79
Figura 12 - Conformação da rede antifumo e antitabagista.....	82
Figura 13 - Os atores que mobilizam seus respectivos objetos e seres que compõe suas gramáticas de desmoralização do consumo e da produção de tabaco.	86
Figura 14 - Representação dos objetos e seres que compõem as gramáticas de operação crítica na arena da fumicultura em nível global.	106
Figura 15 - Esquema demonstrativo das principais críticas em comparação a algumas grandezas reivindicadas pelos agricultores fumicultores e seus representantes (STR – FETAG e AFUBRA).....	138
Figura 16 - Esquema demonstrativo das principais críticas em comparação a algumas grandezas reivindicadas pela rede de desmoralização do tabaco.	138
Figura 17 - Cartografia dos Novos Institucionalismos de acordo com Villeval (1995).....	147
Figura 18 - Esquema demonstrativo da rede de instituições que sustentam a fumicultura. ...	181
Figura 19 - A rede estratégica em defesa do tabaco coordenada pela ABIFUMO.	188
Figura 20 - Cartilha de orientação das empresas fumageiras a partir do projeto Crescer Legal do SINDITABACO.	192
Figura 21 - Gráfico de transformações no sistema de cultivo do tabaco desde 2007.....	203
Figura 22 - Comparativo do uso de pesticidas na produção agrícola brasileira.....	205
Figura 23 - Gráfico de redução do uso de agrotóxicos na produção de tabaco ao longo dos anos 1991 a 2001.	206

Figura 24 - Folder informativo sobre a Doença da Folha Verde do Tabaco e orientações de segurança.	207
Figura 25 - Estratégia de conscientização para a utilização dos equipamentos de colheita. ...	208
Figura 26 - Máquina colheitadeira de tabaco Burley.	213
Figura 27 - Máquina de colher tabaco Virgínia sendo experimentada em Santa Catarina	214
Figura 28 - Marca do Programa Milho e Feijão Após a Colheita do Tabaco.....	222
Figura 29 - Relação de ações e reivindicações semânticas de qualificação do tabaco em resposta às críticas externas e internas e às transformações no ambiente.	229
Figura 30 - Esquema ilustrativo da reafirmação do Sistema Integrado de Produção de Tabaco em nível global.	234
Figura 31 - Quadro analítico sobre mudança institucional que orienta esta pesquisa.	247
Figura 32 - Esquema analítico da mudança institucional com base no rompimento da lógica tradicional e industrial da relação com o tabaco.....	260
Figura 33 - Esquema que demonstra o processo de mudança de interpretação de um grupo de agricultores que ainda se mantêm vinculados ao tabaco.	270
Figura 34 - Esquema que demonstra os mecanismos de mudança na trajetória das famílias fumicultoras em direção à diversificação com foco para a produção de soja.	275
Figura 35 - Esquema demonstrativo das três trajetórias das famílias fumicultoras que demonstram as suas mudanças de interpretação e conduta.	277
Figura 36 - Análise das cinco diferentes trajetórias de interpretação e conduta dos agricultores familiares produtores de tabaco.....	296

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferença entre Substituição de Cultivos e Diversificação Sustentável de acordo com Schneider (2010).....	51
Quadro 2 - Empregos diretos e indiretos relacionados à fumicultura no Brasil na safra 2014/2015.	65
Quadro 3 - Divisão dos Novos Institucionalismos em Ciência Política, Economia e Sociologia de acordo com Théret (2003).....	145
Quadro 4 - Resumo do processo de mudança de cada família analisada.	257

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo de dados da evolução da fumicultura no Sul do Brasil em número de famílias produtoras, hectares plantados, quantidade produzida e valor da produção, de 1995 a 2015 e de 1990 a 2014.....	64
Tabela 2 - Tabela ilustrativa da classificação de qualidade e do tabaco e preço de compra negociado pelos representantes dos fumicultores com algumas das empresas fumageiras da safra 2014/2015.	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIFUMO	Associação Brasileira da Indústria do Fumo
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
ARISE	Programa Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAT	British American Tobacco
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIF	Complexo Agroindustrial Fumageiro
CAIs	Complexos Agroindustriais
CAMNPAL	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CNCT	Comissão Nacional para o Controle do Tabaco
CONICQ	Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
COOPERCEDRO	Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria RS
COP	Conferência das Partes
CQCT	Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DFVT	Doença da Folha Verde do Tabaco
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAESC	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FARSUL	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICV	Índice de Condição de Vida

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDR	Índice de Desenvolvimento Rural
IMV	Índice de Meios de Vida
INCA	Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva
JTI	<i>Japan Tobacco International</i>
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPT	Ministério Público do Trabalho
NEI	Nova Economia Institucional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONUBR	Organização das Nações Unidas no Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDACT	Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SINDIFUMO	Sindicato da Indústria de Fumo
SINDITABACO	Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
SIPT	Sistema Integrado de Produção de Tabaco
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
1.1	A BUSCA PELO EMARANHADO	26
1.2	DESVENDANDO O EMARANHADO: BREVE PERCURSO DA ANÁLISE	30
2	A TRAJETÓRIA DA FUMICULTURA A PARTIR DA HETEROGENEIDADE DOS ESTUDOS: PROBLEMATIZAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NOS AMBIENTES LOCAL E GLOBAL	33
2.1	DA ORIGEM DO TABACO AOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO NO BRASIL .	34
2.2	A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO E O AVANÇO DA PRODUÇÃO DE TABACO PELO SUL DO BRASIL	36
2.3	CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO E AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	41
2.4	FUNDAMENTOS DA DIVERSIFICAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO.....	46
2.5	ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS DOS ÚLTIMOS 30 ANOS NO CENÁRIO DA FUMICULTURA NO SUL DO BRASIL	52
2.6	A PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO MUNDIAL.....	57
2.7	O CONTEXTO E A PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	65
3	OS MOMENTOS CRÍTICOS E AS PROVAS DE REALIDADE: DESESTABILIZANDO ROTINAS A PARTIR DA DESMORALIZAÇÃO DO TABACO	72
3.1	A “MORAL DA CRÍTICA”: FUNDAMENTOS PARA UMA ANÁLISE DOS MOMENTOS CRÍTICOS EM TORNO DAS QUESTÕES DA FUMICULTURA	73
3.2	ELUCIDANDO A REDE DE ATORES DE DESMORALIZAÇÃO DO TABACO	80
3.3	A LEGITIMIDADE E A GRANDEZA DA SAÚDE PÚBLICA NA DESMORALIZAÇÃO DO TABACO.....	87
3.4	A PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: VINCULANDO O TABACO À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	93
3.5	O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO POSTO À PROVA: CRÍTICAS ÀS RELAÇÕES DESIGUAIS DE INTEGRAÇÃO	97

3.6	O DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: MAS QUE DESENVOLVIMENTO? ...	101
4	AS CRÍTICAS PARTEM DO CAMPO E CHEGAM AO CAMPO: DENÚNCIAS E RESPOSTAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO.....	108
4.1	AS DISPUTAS HISTÓRICAS ENTRE AGRICULTORES FUMICULTORES E AS EMPRESAS FUMAGEIRAS: REIVINDICAÇÃO DE VALORIZAÇÃO MERCANTIL	110
4.2	“AQUI É TUDO NO BRAÇO”: DENÚNCIAS SOBRE O DESGASTE DO TRABALHO BRAÇAL NA AGRICULTURA CONTEMPORÂNEA	121
4.3	ENTRE A PENOSIDADE DO TRABALHO E OS MALEFÍCIOS DOS AGROTÓXICOS	126
4.4	A INSTABILIDADE SOBRE A CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO DO TABACO: CRÍTICAS ÀS AÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	131
4.5	AS CORRELAÇÕES CRÍTICAS NOS DIFERENTES ESPAÇOS DE DISPUTAS ...	137
5	POR QUE OS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUZEM TABACO? INSTITUIÇÕES QUE SUSTENTAM A FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL.....	141
5.1	A TRAJETÓRIA DA NOÇÃO DE INSTITUIÇÕES: BREVE PERCURSO.....	143
5.2	DANDO NOME AOS SERES SEM CORPO: O MARCO CONCEITUAL UTILIZADO	151
5.3	“NÓS SEMPRE PLANTAMOS FUMO”: O TABACO COMO INERENTE À VIDA DOS AGRICULTORES E O RESPEITO À LÓGICA TRADICIONAL	158
5.4	“NÃO TEM O QUE DÁ COMO O FUMO”: A LÓGICA INDUSTRIAL EM QUESTÃO	169
5.5	“GRAÇAS AO TABACO NÓS TEMOS O QUE TEMOS”: RECORRENDO A UMA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMO ELEMENTO DE JUSTIFICAÇÃO	174
5.6	A REDE INSTITUCIONAL QUE JUSTIFICA A PRODUÇÃO DE TABACO.....	180
6	ESTABILIZANDO OS MOMENTOS CRÍTICOS E REAFIRMANDO AS INSTITUIÇÕES QUE SUSTENTAM A FUMICULTURA.....	183

6.1	FRAGMENTOS DA REDE EM DEFESA DO TABACO: PONTOS DE APOIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO TABACO	185
6.2	A REQUALIFICAÇÃO DA FUMICULTURA: AÇÕES DA REDE EM DEFESA DO TABACO	189
6.2.1	“Proteja as crianças e os adolescentes”: ações de conscientização quanto ao trabalho infantil.....	191
6.2.2	Ações de redução do custo de produção e do impacto sobre o meio ambiente	200
6.2.3	“A sustentabilidade e segurança na cadeia produtiva do tabaco”: ações de redução do consumo de agrotóxico e de proteção à saúde do Trabalhador.....	204
6.2.4	Ações de Gestão da Propriedade, Mecanização da produção e certificação do tabaco brasileiro: complementos para a qualificação do tabaco interna e externamente	211
6.2.5	“A empresa incentiva a diversificação”: diferentes interpretações sobre a diversificação e o desenvolvimento	217
6.3	A POSIÇÃO AMBÍGUA DO GOVERNO BRASILEIRO E A REAFIRMAÇÃO DA REDE INSTITUCIONAL EM TORNO DO TABACO.....	226
7	MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA PRODUÇÃO DE TABACO: A HETEROGENEIDADE DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRE AS FAMÍLIAS FUMICULTORAS.....	236
7.1	O ARCABOUÇO CONCEITUAL DA NOÇÃO DE MUDANÇA INSTITUCIONAL	239
7.2	OS PROCESSOS DE MUDANÇA INSTITUCIONAL NAS TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO	248
7.2.1	“Agora nós podemos escolher”: a conversão da produção de tabaco e a busca por um novo modo de vida	249
7.2.2	Entre as novas possibilidades e o vínculo com o tabaco: condições para o rompimento.....	261
7.2.3	Do tabaco como atividade principal para o tabaco como renda extra: o avanço da produção de soja entre os fumicultores.....	270
7.3	“PLANTAR MENOS, CUIDAR MAIS, VENDER MENOS E FAZER O MESMO DINHEIRO”: MAIOR EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE NA PRODUÇÃO DE TABACO EM DIREÇÃO A REAFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DA CADEIA PRODUTIVA.....	278

7.4	A NÃO MUDANÇA: CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO DE TABACO ATÉ A SEGURANÇA DA PREVIDÊNCIA E O FIM DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS	289
7.5	OS RUMOS DA PRODUÇÃO DE TABACO DE ACORDO COM AS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS: HETEROGENEIDADES DAS INTERPRETAÇÕES E CONDUTAS ANALISADAS	295
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	300
	REFERÊNCIAS	309
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO.....	322
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA GERAL PARA AS ENTIDADES OU DE MAIS ATORES	326
	APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA AFUBRA	327
	APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA EMATER-RS.....	329
	APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ORIENTADORES TÉCNICOS DAS EMPRESAS FUMAGEIRAS.....	331

1 INTRODUÇÃO

O tabaco, enquanto uma planta nativa das Américas e consumida por povos nativos difundiu-se por todo o mundo, adquirindo contornos diversos ao longo da história da humanidade. Transformações no processo de produção e no consumo do tabaco marcam eventos acompanhados por momentos críticos e disputas em torno dos benefícios e malefícios da sua produção e de seu consumo. Afinal, o tabaco é bom ou ruim? A produção de tabaco gera desenvolvimento ou não? Questionamentos que resumem, de forma simplória, as disputas travadas ao longo dos anos. Apesar de essas dicotomias existirem desde o processo colonizador das Américas pela Europa, foi nos últimos 30 anos que a disputa entre os favoráveis e os contrários ao tabaco travou-se de forma intensa, constituindo, portanto, período preponderante para a análise desse estudo. Aliado a isso, transformações no mercado do tabaco, seja pelos aspectos concorrenciais do mercado internacional, seja pelas transformações no comportamento de consumo da população, acarretaram em necessidade de adaptação dos atores envolvidos com essa cadeia produtiva. Por conseguinte, é esse cenário de disputa que inspira a necessidade de compreender as mudanças ou reafirmações institucionais em torno da cadeia produtiva, tornando-se, portanto, o objetivo principal dessa tese.

O processo de produção do tabaco assume contornos diferenciados em todos os países produtores. No Brasil, apesar de inicialmente ser produzido essencialmente em estados do nordeste e processado pelos próprios agricultores ou em indústrias locais, a produção ganhou escala com o processo de colonização alemã e italiana no sul do Brasil. Nesse espaço também começam a instalar-se as indústrias de processamento dos fumos claros, constituindo fonte de renda para os colonos que aos poucos se instalavam nas novas terras. Desde então, diversas transformações ocorreram nas relações de trabalho, de comercialização, no processo produtivo, na vida e nas relações dos agricultores e das empresas fumageiras. Ao longo do século XX consolida-se um forte sistema agroindustrial, a partir de relações integradas de produção e comercialização. Apesar disso, a produção de tabaco continua sendo produzida essencialmente por agricultores familiares, atrelados à agroindústria fumageira nos três estados do sul do Brasil, onde se concentra a maior parte da produção de tabaco brasileiro.

Assim, compreende-se que a produção de tabaco no sul do Brasil consolidou-se sobre uma rede de atores engajados a partir de uma rede de compromissos convencionados, de interpretações e condutas compartilhadas, as quais são entendidas como instituições que sustentam a fumicultura no Brasil. Por isso, compreende-se, nesse estudo, que a fumicultura

enraíza-se a partir de uma rede institucional compartilhada pela rede de atores que reivindicam princípios valorativos, os quais qualificam os seres e as relações entre eles, na medida em que se operacionaliza o conceito de instituições como interpretações e justificações compartilhadas que dão sentido à conduta dos atores.

Contudo, como parte da vida social, diversos eventos ocorreram ao longo da história da fumicultura e da região estudada, colocando à prova as instituições vigentes. Assim, as classificações, as formas de julgamento, as qualificações já estabelecidas são questionadas conformando o que Boltanski e Thévenot (1991) chamam de “momentos críticos”. No cenário da fumicultura, principalmente nos últimos 30 anos, momentos críticos conformaram mobilizadores de disputas, os quais, apesar de terem especificidades em relação ao tabaco, fazem parte de eventos mais amplos em torno da saúde humana e do meio ambiente, das relações trabalhistas, do desenvolvimento e da agricultura familiar.

Cabe destacar que os momentos críticos envolvem aspectos globais e locais tendo em vista às relações globalizantes contemporâneas em que o local e o global se interconectam e afetam-se. Mesmo na agricultura familiar, em regiões que ainda são excluídas de alguns recursos que os permitem participar de forma mais ativa nessas relações, as ações em nível mundial ou mesmo as ações nacionais chegam e afetam a realidade dos agricultores familiares produtores de tabaco. Da mesma forma, suas interpretações e condutas interligam-se e afetam às ações e interpretações nacionais e globais.

Nos espaços de disputa configurados nos momentos críticos, a rede de atores se desestabiliza, assim como a de instituições. Dessa forma, na medida em que as disputas ocorrem, por meio de críticas, denúncias e seus aportes de justificação, outros atores respondem às críticas, fortalecendo ou aprimorando os argumentos. Nesse momento em que as instituições são colocadas à prova, os atores em disputa justificam suas posições a ponto de remodelar ou criar novos engajamentos. Disso resultam processos de mudança ou reafirmação institucional. A mudança, portanto, ocorre a partir dos novos engajamentos e novos quadros valorativos comuns que justificam esses engajamentos, quando a crítica possui força necessária para esse movimento. Em detrimento disso, as repostas às críticas podem remodelar aspectos cotidianos fortalecendo os engajamentos já existentes como forma de reafirmá-los. Dessa forma, compreende-se a mudança institucional como um processo de afirmação de novos quadros valorativos, novas interpretações e condutas que, ao serem compartilhadas, fundamentam o estabelecimento de novos acordos entre os atores, os quais surgem a partir da desestabilização das instituições nos momentos críticos, ou ainda por transformações no ambiente, como as tecnológicas ou comerciais.

Esse quadro analítico fornecido pela Teoria das Justificações de Boltanski e Thévenot (1991; 2011) possibilitou-nos um olhar sobre as relações na fumicultura de forma diferenciada. Boltanski (2011) chama a atenção para a necessidade das análises em ciências sociais voltarem-se para o efeito desempenhado na vida social pelas críticas e justificações. Ou seja, ele questiona-se porque criticar e justificar se ao fim das análises são as forças inconscientes que as manobram, na concepção da sociologia crítica (BOLTANSKI, 2011). Assim, a teoria proposta por Boltanski propõe levar a sério a crítica, não como produto da sociologia que pode iluminar os indivíduos, mas como cotidiano das pessoas, as quais fazem exigências normativas a si mesmas, explanam críticas e as justificam.

Muitos estudos sobre a fumicultura trazem a concepção crítica na medida em que produzem denúncias sobre as relações, os malefícios da produção e do consumo do tabaco, buscando tornar consciente a relação de dominação ou exploração a qual os agricultores estão sujeitos, bem como, produzem soluções normativas para processos de mudança compreendidos como necessários (SCHNEIDER, 2010; FREITAS, 2015 etc.). Por outro lado, muito se questiona sobre as razões, os motivos, seja em uma perspectiva metodológica estruturalista ou individualista, pelos quais os agricultores familiares permanecem atrelados à produção de tabaco (ETGES, 1991; REDIN, 2011; RUDNICKI, 2012 etc.).

O questionamento de que apesar de muitas denúncias em relação às empresas fumageiras e à produção de tabaco, os agricultores ainda mantêm-se atrelados a essa produção, ou ainda, como mostrou Scheibler (2006), aliaram-se às empresas na defesa do tabaco, foi o que mobilizou a investigação desse universo. Isso porque, as respostas de dominação dos agricultores pelas empresas, bem como, das escolhas e motivações individuais não exprimiam todas as possibilidades de compreensão e análise dessa complexa rede de relações em torno do tabaco. Assim, Boltanski (2014) traz a possibilidade de análise para esse cenário que envolve dar valor às críticas dos atores para então compreender os processos e até mesmo às mudanças, como outra função para as ciências sociais, além da construção da crítica ou de novas instituições.

Com isso, ao olhar o cenário das relações em torno do tabaco, compreende-se que existe uma rede de atores que se movimentam entre alianças ao longo dos anos, os quais compartilham interpretações e condutas que permitem esses engajamentos. Acordos esses que são desestabilizados por movimentos críticos que, nos espaços de disputas, podem resultar em novos acordos, demonstrando um processo de mudança institucional ou reafirmando as instituições vigentes. Diante dessa compreensão, questiona-se: Qual a rede de instituições que sustenta a arena da fumicultura do Rio Grande do Sul? Quais as críticas, denúncias de

injustiça e transformações no ambiente que desestabilizam estas instituições? Estes movimentos provocaram mudanças ou reafirmações institucionais?

Parte-se do entendimento de que a fumicultura no Brasil sustenta-se sobre uma rede de instituições formada a partir de um processo de interação entre agricultores familiares, empresas fumageiras, políticas públicas e o tabaco, dentre outros seres, em diferentes períodos históricos, promovendo o aumento da produção. Dessa forma, interpretações e dispositivos de qualificação justificam as relações estabelecidas em torno da produção de tabaco e que conformam a realidade da fumicultura no Brasil, as quais se tornam visíveis na medida em que os atores são questionados, principalmente quando acionam-se dispositivos críticos. Diante disso, torna-se fundamental identificar quais são as instituições que vem sustentando a fumicultura, conformadas a partir de um processo evolucionário de interação entre os diferentes seres.

Nesse cenário, críticas foram mobilizadas ao longo dos anos, seja no espaço microinstitucional, denunciadas pelos agricultores fumicultores, quanto no espaço macroinstitucional que envolvem denúncias internacionais. As críticas, observadas até a presente análise, são recorrentes na relação entre fumicultores e empresas fumageiras, pois os agricultores denunciam as negociações injustas e sentem-se impotentes no momento da comercialização do produto. Por outro lado, os anos 2000 culminaram com críticas internacionais, protagonizadas pela Organização Mundial da Saúde em relação aos malefícios do consumo e produção do tabaco, institucionalizando acordos e interpretações acerca do tabaco, do desenvolvimento rural e de alternativas à produção no meio rural reunidos na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e nas políticas públicas criadas pelo governo brasileiro desde então. Portanto, objetiva-se analisar a situação problemática em torno do tabaco, identificando os elementos que emergem dos mundos dos atores que refletem sobre a realidade e, assim, constroem as críticas.

Esse cenário, atualmente, conforma-se a partir de uma arena de disputas institucionais na qual as críticas desestabilizam as instituições e exigem que os atores qualifiquem suas ações e justifiquem as suas interpretações e condutas, recorrendo a dispositivos morais. Essas novas interpretações, formuladas a partir das instâncias de crítica, desencadearam uma arena de disputas entre as diferentes instituições, conformando processos de mudanças, principalmente na forma como alguns segmentos do governo nacional (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde) conduzem e manifestam suas interpretações com relação a atividades de desenvolvimento entre a agricultura familiar fumicultora. Entretanto, estas mudanças não envolvem necessariamente a mudança institucional em todos

os níveis, sendo barradas ou fortalecidas pelas interpretações dos agricultores, seus representantes, empresas fumageiras, organizações não governamentais e agentes públicos locais. São esses atores que nos interessam para a compreensão dos processos de mudança, buscando identificar se houveram mudanças institucionais entre os produtores de tabaco e destes com os demais seres envolvidos. Além disso, quais os mecanismos que promovem estas mudanças e quais as justificações usadas e que dão sentido tanto para a mudança quanto para a reafirmação institucional.

Assim, a perspectiva adotada nesse estudo permite compreender tanto o modo como os diferentes atores governamentais e ONGs, nos diferentes níveis, interpretam a produção de tabaco e o desenvolvimento rural, quanto os diferentes grupos de agricultores familiares que trabalham ou trabalharam com a produção de tabaco, as empresas fumageiras e as diferentes representações dos agricultores familiares. Além disso, permite compreender os processos de transformação a partir da emergência de novos comportamentos, novas instituições, novas justificações, novas formas de conduzir, interpretar e justificar a produção de tabaco e o desenvolvimento rural.

1.1 A BUSCA PELO EMARANHADO

Identificar as instituições que vem sustentando a fumicultura, os momentos críticos, as justificações e os processos de mudança constituiu uma tarefa complexa desde a busca pelos atores. Para tanto, cabe detalhar o processo de pesquisa demonstrando que, também nesse processo, há uma sucessão de acontecimentos na medida em que se colocam momentos críticos, e novos acordos e engajamentos entre o empírico e o teórico são elaborados, constituindo a dinamicidade que é a vida social.

A construção da problemática de pesquisa, como exposto rapidamente, partiu das indagações advindas dos nossos mundos e elaboradas a partir de reflexões com as pesquisas que demonstravam os aspectos culturais ou econômicos dos engajamentos dos agricultores com o Sistema de Produção Integrada de Tabaco ou do seu aspecto estruturante das ações dos agricultores submetidos a esse sistema. Como é comum no processo da ciência, os estudos anteriores fundamentaram novos questionamentos na medida em que os casos empíricos transformam-se e novas possibilidades de olhares e compreensões surgem. Nesse caso, o olhar sobre as instituições e as críticas tornou-se um aporte ideal para a análise de um cenário em torno do tabaco, refém de uma dicotomia disputada: Afinal, o tabaco é bom ou ruim?

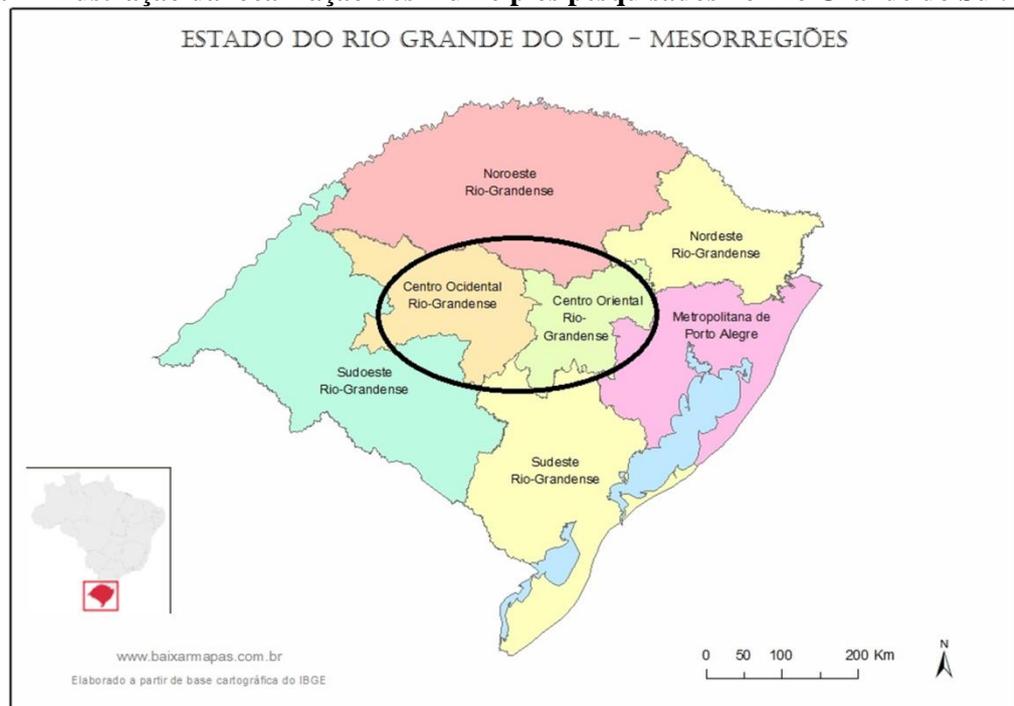
A disputa dicotômica ganhou amplitude principalmente com o crescimento do consumo e da produção de tabaco na segunda metade do século XX, acompanhando o cenário de expansão industrial e transformações nos processos produtivos, nas relações, nas dinâmicas políticas, nos quadros valorativos comuns. Assim, os momentos críticos puderam ser percebidos, mais intensamente, nos últimos 30 anos, tanto nas audiências públicas, nas ações dos diferentes atores de forma presencial, quando nos espaços midiáticos.

Levando em consideração que os eventos de maior conflito na rede que envolve o tabaco não foram concomitantes à pesquisa de campo, ou seja, não houve, nesse período, audiências públicas em torno da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, mas algumas reuniões protagonizadas pela AFUBRA, nos municípios, em torno do Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, os atores foram seguidos a partir dos documentos online. Os sites dos atores e demais notícias online, bem como pesquisas que subsidiam as críticas são amplamente divulgadas na internet e assim, seguir os atores revelou-se um fato inovador em meu percurso na medida em que isso se deu de forma online. Seguir os atores consistiu em desvendar as narrativas e justificações presentes nos textos divulgados por atores chaves, ou seja, atores que foram os primeiros a serem pesquisados, constituindo o início da rede. Foi o caso da Organização Mundial da Saúde (OMS), protagonista da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e da AFUBRA, representantes dos agricultores fumicultores no Brasil. A partir deles e de estudos sobre a temática, pude identificar a teia de atores que conforma, não apenas a produção de tabaco no Brasil e sua relação no âmbito internacional, mas a relação entre atores que mobilizaram os momentos críticos ao qual o tabaco está envolvido nos últimos 30 anos.

Diante de esse desvendar da rede na rede, ou seja, da rede de atores que se mostravam pela rede online, buscou-se os atores, que se avaliou necessário ouvir no confronto de uma entrevista sobre o assunto. Assim, a AFUBRA, representante dos agricultores familiares, a Emater - RS, responsável por execução de chamadas públicas de diversificação nas áreas de tabaco, pesquisadores de universidades locais, representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e orientadores técnicos das empresas fumageiras, transportadores e intermediários foram seguidos a partir de técnicas que me permitiram não apenas os expor aos elementos críticos com vistas a identificar suas práticas e suas justificações, mas acompanhar suas trajetórias, um pouco dos seus cotidianos a partir das suas realidades (compostas por suas interpretações). Nessa busca, alguns atores, mesmo que sentindo a necessidade de confrontá-los, não puderam ser acessados, como foi o caso do SINDITABACO (Sindicato das Indústrias Fumageiras) e representantes das empresas, os quais não aceitaram realizar entrevistas.

Assim, foram seguidos de forma apenas virtual, a partir dos argumentos, das justificações e das práticas expressas nos ambientes digitais e na mídia, enquanto um espaço público de mobilização de justificações. Por fim, mas não menos importante, tornou-se necessário seguir os agricultores produtores de tabaco, os quais não são encontrados de forma frequente na rede online, pois seus argumentos são representados por associações, sindicatos, etc.. Apesar disso, observou-se uma rede de produtores de tabaco no Brasil envolvidos em redes sociais como Facebook e Whatsapp em que estes expõem suas denúncias, suas desmotivações, motivações, seu cotidiano, suas expectativas, dentre outras trocas que são realizadas por pessoas que, na grande maioria, não se conhecem pessoalmente¹. Apesar de acompanhar essa rede online, optei por seguir agricultores familiares fumicultores em suas propriedades. Conhecer suas realidades, seus mundos, os argumentos que surgiriam a partir do confronto da entrevista ou da convivência possível. Assim, busquei os agricultores a partir de indicações da Emater-RS, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, principalmente, de agricultores que ia entrevistando, buscando a diversidade possível de mundos e realidades. Nessa busca, fui a três municípios da região central do Rio Grande do Sul, Jaguari, Dona Francisca e Paraíso do Sul.

Figura 1 - Ilustração da localização dos municípios pesquisados no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE.

¹ Destaca-se que, apesar de acompanhar esses grupos, não houve de forma explícita a utilização de narrativas nessa tese, mas os resultados aqui encontrados são condizentes com os que poderiam ser encontrados nesses grupos.

Em termos de entrevistas, foram realizadas com 28 famílias agricultoras que têm ou tiveram vinculação com a produção de tabaco, as quais, muitas vezes, foram realizadas com mais de um integrante das famílias, contemplando o diálogo familiar, bem como foram realizadas entrevistas com uma pesquisadora de uma universidade local que possui amplo conhecimento e envolvimento com estudos relacionados à cadeia produtiva do tabaco. Além disso, foram entrevistados um representante da AFUBRA, um representante da EMATER-RS do escritório da região central, representantes da EMATER-RS dos três municípios pesquisados, num total de 05 técnicos, presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de dois municípios pesquisados, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores de um dos municípios pesquisados, bem como um intermediário e ex-fumicultor e uma família de ex-fumicultores que atuam como transportadores de uma das empresas fumageiras em um dos municípios pesquisados. Todos abordados no processo de seguir os atores, seja nas manifestações na internet, seja por indicações dos atores que iam sendo entrevistados.

A entrada a campo não foi tão difícil na medida em que a rede conformava-se pelas indicações, algum agricultor vizinho me indicava ou me acompanhava, algumas vezes era acompanhada pela Emater-RS. Além disso, alguns lugares ficavam próximos ao que já era por mim conhecido, a lugares em que eu já havia passado e pessoas que já havia conhecido em outras situações. Isso, porque, a problemática de pesquisa, apesar de conformar temática diferente de minha trajetória de pesquisa até então realizada, foi criada a partir de indagações que surgiram ao longo dessa trajetória, recorrendo, portanto, aos mesmos lugares pelos quais passei em outras pesquisas. Assim, o campo abriu-se de forma constante, permitindo a recorrência aos mais variados espaços, mundos e realidades desses agricultores ávidos por expor suas denúncias e seus argumentos, esperando que mais pessoas os escutem, ouçam suas histórias de vida permeadas pela relação com o tabaco².

Além disso, conhecendo um pouco a produção e a comercialização de tabaco, os termos, as técnicas, as históricas não se tornaram tão difíceis de compreender, visto que, apesar do constante exercício do afastamento necessário para a análise, ouço e falo de um espaço relativamente conhecido por minha própria trajetória de vida. Assim, por vezes algum conhecimento tornou-se necessário na hora da entrevista, ao passo que, em outros momentos, a total ignorância sobre o processo produtivo e a comercialização era necessária e por mim exposta no intuito de acessar os mundos e as realidades dos agricultores e demais atores. Essas atitudes e esses momentos dependiam da recepção, da abertura, do desprendimento em

² Aspecto por eles levantado durante a pesquisa.

falar dos entrevistados. Contudo, apesar de conhecer em certa medida o trabalho com a produção de tabaco e alguns dos locais pesquisados, não se atuou, em nenhum momento, de forma militante, contrária ou favorável a produção de tabaco, o que permitiu assumir um papel de ouvinte dos entrevistados, confrontando-os com questionamentos sobre suas trajetórias, o ambiente, as políticas públicas, as críticas, os seus sentimentos e suas expectativas, sem posicionamentos. Atitude orientada pela proposta teórica e metodológica assumida de antemão, a qual perpassa todo estudo.

Foi, dessa forma, que se desenrolou a busca pelos dados, seguindo os atores, suas interpretações e condutas, suas críticas e justificações a partir das manifestações escritas e orais na rede online, bem como as manifestações orais em espaços de reuniões ou nas entrevistas em família ou individuais. Esses dados, acompanhados do olhar teórico e metodológico resultaram no processo de desvendar a complexidade intrínseca à vida social, apresentada aqui em uma pequena dimensão.

1.2

1.3 1.2 DESVENDANDO O EMARANHADO: BREVE PERCURSO DA ANÁLISE

Das entrevistas e levantamento de dados primários e secundários a uma tese. Um percurso longo em que a complexidade encontrada na vida social deve ser traduzida na forma e linguagem acadêmica institucionalizada no universo científico. Um processo de diálogo constante entre a realidade e o mundo do pesquisador. Assim, uma tentativa de seguir as instituições e, ao mesmo tempo, desvendar o processo criativo dos mundos para se tornar uma tese.

Assim ocorreu o processo de tradução e criação de uma tese, como sempre nas ciências, ainda inacabada. Primeiramente, portanto, buscou-se identificar a rede de atores que conformaram os momentos críticos que colocaram à prova as instituições vigentes no universo da fumicultura, compreendendo, principalmente os últimos 30 anos de história. A partir dos dispositivos críticos, tornou-se visível as interpretações e condutas dos agricultores e seus representantes que passam a justificar as suas ações, nesses espaços de disputa. Traduzir as interpretações e condutas dos agricultores na forma de instituições, de forma didática e acadêmica, o que na vida social e, portanto, no campo empírico aparece de forma tão emaranhada e complexa, apresentou-se como a principal dificuldade. Apoderando-se da metáfora de Geertz em seu livro “A interpretação da cultura”, para nós as instituições conformam-se como emaranhados, as quais os indivíduos teceram e estão amarrados. Tentou-se, portanto, traduzir esse emaranhado de interpretações e condutas, de críticas e justificações,

de provas e acordos, buscando construir um modelo teórico e metodológico que pudesse analisar as mudanças e reafirmações institucionais e compreender a complexidade em torno da fumicultura.

No processo de elaboração dessa tese, primeiramente, apresentou-se a trajetória da fumicultura, demonstrando a evolução, não de forma adjetiva, da fumicultura, principalmente no Brasil. Nessa trajetória serão apontados os eventos importantes para a nossa análise, tendo em vista que os eventos são pontos de referência para processos de mudança ou reafirmação institucionais. Os eventos são compreendidos, nessa tese, como acontecimentos desencadeados por momentos críticos ou transformações no ambiente que podem mobilizar processos de mudança, os quais são também definidos como erupções do mundo na realidade. Nesse capítulo, esses acontecimentos serão apenas descritos como marcos de referências para as análises que seguem. Portanto, descreveremos, brevemente, a origem do tabaco até o processo de colonização brasileiro e sua expansão para os demais continentes, a formação do Complexo Agroindustrial Fumageiro e o Sistema de Produção Integrado, até a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e as mudanças nas políticas públicas brasileiras. Todos os eventos descritos são referenciados por interpretações analíticas de pesquisas já realizadas sobre diferentes enfoques nas relações em torno da produção de tabaco, principalmente no sul do Brasil. Os eventos e os estudos já realizados fundamentam a problematização apresentada ao final do capítulo, acompanhado de uma breve descrição metodológica.

No segundo capítulo são apresentados os atores que conformam a rede de desmoralização do tabaco, bem como os dispositivos críticos utilizados no sentido de desqualificar o Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Para tal, são descritas as referências teóricas que sustentam a análise da crítica enquanto parte da vida social. Assim, as críticas e denúncias serão analisadas no segundo capítulo a partir da compreensão das gramáticas ao serem postas a prova desestabilizam-se por reflexões que emergem dos mundos, bem como, os elementos que são acionados pelas suas grandezas em detrimento da produção de tabaco.

O terceiro capítulo também é destinado à análise das críticas, desta vez, oriunda da rede que foi chamada de interna ao Sistema de Produção de Tabaco. Nessa, são analisadas as denúncias mobilizadas, principalmente, pelos agricultores familiares fumicultores, as quais emergem dos seus mundos cada vez que o SIPT é colocado à prova, principalmente, nos momentos de colheita e comercialização do tabaco. Descreve-se assim, os elementos que sustentam as críticas, bem como, ao final, são apresentadas as correlações entre as críticas dos

agricultores e as críticas da rede antitabaco, demonstrando as discontinuidades dos significados dos elementos acionados.

Esses ambientes de disputas geram instabilidades à realidade, que é conformada pelas instituições que a sustentam. Ao serem questionados, os agricultores respondem justificando os seus vínculos com a produção de tabaco e, assim, demonstram as suas interpretações que mantêm as suas relações com o tabaco. Essas instituições são apresentadas no quarto capítulo, buscando responder o questionamento de por que os agricultores continuam a produção de tabaco, mesmo diante de toda a situação problemática apresentada.

No quinto capítulo demonstra-se como as empresas fumageiras, a partir de uma rede coordenada pela ABIFUMO, transformaram as ameaças das críticas em oportunidades de requalificação do tabaco e do SIPT. São apresentadas as estratégias de resgate das interpretações que valoram o tabaco pelas suas grandezas, promovendo algumas transformações no setor, com vistas a responder às críticas e reafirmar as instituições que vêm sustentando a produção de tabaco. Retomando o que se considerou como uma posição ambígua das instâncias governamentais brasileiras, destaca-se como essa posição foi propícia para a ação das empresas fumageiras no sentido da reafirmação institucional.

Por fim, essa reafirmação é salientada pela trajetória de um dos grupos de agricultores analisados, a qual é apresentada no capítulo 06 (item 07). Nesse, também são analisados os processos de mudança institucional a partir da categorização das trajetórias de vida das famílias agricultoras entrevistadas. Com isso, demonstra-se que há processos de reafirmação e de mudança das instituições que sustentam a fumicultura, visto que foram identificadas trajetórias de famílias que vão ao encontro das estratégias das empresas fumageiras, ao mesmo tempo em que há famílias que buscam abandonar a produção de tabaco, tendo mudado a forma como interpretam os seus vínculos com esse actante. Assim, retoma-se a tese nas considerações finais.

Na tentativa de responder as indagações transformadas em problematizações aqui apresentadas em relação à cadeia produtiva do tabaco, a tese busca contribuir para compreensão das relações que se estabelecem em torno dessa cadeia a qual tem sido permeada por muitos eventos que mobilizam uma situação problemática. Por outro lado, busca-se contribuir por meio da formação de quadros analíticos com fundamentações empíricas que possam dar sustentação aos avanços teóricos e metodológicos das análises sobre mudanças dentro das ciências sociais.

2 A TRAJETÓRIA DA FUMICULTURA A PARTIR DA HETEROGENEIDADE DOS ESTUDOS: PROBLEMATIZAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NOS AMBIENTES LOCAL E GLOBAL

De uma planta medicinal à sua conotação maléfica à saúde humana, passando por representações de status e riqueza, o tabaco conquistou diversos povos, sendo consumido e produzido em diversos países. O tabaco tornou-se, portanto, uma mercadoria rentável no comércio internacional e fonte de renda de milhares de agricultores pelo mundo. No Brasil, tanto o consumo quanto a produção de tabaco foi amplamente difundida. Novas relações de produção e comercialização foram criadas ao longo da história, as quais atualmente são criticadas por instâncias internacionais e nacionais.

Assim, a produção de tabaco remete a um processo histórico de relações sociais, culturais, políticas, econômicas e com a natureza, o qual se refere a uma trajetória dinâmica de transformações fruto das interações no ambiente local e no ambiente global, bem como entre eles. Portanto, as transformações ocorridas em torno da produção de tabaco no Brasil são afetadas (ao mesmo tempo em que afetam) pelas transformações econômicas, sociais, culturais e produtivas ocorridas nos demais países. Dentre essas, destacam-se as transformações no ambiente comercial e, portanto, concorrencial, nas dinâmicas produtivas, as quais envolvem movimento das empresas fumageiras, das dinâmicas climáticas, bem como nos processos de crítica e de respostas às críticas que possibilitam transformações no consumo e na produção, envolvendo acordos internacionais e transformações nas legislações e políticas públicas nacionais.

Diante disso, nesse capítulo será apresentada a trajetória da produção de tabaco no Brasil e de forma resumida, alguns aspectos mundiais, a partir da trajetória heterogênea dos estudos acadêmicos que envolvem a produção de tabaco, com ênfase para o Rio Grande do Sul. Com isso, o objetivo desse capítulo é situar o leitor nas principais problemáticas apresentadas pela academia, as quais envolvem narrativas científicas por vezes contrárias ou favoráveis a fumicultura, bem como nos principais eventos nos quais emergem críticas, disputas e afirmações. Essas e as transformações no ambiente local e global são compreendidas como parte da construção de críticas e instituições que, em disputa, nos instigam a problematização que será apresentada ao final do capítulo.

2.1 DA ORIGEM DO TABACO AOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO NO BRASIL

Pertencente ao solo americano, muitas tribos indígenas utilizavam e produziam o tabaco, dentre outros produtos nativos como milho e feijão, o qual era destinado à inalação da fumaça com a ajuda dos cachimbos, ou a partir de cigarros feitos com as folhas enroladas cilíndricamente para o próprio consumo. De rituais indígenas para uso medicinal na Europa, o tabaco tornou-se um dos principais produtos de exportação brasileiros. Com a colonização portuguesa, constituiu um importante produto usado como moeda de troca na aquisição de escravos advindos do continente africano, sendo muito cultivado na região litorânea brasileira (principalmente na Bahia). Além disso, parte da produção era destinada à Europa, comercializado através de Portugal e uma pequena parte destinada ao comércio interno (VOGT, 1997). Introduzido na Europa com a colonização portuguesa e espanhola, o tabaco tornou-se um vício generalizado a partir do século XVII, necessitando aumentar a produção no continente americano. Assim, a produção fumageira ganhou escala e importância na economia brasileira, configurando o segundo produto mais importante, seguindo a produção de açúcar (VOGT, 1997).

Ao final do período colonial português, com a diminuição do comércio escravocrata, a produção de tabaco teve uma pequena diminuição, sendo impulsionada, após a independência de Portugal (FURTADO, 1976), com a abertura do comércio europeu e a chegada dos colonos alemães, italianos e poloneses que encontraram no tabaco uma fonte de renda. Dessa forma, a produção de tabaco expandiu-se para Minas Gerais, São Paulo, Goiás e, principalmente no Rio Grande do Sul. Neste estado, no segundo período colonial, o tabaco constituiu uma das principais fontes de renda dos colonos alemães que chegaram ao Brasil na primeira metade do século XIX. Os colonos produziam de forma diversificada, mas o fumo apresentava o diferencial de constituir uma moeda de troca na obtenção de outros produtos não produzidos nas colônias (COSTA, 2010). Os dados apresentados por Costa (2010), de 1861 a 1881, da colônia de Santa Cruz mostram o tabaco como o principal produto destinado à exportação, o qual era escoado para o porto de Porto Alegre, com o intermédio das casas comerciais que começavam a surgir na sede da colônia.

O cultivo do tabaco foi primeiramente adotado pelos colonos alemães que chegaram à colônia de São Leopoldo, expandindo-se para as demais colônias criadas ao longo do processo de colonização alemã. Contudo, o maior crescimento da produção ocorreu na colônia de Santa Cruz, a qual encontrou no tabaco a possibilidade de competir com as

colônias mais próximas do porto. O produto passou a ser cultivado em pequenas áreas, com utilização de mão de obra intensiva e de recursos locais. Os dados da região demonstram que o tabaco tem importância histórica desde a criação da colônia, sendo um dos produtos mais rentáveis e o de maior produção entre os colonos alemães. Segundo Vogt (1997), o tabaco não foi adotado por todas as colônias alemãs, mas a colônia Santa Cruz foi aos poucos se especializando, principalmente porque não conseguiria competir com as demais colônias como São Leopoldo e Novo Hamburgo, com a produção dos mesmos produtos, já que estas possuíam melhor acesso ao escoamento. Dessa forma, um produto seco e de melhores condições de armazenagem como o tabaco reduziria os riscos de perdas no transporte. Assim, a especialização melhorou a qualidade do tabaco na colônia, aliado a qualidade no processamento dos comerciantes e na assistência dada aos colonos sobre quais variedades deveriam cultivar e como deveriam colher (VOGT, 1997).

Com isso, nas primeiras décadas do século XX ocorreu uma concentração espacial da produção do fumo no Brasil, sendo a Bahia e o Rio Grande do Sul os responsáveis por mais da metade do fumo produzido. Segundo dados apresentados por Etges (1991), nos primeiros cinco anos da década de 1920, esses dois estados representavam 55,27% da produção, aumentando para 79,93% no segundo quinquênio (ETGES, 1991, p. 40). Contudo, enquanto o estado da Bahia mantinha a produção de fumos escuros, principalmente para a fabricação de charutos, o estado do Rio Grande do Sul especializava-se na produção de fumos claros com inovações na forma de secagem, as quais substituíram a secagem em galpões pelas estufas, favorecendo a melhoria da qualidade para a produção de cigarros.

No Rio Grande do Sul, a produção de tabaco intensificou-se no Vale do Rio Pardo a partir de 1918, com o surgimento do primeiro polo industrial fumageiro. Nesse ano, a *Brasilian Tobacco Corporation* instalou-se em Santa Cruz do Sul (empreendimento patrocinado pela *British American Tobacco* (BAT), associado à Souza Cruz Tabacos, criada em 1903 no Rio de Janeiro), através da qual foram introduzidos os fumos curados em fornos (estufas), instalando-se na região com maior tradição no cultivo do tabaco em folha (LIMA, 2007; FERNANDEZ; MIGUEL; WAGNER, 2008). Com a crise de exportação provocada pela Primeira Guerra Mundial, seis estabelecimentos de preparação de fumo para a exportação deram origem a Companhia de Fumos Santa Cruz do Sul em 1918 (ETGES, 1991). Além dessas, outras indústrias instalaram-se em Santa Cruz do Sul na primeira metade do século XX, a Tabacos Tatsch em 1932 (fundada por teuto-brasileiros de Santa Cruz do Sul) e a Companhia de Cigarros Sinimbu em 1948 (ETGES, 1991).

A criação e instalação de fábrica de cigarros dinamizaram as interações locais, promovendo mudanças nas relações de produção, principalmente com a criação do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), o qual seria intensificado a partir da década de 60. O SIPT, somado a outras dinâmicas que serão apresentadas a seguir, levou à consolidação de um Complexo Agroindustrial Fumageiro (CAIF), com significativo aumento da produção de tabaco para a exportação e da produção de cigarros, principalmente com as fusões empresariais e a instalação de novas empresas na região fumageira de Santa Cruz do Sul.

2.2 A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO E O AVANÇO DA PRODUÇÃO DE TABACO PELO SUL DO BRASIL

A segunda Guerra Mundial e as dificuldades de exportação para os países em guerra, como a Alemanha, acarretaram na diminuição da produção de tabaco ao final dos anos 1940. Por outro lado, o processo de modernização da agricultura, iniciado no Brasil na década de 1960, intensificou-se e consolidou-se com a criação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), nos anos 1970. A mecanização, os novos insumos e, principalmente a relação com os fornecedores e compradores, impulsionaram o aumento da área cultivada do tabaco, bem como o aumento da produtividade. A produção em maior escala e a consolidação do Complexo Agroindustrial Fumageiro centralizou em Santa Cruz do Sul a comercialização e o beneficiamento com a instalação do primeiro polo de beneficiamento de tabaco. Esse, nos anos 1990, foi alvo de grandes fusões em prol dos ganhos de produção em escala para garantir a competição brasileira no mercado internacional (FERNANDEZ; MIGUEL; WAGNER, 2008). Mesmo com a consolidação do complexo agroindustrial, a produção manteve-se, principalmente, com agricultores familiares de diferentes etnias, expandindo-se pelo Rio Grande do Sul em pequenas áreas e com mão de obra intensiva, com o avanço da adoção de tecnologias e adoção de recursos externos à propriedade.

A centralização e a desnacionalização do capital, ocorrida após os anos 1970, trouxeram impactos para a agricultura familiar fumicultora, como analisado por Prieb (2005), a qual visualiza o tabaco como um produto dinamizador desses espaços.

Os impactos sobre a agricultura familiar articulada ocorreram no sentido de uma criação de alternativas pontuais de dinamismo, com destaque para a ocupação em uma atividade produtiva geradora de renda que, apesar dos problemas relativos a preços (níveis e classificação) permite uma estabilidade de demanda do produto, que é consumido mundialmente (PRIEB, 2005, p. 153).

Com o incremento tecnológico para a produção de tabaco, consolidou-se o Sistema Integrado de Produção de Tabaco criado em 1918, o qual constitui uma relação de produção que aproximou os agricultores da indústria. O Sistema Integrado de Produção de Tabaco foi criado com o intuito de melhorar a qualidade do produto, por meio de inovações de sementes e técnicas de secagem com vistas à produção de cigarros e, assim, dispunha de financiamentos e assistência técnica para os colonos, garantindo, posteriormente, a compra do tabaco em folha (SILVA, 2002). Por meio deste sistema, existente até hoje, os agricultores recebem da indústria as sementes e demais insumos necessários à produção, bem como instruções sobre como plantar, até a garantia da compra da safra. Esse sistema, também adotado na produção de aves e frangos, estabeleceu a cadeia produtiva do tabaco, trazendo o que muitos autores chamam de “segurança” para o agricultor (SILVA, 2002; PAULILO, 1990; RUDNICKI, 2012).

Essa relação com a indústria tornou-se característica do processo de industrialização da agricultura na segunda metade do século XX. Isso porque, com a crescente modernização da agricultura e a relação cada vez mais próxima da indústria com seu fornecedor de matéria-prima, o agricultor, os setores industriais passaram a adaptar sua estrutura ao produto da agricultura que necessitam. Com isso, as empresas beneficiadoras ou exportadoras de tabaco, na segunda metade do século XX, ampliaram suas estruturas para a pesquisa de variedades e manejos, tornando-se fornecedores dos insumos e tecnologias que o agricultor necessita para a produção do tabaco, monitorando a produção, garantindo a compra, e assim, estabelecendo um complexo agroindustrial completo (SILVA, 2002).

Uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco foi estudado por Paulilo (1990) no sul de Santa Catarina tanto com a produção fumageira quanto de suínos, sistema também estendido à produção de aves no Brasil. “São produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela” (PAULILO, 1990, p. 19). Por meio desse sistema, existente até hoje, salvo algumas transformações, os agricultores fazem um contrato de compra de insumos e demais tecnologias necessárias para a produção de tabaco, com o intermédio do Orientador Técnico. Esse realiza visitas periódicas nas propriedades integradas, acompanhando a produção, fazendo estimativas e prestando a assistência técnica necessária. Ao realizar este contrato a empresa garante a compra do produto ao final da safra, negociando os valores na hora da comercialização de acordo com a qualidade do produto.

Autores como Almeida (2005), bem como, ações do Ministério Público, compreendem que a relação entre a empresa fumageira e os agricultores produtores de tabaco são análogas ao trabalho assalariado, em virtude da falta de liberdade do fumicultor ao estabelecer os contratos. Ao compreender, por meio de um olhar antropológico, as relações de produção na fumicultura e na suinocultura, Paulilo (1990) adverte para a radicalização das perspectivas críticas que analisam o produtor integrado como um trabalhador assalariado da agroindústria, comprometendo a autonomia camponesa. Essa conotação do produtor integrado ignora a policultura encontrada pela autora no sul de Santa Catarina. A policultura constitui uma garantia ao produtor frente às adversidades, bem como é estimulada pela empresa integradora, já que com a especialização, o custo de vida da família pode ser mais elevado, exigindo melhores preços para o tabaco.

Entretanto, o que se visualiza nas falas dos agricultores e nos diversos estudos (RUDNICKI, 2012; SILVA, 2002; PAULILO 1990; REDIN, 2011) é que os preços apenas são negociados quando o tabaco chega à empresa, sendo definido pelo avaliador da própria empresa. Caso haja descontentamento, o agricultor pode levar o produto de volta para a propriedade desde que pague o custo do transporte. Críticas em relação ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco são proferidas tanto pelos agricultores, quanto pelas entidades representativas, bem como, demais pesquisas, as quais serão problematizadas e analisadas no capítulo 03, que denunciam este sistema como uma relação desigual de exploração dos agricultores pelas empresas.

Por outro lado, o êxito do SIPT, ao longo dos anos, intensificou-se com o processo de modernização e industrialização da agricultura, na medida em que este tipo de agricultura ficou mais dependente de insumos externos, bem como de um mercado agroindustrial, conforme Silva (2002). Os motivos para o êxito e a dimensão atual do SIPT, em termos comerciais, de acordo com Silva (2002), a partir de uma análise com base na Nova Economia Institucional, estão nas relações contratuais, criado a partir de uma reputação positiva internamente, em função da frequência nas transações, da redução das incertezas e do oportunismo, fatores que geram confiança do agricultor com a empresa. Por meio da análise dos custos de transação, o autor observou que o setor sedimentou-se sob uma estrutura de governança de todas as atividades por parte de um oligopólio industrial que submete os fumicultores às orientações tecnológicas específicas das empresas. Nessa estrutura, os agricultores têm a certeza da comercialização do seu produto e as empresas garantem a especificidade do ativo adquirido. Contudo, a assimetria das informações ainda permanece

entre agricultores e agroindústrias fumageiras, principalmente no momento de negociação do preço para a comercialização do produto (SILVA, 2002).

Os contratos formais, os quais formalizam o suporte à produção do tabaco por meio do fornecimento dos insumos, da assistência técnica e do acesso a financiamentos avalizados pelas empresas, são realizados de forma individual entre a empresa e o agricultor (SILVA, 2002). Uma forma de coordenação que, em muitos casos, é negociada pela AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), a qual é representante dos fumicultores nas negociações coletivas com as empresas fumageiras. Ao analisar os contratos formais, Silva (2002) observa que existem garantias para as fumageiras, mantendo os fumicultores sujeitos às suas determinações e em concordância com as regras. Este comportamento, segundo Silva (2002) está em conformidade com a AFUBRA, a qual gera confiança entre alguns agricultores e críticas entre outros que a julgam mais próxima aos interesses da indústria. A AFUBRA atua nas negociações do valor pago anualmente a cada classe, mensurada da melhor a pior qualidade, mas não nas negociações individuais de preço entre a empresa e o produtor.

Em sua análise, baseada na NEI, Silva (2002) revela que por parte dos agricultores, o oportunismo é baixo. “As ações dos agentes expressam um baixo incentivo ao oportunismo, por parte dos fumicultores, cujas atitudes desse tipo se limitam a vender a safra a outros compradores, que não as empresas contratadoras” (SILVA, 2002, p. 265). Por parte da indústria, o oportunismo não é evidente, mas o autor destaca a assimetria de informações que confere privilégios às empresas (SILVA, 2002). A assimetria de informação sobre o preço de venda e custos dos insumos a serem descontados do produtor acentuam a dependência do produtor em relação à indústria de acordo com Rudnicki e Guerin (2014).

De acordo com Rudnicki (2012), o contrato formal tem pouca relevância nas relações de confiança entre empresa e agricultor, pois este não é lido e, portanto não é conhecido pelos agricultores (81% dos entrevistados não leem o contrato). Conforme estudos realizados por Paulilo (1990), Rudnicki (2012), dentre outros, a assistência técnica oferecida pelas empresas é um dos elementos importantes do Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, 95% dos estabelecimentos agropecuários gaúchos produtores de tabaco foram atendidos pelo orientador técnico da empresa integradora, o que permite maior acompanhamento e maior controle da produção por parte das empresas (SCHNEIDER; LIBARDONI; RANDOLFO, 2013). A assistência técnica foi fundamental na integração agroindustrial do setor fumageiro, de acordo com Paulilo (1990), pois a modernização da produção ocorreu por meio da adoção do pacote tecnológico amplamente

difundido pelas empresas (PAULILO, 1990), as quais buscaram investir na qualidade do produto no Brasil, como forma de aumentar a competitividade no comércio internacional.

Contudo, a inserção do orientador técnico nas propriedades tem a função principal de vender os insumos necessários, garantindo o contrato com a empresa e o controle da comercialização ao final da safra. Rudnicki (2012) e Rudnicki e Guerin (2014), ao desenvolver uma perspectiva de análise crítica, consideram o SIPT um sistema em que ocorre dependência dos agricultores, a qual é legitimada pela indústria através de um universo simbólico construído a partir da relação de mediação de um técnico, chamado de instrutor agrícola, e auxiliada pelos meios de comunicação que acompanham todo o processo de plantio e comercialização. Para as autoras, a dependência revela-se a partir da necessidade de elevada demanda de recursos para a produção intensiva de fumo suprida pelas empresas, as quais também garantem a compra das folhas secas do fumo ao final da safra (RUDNICKI; GUERRIN, 2014).

Aprofundando as relações de confiança, a partir da perspectiva de análise com foco nos contratos formais e informais entre a empresa fumageira e o agricultor, Rudnicki (2012) destaca a importância dos laços de proximidade estabelecidos pela figura do orientador técnico da empresa fumageira. Assim, o Sistema Integrado de Produção das Empresas de Tabaco do Rio Grande do Sul é mantido a partir das relações de amizade e de confiança no imbricamento entre os contratos formais e informais, permeados por mecanismos de controle, que apresentam sanções (RUDNICKI, 2012).

Nesse sentido, Rudnicki, Waquil e Agne (2014) buscaram entender as relações de confiança entre o instrutor técnico agrícola e os produtores de tabaco nas regiões do Vale do Rio Pardo e zona sul do Rio Grande do Sul. A partir da escala Likert, encontraram similaridade no grau de confiança dos agricultores em relação ao orientador nos três municípios analisados (Dom Feliciano, Santa Cruz do Sul e Rio Pardo). Fundamentados na compreensão de que a confiança relaciona-se à crença nas empresas e nas relações construídas ao longo do tempo, confiar ou desconfiar atua como uma proteção com vistas a filtrar ameaças, ordenar os riscos e diminuir as incertezas. Assim, entre os produtores de tabaco, tanto para a escolha da empresa a qual eles serão integrados, quanto para solucionar problemas no cultivo, o orientador técnico tem forte influência, tendo o nível de confiança muito satisfatório. As relações de amizade e parentesco aparecem tanto na relação com o orientador, quanto na busca por vizinhos e parentes para a resolução de algum problema. Com isso, os autores consideram que a confiança é construída socialmente, envolvendo relações de poder tanto por meio de contratos formais quanto informais, as quais merecem maiores

estudos (RUDNICKI; WAQUIL; AGNE, 2014). Dentre os estudos que buscam explicar ou compreender as relações entre os agricultores e as empresas fumageiras, por outro lado, Andrade (2014) considera que a falta de opção é um dos componentes mais importantes por ele encontrados nas decisões dos agricultores familiares ao produzirem ou não o tabaco.

Dessa forma, foram apresentados, brevemente, alguns dos estudos realizados no Rio Grande do Sul, os quais se voltaram tanto para o êxito desse sistema, o que, para eles, justifica a permanência e o crescimento da produção de tabaco, quanto para críticas e análises que demonstram dependência do agricultor às empresas e a assimetria das informações. Críticas que também serão analisadas nos próximos capítulos, as quais vão além dos espaços acadêmicos, permeando organizações governamentais e não governamentais.

2.3 CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO E AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao analisar os processos de mudança no contexto contemporâneo é primordial compreendermos que as transformações nas relações globais afetam o local e vice versa. Os acontecimentos no local influenciam o global e da mesma forma o inverso se manifesta visto que a economia, o comércio, as políticas, as tecnologias e as inovações ocorrem em uma dinâmica de interação. Com relação à produção, comercialização e ao consumo do tabaco, rapidamente, os espaços e tempos se influenciam originando transformações e readequações nos processos e nas pessoas envolvidas. Cabe, assim, destacar rapidamente as principais transformações ocorridas nos últimos 30 anos, tanto no cenário nacional quanto internacional, as quais embasaram a construção da problemática e das análises.

Desde a década de 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) vem realizando estudos sobre a relação do consumo do cigarro com repercussões na saúde humana, bem como no meio ambiente³. Inúmeros debates foram realizados ao longo dos anos, os quais culminaram com a organização e criação de um acordo internacional para o controle do tabaco. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em reunião realizada em 1999 com a participação de 190 países membros, propôs a implementação de um tratado internacional de saúde pública no sentido de diminuir a expansão da produção e o consumo do tabaco no mundo. Denominado de *Framework Convention on Tobacco Control* (Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco - CQCT) (CQCT, 2003), o acordo tem como principal objetivo a

³ Separa-se, aqui, os humanos e não humanos para dar ênfase às preocupações com as questões da saúde humana e as questões ambientais.

implementação de medidas de controle do tabaco, a fim de reduzir tanto o consumo como a exposição à fumaça do tabaco para os não consumidores. Esse documento foi construído durante quatro anos até ser apresentado e adotado na 56ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2003. Então, cada país membro deveria assinar e ratificar sua adesão à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco a fim de criar ações de controle e diminuição do consumo de cigarros de tabaco.

Dentre os seus 38 artigos que regem sobre a produção, o beneficiamento, a comercialização e o consumo do tabaco, a quarta parte refere-se a medidas de redução da oferta de tabaco, das quais se destacam o Artigo 17 e 18. O Artigo 17 propõe a implementação de medidas que viabilizem a adoção de alternativas de produção economicamente viáveis para os agentes envolvidos na produção e comercialização do tabaco. O artigo 18 busca responsabilizar os Estados signatários para o cumprimento das obrigações relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas, nas atividades de cultivo do tabaco e na fabricação de produtos a base deste (CQCT, 2003).

No Brasil, após muitos debates em audiências públicas e negociações entre os contrários e os favoráveis à implementação da Convenção-Quadro, o documento foi sancionado pelo Presidente da República em novembro de 2005 (BRASIL, 2005) e enviado para a Organização Mundial da Saúde. A coordenação nacional das ações previstas pela Convenção-Quadro foi da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ) presidida pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2003). Assim, após a adesão do Brasil nas propostas da Convenção-Quadro, o governo assumiu o compromisso de incentivar e apoiar estratégias produtivas e de geração de renda às famílias agricultoras, as quais pretendem iniciar o processo de transição da produção do tabaco para alternativas sustentáveis e economicamente viáveis.

Nesse cenário, surgiram, no Brasil, políticas públicas de incentivo ou desincentivo da produção do tabaco, com destaque para o papel do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) (BRASIL, 1996a) e do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT) (BRASIL, 2016). Criado em 1996, o PRONAF ampliou o acesso dos agricultores a financiamentos de suas lavouras, chegando a pessoas que antes não tinham acesso a recursos para investimento. Em princípio, a agricultura familiar fumicultora tinha acesso aos recursos do PRONAF especificamente para a produção de tabaco, beneficiando tanto os agricultores quanto às empresas fumageiras. Em 1996, 32% do total do crédito para custeio foram para a cultura do tabaco, enquanto que 14%

destinaram-se para a cultura do milho e 8% para a soja no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Contudo, a Resolução nº 2833 de 08 de janeiro de 2001 do Banco Central do Brasil vedou a concessão de crédito do PRONAF para a produção de tabaco tanto em regime de parceria quanto de integração com as empresas fumageiras (BRASIL, 2001). Assim, em 2002, frente a todas as discussões já promovidas e protagonizadas pelo Brasil na OMS, o governo suspendeu o financiamento (PRONAF) para a lavoura de tabaco e, a partir de então, os agricultores familiares fumicultores atuam apenas com financiamentos avalizados pelas empresas integradoras para a produção de tabaco⁴. Com isso, para o financiamento das lavouras de tabaco, as empresas fumageiras aumentaram o acesso aos recursos junto ao BNDES, nos quais as empresas avalizam os financiamentos para os agricultores familiares (OPNCT, 2017).

Outra ação, mais focada nos princípios da CQCT, relativa à adoção de alternativas à produção de tabaco no Brasil, foi a criação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), criado em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um dos integrantes da CONICQ. O programa é fundamentado na perspectiva de ampliação das capacidades por meio da diversificação dos meios de vida como fundamento do desenvolvimento. Objetiva incentivar o processo de transição sociotécnica, diminuindo a produção de tabaco no Brasil, por meio da ampliação das possibilidades para os agricultores familiares fumicultores, diminuindo sua dependência da produção e comercialização do tabaco, frente às características já descritas desta cadeia produtiva. Para o programa, a diversificação dos meios de vida⁵ tem como base os princípios do “desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social” (PNDACT, 2005).

A execução do PNDACT ocorre por meio de chamadas públicas de projetos que contemplem pesquisa e/ou capacitações e/ou assistência técnica e extensão rural. As chamadas podem ser executadas por empresas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), organizações não governamentais, cooperativas, universidades ou prefeituras a partir do repasse de recursos financeiros e acompanhamento técnico. A gestão do programa é realizada de forma coletiva pela Rede Temática da Diversificação na Agricultura Familiar

⁴ Entretanto, observa-se a campo que muitos agricultores fumicultores continuam a ter acesso ao PRONAF para o custeio das lavouras de milho.

⁵ Observa-se que essa narrativa condiz com as análises e proposições de Schneider (2010) conforme será apresentado nas próximas seções.

Fumicultora, a qual debate as necessidades dos agricultores tendo como base os princípios da diversificação, concepção amplamente utilizada e que será analisada nos próximos capítulos.

Portanto, os anos 1990 e 2000 foram marcados por alterações tanto para a agricultura familiar, a qual passou a ser compreendida como uma categoria, ganhando espaço e benefícios no cenário político, quanto, por outro lado, para a produção de tabaco que passou a ser criticada no cenário internacional e nacional, conforme veremos nos próximos capítulos, perdendo benefícios em termos de políticas públicas. Esse cenário mobilizou diversos estudos no sul do Brasil, como os estudos de Scheibler (2006), Silva (2008), Redin (2011), Schneider (2010), Boeira (2002), dentre outros.

Com foco na criação da CQCT, Scheibler (2006) analisou quais os impactos da emergência de instituições e propostas de regulação global (no caso, a OMS e a Convenção-Quadro) sobre as relações estabelecidas entre os atores que atuam no âmbito nacional/local (no caso, os atores envolvidos com Tabaco no Brasil). A autora analisa se houveram mudanças nas relações entre os atores antes e depois da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e, assim, identificou que os tipos de mudança referem-se às categorias atores, espaços, discursos, correlação de forças, alianças e conflitos. Constitui um estudo com foco na formulação de uma política de regulação de ação global para o controle do tabaco, os interesses e discursos nos espaços de discussão e deliberação entre os atores relevantes. Nesse cenário, Scheibler (2006, p. 91) observou que com “a emergência da CQCT, as correlações de forças são alteradas pela introdução de novos atores e novos espaços de discussão e deliberação”. Assim, atores que defendem a perspectiva da saúde entram na cena política ganhando força e diminuindo o poder da indústria, a qual domina a partir de relações econômicas com os agricultores e demais atores. No processo de ratificação, a correlação de forças formou-se a partir da divisão entre o grupo que apoiou a ratificação (a perspectiva ligada à saúde) e o grupo que não apoiou a ratificação (principalmente ligado ao setor econômico) e, assim, o fortalecimento do primeiro grupo vem provocando a coalizão dos atores que dependem do tabaco para se reproduzir (agricultores e agroindústria).

Scheibler (2006) observa, ainda, que as relações de poder apresentam-se de forma diferente nos diferentes espaços, pois verificou que no grupo temático da CQCT, da Câmara setorial, presidido por agentes privados, há um deslocamento de poder para o lado dos agentes econômicos, enquanto que na CONICQ, presidido pelo INCA, o poder desloca-se para os representantes da saúde, a favor da ratificação da CQCT. Dessa forma, Scheibler (2006) conclui que as novas relações de força promovidas nos espaços de discussão frente à tentativa de regulação global do tabaco, provocaram a aliança em defesa do tabaco por parte de atores

que antes mantinham relações de conflito. Ou seja, a indústria e os agricultores que historicamente entram em conflito na hora da classificação do tabaco e as negociações dos preços na relação de integração, aliam-se em defesa do tabaco, o qual eles consideram ameaçado pela CQCT.

Em termos políticos, Scheibler (2006) conclui que a CQCT está inserida em um contexto de novas formas de proposição de políticas, as quais partem de organismos multilaterais e são ratificadas pelos Estados Nacionais, o que favorece o estabelecimento de novas relações entre o local e o global, com novos atores e novas arenas. No caso do tabaco, a discussão em nível internacional foi capaz de afetar as relações e promover a discussão em nível local, fortalecendo as ações e atores ligados ao movimento antitabagista, antes enfraquecido pelo discurso econômico.

Ao analisar as transformações a partir da CQCT, sob a ótica da NEI, Silva (2008) não identificou mudanças na estratégia da cadeia produtiva, permanecendo a forma de governança protagonizada pela indústria fumageira, por meio de contratos que permitem a estabilidade das transações para todos os componentes do setor, garantindo a confiança entre agricultor e empresa. Mesmo assim, segundo Silva (2008), a coordenação mantida pela indústria é do tipo híbrida, ou seja, os representantes da cadeia afirmam que mesmo diante do sucesso da estrutura, não se pretende manter uma dependência mútua da empresa e agricultores. Isso é evidenciado pelo comportamento tanto da AFUBRA, a qual mantém projetos com culturas alternativas, quanto pelas fumageiras que buscam mais fornecedores de tabaco em países como a África do Sul. “O desafio para a manutenção da eficiência da produção e da comercialização do fumo, na sua cadeia agroindustrial, está em continuamente ampliar a eficiência das relações contratuais, elevando a renda dos participantes da cadeia” (SILVA, 2008, p. 20).

Dessa forma, observa-se que a CQCT constitui uma forma de ação com vistas ao controle do tabaco em nível internacional, construída a partir da interação dos atores locais (representantes dos países membros), a qual vem afetando e sendo afetada pelas interações locais (nas relações entre todos os atores envolvidos na produção de tabaco). Prova disso, são os fundamentos e debates em torno da diversificação, os quais estão inseridos na CQCT e nos espaços de disputas em nível local. Assim, diante das críticas que serão analisadas nos próximos capítulos, a diversificação vem sendo debatida a partir de fundamentos científicos, os quais estão relacionados ao debate sobre desenvolvimento rural. Com o objetivo de mostrar um pouco mais do debate que nos levou a problematização dessa tese, o próximo tópico

apresenta a origem das propostas e as interpretações em torno do desenvolvimento e da diversificação que permeiam as disputas em torno da produção de tabaco.

2.4 FUNDAMENTOS DA DIVERSIFICAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

A diversificação vem sendo tema de diversos estudos sobre a produção de tabaco no Brasil, bem como vem sendo utilizada a partir de diferentes gramáticas com diferentes significados, de acordo com os interesses, motivações, representações e necessidades de cada ator, principalmente mobilizadas após as críticas emergentes na convenção internacional que vem discutindo os malefícios da produção e do consumo do tabaco. Empresas fumageiras (SINDITABACO⁶), AFUBRA⁷, FETRAF- Sul⁸, FETAG⁹, instâncias governamentais, estudiosos, etc., debatem em concordância com os aspectos positivos da diversificação na vida dos agricultores familiares produtores de tabaco e para o desenvolvimento rural. Contudo, percebem a diversificação e o próprio desenvolvimento rural de forma diferente, alguns como forma de eliminar gradativamente o tabaco, com maior autonomia aos agricultores, outros como renda complementar ao tabaco, diversificando as fontes de renda, mas sem abandonar a produção de tabaco.

Interpretada sob diferentes gramáticas, a diversificação faz parte da vida dos agricultores familiares, conforme alguns estudos. Redin (2011) identificou que, em Arroio do Tigre – RS, os produtores de tabaco diversificam as atividades da propriedade, sendo a cultura do tabaco o carro chefe das propriedades fumicultoras. Segundo o autor, a produção de tabaco é a estratégia de reprodução principal das famílias, a qual consiste na base da estrutura das unidades de produção, enquanto que outros produtos cultivados, como feijão, milho, trigo, soja, pecuária de corte e de leite, são estratégias de reprodução complementar, sendo o excedente da produção comercializado como forma de complementar a renda da família. Além disso, há forte presença da produção para o autoconsumo a qual é caracterizada como estratégia de reprodução básica, podendo, em alguns casos ser comercializada. Nesse sentido,

⁶ Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco.

⁷ Associação dos Fumicultores do Brasil.

⁸ Federação Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar.

⁹ Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Redin (2011) destaca que os fumicultores não abdicam da produção de alimento como estratégia de reprodução básica das famílias em prol da cultura do tabaco. Contudo, o autor salienta que apesar da existência da produção diversificada, essa não é preponderante para uma possível desistência da produção de tabaco entre as famílias pesquisadas (REDIN, 2011).

A diversificação da produção também foi abordada por Prieb (2005) em estudo realizado no Vale do Rio Pardo. O estudo buscou dimensionar o engajamento da agricultura familiar articulada ao CAI fumageiro em outras atividades, tanto de diversificação produtiva quanto de práticas pluriativas. A autora constatou que a dinamicidade e o crescimento do setor fumageiro no Vale do Rio Pardo abriu espaço para a inserção da agricultura familiar através da venda direta da força de trabalho durante determinados períodos do ano, em atividades externas à agricultura, bem como em diversas oportunidades de geração de renda no setor de serviços no entorno do CAI fumageiro, criadas pelo capital na região. Aliado a isso, observou a necessidade das famílias buscarem maiores rendimentos para melhorarem as suas condições de vida (PRIEB, 2005).

Dessa forma, a busca por melhores condições de vida das famílias fumicultoras analisadas por Prieb (2005) ocorre tanto pela diversificação das atividades dentro da exploração agrícola, o que normalmente está relacionado à produção para autoconsumo, basicamente com recursos internos; quanto pela pluriatividade, pois as famílias buscam trabalho fora da exploração agrícola, principalmente pela venda permanente ou temporária da força de trabalho em atividades como professor (a), motorista, empregada doméstica, em atividades da indústria fumageira, etc. Tanto a diversificação quanto a pluriatividade encontrada nas famílias fumicultoras representam maior autonomia, pois diminui a dependência da renda exclusiva da venda do fumo, incluindo a produção para autoconsumo, segundo Prieb (2005).

A diversificação produtiva nas lavouras de tabaco, como analisado nos estudos anteriores, constitui ou constituiu uma prática recorrente entre os agricultores familiares. Por outro lado, alguns estudos observaram a gradativa especialização e dependência dos agricultores com relação à produção de tabaco (ALMEIDA, 2005; FREITAS, 2015; BONATO et al., 2003). Esse cenário, somado a problemática internacional protagonizada pela Organização Mundial da Saúde, a qual passou a denunciar os malefícios do consumo e da produção do tabaco no mundo, fundamenta-se na diversificação como forma de dar suporte e alternativas à conversão gradativa da produção de tabaco no mundo, não como uma soma na renda familiar, mas como potencialidades de substituição da produção de tabaco.

A proposta de diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, a partir da CQCT, fundamenta-se por meio de estudos que não mais discutem o desenvolvimento rural a partir das mudanças tecnológicas e do aumento de produtividade, mas a partir do fortalecimento dos meios de vida (*livelihood*), um enfoque que privilegia “os meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem” (SCHNEIDER, 2010, p. 3). De forma concisa, para fortalecer os meios de vida torna-se necessário “criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência para lidar com crises, choques ou vulnerabilidades” (SCHNEIDER, 2010, p. 3). Dessa forma, a centralidade do desenvolvimento desloca-se dos recursos naturais e físicos disponíveis para a ação humana em direção aos meios que as pessoas possuem para enfrentar as adversidades, com foco na importância da liberdade dos indivíduos para agir da forma que quiserem em busca dos seus objetivos.

A proposta do desenvolvimento como fortalecimento dos meios de vida está ancorada na concepção de Amartya Sen (Teoria das capacidades) para quem o desenvolvimento humano só é alcançado quando os indivíduos passarem a ter liberdade de escolha e opção, bem como dispor de capacidade e meios para isso. Para tal, o foco está nas habilidades e capacidades dos indivíduos para poder ter a liberdade e uma vida plena (SCHNEIDER, 2010). Dessa forma, uma sociedade é considerada desenvolvida quando os indivíduos dispõem de meios para realizar os fins almejados, bem como conseguem remover barreiras que restringem a liberdade de escolha e de opção. Essa proposta, aliada à diversificação dos meios de vida de Frank Ellis, implica em compreender que a ampliação das capacidades pode ser promovida por meio da diversificação dos meios de vida, pois quanto mais diversificada é uma propriedade, maiores as possibilidades de escolha e de enfrentamento das adversidades (SCHNEIDER, 2010).

A perspectiva de ampliação das capacidades por meio da diversificação dos meios de vida como fundamento do desenvolvimento inspirou inúmeros estudos e políticas públicas. No Brasil, essa gramática sustenta o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, conforme exposto no item anterior. De acordo com Schneider (2010), a diversificação dos meios de vida pode ser uma alternativa viável para a saída das famílias rurais da condição de pobreza e de vulnerabilidade, também destacada por Freitas (2015) entre as famílias fumicultoras. Percebendo as condições dos agricultores familiares fumicultores, a implementação de alternativas economicamente viáveis e sustentáveis ao cultivo do tabaco constituem uma forma de ampliar as capacidades e a liberdade de escolha dos indivíduos, o que não deve estar restrito apenas às concepções de produção e

rentabilidade, mas com vistas à melhoria dos aspectos relacionados ao modo de vida das famílias agricultoras (SCHNEIDER, 2010).

Isso porque, ao analisar a relação entre desenvolvimento rural e a produção de tabaco, a partir dessa gramática, Conterato (2010) destaca que esta produção concentra-se em regiões de desenvolvimento rural médio e baixo, com pouca variação ao longo dos anos. O avanço da produção de tabaco no Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2008 ocorreu em regiões tradicionalmente fumicultoras, embora tenha alcançado também regiões não tradicionais, mas que apresentam Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) baixo (CONTERATO, 2010). Conterato (2010), fundamentado em Sen, aponta ainda, a impossibilidade de fazer escolhas diante das baixas taxas de desenvolvimento como uma reação imediata dos agricultores diante deste cenário. Associa, assim, a vulnerabilidade em que vivem os fumicultores como fenômeno social responsável pelas decisões. O autor salienta também, a fumicultura como parte de dinâmicas de desenvolvimento rural exógenas, as quais, partindo das concepções de Veiga (2002), Abramovay (2003), Ploeg et al. (2000) e Ploeg (2008), limitam o fortalecimento das economias locais, dificultando as possibilidades e Políticas Públicas de diversificação (CONTERATO, 2010).

Portanto, seguindo essa perspectiva, Schneider, Perondi e Gregolin (2009), entendem que a diversificação consiste em uma multiplicidade de processos que envolvem a busca pelo desenvolvimento rural destas regiões. Para os autores, a diversificação não implica apenas em organizar as etapas da produção ou ampliar a quantidade de atividades inerentes nas unidades produtivas.

Neste sentido, a diversificação refere-se a um processo que tem como pressupostos a ampliação das oportunidades de produção e trabalho, a redução da dependência e da vulnerabilidade, o aumento da qualidade de vida, a criação das bases da segurança alimentar, o aumento da competitividade intersetorial dos agricultores e de suas atividades (SCHNEIDER, 2009, p. 8).

Além dos debates acadêmicos, a diversificação, portanto, é evocada nas construções argumentativas entre os diferentes atores que representam os agricultores, as políticas públicas e os debates em torno da CQCT. Assim, narrativas são produzidas na interface promovida pela CQCT, bem como por estes atores que vêm debatendo em espaços de fóruns por eles construídos, com a participação dos agricultores e de deputados que compartilham dos mesmos significados e propósitos. Dessa forma, esses atores agem e respondem ao movimento criado em torno do tabaco, recorrendo, constantemente ao tempo e aos significados da diversificação.

Contudo, observam-se desalinhamentos entre os representantes dos agricultores, que conduzem para espaços de manobras distintos. O desalinhamento das interpretações é observado, por exemplo, entre representantes dos agricultores familiares fumicultores na medida em que a FETRAF-SUL produz posições e argumentos contrários aos demais representantes do mesmo segmento, a AFUBRA e a FETAG. A FETRAF-SUL compreende o desenvolvimento não apenas sob o enfoque econômico, mas como qualidade de vida e, nesse sentido, vem apoiando as ações da CONICQ nas discussões dentro da CQCT, e trabalhando em projetos em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação nas lavouras de Tabaco. “O agricultor trabalha muito na cultura do tabaco e buscamos oportunidades de produção. O processo inclui a introdução de culturas e o acesso ao mercado, seja na fruticultura, na produção de hortaliças e do leite”, disse o representante da FETRAF-SUL/CUT, Tiago Klug” (FETRAF-SUL, 2013).

O alinhamento da concepção do desenvolvimento como qualidade de vida e da diversificação como produção de alimento de forma a diminuir a dependência dos produtores à cultura do tabaco é recorrente entre os textos da FETRAF-SUL e do MPA. Ambos vêm trabalhando como agentes do Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, dentre outros programas governamentais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), auxiliando os agricultores na produção, processamento e comercialização dos produtos da diversificação.

Para Frei Sérgio Görden, da coordenação nacional do MPA, é preciso buscar alternativas para o desenvolvimento da região a partir de práticas de diversificação da cultura do tabaco, reestruturação dos sistemas camponeses de produção e introdução do conceito de Alimergia, além de “recuperar e fortalecer a identidade camponesa”, pontuou o Frei (MPA, 2012).

Esses atores disputam concepções, conhecimento e espaço tanto no cenário macropolítico quanto micropolítico. Ou seja, buscam inserir-se nas discussões travadas na arena da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, materializada pela Conferência das Partes¹⁰, a qual ainda consiste em um espaço frequentado pelos representantes do governo federal brasileiro por meio da CONICQ. Assim, a CONICQ vem promovendo espaços de debate onde todos os atores envolvidos disputam e constroem argumentos a partir de visões de mundo que dão significado a termos comuns.

¹⁰ “A Conferência das Partes (COP) é a instância deliberativa da Convenção-Quadro. Ela é formada pelos países que ratificaram o tratado (Estados Partes), entre eles o Brasil. Cabe à COP tomar decisões sobre aspectos técnicos, processuais e financeiros da implementação do tratado nesses países” (OPNCT, 2017). A COP é realizada, mais ou menos, a cada dois anos em um país diferente. A última, a COP7, ocorreu em novembro de 2016 em Noida, Índia.

Em meio às disputas semânticas, a diversificação é defendida pelos atores que defendem a produção de tabaco, interpretando a cultura do tabaco como um dos itens da diversificação. Nesse âmbito, programas do SINDITABACO incentivam a diversificação das propriedades integradas às empresas fumageiras, aliando culturas como feijão e milho à produção de tabaco. Por meio do SINDITABACO, as empresas acionam constantemente a diversificação em suas gramáticas em prol do Complexo Agroindustrial Fumageiro.

Essas concepções também são interpretadas e salientadas por Schneider (2010), o qual adverte para as diferenças entre a substituição de cultivos e a diversificação sustentável. Dentre as características, a substituição de cultivos mantém a oferta de tabaco conforme objetivos da indústria e busca aumentar a renda agrícola preconizando o uso de recursos para a produção, mantendo danos à saúde humana e ao ambiente. Por outro lado, a diversificação sustentável gera maior autonomia aos agricultores, através da geração de rendas agrícolas e não agrícolas, com foco na qualidade de vida das famílias, reduzindo a oferta e o consumo do tabaco com vistas ao processo de transição agrícola para a produção orgânica. Assim, enquanto a substituição de cultivos mantém a produção e oferta necessárias à economia industrial, a diversificação sustentável fundamenta-se nos objetivos da CQCT, na interpretação de Schneider (2010).

Quadro 1 - Diferença entre Substituição de Cultivos e Diversificação Sustentável de acordo com Schneider (2010).

SUBSTITUIÇÃO DE CULTIVOS	DIVERSIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reduz a dependência da indústria 2. Busca aumentar rendas agrícolas; 3. Preconiza intensificação no uso de recursos (terra, água, trabalho) na produção; 4. Mantém a base tecnológica assentada sobre o uso de agroquímicos; 5. Contribui para reduzir a fertilidade solos e da biodiversidade 6. Privilegia economias de escala e crescimento setorial; 7. Traz risco à saúde (doenças) e ao trabalho dos produtores; 8. Atende aos objetivos da indústria: manter produção e oferta tabaco; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior potencial de gerar autonomia; 2. Diversifica as rendas agrícola e não-agrícolas; 3. Menor intensidade no uso de recursos produtivos; 4. Base para a transição à produção orgânica e agroecológica; 5. Recupera fertilidade e preserva biodiversidade; 6. Gera externalidades positivas sobre a economia; 7. Mais comprometida com qualidade de vida 8. Atende aos objetivos da saúde pública: reduzir oferta e consumo de tabaco;

Fonte: Schneider (2010, p. 9).

No entanto, a reação da indústria frente aos ataques à produção de tabaco vem sendo a de adotar medidas que mantenham a produção necessária com melhorias para a imagem do setor. O desenvolvimento e incentivo à produção do fumo orgânico ou ecológico demonstram a absorção do discurso da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em prol de um setor mais sustentável. Os significados antagônicos para a diversificação expressam a disputa semântica em torno da fumicultura, construídos a partir de fortes argumentos para a

manutenção da produção de tabaco por parte da indústria e a gradativa substituição da produção do tabaco no Brasil, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Aspectos que serão debatidos nos próximos capítulos.

2.5 ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS DOS ÚLTIMOS 30 ANOS NO CENÁRIO DA FUMICULTURA NO SUL DO BRASIL

Os movimentos em torno da CQCT, os debates travados sobre o consumo e produção de tabaco e as ações oriundas disso mobilizaram estudos que objetivaram identificar, compreender ou explicar as dinâmicas e transformações no contexto dos últimos 30 anos. Nessa direção, algumas pesquisas analisaram as ações do PNDACT, bem como ações governamentais de diminuição da produção, ao mesmo tempo, estudos buscaram compreender as razões pelas quais os agricultores familiares dão continuidade à produção de tabaco no Brasil.

Uma das pesquisas nessa direção é o estudo de Zimmermann (2009), o qual buscou analisar as perspectivas da fumicultura na região Sul após a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, a partir dos documentos divulgados pelos principais atores, pela indústria, pelo Estado, pelos fumicultores, pelas ONGs, etc. A autora constatou a influência da cultura política, principalmente do corporativismo e do clientelismo, no relacionamento entre indústria, Estado e fumicultores, gerando dificuldades para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que levem em consideração os aspectos levantados pela CQCT. Além disso, conclui que a implantação da CQCT ocorre de forma tímida no sul do Brasil, sem ameaçar a estabilidade da indústria, pois priorizam a diversificação produtiva entre os fumicultores em contraposição à questão da sustentabilidade e do enfrentamento com a substituição da fumicultura.

Por parte do Estado, Zimmermann (2009) identificou que além de diversas ações quanto ao consumo e produção do cigarro, no que tange à produção de tabaco, o representante do MDA expõe que o objetivo não é combater a produção de tabaco, mas proporcionar aos fumicultores alternativas à produção com vistas a prepará-los para a gradativa diminuição do consumo do tabaco, bem como, a diversificação dos cultivos como alternativa de renda aos fumicultores (este discurso não se restringe ao programa, mas as demais políticas e programas

do MDA). O autor observou, ainda, as posições antagônicas entre os atores intragovernamentais, visto que o Ministério da Saúde concentra-se na erradicação do tabagismo, enquanto o Ministério da Fazenda e Justiça concentram-se na arrecadação de impostos e no combate ao comércio ilegal. Enquanto as ações e os discursos de diversificação ou conversão estão presentes entre os atores no MDA, a diversificação vem sendo assumida no discurso da Indústria que busca incentivar os fumicultores a diversificarem com culturas alternadas ao tabaco, transformando em oportunidade o que poderia ser uma ameaça. Os discursos da AFUBRA e do SINDITABACO fortalecem o tabaco como fonte de renda para manter as famílias no campo, o que é adotado por alguns governos estaduais. No que tange a representação dos agricultores, a AFUBRA não assume uma posição de combate ao tabaco, salvaguardando a posição deste por meio de justificativas socioeconômicas de sua importância, enquanto a FETRAF-SUL assume uma posição de apoio a criação de uma cooperativa para que os fumicultores não estejam atrelados de forma individual à indústria, preocupados com a dependência do fumicultor com relação à indústria. Por outro lado, as ONGs em sua maioria estão atreladas ao discurso da reconversão¹¹ (ZIMMERMANN, 2009).

Nesse mesmo sentido, Uba (2012) também identifica a conformidade dos discursos sobre diversificação e desenvolvimento rural dos agentes governamentais em Monte Castelo/SC. Ao analisar as estratégias utilizadas pelo governo federal no processo de incentivo à diversificação em áreas cultivadas com tabaco, o autor observa que mesmo dentro das instâncias governamentais mantêm-se relações antagônicas que, por um lado, defendem a implementação da CQCT, protagonizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e por outro, o governo mantém a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), influenciada por representantes do setor fumageiro que argumentam em favor dos benefícios do tabaco ao desenvolvimento das regiões e do país (UBA, 2012). Essa disputa de interesses aparece nos significados relativos à diversificação, na percepção de Uba (2012), que identifica nos discursos das políticas promovidas pelo MDA o interesse na substituição da cultura do tabaco, enquanto que a agroindústria defende o tabaco como um dos produtos da diversificação.

Em âmbito local, o autor observa que há assimetria de informações sobre os objetivos da CQCT e do Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, pois os agricultores os desconhecem ao mesmo tempo em que participam dos debates ancorados nesta assimetria (UBA, 2012). Os agentes sociais locais, identificados em Monte Castelo/SC

¹¹ Nos estudos sobre a produção de tabaco, ora usa-se o termo conversão, ora reconversão, sendo compreendidos a partir do mesmo significado. Aqui utilizou-se o termo reconversão, conforme uso do autor.

dividem-se na representação dos significados contraditórios da diversificação, mesmo tendo a unanimidade na concordância sobre a importância da diversificação. Para os agricultores familiares, a diversificação é reproduzida pelas famílias ao longo das gerações e a integração às empresas fumageiras ao longo dos anos 1970 e 1980 foi motivada pelo reconhecimento da produção de fumo como uma alternativa de renda a mais na propriedade, o que permitiu a melhoria da renda ao longo dos anos (UBA, 2012).

Uba (2012) destaca, ainda, que os agricultores estão abertos a alternativas viáveis à cultura do tabaco, desde que estas mantenham o ganho econômico igual ao do tabaco. Percebe também, que o Sistema Integrado de Produção é decisivo para a manutenção da produção de tabaco, o que deve ser levado em consideração quando se fala em culturas alternativas ao tabaco. O autor propõe que a diversificação observe as relações de confiança dos agricultores familiares com os agentes sociais, sendo decisivas para o processo de mudança observado entre os agricultores participantes do PNDACT no município.

Em outro sentido e partindo da abordagem dos meios de vida de Frank Ellis, Perondi, Schneider e Bonato (2008) propõem instrumentalizar o governo e a sociedade civil com vistas a traduzir as estratégias dos agricultores e a eficácia das políticas de desenvolvimento rural em áreas de tabaco (PERONDI; SCHNEIDER; BONATO 2008). Nessa direção, Rambo et al. (2013), propuseram uma abordagem teórico-metodológica com vistas a operacionalizar a análise da diversificação dos meios de vida de agricultores familiares produtores de tabaco. A partir do índice de Meios de Vida (IMV), o qual observa os ativos disponíveis nas famílias agricultoras, e do Índice de Condição de Vida (ICV), o qual retrata os efeitos que as famílias reconhecem nas suas condições de vida, os autores buscaram relacionar os ativos e os efeitos entre as famílias diversificadas, pouco diversificadas e especializadas, com vistas a dar subsídios à criação de políticas públicas. Com um teste em uma pequena amostra, salientaram que as políticas públicas para a diversificação devem levar em consideração as diferentes realidades, graus de diversificação e diferentes percepções dos agricultores sobre as suas condições de vida. Acreditam que é necessário atentar para o reconhecimento da diversidade dos meios de vida e da multidimensionalidade destes e das condições de vida nas discussões sobre desenvolvimento, não se restringindo à dimensão econômica (RAMBO et al., 2013), fato também salientado nos estudos de Freitas (2015). Por meio desse arcabouço instrumental, Freitas (2015) destacou que as famílias que possuem menor dependência da cadeia produtiva do tabaco, sendo, portanto, diversificadas, apresentam melhores condições de vida do que as famílias que possuem maior especialização na produção de tabaco.

Partindo de outro instrumento e com o objetivo de analisar o processo de diversificação após a CQCT, Rudnicki e Guerin (2014) realizaram um estudo buscando entender as mediações no processo de escolhas dos produtores de tabaco inseridos no contexto dos Programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com vistas à diversificação em áreas cultivadas com tabaco. Para tal, buscaram compreender, por meio de entrevistas e de histórias de vida dos agricultores, a aceitação ou resistência desses em relação ao processo de diversificação. As autoras observaram que o medo da mudança está presente em todas as famílias, mas é no conjunto das habilidades que está a possibilidade de concretização das mudanças (educação, informação e relações sociais). Assim, a diversificação constitui uma alternativa aos que são capazes de assumir os riscos, segundo as autoras (RUDNICKI; GUERIN, 2014).

Tentando compreender os requisitos necessários para o processo de mudança, Ferreira (2006) destaca que a baixa escolaridade dos agricultores familiares fumicultores, é reconhecida por eles como um empecilho para os processos de mudança e saída da fumicultura. Isso porque, a baixa escolaridade dificulta na compra individual dos insumos, na busca por mercado e na obtenção de crédito bancário (FERREIRA, 2006). A busca por mercado de produtos que sejam totalmente financiados pelo produtor é difícil para os agricultores familiares que se acostumaram com o mercado do setor fumageiro e sentem-se sem experiência para a produção de produtos alternativos ao tabaco (FERREIRA, 2006). Além disso, Ferreira (2006) destaca que os fumicultores reconhecem que estejam atrelados a vender seu produto à empresa fumageira, acreditando ser o preço a pagar pela segurança de um mercado garantido.

A segurança, o mercado garantido, a experiência, a confiança e a tradição são as variáveis que vêm explicando a permanência de milhares de agricultores familiares à produção de tabaco, a integração com as empresas e as dificuldades em mudar as condições de produção (PAULILO, 1990; SILVA, 2002; FERREIRA, 2006; REDIN, 2011; RUDNICKI, 2012). Para Paulilo (1990), tanto na produção de suínos quanto de tabaco, “a segurança é um elemento fundamental na relação com a empresa integradora. Segurança de vender todo o produto, segurança de receber no prazo estipulado e segurança de assistência técnica e veterinária” (1990, p. 175). A compreensão dos agricultores de que mesmo pagando pouco pela produção, pelo menos a renda é segura, aparece tanto nas pesquisas de Paulilo (1990) quanto de Ferreira (2006) em diferentes Estados. “Essa necessidade que o agricultor sente de poder contar com pelo menos alguns invariantes não decorre de um

‘conservadorismo camponês’, mas da constante situação de risco que ele produz” (PAULILO, 1990, p. 175).

Em estudo realizado no município de Arroio do Tigre – RS, Redin (2011) observou os fatores condicionantes que levam os agricultores familiares a optarem pela produção fumageira como a principal estratégia de reprodução familiar. O autor destacou a alta renda bruta da cultura do tabaco, bem como os fatores de segurança na relação de integração com o mercado e a tradição produtiva, a qual envolve o saber fazer e o conhecimento sobre o processo produtivo e comercial, como fatores condicionantes. Além disso, o sentimento de orgulho de ser produtor rural e pertencer ao ramo da fumicultura está presente na construção de uma identidade visualizada por Ferreira (2006) no vale do Rio Pardo. Isso demonstra um pertencimento construído a um grupo que compartilha uma atividade, um saber fazer.

Ferreira (2006) identifica que os laços¹² com a produção de tabaco são fortes, principalmente pela lucratividade e pelo “dinheiro fácil”, mesmo que estes assumam que desejam produzir alternativas que somem à renda obtida. Essa ligação também é mencionada por Rudnicki (2012), mas explicada pelas relações estabelecidas com o orientador técnico da empresa fumageira, fundamentada em relações de proximidade, de parentesco e de amizade. Assim, os laços fracos estabelecidos por esta relação influenciam diretamente o ambiente institucional, a relação de confiança nas instituições¹³ (RUDNICKI, 2012).

Com base na perspectiva institucionalista de North, Glasenapp (2016), analisa as transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul, com foco no papel das instituições. A partir da compreensão de instituições como regras formais e informais criadas pelos seres humanos como forma de organização da vida social, econômica e política, Glasenapp (2016), considera que, no contexto da produção de tabaco, as regras formais evoluíram historicamente, contudo, a implementação dessas na realidade não teve êxito e, portanto, não se institucionalizaram. Assim, a autora identifica que as instituições no âmbito privado são as condutoras da vida dos agricultores familiares que dependeriam de instituições políticas mais atuantes para garantirem maior autonomia.

Isso revela, conforme problematizado por Schneider, Perondi e Gregolin (2009), a força da fumicultura na agricultura brasileira, enquanto uma das principais culturas que dinamizam a economia local em muitos municípios, bem como, o desafio de consolidar

¹² Cabe destacar que a concepção de laços fortes analisadas por Ferreira (2006) não estão ligados à mesma concepção analítica de RUDNICKI (2012) a qual conduz a outra análise. A relação que Ferreira (2006) aponta como laços são oriundos da própria interpretação dos entrevistados.

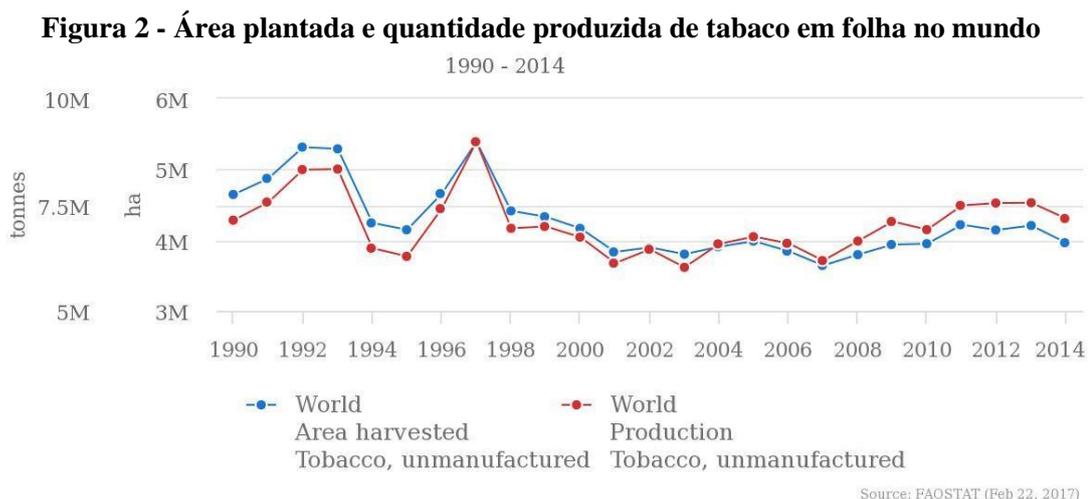
¹³ O estudo desenvolvido por Rudnicki (2012) fundamenta-se na Nova Economia Institucional.

políticas públicas que viabilizem a diversificação e a diminuição gradativa da cultura do tabaco, conforme objetivo da CQCT.

2.6 A PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO MUNDIAL

Tendo em vista os diversos estudos que tratam da dimensão da fumicultura no Brasil torna-se importante retratar alguns dados econômicos que possam situar o leitor sobre o CAI fumageiro. Com isso, esse item relata brevemente dados levantados pelos diversos atores envolvidos que, muitas vezes, servem de base para as gramáticas argumentativas. Sendo, assim, os dados compõem o quadro bibliográfico da construção da problemática desta tese.

A produção de tabaco ocupa boa parte da área agrícola em diversos países, tendo sua produção alterada ao longo dos anos, diminuindo a área plantada durante os anos 2000, com leve aumento na década seguinte, mas mantendo relativa produtividade que garanta a satisfação da demanda de consumo no mundo. De acordo com dados da FAOSTAT (2017), o pico de produção de tabaco em folha no mundo ocorreu na década de 1990 (em 1997 atingiu a marca de 05 milhões de hectares cultivados com tabaco), adquirindo dimensões menores nos anos 2000. Em 2014, a quantidade de área plantada em escala mundial foi em torno de 04 milhões de hectares com produção total de mais ou menos 07 milhões de toneladas.



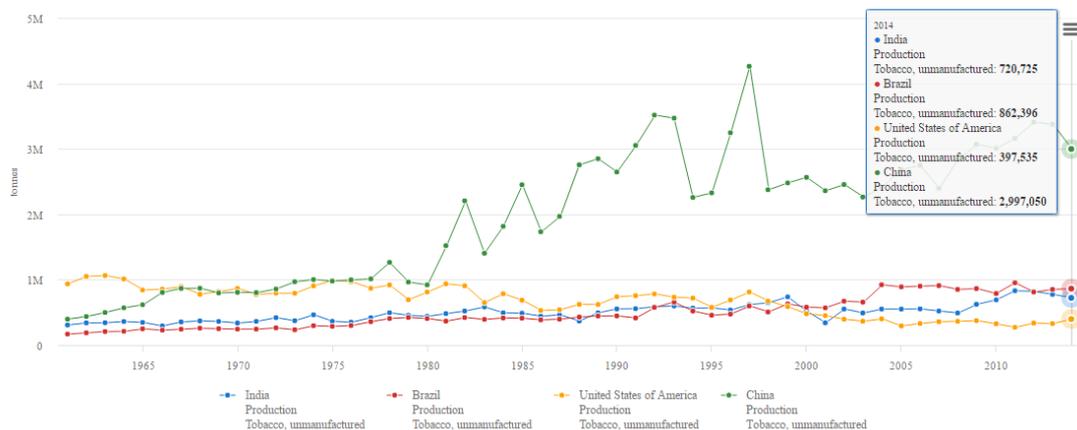
Fonte: FAOSTAT (2017).

De acordo com os dados amplamente divulgados nos meios de comunicação, o Brasil ocupa papel de destaque na produção, na qualidade e na competitividade do tabaco no cenário

produtivo e comercial mundial, tendo a região sul como centralidade deste cultivo. A partir de mudanças geográficas destacadas anteriormente, da exploração do cultivo pelos colonizadores portugueses e espanhóis na região nordeste do Brasil, ao processo de colonização alemã e italiana no Sul, bem como das transformações no consumo local e mundial, passando dos fumos escuros para os fumos claros para a produção de cigarros e a criação e instalação das indústrias na primeira metade do século XX no Rio Grande do Sul, a produção de tabaco foi expandindo-se.

O cenário mundial de crises em alguns países produtores, bem como de aumento do custo de produção em outros, aliado a outras transformações no cenário econômico mundial, potencializou a entrada de empresas multinacionais no Brasil, principalmente na década de 1990. Fato que ampliou a produção e exportação de tabaco tornando o Brasil o segundo maior produtor de tabaco do mundo, atrás apenas da China e à frente de países como Índia e EUA, bem como o maior exportador de tabaco em folha desde 1993. Dados de 2012 revelam o cenário mundial de produção que aponta a China como produtora de 43% do tabaco em folha, seguida do Brasil com 13%, Índia com 11%, EUA 4% e Malawi com 2%, os cinco primeiros maiores dos 128 países produtores de tabaco no mundo (CHAABAN, 2014, p. 17). Destaca-se, ainda, o significativo crescimento da produção de tabaco na China nos últimos 25 anos, destacando-se no cenário produtivo do tabaco em nível global.

Figura 3 - Gráfico de produção mundial de tabaco em folha entre 1961 e 2015, de acordo com os 04 maiores países produtores.



Fonte: FAOSTAT (2017)

Destaca-se que os quatro maiores produtores de tabaco no mundo, conforme gráfico acima, são responsáveis, em média por 77% da produção mundial de tabaco (BONATO et al., 2010). De acordo com Glasenapp (2016), os anos 2000 foram marcados por um processo de

reestruturação na cadeia produtiva do tabaco, acarretando em desaceleração de países tradicionalmente produtores de tabaco como os EUA e o Zimbábwe, concentrando a produção na China, Brasil, Indonésia, Malawi e Paquistão. Em um cenário apresentado pela FAO e o DESER, aponta-se uma estimativa de crescimento da produção mundial de tabaco, principalmente protagonizado pela Ásia, alguns países africanos e Brasil (GASENAPP, 2016). Em análise apresentada por Bonato et al. (2010), alguns aspectos podem influenciar a cadeia produtiva do tabaco em nível mundial. Em se tratando do consumo, o crescimento populacional e a urbanização são indicadores que estão relacionados à demanda pelos cigarros, bem como o aumento da renda e o crescimento do consumo por parte das mulheres, principalmente nos países em desenvolvimento.

Figura 4 - Evolução do Consumo Mundial de Cigarros (em bilhões de unidades).

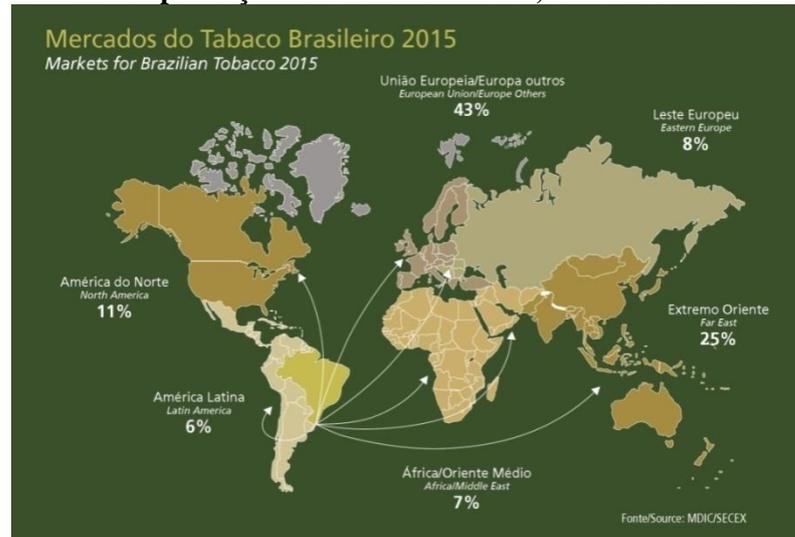


Fonte: Bonato et al. (2010)

Por outro lado, estima-se que o consumo mundial possa ser afetado pelas restrições advindas da CQCT, como o aumento de impostos sobre os cigarros, bem como a crescente conscientização da população com relação aos malefícios do consumo de tabaco, além da redução de subsídios para o cultivo do tabaco em alguns países (BONATO et al., 2010).

No Brasil, o tabaco é um dos principais produtos de exportação. Dados recentes revelam que o tabaco em folha em 2016, foi responsável por 1,15% do total das exportações brasileiras, somando 2,12 bilhões de dólares de um total de 483 toneladas do produto. Números que mantêm o Brasil como o maior exportador mundial de tabaco desde 1993 (PORTAL DO TABACO, 2017). O principal destino da produção de tabaco brasileira é a Europa, a qual absorveu em 2009, 45% da produção (BONATO et al., 2010).

Figura 5 - Destino da produção brasileira de tabaco, de acordo com dados de 2015.



Fonte: SINDITABACO (2017).

No caso do Sul do Brasil, local em que está situado o polo industrial fumageiro, o tabaco constitui um dos principais produtos de exportação na indústria de transformação, mantendo números elevados para a balança comercial. Isso pode indicar um interesse dos Estados na preservação dos índices de produção e de exportação desse produto, sendo rentável não apenas para a indústria, mas para os cofres públicos. Dados de 2012 revelam o tabaco como o principal produto de exportação do RS para esse ano, com um total de 2,24 bilhões de dólares e crescimento de 18% em relação ao ano anterior (AGROLINK, 2013). Os números de 2016 revelam uma pequena queda para 2,12 bilhões de divisas das exportações brasileiras, sendo o sul do Brasil responsável por 99% das exportações (GLOBO RURAL, 2017).

Figura 6 - Dados de exportação do tabaco da região sul do Brasil de 2006 a 2015.



Fonte: SINDITABACO (2017).

Segundo dados levantados pelo Sindicato da Indústria de Tabaco da Região Sul do Brasil, os estados do Sul do país são responsáveis por 96% da produção total, envolvendo 574 municípios (SINDITABACO, 2017). Segundo dados do Sindicato da Indústria do Fumo (RUDNICKI, 2012), existem cerca de trinta e cinco (35) indústrias de tabaco no Brasil, 16 delas associadas à entidade. As principais empresas de cigarros que operam no país são a Souza Cruz, subsidiária da *British American Tobacco*, com uma fatia de aproximadamente 75% do mercado e a Philip Morris do Brasil, integrante do grupo *Philip Morris International*, com cerca de 15% do mercado (RUDNICKI, 2012).

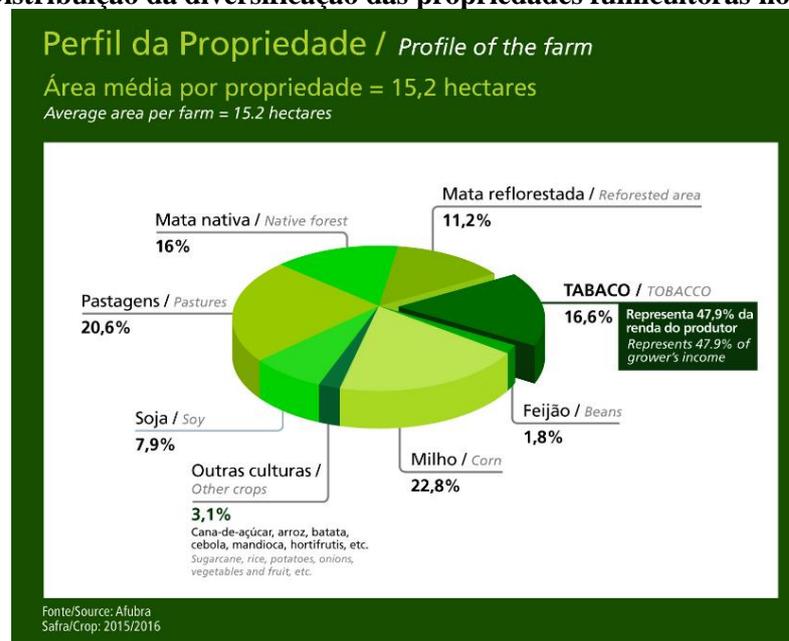
Figura 7 - Dados divulgados pelo SINDITABACO da produção de tabaco no sul do Brasil.



Fonte: SDINDITABACO (2017).

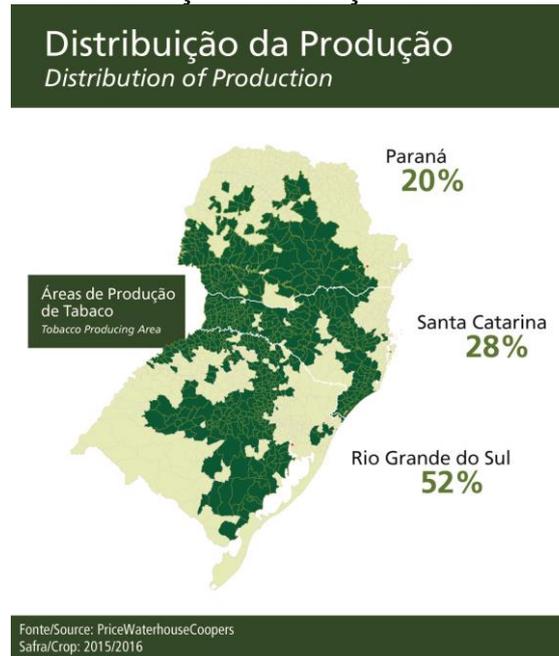
A região Sul é a maior responsável pela produção tendo o Rio Grande do Sul como maior expoente, o qual atinge 52% da produção, enquanto Santa Catarina é responsável por 28% e Paraná 20% (SINDITABACO, 2015). De acordo com dados do SINDITABACO (2015), o cultivo de tabaco no Brasil tem como base propriedades com média de 15,2 hectares, sendo que destes, apenas 16,6% são dedicados à produção desta cultura. Apesar de ocupar pequena porcentagem da área, o cultivo representa 47,9% da renda familiar dos agricultores (SINDITABACO, 2015). A área restante é reservada para culturas alternativas e de subsistência, criações de animais e pastagens, florestas nativas, reflorestamento, açudes e áreas em descanso (SINDITABACO, 2015).

Figura 8 - Distribuição da diversificação das propriedades fumicultoras no sul do Brasil.



Fonte: SINDITABACO (2015).

Destaca-se ainda, no que tange ao Rio Grande do Sul, região destinada a esta pesquisa, dos 497 municípios, 236 são produtores de tabaco (SINDITABACO, 2015). De acordo com o mapa a seguir, as áreas produtoras no Rio Grande do Sul, abrangem a região Central, a qual compõe esse estudo, parte da região sudeste e norte do estado.

Figura 9 - Distribuição da Produção de Tabaco no Sul do Brasil.

Fonte: SINDITABACO (2015).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, o fumo em folha seca consiste no terceiro produto com maior valor de produção entre as lavouras temporárias do Rio Grande do Sul (perdendo apenas pela soja e arroz em casca). Neste cenário, a lavoura de tabaco apresentou o maior crescimento na produção entre os produtos de maior valor das lavouras temporárias, nos últimos 30 anos (1975-2006) (SCHNEIDER; LIBARDONI; RANDOLFO, 2013). Contudo, de acordo com dados do IBGE (2014), a partir de 2005 a quantidade de área plantada no Rio Grande do Sul começa a cair diminuindo 38 mil hectares de 2005 a 2013¹⁴. No sul do Brasil, esta diminuição reduz 116 mil hectares de 2005 para 2014 de acordo com a AFUBRA (2015). Contudo, esta redução não chega ao número de famílias produtoras de tabaco e de hectares produzidos antes de 2005, conforme observa-se no quadro abaixo. Destaca-se que os dados apontados pelo IBGE são ainda maiores no que tange a área plantada e à produção, provavelmente indica que a AFUBRA apresenta os dados relativos ao sistema mutualista, que a vincula aos agricultores, sendo os dados do IBGE mais abrangentes.

¹⁴ Em 2013 foram cultivados 203.823 hectares de tabaco no Rio Grande do Sul (IBGE, 2014).

Tabela 1 - Comparativo de dados da evolução da fumicultura no Sul do Brasil em número de famílias produtoras, hectares plantados, quantidade produzida e valor da produção, de 1995 a 2015 e de 1990 a 2014.

FUMICULTURA SUL-BRASILEIRA							Lavoura temporária = Fumo (em folha)		
Evolução							Grande Região = Sul		
SAFRA	FAMÍLIAS produtoras	HECTARES plantados	PRODUÇÃO TON	kg/ha	VALOR R\$/kg Total		Variável	Ano	
2015	153.730	308.260	695.850	2.257	7,23	5.029.085.000,00	Área plantada (Hectares)	1990	222.197
2014	162.410	323.700	731.390	2.259	7,28	5.321.932.174,00		1995	243.950
2013	159.595	313.675	712.750	2.272	7,45	5.309.987.500,00		2000	275.505
2012	165.170	324.610	727.510	2.241	6,30	4.583.313.000,00		2005	466.985
2011	186.810	372.930	832.830	2.233	4,93	4.105.851.900,00		2010	430.211
2010	185.160	370.830	691.870	1.866	6,35	4.393.374.500,00	2014	403.210	
2009	186.580	374.060	744.280	1.990	5,90	4.391.252.000,00	1990	397.326	
2008	180.520	348.720	713.870	2.047	5,41	3.862.036.700,00	1995	411.529	
2007	182.650	360.910	758.660	2.102	4,25	3.224.305.000,00	2000	547.754	
2006	193.310	417.420	769.660	1.844	4,15	3.194.089.000,00	Quantidade produzida (Toneladas)	2005	862.763
2005	198.040	439.220	842.990	1.919	4,33	3.650.146.700,00		2010	761.347
2000	134.850	257.660	539.040	2.092	2,00	1.078.080.000,00		2014	847.266
1995	132.680	200.830	348.000	1.733	1,55	539.400.000,00			

Fonte: AFUBRA (2016) e IBGE (2016).

No contexto mundial, de acordo com os estudos do Bonato et al. (2010), 100 milhões de pessoas estão envolvidas na cadeia produtiva do tabaco, principalmente nos países em desenvolvimento. No Brasil, a atividade da produção do tabaco em folha, essencialmente é realizada de forma manual em todas as etapas da produção, principalmente por agricultores familiares em pequenos espaços de terra. A produção de tabaco é responsável pela geração de renda de 144 mil famílias no sul do Brasil (AFUBRA, 2015) e de 73 mil famílias no RS (SINDITABACO, 2015). Além disso, 88% da força de trabalho empregada é composta por trabalhadores familiares, enquanto 12% dos indivíduos ocupados não tem parentesco com o produtor, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 (SCHNEIDER; LIBARDONI; RANDOLFO, 2013). Esses indivíduos são contratados como diaristas e normalmente trabalham nas épocas de colheita e secagem, atividades que podem durar até três meses. Observa-se ainda que 32% dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul estão ocupados na produção de tabaco, destes 56% são homens e 44% mulheres (SCHNEIDER; LIBARDONI; RANDOLFO, 2013). Abaixo seguem dados da AFUBRA sobre a ocupação na safra 2014/2015.

Quadro 2 - Empregos diretos e indiretos relacionados à fumicultura no Brasil na safra 2014/2015.

FUMICULTURA BRASILEIRA				
IMPORTÂNCIA SOCIAL				
Safrá: 2014/15				
DESCRIÇÃO	EMPREGOS		TOTAL	%
	Diretos	Indiretos		
Lavoura	674.080		674.080	31,5
Indústria	29.000		29.000	1,4
Diversos		1.440.000	1.440.000	67,2
TOTAL	703.080	1.440.000	2.143.080	100,0

Fonte: AFUBRA (2016).

Foram apresentados, brevemente, alguns números que demonstram a cadeia produtiva do tabaco quanto à área ocupada no Brasil, bem como a posição brasileira na produção e nas exportações no cenário mundial, além das especificidades da região sul e do RS, bem como no que tange ao número de agricultores envolvidos com o setor. O objetivo, nesse ponto, não é realizar uma análise quantitativa dos números do setor, mas situar o leitor na cadeia produtiva, fundamentando a problematização da tese.

2.7 O CONTEXTO E A PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Exposto de forma breve, o contexto da produção de tabaco no sul do Brasil, envolve um expressivo número de famílias agricultoras, que, ao longo dos anos, vivenciaram transformações nas relações com políticas públicas, empresas, associações, governos e com o tabaco. Famílias que entrelaçam as suas trajetórias na trajetória da produção de tabaco no Brasil e no mundo e que, dessa forma, influenciam e são influenciados pelas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Famílias que, nas trajetórias geracionais, acompanharam o incentivo e o desincentivo à produção de tabaco, a ressignificação do tabaco como desenvolvimento do rural até os movimentos atuais de crítica e de desmoralização de um

actante¹⁵ que fez ou faz parte da vida dessas famílias. Além disso, viveram períodos em que a diversificação das atividades era considerada o caminho para a sobrevivência do rural, para então, os incentivos à modernização da agricultura e a especialização da produção e, agora, um retorno à concepção de diversificação como desenvolvimento do rural.

As trajetórias das famílias produtoras de tabaco, bem como das regiões, está relacionada a esse actante. Essa relação é compreendida por Schneider (2010), a partir do fortalecimento da ideologia e do marketing das empresas que prendem os agricultores por meio das crenças e representações em torno da produção e comercialização do tabaco. Conforme demonstrado anteriormente, diversos estudos enfatizam problemáticas referentes à produção de tabaco no Brasil, seja pelo viés das relações de integração entre agricultores e empresas, pela relação de confiança e de segurança que mantém o agricultor atrelado a uma relação dita, por vezes, exploratória; seja pelas discussões acerca dos males do tabaco à saúde humana e ambiental, culminando com proposições acerca do desenvolvimento rural para as famílias e regiões fumicultoras. A retomada histórica e bibliográfica demonstra esses diversos estudos e as diversas transformações na cadeia produtiva e nas relações entre empresas fumageiras, agricultores e Estado, com ênfase para uma das principais transformações, a criação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, acordo internacional que mobiliza atores em torno de narrativas e ações antitabaco ou em defesa da produção de tabaco.

Fundamentadas nas críticas e nas responsabilidades dos Estados membros da CQCT, no que tange principalmente aos artigos em torno da produção de tabaco, atrelando os Estados à necessidade de buscar alternativas sustentáveis aos agricultores fumicultores, soluções passaram a ser estudadas e formalizaram-se em forma de programas governamentais. Em busca do desenvolvimento rural sustentável o Estado passa a interpretar a diversificação dos meios de vida como um caminho frente às relações assimétricas do Sistema Integrado de Produção de Tabaco e do que consideram uma relação de dependência do agricultor ao tabaco e às empresas fumageiras.

Contudo, estudos de Schneider (2010), demonstram que a diversificação não consiste em uma simples substituição de cultivos, também defendida pelas empresas fumageiras, mas na transformação (aspectos quantitativos) e na mudança (aspecto qualitativo) cultural e

¹⁵ Utiliza-se por vezes a palavra actante oriunda da teoria do Ator-rede de Bruno Latour, para explicitar que, nessa tese, buscou-se levar em consideração o tabaco, enquanto um não-humano que possui uma agência nas relações que se pretende analisar. Dessa forma, Latour (2005) destaca como fundamento metodológico a necessidade de “seguir os atores”, os quais são formados por humanos e não-humanos. Como na sociologia, normalmente, destacam-se como atores apenas os humanos, Latour (2005) traz a noção de actantes para identificar humanos e não-humanos que possuem a propriedade de produzir efeitos na rede. A relação entre humanos e não humanos é retratada por Boltanski e Thévenot (2006), como humanos e coisas, unindo-os na palavra seres.

econômica dos agricultores produtores de tabaco. Schneider (2010) interpreta o desenvolvimento rural a partir da necessidade de institucionalização e enraizamento da diversificação, através da transformação nas estruturas cognitivas, mentais e culturais dos agricultores, gestores públicos, instituições governamentais e população em geral. Schneider, Perondi, Gregolin (2009) apontam a necessidade de estratégias de diversificação que constituam alternativas economicamente viáveis e sustentáveis ao cultivo do tabaco. Constituem, assim, ações que visam transformar as concepções cognitivas as quais perpassam as relações dos agricultores arraigados às representações de uma tradição, de uma identidade de produtores de tabaco. Nesse contexto, segundo Schneider (2010), as ações ou políticas públicas devem oferecer alternativas viáveis que mantenham a renda dos agricultores de forma concreta. Nesse sentido, trata-se de um processo em que os próprios atores precisam estabelecer formas de governança mantendo a capacidade de controle e regulação (SCHNEIDER, 2010, p. 10).

As mudanças cognitivas e culturais compreendem um processo complexo, frente à complexidade da sociedade e das transformações recorrentes em âmbito local e global. Nesse contexto, as intervenções internacionais e as políticas públicas internas ao Brasil apresentam propostas de desenvolvimento que afetam a realidade local dos agricultores, empresas, etc., ao mesmo tempo em que estes atores interferem tanto no local quanto no global. Percepção que demonstra a necessidade de estudos que analisem as transformações além da comunidade ou da região, observando as influências locais e globais nos processos de mudança de forma interdependente.

As transformações ou mudanças, em muitos estudos, são compreendidas e explicadas a partir de índices globais, processos ou práticas recorrentes ou mesmo, políticas ou programas, leis ou regras, formais ou informais que inferem processos de mudança social ou institucional. As instituições surgem como uma categoria analítica pertinente para a análise da mudança enquanto processos cognitivos e/ou mentais, na medida em que podemos compreender as instituições além de regras e normas que constroem as ações dos indivíduos, como organizações ou como ações governamentais. Ou ainda, podemos ir além do processo de institucionalização como a formalização de uma regra, por vezes racional e utilitarista, a criação ou mudança de uma lei, bem como explicações que justificam práticas e ações a partir da cultura.

Portanto, propõe-se, neste projeto, analisar a produção de tabaco e suas transformações a partir da análise evolucionária das instituições como hábitos de pensamento e comportamento compartilhados, fundamentada no Neoinstitucionalismo de Hodgson, baseado

na análise de Veblen (1983). Perspectiva complementada pela compreensão das convenções e instituições da perspectiva da Teoria das Justificações de Boltanski e Thévenot (1991; 2006) e da Teoria da Crítica de Boltanski (2009; 2014). Assim, compreende-se que os processos de mudança apenas ocorrem a partir da mudança na forma como os atores interpretam, justificam e conduzem as suas atividades, as quais podem evoluir a partir da interação social, bem como influenciados, tanto por mecanismos externos quanto internos de crítica os quais emergem dos mundos dos atores, em uma perspectiva interacionista de relações entre seres em processos interligados entre o local e o global. Com foco nesta tese, a crítica desenvolvida pelos diversos atores, portanto, instala um ambiente de incerteza e desestabiliza as instituições que dão sentido à realidade dos indivíduos. É nesse ambiente de disputa que alguns atores irão questionar a realidade a partir de dispositivos oriundos do mundo, em que muitas vezes emergem nas situações de prova as quais as instituições estão sujeitas. Nesse ambiente de incertezas, conhecido como momento metapragmático (BOLTANSKI, 2009), os atores irão refletir sobre a realidade e, assim, acionar dispositivos e interpretações que confirmem a realidade ou que construam novas instituições. Em outras palavras, as instituições, interpretações compartilhadas que permitem o estabelecimento de acordos entre os atores, sofrem instabilidades a partir da crítica, a qual exige que os atores justifiquem suas ações, podendo sofrer transformações e gerar novos acordos ou, ainda, fortalecendo e reafirmando as instituições vigentes (BOLTANSKI, 2009; 2014). Não apenas os movimentos de crítica, mas também transformações no ambiente podem mobilizar os atores para a revisão das instituições que sustentam a realidade, como mudanças climáticas, econômicas, comerciais, tecnológicas, etc. (VEBLEN, 1983).

Sob essa fundamentação, parte-se do ambiente de disputa protagonizado pelas discussões em torno da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, das críticas e denúncias de injustiça que desestabilizaram as relações de produção e de comercialização, bem como trouxeram novas interpretações sobre o tabaco. Diversos estudos sobre os malefícios à saúde humana e ao ambiente, bem como sobre as relações de dependência dos agricultores familiares fumicultores com as empresas fumageiras fundamentaram uma interpretação que denuncia o tabaco a partir de uma perspectiva imoral. Noções de justiça social passaram a fazer parte de interpretações e condutas de ONGs e organismos internacionais contra o consumo e a produção de tabaco no mundo, o que convenceu os governos a construir e adotar medidas de diminuição da sua produção e seu consumo. Atendendo a essa demanda e legitimando as interpretações dos malefícios do tabaco, novas leis foram criadas no Brasil com vistas à diminuição do consumo, impondo tanto restrições

aos consumidores, quanto às empresas que produzem os cigarros. No âmbito da produção de tabaco, sendo o Brasil um dos principais produtores mundiais, programas governamentais foram criados para dar suporte aos agricultores familiares em um processo de transição para outras formas de geração de renda no rural, bem como se tornaram restritas as políticas destinadas ao incentivo à produção de tabaco.

Além disso, instalado antes da CQCT, o ambiente de disputa também é verificado nas relações entre os agricultores fumicultores e as empresas fumageiras, perdurando por várias gerações. Nessa relação, os agricultores denunciam as injustiças relacionadas às negociações com as empresas, visto que os preços são estipulados pelas empresas na hora da compra, limitando o poder de negociação dos agricultores. Somado a isso, os agricultores fumicultores criticam a falta de apoio governamental nas negociações, colocando-se sozinhos em uma relação por vezes denunciada por eles como de “escravidão”. Isso porque, como afirma Boltanski (2014) ao propor uma Sociologia Pragmática da Crítica, as relações de poder não são desconhecidas dos atores envolvidos na rede e, assim, são visíveis ao observador na mesma medida em que são conscientes aos atores.

Apesar disso, os agricultores continuam o cultivo e por vezes defendem a continuidade da produção do tabaco. No processo de construção e implantação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco disputas dividiram os atores entre os que promoveram a crítica ligada à convenção internacional e os que defendem a produção do tabaco. Alguns representantes dos agricultores uniram-se às empresas fumageiras em defesa da produção do tabaco. Assim, incertezas e disputas vão além de reuniões de discussão, mas fazem parte do cotidiano dos atores envolvidos na crítica ao tabaco e na defesa da permanência do tabaco. Cabe destacar, assim, que a crítica, aqui, não é compreendida a partir de uma situação estática, mas constituem eventos em que os atores, não relações sociais, confrontam juízos morais que comumente assumem a forma de críticas. Um processo em que os atores acionam dispositivos semânticos que colocam à prova as interpretações e condutas do grupo e, assim, desestabilizam a realidade pautada nas instituições, podendo promover mudanças ou reafirmar e fortalecer as instituições vigentes.

Em outras palavras, observam-se diversos momentos críticos que instauraram uma situação problemática em torno da fumicultura, principalmente a partir da emergência de disputas entre diferentes pontos de vista sobre o tabaco e as relações em torno dele. Esse cenário gerou novas interpretação e conduta de algumas organizações governamentais e internacionais em torno do tabaco, fundamentando análises críticas à realidade do tabaco e instaurando o espaço de luta. Fundamentada na Teoria da crítica de Boltanski (2014),

compreende-se que a crítica, portanto, desestabiliza os acordos estabelecidos e, nesses ambientes de disputa, os atores envolvidos necessitam justificar suas interpretações e ações a partir dos mundos de justificação, dos princípios de equivalência que constituem referência para as ações coletivas e as relações sociais. Além disso, os processos de interação social, compreendidos como um processo de interação entre os diferentes seres (humanos e não humanos, objetos, coisas, etc. de acordo com as diferentes perspectivas contemporâneas que vão além da análise apenas das relações humanas dentro da sociologia), promovem transformações que podem ser motivadoras de mudanças institucionais. Nesse cenário, destacam-se ainda as relações de poder tanto argumentativas quanto materiais, bem como o medo da mudança por parte dos agricultores familiares, as quais podem ser limitantes das mudanças institucionais visto que as instituições possuem um duplo papel, seja de conferir segurança semântica, seja de promover um processo de violência simbólica na realidade social, de acordo com Boltanski (2014). Além disso, as instituições são compreendidas como conservadoras na medida em que mantêm as relações a partir do momento em que possui a capacidade de estabilizar a realidade (BOLTANSKI, 2014; WEBLEN, 1983).

Destaca-se ainda, de acordo com Hodgson (2001; 2006), que as mudanças institucionais somente ocorrem a partir da mudança de interpretação e conduta compartilhadas por um determinado grupo. Dessa forma, compreende-se que a institucionalização de uma política pública, por exemplo, somente consistirá em uma mudança institucional na realidade que almeja atingir na medida em que promoveu mudanças de interpretação no espaço político, o que não necessariamente provocará mudança institucional entre os beneficiários das políticas públicas. Dito de outra forma, mesmo que muitos indivíduos sigam políticas públicas ou novas leis, podem ser apenas mudanças temporárias, pois não acarretou na mudança de pensamento de um determinado grupo.

Além disso, Boltanski (2014) chama a atenção para as críticas reformistas muito recorrentes na contemporaneidade, as quais permitem que as instituições respondam as críticas reformulando-se e reafirmando-se. Esse processo impossibilita mudanças institucionais visto que as instituições vigentes conseguem reafirmar-se a partir de uma reformulação e reapropriação das justificações e qualificações dos objetos.

O cenário aqui problematizado, que envolve as relações de poder estabelecidas em diversos momentos críticos em torno da produção de tabaco em um contexto global e local, formado por redes que se construíram a partir do compartilhamento e disputas de interpretações e condutas, bem como, que envolve interpretações e ações em torno da temática do desenvolvimento rural, principalmente por meio de políticas públicas, considera-

se instigante uma análise das transformações ocorridas em torno dessa arena a partir da fundamentação em alguns aspectos da abordagem de Veblen, Hodgson, Boltanski e Thévenot.

Logo, a problemática em questão assenta-se sob os seguintes questionamentos: Qual a rede de instituições que sustenta a arena da fumicultura no Rio Grande do Sul? Quais as críticas, denúncias de injustiça e transformações no ambiente que desestabilizam estas instituições? Bem como, se esses movimentos provocaram mudanças ou reafirmações institucionais nessa rede em torno da fumicultura?

Trazendo a problemática em questão, objetiva-se analisar as críticas, as transformações em torno da produção do tabaco no Brasil e as justificações, com vistas a compreender se essas promoveram mudanças ou reafirmações institucionais. Diante desse objetivo colocado de forma geral, especificamente objetiva-se:

- a) identificar os dispositivos da crítica local e global que vem desmoralizando a produção de tabaco, bem como as transformações no ambiente que geram o ambiente de incerteza ao qual está inserido a fumicultura atualmente;
- b) verificar, a partir do momento de justificações em resposta às críticas, quais as instituições que vêm sustentando a fumicultura no Rio Grande do Sul;
- c) analisar se esses movimentos, aliados a processos de transformação no ambiente, promoveram mudanças ou reafirmação das instituições que vêm sustentando a cadeia produtiva do tabaco.

Essa busca torna-se possível a partir do entendimento de como os atores dão sentido as suas atividades e coletivamente constroem as suas interpretações. Dessa forma, abre-se um caminho frutífero para compreender as transformações que envolvem a agricultura familiar, as políticas públicas e o setor agroindustrial, especificamente na fumicultura.

3 OS MOMENTOS CRÍTICOS E AS PROVAS DE REALIDADE: DESESTABILIZANDO ROTINAS A PARTIR DA DESMORALIZAÇÃO DO TABACO

Quando se estuda a atividade crítica desenvolvida na vida cotidiana, constata-se que a crítica, tal como a justificação, necessita de pontos de apoio robustos. O objeto privilegiado das nossas investigações é, desde então, constituído por sequências de críticas e de justificações tais como podem ser observadas no decorrer de disputas em situações concretas. Na ausência de crítica, a justificação é inútil. A justificação é uma resposta à crítica. Mas é também na medida em que a justificação pode parecer insuficiente que existe a possibilidade de uma renovação da crítica (BOLTANSKI, 2011, p. 11, tradução nossa).

Compreende-se que a situação problemática em torno da produção de tabaco, em nível internacional, conformou-se a partir de vários momentos em que o tabaco foi colocado à prova por uma rede de atores formada, principalmente, em decorrência da mobilização da Organização Mundial da Saúde (OMS). Seguindo a formação dessa rede, identificaram-se os pontos de apoio acionados para a conformação das alianças em busca de operações críticas que buscaram desmoralizar o tabaco. Pautado na problematização e no objetivo em torno da necessidade de identificar as críticas que geraram desestabilizações na rotina da fumicultura, principalmente nos últimos 30 anos, esse capítulo objetiva identificar a rede de atores e os dispositivos mobilizados que colocaram a prova o tabaco e os demais seres e objetos envolvidos com esse actante principal.

Metodologicamente, partiu-se das mobilizações críticas que colocaram à prova a grandeza do tabaco na sociedade e, assim, seguiu-se os atores a partir do que compreendemos como o ator principal que iniciou a rede que alguns autores chamam de Antitabaco (BOEIRA, 2002; SCHEIBLER, 2006), ou também, trataremos nessa tese, como rede de Desmoralização do Tabaco. Ao analisarmos as operações midiáticas e mobilizações internacionais, identificou-se a OMS como um dos atores principais na mobilização de denúncias que passaram a questionar a grandeza do tabaco. Uma rede de atores foi constituída em torno dos momentos críticos mobilizados pela OMS, principalmente ao longo dos últimos 30 anos. Críticas, portanto, que desencadearam a disputa, a qual pode ser grosseiramente resumida, entre: o tabaco é bom ou ruim?

Dessa forma, identificando a rede de atores que mobilizaram essa situação problemática, descreve-se como essa situação formada por inúmeros espaços de disputas e conflitos vai evoluindo. Destaca-se, portanto, que a compreensão que orienta esse capítulo é a de que se criou uma situação problemática de desmoralização do tabaco nos últimos 30 anos, construída por uma rede de atores que mobilizam críticas que conformam os espaços de

disputas compreendidos como momentos críticos. Portanto, nesse capítulo, serão apresentadas as críticas, as denúncias de injustiças que colocaram à prova o tabaco em nível internacional, afetando os espaços locais, bem como a rede que protagonizou a situação problemática atual.

As manifestações acerca dos malefícios do tabaco, as quais culminaram com uma convenção internacional para a diminuição do consumo e da produção do tabaco no mundo, constitui um dos movimentos de crítica, ancorados na ciência e nas relações políticas governamentais, sob o argumento da busca do bem comum tanto dos atores sociais envolvidos na produção quanto no consumo do tabaco. A ciência e os atores políticos tornaram-se porta-vozes dos produtores de tabaco no mundo (tomando apenas os sujeitos desta pesquisa), buscando soluções para o ‘sofrimento’ causado pela produção de tabaco, bem como antecipando a possível diminuição do consumo e, como consequência, do mercado para os agricultores fumicultores. Formaram-se, assim, espaços de disputa entre organizações governamentais, ONGs, empresas fumageiras e as organizações representativas dos agricultores familiares.

Com isso, desviamos o olhar com foco apenas nos acordos, os quais também podem vir acompanhados do olhar sobre as disputas, aspectos levantado pela concepção sociológica pragmática da crítica, a qual destaca as incertezas que ameaçam os agenciamentos sociais, diante da fragilidade da realidade. Essa, por sua vez, é compreendida a partir da relação entre realidade e mundo, ou seja, entre a ‘ordem natural das coisas’ e ‘o que pode acontecer ou o que acontece’ e, assim, visa encontrar as contradições imanentes da vida social (BOLTANSKI, 2009; 2014).

Para tal, primeiramente, serão mobilizados alguns conceitos que orientam essa construção analítica. A fundamentação da análise da crítica e desmoralização do tabaco está baseada na sociologia da crítica ou também sociologia da moral protagonizada pelo teórico Luc Boltanski. Apresenta-se, assim, a instrumentalização analítica que fundamenta esse capítulo, com base em alguns dos conceitos de Boltanski, para então descrevermos e analisarmos a rede de atores que mobilizou os momentos críticos e os dispositivos e pontos de apoio que os sustentam, os quais mobilizaram os atores a justificarem as suas ações.

3.1 A “MORAL DA CRÍTICA”: FUNDAMENTOS PARA UMA ANÁLISE DOS MOMENTOS CRÍTICOS EM TORNO DAS QUESTÕES DA FUMICULTURA

Os pressupostos que dão vida à sociologia ou às ciências sociais partem da análise dos acordos, da moral, das estruturas sociais que explicam as relações sociais. Ao longo da

evolução das ciências sociais, modelos estruturalistas ou da ação social ou, ainda, interacionistas perpassaram a tentativa de explicar ou compreender a vida social. As discussões sobre o desenvolvimento, a sociologia rural ou a sociologia econômica acompanham essas correntes, construindo modelos teóricos e metodológicos que possibilitem olhares sobre a realidade, ou seja, “óculos que o pesquisador possa utilizar para olhar, compreender ou explicar a realidade”. Com base nisso, incorporamos um óculos que nos permitisse adentrar em uma sociologia contemporânea que se debruça não apenas nos acordos, mas nos desacordos, momentos propícios para compreender a ação e a reflexão dos atores que, em um processo de interação, dão vida a sociedade.

O olhar sobre os conflitos, os desacordos, as disputas passa a ser importante na Sociologia Pragmática da Crítica instaurada por Boltanski (2009) em contraposição à ênfase nos acordos, como analisado pela tradição durkheiminiana. A visão proposta evidencia a disputa e a divergência nos pontos de vista como parte da vida social e não o acordo como implícito para seu funcionamento. A ordem social é constantemente ameaçada pela incerteza e pelos processos de mudança e de crítica e isso, na concepção de Boltanski (2009), faz parte da vida social. Em outras palavras, a dinâmica é o que representa a vida social e não a estabilidade. Essa dinâmica imanente é conformada pelos movimentos de crítica às instituições vigentes, estabelecendo momentos de incertezas, as quais mobilizam respostas que reafirmarão as instituições ou provocarão mudanças, pois novas instituições, novos compromissos, novas interpretações, justificações e condutas podem surgir. Essas trarão uma estabilidade temporária, visto que também serão suscetíveis à crítica, como parte de um movimento espiral da vida social. Assim, opta-se por observar e analisar as relações que envolvem a fomicultura não apenas a partir dos acordos como imanentes à vida social, mas levando em consideração às críticas e às disputas que afirmam os acordos vigentes ou levam a novos acordos, evidenciando o processo de mudança também como inerente à vida social.

Os acordos são entendidos como construções sociais, a partir da construção e estabelecimento de princípios valorativos comuns que fundamentam os indivíduos na coordenação de suas atividades. Estes acordos não precisam ser construídos a cada interação social, sendo reproduzidos na realidade social e naturalizados, conferindo estabilidade a ela. A realidade social, portanto, construída a partir de quadros valorativos comuns é confirmada pelas instituições, as quais podem sofrer questionamentos diante dos “momentos críticos”, os quais têm origem em acontecimentos que fazem emergir reflexões do mundo (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006; BOLTANSKI, 2009). Nesses, as referências são reivindicadas seja para serem contestadas, seja para serem evidenciadas e reforçadas após o questionamento.

O modelo analítico de Boltanski, construído em conjunto com Thévenot, para compreender a dinâmica de afirmação e crítica como imanente à vida social, está, primeiramente, fundamentada na relação entre realidade e mundo. A realidade “é entendida no sentido da realidade socialmente construída por uma rede de formatos de provas, regras, rotinas, formas simbólicas e objetos. Mas essa realidade, que é o resultado de uma seleção e uma representação, não inclui o mundo, isto é, “tudo o que acontece” (BOLTANSKI, 2013, p. 444). Em outras palavras, enquanto a realidade é uma construção social a partir de dispositivos e de representações simbólicas, o mundo é o lugar do devir, o plano de imanência Deleuziano (como um lugar de produção, circulação e entrecruzamento dos conceitos), um espaço de reflexão dos atores. Assim, o foco da análise está nos contornos da realidade e as reflexões do mundo, conformada pela relação entre as instituições e a crítica. Ou seja, nas situações de incerteza e de inquietude, a crítica emerge justificada por elementos do mundo, assentada em uma entidade que Boltanski denomina “sem corpo”, as instituições, as quais conferem forma à realidade. As instituições solidificam a ordem social, conferindo uma estabilidade mínima à realidade. Elas têm o papel principal de confirmar a essência do que é. São, portanto, instâncias de confirmação as quais tem por função reduzir as incertezas e prevenir o aparecimento da crítica (BOLTANSKI, 2009, 2013). Por outro lado, a crítica, em sua relação dialógica com os sistemas de confirmação, “baseia-se na experiência do que acontece no mundo para desafiar asserções confirmadas na qual a realidade repousa” (BOLTANSKI, 2011, p. 62).

Assim, na relação estabelecida entre a realidade e o mundo, Boltanski (2011) confere às instituições papel de conformar a realidade ao mundo, ao mesmo tempo em que o mundo permite que a realidade seja criticada, a partir das contradições inerentes às instituições.

A realidade é o reino das instituições, onde os elementos, por meio de provas, são qualificados e têm seus valores relativos definidos. O mundo, lugar do plano de imanência e do devir, é o que escapa à realidade e o que permite a ocorrência do procedimento crítico, o qual faz usufruto, em geral em regime metapragmático, quer dizer, não prático e reflexivo, do desnível existente entre realidade (mundana) e norma (institucional). No mundo, não há senão provas de força; na realidade, o que Boltanski chamou em outras obras de provas de grandeza, a saber: provas cuja eficácia depende da mediação de um critério, de uma medida, em geral engendradas pelo suporte institucional (CORRÊA, 2010, p. 592).

Esses processos ocorrem no que Boltanski e Thévenot (1991) chamam de regimes de rotina e de justiça. Ou seja, a vida social ocorre a partir da rotinização de ações, em um regime de paz ou também regime prático, a qual é desestabilizada pelos momentos críticos que emergem das reflexões dos mundos, em um regime metapragmático que exige dos atores

envolvidos que justifiquem as suas condutas se desejam retomar a estabilização da realidade, ocorrendo no que os autores chamam de um regime de justiça (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Assim, ao mesmo tempo em que as instituições conferem estabilidade à realidade, as situações de prova, abrem espaço para a crítica, em razão do seu uso pragmático. As situações de prova são construídas nas obras de Boltanski para analisar os momentos de reavaliar e retificar o estado das coisas. Ou seja, constitui o momento em que o valor das entidades situadas é colocado à prova, diante de um desajuste entre estado das coisas e formas simbólicas, ou seja, entre as interpretações e o que de fato acontece. Com as provas, as hierarquias sociais são definidas, a partir da definição dos valores diferenciais colocados à prova.

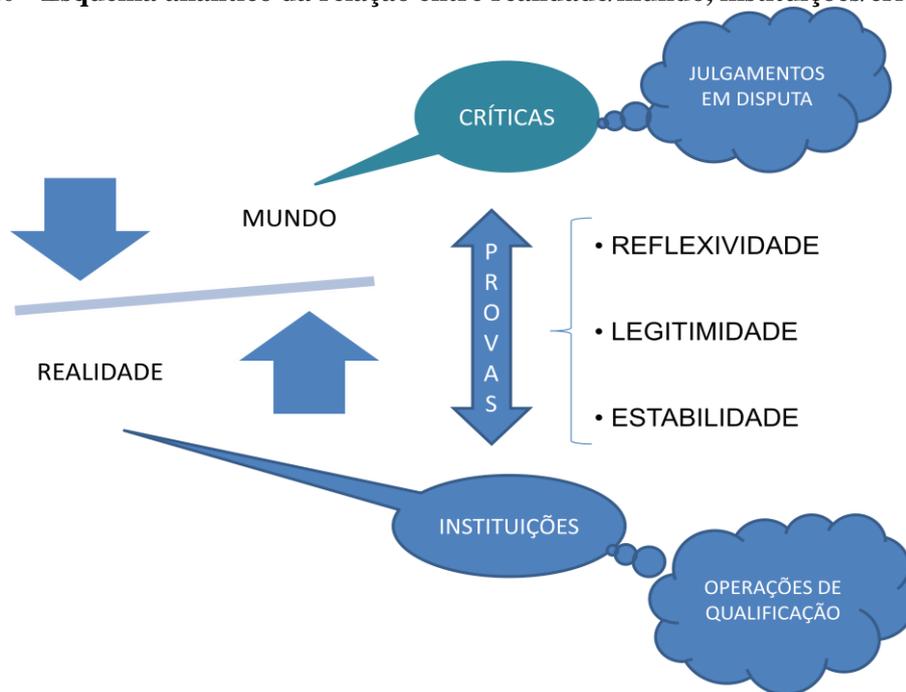
O conceito de prova é fundamental para nossa análise na medida em que é nesse momento que a crítica emerge a partir das diferentes qualificações, ou seja, das diferentes interpretações sobre o valor de um determinado ser ou de uma determinada ação. Compreendemos, assim, que o actante tabaco e as ações que envolvem a sua produção e consumo são questionados, colocados à prova. Mobilizam-se reflexões e dispositivos que, emergindo de mundos singulares, ao poucos se tornam coletivos e estabelecem uma situação de disputas com os quadros de referência que justificam determinadas condutas ou interpretações. Isso porque, a ação dos atores e demais actantes, muitas vezes, não está em conformidade quando refere-se a relação entre os elementos simbólicos que dão sentido à realidade e o que realmente acontece, possibilitando a emergência de acontecimentos que mobilizam o surgimento dos elementos dos mundos dos atores.

Para melhor compreensão, a noção de prova é um recurso analítico apresentado no livro *De la Justification*, por Boltanski e Thévenot (1991), para delimitar o momento reflexivo, em que os indivíduos fazem uso de sua reflexividade e capacidade crítica, em que as ‘grandezas’ são distribuídas a partir do que eles chamam de operação de qualificação. Ou seja, a promoção de um julgamento é qualificada na relação com os princípios valorativos comuns existentes e que nos momentos de provas podem ser descontínuos e, assim, geram momentos de incerteza, pois passam a ser mobilizados elementos com diferentes sentidos, os quais julgam de diferentes formas uma mesma conduta ou um mesmo ser e, assim, estabelecem a disputa. Nesses momentos, os indivíduos podem usar sua capacidade reflexiva

para qualificar, criticar, recuar ou tomar partido de determinada(s) justificação(ões) (NACHI, 2006)¹.

Para elucidar, apresentamos o esquema analítico da relação entre realidade e mundo e de como são colocadas à prova os seres na compreensão da vida social.

Figura 10 - Esquema analítico da relação entre realidade/mundo, instituições/críticas.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Boltanski (2009) (2017)

Assim, o que se torna fundamental para a nossa análise são os momentos de um tipo de prova os quais são formados na relação entre realidade e mundo, em que o actante tabaco, bem como as ações dos demais atores envolvidos, são questionados em meio às disputas entre diferentes qualificações. Portanto, objetiva-se entender como ocorrem as verificações da qualidade de alguma coisa ou algum ser e quais as referências acionadas para que esses julgamentos ocorram. É dessa forma que os princípios de equivalência são questionados em momentos de reflexão, bem como são acionados para justificar as ações que conformam a realidade estabelecida. São esses princípios que permitem estabelecer as relações de fraqueza e fragilidade das coisas, permitindo que essas se modifiquem.

Conforme exposto em *De la Justificacion*, é no regime de justiça que as provas estão inseridas, visto que são legítimas e na medida em que visam atribuir um valor aos seres,

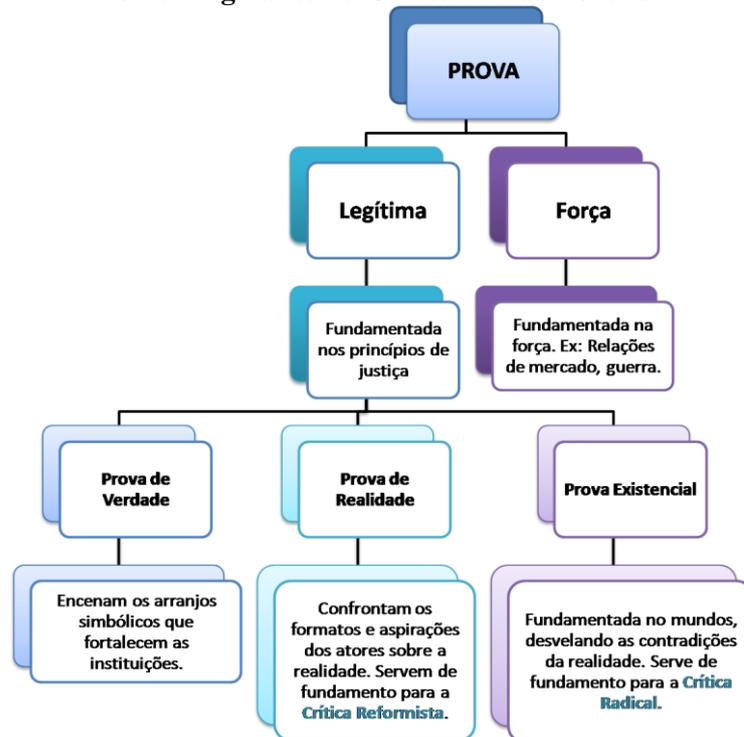
¹ O conceito de prova é fundamental da sociologia pragmática francesa visto que é ele que denota o caráter incerto e plural da realidade. Assim, a incerteza da vida social não é marcada por apenas um olhar ou uma justificativa, mas pela pluralidade de referências (NACHI, 2006).

estabelecem as suas grandezas e colocam à prova a maneira como os outros pensam e agem. Consiste no momento de disputa, em que um ator, com pretensão de apontar a sua ordem de grandeza e sua concepção normativa, faz uma crítica ao modo de vida do outro, a forma como ele pensa, usando gramáticas que passam a ser legítimas na medida em que são compartilhadas e aceitas por um determinado grupo. Os atores criticados respondem a isso a partir de suas noções de grandeza, ou resgatando suas instituições e convenções já que os atores nesse momento refletem sobre porque agem de tal maneira, assim, expõem as suas interpretações sobre suas ações.

Boltanski e Chiapello (2009), na obra *O Novo Espírito do Capitalismo*, destacam que a noção de prova contém três dimensões fundamentais, as quais são: a reflexividade, a legitimidade e a estabilidade. Ou seja, conforme já exposto, é nos momentos de provas que os atores exercitam a experiência reflexiva fundamentada tanto no mundo quanto na realidade. As justificações, assim, só emergem ou tornam-se visíveis ao pesquisador na medida em que as ações e os seres são colocados à prova no regime metapragmático de reflexão. Isso ocorre no que Boltanski e Chiapello (1999) chamam de provas legítimas, em que os argumentos mobilizados precisam ser legitimados por um grupo, o que normalmente ocorre pela mobilização de princípios valorativos de justiça usados para criticar uma determinada situação em que se está em desacordo. Relação que não é estabelecida, por exemplo, nas provas de força, as quais não estão assentadas em princípios de justiça, mas na força dos seres em disputa, que pode ser dada por diferentes elementos como, por exemplo, o dinheiro como um recurso dominante nas relações de mercado. Por fim, a estabilidade é compreendida como a dimensão de qualificação do que se está querendo provar e, é dessa forma que se estabelecem as grandezas postas em questão para qualificar ou desqualificar uma situação ou um ser.

Para melhor compreender as dimensões das provas, Nachi (2006) expõe a dimensão da reflexividade como o momento em que se apresenta o que é descrito como problemático, ou ainda, o que está sendo colocado à prova para então gerar e descrever esse momento crítico. Já na dimensão da legitimidade, metodologicamente, consiste na apuração dos princípios de justiça aos quais se recorre para ser aceito pelo coletivo e, dessa forma, é importante identificar como eles são acionados. E, por fim, a estabilização das provas ocorre quando se define, ou redefine o estado de grande dos seres e, identificando o que é grande e o que é pequeno nessa configuração, objetiva-se, também, identificar que objetos ou estados são mobilizados para tal (NACHI, 2006).

Figura 11 - Tipos de prova como ferramentas para a análise da realidade social segundo a Teoria Pragmática da Crítica de Luc Boltanski.



Fonte: Elaborado pela autora (2017) a partir de Boltanski (2009; 2013) e Boltanski e Thévenot (1991).

Ao aprimorar a concepção metodológica da noção de prova, Boltanski (2009; 2013) apresenta os tipos de prova legítima encontrada por ele em seus estudos. São três: prova de verdade, prova de realidade e prova existencial. A prova de verdade está associada às instituições, às instâncias de confirmação semânticas, enquanto a prova de realidade serve de fundamento para as críticas reformistas ao contrário da prova existencial que atua através da crítica radical, expressa a partir de experiências individuais, não institucionalizadas. As provas existenciais desvelam as contradições entre o que a realidade reconhece e o que há de singular no mundo, não compreendido. Por outro lado, a prova de verdade e a de realidade instauram-se sobre a lógica da instituição, pois na primeira a realidade na sua completude é desvelada, visto que a realidade é conformada pelas instituições, bem como na segunda, visa ajustar o estado das coisas as suas formas simbólicas, a qual pode originar uma coerência e fundar uma instituição.

Assim, de acordo com Boltanski (2009; 2013), as ações críticas podem conformar-se como reformistas ou radicais, tendo em vista as diferentes crenças nas quais elas se baseiam e, assim, fundamentam-se nas diferentes formas de prova, conforme exposto na figura acima. Ao longo dos seus estudos Boltanski, juntamente com Chiapello e Thévenot identificaram as diferentes nuances entre a crítica reformista e a crítica radical, sendo a primeira baseada na

crença de que a realidade pode ser transformada por suas partes, as quais são independentes, e assim, possam ser melhorados progressivamente sem que a realidade seja radicalmente transformada, crença que fundamenta a crítica radical, a qual se fundamenta na crença na interdependência entre os elementos da realidade, sendo impossível a transformação das suas partes (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; BOLTANSKI, 2011; 2014)².

Dessa forma, o quadro analítico apresentado conforma as principais ferramentas metodológicas da Teoria Pragmática da Crítica que nos permite compreender, nesse capítulo, a conformação de uma rede de atores que colocou à prova o tabaco e as relações em torno dele, buscando analisar as gramáticas e os dispositivos usados para os questionamentos. Apresentamos, portanto, os julgamentos e seus dispositivos usados para desmoralizar as relações em torno do tabaco e as gramáticas acionadas na conformação dos espaços de disputas.

3.2 ELUCIDANDO A REDE DE ATORES DE DESMORALIZAÇÃO DO TABACO

Como primeiro passo para a análise dos elementos críticos acionados quando o tabaco e as relações em seu entorno são colocados à prova, é fundamental elucidarmos como se conforma a rede de atores em torno dessas críticas. Descreve-se assim, com foco nos últimos 30 anos, como as denúncias são construídas e passam da singularidade do universo científico ou dos demais mundos dos atores, para espaços coletivos, tornando-se aceitas e legitimadas por um grupo crescente e plural. Assim, como propôs Boltanski (2013), é importante analisar a trajetória das denúncias e observar como elas dessingularizam-se e passam a ser acionadas por grupos cada vez mais crescentes.

Como já descrito, o tabaco alcançou índices globais de consumo com sua disseminação a partir dos movimentos de colonização pelo “velho mundo”. Relatos históricos identificam a disseminação do consumo e produção de tabaco após o século XVI primeiramente em Portugal, incorporando na cultura francesa e seguindo para os demais países europeus (SILVA, 2002; SCHEIBLER, 2006). A sua rápida expansão deve-se,

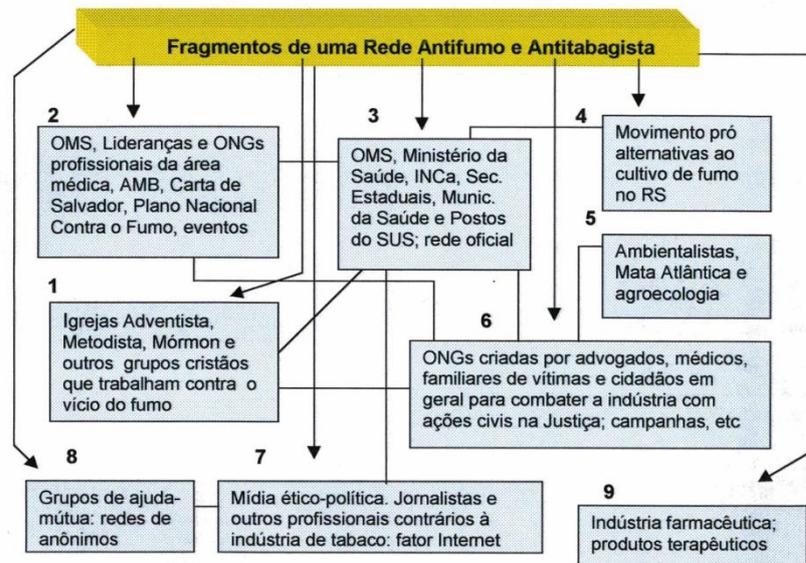
²“Esta diferença está relacionada com oposições de natureza antropológica. O reformismo aposta nas propriedades integradas aos equipamentos cognitivos e morais dos seres humanos, como o fato, por exemplo, de serem dotados de razão ou terem sentimentos altruístas. Inversamente, as posições radicais são bastante sistêmicas, e é provavelmente por isso que elas se apoiaram tão frequentemente nas ciências, entendidas em um sentido positivista, e, particularmente, nas ciências históricas e sociais em que o foco estava posto nos processos, escapando das vontades individuais, tais como as leis da história, estruturas, sistemas, dispositivos etc.” (BOLTANSKI, 2013, p. 459).

principalmente, às justificativas de propriedades medicinais encontradas na época relacionadas ao alívio de problemas como enxaqueca, males do estômago e úlceras cancerosas. Teorias médicas foram desenvolvidas a partir da afirmação de propriedades farmacológicas para a cura de “nevralgias, gengivites, fístulas, pústulas, dores de dente, bicheiras e outras doenças de animais e doenças de pele, entre outros males” (SILVA, 2002, p. 21). Com o passar do tempo, os sentidos atribuídos ao tabaco passam a ser relacionados ao prazer e ao status social que estão relacionados às propriedades estimulantes ou tranqüilizantes do tabaco (BOEIRA, 2002).

Contudo, ao longo dos séculos foram surgindo movimentos questionadores desses benefícios instaurando tentativas de frear o crescente consumo em todo o mundo. Seja por parte de governantes ou da igreja católica, o tabaco passou a ser denunciado pela suas propriedades malélicas à saúde humana, contrapondo os estudos e as defesas anteriores. Registros apontam as denúncias dos malefícios para os pulmões e para a inteligência humana, bem como a tentativa de regulação ou mesmo proibição do consumo nos séculos XVII e XVIII por reis em diversos países (SILVA, 2002; BOEIRA, 2002; SCHEIBLER, 2006). Além disso, algumas igrejas como a católica e a adventista condenaram o que passou a ser conhecido como tabagismo, intensificado pelos primeiros estudos que indicavam a ligação entre o consumo do tabaco e o câncer de pulmão.

Mas, foi apenas nos séculos XIX e XX que a ciência desenvolveu e popularizou inúmeros estudos que denunciam a ligação do tabaco com males como o câncer. Concomitante a isso, ocorreu a criação e o crescimento do consumo dos cigarros ligados à industrialização e a urbanização no século XX, tornando mais prático o consumo do tabaco. Segundo Boeira (2002) é nesse momento que o movimento antitabagista começa a tomar forma e diversas ações locais são formadas com o objetivo de denunciar os malefícios provocados pelo consumo de tabaco ao corpo humano. Nesse sentido, Boeira (2002) realiza um amplo estudo da rede que ele chamou de antifumo e antitabagista conformando, no Brasil, um esquema atual da diversidade de atores públicos, civis e religiosos que se aliaram na promoção de denúncias em torno do consumo e da produção do tabaco.

Figura 12 - Conformação da rede antifumo e antitabagista.



Fonte: Boreira (2002, p. 253).

Esses atores criaram objetos e dispositivos justificados pela busca do bem comum, mobilizando espaços globais e locais em uma perspectiva por vezes integrada, por vezes fragmentada, na tentativa de desmoralização do tabaco em detrimento da afirmação da grandeza de alguns princípios de justiça, como a saúde pública. Ou seja, as ações que antes se mostravam apenas locais, mas já eram interligadas por interpretações compartilhadas globalmente, geraram também ações conjuntas e globais de combate ao tabaco. Isso porque, observa-se que atores como a OMS, algumas igrejas e muitas ONGs possuem atuação global e local e, assim, interligam-se constantemente na medida em que o mundo vai se tornando cada vez mais globalizado.

Entretanto, dessa rede complexa apresentada e analisada por Boeira (2002)³, seguimos apenas alguns atores, que conformam a rede de atores que tivemos acesso no período da pesquisa e, apresentando-se como a rede principal que mobilizou críticas, as quais colocaram à prova o tabaco. Portanto, justifica-se que nem todos os atores apresentados por Boeira (2002) foram seguidos, usando a exaustão das interpretações como um ponto que pôs fim a busca pelo emaranhado.

Diante disso, partiu-se das mobilizações protagonizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em nível global, pois se identificou sua relação com a formação de uma opinião

³ Boreira (2002) e Scheibler (2006) mostram a trajetória de eventos científicos ou de organização da sociedade civil que ocorrem a partir da década de 1970 no Brasil, os quais buscam alertar a população e o setor público para os problemas de saúde pública que estão ocorrendo em virtude do consumo de tabaco. Boreira (2002) chama a atenção para os movimentos protagonizados por advogados, médicos e demais cidadãos contrários às empresas fumageiras e que ganham alcance da opinião pública principalmente com os avanços e as alianças do mundo midiático, principalmente por meio da internet.

pública global contra o tabaco, a qual mobilizou entidades públicas para o controle do tabaco no mundo. Isso não quer dizer que a OMS foi a primeira a denunciar os malefícios do tabaco ou mobilizar justificativas para tal, mas observou-se que ela reuniu diversos atores que já haviam construído momentos críticos de desmoralização do tabaco dando a eles amplitude global e formando o que chamamos de uma situação problemática em torno do tabaco.

Scheibler (2006), ao realizar um estudo detalhado das Assembleias Mundiais da Saúde, identifica em suas resoluções as primeiras iniciativas com vistas a regular o consumo do tabaco. As iniciativas, segundo a autora, partem de um duplo movimento da OMS e dos países membros, apoiados nos estudos científicos, as quais passam a ser incentivadas em todos os países membros. Nesse estudo, Scheibler (2006) identifica a 23ª Assembleia realizada em Genebra em 1970 como a primeira a adotar medidas contrárias ao consumo de tabaco como: abstenção do consumo de cigarros nas salas de encontro das Assembleias, organização de um dia Mundial da Saúde relacionado às conseqüências do tabagismo, incentivar pesquisas para a criação de estratégias que visam desencorajar o consumo de tabaco e chamar a atenção da FAO para a necessidade de construir alternativas de produção para o cultivo do tabaco.

Assim, o tabagismo passou a fazer parte das discussões de muitas das Assembleias Mundiais da Saúde que se seguiram, culminando com a compreensão do tabagismo como uma pandemia, relacionando o tabaco a um problema de saúde pública global (SCHEIBLER, 2006). Nas assembleias que se seguiram, foram adotados vários acordos pelos países membros, o que culminou com a criação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, construída em 2003 e elaborada a partir da iniciativa da OMS e dos países membros na Assembleia Mundial da Saúde de 1995. Esse foi o ponto de partida para a criação de uma política mundial de controle do tabaco.

Um grupo de trabalho técnico e um órgão de Negociação Intergovernamental foram criados entre os Estados membros e com o apoio da comunidade científica e de Organizações Não Governamentais para a elaboração do acordo internacional que marcaria uma etapa importante no combate ao tabaco (SCHEIBLER, 2006). Um dispositivo fundamental na desmoralização mundial do tabaco e na demarcação da rede de aliados e da rede contrária que estabeleceu um importante momento crítico consolidando a situação problemática ainda em vigor.

Assim, ONGs ligadas à área médica ou da sociedade civil ou religiosa afinaram as denúncias com relação ao tabaco, fundamentadas nas pesquisas científicas que denunciam os malefícios do consumo do cigarro à saúde humana, transformando, juntamente com a OMS,

em uma questão de saúde pública. Aliado a eles, todos os setores governamentais brasileiros relacionados à saúde, bem como de outros países membros da OMS, passaram a pensar e implementar políticas de combate ao tabagismo, apoiados pela indústria farmacêutica que propôs auxiliares para o abandono do fumo entre os tabagistas.

No Brasil, para dar conta da participação nas ações relacionadas à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco foi instituída, primeiramente, a CNCT (Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco) em 1999, com o objetivo específico de subsidiar o governo brasileiro nas negociações da Convenção-Quadro. Sendo, a CQCT aprovada em 2003 pela Assembleia Mundial da Saúde e assinada pelo governo brasileiro, a comissão passou a ser chamada de CONICQ (Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil) deixando o seu caráter apenas consultivo para tornar-se também executivo⁴ (BRASIL, 2003).

Desde então, um dos principais órgãos que compõem a CONICQ é o INCA (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva), um órgão auxiliar do Ministério da Saúde para a coordenação de ações integradas para a prevenção e o controle do Câncer no Brasil. Vinculado ao INCA e a CONICQ, está o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, onde se encontram, registradas online, as principais denúncias relacionadas ao tabaco, as quais são acionadas por essa rede, sendo, portanto, um dos espaços importantes para a identificação das gramáticas de denúncias.

Concomitante a isso, pesquisas científicas, em menor número, buscaram estudar a saúde do trabalhador da produção e processamento do tabaco, visto que havendo malefícios para os consumidores, haveria uma hipótese de malefícios também para os trabalhadores. Tendo as pesquisas, confirmado as suas hipóteses de malefícios à saúde do trabalhador, novas denúncias foram incorporadas aos aliados da OMS contrários ao tabaco, as quais apresentam interpretações que serão analisadas no próximo tópico.

Voltados também para a questão da produção de tabaco, os chamados ambientalistas e defensores da agroecologia, bem como demais movimentos contrários aos agrotóxicos, mobilizaram-se contrários ao tabaco na medida em que, segundo eles, há intensa utilização desses produtos químicos causadores de doenças não apenas para os humanos, mas também para os não humanos. Em um sentido próximo, pesquisas científicas não apenas das áreas da saúde e meio ambiente, mas também das ciências sociais, humanas e do desenvolvimento

⁴ Decreto de 01 de agosto de 2003 instituiu a CONICQ. Após a assinatura da CQCT, a comissão também é responsável por representar o Brasil nas Conferências das Partes (COP), instância deliberativa da CQCT, a qual ocorre desde 2006, sendo em 2016 a 7ª reunião.

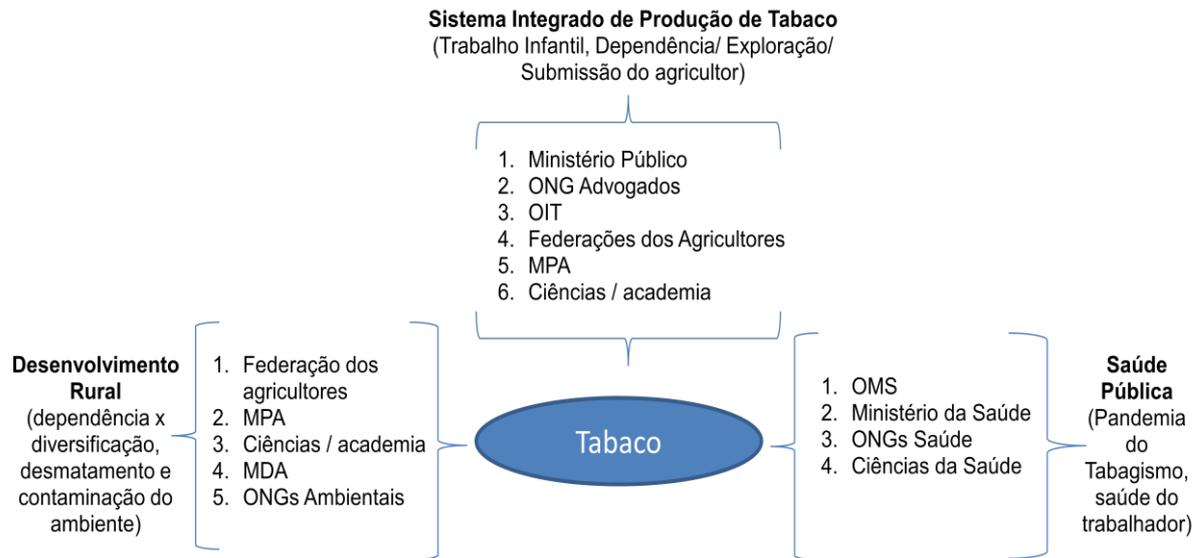
rural debateram o sentido do tabaco para o desenvolvimento, seja porque o tabaco não é considerado um alimento, seja por relações desiguais do Sistema Integrado de Produção, ou ainda pela submissão e dependência dos agricultores na cadeia produtiva, aspectos a serem analisados a seguir.

Levando em consideração as análises sobre a ciência propostas por Callon, Lascoumes e Barthes (2009), compreende-se que a ciência está relacionada aos valores de quem as produz, assim sendo, ela, mesmo legitimada por seu caráter de neutralidade, está pautada em interpretações relacionadas ao interesse de quem as produz assentada sob o argumento do bem comum. Com isso, é fundamental analisarmos as interpretações produzidas pela ciência e legitimadas e disseminadas por Organizações Governamentais e Não Governamentais em torno do tabaco, o que em nossa compreensão, gerou o contexto problemático que exigiu que todos os atores justificassem seus acordos, bem como, formulassem novos, recorrendo a novas e velhas justificações seja para manter ou mudar os acordos, como será analisado nos próximos capítulos.

Nesse cenário, alternativas à produção de tabaco foram levantadas e debatidas como soluções para o desenvolvimento rural e a diminuição do que consideram uma relação de dependência dos agricultores às empresas fumageiras e ao cultivo do tabaco, bem como propostas de agriculturas consideradas mais sustentáveis. As propostas de desenvolvimento e ações em defesa dos agricultores e contrárias à produção de tabaco constituíram objetos privilegiados para a construção de gramáticas legítimas que colocaram à prova instituições que sustentam a realidade do tabaco no Brasil.

Destacam-se, ainda, movimentos de civis, advogados, em denúncias de submissão e injustiça por parte das empresas fumageiras com seus integrados, agricultores que estabelecem contratos diretos com as empresas para a venda do tabaco e a compra dos insumos. Inúmeras são as ações judiciais contra as empresas fumageiras protagonizadas por advogados com vistas à defesa dos interesses dos agricultores e na busca pela diminuição do que consideram o poder das grandes multinacionais.

Figura 13 - Os atores que mobilizam seus respectivos objetos e seres que compõe suas gramáticas de desmoralização do consumo e da produção de tabaco.



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Assim, de uma forma geral, os atores em disputas são compostos pelo setor público, científico, político, econômico e religioso, bem como, a sociedade civil. Nessa relação, também se encontram actantes como o tabaco, os agrotóxicos, o corpo humano e demais seres do ambiente natural. Cabe ressaltar que as dinâmicas de organização e de disputas são maleáveis sendo modificadas ao longo dos anos, de acordo com os interesses e o andamento da disputa. Nesse movimento, evolui o processo de organização e de argumentos críticos e de respostas às críticas, entre os contrários e os defensores do tabaco. Por exemplo, durante as discussões de implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, conforme já exposto no capítulo 01, ao analisar os movimentos dos atores no cenário global em torno da formulação de uma política de regulação de ação global para o controle do tabaco, Scheibler (2006) observou que novos atores e novos espaços de discussão e deliberação foram introduzidos, o que afetou a correlação de forças. Assim, formou-se a disputa entre o grupo que apoiou a ratificação da CQCT, principalmente formada pelos atores que defendem a perspectiva da saúde, e o grupo que não apoiou, formada pela coalizão entre agricultores e agroindústria, principalmente relacionados ao aspecto econômico, segundo Scheibler (2006).

Todos esses movimentos foram levados em consideração, incorporando as gramáticas críticas que denunciam o tabaco como “algo ruim” e que precisa ser controlado ou mesmo extinto, como propõem as visões mais radicais presentes nesse grupo de aliados, no acordo internacional chamado no Brasil de Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Identificado o grupo dos aliados contra o tabaco, nos próximos tópicos serão analisadas as

gramáticas por eles mobilizadas que colocaram à prova a produção e consumo de tabaco gerando, portanto, a situação problemática atual.

3.3 A LEGITIMIDADE E A GRANDEZA⁵ DA SAÚDE PÚBLICA NA DESMORALIZAÇÃO DO TABACO

Se no século XVI e XVII a grandeza do tabaco constituía-se pelas suas características farmacológicas de cura de alguns males à saúde humana, é justamente o mesmo argumento que o transformou nos séculos que se seguiram, principalmente no século XX e XXI, em seu contrário. Sua situação de grandeza foi desmoralizada pela ciência moderna que construiu argumentos que contradiziam as primeiras impressões e os primeiros estudos sobre os benefícios do tabaco para males da cabeça e do estômago, como antes se afirmava. Associando o consumo de cigarros ao câncer, estudos denunciavam as problemáticas deste actante e o desmoralizam por meio de referências que acionam a grandeza da saúde pública. Assim se modifica a grandeza do tabaco no que tange à saúde humana, passando de um componente benéfico para maléfico à saúde humana, alertado como uma pandemia global.

As discussões em torno dos malefícios do tabagismo têm início na década de 1970, quando países membros da Organização Mundial da Saúde iniciam conferências, as quais passaram a ser o espaço de denúncias em relação aos índices de morte em decorrência do consumo de tabaco em todo o mundo. Ao longo dos últimos 30 anos, as discussões evoluíram para a criação de regras com vistas à regulamentação da produção, comercialização e consumo nos países membros da OMS para monitorar a disseminação do que foi chamado de Epidemia Global de Tabagismo.

As críticas em relação aos problemas de saúde decorrentes do consumo rotineiro de tabaco vêm de encontro aos motivos que levaram a sua disseminação no século XVI, o qual foi levado e disseminado pela Europa como uma planta com propriedades medicinais utilizadas pelos povos no ‘novo mundo’. O tabaco estava associado à cura dos males de cabeça, estômago e úlceras cancerosas, o que, mais tarde também passou a ser associado ao prazer social, devido às crenças nas suas propriedades tranquilizantes (SCHEIBLER, 2006).

Contudo, registros mostram que já no século XVII, alguns reis na Europa denunciavam o tabaco tanto por seus malefícios à saúde, quanto por sua imagem social. “Para o rei James I da Inglaterra, o tabaco era repugnante para a visão, horrível para o olfato,

⁵ A grandeza, nesse caso, refere-se às qualificações propostas pela perspectiva teórica e metodológica de Boltanski e Thévenot (1991).

prejudicial para a inteligência e perigoso para os pulmões” (MCGREW, 2004 *apud* SCHEIBLER, 2006, p. 33). A igreja católica e outros movimentos religiosos também assumem o papel de combate ao consumo de tabaco, potencializado pelo movimento antitabagista que cresce, principalmente após a comprovação científica da relação entre o consumo do tabaco e o câncer de pulmão na segunda metade do século XVII.

Com a disseminação dos cigarros no século XIX, o que torna o consumo de tabaco mais prático em relação ao charuto e ao cachimbo, aumentam também as ações do movimento tabagista, com algumas tentativas de regulação estatal para a manufatura e o consumo de cigarros, o que ocorreu, por exemplo, nos EUA (SCHEIBLER, 2006). Ao longo do século XX, as ações antitabagistas ampliam-se, bem como os argumentos científicos em relação às doenças causadas pelo consumo do tabaco. Cientistas unem-se aos religiosos no combate ao vício criando o que Boeira e Guivant (2003) chamam de ‘rede social antifumo’.

Com maior ênfase para esse estudo, observam-se as críticas e ações, principalmente protagonizadas pela Organização Mundial da Saúde ao longo dos últimos 30 anos, as quais dão continuidade às antigas denúncias, anteriormente, relatadas em seu processo histórico. A OMS, criada em 1948, é atualmente formada por 194 Estados membros, tendo como principais princípios estabelecidos em sua constituição, a garantia da saúde da população por parte dos governos, a qual é compreendida como “um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidades” (OMS, 1946). Dessa forma, o princípio de justiça acionado pela OMS em prol do bem comum quanto à saúde pública, legitima as denúncias e ações que essa organização realiza.

Tendo como base esses princípios, a OMS assumiu as denúncias em relação ao consumo de tabaco, fundamentada em diversos estudos que compõe a rede global antifumo (BOEIRA; GUIVANT, 2003). As denúncias foram ampliadas, ao longo dos anos, para os malefícios da produção e fabricação do tabaco para a saúde do trabalhador. Portanto, a OMS surge como uma protagonista na construção dessas críticas, travando disputas com a indústria fumageira, bem como, trabalhando na tentativa de que os países regulamentem a produção e o consumo do tabaco com vistas a sua diminuição.

Dessa forma, as críticas com relação à saúde do consumidor referem-se a pesquisas patrocinadas pela OMS ao longo dos últimos 30 anos que expõem as preocupações com o que passou a ser chamada de Epidemia Global de Tabagismo. Essa é compreendida como o uso recorrente do tabaco, o qual é analisado como um vício humano.

Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10, 1997) e é a maior causa isolada evitável de adoecimento e mortes precoces em todo o mundo. É reconhecido como uma doença epidêmica que causa dependência física, psicológica e comportamental semelhante ao que ocorre com o uso de outras drogas como álcool, cocaína e heroína (INCA, 2017, p. 1).

Os malefícios denunciados pelas pesquisas dizem respeito, portanto, a relação da nicotina com diversas doenças, bem como com a dependência conhecida, popularmente, como vício. Além disso, as denúncias incluem os diversos componentes químicos que são utilizados na fabricação dos cigarros, os quais também estão relacionados a doenças como o câncer, conforme texto do INCA (2017).

A dependência ocorre pela presença da nicotina nos produtos à base de tabaco. A dependência obriga os fumantes a inalarem mais de 4.720 substâncias tóxicas, como: monóxido de carbono, amônia, cetonas, formaldeído, acetaldeído, acroleína, além de 43 substâncias cancerígenas, sendo as principais: arsênio, níquel, benzopireno, cádmio, chumbo, resíduos de agrotóxicos e substâncias radioativas. Algumas dessas substâncias tóxicas também são conhecidas como potenciais irritantes, pois produzem irritação nos olhos, no nariz e na garganta, além de paralisia nos cílios dos brônquios. Desse modo, o tabagismo é causa de aproximadamente 50 doenças, muitas delas incapacitantes e fatais, como câncer, doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas (INCA, 2017, p. 1).

No Brasil, o INCA (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva) constitui umas das organizações porta-voz, assim como a OMS em nível mundial, das críticas relativas às consequências para a saúde humana do consumo recorrente do tabaco. Sendo este um dos principais atores da rede crítica analisada nesse estudo, os documentos por eles emitidos são um dos principais conjuntos de dados aqui analisados.

Tanto a OMS quanto o INCA, ampliaram, ao longo dos anos, os argumentos que justificam a importância da saúde pública em detrimento do tabaco. Assim, não apenas os malefícios para os consumidores, mas as denúncias sob a saúde dos trabalhadores também são incorporadas às críticas e tentativas de desmoralização do tabaco. Desde a produção do tabaco em folha até sua manufatura, diversos trabalhadores entram em contato com o tabaco, fato que vem sendo motivo para olhares científicos e sociais sobre o trabalho em torno do cultivo e manufatura do tabaco. Ao longo dos anos, as críticas em relação ao tabaco saíram apenas do foco da saúde do consumidor para a saúde do trabalhador, tendo em vista o seu contato com agrotóxicos, considerados necessários para o cultivo do tabaco em folha, com a própria folha do tabaco em condições úmidas, bem como o cheiro forte da planta em seu processo de secagem.

No século XXI foram desenvolvidos os primeiros estudos que evidenciaram a absorção da nicotina pelos agricultores produtores de tabaco por meio do contato direto em

suas peles, principalmente em contato com a folha úmida. Os efeitos da excessiva absorção da nicotina pelos agricultores produtores de tabaco ficaram conhecidos como a ‘Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT)’, amplamente divulgada nos meios de comunicação nos últimos 10 anos.

O primeiro registro conhecido sobre a DFVT foi feito na Itália por Bernardino Ramazzini, no século XVIII, e os sintomas descritos eram dores de cabeça e problemas estomacais. Cerca de dois séculos depois a doença passou a ser largamente estudada nos EUA e, em 1970, ela foi descrita na Flórida como uma doença específica dos trabalhadores rurais do tabaco (RIQUINHO; HENNINGTON, 2014, p. 4798).

No Brasil, o primeiro estudo epidemiológico foi realizado no estado de Alagoas em 2007, seguido do estudo realizado em Candelária, no Rio Grande do Sul, em 2008 e São Lourenço do Sul, em 2011. Esses estudos mostraram que a Doença da Folha Verde do Tabaco decorre do “estímulo ou inibição de receptores no sistema nervoso central levando a um quadro clínico de vômitos, náuseas, tonturas e cefaleia, dores abdominais, diarreia, alterações da pressão arterial e da frequência cardíaca durante ou após a exposição à *Nicotiana tabacum*” (RIQUINHO, HENNINGTON, 2014, p.4798). Desde então, ampliou-se o estudo sobre as consequências dessa doença, principalmente entre a área das ciências da saúde⁶.

Concomitante a isso, a atuação da mídia contrária ao tabaco passou a divulgar não apenas os malefícios do consumo do cigarro, mas também os problemas na saúde dos trabalhadores da produção do tabaco em folha. Principalmente nos últimos 05 anos, a mídia⁷ vem atuando de forma intensa na crítica em relação à Doença da Folha Verde do Tabaco e demais problemas de saúde advindos do uso de agrotóxicos.

Um estudo feito no município de Prudentópolis, na região central do Paraná, apontou que o fumo pode causar sérios riscos à saúde dos agricultores que trabalham no cultivo da planta. Além da alta quantidade de agrotóxicos utilizada durante o desenvolvimento do fumo, a colheita também pode causar problemas, pois ao arrancar a folha, o agricultor entra em contato direto com a nicotina, sofrendo intoxicações (CULTIVO, 2014).

A colheita do fumo ocorre nas primeiras horas do dia, quando as folhas estão cobertas pelo orvalho. O contato da pele do trabalhador rural com a folha molhada pela chuva ou pelo orvalho pode causar a doença da folha verde, um tipo de intoxicação aguda provocada pela absorção de nicotina pela pele. Segundo a médica Adriana Skamvetsakis, do Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), não é só a umidade das folhas que leva à intoxicação: “A nicotina é

⁶ Riquinho e Hennington (2014) alertam, ainda, para a necessidade de mais estudos sobre outras consequências relatadas, como a absorção da poeira do tabaco durante a secagem e as lesões musculoesqueléticas decorrente do trabalho e eventuais quedas.

⁷ Refere-se aqui a jornais escritos e televisionados locais e nacionais, pois a temática foi tema, inclusive de uma série de reportagens da TV Record.

hidrossolúvel. Quando existe presença de umidade, através do suor do trabalhador, a absorção é intensificada”. Muitos trabalhadores usam apenas blusas de mangas compridas e luvas plásticas como proteção. É raro alguém que nunca teve um dos sintomas da doença ou que não conheça quem já teve (MARTINS, 2014).

[...] E contam história similar: depois de dias intensos de colheita, sofrem enjoo, vômito, dor de cabeça, tremor, fraqueza. O que, antes, acreditavam ser o desgaste do trabalho pesado, hoje sabem que é intoxicação por nicotina (MILHORANCE, 2014).

Estudo desenvolvido pelo DESER revela que a doença tem maior ocorrência entre produtores de tabaco Virgínia, visto que a colheita desse tipo de tabaco é realizada folha por folha ainda na lavoura, para então serem secadas nas estufas, o que expõe o agricultor ao maior contato com a planta (BONATO et al., 2010). “Essas folhas colhidas, geralmente são carregadas pelo próprio agricultor entre um dos braços e o próprio peito, até serem levadas ao local para o transporte até a estufa” (BONATO et al., 2010, p. 76). O que, contudo, é menos freqüente com a produção de tipo Burley ou Comum, visto que a colheita se dá com toda a planta do tabaco, ocorrendo menor contato com o corpo, o que não elimina a possibilidade de intoxicação (BONATO et al., 2010).

Estudos destacam, ainda, a maior possibilidade de intoxicação por parte das crianças devido ao menor tamanho físico. Segundo Bonato et al (2010, p. 80), os estudos “[...] relevam maior vulnerabilidade nas crianças, quanto a Doença do Tabaco Verde, devido ao menor tamanho físico que as mesmas possuem em relação à dose de nicotina absorvida e a falta de tolerância aos efeitos da nicotina”. Preocupação que, segundo Bonato et al. (2010), está mais relacionada à produção de tabaco em países em desenvolvimento, em que o trabalho infantil ainda é frequente.

Por outro lado, o excessivo uso de agrotóxicos para a produção do tabaco é uma das críticas comumente utilizadas pelos setores científicos e ONGs em defesa do meio ambiente e da saúde do trabalhador. Ao longo dos anos foram realizadas diversas pesquisas que relacionam o uso de agrotóxicos com inúmeras doenças como o câncer e distúrbios neurocomportamentais. Dentre os produtos investigados, os quais estão relacionados a agravos à saúde, estão os inseticidas organofosforados, os fumegantes utilizados, principalmente na esterilização das sementeiras e os fungicidas que contêm manganês na sua composição, o qual estaria relacionado a alterações comportamentais como a depressão, bem como aos distúrbios de movimento como o Parkinsonismo (TRAPÉ; BOTEAGA, 2006). Estudos realizados por Trapé e Botega na região do Vale do Rio Pardo demonstraram a associação do uso de agrotóxicos entre os fumicultores com intoxicações e distúrbios

neurocomportamentais nos membros das famílias. Dentre os componentes associados, Trapé e Botega (2006) destacam o alto índice de manganês encontrado nas análises epidemiológicas.

Portanto, estudos destacam a relação da produção de tabaco com taxas de suicídio nas regiões produtoras, adquirindo espaço na mídia nos anos de 1996. Índices de suicídio, considerados altos, no município de Venâncio Aires alarmaram a imprensa, o que culminou com pesquisas que apontaram a hipótese da relação de agrotóxicos organofosforados com o suicídio. Pesquisa realizada por Falk *et al* (1996) denuncia essa relação e alerta para a necessidade de mais estudos, não apenas na produção de tabaco, que possam comprovar as causas do suicídios nessas regiões.

A reportagem publicada na revista Galileu, além de apresentar as pesquisas que apontam a relação dos agrotóxicos com os índices de suicídio, ainda denuncia a negligência do governo para com esse problema de saúde pública. “O Ministério da Saúde chegou a encomendar um inquérito epidemiológico para averiguar a questão. Passados seis anos, o estudo não foi adiante, e o problema, apesar de ter desaparecido da imprensa, continua” (GIRARDI, 2007, p. 1).

Outros estudos foram realizados pela Universidade de Santa Cruz do Sul em parceria com a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, os quais confirmaram a relação dos agrotóxicos com distúrbios neurocomportamentais. A pesquisa mostrou que o manganês constitui o elemento preponderante para essa relação (TRAPÉ; BOTEGA, 2006).

O que podemos afirmar, até o momento, é que os dados obtidos indicam que já existem indícios suficientes para **formular uma hipótese** para futuras pesquisas: a de que **“o uso de agrotóxicos (especialmente os organofosforados) é um dos principais fatores de risco para suicídios”** (FALK et al., 1996, p. 27, grifos do autor).

Esse estudo mobilizou denúncias nas mídias brasileiras, bem como ações do Ministério Público, as quais foram amplamente contestadas pela indústria do tabaco. Contudo, em entrevista com uma pesquisadora (2015) de uma das universidades da região central, essa expôs as dificuldades em comprovar as relações entre a produção de tabaco e alguns dos malefícios ao agricultor, denunciadas por algumas pesquisas e pelos atores críticos. A entrevistada menciona a angústia de comprovação e suporte científico que fundamentasse as denúncias que emergiam na década de 1990. Nesse âmbito, participou de uma equipe interdisciplinar de pesquisadores, a qual reunia médicos, psicólogos, bioquímicos, entre outros, juntamente com o INCA.

O que resultou daquela pesquisa, meio que desarmou a gente mais ainda [...] Foram feitos exames clínicos, psicológicos, de sangue, etc. O que apareceu acima da média no sangue foi o manganês, e também no segmento das águas dos rios. Naquela época mesmo, nós encontramos um trabalho de doutorado defendido na UNISINOS que diz que a formação da encosta aqui do Planalto Meridional apresenta índices de manganês acima da média. Aí criou a dúvida. Se esse alto índice de manganês, que são neurodepressores e que são cumulativos no organismo, é proveniente da adição artificial, por meio dos agrotóxicos, ou é basicamente proveniente da natureza? Isso merecia uma segunda pesquisa (PESQUISADORA ENTREVISTADA, 2015)⁸.

Mesmo assim, os indícios apresentados por esse grupo de pesquisadores no final dos anos 1990 apontaram a relação maléfica do uso de agrotóxicos na produção de tabaco e a saúde dos agricultores. No relatório publicado, Etges (2001, p. 41), afirma que: “Pode-se aceitar como verdadeira a hipótese de que os agrotóxicos utilizados indiscriminadamente no cultivo do tabaco causam intoxicações e distúrbios neurocomportamentais nos membros das unidades familiares de produção”. Afirmação que também está baseada nos diversos estudos epidemiológicos que ligam os produtos organofosforados às doenças e aos sintomas encontrados nos agricultores que produzem tabaco.

Apesar das dificuldades em comprovar as correlações entre a produção de tabaco e as doenças denunciadas envolvendo os distúrbios psiquiátricos, os estudos difundiram-se entre a sociedade civil. Assim, a produção de tabaco ficou conhecida, entre a sociedade contemporânea, como uma atividade que provoca distúrbios que podem levar ao suicídio entre os agricultores que o produzem. Unindo todos os elementos denunciados pelas pesquisas científicas a sua disseminação por meio da mídia e dos agentes de denúncia, o tabaco foi, assim, desmoralizado ao confrontar com as grandezas legítimas da saúde de todos os que possam a vir a ter contato com o tabaco. Com isso, os objetos científicos, legitimados pela sociedade, foram amplamente divulgados pela mídia, apoiados na construção da grandeza da saúde, principalmente, humana.

3.4 A PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: VINCULANDO O TABACO À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil constitui outro objeto de crítica denunciado internacionalmente na produção do tabaco em folha. A Organização Internacional do Trabalho, bem como

⁸ Em entrevista, a pesquisadora (2015) indica a dificuldade encontrada na época da pesquisa em identificar os componentes no sangue dos estudados. Isso porque, segundo ela, os agentes artificialmente adicionados por meio dos agrotóxicos se modificam ao entrarem em um organismo vivo. Dessa forma, os agentes formaram novas fórmulas químicas, as quais não são possíveis de reconhecimento e relação.

organizações não governamentais, vêm atuando através de denúncias da utilização de mão de obra infantil nas atividades, consideradas por eles, penosas do trabalho com a colheita do tabaco. Como efeito, desde 2009, o Brasil proibiu o trabalho das crianças com o tabaco, sendo de competência do Ministério Público a sua fiscalização⁹.

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) prevê em seu artigo 7º, inciso XXXIII, a proibição de trabalhos perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos, bem como, a proibição de qualquer tipo de trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Seguindo a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil (BRASIL, 1990) busca proteger as crianças e os adolescentes no trabalho, dando a elas a condição de aprendiz desde que, dentre outras coisas, não sejam perigosos, insalubres e/ou penosos.

Essas legislações no Brasil, bem como convenções internacionais protagonizadas pela Organização Internacional do Trabalho, foram usadas como argumentos de denúncias realizadas ao longo dos últimos 20 anos, principalmente no Rio Grande do Sul, quando a produção de tabaco foi posta à prova, pois encontraram descontinuidades entre os enunciados que a sustentam e o que acontece, sob a grandeza da proteção da criação e do adolescente que passou a ser uma preocupação. As denúncias passaram a ser mais coercitivas a partir da Convenção 182 da OIT em 1998, que ficou conhecida como Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, com vistas a enfrentar mundialmente as piores condições de trabalho das crianças e adolescentes, a qual foi ratificada no Brasil em 2000 (BRASIL, 2000a). Compreende-se, a partir da Convenção 182, que qualquer trabalho que possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral das crianças, consideradas para fins dessa convenção, menores de 18 anos, é considerado como piores formas de trabalho infantil.

No Brasil, o Decreto nº. 6.481, de 12 de julho de 2008 (BRASIL, 2008), regulamentou o 3º e 4º artigo da Convenção 182 da OIT, aprovado pelo Decreto Legislativo nº. 178, de 14 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999) e promulgado pelo Decreto nº. 3.597, de 12 de setembro de 2000 (BRASIL, 2000a), as atividades relacionadas ao fumo aparecem na lista das piores formas de trabalho infantil. Destaca-se na lista o processo produtivo do fumo, o beneficiamento, o manuseio de agrotóxicos e a industrialização. Como justificativas, os prováveis riscos operacionais e as prováveis repercussões à saúde envolvem consequências ao esforço físico, a intoxicação por agrotóxicos ou nicotina, relacionados à radiação solar, a

⁹Denúncias nesse sentido, mas com menor intensidade, também são referenciadas aos idosos que trabalham com a produção de tabaco no Brasil. Entretanto, tendo em vista a menor intensidade de crítica sob esse objeto, não será tratada nessa tese.

acidentes, dentre outros que podem provocar problemas de saúde como câncer, envelhecimento precoce, queimaduras na pele, etc.

A realidade da produção de tabaco no Brasil é colocada à prova quando confrontada com esses regulamentos. Com base nisso, o Instituto Nacional do Câncer denuncia a prática do trabalho infantil nas lavouras de tabaco como entrave ao desenvolvimento. Aponta que: “a colheita das folhas de fumo ocorre em dezembro e janeiro, na qual se utiliza, massivamente, a mão de obra infantil. Tanto que o calendário escolar da região do fumo teve que se adequar a esta realidade, antecipando o término do ano letivo ao início da safra” (INCA, 2012). Denuncia, assim, a reestruturação do sistema educacional nas regiões fumicultoras em virtude da necessidade de trabalho nas lavouras de tabaco.

Dessa forma, a produção mundial de tabaco passou a ser denunciada pela utilização do trabalho das crianças e dos adolescentes, principalmente, no processo agrícola de produção, fato que ocorria ou ainda ocorre em diversos países, seja pela contratação de trabalho assalariado das crianças, seja pela participação no trabalho da agricultura familiar. As denúncias presentes nos textos expostos são frutos de mobilizações internacionais em torno da proteção da criança, as quais vêm resultando na criação de legislações proibitivas de trabalho e de garantias de educação. No Brasil, a produção de tabaco é essencialmente familiar e, dessa forma, as denúncias recaem pelo uso do trabalho das crianças e adolescentes nas lavouras de tabaco pelos seus familiares.

Mesmo reconhecendo o regime de trabalho familiar, em estudo realizado pela Organização Civil pelos Direitos Humanos, Almeida (2005, p. 115) denuncia o trabalho infanto-juvenil como uma forma de “corrupção da natureza do grupo familiar”. O autor identifica que o trabalho no regime da pequena propriedade rural não condiz com a lógica compartimentada do trabalho urbano, buscando, principalmente a manutenção da família. Assim, o grupo familiar busca não expor as crianças a trabalhos forçados e com riscos à saúde. Contudo, o autor denuncia o que consideram uma situação de exploração da própria família diante das exigências das empresas e da necessidade de sobrevivência que pode expor às crianças aos perigos. “Quando a pobreza prevalece e a qualidade de vida dentro da pequena unidade rural decai, ocorrem desvios de conduta que induzem à sobre exploração do trabalho dos membros da família, crianças inclusive” (ALMEIDA, 2005, p. 118, grifos do autor).

O pequeno agricultor integrado exige mais de si e de seu grupo, embrutecido com os efeitos da relação desigual contratualmente estabelecida com as transnacionais do tabaco, que lhe escorcha os rendimentos, subjugando-o com o endividamento planejado para atrelar-lhe anos à mesma empresa fumageira e garantir, assim, a previsibilidade e a segurança necessária à acumulação do capital. A família,

buscando honrar seus débitos, chega a aumentar a área plantada na expectativa de libertar-se daquele vínculo servil com uma boa safra, e a carga de trabalho requerido a mais é transferida aos membros do grupo familiar. É nesse momento em que a presença do trabalho infanto-juvenil no meio rural adquire violenta conotação de exploração. Deixa de ser fruto da experiência camponesa de conquista e fixação da posse da terra como perspectiva de manutenção do núcleo familiar, para ser a evidência nefasta do controle, da dominação, da manipulação da relação desequilibrada entre fumicultores e indústrias integradoras (ALMEIDA, 2005, p. 118, grifos do autor).

A gramática de denúncia do uso exploratório do trabalho infantil não acusa diretamente os familiares das crianças na exploração de sua mão de obra no Brasil, mas relaciona-a ao que consideram uma relação de exploração do trabalho dos agricultores familiares pela indústria. Assim, apesar da ênfase no trabalho infantil, as denúncias, por outro lado, também recaem sobre o que denominam de dominação, exploração, etc. promovidos pela indústria, conforme descreveremos no próximo item.

Nesse sentido, Almeida (2005) denuncia a falta de autonomia dos agricultores, o que os submete a uma situação de exploração do trabalho de todos os membros da família. “[...] o fumo não garante aos pequenos agricultores a devida autonomia econômico-financeira para prescindirem da exploração do trabalho infantojuvenil” (ALMEIDA, 2005, p. 41, grifos do autor). Gramáticas também acionadas pelo estudo de Bonato et al., (2010), o qual acusa a baixa rentabilidade dos agricultores como argumento para a necessidade de utilização da mão de obra dos filhos em algumas etapas da produção de tabaco. “Essa realidade é evidenciada principalmente em virtude da demanda por mão de obra, bastante exigida para o cultivo do tabaco, aliada aos baixos preços pagos pelo produto final e às dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria dos agricultores” (BONATO et al., 2010, p. 80).

Com isso, percebe-se que as críticas não estão relacionadas diretamente aos agricultores familiares que fazem uso do trabalho das crianças e adolescentes na produção de tabaco, mas ao que consideram um sistema desigual de produção que ‘obrigada’ os agricultores a essa situação. A acusação, portanto, está direcionada, principalmente, às empresas fumageiras integradoras, referenciadas como exploradoras dos agricultores na medida em que baixos preços são pagos aos agricultores, colocando-os em uma condição de subalternidade.

3.5 O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO POSTO À PROVA: CRÍTICAS ÀS RELAÇÕES DESIGUAIS DE INTEGRAÇÃO

Conforme já descrito anteriormente, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco foi criado no início do século XX e difundido, principalmente, com o processo de modernização da agricultura na segunda metade do século XX, consolidando o Complexo Agroindustrial Fumageiro. Com algumas especificidades para cada empresa, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco vem recebendo muitas críticas no Brasil ao longo dos últimos anos, as quais denunciam a fragilidade dos agricultores produtores de tabaco diante das negociações com as empresas multinacionais.

Conforme já exposto, a relação de integração entre a empresa e o agricultor é formalizada por meio de um contrato de compra e venda de fumo em folha, no qual o agricultor compra todos os insumos necessários para o início da safra, realizando um empréstimo avalizado pela empresa fumageira. Além disso, o agricultor recebe assistência técnica do orientador técnico da empresa para a produção. Ao final da safra, o agricultor vende a sua produção para a empresa integradora, sendo os preços negociados na hora da comercialização. Com a produção, o agricultor paga o financiamento da lavoura, podendo, no próximo ano, novamente realizar o contrato de compra de insumos para a produção e venda do fumo em folha para a empresa.

Alguns estudos acadêmicos realizados ao longo dos últimos 30 anos têm analisado a relação de Integração entre as empresas fumageiras e os agricultores com foco para crítica ao sistema por vezes caracterizado como exploração. Riquinho e Hennington (2006), ao analisar as relações de trabalho no Sistema Integrado de Produção de Tabaco, destacam que a indústria utiliza-se de mecanismos de controle de exploração em busca de qualidade e quantidade de tabaco a um custo vantajoso, mantendo os agricultores atrelados à produção e com pouca margem para desenvolver novas experiências. “Estabeleceu-se um ciclo de exploração e endividamento que gera dependência e subordinação dos trabalhadores” (RIQUINHO, HENNINGTON, 2006, p. 08). A exploração é também acionada como análise do Sistema Integrado de Produção de Tabaco por Vogt (1994), sob o argumento de que as indústrias extraem, no momento da compra do tabaco, o sobretrabalho dos camponeses, remunerando apenas a sua força de trabalho, além de ser a um custo mais baixo. Além disso, destaca um processo que chamou de superexploração do trabalho de toda a família, pois soma o trabalho mercantil com o tabaco ao trabalho para a produção da subsistência (VOGT, 1997). Nesse sentido, Rudnicki (2012) salienta a existência de relações de poder ou de dominação das

empresas com os agricultores que perpassam dispositivos como a construção de relações de confiança por meio do Orientador Técnico.

O Sistema Integrado de Produção de Tabaco além de ser alvo de críticas acadêmicas e dos próprios agricultores, também é alvo de processos guiado pelo Ministério Público (MP) desde 2007 (RUDNICKI; GUERIN, 2014), tendo em vista o que identificam como uma relação de dependência do agricultor em relação à indústria. Em 2007, uma Ação Civil Pública foi realizada pelo Ministério Público do Trabalho do Paraná contra a Souza Cruz S.A, a AFUBRA e o SINDITABACO em relação ao desequilíbrio na relação existente entre a empresa e o agricultor. Dentre as denúncias da ação estão o “endividamento, a miséria, a servidão, as doenças, os suicídios, a exploração do trabalho da criança e do adolescente, a desagregação social e familiar e degradação da natureza” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2007, p. 21).

As denúncias do Ministério Público do Trabalho demonstram que os agricultores familiares são hipossuficientes na sua relação com as empresas, sendo estes convencidos pelos orientadores técnicos das empresas a assinar os Contratos de Integração mal esclarecidos e impostos aos produtores rurais (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2007). Outro ponto de denúncia apresentado nessa ação consiste no endividamento dos agricultores com as empresas.

Importante destacar que os pequenos produtores rurais, após convencidos da “vantagem” de se tornarem produtores de fumo, assumem dívidas perante instituições financeiras que os mantêm atrelados à atividade por anos seguidos, querendo ou não permanecer produzindo fumo, sob pena, inclusive, de perda de seu único patrimônio, que é a sua pequena propriedade agrícola, único meio de subsistência. Tal endividamento caracteriza, sem sombra de dúvidas, submissão dos trabalhadores rurais aos interesses econômicos das empresas, caracterizando-se como “sujeição a condições análogas a de escravos”, conforme conceituação legal (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2007, p. 6-7).

O endividamento dos agricultores com as empresas integradoras é uma crítica recorrente entre os órgãos de proteção do trabalhador e nas análises acadêmicas. De acordo com o Ministério Público do Trabalho, essa prática rotineira do sistema de integração garante às empresas os fornecedores de matéria prima barata por um longo tempo (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2007). Além disso, execuções de dívidas dos agricultores pelas empresas levaram a denúncias do Movimento dos Pequenos Agricultores ao Ministério Público Federal em 2007. De acordo com a denúncia, a ação de cobrança de débito realizada pela empresa Aliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda levou ao suicídio de uma

agricultora de 61 anos em Vale do Sol, após ter sua safra retida pela empresa como pagamento de dívida.

Estamos juntando todas as provas sobre a ocorrência que foi registrada na delegacia de polícia do município”, disse Wilson Rabuske, que coordena o MPA em Santa Cruz do Sul, na região central do estado. “Vamos pedir também uma avaliação sobre a forma como as empresas de fumo tratam os produtores; a revisão dos contratos unilaterais - onde os agricultores não têm acesso aos controles das dívidas; uma análise sobre os arrestos praticados e a atuação do judiciário nesses casos”, explica Rabuske. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2007, p. 9).

Além disso, a denúncia relata a relação desigual de preços nos agrotóxicos, sendo os agricultores obrigados a comprar o pacote tecnológico que os orientadores técnicos orientam. Acusam também a AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil, a comercializar os agrotóxicos a preços mais elevados que o mercado. Os preços pagos pela compra do fumo em folha também são denunciados pelo Ministério Público do Trabalho que expõe a classificação do produto.

Não bastasse isso tudo, a praxe, depois de colhido e processado o fumo, ocorre a etapa de sua “classificação”. Fato rotineiro na cadeia produtiva do fumo é que os pequenos produtores se empenham ao máximo para produzir o fumo da mais alta qualidade, a fim de conseguir o melhor preço, mas na hora da entrega a cotação sempre fica muito aquém de suas expectativas e do que os orientadores haviam prometido. Destaque-se que isso se faz, como sempre, da forma mais arbitrária possível por parte das Empresas, posto que não é dada ao produtor qualquer garantia de que o fumo realmente se enquadra na classificação feita por elas. Ao produtor, sempre, cabe simplesmente acatá-la, pois a única opção seria deixar de vender o fumo, importando-lhe prejuízo ainda maior. Ademais, é importante ter em conta que nunca é sabido de antemão qual será o preço de cada tipo de fumo: os produtores de fumo trabalham durante um ciclo de produção inteiro e somente na hora de vender suas lavouras é que tomam conhecimento de quanto valerá a safra (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2007, p. 8).

São as negociações entre o agricultor que almeja comercializar a sua safra e a empresa compradora, os maiores alvos de crítica por parte das organizações internacionais e nacionais que buscam proteger o agricultor. Apontam, portanto, relações desiguais de comercialização, considerando o agricultor um elo frágil dessa cadeia produtiva, seja pela baixa escolaridade dos agricultores familiares produtores de tabaco no Brasil, seja pela submissão do agricultor diante da necessidade de comercializar sua safra para pagamento de suas dívidas com as empresas. Aspectos levantados pelos movimentos de crítica, os quais chegaram ao Ministério Público que solicita revisão das relações de trabalho.

“O que a gente quer é o reconhecimento do vínculo de emprego com essas pessoas [agricultores], com pagamento de férias, 13º salário, assinatura em carteira, fundo de garantia, que são direitos de qualquer trabalhador”, afirma a Procuradora do Trabalho Cristiane Kraemer Gehlen Caravieri, uma das responsáveis pela proposição das ações (FREGONA, 2008).

Nos três estados do sul do Brasil, onde a produção de tabaco está concentrada, o Ministério Público vem protagonizando o movimento de crítica em torno dessa temática. Essas críticas visam mudanças significativas nas relações de trabalho entre as empresas e os agricultores buscando reconhecê-los como trabalhadores da indústria fumageira, tendo assim outros direitos trabalhistas. “Nas ações civis públicas, MPT exige o fim dos contratos individuais com os agricultores e o reconhecimento do vínculo empregatício, com o pagamento dos direitos trabalhistas” (FREGONA, 2008, p. 1). Em suas críticas, o Ministério Público do Trabalho admite que o objetivo das ações refere-se à proteção das relações de trabalho dos agricultores familiares que produzem tabaco, não objetivando a extinção da produção.

Observa-se ainda, a crítica à herança cultural em torno da produção de tabaco no sul do Brasil. “Nesse aspecto, essa "herança cultural" não passa de mais uma faceta do regime de escravidão a que vem se submetendo o nosso País” (FREGONA, 2008, p. 1). Assim, o MPT de Santa Catarina reitera que a herança cultural de produção familiar de tabaco, nas condições atuais, traz prejuízos à saúde, à moral e a desigualdade de trabalho e remuneração entre os agricultores. Com essa justificativa, traz a necessidade de que as empresas contratem serviços de terceiros para substituir a mão de obra infantil nas propriedades familiares, bem como melhor remunerem o trabalho do agricultor.

A denúncia também destaca a não concorrência entre as empresas.

"As empresas atuam em cartel", constata Margaret Ramos de Carvalho, procuradora do Trabalho no Paraná. "A relação é a mesma, não concorrem entre si. O produtor, ainda que mude de empresa, continua no mesmo sistema de integração. Ele está em condições análogas à de escravo, e compromete toda sua saúde", acusa (PERES, 2011, p. 1).

Fato que também é acionado por Almeida (2005) em pesquisa apoiada pela Organização Civil pelos Direitos Humanos. O autor aponta os contratos como forma de cercear a liberdade dos agricultores na negociação dos preços ao final da safra e impede a concorrência entre as empresas. “É realizar reserva de mercado, favorecendo a formação do “cartel do tabaco” e o controle do processo de endividamento dos agricultores, necessário para a previsibilidade e segurança dos contratos de exportação firmados com o mercado internacional” (ALMEIDA, 2005, p.45, grifos do autor). Além disso, denuncia que a livre concorrência também é afetada na medida em que os contratos entre agricultores e empresas também prevêm a venda dos insumos por parte das últimas (ALMEIDA, 2005).

Assim, nas denúncias das operações críticas, os contratos do Sistema Integrado de Produção de Tabaco são relacionados à geração de dependência do agricultor com as empresas. Mesmo tentando migrar para outra empresa, as críticas apontam que as formas contratuais são as mesmas, impossibilitando a concorrência entre as empresas e a escolha dos agricultores. Além disso, estudos apontam que a dependência é legitimada pela indústria através de um universo simbólico construído a partir da relação de mediação de um técnico, chamado de instrutor agrícola, e auxiliada pelos meios de comunicação que acompanham todo o processo de plantio e comercialização de acordo com Rudnicki (2012) e Rudnicki e Guerin (2014). A inserção do orientador técnico nas propriedades tem a função principal de vender os insumos necessários, garantindo o contrato com a empresa e fiscalizando a comercialização ao final da safra. Para as autoras, a dependência revela-se a partir da necessidade de elevada demanda de recursos para a produção intensiva de fumo suprida pelas empresas, as quais também garantem a compra das folhas secas do fumo ao final da safra (RUDNICKI; GUERRIN, 2014).

Dessa forma, o Sistema Integrado de Produção de Tabaco é posto à prova pelas ONGs, Ministério Público e demais atores que buscam defender os agricultores do que consideram como um processo de exploração desses pelas empresas fumageiras. A gramática de denúncia, portanto, recai sobre um sistema contratual considerado por eles como desigual, desmoralizando-o frente à construção de uma justificação que torna pequeno o SIPT em detrimento da grandeza das relações igualitárias de comercialização. Aspectos que estão interligados ao outro ponto de crítica que envolvem as concepções sobre desenvolvimento.

3.6 O DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: MAS QUE DESENVOLVIMENTO?

Por fim, a justificativa para a desmoralização do tabaco também está nos debates sobre desenvolvimento. Esse é apresentado sob diversos contextos pela ciência, os quais são acionados por diversos atores seja para apresentar o tabaco como grande ou pequeno, ou seja, para promover ou criticar a produção de tabaco. Nessa seção, apresentaremos o desenvolvimento como um dos objetos de crítica sobre a produção de tabaco, buscando identificar quais as interpretações que relacionam o tabaco a um processo de não desenvolvimento.

Primeiramente, observa-se que a produção de tabaco vem sendo amplamente criticada pelos prejuízos ao meio ambiente. Dentre as denúncias estão a contaminação do solo e da

água pela utilização dos agrotóxicos e, principalmente, o desmatamento, seja para a abertura de novas lavouras, seja diante da necessidade de grande quantidade de lenha para a secagem do tabaco Virgínia. Pesquisas científicas e organizações não governamentais vêm denunciando à produção fumageira a partir de gramáticas relacionadas aos prejuízos degradantes para o meio ambiente.

Como parte de um contexto de contestação aos agrotóxicos em todo o mundo, a produção de fumo é denunciada como uma das maiores consumidoras de agrotóxicos. Além dos malefícios denunciados, já descritos acima, as consequências apresentadas pelas organizações referem-se à contaminação dos mananciais de água e do solo pelo excessivo uso de produtos químicos, não apenas agrotóxicos, mas também fertilizantes. O estudo realizado pela Universidade de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo, identificou os efeitos toxicológicos dos compostos químicos utilizados na produção de tabaco para os organismos vivos. Com isso, Lobo, Rathke e Brentano (2006) identificaram que, apesar do sistema *float*, tecnologia de preparação da muda, a qual vem substituindo os canteiros em terra, ter diminuído a utilização de agrotóxicos altamente tóxicos, ainda assim, existem contaminantes significativos.

[...] dos pesticidas utilizados no sistema *float*, os fungicidas Manzate ou Dithane (mancozeb), são considerados altamente tóxicos, sendo aplicados 135g, de 5 a 6 vezes, na sementeira. O fungicida Rovral (iprodione), também é considerado altamente tóxico sendo aplicados 30g, de 4 a 5 vezes em 45 m² na sementeira. O inseticida Orthene (acephate), também utilizado para as bandejas do sistema *float*, é considerado moderadamente tóxico para *Daphnia magna* e são utilizados 60g de 3 a 4 vezes por 45m² (LOBO; RATHKE; BRENTANO, 2006, p. 63-64).

O sistema *float* de produção de mudas, o qual é realizado pelos agricultores em suas propriedades, foi criado pelo Complexo Agroindustrial Fumageiro como uma resposta às denúncias e pressões dos organismos internacionais. O foco estava na eliminação do uso do Brometo de Metila das atividades agrícolas, o qual foi possível a partir desse novo pacote tecnológico (LOBO; RATHKE; BRENTANO, 2006)¹⁰. “[...] as mudas são produzidas em bandejas que flutuam sobre uma lâmina de água previamente fertilizada e que dispensa o uso do brometo” (LOBO; RATHKE; BRENTANO, 2006, p. 46). Contudo, de acordo com os autores, outros agrotóxicos recomendados continuam a ser utilizados. A principal consequência denunciada por essa pesquisa está na eliminação da água do sistema *float* após a retirada da muda de fumo para o plantio na lavoura. O descarte da água é realizado no terreno da propriedade, contaminando o solo e os recursos hídricos.

¹⁰Esse sistema, assim como outras estratégias de resposta às críticas por parte das empresas, serão analisadas no capítulo 05.

Além disso, o estudo realizado por Lobo, Rathke e Brentano (2006) apresenta os níveis de toxicidade referentes aos agrotóxicos utilizados na continuidade do manuseio do tabaco realizado após o plantio das mudas na lavoura.

Dos pesticidas utilizados na lavoura, o Doser ou Lorsban 480 BR (clorpirifós) é considerado extremamente tóxico ao organismo-teste sendo necessário apenas 0,10ppb para causar efeito de mobilidade, sendo usado até 1 L por hectare e aplicado até duas vezes por safra. Ainda, o pesticida Solvirex (disulfoton), também é extremamente tóxico, sendo necessário apenas 13ppb para causar efeito deletério à *Daphnia magna*, utilizando-se na lavoura 15kg por hectare por safra, sendo necessário apenas 6,4 ppb para apresentar toxicidade ao organismo-teste. O herbicida Herbadox 500 CE (pendimethalin) é extremamente tóxico e o herbicida Poast (sethoxydim), altamente tóxico para *Daphnia magna*, sendo aplicado 1,5-3,0 e 1,25-2,0 L, respectivamente, por hectare, por safra (LOBO; RATHKE; BRENTANO, 2006, p. 64).

Além das consequências dos compostos químicos para o meio ambiente, outra crítica recorrente refere-se ao desmatamento realizado, principalmente, para a secagem do tabaco Virgínia, bem como a poluição causada pela combustão da madeira. Essa variedade, vulgarmente conhecida entre os agricultores como 'estufa', tem seu processo de cura ou secagem a partir de estufas, as quais retiram o calor de fornalhas movidas à lenha. A denúncia consiste na retirada da lenha necessária para as fornalhas da mata nativa pelos agricultores que produzem tabaco, o que provoca desmatamento de áreas, algumas de preservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul.

Dentre os atores que promovem a crítica e, portanto, questionam as instituições e colocam à prova a produção de tabaco, o Instituto Nacional do Câncer traz em suas campanhas sobre os malefícios do tabaco, o desmatamento como um dos elementos de suas críticas.

O tabaco, além de prejudicar a saúde de quem fuma, agride o meio ambiente, pois florestas inteiras são devastadas e utilizadas como combustível para alimentar os fornos à lenha e as estufas, que secam as folhas do fumo antes de serem industrializadas. As ações de desmatamento para a produção de tabaco contribuem de forma significativa para o desmatamento global, correspondendo a aproximadamente 5% do total desmatado nos países em desenvolvimento. Para cada 300 cigarros produzidos, uma árvore é queimada. Cada 15 maços de cigarro que chegam ao mercado sacrificam uma árvore (INCA, 2017, p. 1).

De acordo com estudo realizado e divulgado pelo DESER, Bonato et al. (2010), cada estufa queima cerca de 50m³ de madeira por safra. O estudo denuncia, ainda, que apesar das campanhas das empresas fumageiras e das ações de reflorestamento, a reposição não é

suficiente, bem como não favorecem a biodiversidade local (BONATO et al., 2010)¹¹. Por esses meios, os estudos e ONGs atacam a produção de tabaco, questionando a sua sustentabilidade, como um dos sentidos do desenvolvimento.

Além das concepções ambientais, estudos sobre desenvolvimento, em suas dimensões, vêm denunciando as regiões produtoras de tabaco pelos seus baixos índices. Em boletim divulgado pelo DESER (2009, p. 4), “Fumo não gera desenvolvimento: IDH dos municípios produtores de fumo é mais baixo”, é a crítica em relação às justificações do tabaco como um dos propulsores do desenvolvimento nos municípios produtores. Sob os mesmos argumentos e legitimado pela análise científica, Conterato (2010) mapeia a produção de tabaco no Rio Grande do Sul, relacionando sua concentração em regiões de desenvolvimento rural médio e baixo, com pouca variação ao longo dos anos. Com essa fundamentação, Conterato (2010) questiona o desenvolvimento rural em regiões ou em áreas produtoras de tabaco, associando à vulnerabilidade das famílias produtoras e as baixas taxas de IDH.

A vulnerabilidade dos agricultores familiares fumicultores é um dos temas recorrentes nos estudos sobre desenvolvimento rural em áreas produtoras de tabaco (SCHNEIDER, 2010; RAMBO et al., 2013; FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015; FREITAS, 2015; 2016). Nesses, a centralidade do desenvolvimento desloca-se dos recursos naturais e físicos disponíveis para a ação humana em direção aos meios que as pessoas possuem para enfrentar as adversidades, com foco na importância da liberdade dos indivíduos para agir da forma que quiserem em busca dos seus objetivos. O foco dessa agenda, a qual vem debruçando-se sobre a análise das famílias fumicultoras, com forte influência na criação de políticas públicas para o rural, compreende o desenvolvimento a partir do bem-estar no rural e a superação das vulnerabilidades.

Essas pesquisas denunciam a crescente vulnerabilidade social e econômica do campo, principalmente, dos agricultores familiares, como consequência do modelo de agricultura de exportação, pautado basicamente na produção de *commodities*. Os pesquisadores do desenvolvimento rural vêm demonstrando, assim, a necessidade de modelos de desenvolvimento mais autônomos, com foco na diversificação dos meios de vida que acarretarão na ampliação das possibilidades de escolha dos indivíduos (SCHNEIDER, 2010; RAMBO et al., 2013; FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015; FREITAS, 2015; 2016). Aspecto demonstrado pela análise de Freitas (2015) que identifica, por meio de índices que

¹¹ Como argumentos das denúncias dos efeitos maléficos ao ambiente, o estudo do Bonato et al. (2010) demonstra que, na safra 2008/2009, 170.650 estufas estiveram em funcionamento, com um consumo de 8,5 milhões de m³ de madeira, o equivalente a 4 milhões de toneladas, emitindo um total de 35 milhões de toneladas de gases (BONATO et al., 2010, p. 79).

mediram as condições de vida das famílias produtoras de tabaco, melhores condições de vida para as famílias menos dependentes da Cadeia Produtiva de Tabaco e, portanto, mais diversificadas. Assim, como principal resultado da pesquisa, Freitas (2015) aponta que por meio dos instrumentos científicos da sociologia é possível desconstruir a “ideia de que o sistema integrado da Cadeia Produtiva do Tabaco gera ou geraria desenvolvimento para a região a partir de um processo de crescimento econômico, geração de riqueza, incremento técnico e produtivo” (FREITAS, 2015, p. 246).

Com isso, percebe-se um movimento científico no sentido de denunciar, com a legitimidade conferida à ciência, as condições de vida das famílias fumicultoras, questionando as justificações que ligam a produção de tabaco ao desenvolvimento das regiões e famílias produtoras. Esses estudos buscam argumentar, portanto, que quanto menor a dependência ou a especialização das famílias à produção de tabaco e, portanto, maior diversificação das condições de vida, maiores são as condições de superação da vulnerabilidade em que essas famílias se encontram e, assim, compreende-se o desenvolvimento (FREITAS, 2015).

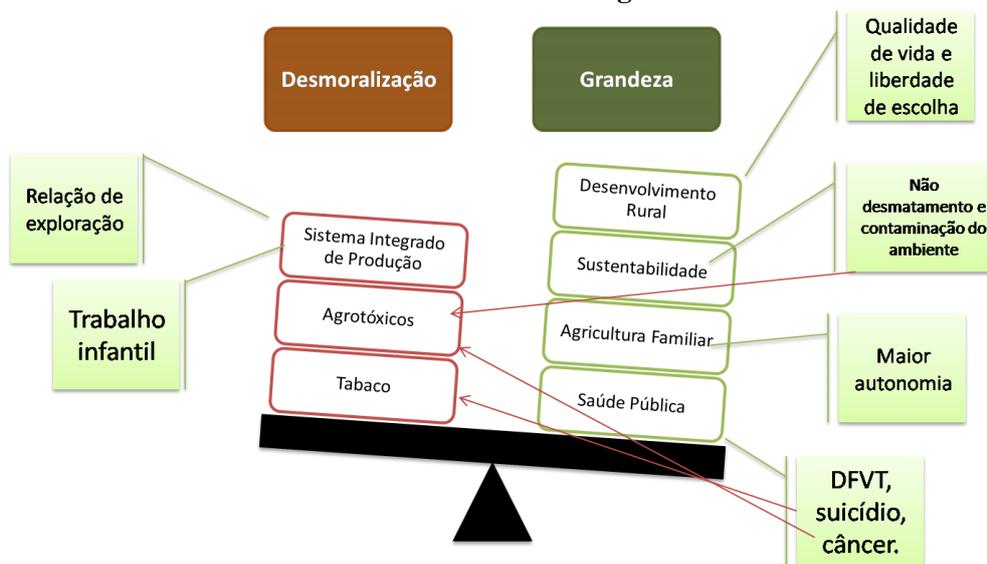
Portanto, quando o desenvolvimento, acionado como objeto que confere grandeza ao tabaco por parte dos atores em disputa, é colocado à prova, novas interpretações são mobilizadas para criticar a grandeza do tabaco. Está em questão o valor atribuído à situação de vulnerabilidade dos agricultores familiares, produtores de tabaco, nesse sistema, bem como, a compreensão sobre o desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento é entendido como ampliação das capacidades humanas, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental para as análises críticas da produção de tabaco no Brasil. Qualificações usadas para desmoralizar a produção do tabaco, muitas vezes reivindicado como propulsor do desenvolvimento pelos seus defensores.

As críticas e denúncias aqui apresentadas fazem parte da gramática utilizada pela rede que atua em âmbito internacional e nacional contrárias ao consumo e à produção de tabaco. Gramáticas de desmoralização das questões que envolvem tanto o consumo quanto a produção do tabaco no Brasil e no mundo são construídas a partir de denúncias de injustiças de atores que se consideram porta-vozes da sociedade, como os atores responsáveis pela saúde pública, pelas relações de trabalho, pelo meio ambiente e pelo desenvolvimento.

As interpretações apresentadas buscam legitimidade nas diversas ciências, chegando aos níveis jurídicos e midiáticos. A pesquisa mostra que muitas das denúncias realizadas sobre a produção de tabaco estão justificadas por argumentos científicos, considerados legítimos na sociedade contemporânea, visto que os sistemas peritos são reconhecidos como portadores da verdade. Principalmente, nessa arena composta, de um lado, por organismos

internacionais, representantes dos cidadãos e, de outro, as empresas multinacionais, que representam o sistema econômico contemporâneo, são nos argumentos científicos que ambos os lados recorrem para justificarem suas posições na disputa. Por exemplo, as pesquisas sobre as consequências dos agrotóxicos na saúde humana e do meio ambiente são cada vez mais frequentes nos últimos 30 anos, o que exige das empresas multinacionais pesquisas que contrapõem as críticas ou, ainda, novas tecnologias em respostas a essas.

Figura 14 - Representação dos objetos e seres que compõem as gramáticas de operação crítica na arena da fumicultura em nível global.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Com isso, o capítulo buscou identificar os objetos e dispositivos acionados para mobilização de momentos críticos de disputa com foco na desmoralização do consumo e da produção de tabaco em nível global. Como resultado, ao mapear a rede de atores que mobiliza os momentos críticos, observou-se a forte atuação da OMS, OIT, Ministério Público do Trabalho e Instituto Nacional do Câncer, apoiados por organizações não governamentais, alguns setores midiáticos e, principalmente, fundamentados nas pesquisas científicas advindas das universidades nacionais e internacionais. As denúncias têm como principal objeto o tabaco e, associado a ele, os agrotóxicos e o Sistema de Produção Integrado que são constantemente desmoralizados em contraposição à grandeza da saúde pública (proteção à saúde dos consumidores e dos produtores de tabaco), da agricultura familiar (com vistas a sua autonomia e liberdade de escolha), da sustentabilidade (relacionada à proteção ao meio ambiente) e do desenvolvimento rural (associado aos princípios do desenvolvimento humano e qualidade de vida).

Nessa arena, as denúncias são sempre referidas às empresas fumageiras e ao próprio actante tabaco de forma fragmentada na medida em que cada ator crítico aponta para um dos princípios de grandeza acionados. Fato que gera um movimento de resposta das empresas, bem como de muitos agricultores e seus representantes, conforme será exposto nos próximos capítulos. Assim como, nos próximos capítulos será melhor analisada a compreensão de que essas críticas, por serem fragmentadas e possibilitarem respostas das empresas a partir de pequenas mudanças no sistema, podem ser consideradas reformistas, possibilitando a manutenção e o aprimoramento do Complexo Agroindustrial Fumageiro.

4 AS CRÍTICAS PARTEM DO CAMPO E CHEGAM AO CAMPO: DENÚNCIAS E RESPOSTAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO

As denúncias de injustiça não são privilégio da rede descrita no capítulo 02, formada por ONGs, representantes da ciência, OMS, etc., mas também são realizadas pelos próprios agricultores familiares produtores de tabaco, bem como alguns de seus representantes. Em nível local, as disputas entre os agricultores e empresas são históricas, anteriores ao movimento da rede de desmoralização do tabaco. As denúncias protagonizadas pelos agricultores também se referem ao actante tabaco (dentre outros actantes, como o sol) e à relação com as empresas fumageiras, corroborando com algumas das denúncias da rede anteriormente apresentada. Além disso, os agricultores criticam as ações dos governos e reivindicam maior reconhecimento enquanto categoria profissional. Isso porque, as críticas externas chegam até os agricultores, que reagem ora em concordância, ora em discordância, bem como construindo justificações para a defesa ou contrariedade. Com isso, identificamos um movimento local de crítica e denúncia de injustiças que são mobilizados, principalmente, pelos agricultores familiares.

Ao seguir os atores, conforme metodologia escolhida, a partir da rede de desmoralização do tabaco, chegou-se nos agricultores familiares fumicultores e, entre eles, encontrou-se uma gramática de denúncias próprias, as quais não seguem exatamente as interpretações apresentadas anteriormente. Com isso, tornou-se importante apresentar as críticas oriundas dos mundos dos agricultores familiares entrevistados buscando compreender quais são os objetos e argumentos que mobilizam essas críticas, ou seja, em que momento os acordos estabelecidos entre os agricultores familiares, o tabaco e as empresas fumageiras são colocados à prova a ponto de emergirem reflexões e questionamentos no universo local dos agricultores fumicultores? No mesmo diálogo, os agricultores apresentam quais e como as críticas sobre a produção de tabaco chegam até eles, manifestando relações de grandeza acionadas para dar suporte às suas denúncias. Essas são fundamentais para entender como as gramáticas críticas chegam até uma das pontas de interesse da crítica, quais são as justificações¹ e como os agricultores constroem seus quadros valorativos a partir da interação entre eles, bem como com os demais atores da arena e suas experiências cotidianas.

¹O ponto das justificações que surgem a partir do confronto dos agricultores com as operações críticas será objeto de análise do capítulo sobre as instituições que sustentam a fumiicultura.

Metodologicamente, optou-se por apresentar esse movimento crítico separadamente da rede de desmoralização do tabaco, mesmo que se observa a interdependência entre os atores, ou seja, que as críticas circulam pelos diferentes espaços e são construídas a partir da interrelação entre os atores.

Nesse âmbito, os resultados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 28 famílias agricultoras e produtoras de tabaco (ou ex-produtoras) em três municípios das regiões centro-oriental e centro-ocidental do Rio Grande do Sul. Além disso, foram entrevistados representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de dois dos municípios, bem como representantes da EMATER – RS de todos os municípios e o representante da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA).

Ao confrontar-se com as indagações das entrevistas, os agricultores expuseram suas críticas, suas justificações e suas reivindicações. Metodologicamente, as críticas foram compiladas com vistas a reunir os elementos compartilhados, ultrapassando a individualização, mas buscando os argumentos comuns acionados pelo grupo. Com isso, as críticas dos agricultores giram em torno de quatro elementos principais: a disputa dos preços do tabaco comercializado junto às empresas e a reivindicação de valorização mercantil; a penosidade do trabalho braçal com o tabaco em tempos em que a agricultura é mecanizada; os malefícios dos agrotóxicos e do calor e, a falta de apoio governamental e a reivindicação de reconhecimento e valorização da agricultura familiar fumicultora.

Cabe destacar que as gramáticas não são analisadas como influenciadas ou não por algum dos atores envolvidos na arena. Compreende-se que tanto as críticas quanto as justificações são oriundas da interação entre a realidade e mundo, conforme exposto por Boltanski (2009), entre os diferentes atores que compõem essa arena em uma relação interdependente entre o local e o global. Dessa forma, os agricultores não são analisados como vítimas da relação de dominação que as empresas exercem sobre eles, ou ainda, como seres acéfalos que são dominados pelos discursos das empresas. São, portanto, compreendidos como atores que constroem suas críticas e justificações, a partir de suas interações com os demais atores sociais, bem como actantes, que conformam as experiências vividas que dão sustentação aos valores e princípios compartilhados e acionados.

Identifica-se, ainda, que as entrevistas conformaram um espaço que apresenta a situação problemática em torno do tabaco, propício à manifestação dos agricultores, mesmo não sendo esta um espaço público. Dessa forma, os elementos emergiram tanto para dar voz às críticas dos agricultores com relação à produção de tabaco, quanto para denunciar as críticas por eles recebidas, bem como manifestar as percepções e reações sobre essas. Nesse

sentido, apesar de serem categorizadas de acordo com a análise, percebeu-se que as justificativas estão articuladas nas falas dos agricultores, não devendo ser compreendida separadamente.

4.1 AS DISPUTAS HISTÓRICAS ENTRE AGRICULTORES FUMICULTORES E AS EMPRESAS FUMAGEIRAS: REIVINDICAÇÃO DE VALORIZAÇÃO MERCANTIL²

Historicamente, os agricultores no sul do Brasil vêm reivindicando melhores condições de negociação na comercialização do tabaco junto às empresas fumageiras integradoras. Como forma de mobilização, os fumicultores realizaram protestos, criaram a Associação dos Fumicultores do Brasil, responsável pelas negociações anuais com as empresas, bem como promovem outras estratégias de negociação e de concorrência. Contudo, muitos agricultores identificam a falta de cooperação e união entre os agricultores na comercialização do tabaco, o que dificulta a negociação com as empresas, visto que é uma ação individual, com pouco poder dos agricultores na hora da transação.

Os contratos com as empresas integradoras são realizados anualmente com cada agricultor, os quais preveem a venda de insumos e o financiamento do custeio da lavoura, bem como assistência técnica e a garantia da compra ao final da safra, de acordo com a estimativa da quantidade de tabaco plantado que foi declarado no contrato. Ao final da safra, o agricultor envia o produto à empresa, podendo acompanhá-lo como forma de manter uma relação mais direta com a empresa na hora da venda de seu produto. Os preços dos produtos são tabelados de acordo com cada empresa, bem como são negociados pela AFUBRA e demais representantes dos agricultores como, por exemplo, os sindicatos dos trabalhadores rurais, junto às empresas fumageiras. Os valores são estabelecidos por classe, categorias estabelecidas de acordo com a qualidade e o tipo de tabaco, conforme tabela abaixo.

Anualmente, as entidades representativas dos agricultores fumicultores dos três estados do sul do Brasil tentam reunir-se com as empresas fumageiras atuantes nos Estados e negociar reajustes nas tabelas dos preços. Atividade que vem sendo realizada desde a criação da AFUBRA. A Associação dos fumicultores do Brasil nasce no contexto da necessidade encontrada pelos fumicultores de negociação com as empresas, dentre outros fatores, em 1955.

² Por vezes foram usadas nomenclaturas relacionadas às cidades de Boltanski e Thévenot (1991), mas não foram seguidas as classificações por eles propostas.

Tabela 2 - Tabela ilustrativa da classificação de qualidade e do tabaco e preço de compra negociado pelos representantes dos fumicultores com algumas das empresas fumageiras da safra 2014/2015.

Preços referenciais do tabaco 2014/2015

TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS DO TABACO																							
Safra: 2014/15 - R\$/kg																							
JTI Kannenberg						CCSC, PM e CTA						Alliance One, CBT, Premium e Universal											
Burley / Marland			Comum			Burley / Marland			Comum			Virginia		Burley / Marland		Comum		Virginia		Burley / Marland		Comum	
CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	R\$/kg	R\$/arr.	CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	R\$/kg	R\$/arr.	CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	R\$/kg	R\$/arr.
TO1	9,33	139,95	T1	8,30	124,50			TO1	9,33	139,95	T1	8,30	124,50			TO1	9,33	139,95	T1	7,80	117,00		
TO2	7,88	118,20	T1L	7,49	112,35			TO2	7,88	118,20	T1L	7,50	112,50			TO2	7,88	118,20	T1L	7,05	105,75		
TO3	5,57	98,55	T2	7,28	109,20	3,90	58,50	TO3	5,59	100,35	T2	7,29	109,35	3,90	58,50	TO3	5,59	100,35	T2	5,85	102,75	3,67	55,05
TR1	7,35	110,25	T2L	5,78	86,70	3,85	57,75	TR1	7,27	109,05	T2L	5,78	86,70	3,84	57,60	TR1	7,27	109,05	T2L	5,43	81,45	3,61	54,15
TR2	5,01	75,15	T3	5,17	77,55			TR2	4,99	74,85	T3	5,18	77,70			TR2	4,99	74,85	T3	4,87	73,05		
TR3	2,84	42,60	T3L	4,56	68,40			TR3	2,90	43,50	T3L	4,55	68,25			TR3	2,90	43,50	T3L	4,28	64,20		
TL1	5,70	85,50	TK	3,34	50,10	2,75	41,25	TL1	5,06	90,90	TK	3,34	50,10	2,75	41,25	TL1	5,06	90,90	TK	3,14	47,10	2,58	38,70
TL2	4,42	66,30	B1	8,63	129,45			TL2	4,70	70,50	B1	8,63	129,45			TL2	4,70	70,50	B1	8,11	121,65		
TK	3,36	50,40	B1L	7,78	116,70			TK	3,58	53,70	B1L	7,78	116,70			TK	3,58	53,70	B1L	7,31	109,65		
BO1	9,81	147,15	B2	7,38	110,7	4,88	73,2	BO1	9,81	147,15	B2	7,37	110,55	4,87	73,05	BO1	9,81	147,15	B2	6,93	103,95	4,58	68,7
BO2	8,49	127,35	B2L	6,49	97,35	4,81	72,15	BO2	8,49	127,35	B2L	6,49	97,35	4,82	72,3	BO2	8,49	127,35	B2L	6,1	91,5	4,53	67,95
BO3	5,71	100,65	B3	5,85	87,75	3,91	58,65	BO3	5,83	102,45	B3	5,85	87,75	3,92	58,80	BO3	5,83	102,45	B3	5,50	82,50	3,68	55,20
BR1	7,73	115,95	B3L	4,87	73,05	3,78	56,70	BR1	7,64	114,60	B3L	4,86	72,90	3,79	56,85	BR1	7,64	114,60	B3L	4,57	68,55	3,56	53,40
BR2	5,64	84,60	BK	4,20	63,00	3,25	48,75	BR2	5,61	84,15	BK	4,19	62,85	3,26	48,90	BR2	5,61	84,15	BK	3,94	59,10	3,06	45,90
BR3	3,65	54,75	C1	8,43	126,45			BR3	3,75	56,25	C1	8,43	126,45			BR3	3,75	56,25	C1	7,92	118,80		
BL1	7,00	105,00	C1L	7,72	115,80			BL1	7,46	111,90	C1L	7,71	115,65			BL1	7,46	111,90	C1L	7,25	108,75		
BL2	5,67	85,05	C2	7,35	110,25	5,53	82,95	BL2	5,03	90,45	C2	7,34	110,10	5,53	82,95	BL2	5,03	90,45	C2	5,90	103,50	5,20	78,00
BK	4,40	66,00	C2L	6,49	97,35	5,36	80,40	BK	4,70	70,50	C2L	6,49	97,35	5,37	80,55	BK	4,70	70,50	C2L	6,10	91,50	5,05	75,75
CO1	9,43	141,45	C3	5,70	85,50	4,65	69,75	CO1	9,42	141,30	C3	5,70	85,50	4,66	69,90	CO1	8,85	132,75	C3	5,36	80,40	4,38	65,70
CO2	8,27	124,05	C3L	4,70	70,50	4,39	65,85	CO2	8,27	124,05	C3L	4,69	70,35	4,38	65,70	CO2	7,77	116,55	C3L	4,41	66,15	4,12	61,80
CO3	5,49	82,35	CK	4,2	63	3,57	53,55	CO3	5,68	100,20	CK	4,19	62,85	3,58	53,7	CO3	5,28	84,20	CK	3,94	59,1	3,36	50,4
CR1	5,69	100,35	X1	7,78	116,7			CR1	5,61	99,15	X1	7,78	116,7			CR1	5,21	93,15	X1	7,31	109,65		
CR2	4,73	70,95	X1L	7,45	111,75			CR2	4,70	70,50	X1L	7,46	111,90			CR2	4,42	66,30	X1L	7,01	105,15		
CR3	2,94	44,10	X2	6,54	99,60	4,39	65,85	CR3	3,02	45,30	X2	6,63	99,45	4,38	65,70	CR3	2,84	42,60	X2	5,23	83,45	4,12	61,80
CL1	7,00	105,00	X2L	6,20	93,00	4,20	63,00	CL1	7,46	111,90	X2L	6,20	93,00	4,19	62,85	CL1	7,01	105,15	X2L	5,63	87,45	3,94	59,10
CL2	5,67	85,05	X3	5,17	77,55			CL2	5,03	90,45	X3	5,18	77,70			CL2	5,67	85,05	X3	4,87	73,05		
CK	3,51	52,65	X3L	4,70	70,50			CK	3,75	56,25	X3L	4,69	70,35			CK	3,52	52,80	X3L	4,41	66,15		
XO1	8,27	124,05	XK	3,74	56,10	3,02	45,30	XO1	8,27	124,05	XK	3,75	56,25	3,02	45,30	XO1	7,77	116,55	XK	3,52	52,80	2,84	42,60
XO2	5,95	104,25	N	1,53	22,95	1,57	23,55	XO2	5,95	104,25	N	1,52	22,80	1,56	23,40	XO2	5,53	97,95	N	1,43	21,45	1,47	22,05
XO3	5,61	84,15	G	0,55	9,75	1,07	16,05	XO3	5,70	85,50	G	0,64	9,60	1,07	16,05	XO3	5,36	80,40	G	0,60	9,00	1,01	15,15
XR1	5,22	93,30						XR1	5,20	93,00					XR1	5,83	87,45						
XR2	3,84	57,60						XR2	3,83	57,45					XR2	3,60	54,00						
XR3	2,20	33,00						XR3	2,26	33,90					XR3	2,12	31,80						
XL1	5,20	93,00						XL1	5,61	99,15					XL1	5,21	93,15						
XL2	5,03	75,45						XL2	5,36	80,40					XL2	5,04	75,60						
XK	2,58	38,70						XK	2,75	41,25					XK	2,58	38,70						
G2	3,36	50,40						G2	3,58	53,70					G2	3,36	50,40						
G3	0,87	13,05						G3	0,93	13,95					G3	0,87	13,05						
N	2,09	31,35						N	2,36	35,40					N	2,22	33,30						
SC	0,82	12,30						SC	0,93	13,95					SC	0,87	13,05						
ST	0,51	7,65						ST	0,57	8,55					ST	0,54	8,10						

TABACO - TABELAS DE PREÇOS SAFRA 2014/2015

Tabela JTI: preços mínimos para a safra 2014/15 da empresa JTI, inclusos 6% de reajuste sobre tabela diferenciada.

Tabela CCSC, PM e CTA: preços mínimos para a safra 2014/15, inclusos os 6,4% de reajuste linear a toda a tabela, houve assinatura do protocolo.

Tabela Alliance One, CBT, Premium e Universal Leaf: preços mínimos para a safra 2014/15, inclusos os 6,4% de reajuste para as posições "B" e "T" do Virginia, não houve aumento para o Burley e Comum, não houve assinatura do protocolo.

Fonte: AFUBRA (2016).

Tinham empresas, mas eram poucas, mas também tinham as cooperativas, mas por sua vez, as cooperativas também não tinham condições de venda [...] Mas o que acontecia era que eles vendiam uma safra, plantavam a outra e iam iniciar a comercialização da seguinte, ainda não haviam recebido pagamento da anterior. Aí a falta de assistência e de representatividade também naquela época, porque os sindicatos surgiram a partir de 60. Dependiam muito, principalmente na época, fábrica de cigarros tinha a Souza Cruz e a Companhia de fumo Santa Cruz e aí depois mais tarde surgiram as empresas mais fortes, multinacionais. Mas na época a questão era bastante difícil porque o mercado não era tão exportador como é agora, o mercado exportador na verdade iniciou praticamente em 70, tinha alguma coisa antes, mas ele foi muito forte a partir de 70. Aí então a AFUBRA também iniciou com assistência junto aos produtores representando os produtores na negociação de preço das empresas né (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ ENTREVISTA, 2015).

O contexto do nascimento da representatividade é anterior à formação do Complexo Agroindustrial Fumageiro. Contudo, as negociações, a comercialização e os preços já eram um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores. De acordo com o representante da AFUBRA, até 1980, a entidade, sozinha, realizava as negociações com as empresas. Posteriormente, outras entidades representativas dos agricultores foram aderindo e, atualmente, são 07 entidades do sul do Brasil que participam da mesa de negociações. “Então, no RS é FETAG e FARSUL e suas coirmãs em SC e PR e mais a AFUBRA. Então, nós somos 07 entidades que representam os produtores” (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015). A relação estabelecida entre essas entidades e as empresas são relações de negociação que representam uma das maiores reivindicações e denúncias de injustiça por parte dos agricultores, o preço do produto. “Nós como representantes defendemos, então, o produtor. A relação que a gente tem ela é uma relação de negócio né. Isso é um amadurecimento muito grande” (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

Os preços, dessa forma, são tabelados de acordo com as negociações estabelecidas pelos representantes. Contudo, os contratos são realizados individualmente e nem sempre são de conhecimento dos agricultores. Esses aderem às regras da empresa para receber os financiamentos anuais necessários para o início da safra. Das 28 famílias fumicultoras entrevistadas, 23 reconhecem que nunca leram os acordos que assinaram. Dos que leram os materiais entregues pelas empresas, reconhecem que não há garantias para o agricultor.

Eles entregam um contrato que eles se comprometem com a compra do fumo só que eles não se comprometem em pagar bem. O preço eles não dizem, só dizem que vão comprar a produção, eles fazem estimativa e o que ta dentro da estimativa eles te garantem que vão comprar só que vão pagar o que eles querem (FAMÍLIA Nº 07, AGRICULTORA DE 46 ANOS, 2015).

De acordo com um intermediário entrevistado e ex-produtor de tabaco, os contratos não dão e nunca deram garantias ao produtor de tabaco. “O produtor de fumo pra empresa de fumo não tem valor nenhum. O contrato é pra vender os insumos e pra ter um controle de quantos mil pés de fumo vai ser plantado. Isso é o mais importante pra eles” (INTERMEDIÁRIO E EX-PRODUTOR DE TABACO, 2015).

São, portanto, os preços que geram disputas entre os agricultores e as empresas, sendo a comercialização o momento em que os acordos do Sistema Integrado de Produção são colocados à prova. É nesse momento, portanto, que a crítica vem à tona a partir das reflexões dos agricultores sobre as condições de vida junto ao sistema de produção de tabaco. Esse descontentamento foi reivindicado de forma pública em manifestações junto às empresas fumageiras. Alguns dos atores relatam a primeira greve realizada pelos agricultores familiares fumicultores em 1989, durante a comercialização da safra desse ano.

A greve começou com as lideranças do movimento, que eram várias, mas produtores dos municípios. Eles bloqueavam os portões de entrada das indústrias, os caminhões não conseguiam descarregar. Começou numa quinta ou sexta. Aí veio a notícia de que eles não tinham organização entre eles, que eles não tinham comida, que ninguém tava coordenando nada. Então a primeira ação nossa foi levar uma sacola de sanduíches e água e fomos distribuindo. Dali já foi para reuniões e aí a repressão baixou feio, bateram muito, prenderam, etc. Aí o movimento mudou a estratégia, foi para as estradas, bloqueou as estradas de acesso a Santa Cruz dos Sul e Venâncio Aires. Aí a violência foi bem maior. Na época eu escrevi uma apreciação do movimento. Como era um movimento autêntico dos produtores, a gente acabou apostando muito nele. Dele surgiu o Sintrafumo, foi considerado o primeiro sindicato por ramo de produção na agricultura... Ele existiu por 2 ou 3 anos, e hoje não existe mais, se desintegrou (PESQUISADORA ENTREVISTA, 2015).

Mais recentemente, novas manifestações foram organizadas demonstrando as denúncias e reivindicações públicas de melhoria nas condições de negociação da comercialização do tabaco. Ao final da safra de 2014/2015 foram organizadas manifestações junto às empresas fumageiras. De acordo com o representante da AFUBRA, as manifestações ocorreram por desacordo nas negociações, como uma forma de pressionar as empresas para a melhoria dos preços.

[...] a gente até tinha fechado acordo com algumas empresas, com a Souza Cruz, aumento de 6,4%, a Philips Morris e a CTA em Venâncio Aires. A JTI ela deu um percentual de aumento em si a tabela ficou igual dessas outras três que falei. O porém é que ela valoriza mais os fumos maduros e tirou o valor dos fumos menos maduros. Então os O ficam maduro e os L não. Aí nós não concordamos com isso. Se eles querem mais fumo O, que eles então bonifiquem o produtor que produz fumo O, e por isso que nós não assinamos o acordo com eles. E com as outras sim. E esse ano nós tivemos um problema de comercialização porque mesmo sendo um sistema integrado ainda influi na comercialização a questão de oferta e demanda (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

As ações mobilizaram agricultores de várias regiões, buscando criticar as empresas pelos baixos preços que estavam pagando pelo tabaco em folha. O protesto, nominação dada à mobilização, foi acionado e organizado pela AFUBRA e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados à FETAG. Segundo representante do STR de um dos municípios analisados e fumicultor, a sensibilização ocorreu em um ano em que tanto a produtividade, em função dos efeitos climáticos, quanto o preço estiveram baixos, gerando uma crise intensa na produção. “Quando há falta de fumo, o interesse do sindicato é procurar essas mobilizações para pelo menos, já que a produção foi baixa, que o preço seja bom. O que nos decepcionou esse ano que teve duas frustrações, a produção baixa e o preço baixo” (REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTOR, 2015).

Apesar da participação nas manifestações pela melhoria dos preços do tabaco, o agricultor da família nº 06 reconhece a procura como um dos itens fundamentais para a melhoria das condições de negociação com as empresas.

Naquele dia que foi ido lá não acendeu luz nenhuma, só apagava. Nós ia nas empresas. Só que depois daí uns dias deu que nem no final que foi bem o fumo. Mas daí eles notaram que faltou né. Na verdade se eles vê que tem sobrando eles não podem, se eles fizeram as contas meio errada, se perderam um pouco e daí quando faltou eles pagam bem (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015).

Argumento corroborado pelo intermediário e ex-fumicultor ao falar na mudança dos preços na safra 2014/2015. “Porque no início da safra vieram esses estrangeiros e não se acertaram na venda. Acharam a qualidade ruim e então foi indo assim, aí procuraram outros compradores e depois no fim eu acho que venderam, pra quem não sei. Aí eles queriam. Aí pagavam o que não valia” (INTERMEDIÁRIO E EX-FUMICULTOR, 2015). Revela-se, assim, na valoração construída pelos agricultores a partir das suas interações e experiências, que a procura pelo produto é um dos importantes critérios para a melhor comercialização ou melhoria dos preços por parte das empresas. Aspecto que também é levantado para a flutuação nos preços na mesma safra, o que vem ocorrendo nos últimos anos.

Nesse sentido, alguns entrevistados denunciam, também, a falta de organização dos agricultores fumicultores, o que, segundo eles, possibilita a inconstância das empresas na hora das negociações.

Só que eu acho assim, todas as classes, que nem professor, todas as classes, caminhoneiro e coisa, eles protestam e acabam conseguindo tudo. O colono eu acho que é muito fraco, desunido. Por exemplo, assim, um diz assim, vamos segurar o fumo até tal dia, porque eles também, a firma tem contrato pra vender esse fumo, o cara pode se calçar um pouquinho, embora que as contas tu pode ir renegociando,

tem contas que agüenta. Só que daí tem uns que te dizem assim, vamos segurar e daí dois ou três dias marcam carga e mandam, daí ficam dois ou três pra traz e eles perdem também. Seria bem simples, era só fazer um preço do fumo assim e segurar assim meio pareio. É tal preço. Eles têm contrato que vence também (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015).

Como mesma alternativa, a crítica da falta de organização dos agricultores também é relatada por outro entrevistado que apresenta as dificuldades.

Chaveia o teu galpão e vai e senta na sombra. Deixa em casa. Toda a colônia tinha que fazer isso. Mas sempre um e outro vende e não adianta. Um precisa, o outro precisa, ai chega um colono pro outro né e diz: “a se tu quiser que eu faço isso ai eu tranco o meu galpão mas tu tem dinheiro pra me sustenta? (FAMÍLIA Nº 25, AGRICULTOR DE 38 ANOS, 2015).

Contudo, as ações conjuntas de negociação com as empresas não foram bem sucedidas. Durante a comercialização da safra 2014/2015, houve a tentativa de negociação de um grupo de produtores em um dos municípios entrevistados, com uma das empresas que apresentavam, nessa safra, grande procura pelo produto. A tentativa partiu de alguns agricultores, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a qual não foi bem sucedida em virtude da diferença de opinião entre os agricultores.

Portanto, observa-se que a inconstância das empresas estabelece uma insegurança denunciada por 90% dos agricultores entrevistados, sendo um dos principais elementos de descontentamento. “Elas tentam tirar o que elas podem por pouco e depois se vê que vai faltar fumo em um, aí uma paga mais que a outra pra preencher o que elas precisam” (FAMÍLIA Nº 07, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015). Assim, apesar dos valores variarem de acordo com a tabela de classificação, os agricultores reclamam da forma como os avaliadores fazem a classificação, o que, segundo eles, depende muito da procura pelo tabaco durante a safra. “Olha, depende o ano. Tem ano que instrutor, que até o mato pega e ano que ta ruim não” (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015). “Mas assim, tipo, eles não sabem reconhecer o fumo, muitas vezes. Parece que tem classificadores que sentam lá pra passar o tempo. Vai passando o fumo e ele rebaixa o plantador que ele quer e sobe o plantador que ele quer” (FAMÍLIA Nº 02, AGRICULTORA DE 25 ANOS, 2015).

Assim, as relações de comercialização são denunciadas em todas as entrevistas analisadas, bem como estão presentes nas rodas de conversa durante todo o ano, mas de forma mais intensa entre os meses de janeiro a junho, período de comercialização da safra no Rio Grande do Sul. As críticas dos agricultores com relação às empresas fumageiras denunciam a falta de segurança com relação ao preço do produto que é objeto das negociações. Assim, o

agricultor expõe a sua insegurança em cultivar um produto no qual a segurança do ‘mercado garantido’ para a produção de tabaco é acompanhada da insegurança do valor recebido na sua venda.

Eles não deixam muita coisa certa assim. Tu pergunta e pergunta eles te deixam indeciso e tu fica até com medo, será que esse ano eu vou conseguir vender meu fumo bem ou não. Elas não te dão uma decisão certa, olha pode plantar que embora que tiver crise ou não nós vamos valorizar o produto de vocês. Eles não deixam certo isso. Aí tu fica naquela corda bamba, eu planto fumo ou não planto. Mas igual tem que plantar né (FAMÍLIA Nº 02, AGRICULTORA DE 25 ANOS, 2015).

A insegurança quanto ao preço final do produto, além da insegurança também denunciada pelos agricultores quanto ao aspecto climático, devido à fragilidade do tabaco, é expressão de descontentamento com a atividade por eles desenvolvida no rural.

Não teria vida melhor que aqui, só que o cara tem que ter um pouquinho mais de apoio assim. Eu acho que vender um pouquinho melhor. Saber, to plantando aqui tantos mil pés de fumo, saber que eu vou vender no ano que vem por tal preço. Pelo menos o preço, porque o tempo até é Deus que sabe. Que nem ali tu ta com 50 ou 60 mil pés de fumo plantado. Tu tem as contas pra pagar. Eu vou colher 500 arroba de fumo. Daí tu chega lá e colhe as 500 arrobas de fumo, dá tudo certo, fica faceiro e daí tu tem que, tu fica ali um mês antes de vender não dorme de noite e acorda na madrugada pensando, quanto que eu vou ganhar, fulano ganhou tanto e siclano tanto. Daí tu manda lá e pega um cara mal humorado no dia, numa questão de meia hora te levou tudo teu fumo, tua safra por 5, 6, 10 mil a menos (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015).

Com base nisso, a família entrevistada de número 06, se coloca como empregados das empresas fumageiras, como uma expressão de autocrítica em relação à sua posição nas transações em torno da cadeia produtiva do tabaco.

Nós somos tudo empregado da firma, por tabela assim, porque eu to plantando fumo agora e a firma sabe meu lucro e sabe tudo. Se eles vêem que esse ano deu bastante lucro, no ano que vem eles tratam de encurtar um pouquinho, pode cuidar. O ano que tu vai bem demais, no outro ano, sei lá o que eles fazem e daí eles [...] (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015). Sem contar que eles sabem quanto os produtor vão fazer pra saber se vão comprar bem ou mal (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTORA DE 30 ANOS, 2015).

A relação com a empresa também é criticada pelo seu distanciamento. O orientador é o vínculo mais próximo dos agricultores com as empresas integradoras. Identificação realizada pelos agricultores que, ao mesmo tempo, vêem-no como um representante da empresa e, por isso, os orientadores buscam beneficiá-la. “[...] não existe um diálogo com a empresa sabe, tem o orientador que vem aqui na casa, que auxilia a gente [...], mas a gente sabe que se fosse pensar em questão de preço e de comercialização tem pouco diálogo, em

todas as empresas sabe, é meio assim [...]” (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).

A denúncia revela um desejo de que os contratos de garantia de compra sejam também de garantias de preços, visto que os valores variam significativamente ao longo dos anos e, por vezes, entre as empresas ou entre produtores que possuem contratos com a mesma empresa. “O fumo é o único produto que não tem preço. Entende? O arroz tu vai vender tu sabe quanto tu vai ganhar, o milho, o feijão, mas o fumo não” (FAMÍLIA Nº 02, AGRICULTORA DE 25 ANOS, 2015). Essas discontinuidades nas relações de comercialização do tabaco, denunciadas pelos agricultores, indicam as diferenças existentes entre o tabaco e demais produtos agrícolas conhecidos por eles.

Buscando atender reivindicações dos agricultores, deputados federais e estaduais propuseram, em 2015, projetos de lei para a regulamentação da comercialização do tabaco. Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, “o deputado estadual Zé Nunes (PT) apresentou Projeto de Lei que prevê que a classificação do tabaco seja feita nas propriedades dos agricultores produtores do Rio Grande do Sul, no ato da aquisição do produto. O objetivo é facilitar o acompanhamento e dar transparência na análise” (SANTOS, 2015, p. 1). Com as mesmas proposições, na Câmara de Deputados, representantes do Vale do Rio Pardo propuseram um Projeto de Lei que:

Estabelece que a classificação do tabaco - de estufa ou de galpão - produzido por produtor integrado e a entrega à indústria integradora deverão ser efetuados no estabelecimento rural onde ocorrem as etapas finais do processo, com a participação das duas partes. A regra mudaria o formato atual, onde a compra ocorre nas dependências das empresas compradoras. Pelo projeto, tanto o produtor integrado quanto a indústria integradora poderão contar com a assistência de suas entidades representativas para a classificação do tabaco, que deverá obedecer às especificações estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (WACHOLZ, 2015, p. 1).

Os deputados acusam a cadeia produtiva de tabaco como um modelo oligopsônico de mercado, o qual é denunciado por eles pela centralização da comercialização do tabaco em poucas empresas. Assim, os deputados dizem-se porta-vozes dos agricultores que reivindicam uma forma mais transparente de comercialização e classificação do tabaco, bem como buscam estabelecer novas provas com o objetivo de equilibrar a relação nas negociações entre as empresas e os agricultores.

Segundo Moraes, a iniciativa partiu de uma demanda levantada durante audiência pública realizada em maio, em Camaquã. Para ele, o sistema atual encurrala os produtores “O produtor é massacrado na esteira e não tem para quem pedir socorro porque está em terreno alheio. Geralmente são homens rudes, que não estão acostumados a argumentar. O preço é rebaixado e a única alternativa que resta é

colocar o fumo dentro de um caminhão e voltar, então acabam vendendo”, colocou (GAZETA DO SUL, 2015, p. 1).

Além das manifestações realizadas, os agricultores, individualmente buscam estratégias de negociação e, assim, expõem as suas críticas justificando as suas condutas. Por interpretarem, ao longo dos anos, como ocorrem as transações com as empresas fumageiras, foram desenvolvendo condutas que buscam driblar as incertezas. Como uma das ações que passou a ser realizada por muitos agricultores nos últimos 15 anos (segundo eles), o acompanhamento da classificação do tabaco junto à empresa fumageira é realizado pela maior parte dos agricultores entrevistados. Os produtores acompanham o caminhão que transporta a sua produção até a empresa e aguardam o início do processo de classificação, podendo contestar a avaliação do “classificador” ou, ainda, retirar o tabaco da empresa e retornar à propriedade com o produto não comercializado, o que permite a possibilidade de negociação com o classificador da empresa.

Eu fui ano passado. É bom, tu te sente melhor porque tu passa o ano inteiro produzindo, é tão bom tu ir lá e poder negociar com o comprador sabe. Até o teu produto vale mais lá, porque a maioria não vai, aí tu vai, conversa e ele até dá uma melhoradinha. Até, a gente vai porque a gente percebeu que dá um efeito, tu tá lá vender o teu produto (FAMÍLIA N° 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).

Foi identificado, nas entrevistas, que entre os critérios que fazem com que os agricultores acompanhem o tabaco na hora da comercialização está a quantidade de tabaco enviada e as condições da safra. Ou seja, os agricultores não comercializam a sua safra em uma única vez, dividindo-a de acordo com a necessidade de recurso ou ainda, as movimentações de preço. Assim, fazem testes com as empresas. Contudo, também reconhecem quando o seu produto não está bom, de acordo com suas avaliações, ou quando a safra não garantiu a qualidade e, dessa forma, compreendem a classificação proposta na hora da comercialização. Também identificam os anos chamados “bons” de comercialização e, nesses, não há necessidade de acompanhamento, pois a classificação, em suas interpretações, sempre é favorável. Esses são anos que, segundo os agricultores, há falta da oferta de tabaco e as empresas precisam cumprir com seus contratos de venda.

Entre os entrevistados, apesar de acompanharem a classificação do tabaco e negociarem com o classificador da empresa, raramente os agricultores voltam para casa com o produto, principalmente porque o transporte de retorno deve ser custeado por eles. De acordo com o argumento da agricultora: “a gente vai mandar de volta, vai ter que pagar todo o frete de volta. Aí se tu sabe que aquele ano o produto não tá valendo muito, não adianta tu ter todo

o trabalho de trazer de volta, tirar tudo dos fardos, desmancha tudo, sabe (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015). Assim, a prática de acompanhar o produto consiste em uma estratégia de conversar com o classificador e argumentar sobre a qualidade do produto, ou ainda, exercer certa pressão sobre a classificação.

Outra estratégia adotada pelos agricultores é a comercialização do tabaco com mais de uma empresa, inclusive empresas as quais eles não são integrados. Essa prática é conhecida entre os agricultores como “desvio”, ou seja, há o contrato de compra e venda com uma ou duas empresas fumageiras, com uma estimativa de produção, a qual, ao final da safra, não é entregue pelo agricultor que “desvia” o produto ou parte do produto para outra empresa ou para um intermediário que é conhecido por eles como “picareta”. Essa é uma prática que já foi realizada, pelo menos em uma safra, por 26 das 28 famílias agricultoras entrevistadas.

O desvio é convencionalmente autorizado pelas empresas na medida em que não existem coerções sobre essa prática. Assim, mesmo que os agricultores tenham rompido o contrato em uma safra, a maior parte das empresas autoriza novos contratos nas próximas safras, com exceção da empresa Souza Cruz. “

A Souza Cruz que é mais chata, se tu tem uma estimativa de entregar 10 mil kg pra eles e não entregar, eles não te fazem pedido na próxima safra, mas as outras não tem problema nenhum. Se tu tem um débito com eles, tu pega o instrutor, vai lá no banco, deposita, paga a conta e deu” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Se outra firma pagar mais, por exemplo, a Aliance pagar mais que a JTI, tu pode mandar na JTI, mas tu tem que pagar a Aliance. Eles não cobram. Eles fazem questão de receber o fumo, mas se outra firma ta pagando mais e tu quiser desviar. Tu pagando a tua dívida, eles te dão o pedido normal. Tu só não pode ficar devendo (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015).

Os agricultores, assim, observam o movimento da comercialização da vizinhança e, munidos dessas informações, agem a partir de uma expectativa gerada pelo histórico da ação da empresa durante a safra. Além disso, muitos são orientados pelos intermediários (vulgarmente chamados picaretas) que apontam as estimativas de preços para cada empresa com as quais eles transacionam. Nesses momentos há um grande movimento especulativo e a rotina dos agricultores, durante esses meses, gira em torno dos preços pagos pelas empresas que são abertamente compartilhados entre eles.

O “desvio” pode acontecer tanto diretamente para outra empresa¹, por meio da procura do próprio orientador técnico que, nesse momento atua como “comprador” ou, por meio de intermediários, que são trabalhadores autônomos ou possuem uma empresa de compra e venda de tabaco.

A firma também já fez isso. Se tu ficar por último e não precisar mandar antes, são poucos que não precisam, mas as vezes tem gente que vai deixando pra pegar um preço melhor. As vezes chega a vir dois ou três, de duas a três firmas no mesmo dia na tua casa. Deixa que vou ligar pro chefe e te pago tanto. Aí tu espera o outro chegar e ver a proposta. Aquela que for melhor. Quem pode esperar né. Um ano já deu, nós fizemos isso. Quem mais faz aqui é o Clenio que é mais folgado um pouco e ele espera (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015).

Deixemos em casa, dai tem preço né, tu vende 50 arroba e vende 1000 da diferença ali, quantas vezes que veio o supervisor ali. Se é ano ruim não da muita diferença, mas ano que ta escasso da boa diferença, ta loco, nos chegamos em um ano ganhar 20 mil a mais por segurar 10 dias (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

A ação dos intermediários também pode variar de acordo com as regiões e as safras. Nos municípios estudados, o intermediário é acionado pelas empresas às quais ele transaciona, a partir das demandas por tabaco na empresa. Dessa forma, a empresa repassa ao intermediário a tarefa de buscar produto que ela necessita para cumprir seus contratos.

Porque assim, nós trabalhamos diferente. Pra nós não comprar, porque envolta muito dinheiro e não tem como comprar. Aí a gente ganha o frete e uma comissão. A empresa pede tanto fumo, tipo e qualidade, aí a gente leva e aí eles dizem nós queremos esse tipo de fumo e tantas cargas e aí se vocês conseguem pra nós. Aí com o produtor nós fizemos diferente, nós garantimos um valor, senão tu não consegue carregar. Aí pra carregar tu tem que garantir, vai dar tanto, se faltar tu vai ter que pagar. Vamos supor, vou carregar teu fumo, eu quero 90,00, tudo bem, se der 89 nós vamos ter que tirar um real do bolso e se der 92 ou 93 é dele. Até temos uma chance de brigar pra chegar nesse valor. Mas não é assim, vai dar, porque eles comentam. Vocês trabalham com o fumo e vocês conhecem o que é fumo e então não adianta vocês dizerem, traz aqui que vai dar, vocês é que tem que ver. Olham e vê. Claro que vamos dar uma ajuda, mas não é 100% (INTERMEDIÁRIO E EX-FUMICULTOR, 2015).

Nesses casos, o preço pode ser estipulado na propriedade, tendo o agricultor, garantido um valor que é estipulado por arroba (15 kg), ou ainda, na empresa sob os mesmos critérios de classificação, mantendo a insegurança quanto o preço de comercialização. “Na hora. Eles dizem o teu fumo vale 100 reais na arroba. E se na firma tá pagando pouco, a gente vende por fora pra quebrar um galho (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015).

¹ Em muitos casos entrevistados, os agricultores dividem a produção em dois ou três contratos com duas ou três empresas diferentes, dependendo da quantidade produzida, o que possibilita a ação do “desvio” na comercialização.

Essa não é uma prática antiga, mas uma estratégia e uma convenção recente entre as empresas e destas com os agricultores nos municípios estudados. Assim, eles identificam que os acordos tornaram-se mais flexíveis e a lei da oferta e da procura tornou-se mais intensa. “Lá por perto da companhia Souza Cruz, há tempos os produtores já faziam isso, mas aqui começou a entrar a pouco isso, lá por 2000, começou a vender pra outra, o jogo de quem paga mais, leva” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 66 ANOS, 2015). Fato corroborado na entrevista realizada com um dos intermediários. É nos anos 1990 que novas empresas entram no mercado da fumicultura do Rio Grande do Sul e, apresentam uma estratégia diferenciada. Apesar de também realizarem contratos com os agricultores, estimulam a compra de produtores integrados a outras empresas na medida em que necessitam de tabaco para cumprir com seus acordos de comercialização.

Elas têm os produtor, mas elas também pegam comigo. Essa questão que eu tava te falando. Quando elas querem, não interessa se for plantador da JTI, se for da Universal ou de quem seja o fumo tem que vir, nós precisamos do fumo seja de quem for. Nem os produtor deles eles exigem que deixe quieto, pode carregar. Só alguns casos de alguns que tão devendo de alguma safra anterior e aí eles passam a lista. Essa que é a questão (INTERMEDIÁRIO E EX-FUMICULTOR, 2015).

Assim, a crítica dos agricultores expõe a sua condição e ativa os seus mundos desestabilizando as instituições vigentes. Dessa forma, não são apenas as críticas externas que mobilizam as situações de incerteza, mas a interação entre os vários actantes e entre o mundo e a realidade, que promove constantemente momentos críticos, momentos em que as instituições são colocadas à prova.

4.2 “AQUI É TUDO NO BRAÇO”: DENÚNCIAS SOBRE O DESGASTE DO TRABALHO BRAÇAL NA AGRICULTURA CONTEMPORÂNEA

O trabalho da agricultura familiar na atualidade é caracterizado pelos agricultores locais e seus representantes pela pouca utilização de tecnologias modernas, sendo essencialmente manual, principalmente quando se trata da produção de tabaco. Há um cuidado elevado com as folhas que serão colhidas e depois secadas e que, ao final, serão avaliadas de acordo com sua cor e textura conferindo ao produto o seu preço de venda. Além disso, a colheita do tabaco é realizada no verão, etapa caracterizada pelo trabalho de arrancar as folhas ou cortar o pé inteiro do tabaco, o qual é realizado na lavoura, tornando-se mais penoso em virtude da alta incidência de sol e calor intenso. Esse sentimento crítico emerge

dos agricultores no momento em que, durante as entrevistas, foram questionados sobre como se sentem morando e trabalhando no rural, bem como com o tabaco. Um momento de reflexão sobre as condições de vida e os sentimentos das famílias que nasceram e mantiveram-se nessas regiões.

Observou-se que o rural, para os agricultores entrevistados, não está dissociado da agricultura, bem como, essa, está associada à produção de tabaco, milho, feijão, soja, arroz, cana de açúcar e produção de leite (essa última com menor incidência). Essas são, para os agricultores, as interpretações sobre a produção e a sobrevivência no rural, sempre aliado à produção de alimento para o sustento da família e a venda do excedente. Todas essas atividades são relatadas, ora pela satisfação em fazê-las, ora pelo desânimo e cansaço pela penosidade do trabalho, sempre associada à falta de valorização dos produtos e a inconstância sobre o futuro. Apesar disso, todos identificam melhoria na qualidade de vida tanto na história familiar quanto na história da comunidade ou município.

Primeiramente, em relação ao rural, os agricultores entrevistados, ao confrontarem com o espaço urbano, manifestam a satisfação de viverem no rural. Muitos possuem um vínculo histórico com o local, com a comunidade, o espaço onde nasceram, a terra que herdaram de seus pais. Assim, com satisfação, é nesse espaço que gostariam de continuar reproduzindo suas vidas. “Eu não trocaria pela cidade”, diz a agricultora de 47 anos (FAMÍLIA Nº 05, 2015).

Sempre falam que depois de uma idade é pra morar na cidade. Capaz. Aqui é muito bom. Água natural. Lá na cidade tu paga água, tudo. De repente, as vezes aluguel. Mas a gente nem vivia com a aposentadoria. Não queremos sair daqui. Nós vamos ficar bem velinhos aqui no nosso cantinho. Seja lá o que Deus quer com nós (FAMÍLIA Nº 11, AGRICULTORA DE 67 ANOS, 2015).

Dentre as famílias que possuem sucessão na propriedade, os jovens também relatam o desejo de morar no rural e de trabalhar com a agricultura, sempre em comparação com o trabalho no urbano, ou como chamam, na “cidade”. “A gente se sente cansado, mas é bom. Nunca iria morar na cidade”, afirma o agricultor de 42 anos (FAMÍLIA Nº 01, 2015). Muitos jovens, ainda, relatam a tentativa de trabalhar e morar em espaços urbanos, os quais foram frustrados.

Eu fui acostumada no interior e não me adapto a cidade. Já tentei umas quantas vezes. Não tenho paciência de ficar dentro de um lugar ali, o dia inteiro dentro do mercado, de uma loja. Não consigo. Gosto, porque eu já me acostumei desde pequena. Então, peguei o costume e tem que ser no interior (FAMÍLIA Nº 02, AGRICULTORA DE 25 ANOS, 2015).

Os argumentos que permeiam a permanência no rural entre os jovens são os vínculos familiares e com o trabalho da agricultura, bem como o que consideram um trabalho mais livre. Além disso, os altos custos urbanos também são levantados, conforme expõe a agricultora de 42 anos em relação ao seu filho: “Ele mora na casa com a gente, tem 23 anos. Estudou, mas depois não quis mais, quis ficar aqui para trabalhar. Ele gostava muito de trator e ficou. Você vai para a cidade, não tem onde morar, paga aluguel, água, luz, não vale a pena. Então é melhor aqui” (FAMÍLIA Nº 15, 2015). Alguns dos jovens estudaram, alguns saíram da propriedade para tal, contudo, permaneceram no rural.

Eu nunca pensei estudar pra sair daqui. Eu nunca tive esse pensamento “morar na cidade”. Eu fui estudar porque o pai e a mãe sempre diziam que tem que estudar, que não dá pra ficar aqui que tem que ir pra cidade arrumar trabalho e tal. E eu fui também fazer uma coisa que eu gostava né, só que com o tempo e experiência eu vi que eu gostava mais de trabalhar com a terra do que seguir o que eu fiz sabe, o que eu estudei. Não é uma coisa que eu não gosto, eu gosto, mas o que me puxou mais foi essa questão, porque a família tá aqui, porque eu gosto sabe, é uma coisa que me puxou entende? Não tem muita explicação é uma coisa que aconteceu (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).

Aconteceu um fato assim, que tem muitos filhos de produtores que foram para a cidade e agora estão retornando, porque eles virão que aqui não dá e estão retornando para plantar fumo. O fumo tem sido mais uma motivação, porque com o fumo ele pode comprar a moto, o carro e isso ele está enxergando (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Assim, o trabalho com a agricultura, apesar de ser denunciado como penoso pelos agricultores entrevistados, também é motivo de satisfação.

Apesar dos pesares, como se diz, eu tô muito bem, muito feliz morando pra fora. Tá louco. Alguém me perguntou se eu ainda vou na lavoura. Aí eu disse, não vou de noite porque é escuro, senão eu tava na lavoura, adoro. Perdida pra ir na lavoura. Até largo a casa, vou fazendo como dá (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015).

Em alguns casos, as memórias familiares mostram um vínculo com o rural e com a terra, mas um período de trabalho no urbano, para então retornar ao rural e conseguir adquirir a terra. Algumas famílias, apesar de terem nascido no rural, não possuíam propriedade e os familiares trabalhavam como diaristas, assim, construíram um desejo de comprar terras e retornarem ou continuarem a viver no rural, mas não mais como prestadores de serviço.

Compreendendo as interpretações sobre o rural, a agricultura, e a satisfação de assim reproduzirem suas vidas, compreende-se melhor as denúncias e reivindicações dos agricultores ao demonstrarem seus descontentamentos. As denúncias que justificam o

descontentamento dos agricultores com o rural se relacionam a desvalorização do agricultor familiar, conforme exposto pelo agricultor de 42 anos. “O rural é muito sofrido. Estamos cansados porque ninguém valoriza o pequeno, o colono. Tudo é no braço e acaba ficando sofrido. E os produtos acabam não valendo” (FAMÍLIA Nº 01, 2015).

Muitos relacionam o trabalho na agricultura com o trabalho com o tabaco, o que passa a ser mais criticado. Os entrevistados também foram questionados sobre como se sentem trabalhando com o tabaco e, assim, muitas das críticas surgiram em relação à penosidade do trabalho. “[...] que ele exige muito de ti. Tu não fica um ano trabalhando no fumo. Tu fica um ano e meio. Porque tu nem bem terminou de classificar, tu tem que tá semeando. Não dá tempo de passar uma safra que tu já tá se organizando e semeando de novo” (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015). A atividade com o tabaco vem expandindo-se ao longo do ano, visto que os produtores, atualmente, produzem mais e, assim, trabalham durante todo o ano com o tabaco.

Nós sempre imendemo uma na outra. Aí tu começa em maio e termina em maio de novo. Aí tem que para de colhe pra surti, e tem que para de surti pra semea, depois volta a surti, aí tem que para de surti pra colhe o milho depois volta a surti. Pelo menos o milho, também sobra pouquinho, é que mixaria, só que daí nós não se judiamo tanto que daí já entra a máquina pra colhe (FAMÍLIA Nº 25, AGRICULTOR DE 38 ANOS, 2015).

A relação do trabalho com o tabaco é essencialmente manual e, assim, os agricultores, frequentemente, comparam com outra atividade como a soja ou o milho, que, em muitas das terras desses agricultores, já são plantados e colhidos com maquinário. “Nos sentimos cansados. É judiado, mas não tem o que fazer pra sustentar a casa. O ruim é que é braçal, judiado” (FAMÍLIA Nº 01, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015). A colheita do tabaco é realizada no verão e, por isso, os agricultores reclamam muito do calor, o qual, segundo eles, tem aumentado nos últimos anos. “E o calor. Tu tem que enfrentar o calor no verão” (FAMÍLIA Nº 02, AGRICULTORA DE 56 ANOS, 2015). “O calor, a colheita é a pior coisa nesse calor. Deus o livre. Aquilo é de matar” (FAMÍLIA Nº 11, AGRICULTORA DE 67 ANOS, 2015).

Além disso, as críticas que emergem dos mundos dos agricultores relacionam o trabalho com o tabaco à fragilidade da planta, a qual exige maiores cuidados e maior atenção. “o fumo exige mais cuidado que outras plantas, ele é delicado, na hora da colheita” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 66 ANOS, 2015).

É estressante, ele te exige colheita na hora certa, dá um vendaval, dá pedra. Não se tem uma segurança dele profissional. Vai levantar um temporal e vai terminar com tudo e a cana não, pode deitar tranquilo que não tem problema. Você tem que colher aquela folhinha certa, na hora certa, despontar na hora certa, tudo te exige cuidados, mas esse aí, meu deus do céu. Gosto do fumo, mas ele é complicado (FAMÍLIA Nº 13, AGRICULTOR DE 54 ANOS, 2015).

A fragilidade da planta e a agilidade com que a colheita deve ser realizada também são denunciadas por um agricultor que deixou de produzir tabaco há um ano. Ao falar como se sente sem produzir o tabaco, o agricultor de 26 anos relata:

É uma sensação ruim, mas ao mesmo tempo, é uma sensação boa porque a gente não se preocupa de ter que colher. Aí tem que colher, aí falta peão, aí tem que buscar lenha, aí a luz, porque a gente tem forno elétrico, tem que paga a luz e aí a luz vem, ainda mais agora com o preço que tá a luz (FAMÍLIA Nº 24, 2015).

Assim, esse jovem agricultor se diz “aliviado” de não ter essas preocupações durante a safra do tabaco. A fragilidade do tabaco perante as intempéries climáticas é uma das justificativas das denúncias de penosidade do trabalho na medida em que a colheita deve ser realizada de forma rápida, evitando danos ao produto na lavoura. Os agricultores dizem, ainda, que o tabaco deve ser colhido em seu melhor ponto de amadurecimento, o que garantirá a qualidade da cor do produto final desejada pelas empresas. Conhecimento, o qual os agricultores construíram pelas suas experiências em suas propriedades, por vezes, orientados pelos orientadores técnicos das empresas.

Com isso, observa-se que as reflexões que emergem dos mundos dos agricultores também dizem respeito à relação paradoxal entre a satisfação de viver e trabalhar no rural e a penosidade do trabalho com um estilo de agricultura que, para eles, ainda é muito braçal e penosa. Principalmente, no que tange à produção de tabaco, a fragilidade da planta em relação às intempéries climáticas gera insegurança, bem como exige que a colheita deva ser realizada rapidamente, nos momentos corretos para a garantia da qualidade, o que exige muito trabalho em dias, normalmente, marcados por forte incidência de calor (pois a colheita é realizada, principalmente no verão). Elementos que emergem dos mundos dos agricultores ao confrontarem-se com suas experiências cotidianas que mobilizam mecanismos de reflexão e questionamento das suas realidades. Esses elementos de denúncia são acionados juntamente com a reflexão sobre os malefícios dos agrotóxicos.

4.3 ENTRE A PENOSIDADE DO TRABALHO E OS MALEFÍCIOS DOS AGROTÓXICOS

A agricultura contemporânea torna-se objeto de reflexões nesse ambiente de disputa, visto que as críticas em torno da produção de tabaco geram movimentos de reflexão entre os agricultores, os quais recorrem às produções mais convencionais em sua região como justificativa para a defesa do tabaco. Apesar de denunciarem o trabalho penoso e os malefícios dos agrotóxicos para a sua saúde, os agricultores defendem a produção de tabaco denegrindo a produção de soja, por exemplo, como maior consumidora de agrotóxicos. Além disso, entre a penosidade do trabalho manual e a utilização dos agrotóxicos como forma de diminuir essa penosidade, optam pelo malefício que os convém. Assim, identificou-se, no trabalho de campo, que os agricultores estão imersos nesses movimentos de crítica, absorvendo diariamente as denúncias contra o tabaco advindas dos meios de comunicação, das relações de sociabilidade, etc. Diante disso, nas interações sociais e com os não humanos, nas suas experiências, constroem as suas interpretações, promovem denúncias e justificam as suas condutas. As reflexões, nesse sentido, são direcionadas ao estilo da agricultura contemporânea baseada na utilização intensiva de agrotóxicos, os quais, paradoxalmente, são desmoralizados pelos malefícios à saúde (fundamentados, principalmente, nas críticas externas) ao mesmo tempo em que são justificados como necessários para a produção no meio ambiente atual.

Nesses momentos reflexivos, em que as ações e interpretações dos agricultores fumicultores são colocados à prova pelas críticas externas ou, mesmo, pelas suas experiências vivenciadas, as reações dos agricultores são um misto entre suas reflexões críticas e a construção de argumentos que remetem à limitação das suas reivindicações diante de uma compreensão realista da avaliação das possibilidades de ação, conforme compreensão de Boltanski sobre o nível de reivindicação dos atores (BOLTANSKI, 2009; 2013). Para tal, em seus enunciados, os agricultores submetem os objetos conhecidos a provas, bem como expõem suas experiências de vida para construir suas próprias gramáticas, por vezes, num simples jogo semântico que confronta diferentes dimensões simbólicas com o que de fato ocorre.

Os agricultores entrevistados reconhecem e denunciam os malefícios provocados pelo contato frequente com os agrotóxicos. Também reconhecem que essa é uma crítica que chega até eles por meio dos canais de comunicação mais diversos e, por vezes, concordam apresentando evidências de que já sofreram algum problema de intoxicação. Contudo,

observa-se que muitos, apesar de identificarem esses malefícios, não relacionam a produção de tabaco ou o trabalho com os agrotóxicos a doenças como câncer, depressão, etc. “pra mim não deu né, eu tive uma doença em 2013, mas não era do fumo né” (FAMÍLIA Nº 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015). As denúncias mais frequentes são a vinculação do trabalho com a produção de tabaco à intoxicação seja pelos agrotóxicos, seja pela Doença da Folha Verde do Tabaco, amplamente reconhecida pelos agricultores, principalmente, produtores de tabaco Virgínia.

Esse negócio, não sei se tu ouviu falar, que o fumo faz mal, fumo verde, isso ali. Não sei se tu sabe, não é do veneno, é a nicotina, quando a folha tá molhada libera nicotina, absorve na pele e vai na corrente sanguínea. Daí pra mim não faz nada, o pai faz, eu posso ir sem camisa, o pai da muito. A nicotina penetra no organismo e ataca o fígado, o cara fica ali e ataca, larga de brusso ali no chão e não quer que ninguém mexe, fica quietinho (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Apesar disso, afirmam que existem as vestimentas apropriadas para a colheita, sendo fornecida pelas empresas, as quais incentivam o uso. “Mas a empresa manda tudo a roupa. Tem gente que não põe a roupa porque não quer, porque vem a roupa” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015). Contudo, nem todos os agricultores acostumam-se com a vestimenta, seja pelo excessivo calor, seja pela falta de hábito em utilizá-la. “O problema é que a gente não aguenta aquela vestimenta de plástico. Então a gente tira e fica com a roupa comprida, mas com o sereno vai penetrando na pele. Depois quando sai o sol quente, aí piora” (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 23 ANOS, 2015).

Aquelas roupa, uma que vaza água igual, e se tu pegar aqueles colete pra bota veneno, aquela porcaria que eles botam, eu te garanto que tu bota meio dia aquilo. Primeiro que tu coloca aqueles óculos que eles mandam, aqueles óculos tu começa a suar, começa a te embaça tudo. É ruim quando nós tá colhendo e aí vem o solão, que aquela roupa enxuga também no corpo. Mas a gente toma banho logo e aí não dá nada (FAMÍLIA Nº 25, AGRICULTOR DE 38 ANOS, 2015).

Entretanto, os agricultores demonstram, por meio de suas lembranças, que, principalmente a Doença da Folha Verde do Tabaco, é um problema mais recente. Não recordam dessas sensações quando começaram a produção de tabaco. “Isso sempre dá, antes parece que não era tanto, mas agora com quem tu fala que planta fumo, é difícil tu ir numa casa e eles não reclamem disso aí” (FAMÍLIA Nº 21, AGRICULTOR DE 56 ANOS, 2015). Em uma linha temporal de lembrança, apresentam os últimos 10 anos como período de frequência desses problemas na hora da colheita. Questionados sobre o porquê, identificam o

aumento da produção como necessidade para manter a lucratividade e, assim, necessitam fazer a colheita em horários impróprios. “Não faz muitos anos pra cá que me deu isso aí, antes não dava. Acho que plantava menos” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 66 ANOS, 2015).

Depois que começa a colher estufa é assim, tem que encher senão aquele primeiro vai estragar ali e o outro vai tá verde. Tem que prender fogo, um vai tá passado e o outro vai secar verde. Mas o pior é quando tem serração, o sereno e depois sai sol. Se for chovendo, praticamente não faz mal. Que daí aquele sol quente que faz com que ele age no corpo. O Burley tem esse problema também, mas é difícil colher molhado (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

É que a gente plantava menos, aí não precisava ir tão cedo na lavoura. Agora tu tem que ir cedo porque tem bastante pra colher e tem que aproveitar e não pode parar (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015).

No entanto, apesar do reconhecimento das críticas externas e das denúncias que eles mobilizam, os agricultores expõem as escolhas das reivindicações, limitando-as às reais possibilidades de serem satisfeitas na realidade². Observa-se, nesse ponto, que as críticas em relação aos agrotóxicos vêm acompanhadas de argumentos que expõem a necessidade de utilizá-los em detrimento de outro elemento crítico, o trabalho penoso braçal. Dessa forma, entre as duas reivindicações, os agricultores escolhem o que é mais conveniente e que pode, realmente, amenizar uma das reivindicações críticas atuais.

Os agricultores apontam a utilização de agrotóxicos como algo crítico em relação ao tabaco. Ao mesmo tempo, afirmam que o agrotóxico é um auxiliar quando comparado a necessidade da capina que pode ser mais maléfica diante do forte calor e da penosidade desse trabalho. “A gente planta 100 mil pés de fumo agora e colhe tranquilamente porque tem o veneno, mas se tivesse que plantar com enxada, tinha que plantar uns 20 ou 30 mil pés pra vencer carpir porque tu começa numa ponta e na outra já tá sujo de novo (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 23 ANOS, 2015).

Como segundo argumento, os agricultores identificam o ambiente atual como repleto de pragas para a agricultura e, portanto, da necessidade da utilização dos agrotóxicos na agricultura contemporânea. Para a produção comercial, a qual necessita manter a produtividade para garantir o lucro final, os agrotóxicos são aliados. “Que nem tá vendendo fumo no galpão e tá começando o canteiro de novo. Já tá com a mudinha grandinha e se não bota veneno não colhe mais nada. Não viu a vizinha falando hoje que as lagartas tão comendo

²Essa compreensão refere-se ao que Boltanski (2013) retrata como resposta aos questionamentos de por que os dominados aceitam as suas condições. Segundo Boltanski (2013), eles “autolimitam suas reivindicações com base em suas avaliações das possibilidades que as mesmas têm de serem reconhecidas e assim, serem mais ou menos satisfeitas, dentro da realidade” (BOLTANSKI, 2013, p. 443). Assim, o autor retira o caráter ilusório e ideológico das ações e o compreende a partir do realismo que norteia a sociedade contemporânea.

tudo. Eu to com medo. Eu plantei agora, vamos ver” (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015).

Contudo, a utilização dos agrotóxicos não ocorre apenas na produção de tabaco. Assim, os agricultores, ao falarem sobre as críticas, questionam-se sobre o porquê do tabaco ser tão criticado quando todas as demais produções agrícolas comerciais utilizam os agrotóxicos. Dessa forma, recorrem ao conhecimento que possuem sobre a produção de arroz, soja, etc. como forma de mensurar e denunciar esses produtos contrários ao que consideram excessivas críticas à produção de tabaco.

Mas agora não vem mais esses venenos brabos como esses anos. Mas é que tem esses lavoureiros de arroz que tão procurando aquele veneno brabo que botava no fumo, eles tacam no grão de arroz. O tal de Furadan. É brabo aquele veneno. Das firmas de fumo não tem mais, agora tem outros (FAMÍLIA Nº 07, AGRICULTOR DE 70 ANOS, 2015).

Os agricultores mais idosos, que possuem maior experiência com a produção de tabaco, acionam a trajetória da produção argumentando a menor utilização de agrotóxicos no tabaco hoje.

Pode dizer pra eles que nós vamos resistir. Eles dizem que o fumo é veneno. Pode ser veneno. E que se usa muito veneno. Grande mentira. Se usa muito veneno hoje na soja e no feijão, senão não produz mais. No fumo se usa menos veneno que antigamente. Veneno em pó não se usa mais. É só uns veneno ali na hora que tu faz as mudas e que vai plantar e depois não usa muito veneno. É assim. Tipo no fumo tu usa 10% e na soja tu usa 90% a mais. Porque tem que passar pra lagarta uma vez a cada 15 dias. E eles não falam isso né. Aí depois as pessoas tomam azeite, mandam assim, usar azeite na alimentação onde que a banha é mais saudável. Eles perceberam né que os que usam banha vivem mais (FAMÍLIA Nº 10, AGRICULTORA DE 65 ANOS, 2015).

O pessoal fala muito que é muito veneno sabe, falam muito de veneno do fumo, só que praticamente ninguém sabe a realidade que vai muito menos veneno (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).

O fumo é muito criticado por causa dos venenos e se você for buscar uma pesquisa, ele está em 16º lugar em distribuição de veneno. A maior tranquilidade minha é que as fumageiras, elas dão os cuidados que nós devemos tomar (FAMÍLIA Nº 13, AGRICULTOR DE 54 ANOS, 2015).

Fato que também é acionado pelos orientadores técnicos como resposta às críticas. Para justificar esse argumento, o orientador técnico 01 resgata o receituário agrônomo e detalha, resumidamente, os agrotóxicos utilizados na produção de tabaco atualmente.

Hoje na verdade, nós usamos três produtos. Usamos na lavoura só o antibrotante, no mato sim, mas esse usa em qualquer cultura. Mas, por exemplo, na lavoura, tirando o Gamit Boral que é usado para matar o mato, é usado o antibrotante só. Só no canteiro e agora o pessoal está usando um produto vendido só para a nossa empresa pela Bayer para matar o pulgão e a lagarta, que ele dura de 90 até 120 dias na

lavoura, o tempo da cultura do fumo. E todo o nosso tabaco, coloca na muda e depois na lavoura. E na produção de mudas a única coisa que é usada são dois produtos para podridão e para alguma coisa assim (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Não sendo alimento, o tabaco é comparado à produção de alimentos que utilizam agrotóxicos pelos agricultores que questionam a permissão para tal em contraposição às crescentes denúncias sobre o tabaco. Recorrem, para isso, ao cotidiano alimentar, às experiências vivenciadas como forma de questionar a realidade e também as críticas externas. “Mas eles falam tanto do fumo isso e aquilo, mas esses tempos atrás veio um cara vender batatinha. Compramo um saco só, que nós não tinha. Mas deu a cozinhada e vinha o cheiro do veneno. Então não adianta” (FAMÍLIA Nº 10, AGRICULTOR DE 70 ANOS, 2015).

A utilização dos agrotóxicos entre os fumicultores ocorre, segundo eles, apenas nos produtos destinados à comercialização, prática que não se refere aos produtos destinados ao consumo da família.

O malefício é o veneno, muito veneno. Mas se tu vai analisar, hoje é tudo abaixo do veneno. Se tu quiser produzir um tomate bom, quiser produzir um repolho bom e bonito, tem que botar veneno, botar esses, nem sei se dá pra dizer veneno, agrotóxico, não deixa de ser veneno. Na horta a gente colhe. São feinho. Mas são mais saudáveis pra comer em casa. Mas se tu vai plantar pra vender, tu tem que colocar senão tu não tira nem pro adubo que tu colocou ali (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS).

As práticas dos agricultores para a produção de alimentos para o consumo da família são diferentes da produção comercial, ou seja, para a geração de renda. Além disso, alguns agricultores denunciam os produtores de soja dos arredores, os quais vêm prejudicando a produção para o autoconsumo da família.

Pra tu ter uma ideia, tem um cara que planta soja aqui na beira da nossa horta, mato as mandioca, pepino, moranguinhos, batata, enruga tudo. Depois a gente come verdura, pepino em conserva, tudo envenenado. Por nós não se bota nada, botam na lavoura de soja de trator e o vento leva tudo (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Como forma de legitimar suas denúncias ao que consideram excessivas críticas ao tabaco, os agricultores recorrem aos dados amplamente divulgados pela mídia sobre a utilização de agrotóxicos na agricultura brasileira. Falando das críticas que chegam até eles, o agricultor de 66 anos argumenta: “que vai veneno, que isso e aquilo. Hoje muito pelo contrário, o fumo é o 26º dos que usa mais veneno das culturas desde a batatinha, tomate, banana [...]” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 66 ANOS, 2015). Além disso, recorrem aos conhecimentos agrônômicos dos orientadores técnicos: “vai falar com o R., qualquer um

desses orientador, é pouco veneno que vai, e tudo faixa verde. Pra tu ter uma ideia, no arroz, no soja, na batatinha, tudo faixa vermelha” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Mais acho que faz mal pra quem fuma né, porque quem produz acho que é menos veneno do que se usa em arroz, soja, em coisa de comida mesmo né. Acho que ai vai mais veneno do que hoje em dia em fumo né. Anos atrás, por isso que o fumo ficou famoso em fazer mal e tudo, porque o fumo se usava mais veneno mesmo né, venenos mais assim perigosos né. Mas hoje em dia já com a tecnologia não se usa mais, é geralmente só na muda mesmo e depois no estopo né, depois não vai mais veneno, o herbicida também já é menos, com o plantio direto né (FAMÍLIA Nº 23, AGRICULTOR DE 50 ANOS, 2015).

Como reação ao movimento de crítica internacional que chega até os agricultores, principalmente, por meio das mídias e das relações de sociabilidade, os agricultores recorrem a objetos, experiências vividas e jogos semânticos para contradizer o que consideram críticas excessivas. Também, por meio das experiências vividas, constroem argumentos para suas críticas em relação ao trabalho penoso e os malefícios dos agrotóxicos. As críticas mobilizadas pelos agricultores emergem dos seus momentos reflexivos após os dias de trabalho pesado com o tabaco, momentos em que o corpo manifesta os males, associado ao momento da comercialização, tendo em vista que as críticas estão interligadas. Contudo, quando as críticas externas aos malefícios dos agrotóxicos e do tabaco são acionadas, por vezes com os mesmos recursos semânticos dos agricultores, esses reagem de forma a engrandecer o tabaco em contraposição a tentativa de denegrir a imagem de outras produções comerciais como a soja, o que traz elementos para justificarem as suas condutas, conforme será analisado no próximo capítulo.

4.4 A INSTABILIDADE SOBRE A CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO DO TABACO: CRÍTICAS ÀS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

As críticas externas chegam até os agricultores fumicultores sob diferentes formatos semânticos. Apesar de a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco não ser conhecida por todos os agricultores, algumas das críticas que a fundamentam são conhecidas pelos entrevistados que remetem a essas uma instabilidade quanto ao futuro da continuidade da produção de tabaco e das suas propriedades. Ao relatarem os elementos críticos externos em relação à produção de tabaco que chegam até eles, os agricultores denunciam a falta de apoio governamental e reivindicam reconhecimento da categoria.

Uma das narrativas que frequentemente é encontrada entre os produtores de tabaco é o fim ou a proibição do cultivo do tabaco. Fato que começou a ser disseminado, conjuntamente com a assinatura do acordo pelo Brasil, junto à OMS. Portanto, no período posterior a 2003, ano em que começou a ser negociada a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, os debates sobre os malefícios do tabaco, bem como, a necessidade de políticas públicas que limitassem o consumo e a produção começaram a ser discutidas também pelos representantes dos agricultores, bem como, as indústrias fumageiras.

Ao analisar essa arena, Scheibler (2006) identifica uma série de eventos e atores em interação que participavam de debates sobre a ratificação ou não da CQCT no Brasil. Nesse momento, houve audiências públicas estaduais, manifestações midiáticas e uma forte interação por meio da internet, em que os atores buscaram ocupar a maior parte dos espaços de debate para que suas posições fossem conhecidas (SCHEIBLER, 2006). Ao longo dos confrontos por opiniões divergentes quanto à ratificação ou não da CQCT no Brasil, as empresas fumageiras e os agricultores fumicultores que, anteriormente e historicamente, são atores em disputa, principalmente pelo preço do tabaco, passaram a debater contrários à ratificação, no mesmo lado (SCHEIBLER, 2006). Ainda, segundo a autora, a AFUBRA, como uma das principais representantes dos agricultores, apoiou a não ratificação da CQCT naquele momento, justificada pela falta de alternativas aos agricultores quanto à produção.

Segundo os representantes dos agricultores entrevistados, houve a mobilização e participação dos agricultores nas discussões e nas manifestações que envolviam a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Ao falar sobre a sua atuação na reunião da Conferência das Partes 04, no Uruguai, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e produtor de tabaco fala das suas percepções.

Bom, daqui da região sul, do Rio Grande do Sul foram dois ônibus. Foram os deputados também. Foi o Heitor Shuck, nós fomos de ônibus [...] Mas a parte negativa disso tudo eu achei que durante a reunião desse pessoal da Anvisa, da parte que é contra o fumo, eles não nos deixavam ter acesso e nem ao menos ter informações do que estava ocorrendo lá dentro. A gente conseguia ficar ali na frente do Cassino, ocorreu chuva também, a gente ficou na chuva e eles não deixavam a gente participar e nem ao menos ouvir o que estava decidindo. Geralmente esse pessoal se reúnem, o que eu acho bem errado, ou bem distante, parece que eles querem se esconder do foco pra decidir as coisas, principalmente a extinção que eles querem isso né. A gente sabe que tem os pontos positivos e negativos do fumo também, tem negativos também, mas hoje que nem pra nossa cidade aqui de Dona Francisca é a atividade principal né, com propriedades pequenas que giram mais ou menos de 08 a 10, 15 hectares. Nem uma outra atividade agrícola pode alcançar ou se aproximar numa margem de lucro que nem o fumo. Então a rentabilidade por hectare ela é bem mais elevada que outra atividade (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, membros da FETAG, dos municípios pesquisados, vêm atuando no debate, sempre favorável à permanência do tabaco e à necessidade de encontrar alternativas viáveis economicamente para os agricultores. De acordo com a interpretação do presidente do STR de um dos municípios analisados, apesar de mais recentemente falar-se em buscar alternativas, o governo tinha como primeiro discurso a proibição da produção de tabaco, o que gerou descontentamentos.

É a questão, a CQ, foi assinado não como proibição mas como criar alternativas. O governo quer proibir o fumo, mas agora foi construída a ideia de que a CQ que não seja proibido e sim que seja buscado alternativa ao tabaco. Até então simplesmente era proibitivo. Aliás o único país do mundo que produz tabaco em escala que aderiu a CQ. A nossa questão é de governo. Na questão do fumo não pode mais trabalhar menor de 18 anos, tudo bem eu sei que tem toda a questão, mas o governo tinha que trabalhar mais na questão de alternativa e não da proibição (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, 2015).

Entre os agricultores entrevistados, o conhecimento sobre a CQCT e a participação nesse debate é muito pequena. Um dos entrevistados revela que conhece o debate e participou de reunião no município. “Uma vez teve em Jaguari com um deputado ali, num protesto. Era pra os municípios pressionar os governantes pra não entrar, porque entra muito dinheiro pros municípios. Tipo Jaguari 50% é do fumo” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015). O mesmo corrobora com a opinião do representante do STR, comparando a ação de ratificação da CQCT no Brasil à Argentina, país vizinho, produtor de tabaco, que decidiu por não participar da CQCT.

Dos 28 agricultores entrevistados, apenas 03 participaram dos debates sobre a CQCT em alguma reunião no município ou fora dele. Os demais agricultores, pouco conhecem ou, quanto ouviram falar, relacionam imediatamente a tentativa do governo em proibir a produção de tabaco. “Já ouvimos falar da redução, que o governo é contra a produção de tabaco, essas coisas” (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015). A imagem que os agricultores mantiveram do governo federal a partir dos debates sobre a CQCT, dessa forma, foi de contrariedade e proibição. Mantêm a percepção de que o governo é contrário à produção de tabaco, mas questionam essa ação, quando se referem ao tabaco como um dos principais produtos de exportação e geração de impostos no Brasil. Assim, o que ficou conhecido como o fim do tabaco passou a gerar uma situação de incerteza entre os agricultores, o que mobilizou uma série de críticas dos agricultores destinadas à ação governamental da tentativa de “proibição” do cultivo de tabaco.

Passados alguns anos do momento crítico e de maior incerteza sobre a continuidade da produção de tabaco no Brasil, os agricultores relembram as narrativas da época e apresentam às incertezas geradas naquele período e que, ainda, pairam sobre seus imaginários. “Tem comentário que eles queriam terminar. Que era até 2010, uma época eu ouvi falar que era até 2010 o fumo depois [...] E hoje temo em 2015 e tá indo ainda”, relembra o agricultor de 51 anos (FAMÍLIA Nº 03, 2015). “Eu sempre digo, não sei até quando o fumo vai, até quando vamos plantar fumo”, manifesta a agricultora de 51 anos (FAMÍLIA Nº 19, 2015).

O “fim do tabaco”, portanto, é uma narrativa presente entre os agricultores, a qual chegou até eles por meio dos orientadores técnicos, das mídias locais ou nacionais, das reuniões promovidas pelos representantes dos agricultores familiares, dentre outros como a igreja ou ainda, disseminando-se rapidamente nos locais de sociabilidade. Como afirma um dos agricultores: “Em tudo que é lado, televisão, bocalmente, pessoalmente, jornalmente. Aí é por tudo. Essa parte é em tudo que é canto” (FAMÍLIA Nº 07, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015).

Eu ouvi na própria reunião da AFUBRA, já fazem uns 3 anos, teve uma reunião aqui em Jaguari e eles disseram que ia acabar, que ia ter o orgânico, o futuro ia ser o orgânico. Isso por causa das outras nações batendo em cima por causa do veneno, muita aplicação de veneno e eles não queriam mais, queriam sair do veneno e entrar para o tempo antigo da enxada (FAMÍLIA Nº 12, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015).

As empresas fumageiras produziram alguns materiais sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que chegou aos agricultores. “Até a própria empresa manda revistinha, dessas coisas” afirma o agricultor de 56 anos (FAMÍLIA Nº 21, 2015). Em um dos municípios pesquisados, um padre vem usando os espaços religiosos para manifestar a contrariedade e a crítica à produção de tabaco. “O Padre A., ele não gosta, esse negócio de transgênico ele também não gosta. A gente fica quieto, mas podia dizer que o dinheiro do dízimo sai do fumo. Ele podia dizer, não vou pegar o dinheiro, porque é do fumo” (FAMÍLIA Nº 21, AGRICULTOR DE 56 ANOS, 2015).

As interpretações dos agricultores sobre as disputas que se travaram no Brasil em torno da produção de tabaco passaram a ser interpretadas como o fim ou a proibição do tabaco. Fato que gerou grande preocupação entre os agricultores que manifestam, ainda hoje, nas entrevistas. “Nós estava preocupado com isso. Nós tava. Se chega terminar vamos viver do que?” (FAMÍLIA Nº 03, AGRICULTORA DE 43 ANOS, 2015). Assim, os agricultores não visualizam alternativas à sobrevivência da família. “A gente vê falar, no sindicato fala,

mas a gente torce que não, porque é a única coisa e a gente não sabe o que poderia seguir plantando” (FAMÍLIA Nº 20, AGRICULTORA DE 46 ANOS, 2015).

Essa interpretação passou a ser relacionada com a incerteza da continuidade da agricultura familiar nessas regiões. A pobreza foi uma das justificativas acionadas pelos agricultores entrevistados que criticaram a possibilidade de proibição da produção de tabaco.

[...] vamos dizer que vão extinguir, não pode mais plantar fumo, tem muitos pequenos produtor que vão passar fome. Vamos empobrecer. Porque assim, o fumo é do pequeno. Aí tu planta pouco. Muito ou quanto quiser. Aí o leite vai ser do grande³. Nós não vamos mais poder competir com o leite, nós não temos área e nem vaca pra produzir muito leite. Então tu vai cair fora. Aí tu cai fora do fumo e cai fora do leite e o que nós vamos produzir. E a soja é pouca. Aí o jovem que fica no interior o que vai fazer? (FAMÍLIA Nº 10, AGRICULTORA DE 65 ANOS, 2015).

Se parar a planta do fumo vai estar pior do que agora, muitas famílias vão se ver mais difícil (FAMÍLIA Nº 21, AGRICULTORA DE 41 ANOS, 2015).

Nesse sentido, as entrevistas foram um espaço privilegiado para a manifestação das críticas às ações governamentais, contrárias à produção de tabaco. Nessas, pode-se perceber que a ação governamental com a assinatura do acordo internacional e os desdobramentos dessa discussão no Brasil, foi um dos principais acontecimentos que mobilizaram os mundos dos diversos atores, principalmente dos agricultores. Entretanto, essas não foram compreendidas pelos produtores como um apoio ao agricultor para a diversificação nas áreas cultivadas com o tabaco, mas como falta de apoio ao agricultor familiar produtor de tabaco que se sentiu amplamente criticado.

Eles estão descartando o pequeno. Por isso que é difícil o jovem ficar no interior, eles perseguem. Pode falar isso lá pra eles. Não tem como manter, não terminou a escravidão ainda porque é obrigada a produzir tanto, tem que ter tanto (FAMÍLIA Nº 10, AGRICULTOR E AGRICULTORA DE 65 E 70 ANOS, 2015).

Apesar da concordância de muitos agricultores com as críticas apresentadas pela imprensa, pelos órgãos contrários à produção de tabaco e até mesmo em seu entorno, eles reagem à intensidade das críticas as quais, segundo eles, não vêm acompanhadas do conhecimento da realidade e de reais possibilidades de desenvolvimento das propriedades e de apoio aos agricultores. “Claro, criticar todo mundo critica, mas eu quero ver eles arrumar uma solução pra quem planta fumo, se tem que parar de plantar” (FAMÍLIA Nº 07, AGRICULTORA DE 46 ANOS, 2015).

³ Essa frase refere-se à notícia que circula entre os agricultores produtores de leite dessa região de que a cooperativa que compra e recolhe a produção, passará a fazê-lo somente entre os produtores que produzem diariamente 100 litros ou mais de leite.

Contudo, passaram-se alguns anos das notícias de proibição da produção de tabaco e o fato não ocorreu. Dessa forma, os agricultores construíram e compartilham uma interpretação de que o governo ou as empresas fumageiras não terminarão com a produção de tabaco no Brasil. O que não descarta o futuro ameaçado da produção de tabaco nessas regiões, não pela proibição, mas pela falta de pessoas no rural, nesse rural da pequena propriedade e das áreas de produção de tabaco.

O fumo, desde o tempo que nós começamos a plantar, falam que vai terminar. Eu, na minha opinião, não vai terminar por causa do governo. Vai terminar quando não tiver mais gente que planta o fumo, porque esse discurso mesmo não cola. Aqui mesmo, enquanto nós estamos em 03, vamos plantando, até que fiquem em 02, vão achar ruim de plantar o de estufa. Em 02, ai vão sair fora. E os jovens de hoje vão estudar e não voltam mais na lavoura. O que aguentar vai fazer dinheiro, porque vão ficar poucos e vão pagar o que não vale pro fumo (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 66 ANOS, 2015).

Argumento que é sustentado pela falta de mão de obra e a grande demanda por esta para a produção de tabaco, visto que, na realidade estudada, o trabalho é em grande parte manual, com pouca possibilidade de inserção de máquinas para o plantio e, principalmente, para a colheita. Os agricultores relacionam a maior demanda por mão de obra à produção de tabaco tipo Virgínia, pela necessidade de colheita das folhas na própria lavoura, bem como, a demanda por maior rapidez na hora da colheita.

Outro argumento que apresenta a interpretação de que os agricultores irão parar de produzir o tabaco está no alto custo da produção. “Dizem que a firma que vai terminar com o fumo. Quem vai parar de plantar somos nós mesmos, que tá ficando tudo caro na firma. Aí não vamos ter dinheiro pra conseguir plantar. Por isso eu acho que vai parar com o fumo” (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 23 ANOS, 2015). Fato que, de acordo com os agricultores, está gerando um forte endividamento entre os fumicultores.

Tu quer que eu te diga uma coisa? Eu acho que vai ir, vai ir, vai ir, tu sabe aonde é que vai parar? Não vai ser por governo, não vai ser, o fumo vai para porque a mesma coisa como nós, se tu ir, todo mundo ir pensando bem e vai dando poço, ai dando poço, vai dando poço, vai ser por ai que vão para (FAMÍLIAS Nº 25, AGRICULTOR DE 38 ANOS, 2015). O problema da agricultura é que os colonos tão indo pra cidade (FAMÍLIA Nº 25, AGRICULTORA DE 36 ANOS, 2015).

Destaca-se, na análise, que os problemas, para os agricultores, não estão no actante tabaco, enquanto planta maléfica, mas na falta de valorização e reconhecimento do seu papel como agricultor, justificado pela falta de regulação de preços do tabaco, como ocorre com outros produtos agrícolas. Fato que, segundo eles, deixa-os em uma situação de negociação

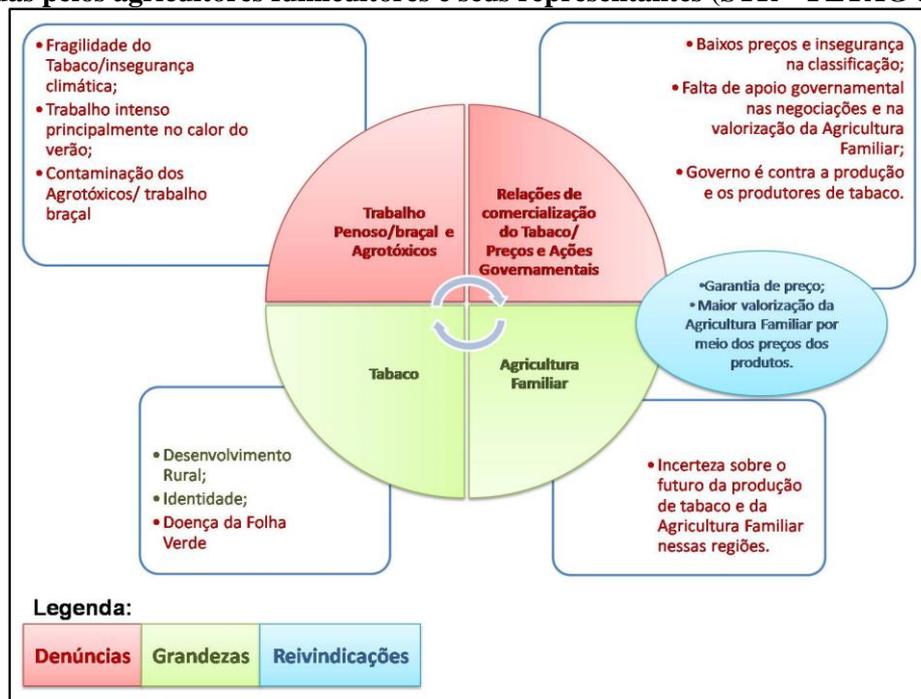
solitária com as empresas, sem o apoio governamental. O sentimento de orgulho de ser produtor rural e pertencer ao ramo da fumicultura está presente na construção de uma identidade visualizada por Ferreira (2006) no vale do Rio Pardo. Isso demonstra um pertencimento construído a um grupo que compartilha uma atividade, um saber fazer. Contudo, as gramáticas críticas acionadas pelo governo, como parte da CQCT, ao longo dos anos, referem-se ao juízo moral sobre o tabaco em função de seus malefícios para a saúde, além das relações desiguais de integração, demonstrando as descontinuidades nos idiomas dos agricultores e das instâncias governamentais.

4.5 AS CORRELAÇÕES CRÍTICAS NOS DIFERENTES ESPAÇOS DE DISPUTAS

Ao analisar os diferentes espaços de crítica e os diferentes atores que a mobilizam buscou-se fazer uma correlação entre os objetos e dispositivos de denúncia que vêm gerando os movimentos de incerteza em torno da situação problemática que se formou na fumicultura, principalmente nos últimos 30 anos. Cabe destacar a dificuldade em compreender essas manifestações críticas diante de tantos atores e de tantos espaços, visto que alguns atores reagem denunciando às críticas de outros com relação às suas ações. Dessa forma, buscou-se realizar um esquema analítico que demonstre esses movimentos.

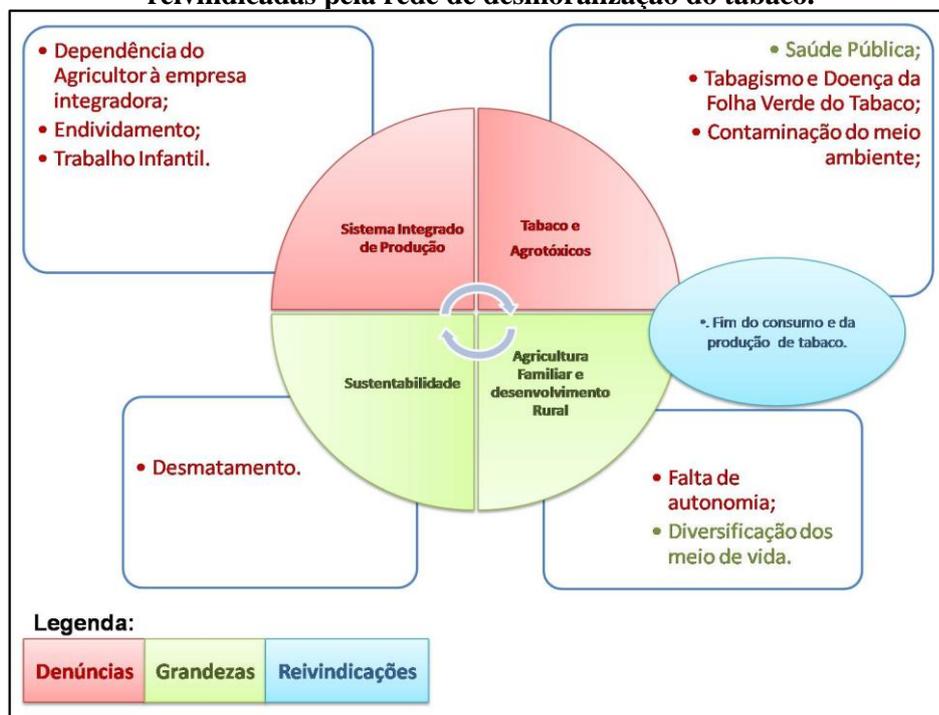
Observa-se, portanto, que as gramáticas críticas têm como foco, algumas alocações distintas de grandeza ou ainda, com significados diferentes perante o mesmo enunciado, o que vem gerando descontinuidades nos diálogos e, por vezes, distanciando os agricultores fumicultores da rede antitabaco, a qual se representa como porta-voz dos agricultores familiares produtores de tabaco que são, por ela, considerados explorados ou dominados. De forma mais específica, observa-se semelhanças nas reivindicações críticas em relação a denúncias contra a relação com as empresas fumageiras, principalmente relacionados ao valor pago pelo tabaco ao produtor rural. Contudo, observa-se que a rede antitabaco possui maior ênfase em aspectos como dependência do agricultor, endividamento e trabalho infantil como crítica ao Sistema de Produção Integrada de Tabaco, enquanto os agricultores acionam, basicamente, a insegurança quanto ao valor de venda do seu produto como elemento de disputa entre eles e as empresas fumageiras.

Figura 15 - Esquema demonstrativo das principais críticas em comparação a algumas grandezas reivindicadas pelos agricultores fumicultores e seus representantes (STR – FETAG e AFUBRA).



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Figura 16 - Esquema demonstrativo das principais críticas em comparação a algumas grandezas reivindicadas pela rede de desmoralização do tabaco.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Por outro lado, a grandeza da agricultura familiar é salientada pelas duas redes, que reivindicam suas características e valorização da categoria. Contudo, os elementos críticos

que a relacionam à produção de tabaco, apontam a falta de autonomia diante do Sistema Integrado de Produção, em dissonância semântica com as reivindicações dos agricultores fumicultores que denunciam a falta de reconhecimento da agricultura familiar, tanto por parte das empresas, quanto pelo restante da sociedade e, principalmente, pelas instâncias governamentais. Nesse ponto, tendo em vista que a rede antitabaco também é composta por atores relacionados às instâncias governamentais, a mesma não enfatiza críticas relacionadas às ações governamentais, ao contrário dos agricultores familiares e seus representantes que, primeiramente, questionam à atenção crítica das instâncias governamentais apenas ao tabaco, visto que produtos como a soja, o milho, etc., não são criticados, mesmo que sua produção também se utiliza de grande quantidade de agrotóxicos. Nesse ponto, observa-se uma concordância das instâncias de críticas acionadas pelas duas redes, ao denunciar os problemas de saúde humana provocados pelos agrotóxicos, não tendo muita ênfase nos problemas ao meio ambiente nos enunciados dos agricultores, quando comparado às denúncias da rede antitabaco.

A questão da sustentabilidade, principalmente no quesito meio ambiente, é uma grandeza salientada pela rede antitabaco como elemento para a fundamentação da crítica em relação ao desmatamento e à contaminação do solo e das águas nas regiões produtoras de tabaco. Denúncias que não são acionadas pelos agricultores familiares e seus representantes. A sustentabilidade, associada à diversificação dos meios de vida são considerados elementos de grandeza para o desenvolvimento rural, o que justifica o levantamento das críticas em relação ao tabaco como não gerador de desenvolvimento. Pode-se considerar o desenvolvimento como um dos principais pontos de descontinuidade nas gramáticas críticas entre as duas redes, na medida em que o desenvolvimento rural é atribuído à produção de tabaco na percepção dos agricultores, conforme será exposto no próximo capítulo. Por fim, o foco no tabaco como o principal elemento da crítica por parte da rede antitabaco, tendo em vista que as preocupações vão além da produção, mas iniciaram-se pelo consumo como uma pandemia global não está em consonância com as preocupações dos produtores de tabaco que tem como foco o desenvolvimento de suas vidas, da sobrevivência de suas famílias no rural.

Esse panorama comparativo nos permite identificar as descontinuidades nos enunciados, nas interpretações, nas reivindicações das críticas que emergem dos diferentes atores, aqui categorizados entre a rede antitabaco e a rede formada pelos agricultores familiares fumicultores e os seus representantes (AFUBRA e STR/FETAG). Com isso, observa-se que, havendo descontinuidades no que ambas as redes denunciam no que tange ao tabaco, ocorre um distanciamento de atores que poderiam atuar conjuntamente em

contrariedade às ações das empresas fumageiras, visto que um dos principais atores que a rede antitabaco busca proteger com esse movimento é o agricultor familiar. Entretanto, como demonstrou Scheibler (2006), o movimento foi inverso, no sentido de aliança e aproximação dos agricultores fumicultores e seus representantes com as empresas fumageiras em defesa da produção de tabaco e, portanto, contrários à rede antitabaco. Enquanto isso, os agricultores fumicultores permanecem com as mesmas relações mercantis com as empresas fumageiras, mantendo as mesmas reivindicações sem avanços no sentido pretendido (esses aspectos serão retomados no capítulo 05).

Cabe salientar, no que tange à emergência das críticas por parte dos agricultores, que as reflexões são oriundas dos seus mundos, acionados pelas experiências vivenciadas nos seus cotidianos, as quais envolvem diversas interações com humanos e não humanos. Portanto, não são compreendidos como sujeitos que absorvem os discursos de outros atores, mas que constroem seus próprios idiomas a partir dos seus mundos e suas realidades.

Com esses movimentos em que o tabaco é posto à prova, os agricultores vêm refletindo sobre suas condições e, é nesse momento que eles se vêem impulsionados a mobilizar justificações que afirmem as ações realizadas até então. Reação definida como necessária por Boltanski (2009), pois os momentos de incerteza não são muito duráveis, visto que as pessoas necessitam da estabilidade na vida social. Nesse movimento, encontramos as instituições que sustentam a fumiicultura diante das críticas externas e internas desenvolvidas. Ou seja, as instituições que sustentam a fumiicultura são as interpretações expostas pelos agricultores que justificam às suas ações, os quais resgatam interpretações para justificarem-se perante a crítica, buscando estabilizar a realidade enquanto as mudanças não ocorrem.

5 POR QUE OS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUZEM TABACO? INSTITUIÇÕES QUE SUSTENTAM A FUMICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

As situações críticas, descritas e analisadas anteriormente, seja em nível internacional, seja local com foco nos agricultores, conformaram duas redes que, em diferentes contextos, geraram momentos de disputas em torno do actante tabaco, mobilizando qualificações que fundamentam as críticas ou as confirmações. Sendo o tabaco colocado à prova pelos atores que mobilizaram críticas, foram gerados momentos reflexivos em que os atores viram-se obrigados a refletir sobre as suas atividades e assim produziram registros que buscaram avaliar e qualificar o que está acontecendo. Para elucidar, observa-se que a rede antitabaco mobiliza operações críticas que questionam o consumo e a produção de tabaco a partir de diferentes elementos que determinam qualificações diferentes. Por outro lado, os agricultores familiares produtores de tabaco, a partir de suas interações com humanos e não humanos, de suas experiências, também se questionavam sobre os acordos estabelecidos na medida em que não condiziam com o que realmente ocorria, produzindo, também operações críticas. Esses questionamentos, somados à interferência das operações críticas protagonizadas pela rede antitabaco, com elementos que chegam aos agricultores por meio de diferentes formas, confrontam-se e geram incertezas, desestabilizando as suas realidades. Como parte da vida social, é necessário estabilizar a realidade e, assim, os agricultores, diante desse universo de críticas e incertezas, mobilizam gramáticas que justificam as suas ações. Dessa forma, pode-se compreender por que os agricultores familiares continuam a produzir o tabaco mesmo diante desse universo de incertezas? As operações de qualificação mobilizadas são compreendidas como interpretações compartilhadas que dão sentido às coisas com vistas a mostrar a pertinência dessas. Essa função de confirmar como estão as coisas é dada às instituições na compreensão de Boltanski (2009, 2013, 2014).

Diante disso, esse capítulo objetiva analisar as qualificações que os atores mobilizaram em defesa do tabaco e para justificar a continuidade da sua produção nesse ambiente de incertezas e assim, compreendemos quais são as instituições que sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul. Os resultados são oriundos principalmente das entrevistas com os agricultores fumicultores que, ao serem questionados sobre o seu modo e a sua trajetória de vida, os significados e as críticas sobre o tabaco reagiram conferindo conteúdo aos objetos e seres que compunham as suas narrativas. As entrevistas, então, foram compreendidas como

defesas públicas em momentos de disputa na medida em que eu, como pesquisadora, propunha minhas indagações, não no sentido de criticar, mas mobilizando as críticas anteriormente identificadas nos demais espaços públicos, ou ainda, as críticas que surgiam das falas dos agricultores no decorrer das entrevistas.

Para Dodier (1993, p. 99-100) as entrevistas são concebidas como “momentos onde as perguntas do pesquisador induzem as pessoas à produção de justificações, a fornecerem as razões de suas ações”. Constituem, para o autor, modelos de experimentação do pesquisador para chegar às justificações das suas ações e, desta forma, pode-se manifestar um espaço de disputas, um contexto em que os entrevistados se vejam obrigadas a defender suas interpretações ou manifestar críticas. Neste caso, é fundamental um roteiro de questões ou outros instrumentos com dispositivos que obriguem as pessoas, deliberadamente a manifestar suas interpretações e “a harmonizar-se com determinados regimes de ação” (DODIER, 1993, p.99). Destaca-se que esta concepção metodológica não visa chegar à verdade íntima da vida social, mas compreender a realidade e as interpretações conforme manifestas pelos atores nos contextos de disputas.

Assim, foram identificadas as formas duradouras de justificação mobilizadas pelos atores em defesa do tabaco para responder às críticas de forma a refletir sobre o estado das coisas que os envolvem. Para tal, nos próximos tópicos serão desenvolvidos argumentos conceituais e metodológicos sobre as instituições e porque se torna fundamental analisá-las para compreender a defesa do tabaco e a persistência dessa cadeia produtiva no Brasil. Cabe-nos, portanto, a tarefa de fundamentar o conceito de instituições que será utilizado ao longo da tese, visto que muitas são as correntes teóricas e metodológicas que orientam os estudos institucionalistas nas ciências sociais e humanas. Dessa forma, será apresentado um breve percurso da noção de instituições para situar o leitor em nossa conformação teórica e metodológica.

Desenvolveremos as identificações das instituições, dos acordos, dos compromissos compartilhados pelos atores em defesa do tabaco e, principalmente, em defesa das suas ações e escolhas, as quais emergem nas reflexões mobilizadas nos momentos críticos. Uma rotinização das relações entre atores e demais seres e objetos que, anualmente, (re)estabelecem e (re)afirmam acordos dando continuidade e estabilidade a realidade da vida social. Compreende-se que o regime de ação rotinizado que se dá em um regime de paz constitui o que Boltanski, no livro *De La Critique* (2009), vai chamar de ações realizadas a partir da confirmação de instituições ou, ainda, o que se analisa como convenções na chamada Teoria Francesa das Convenções, da qual Boltanski e Thévenot também fazem parte.

Entrelaçam-se, nessa tese, as concepções da Sociologia Pragmática da Crítica de Boltanski e o Novo Institucionalismo de Hodgson, fundamentado em Veblen, para compreender o conceito de instituição adequado ao objetivo de analisar por que, mesmo na situação problemática em questão, os agricultores continuam vinculados à produção de tabaco. Entende-se, portanto, que as instituições são interpretações e condutas justificadas por acordos baseadas em gramáticas compartilhadas que surgem da relação entre as ações rotinizadas e as ações submetidas à justificação.

Diante disso, identificaram-se às interpretações que justificam as condutas relacionadas aos vínculos com o tabaco, baseadas nas justificações dos agricultores fumicultores diante das incertezas a que eles foram submetidos. Assim, levou-se em consideração a forma como eles avaliam as suas trajetórias de vida, as suas relações com demais atores, seres e objetos, buscando fundamentações para justificar e estabilizar as suas realidades.

5.1 A TRAJETÓRIA DA NOÇÃO DE INSTITUIÇÕES: BREVE PERCURSO

A noção de instituições percorre um caminho sinuoso nas ciências sociais e humanas, sendo interpretada de diferentes formas de acordo com o olhar e o objetivo científico em cada período histórico. Assim, sua própria noção deve ser entendida em sua trajetória para, então, compreender os estudos atuais que se utilizam dessa nomenclatura e, por vezes, estabelecem disputas. Contudo, nosso objetivo não é apresentar as disputas em torno dos conceitos de instituições, buscando justificar nossa escolha teórica, o que seria um ótimo estudo dos regimes de justificação de cada corrente teórica. Mas, nosso esforço está em situar o leitor e apresentar os conceitos que nos ajudaram a compreender a realidade da produção de tabaco, fundamentado, principalmente na Sociologia Pragmática da Crítica e no Velho e no Novo Institucionalismo de Veblen e Hodgson. Portanto, a proposta teórica e metodológica que sustenta esse estudo, busca integrar conceitos que emergem das relações disciplinares ou interdisciplinares das ciências sociais, os quais poderão auxiliar na análise da arena que envolve a fumicultura e suas transformações.

O estudo das instituições na economia surge na virada do século XIX para o XX, com o surgimento da escola Institucionalista de Veblen, bem como Mitchell e Commons, nos Estados Unidos. Já a sociologia, desde seus fundadores (Marx, Weber e Durkheim), possui interesse pelas instituições, principalmente nos estudos de Sociologia Econômica, fundando o que se chama hoje de Sociologia Econômica Clássica (DEQUECH, 2011). A separação entre

as disciplinas ocorre, principalmente, em meados do século XX, dando à economia a tarefa de estudar o econômico, enquanto a sociologia encarregava-se de outras questões sociais, diminuindo consideravelmente os estudos da Sociologia Econômica. Na economia, modelos econômicos baseados na corrente neoclássica e mais próxima das ciências exatas tornam-se o *mainstream* disciplinar, substancialmente a-histórico e a-institucional. A reaproximação começa a ocorrer com a retomada de clássicos na economia que permitem um olhar mais social ao econômico, principalmente com os movimentos Neoinstitucionais e da Nova Sociologia Econômica (DEQUECH, 2011).

Com isso, observa-se que as instituições vêm tomando espaço nas ciências sociais, enquanto categoria analítica, principalmente, na Ciência Política, Sociologia e Economia. Nesse contexto científico e acadêmico, as novas leituras dos Institucionalismos apresentam perspectivas distintas para a análise da sociedade, das relações sociais, econômicas e políticas e, por vezes, convergem na forma de análise da sociedade, no conceito de instituições ou na origem epistemológica.

Diversos autores apresentam as trajetórias de correntes que estudam as instituições nas disciplinas aqui apresentadas (SAMUELS, 1995; VILLEVAL, 1995; THÉRET, 2003; HALL; TAYLOR, 2003). Dentre esses, destaca-se a subdivisão entre três Neoinstitucionalismos apresentados por Hall e Taylor (2003) em Ciência Política e suas correspondências em Economia e Sociologia, formuladas por Théret (2003). A concepção dos três Institucionalismos (THÉRET, 2003; HALL; TAYLOR, 2003) tem como pano de fundo a relação entre instituições e comportamentos individuais, bem como o processo de formação e transformação das instituições. As diferentes respostas a estes enfoques foram tipologizadas por Hall e Taylor (2003) no Institucionalismo Histórico, Institucionalismo da Escolha Racional e no Institucionalismo Sociológico no interior da Ciência Política, sendo estendido às escolas da Economia e da Sociologia por Bruno Théret (2003). Portanto, Théret (2003) encontrou na Economia e na Sociologia escolas de pensamento que seguem as concepções distinguidas nas três tipologias em torno da concepção de instituições e comportamento dos indivíduos bem como das transformações institucionais.

Quadro 3 - Divisão dos Novos Institucionalismos em Ciência Política, Economia e Sociologia de acordo com Théret (2003).

	Novo Institucionalismo da Escolha Racional	Novo Institucionalismo Sociológico	Novo Institucionalismo Histórico
Ciência Política	Caráter instrumental e estratégico do comportamento; Instituições reduzem a incerteza.	Teoria das Organizações. Visão rotineira do comportamento; Instituições como planos morais de referência, interpretações dos atores.	Cálculo e cultura são combinados. Os atores agem de acordo com seus interesses ao mesmo tempo em que possuem diferentes visões de mundo influenciadas por relações de poder assimétricas.
Economia	Nova Economia Institucional (COASE, WILLIAMSON, NORTH, MATTHEWS). Teoria dos Jogos.	Economia das Convenções (França, 1980); Análise da segmentação de mercado de trabalho (EUA, PIERO, 1970), Teoria do Salário Eficaz (EUA, LEIBENSTEIN, AKERLOFF, 1970)	Teoria da Regulação (França, 1970); Neo-institucionalismo de Galbraith, Gruchy, Hodgson (Herdeiros do antigo institucionalismo norte-americano)
Sociologia	Sociologia Norte-americana Ortodoxa (COLEMAN, 1980). DOUDON (França)	Sociologia Beckeriana (EUA). Nova Sociologia Econômica (GRANOVETER, EUA) Sociologia Convencionalista de Regimes de Ação (BOLTANSKI e THÉVENOT, França)	Sociologia Histórica e Cultural (comparativa).

Fonte: Construído pela autora a partir de Théret (2003).

No interior da economia, Théret (2003) situa a Teoria das Convenções, a qual surge na França nos anos 80, como parte do Novo Institucionalismo Sociológico, assim como a Sociologia Convencionalista dos Regimes de Ação de Boltanski e Thévenot e a Sociologia Pragmática da Crítica de Boltanski na Sociologia, enquanto o Neoinstitucionalismo de Hodgson, herdeiro do Antigo Institucionalismo Norteamericano, é situado como parte do Institucionalismo Histórico, juntamente com a Teoria da Regulação na França, desde 1970. O esquema de Théret (2003) tem como base, também, o diagrama de Villeval (1995), abaixo demonstrado, o qual evidencia dois grupos distintos da Economia Institucional, colocados em lados opostos tendo em vista a metodologia, os princípios de evolução e as funções das instituições.

Os dois grandes conjuntos propostos por Villeval (1995) são, de um lado as abordagens propostas por Menger, Hayek, a Nova Economia Industrial e a Nova Economia Institucional (NEI), enquanto no pólo oposto estão o Antigo e os Novos Institucionalismos e a

Teoria da Regulação, fundamentados, respectivamente na concepção metodológica do individualismo metodológico (grupo 01), na perspectiva holista (grupo 02) e na Filosofia Pragmática (Antigo Institucionalismo). Quanto à evolução das instituições, a autora resume que para o primeiro grupo, as instituições resultam de ações individuais, enquanto para o segundo as mudanças sociais são compreendidas a partir de lutas sociais, de aprendizagem, do conflito entre instituições pré-existentes. Por fim, quanto à função das instituições, Villeval (1995) aponta que servem para reduzir as incertezas e os custos de transação para o grupo 01, sendo um guia para as ações e que estruturam a ordem social em um contexto de assimetria de poder, visto no segundo grupo.

A compreensão de instituições como algo externo ao indivíduo com a função de reger as ações individuais e constranger o comportamento oportunista, reduzindo incertezas nas transações econômicas, é incorporada nas discussões da economia. A Nova Economia Institucional (NEI) difundida a partir de autores como Williamson e Douglass North encontram nas instituições a chave para diminuir os custos de transação e garantir maior segurança às relações econômicas. As instituições são compreendidas como regras e normas, formais ou informais, que constroem a ação individual, principalmente por entenderem que a racionalidade dos agentes é limitada, tendo assimetrias de informação nas transações econômicas e, assim as instituições podem constituir formas de coordenação para diminuir as incertezas e assimetrias. As instituições, por fim, são soluções eficientes para reduzir as falhas de mercado, permitindo que as transações aconteçam de forma satisfatória.

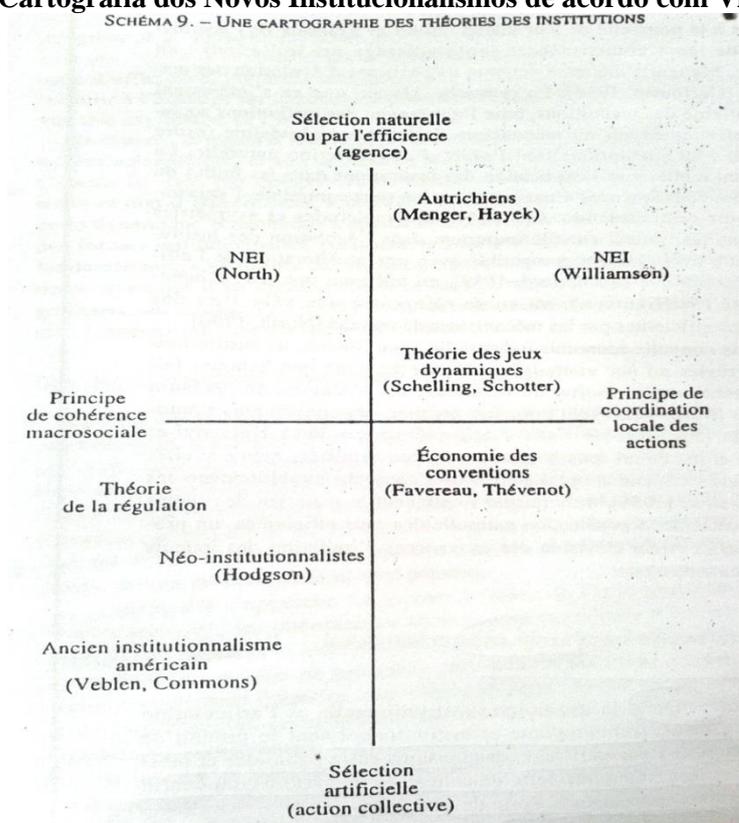
Compreender as instituições como, apenas, regras externas aos indivíduos com a função de constranger as ações dos indivíduos ou ainda, como modos de pensar e agir que existem antes dos indivíduos e que os conformam, ignora o processo dinâmico das instituições, bem como a agência dos diversos atores envolvidos. A dinamicidade das instituições, na Economia, é compreendida pelo Neoinstitucionalismo, representado por Hodgson (2004; 2006; 2007), o qual se assenta sobre o Velho Institucionalismo de Veblen (1983) para a compreensão das instituições como hábitos de pensamento e de comportamento compartilhados e legitimados nas interações sociais.

A relação entre indivíduo e instituição na Economia, segundo Hodgson (1993), é restritiva na concepção da Nova Economia Institucional na medida em que esta compreende as instituições como constrangimentos externos e, mesmo que reconheça a ação dos indivíduos na construção das instituições, não considera a influência das instituições sobre os indivíduos ao mesmo tempo em que estes podem influenciar as instituições.

Dessa forma, Villeval (1995) apresenta o esquema, abaixo relacionado, colocando o Neoinstitucionalismo de Hodgson, conjuntamente com o Antigo Institucionalismo de Veblen associado à Economia das Convenções (Thévenot) quanto à compreensão de um processo de seleção das instituições a partir da ação coletiva, integrada às dinâmicas de poder e de legitimidade social em detrimento da seleção mais eficiente economicamente. Visto em ângulos opostos, o Neoinstitucionalismo é visto sob a percepção de análises macroinstitucionais, enquanto a Teoria das Convenções sob um olhar microinstitucional.

Entretanto, concorda-se em parte com esta análise na medida em que a teoria de Veblen abarca as relações micro e macro e, apesar da Teoria das Convenções abranger de forma mais pontual os acordos e as interações locais, os trabalhos de Boltanski e Thévenot (2006), bem como de Boltanski e Chiapello (2009) adentram em discussões institucionais do capitalismo, tomadas em uma perspectiva macro. Assim, como fundamento para esse projeto, o desafio está em analisar as instituições tanto nas interações locais quanto de forma macrossocial, além da interação entre ambas.

Figura 17 - Cartografia dos Novos Institucionalismos de acordo com Villeval (1995).



Fonte: Villeval (1995, p. 485)

No pensamento de Veblen, a vida social está permeada por um conjunto de fatores em processo de evolução, em que os hábitos dos indivíduos formam a base para o processo de seleção e formação de novas instituições (VEBLEN, 1983). As instituições são, portanto, resultantes do processo de interação humana, podendo tanto restringir quanto reproduzir o comportamento dos indivíduos, ao mesmo tempo em que constituem sistemas que estabelecem normas e estruturam as relações sociais (HODGSON, 2006). Assim, considera os indivíduos como agentes participativos do processo de construção e modificação institucional, ao mesmo tempo em que as instituições influenciam os hábitos de pensamento e comportamento dos indivíduos, o que demonstra a construção interdependente da agência e estrutura. A agência humana, na compreensão de Veblen, é o produto de traços hereditários somados às experiências passadas, os quais são cumulativamente forjados sob um dado corpo de tradições, circunstâncias materiais e convencionalidades (RUTHERFORD, 1998).

Nesse sentido, a Teoria das Convenções e, principalmente, a Teoria da Justificação de Boltanski e Thévenot e a Sociologia Pragmática da crítica de Boltanski nos traz uma compreensão semelhante e complementar, ao mesmo tempo, para a análise das instituições, pois compartilham a preocupação em entender como os indivíduos agem, pensam e fundamentam as suas preferências e os seus comportamentos.

Nos anos 1980, autores como Thévenot (1986), Eymard-Duvernay (1986), dentre outros iniciaram a construção de um modelo analítico das relações econômicas que buscava compreender as incertezas e as assimetrias de informação nas transações econômicas. O olhar relevante sobre as transações permitiu perceber, não apenas a falta de informação dos atores, mas as diferentes formas com que as informações são percebidas pelos atores envolvidos. O foco das transações, portanto, estende-se a existência de diferentes formas de julgamento. Dessa forma, mais do que contratos e mecanismos de mensuração para a coordenação das transações são os acordos entre os atores acerca de um quadro valorativo comum, um conjunto compartilhado de valores, relevantes para as relações econômicas (EYMARD-DUVERNAY, 2002).

As relações econômicas são vistas como acordos morais que independem das regras formais ou informais, mas das interpretações dos atores envolvidos. As regras, as normas, são apenas dispositivos convencionais, os quais precisam estar dotados de sentido para que os acordos sejam efetivados. Essa compreensão pode ser estendida a todas as relações sociais, não apenas econômicas. Com isso, pode-se visualizar a sociedade como um emaranhado de acordos, de valores compartilhados, formas de interpretação do mundo e das relações.

O foco da Teoria das Convenções está nos fatores que levam os atores a seguirem uma convenção não pelo autointeresse, mas julgamentos de valor. As convenções não são entendidas apenas como padrões de comportamento, mas modelos de avaliação, formas de interpretação dos fatos do mundo. Existem princípios legitimados conformados em quadros comuns de julgamento sobre os fatos e sobre o mundo que orientam a ação dos indivíduos, os quais conformam as cidades (*cités*) propostas por Boltanski e Thévenot (2006), que dão sentido, justificativa para a conduta dos indivíduos.

Como a principal questão da Teoria das Convenções está na forma como os atores sociais coordenam suas vidas, suas relações, a percepção do caráter interpretativo da conduta dos atores, envolve não apenas o problema de coordenação da racionalidade limitada dos atores, mas do engajamento dos indivíduos a princípios comuns, capazes de criar solidariedades. Assim, adotar ou não uma regra ou uma política pública depende de como os atores interpretam e de quais ordens de justificação são acionadas para a sua qualificação.

O olhar sobre as convenções e instituições é imprescindível para a compreensão da vida social e econômica para viabilizar e potencializar as relações sociais, não como instrumentos para resolver falhas de mercado ou agir como constrangimentos nas relações, mas porque os acordos coletivos são constitutivos das relações sociais e econômicas. Destaca-se ainda, que estes acordos são construídos pelos atores sociais, a partir de quadros valorativos comuns que emergem nas interações sociais e não como regras externas que agem sobre os indivíduos. Esta perspectiva é oriunda de uma postura pluralista e pragmática da Teoria das Convenções, a qual é somada à crítica da Teoria Crítica, principalmente à crítica à Bourdieu protagonizada por Boltanski (2002) e demais autores que buscam rejeitar a posição dominante das Ciências Sociais de iluminar os atores fazendo-os perceber o que está oculto. Assim, eles compreendem que as pessoas comuns são capazes de construir interpretações sobre o mundo, construir críticas e agir em consonância com elas.

Apesar da polifonia resultante dos debates e da construção do entendimento sobre as convenções¹, são os avanços de Boltanski e Thévenot (2006) que fundamentarão esta análise na medida em que são legitimadas por um ‘mundo comum justificado’. No debate convencionalista, esta compreensão ampliou a visão do cognitivo para a questão valorativa e ética, dando origem a um modelo analítico baseado na construção de *cités*. Cabe destacar que o modelo de *cité* não será seguido nessa tese, pois, por uma escolha metodológica,

¹ Dentre as definições e estudos das convenções destacam-na como “sistema de conhecimentos compartilhados” (SALAIS, 1989); ou como “sistemas de representações” (EYMARD-DUVERNAY, 1989), ou ainda, como ‘dispositivo cognitivo coletivo’ (ÓRLEAN, 1989; FAVEREAU, 1989).

compreende-se que o empírico apresenta uma riqueza de princípios de equivalência que não necessita ser enquadrado nos valores morais apresentados por Boltanski e Thévenot (1991; 2006).

Para Boltanski e Thévenot (2006), os indivíduos operam a partir de qualificações nas suas atividades cotidianas de classificação e julgamento, o que torna o mundo social inteligível, propiciando a coordenação das atividades dos indivíduos. Este processo de classificação e julgamentos é justificado a partir de ‘princípios de equivalência’ que permitem aos indivíduos realizarem trocas sociais em todas as esferas da vida social. Os princípios de equivalência são esferas de referências construídas nas interações sociais e que dão sentido às atividades dos indivíduos, ao longo de um processo histórico de construção das classificações.

Cabe lembrar que Boltanski (2014) salienta que a vida social não está apenas formada pelos acordos, mas também pelos desacordos. Dessa forma, o autor chama a atenção das Ciências Sociais para olhar a vida social a partir das disputas, dos conflitos, os quais não são considerados como patologias, como pensava Durkheim, mas como imanentes a vida social. Assim, é nos ambientes de disputas que os atores revelam seus acordos e desacordos. Segundo Boltanski e Thévenot (2006), em um ambiente de disputa, os atores são obrigados a justificar seus discursos e práticas, recorrendo a juízos de valor que correspondem às justificações para a ação. Assim, velhos e novos modelos mentais de interpretação dão legitimidade às preferências dos atores, referenciados a partir de mundos de justificação.

Ao estendermos essas compreensões às relações sociais, não apenas econômicas, podemos percebê-las como interações sociais, permeadas por sentidos e interpretações dos atores que conformam quadros institucionais ou/e convencionais os quais formam a sociedade, os fenômenos sociais. O conceito de convenção abordado pelos convencionalistas está relacionado à concepção institucionalista aqui abordada². “Para a Teoria das Convenções, as regras não são anteriores à ação e tampouco são elaboradas de fora da ação, surgindo no interior do processo de coordenação dos atores” (WILKINSON, 1999, p. 67). Essa definição corrobora com a definição de instituições do Velho Institucionalismo na medida em que compreende a integração entre agência e estrutura. As convenções devem ser entendidas em seu contexto social e econômico específico, analisando o modo como os atores se relacionam com um conjunto de objetos comuns, os quais são mobilizados para a sua ação e qualificados de acordo com mundos de justificação (WILKINSON, 1999).

² Embora a Teoria das Convenções seja reconhecida como uma teoria institucionalista, os primeiros estudos tiveram dificuldades em conceituar instituições, sendo os estudos de Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski (2009), os primeiros a mencionar e a conceituar as instituições (NIEDERLE, 2013).

Ao compreendermos as interpretações dos atores sobre os acordos, sobre suas realidades, seus mundos e sobre suas preferências, podemos entender os sentidos compartilhados e o que justifica os mecanismos adotados. Além disso, entendendo os sentidos e justificações compartilhadas, podemos compreender as instituições que coordenam a vida social, as quais, analisadas em determinado período de tempo, revelam a constante reafirmação institucional ou os processos de mudança institucional.

Diante desse breve apanhado do universo plural institucionalista, trabalhar com a noção de instituições revela-se complexa na medida em que muitas são as propostas teóricas e metodológicas para tal. Entretanto, a noção é compreendida como uma ferramenta analítica para compreender a problemática em questão e, assim, optou-se por um caminho teórico e metodológico que propõe a compreensão de instituições a partir da relação entre a proposta de Veblen e Hodgson para quem as instituições são hábitos de pensamento e comportamento compartilhados que orientam a vida social, aliado à concepção de Boltanski, para quem as instituições são instâncias de confirmação da realidade que se tornam visíveis no momento em que os atores são questionados por instâncias de crítica que desestabilizam a realidade.

5.2 DANDO NOME AOS SERES SEM CORPO: O MARCO CONCEITUAL UTILIZADO

Com base na trajetória da noção de instituições e as compreensão de como essa noção vem auxiliando no entendimento da vida social e econômica, busca-se, aqui, apresentar os conceitos utilizados para compreender como a fumicultura vem se sustentando ao longo dos anos no Rio Grande do Sul. Quais são as interpretações, justificações e condutas que são compartilhadas pelos atores para a manutenção de relações em torno do actante tabaco? Nesse estudo, as instituições são compreendidas como interpretações e condutas compartilhadas³ que justificam a realidade social analisada. Compreende-se, assim, que constituem acordos convencionados entre as partes envolvidas e que sustentam a vida social, as quais emergem de trajetórias experienciais de hábitos que evoluem⁴ e são compartilhados entre um determinado

³ Reconhecer as instituições como hábitos de pensamento e comportamento compartilhados por um grupo social na perspectiva Vebleniana, envolve construir uma proposta metodológica que auxilie as análises na sociedade atual, já que os estudos de Veblen carecem de uma clareza metodológica e conceitual em alguns aspectos. Desta forma, os termos pensamento e comportamento serão melhor analisados a partir da noção de interpretação e de conduta, construídos nas análises de Agne (2014) sobre mudança institucional.

⁴ Destaca-se que a noção de evolução não considera como positiva ou negativa, mas como processos dinâmicos da sociedade.

grupo, bem como de momentos de disputas fundamentados por visões de mundos, os quais entram em conflito com a realidade.

Apoiando-se nos estudos de Boltanski e Thévenot (1991), Boltanski e Chiapello (2009), Boltanski (2009) e de Hodgson (2004; 2005; 2006) e Veblen (1983), as instituições deixam de ser compreendidas como coercitivas e sim como gramáticas de referências que dão sentido a vida social. Seja como hábitos de pensamento e comportamento compartilhados na concepção evolucionária da vida social, descrita por Veblen e Hodgson, seja como instâncias de confirmação da realidade, oriundos da Teoria das Convenções, principalmente da Sociologia Pragmática da Crítica de Boltanski (2009), as instituições são utilizadas aqui como interpretações compartilhadas que justificam as condutas dos atores sociais e que dão sentido as suas vidas.

Retomando alguns conceitos já apresentados no capítulo 02, destaca-se, que a vida social, nessa tese, é compreendida não apenas como formada pelos acordos, mas também pelos desacordos (BOLTANSKI, 2009). Isso porque, ocorre a interação constante entre as realidades e os mundos e, assim, a realidade pode ser constantemente questionada por reflexões oriundas dos diferentes mundos dos atores. A interação entre realidade e mundo é o que permite o movimento constante das relações sociais. Grosso modo, a realidade é conformada pelas instituições que dão sentido a ela, enquanto o mundo é o plano da reflexão, da crítica, dos momentos de prova. Nesse processo de interação, Boltanski (2014) deixa claro que as instituições, portanto, não existem sem as críticas, visto que estas possuem contradições que permitem o surgimento de provas e, por tal razão, a análise assenta-se, nesse estudo, primeiramente sobre as críticas. Ao mesmo tempo, as críticas não são possíveis sem a conformação da realidade dada pelas instituições.

Para compreender a ação social, portanto, partindo da diferenciação e interação entre realidade e mundo, Boltanski e Thévenot (1991) distinguem os regimes de ação compreendendo a existência de regimes de paz (rotina e amor), de justiça e de disputa. O regime de disputa é marcado pela violência a partir da força pura e simples, enquanto o regime de justiça é marcado, fundamentalmente, pela crítica, quando as situações de prova movimentam o cotidiano das pessoas em um determinado contexto. É nesse regime que os atores são compelidos a sustentarem as suas ações e julgamentos e, assim, recorrem a quadros de referências comuns como forma de elaborarem e reafirmarem laços políticos e sociais. Esse regime desestabiliza a paz do regime de rotina, o qual é estabilizado pelas convenções rotinizadas, tornadas hábitos, por meio da qual as pessoas não refletem porque o fazem até o momento em que se instaura um regime de justiça, ou seja, em que são questionadas ou

questionam-se sobre suas ações. Assim como, no regime do amor-ágape, em que a paz é estabelecida por meio do amor incondicional ao outro (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Com o auxílio dessas categorizações, buscamos analisar, nesse estudo, os regimes de rotina e de justiça acionados em torno da problemática do tabaco. Assim, entende-se que as relações em torno da produção de tabaco sustentam-se por meio de hábitos, rotinas fundamentadas em princípios valorativos comuns, ou seja, interpretações compartilhadas, que são acionados quando a realidade que fundamenta a vida dos atores são colocadas à prova em um regime de justiça. A realidade social em torno da fumicultura decorre em um regime de paz desestabilizado pelos momentos críticos oriundos das reflexões dos diferentes atores que colocaram à prova a realidade exigindo dos agricultores respostas que justifiquem as suas condutas. Portanto, as justificações que sustentam as ações dos agricultores emergem nos momentos em que os atores são obrigados a refletir o porquê agem daquela forma. Esse momento é o que Boltanski (2014) chamou de regime metapragmático, o qual é oposto ao regime prático, regime da rotina, em que não há reflexão, apenas ação.

Nesse cenário analítico, a crítica é o que mobiliza o regime metapragmático, em que princípios de justiça são mobilizados para colocar à prova as instituições vigentes. As instituições, assim, conformam a realidade, em um regime prático de rotina, as quais emergem apenas nos momentos em que os atores são obrigados a justificar-se, recorrendo a princípios de equivalência morais que os situa em operações de acordos e de pertencimento a princípios de bem comum compartilhados. Com isso, compreende-se que o laço social, nas sociedades contemporâneas, é dado pelas operações de qualificação e de generalização e, assim, as justificações são utilizadas para a estabilização da realidade diante de situações de incerteza geradas pelos momentos críticos.

Portanto, o trabalho de manutenção da realidade é realizado pelas instituições, as quais trarão as respostas de por que as pessoas agem de determinada maneira. Segundo Boltanski (2009), para analisá-las deve-se identificar as suas funções semânticas, pois as instituições “são instrumentos orientados para a construção da realidade por intermédio, em particular, de operações de qualificação de entidades – pessoas ou objetos e da definição de formatos de provas” (BOLTANSKI, 2011, prefácio). Assim, é por meio de um processo de classificação e qualificação, o qual é descritivo e normativo, que as coisas adquirem um quadro valorativo de referência (BOLTANSKI, 2011, p. 68). Portanto, as instituições são compreendidas como um ‘ser sem corpo’ que estabelece acordos semânticos capazes de conferir unidade aos pontos de vista individuais.

Uma instituição é um ser sem corpo para o qual está delegada a tarefa de declarar a qualidade do que é. Isso é, portanto, primeiro de tudo nas funções semânticas que a instituição deve ser considerada (como John Searle). Para instituições caem à tarefa de dizer e confirmar o que importa. Esta operação assume o estabelecimento dos tipos, os quais devem ser fixados e memorizados em uma forma ou outra (memória de ancião, códigos legais escritos, narrativas, contos, exemplos, imagens, rituais, etc.) e frequentemente armazenado em definições, para ser disponível, quando surge necessidade, qualificar uma situação de incerteza os estados das coisas que são objetos de ambiguidades ou usos e interpretações contraditórias. Em particular, instituições devem separar o que deve ser respeitado do que não pode ser; o que pode ser somente considerado uma vez, em associação com um contexto e como se fosse acidental, e este por comparação com o que está apropriado para ver em dobro. Isso também significa escolher o que é, aqui e agora, do que é em outro lugar no espaço, antes no passado e mais tarde em um futuro indeterminado. [...] Por outro lado, deixem-nos adicionar que, ser eles mesmos seres sem corpo, por si só são verdadeiramente capazes de dotar seres não existentes com conteúdo. [...] Seres não existentes podem somente serem inscritos na realidade através das instituições. Instituições abastecem estes seres, frequentemente caluniados pela lógica linguística, por quem eles derivam da ‘tendência fatal da linguagem’ para a forma adequada dos nomes que nenhum objeto corresponde para e que ameaçam ‘minar a confiabilidade do pensamento’, com a possibilidade de aderir para uma forma de existência que está longe de ser ilusória [...] (BOLTANSKI, 2011, p. 75, tradução nossa).

Mas, as instituições, apesar de serem seres sem corpo, precisam de porta-vozes, entidades corpóreas, as quais manifestam a fragilidade das instituições que detém relativa estabilidade apenas no nível semântico. Assim, pelo fato de as instituições possuírem porta-vozes e situações de provas em razão do seu uso pragmático, elas são suscetíveis a questionamentos, abrindo espaço para a crítica. Por isso, Boltanski (2011) identifica as contradições hermenêuticas das instituições, entre o que deve ser e o que efetivamente ocorre. Ou seja, na interpretação de Corrêa (2010), esta contradição é desenhada da seguinte forma:

[...] a Instituição é o que performa a realidade de sentido (porque nela nós cremos e disso necessitamos) e, ao mesmo tempo, abre espaço para a crítica (porque a sabemos ficcional e, por vezes, opressiva). Isso porque a Instituição, em um contexto secular e crítico como o nosso, Ocidental, abre espaço para que se interrogue seu fundamento último (dado que nenhum valor é mais absoluto) e, nesse movimento, abre igualmente espaço para o questionamento do inevitável desnível, por vezes intolerável, existente entre o ideal normativo sobre o qual ela se funda e a realidade concreta a que se aplicam tais ideais (CORRÊA, 2010, p. 593).

Contudo, ao contrário da posição da sociologia crítica, Boltanski (2011; 2013) não analisa as instituições remetendo ao seu descrédito, mas a partir de suas funções intrínsecas, positivas de segurança semântica e negativas de violência simbólica. Ou seja, as instituições como seres sem corpo são tomadas por forças que, utilizando de instrumentos de policiamento disponíveis, conformam um caráter arbitrário das ações constitutivas institucionais, caracterizando a violência simbólica intrínseca às instituições. Por outro lado, as instituições

também conferem segurança semântica, a qual possibilita a identificação e reidentificação dos seres, ao ponto de transformar seres de carne e osso em seres abstratos, qualificando-os.

Compreender as instituições a partir de seu papel semântico consiste em distingui-las de outras entidades as quais frequentemente são confundidas nas análises: as organizações e as administrações. Destaca-se, portanto, as funções de policiamento, que cabe às administrações, e as funções de coordenação, as quais são atribuídas às organizações. Ambas fundamentam-se na existência de instituições, mas são seres encarnados, os quais se tornam mais frágeis à crítica (BOLTANSKI, 2011, p. 79). Contudo, são também os seres encarnados que possibilitam a reinstitucionalização necessária para a manutenção das instituições. É por meio de testes e regras que os atores reivindicam a ação na sua forma correta. São as garantias institucionais, as definições, que garantem a validade dos testes de realidades, os quais estão fundamentados como testes de alguma coisa.

Boltanski destaca ainda que as instituições não são originadas exclusivamente de um processo de autoemergências, a partir de interações e repetições de ações.

Tais processos, enquanto totalmente credível quando vem contabilizada pela formação de hábitos, com eles, co-chamada regularidades 'objetivas', ou mesmo o estabelecimento de convenções tácitas permitindo ações que convergem em pontos focais tratados como arbitrários (todos conformam para o comportamento que ele acredita que o outro adotou, o clássico exemplo de estarmos, como nós temos visto, dirigindo na direita ou esquerda), não parece capaz de render a forma na qual as instituições suportam a qualificação de seres inteligíveis. Por um lado, porque estes processos mecânicos podem largamente pular a determinação das propriedades dos objetos, mas acima de tudo porque eles não fazem o possível para gerar um valor e sustentar especificamente o caráter normativo da norma – se nós podemos colocar isso assim – com suas consequências deonticas. Nós podemos prontamente conceder que a observação de hábitos e posicionamentos baseados nas regularidades – ou ainda, invariavelmente, nos signos os quais eles são depositados – pode ser suficiente para guiar a ação em todas aquelas ocasiões que podem corretamente ser descritas como rotinas (BOLTANSKI, 2011, p. 80-81).

Contudo, essas interpretações não são individualizadas na medida em que são compartilhadas seja pelo grupo que concorda com os mesmos sentidos, seja pelo grupo discordante, ou que irá compreender os sentidos alheios por traz do enunciado ou, ainda, questionará esses sentidos. Por conseguinte, as instituições não são compreendidas como padrões de comportamento dados, mas pela dinamicidade dos processos de institucionalização que estão a todo o momento sendo colocados à prova. Um processo evolutivo de afirmação de rotinas que confirmam a realidade vivida pelos atores que compreendem um senso de continuidade até o momento em que, ao serem postas à prova, geram momentos críticos. Fundamentada na análise evolucionária das instituições, descreve-se a todo instante um

processo histórico que dá origem às rotinas, em que hábitos se transformam em interpretações compartilhadas e, portanto, institucionalizam-se e, então, conformarão a realidade dos actantes envolvidos (VEBLEN, 1983; BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991; BOLTANSKI, 2009). Entretanto, a análise evolucionária aqui proposta a partir de Veblen (1983) compreende que a evolução das instituições não se relaciona a busca pela mais eficiente, mas como um processo dinâmico da sociedade.

A análise evolucionária embasa essa pesquisa no que tange ao aspecto histórico de institucionalização, compreendido pela interação dos hábitos com as instituições já vigentes, aliado a interação entre os indivíduos, bem como a influência de transformações no ambiente. Na análise evolucionária vebleniana, o conceito de herança propõe a operacionalização metodológica para o exame histórico de emergência e evolução das instituições. Assim, a herança constitui o processo pelo qual os hábitos e instintos são adquiridos, não de forma genética (biológico), o que significa que a evolução das instituições depende de um processo histórico de gerações (HODGSON, 2005)⁵. Essa perspectiva será melhor conceituada no capítulo sobre as mudanças institucionais.

Dito isso, compreende-se que, os processos evolucionários da vida social são marcados por regimes de paz e de justiça em relações interdependentes entre os momentos de reflexão e de estabilidade em que as qualificações se assentam. Apoiados no entrelaçamento entre os ferramentais analíticos de Boltanski, Thévenot, Chiapello, Veblen e Hodgson, confere-se ênfase aos acordos e desacordos nas relações analisadas e, dessa forma, percebe-se a existência de instâncias de confirmação da realidade que são mobilizadas como respostas nos momentos metapragmáticos da vida social, momentos em que a incerteza construída pelas críticas ou por momentos de transformação no ambiente (VEBLEN, 1983), obriga os atores a reagirem e refletirem sobre a sua realidade.

Nos momentos em que o tabaco foi colocado à prova na conformação das redes, operações de qualificação foram mobilizadas para desmoralizá-lo e, por outro lado, outras operações de qualificação foram mobilizadas para confirmar a sua moral. Ao refletir sobre as suas condições envolvidas nesse objeto, os atores refletiram sobre a qualidade do que existe e fizeram emergir manifestações de confirmação de acordos já estabelecidos.

⁵ Veblen (1983) compreende os instintos como ações conscientes a partir do seu componente teleológico, compostos pela inteligência, pelos imperativos dados pelos costumes e pelas forças fisiológicas (SILVA, 2010). Neste sentido, os instintos resultam da conformação das instituições sociais herdadas, somadas a inteligência humana, enquanto os hábitos são resultantes dos instintos e considerados como caminhos da disposição instintiva para a instituição. Os hábitos são a materialidade constitutiva das instituições, na medida em que os hábitos são compartilhados que resultam em mecanismos de conformismo e acordos normativos (HODGSON, 2006).

Com isso, os acordos não serão analisados nessa pesquisa como um agir imanente à vida social como se todos os atores possuem uma pré-disposição para a sua realização, mas um agir que orienta o mundo prático, a realidade, dos atores que se justifica nos momentos em que suas vidas, suas ações, são colocadas à prova. É no registro metapragmático, o qual surge da incerteza provocada pelos momentos de prova que encontramos os dispositivos responsáveis pela manutenção da ordem. Nesse momento, os atores buscarão reestabelecer a ordem refletindo e situando o seu agir em suas interpretações.

Dessa forma, torna-se relevante e complementar compreender, a partir da abordagem convencionalista, quais os quadros de referência usados para justificar as interpretações e preferências dos atores envolvidos na produção de tabaco e nas estratégias de diversificação do RS. Com isso, articulam-se alguns conceitos e interpretações da Teoria das Convenções e da Justificação, com o Velho e o Novo Institucionalismo de Veblen e Hodgson, com vistas a compreender os quadros interpretativos que justificam as ações dos indivíduos.

Nas interações sociais em torno da produção de tabaco no Brasil, conforme já exposto brevemente no capítulo anterior, o processo evolutivo de algumas instituições mobilizaram a produção existente até hoje. Nesse processo, a história geracional das famílias produtoras, bem como dos municípios e do próprio país justificam a emergência desse modo de vida. Assim, compreende-se que a fumicultura no Rio Grande do Sul sustenta-se sobre um emaranhado de interpretações herdadas e selecionadas ao longo dos processos históricos de disputas e transformações que obrigam os atores a refletir e manifestar as suas justificações.

Para tal, foram analisadas as 28 entrevistas com as famílias produtoras de tabaco, bem como com as entidades representativas dos agricultores e com intermediários, os quais também já trabalharam como fumicultores, bem como narrativas de demais atores obtidas nos meios digitais. Analiticamente, analisou-se a trajetória de vida das famílias e, principalmente, as justificativas que emergiam a partir da mobilização das críticas externas e internas à produção de tabaco. Além disso, perguntas como “o que representa o tabaco na vida de vocês?” somou-se à tentativa de compreender as referências que são usadas para qualificar e justificar as suas ações. Foram compiladas, dessa forma, as interpretações a ponto de sair da individualização das respostas e encontrar as referências compartilhadas pelos agricultores, possibilitando-nos a identificar as instituições que ordenam e dão sentido à vida dos fumicultores. A partir disso, identificou-se a lógica tradicional e de imanência à vida dos agricultores, o conhecimento, as relações de mercado e o desenvolvimento atrelado ao actante tabaco, como gramáticas de justificação compartilhadas e interligadas conformando uma rede institucional acionada pelos atores em defesa de suas ações.

5.3 “NÓS SEMPRE PLANTAMOS FUMO”: O TABACO COMO INERENTE À VIDA DOS AGRICULTORES E O RESPEITO À LÓGICA TRADICIONAL

Tradição é uma palavra comumente usada pela linguagem científica, a qual já foi disseminada para os espaços do que muitos chamam de senso comum. Como grande parte das palavras ou seres, a tradição só ganha sentido com a adição de conteúdo que garanta a ela uma interpretação que deve ser operada por mais de uma pessoa. Em torno dela, ao longo dos anos, operações de qualificação foram assentando algumas interpretações compartilhadas do que é tradição e, assim, essa palavra foi ganhando sentido e uso nos espaços acadêmicos, políticos governamentais e nas ações coletivas, etc. Seu uso nesses espaços permite, hoje, que os atores avaliem a grandeza do ser tradicional e segmentem as suas ações ou a dos demais como tradicional ou não, ou ainda, como mais ou menos tradicional.

Elucidando o processo de construção do que é tradição, tomamos inúmeros setores da vida social em que coisas, objetos ou seres, são colocados à prova e assim, recorre-se ao tradicional como forma argumentativa de validação. Comidas, manifestações artísticas, trabalhos, atividades de manufatura, comumente são tratadas como tradicionais quando são realizadas por mais de uma geração, ou que se fundamentam sobre um fazer não influenciado pela modernidade, ou ainda, como uma rotina que confere sentido à vida das pessoas, etc. A tradição, portanto, é uma instituição convencionada de diversas formas, ou seja, ela por vezes pode ser elemento da narrativa de validação de um agir ou de reivindicação da ordem de um agir, como também, possui nela mesma as contradições interpretativas que qualificam o que é ou não tradicional. Ela é usada como se todos os atores compreendessem o que o narrador quer dizer quando argumenta: “Isso é tradicional”.

Traz-se a tona a tradição, pois ela aparece tanto nas narrativas científicas que buscam analisar e justificar porque a fumicultura permanece como uma das atividades produtivas do sul do Brasil ou, ainda, porque os agricultores permanecem cultivando o tabaco em condições que as próprias análises científicas desmoralizam, quanto nas narrativas das entidades governamentais, entidades representativas dos agricultores ou ainda em algumas narrativas dos próprios agricultores como reivindicação de seu vínculo histórico com o tabaco. Seja para defender a importância do tabaco, seja para justificar a ação rotinizada que o envolve, a tradição está presente como uma gramática comum de todos os atores envolvidos com o tabaco.

Começamos por mostrar a recorrência do uso da tradição nas narrativas históricas dos municípios pesquisados, as quais envolvem também estudos científicos que demonstram a

tradição ou herança da produção de tabaco. Conforme exposto no capítulo anterior, o tabaco originário das Américas expandiu as fronteiras com o processo de colonização e exploração do ‘novo mundo’ pelo ‘velho mundo’, sendo por muitos anos uma moeda de troca com países europeus e africanos. Dessa forma, em toda a histórica brasileira, pós-colonização, o tabaco movimentou as exportações institucionalizando, com o passar do tempo, a marca brasileira como um dos maiores produtores de tabaco, com produto de qualidade. Além disso, institucionalizou-se a interpretação que relaciona o tabaco ao desenvolvimento⁶ do país e das regiões produtoras.

Apesar de, no princípio das exportações, o tabaco ser produzido principalmente na região nordeste do Brasil, com a colonização alemã no Rio Grande do Sul, passou a ser uma importante fonte de renda e sobrevivência nas novas colônias, sendo introduzido pelo governo imperial, juntamente com outros produtos que poderiam ser cultivados nas regiões de colonização alemã. Assim, Santa Cruz do Sul e seu entorno passou a produzir tabaco, juntamente com uma produção diversificada de alimentos tanto para o consumo como para a comercialização como o milho, a soja, o trigo, hortaliças e criações de porcos, galinhas, etc. (VOGT, 1997).

Conforme aspectos apontados por Vogt (1997), Santa Cruz do Sul localizava-se distante do centro consumidor e exportador de Porto Alegre, diferentemente da primeira colônia alemã de São Leopoldo que já se consolidava como uma região produtora de alimentos. Dessa forma, o tabaco, sendo um produto não perecível e, portanto, com maior facilidade para o transporte, passou a ser um produto que pudesse tornar a região competitiva, afirmando-se com o passar dos anos e as transformações no ambiente comercial e produtivo. Narrativa que demonstra a justificação de um hábito em processo de institucionalização como parte de um processo de adaptação ao contexto da época.

O processo de colonização italiana na região central do Rio Grande do Sul acompanhou as características da colonização alemã no que tange a diversidade produtiva, tendo o tabaco como umas das produções das colônias. Assim, o Quarto Núcleo Colonial Italiano, bem como o Núcleo Jaguari, ambos pesquisados nessa tese, passaram a produzir o tabaco, entre outras coisas, como a soja, o milho, o trigo, o feijão, o arroz (nas terras baixas), a cevada, as hortaliças e os legumes, bem como a criação de animais para o consumo e comercialização do excedente. O tabaco era transformado em casa resultando no que os colonos chamavam de ‘fumo em corda’ o qual podia ser comercializado para a confecção de

⁶ Aspectos que serão melhor analisados nas próximas seções.

cigarros caseiros com palha de milho chamado de ‘palheiros’. Outros comercializavam o tabaco em folha para as casas de comércio, principalmente localizadas na região de Santa Cruz do Sul e outras em Santo Ângelo, os quais exportavam o produto em folha.

Assim, com exceção de um histórico mais recente de ligação do município de Jaguari ao tabaco, os demais locais analisados recorrem há uma história geracional de envolvimento com esse actante. São nesses recursos de contar a história desses municípios que as narrativas evocam a tradição como justificação para a continuidade dessa relação.

O SINDITABACO, associação que representa as empresas fumageira no Brasil, por exemplo, evoca a tradição como um dos pontos valorados positivamente, buscando demonstrar a importância desse setor para o sul do Brasil. “Tabaco no sul do Brasil: tradição e renda [...] Tradição tem sido palavra de destaque deste setor.” (SINDITACABO, 2013), é a chamada para duas das justificações que sustentam a fumicultura: a tradição e a geração de renda, que por vezes é traduzido também na palavra desenvolvimento. Assim, o recurso à tradição e sua relação com o desenvolvimento das famílias e dos municípios produtores é acionada constantemente pelo SINDITABACO, nos momentos em que esse ator, na arena de disputas que se conformou em torno da fumicultura, busca defender o setor.

Para o presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), Iro Schünke, a produção de tabaco faz parte da tradição destes municípios, além de ser a cultura fundamental nos aspectos sociais e econômicos. “É essa tradição do cultivo em pequenas propriedades diversificadas que confere excelência ao tabaco brasileiro, reconhecido pelos importadores por sua qualidade ímpar”, comenta (PORTAL DO TABACO, 2016, p. 1).

Os estudos do DESER também revelam a herança da produção de tabaco e sua compreensão como tradição. Com vistas a identificar quais são os desafios para a diversificação nas lavouras de tabaco, Bonato (2009) destaca que a produção não está relacionada a uma cultura étnica específica, mas tornou-se um componente cultural e tradicional nos municípios em que conseguiu afirmar-se, sendo intergeracional. “Um núcleo expressivo de produtores mantém a tradição de seus pais e avós de viver da produção do fumo, ao mesmo tempo em que outra quantidade expressiva é seduzida a cada ano a ingressar neste sistema produtivo” (BONATO, 2009, p. 60).

Nesse contexto, a tradição também é usada para justificar a relação do agricultor com o tabaco. Contudo, está vinculada a percepção de que a diversificação ou a diminuição dessa relação, como objetivo das políticas do século XXI no Brasil, é e será dificultada pela

vinculação histórica e geracional das famílias e dos municípios produtores, revelando o vínculo tradicional espacial entre terra, agricultores e tabaco.

Esses aspectos também são levantados por diversos estudos científicos em torno da produção de tabaco, principalmente os estudos que buscam compreender ou explicar porque os agricultores mantêm-se vinculados a esse sistema produtivo (RUDNICKI, 2012; ETGES, 1991; ANDRADE, 2014; UBA, 2012). “Em geral, plantar fumo é uma tradição nestas famílias, que vêm do avô para o pai e deste para o filho” (ETGES, 1991, p. 117).

Os estudos com foco na racionalidade dos agricultores destacam a tradição como um dos elementos que os influenciam e justificam a permanência da relação do Sistema Integrado de Produção (RUDNICK, 2012; ANDRADE, 2014). Ao analisar as motivações para a produção de tabaco em três municípios do Rio Grande do Sul, Rudnicki (2012) observa que a tradição e a família aparecem em 90% dos casos analisados. “Em síntese, é possível observar que “renda”, “tradição e família” e “amigos e vizinhos” são motivações importantes e que influenciam, na ordem de importância descrita, a decisão de plantio do tabaco” (RUDNICKI, 2012, p. 100). Com essas conclusões, a autora buscou mostrar que além dos contratos formais e da racionalidade econômica que ligam os agricultores às empresas, existem componentes baseados na tradição e nos hábitos (RUDNICKI, 2012).

Ao analisar a execução do Programa Nacional de Diversificação em Lavouras Cultivadas com tabaco em Santa Catarina, Uba (2012) encontra nos relatos orais, principalmente dos agricultores que não aderiram ao programa, a presença do que ele chamou de tradição.

Em outros relatos orais, os agricultores familiares ressaltam, com certo orgulho, as longas experiências no cultivo do fumo, acumuladas desde a época em que auxiliavam na lavoura de seus pais, demonstrando que a continuidade do cultivo do tabaco vai além dos resultados econômicos e da segurança oferecida pela integração. Ela está também associada com as representações da produção de fumo e com os vínculos da tradição familiar de produção (UBA, 2012, p. 91).

Esses autores buscaram explicar que a produção de tabaco não está pautada apenas nas motivações ou relações econômicas, mas também em aspectos culturais e sociais, em que incluem a tradição geracional da produção de tabaco. Assim, pautam-se na separação das motivações econômicas, das motivações sociais e culturais, compreendendo a economia como externa às relações sociais. Por esse motivo, salientam a racionalidade ou as motivações dos produtores para além das questões econômicas.

Entretanto, destacamos que, nesse estudo, pautados nas teorias que nos dão base, as análises não levarão em consideração as categorizações, sociais, culturais, políticas e

econômicas. Ao compreendermos como instituições e levarmos em consideração as interpretações dos atores, observamos que essas categorizações não estão presentes em suas vidas, as quais são expostas de forma mais complexas e interligadas.

Assim, esses estudos acadêmicos revelam a tradução da percepção do agricultor quando este expõe sua trajetória de vida e seu vínculo com os objetos: tabaco, terra e família. Os vínculos históricos da família e do território com o tabaco surgem como uma das justificações evocada de diferentes formas nas narrativas dos agricultores quando respondem às provas pelas quais o tabaco passou ou passa. Muitos agricultores incorporam a palavra tradição em suas narrativas, mas como eles interpretam essa tradição é o que nos interessa.

“Nós sempre plantamos fumo” reflete a reivindicação de respeito ao que muitos resumiram na palavra tradição. Os agricultores, dessa forma, qualificam como algo imanente às suas vidas. A relação entre o que representa a agricultura, o rural e o trabalho, está relacionado à produção de tabaco, a qual reivindica uma história de ligação, por vezes geracional. Ao constituírem novas famílias e dar continuidade a reprodução social no rural, seja nas mesmas terras ou no entorno, os novos agricultores dão continuidade a relação com o tabaco.

Das 12 famílias entrevistadas no município de Dona Francisca, 08 famílias possuem um vínculo mais antigo com o tabaco, relacionado ao mesmo histórico de início e desenvolvimento da fumicultura em Santa Cruz do Sul, distantes 120 km. Com a colonização alemã e, posteriormente a italiana, na segunda metade do século XIX, iniciaram a produção do tabaco como um dos itens que compunham a variada cesta de produtos produzidos, incluindo a cevada, o trigo, o feijão, o milho, o arroz, a soja, dentre outros produtos hortigranjeiros e a criação de animais. Histórico também relacionado aos municípios do entorno, como Faxinal do Soturno, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, Agudo, São João do Polêsine, Silveira Martins e Ivorá, os quais compõem o chamado território Quarta Colônia⁷ e de onde muitas das famílias são originadas, ou ainda, mantém vínculos.

As 04 famílias restantes, entrevistadas em Dona Francisca, iniciaram a produção de tabaco no final da década de 70, quando ocorre um período de expansão da atividade no Rio Grande do Sul. Segundo Silva (2002), é com a situação política brasileira de abertura das fronteiras para a instalação de agroindústrias no país e a constituição dos Complexos

⁷ Ao total, nos 09 municípios que compõem a Quarta Colônia, foram plantados, de acordo com dados do IBGE (2014), 9.680 hectares de tabaco. O Território Quarta Colônia é delimitado pela construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial com base na criação de uma identidade territorial e da governança de um consórcio de municípios chamado CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia). O território abrange a antiga colônia alemã de Santo Ângelo e a antiga colônia italiana de Silveria Martins.

Agroindustriais (CAIs), aliado ao contexto internacional de abertura para a importação dos fumos brasileiros e diminuição da concorrência internacional provocada por conflitos na África, que a situação da fumicultura começa a ser reerguida e aos poucos evolui para o patamar hoje encontrado no Brasil.

De acordo com Silva (2002, p. 120), “a produção tabaqueira cresceu no final da década de 1980, em função de estímulos creditícios (suporte à aquisição de crédito agrícola) e da intensificação do trabalho feito pelos orientadores agrícolas disponibilizados pelas fumageiras”. Fato que corrobora com as narrativas dos agricultores que, passam a produzir mais a partir dos anos 80, bem como surgem novos produtores, estimulados pelo trabalho dos orientadores técnicos que tinham como função, aumentar a área plantada.

Já no município de Paraíso do Sul, ainda mais próximo do polo industrial fumageiro de Santa Cruz do Sul⁸, o tabaco esteve presente na história de todas as 05 famílias entrevistadas desde os seus antepassados, bem como das narrativas dos atores locais envolvidos com o rural. As narrativas revelam que o tabaco esteve presente no município no mesmo processo de Santa Cruz do Sul, revelando ainda, a grande produção de fumo em corda até a formação do CAI Fumageiro. Da mesma forma, expandiu-se na década de 1980 com a intensificação do trabalho das empresas multinacionais.

No entanto, no município de Jaguari, a atuação do CAI Fumageiro deu novos contornos à agricultura e ao rural, tendo em vista que, apesar de encontrar narrativas que ligam o município ao tabaco na década de 1960, a produção realmente tem sua expansão na década de 1990. Assim, das 11 famílias entrevistadas, apenas 04 famílias narraram um histórico de vínculo com o tabaco anterior aos anos 1990. Aspecto que é corroborado pelos números apresentados pelo IBGE (2016), o qual mostra que em 1990 a área plantada com tabaco em Jaguari era de 170 hectares, evoluindo para 3000 hectares em 2010, tendo queda significativa para 1485 hectares em 2014, e retorno de 3000 hectares de área plantada em 2015.

Em relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Silva, Libardoni e Farias (2013), destacam o município de Jaguari pelo seu crescimento substancial da produção de tabaco nos últimos anos. “Tal município foi definido porque sua produção de fumo em folha praticamente inexistia até o Censo Agropecuário de 1985, ao passo que, em 2006, era cultura dominante em seus estabelecimentos agropecuários familiares” (SILVA; LIBARDONI; FARIAS, 2013, p. 11).

⁸ Distância de 77 km entre os municípios.

Na verdade o fumo existiu a 40 ou 50 anos atrás, existiu forte né. Na época o fumo de corda. Eu quando era guri na década de 60, era muito forte o fumo em Jaguari, o estufa e o de corda. O de estufa faziam corda. Não tinha de galpão. Faziam rolo com o estufa. Vendiam pra fora. Aqui em Jaguari tinha uma empresa muito forte que vendia pra Nova Esperança. Eu não sei te dizer, mas na minha região ali ainda tem muitas estufas antigas lá que fizeram casa e galpão, aqui na Linha 10, Caixa d'água... Então na década de 1950, por ali, no tempo que tinha a colonização italiana, plantaram bastante no cerro, não sei dizer a quantia, mas era forte aqui na região de Jaguari e Nova Esperança. Depois parou e depois meio terminou e aí começou agora, mais ou menos, meio parou aquelas estufas antigas e começou devagarinho na década de 70 por aí, uns quarenta e poucos anos começou e agora de uns 30 anos pra cá que se intensificou mais. Mas deu a parada do fumo de corda e depois na década de 70 e 80 começou o fumo normal de galpão e coisa. Forte mesmo foi em torno de 2000 por aí. Com as empresas mais forte, exportação, o dólar e coisa (REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, 2015).

A família nº 22 narra a trajetória do tabaco em Jaguari a partir de seu antepassado que iniciou o cultivo quando a empresa Souza Cruz chega no município com a ajuda da igreja católica local.

Eu era guri ainda quando o meu pai começou a plantar fumo, aquela estufa, eu devia ter o que uns 5 anos, faz uns 55 anos [...] que a gente sabe quem trouxe a Souza cruz pra cá foi o padre Nelson que hoje é falecido [...] eles começaram a Souza cruz aqui em Santo Ângelo. Que que acontecia ali no rio Ijuí, tinha barca o caminhoneiro levava a carga de fumo descarregava a metade do lado de cá porque não passava com a carga completa, passava meia carga, descarregava do outro lado vinha busca o outro resto pra depois seguiu viagem (FAMÍLIA Nº 22. AGRICULTOR DE 60 ANOS, 2015).

Assim, as narrativas trazem a tona o papel de um padre que buscou alternativas para os agricultores do município na década de 1960, diante das condições do que consideravam de pobreza para a época. Na mesma época, o agricultor, pertencente à família nº12, afirma que seu pai começou a plantar o tabaco. “O pessoal começou a plantar aqui perto e eles gostavam da lida, foram ver e gostaram, tinham bastante filho para sustentar e isso era uma renda” (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015). As experiências de alguns, por volta da década de 1960, mobilizaram vizinhos que apostaram em uma pequena produção de tabaco.

Meu pai plantava e inclusive ele era transportador de fumo, antes de eu nascer. Eu tinha meus 6 anos e eu lembro que o pai plantava fumo de galpão, mas ele transportava para Santo Ângelo, onde era a Vera Fumos, depois passou para Souza Cruz. Aí ele parou de produzir um tempo, a gente veio para cá e ele entrou na cachaça e na soja (FAMÍLIA Nº 13, AGRICULTOR DE 54 ANOS, 2015).

A história da família nº 19, também marca uma narrativa de vínculo com o tabaco desde a infância, mas voltada para a década de 1970. Além dos produtos para o consumo, a soja era produzida, bem como, o feijão, a cana de açúcar, dependendo do histórico familiar e da quantidade e característica das terras.

Eu tinha, acho que uns 10 ou 12 anos. Eu me lembro. Hoje eu to com 51. Faz uns 40 anos. Antes eles plantavam soja. O pai plantava um pouquinho de soja, só [...] Porque apareceu uns orientadores e era uma renda a mais como se diz, pra gente sobreviver porque o soja também, a terra era ladeira e era difícil tá carregando, tudo manual (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015).

Destaca-se que, o município de Jaguari possuía uma produção significativa de feijão e de cachaça, nas comunidades pesquisadas. Eram os dois principais produtos comercializados, seguido da soja e do milho, de acordo com as narrativas. Além disso, considera-se que a cachaça era o produto tradicional dessas comunidades, o qual foi abandonado por muitos produtores ao longo dos anos.

Portanto, observa-se que entre as famílias entrevistadas no município de Jaguari, a relação histórica de vínculo com o tabaco é mais recente. Falando de sua infância e de seus pais, bem como da família de sua esposa, o agricultor de 50 anos, relata a situação da comunidade onde nasceu na década de 1970⁹. “Sim. Naquele tempo não era no fumo, era soja, feijão, milho. O fumo aquele tempo não existia. O fumo veio de uns anos para cá... Nunca. Naquela época, plantador de fumo era muito difícil” (FAMÍLIA Nº 17, AGRICULTOR DE 50 ANOS, 2015).

Salienta-se, ainda, a existência de um assentamento da Reforma Agrária no município de Jaguari, onde foram entrevistadas duas famílias. O assentamento foi criado na década de 1990, com 10 famílias, oriundas, principalmente do noroeste do Rio Grande do Sul. Aos poucos essas famílias iniciaram o cultivo do tabaco, seja em suas propriedades, seja como prestadores de serviço nas lavouras em localidades vizinhas.

Para começar nem conhecia o que era, aí o orientador ia lá. Ninguém sabia lidar com o fumo, aí o orientador ia. Quando nós íamos para Jaguari, a gente andava e cada casa era uma estufa, alguém até comentou: que tanta casa alta que tem em Jaguari. Ninguém sabia, quando nós chegamos éramos assentados, não conhecíamos ninguém, aí tinha um vizinho que foi um domingo lá conversar e o pai perguntou: o que são essas casas altas de tijolo que tem bastante aqui? Aí ele falou que era estufa de fumo. Porque nós nem conhecíamos (FAMÍLIA Nº 16, AGRICULTORA, 2015).

Assim, ao analisar todas as narrativas encontradas nas entrevistas, das 28 famílias entrevistadas, 17 possuem uma relação mais antiga com o tabaco, reivindicando a tradicionalidade como uma narrativa importante de justificação para o cultivo do tabaco. A

⁹ Tanto seus pais como os de sua esposa, eram prestadores de serviço na produção de soja, milho e feijão, principalmente. Assim, viviam em pequenos vilarejos sem terra própria. Realidade bastante presente no rural de Jaguari, em que prestadores de serviços, hoje atuam na colheita de tabaco e no corte de cana, principalmente.

herança de vínculo com o actante tabaco constitui, portanto, uma das instituições reivindicadas para a relação estabelecida.

Trabalhamos na agricultura desde sempre. O pai começou a trabalhar desde sempre. E eu também, fui ficando aqui e trabalhando com a agricultura (FAMÍLIA Nº 01, AGRICULTOR DE 40 ANOS, 2015). Meus pais já trabalhavam na agricultura, desde sempre. Meus sogros também (FAMÍLIA Nº 01, AGRICULTOR DE 65 ANOS, 2015)¹⁰.

Meus pais a vida inteira plantaram fumo (FAMÍLIA Nº 02, AGRICULTORA DE 60 ANOS, 2015) [...] Sim. Eu também desde pequena comecei a plantar, me incentivaram, sempre plantei. Meus irmãos ainda plantam lá junto com ele (FAMÍLIA Nº 02, AGRICULTORA DE 25 ANOS, 2015).¹¹

Eu me criei plantando fumo. Eu comecei a passar veneno e a máquina batia aqui, eu tinha que ir com 10 litros de água senão não tinha como carregar. Olha, o forte mesmo sempre foi o fumo. Plantavam feijão e coisa assim, mas isso aí nunca foi, pra tu pagar uma continha pra viver era o fumo. Era o que tinha pra viver (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015). Sim, nós plantava fumo, só que era o estufa né. Em Ibarama (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTORA DE 30 ANOS, 2015)¹².

Eu plantava junto com meu pai também. Sempre plantemo fumo (FAMÍLIA Nº 10, AGRICULTOR DE 70 ANOS, 2015). No começo nós era fumo e feijão. Fumo sempre plantamos a vida toda... É que tá na cultura, foi sempre [...] É que a vida inteira plantaram e se não planta aquilo (FAMÍLIA Nº 10, AGRICULTORA DE 65 ANOS, 2015).¹³

Esse vínculo familiar é demonstrado por entrevistados como uma herança ou como parte da cultura. “É uma cultura dentro da cultura. A cultura do tabaco já está na cultura da própria agricultura familiar. A grande maioria é assim. Não é só na nossa região” (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015). A herança, portanto não é somente a terra, mas também o conhecimento, o modo de fazer e de viver, as experiências. “Porque isso já vem de herança familiar dos meus avós e pais. Quando eu vim de Itaquí, eu lembro que eu trabalhava durante a tarde e de manha estudava e quando tinha a prova eu estudava até as 10 e cansei de levantar as duas da madrugada e estudar até as 06” (FAMÍLIA Nº 08, AGRICULTOR DE 36 ANOS E REPRESENTANTE DO STR, 2015).¹⁴

¹⁰ Entrevista com o filho e o pai em uma propriedade com sucessão familiar e que continuam a produção de tabaco.

¹¹ Entrevista da família nº 02 foi com a mãe, o pai e a nora. Os dois primeiros são aposentados e continuam na propriedade em que o filho e a nora dão continuidade as atividades, inclusive de produção de tabaco. A Nora vem do município vizinho, onde seus pais também produzem tabaco e possuem vínculos com a planta desde seus antepassados.

¹² Casal de jovens agricultores que permaneceram na terra dos pais do homem, os quais já faleceram. O casal continua a produção de tabaco.

¹³ O casal ainda trabalha com tabaco, dentre outras atividades como leite, soja, etc. Dois filhos os sucederam e trabalham na mesma propriedade. A agricultora é uma das fornecedoras de alimento para o Programa de Alimentação Escolar.

¹⁴ Tanto ele quanto sua esposa sucederam seus pais no rural e permanecem na mesma comunidade dos seus pais, na terra herdada da esposa. Possuem a propriedade a 13 anos.

Muitos agricultores, como esse, narram histórias de infância relacionadas aos actantes terra, agricultura, tabaco e trabalho. A narrativa é evocada com sentimento de orgulho e, ao mesmo tempo, de merecimento relacionado ao trabalho no rural.

A gente se criou vendo isso, eu comecei a caminhar e eu e minha prima já brincava na frente do fumo sabe?! É um trabalho, é uma profissão da família inteira, mas a gente desde pequenininho sabe, cresceu naquilo, é como se fosse também parte da nossa vida sabe, não é só cultivo pro sustento, faz parte sabe a gente sempre viveu com aquilo (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).¹⁵

Desde pequenininha eu praticamente nasci no meio do fumo (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 23 ANOS, 2015). A gente desde criança, desde lá quando morava com os pais, a gente plantava fumo e aí depois casei e vim pra cá e continuemo plantando fumo. Fumo e mais as coisas que a gente precisa, milho, feijão, criando um porco, galinha, vaca de leite, não deixando de lado as coisas de comer que é a necessidade da casa né (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015)¹⁶.

A relação estabelecida desde a infância tornou-se, portanto, um costume, um hábito herdado e que torna significativa a vida dos agricultores. Portanto, consiste em um vínculo com um actante fundamentado em narrativas que o relacionam a uma lógica de vida que atribui sentido ao ser. Uma identidade que o posiciona enquanto agricultor no interno de suas relações. “Sei lá, acho que o cara ta acostumado a viver, que tem na cabeça que precisa do fumo. É uma ilusão. Eu acho que é isso” (FAMÍLIA Nº 05, AGRICULTOR DE 24 ANOS, 2015).

Tão importante é esse sentido, que ao abandonar a produção do tabaco, um jovem agricultor que já possui outra fonte de renda com os hortigranjeiros, expressa seus sentimentos ao chegar o período de plantio e ver seus vizinhos iniciarem as atividades.

Até eu ano passado achei, ah não vou plantar mais, mas chegava na época de plantar e deu vontade de montar umas mudas [...] Acho que é porque a gente é acostumado [...] É aquela vontade, tem uma lavora, já é aquela rotina né (FAMÍLIA Nº 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015).¹⁷

Em conversas e observações nos ambientes em que vivenciei experiências com os agricultores fumicultores, além do ano da pesquisa, há casos em que há a sucessão e os filhos

¹⁵ A jovem agricultora é casada e mora ao lado dos pais e juntamente com eles e com seu irmão e sua cunhada, compartilham as terras e cultivam conjuntamente o tabaco.

¹⁶ Na família de nº 19, a entrevista foi realizada com a mulher e a nora. Os três filhos do casal permanecem na propriedade e trabalham conjuntamente. Dois filhos são casados e moram em casas vizinhas aos pais.

¹⁷ O jovem casal que possuem uma filha pequena, mora ao lado da casa dos pais e avôs, e há mais ou menos 5 anos vem investindo na produção de hortigranjeiros em estufas, com um mercado estabelecido. O ano de 2015, ano da entrevista, foi o primeiro ano que não cultivaram nem tabaco e nem arroz, especializando-se na produção de hortigranjeiros.

continuam com a produção de tabaco. Contudo, os idosos acompanham as atividades, mantendo o vínculo com a rotina anual das atividades que envolvem o tabaco e que, assim, mantêm a rotina de suas vidas. Em muitos casos em que não houve sucessão, os agricultores idosos plantam alguns pés de fumo para continuar a sua rotina e manter seus vínculos. Romper com essa rotina consiste em buscar um novo sentido para a vida, sentimento mais acentuado entre os homens. Interessante, portanto, é observar esses comportamentos, principalmente no primeiro ano sem o tabaco. Em um dos casos, o agricultor de 60 anos, ao preparar seu fumo para a venda, afirmava que seria o último fumo que ele venderia, pois não plantaria mais tabaco. Em outro encontro, quando todos no entorno começavam a fazer suas mudas e, assim começava a rotina do ano, o mesmo agricultor manifestava sua vontade de produzir pelo menos alguns pés para “se entreter”. “O que vamos fazer se não plantar fumo?” (FAMÍLIA Nº 28, AGRICULTOR DE 60 ANOS, 2015) era a sua afirmação ao justificar sua indecisão ao mudar sua rotina de pelo menos 54 anos, a qual fazia parte da vida de seus pais.

Fato que também é afirmado por um jovem agricultor ao falar da sua região. “Tem gente que se não tem o fumo não sabe trabalhar acho, porque tem gente que sempre viveu assim, pega pro lado de Agudo, nos fundão lá, aquilo é fumo e fumo e fumo, não plantam mais nada né (FAMÍLIA Nº 05, AGRICULTOR DE 24 ANOS, 2015). Percepção de um jovem que vê o seu entorno rodeado pela rotinização da produção de tabaco. Uma rotinização e uma herança que, como se afirmou acima, também é dada pela segurança do conhecimento. Os anos de produção fez com que o conhecimento fosse passado de geração, bem como aprendido desde a infância. Mesmo quem não teve contato com o tabaco na infância, já possui uma rotina em que o conhecimento está estabelecido, modificando apenas algumas coisas ao longo dos anos. “O fumo desde que a gente nasceu já tem conhecimento e experiência, e outra coisa assim [...]” (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015). Falando da produção de tabaco, o agricultor entrevistado da família nº 04, expõe:

Mas assim, tem gente que eu acho que, também, como disse, tem uns que nascem pra plantar uma coisa e outros outra, sabem já tem, é uma coisa que o cara não precisa assistência técnica, ele já sabe o manuseio certo [...] Tem os produtos a ser usados, tem tudo né, o espaçamento, a colheita, já tem uma estrutura de galpão. Porque hoje essa estrutura aqui de 15x 10 que nos temos é no mínimo de 20 mil e pra plantar 50 mil pés de fumo tu precisa de uns 3 galpões mais o paiol (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Dessa forma, compreende-se que a rotinização da produção de tabaco é vinculada a herança familiar e histórica dos municípios produtores, bem como a produção de tabaco é relacionada aos sentidos que os agricultores atribuem ao rural, à terra e ao trabalho e, assim,

às suas vidas, além de resgatarem a vinculação com um conhecimento específico que foi construído ao longo de suas vidas. Assim, categorizar como tradicional a produção de tabaco é uma visão fragmentada da realidade complexa, das narrativas e do processo de institucionalização que dá sentido à realidade social dessas famílias. Por tal razão, compreender quais os objetos e as interpretações que sustentam o que é considerado como tradicional tornou-se fundamental para compreender o que os agricultores estavam reivindicando quando acionavam o tradicional em suas narrativas. Contudo, essa instituição não deve ser analisada separadamente, principalmente porque ela vem acompanhada de outras instituições nos espaços em que o tabaco é colocado à prova. Compreende-se, assim, que as instituições devem ser analisadas como uma rede que sustenta as reivindicações de justificações dos agricultores e demais atores nos momentos de disputas.

5.4 5“NÃO TEM O QUE DÁ COMO O FUMO”: A LÓGICA INDUSTRIAL EM QUESTÃO

Interligado à tradição do cultivo do tabaco nas famílias e regiões produtoras, o tabaco também é justificado pela garantia de lucratividade em pequenas propriedades e em terras dobradas. A justificação refere-se, principalmente, ao confronto com outras atividades produtivas, seja quando a justificação da tradicionalidade é questionada ou, ainda, nos casos em que essa justificação não é evocada. Assim, a lógica industrial da produtividade e da lucratividade que confere condições de reprodução social para a agricultura familiar é reivindicada nos momentos de disputas.

Na compreensão da pesquisadora entrevistada (2015), os agricultores afirmam o tabaco como a única cultura que pode gerar renda nas pequenas propriedades, como uma máxima que passou a ser difundida pelo setor econômico do tabaco.

Historicamente ao longo do século XX e primeiros anos do século XXI havia uma máxima e ela era repetida, principalmente pela AFUBRA, mas claro que pelos representantes das empresas também. De que a única cultura que gerava alguma renda na pequena propriedade era o fumo, não adianta vir com outra conversa (PESQUISADORA ENTREVISTADA, 2015).

A afirmação é reiterada pela representação da AFUBRA, a qual defende a produção de tabaco pela renda que essa confere ao agricultor familiar. “Porque não tem o que dá como o tabaco por hectare”, expõe o representante da AFUBRA em entrevista (2015) ao argumentar os percentuais de custos e como o agricultor produtor de tabaco realiza seus cálculos.

Porque dentro do nosso custo, 50% é mão de obra, toda nossa, 90% ela é própria. Então a gente sempre tem dentro do tabaco o resultado econômico, onde você pega toda a receita e diminui todo custo. Agora o que se tem um cálculo de resultado financeiro e o produtor faz o cálculo de resultado financeiro. Me sobra tanto em dinheiro porque 50% é mão de obra e quase não gasto. Lenha eu tenho na propriedade, eu faço ela. Então isso tudo, desembolso de caixa para o produtor se resume basicamente, o primeiro item grande que ele tem são os insumos, mas mesmo assim, os insumos são 17% do custo total. Isso ele desembolsa. Aí depois tem a AFUBRA que é, não chega a 3% ou talvez agora pode ser os 3% e aí o imposto que é descontado na hora da venda que é 2,3 ou 2,1% sobre o valor que ele vende pra empresa e então a própria empresa desconta isso na nota fiscal e recolhe para a previdência social. Então ele faz o cálculo financeiro e não têm como cobrir esses 25% (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

Esses cálculos também são argumentos utilizados por agricultores e representantes dos agricultores. “Hoje em 01 hectare de fumo vai 18 mil pés de fumo, que vão fazer uma proporção baixa de 150 arrobas que a 100 dá 15 mil. Que hoje se fosse plantar milho quantos hectares precisa ao preço de 25 reais e produzindo 70 a 80?” (FAMÍLIA Nº 08, AGRICULTOR DE 36 ANOS E REPRESENTANTE DO STR, 2015). O agricultor argumenta ainda que a lucratividade de uma lavoura de tabaco consiste em mais ou menos 60% dos rendimentos, em anos favoráveis.

A gente tem uma renda grande em pequena área. Hoje a gente tá plantando em torno de 100 mil pés de fumo. Se dá um ano mais ou menos a gente faz 80 a 100 mil reais de fumo. E onde que com cinco ou seis hectares de lavoura a gente vai conseguir fazer esse montante de dinheiro com outra atividade (FAMÍLIA Nº 08, AGRICULTOR DE 36 ANOS E REPRESENTANTE DO STR, 2015).

Construiu-se, portanto, a compreensão de que o tabaco seria a alternativa de sobrevivência e desenvolvimento do que consideram a “pequena agricultura”, ou seja, para agricultores que possuem pouca terra. Conforme reivindica uma agricultora de 70 anos, “Porque assim, o fumo é do pequeno. Aí tu planta pouco. Muito ou quanto quiser. Já surgiram alternativas, mas só que não tem o que dá” (FAMÍLIA Nº 10, AGRICULTORA DE 65 ANOS, 2015). Destaca-se que essa família possui uma renda bastante diversificada, incluindo a comercialização de hortigranjeiros para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além de produção de soja e leite. Fato que demonstra a institucionalização das interpretações que confirmam a realidade, principalmente quando essa é colocada à prova.

Observa-se que, normalmente, essas justificações estão relacionadas à comparação com outros produtos como a soja, o feijão, o milho, entre outros, desqualificando a viabilidade dessas produções. É dessa forma que a grandeza do tabaco fundamentou-se ao longo dos anos, no que os atores chamam de alternativa para a agricultura familiar nessas regiões. Além disso, essa justificação também é reivindicada como a sobrevivência dos

pequenos municípios, os quais vivem principalmente da agricultura e em grande maioria da agricultura familiar.

Hoje é uma alternativa econômica muito forte, não tem o que dizer. E hoje tem uma dependência muito forte do fumo. Praticamente hoje, a não ser, hortifrutigranjeiro e o leite que agora deu problema também, não tem como a pequena propriedade sobreviver na monocultura. Não tem. Porque o hortigranjeiro, nós temos longe dos grandes centros, fruticultura teria possibilidade, parreira. O leite é aquele problema todo, com as questões que veio ali, há muita exploração também das empresas do leite e a soja não tem como sobreviver na pequena propriedade que a renda por hectare, imagina, um hectare de soja hoje, produz em média 40 sacos. A 50 reais dá 2000 reais, tem um custo de 1500 a 1800. Um hectare de fumo no preço que tá hoje produz 20 mil reais. Tem a mão de obra, mas se for familiar te dá 10 ou 12 mil. *Não tem outra fonte de renda mais rentável.* Então hoje a questão é que a dependência é muito grande. Então é complicado. Hoje a pequena propriedade é dobrada e não dá pra mecanizar e então a propriedade pequena, tem muito arrendatário. É uma dependência muito grande (REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, 2015, grifo nosso).

Além da soja, a comparação com os hortigranjeiros revela a interpretação sobre a falta de oportunidade de comercialização, utilizada por muitos dos atores envolvidos com o tabaco quando questionados sobre possibilidades de produções que possam substituir o tabaco. Destaca-se, que esses também são argumentos usados por produtores de arroz e soja desses municípios, não sendo, portanto, exclusividade dos produtores de tabaco. Fator que demonstra que essa instituição, bem como a tradição está muito pautada em uma forma de agricultura baseada na produção de matéria prima para um mercado já estruturado ou na relação com os CAIs.

O fumo dá serviço, mas é o que mais dá aqui no serro né. Na parte do serro aqui. Estão falando até por hectare dá mais que arroz. Porque nós ali com tratorzinho, com uma junta de boi, um arado ali nós fizemos. E a lavoura de arroz né, tem que ter máquina, tem que ter trator do bom, tem que ter maquinário né (FAMÍLIA Nº 03, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015).

Nós plantava fumo, feijão, um pouco de soja, e tudo pra comer. Começamos a plantar fumo porque era o que tinha pra plantar no cerro (FAMÍLIA Nº 01, AGRICULTOR DE 40 ANOS, 2015).

O fumo é pra área pequena né (FAMÍLIA Nº 05, AGRICULTOR DE 55 ANOS, 2015) [...] Área pequena e dobrada né (FAMÍLIA Nº 05, AGRICULTORA DE 47 ANOS, 2015) [...] É que a renda de um hectare de fumo é grande né, então pega uma pessoa que tem pouca área, tem uma renda grande né, com menos área (FAMÍLIA Nº 05, AGRICULTOR DE 24 ANOS, 2015).

Começamos porque é a única renda que tem aqui, porque nessa terra não tem outra, porque as pessoas que não plantam fumo, plantam soja, arroz e para essas terras nossas aqui não dá, a única coisa que dá é fumo (FAMÍLIA Nº 20, AGRICULTORA DE 46 ANOS, 2015).

Observa-se, também, que essa justificativa também é mantida entre os produtores que abandonaram a produção de tabaco. “Em área pequena é o único, não tem o que bate. Só se

fosse maconha” (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTORA DE 54 ANOS, 2015). Mesmo apostando em outras atividades, com uma propriedade diversificada e com a comercialização tanto através da venda direta quanto para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o agricultor faz um comparativo que utiliza para justificar o que acredita ser o motivo pelo qual os demais produtores não param de cultivar o tabaco. “Eu mesmo, ano passado plantei um quadrinho que ia 02 mil pés de fumo, daria 15 arroba, a 100 reais que tivesse, dava 1500 reais e o feijão deu dois sacos, a 120 ou 100 dá 200 (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Fato que também ocorre na narrativa da trajetória da família nº 12, em que houve a conversão para a produção de cachaça, mas retornaram a produzir o tabaco. “O fumo para mim representa a comida que eu boto na mesa, é do fumo que sai. Com toda essa construção é até uma vergonha dizer isso, mas é do fumo que eu tiro o sustento” (FAMÍLIA Nº 12, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015). Assim, na relação com o actante tabaco, os agricultores reconhecem a rentabilidade e a sobrevivência de suas famílias no rural. Aspecto percebido nas interpretações dos sentidos que eles atribuem ao tabaco.

Hoje representa bem dizer, tudo quase. Tudo e nada bem dizer, quase ao mesmo tempo [...] Eu acho que o fumo ainda, ainda, pode dizer que aqui do jeito que nós temo é tudo. A gente ta tentando sair fora e largar, mas se não tem outra saída, aqui o que dá é o fumo, não adianta (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015).

Eu sinceramente não sou favorável ao tabaco, sou favorável porque ele me dá uma renda maior, eu me obrigo a plantar o tabaco porque é uma salvação da minha propriedade (FAMÍLIA Nº 13, AGRICULTOR DE 54 ANOS, 2015).

Poxa vida, essa pergunta ninguém me fez até hoje. Eu resumiria em sustentabilidade apesar das dificuldades e do esforço físico que tanto exige, é a sustentabilidade familiar hoje pra mim (FAMÍLIA Nº 08, AGRICULTOR DE 36 ANOS E REPRESENTANTE DO STR, 2015).

Dessa forma, ao mencionar a possibilidade de proibição do cultivo de tabaco, fato que percorre as redes sociais locais, os agricultores reagem afirmando a importância da produção de tabaco para a sobrevivência do meio rural desses municípios. “A rentabilidade de muitas famílias, é o principal, e se tira o fumo, fica complicado pra sobreviver, pra manter a renda familiar” (FAMÍLIA Nº 08, AGRICULTOR DE 36 ANOS E REPRESENTANTE DO STR, 2015). Interpretação que, na análise da pesquisadora entrevistada (2015), é fruto de um longo trabalho das empresas fumageiras. A pesquisadora interpreta essa instituição como uma construção feita pelos representantes das empresas fumageiras como forma de manter a vinculação, o que ela chama de dependência dos agricultores com as empresas. Uma

perspectiva relacionada ao olhar da teoria crítica que interpreta a existência de dominação e hegemonia.

O trabalho mais eficiente que o segmento hegemônico conseguiu fazer foi na cabeça dos produtores. Então eles pensam de forma teleguiada praticamente. Infelizmente, quando eles se sentem confrontados com isso, eles reagem agressivamente até, em reuniões, audiências públicas, em diversas oportunidades. Dizem, “sim, mas se não é o fumo o que nós vamos fazer? Me diz o que nós vamos fazer?” (PESQUISADORA ENTREVISTADA, 2015).

Esse é um questionamento presente em muitas das conversas e espaços públicos em que os agricultores são questionados sobre a permanência com a cultura do tabaco. “Mas o que nos vamos fazer?” é uma reação às críticas, que demonstra a institucionalização de interpretações em torno do tabaco como única alternativa de renda para a pequena agricultura. Quando mencionadas alternativas à produção de tabaco, como, por exemplo, programas e projetos oriundos de entidades locais, reivindicam justificações que ou são relacionadas à falta de mercado ou a pouca renda oriunda do que muitos chamam de “miudezas”. “Mas não tem outra coisa que dá pra plantar. Aqui sobra de tudo um pouco, a gente aqui vende também açúcar de cana e amendoim, mas não é uma coisa que dá pra dizer que eu posso comprar alguma coisa com aquilo ali, dá só pra mercado” (FAMÍLIA Nº 02, AGRICULTORA DE 56 ANOS, 2015). A afirmação da agricultora reflete a interpretação de que a comercialização de alimentos que não estejam vinculados a *commodities*, é fruto do excedente da produção para subsistência e serve apenas para algumas contas da casa, não sendo contabilizado como renda. Assim, ao serem questionados sobre as suas fontes de renda, os agricultores ignoram a renda advinda da comercialização de produtos como queijos, embutidos, ovos, hortigranjeiros, derivados da cana de açúcar, entre outros que possuem comercialização esporádica ou cotidiana, normalmente informais.

Outro argumento que sustenta a justificação de que é o fumo que dá lucro para a pequena propriedade é apresentado pelo agricultor da família nº 13. “E o fumo tem esse retorno rápido [...] Você coloca o fumo em setembro, em janeiro você já tem dinheiro [...] e não tem burocracia” (FAMÍLIA Nº 13, AGRICULTOR DE 54 ANOS, 2015). Dimensionam, portanto, o tempo de retorno financeiro da produção ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, emergem momentos de reflexão dos seus mundos que remete à longa jornada anual de trabalho com a produção de tabaco.

Com isso, observa-se que a lógica industrial é acionada pelos fumicultores, mesmo quando já estão em processo de mudança para outro modo de vida ou outras formas de sobrevivência.

Se viesse outra coisa que desse dinheiro e a gente pudesse largar do fumo, mas eu largava hoje, nem pensava duas vezes (FAMÍLIA Nº 19, AGRICULTORA DE 51 ANOS, 2015).

Por enquanto não, porque a única coisa que o povo está indo ainda é com o fumo, por mais que tu plante pouco, mas um pouco tu tira para passar o ano (FAMÍLIA Nº 20, AGRICULTORA DE 46 ANOS, 2015).

Se parar a planta do fumo vai estar pior do que agora, muitas famílias vão se ver mais difícil (FAMÍLIA Nº 21, AGRICULTORA DE 41 ANOS, 2015).

Portanto, seguindo o emaranhado institucional que confere caráter valorativo à produção de tabaco, tem na lógica industrial um conteúdo de justificação. Tomando o termo industrial da *cité* Industrial de Boltanski e Thévenot (1991), compreende-se que essas interpretações estão relacionadas à busca por maior eficiência e, assim, o vínculo entre humanos e objetos é funcional, sendo os objetos mais relevantes os que incrementam a eficiência produtiva (NIEDERLE, 2011). Nesse caso, o tabaco, nas condições apresentadas pelos atores é engrandecido como o mais eficiente e, portanto, o que pode trazer condições de sobrevivência para as famílias imersas nesse contexto. Essa grandeza é dimensionada na medida em que são desqualificadas outras possibilidades de produção agrícola, sempre no senso comparativo apresentado por Boltanski e Thévenot (1991) no que tange à definição do que é grande e do que é pequeno.

A justificação da rentabilidade em pequenas áreas e, principalmente, terras dobradas, seguindo a lógica da rede institucional que sustenta a fumicultura, vem acompanhada, ainda da interpretação do tabaco como responsável pelo desenvolvimento das propriedades e dos municípios. Resgatando a história dos municípios e de suas famílias, todos os agricultores acionam uma história de pobreza que foi transformada com a renda do tabaco, dando-lhes melhores condições de vida.

5.5 “GRAÇAS AO TABACO NÓS TEMOS O QUE TEMOS”: RECORRENDO A UMA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMO ELEMENTO DE JUSTIFICAÇÃO

O desenvolvimento é acionado como elemento que compõe as gramáticas críticas pela rede de atores que buscam desmoralizar o tabaco, os quais acionam interpretações que relacionam o desenvolvimento à liberdade de escolha, sustentabilidade em âmbito social, cultural, econômico e ambiental. Por outro lado, o elemento desenvolvimento também

compõe a gramática de justificação acionada pela rede em defesa do tabaco, empresas fumageiras, representantes dos agricultores e os próprios produtores de tabaco, que justificam a grandeza do tabaco no emaranhado institucional, conforme analisado nesse tópico.

Conforme já exposto, no município de Jaguari, poucos eram os produtores de tabaco já que a produção de vinho e de cachaça, bem como de feijão, soja e milho, dentre outros produtos para o consumo e comercialização do excedente foram destacando-se entre os colonos que ali se instalavam. Contudo, no Quarto Núcleo Colonial Italiano e na Colônia Santo Ângelo, os quais abrangem o município de Dona Francisca e Paraíso do Sul, aqui pesquisados, de origem colonial italiana e alemã, o tabaco esteve presente de forma constante desde a colonização, acompanhando também o cultivo de feijão, soja e milho, dentre outros produtos para o consumo e a criação de animais.

Com o passar dos anos e as transformações no ambiente político e econômico, resultando na criação de empresas beneficiadoras do tabaco na primeira metade do século XX e no avanço da modernização da agricultura na segunda metade do século XX, as variedades de tabaco foram sendo modificadas, bem como os sistemas de produção. Com isso, o beneficiamento do fumo em corda foi dando espaço à comercialização do tabaco em folha, o que passou a ser realizado diretamente com as empresas, potencializada pela relação de integração que se formava. As transformações no ambiente político e econômico, aliado à herança da produção agrícola incentivada pelo governo imperial, dentre os produtos, o incentivo ao tabaco como um dos elementos de exportação, bem como as dificuldades de competitividade na produção, principalmente de feijão, soja e trigo em pequenas áreas quando comparadas às grandes áreas de expansão agrícola iniciadas com o processo de modernização da agricultura a partir da metade do século XX, constituem fundamentos históricos para a expansão e para o aumento da produção de tabaco.

Nos municípios pesquisados, nas terras mais altas, o feijão era um dos principais produtos destinados à obtenção de renda das famílias agricultoras, o qual teve significativa diminuição com o aumento da produção em áreas planas com o uso de maquinários ao longo do processo de modernização da agricultura. Segundo os agricultores familiares dessas regiões, a produção de feijão tornou-se inviável e pouco competitivo no novo cenário econômico e produtivo da modernização da agricultura. Além disso, ocorreu a diminuição considerável da produção de uva e vinho, bem como de cana de açúcar e cachaça, produtos tradicionais da colonização italiana no núcleo Jaguari que foram sendo substituídos pela produção de tabaco ao longo dos últimos 30 anos. No que se refere ao vinho e à cachaça, muitos agricultores pararam com a produção em virtude das transformações na legislação e na

tributação que levam a burocratização da produção e comercialização e ao aumento dos custos de produção. Assim, grande parte dos produtores de vinho e cachaça que ainda persistem, mantêm-se na informalidade, enquanto muitos substituíram a produção de cachaça pela produção de tabaco ou soja, o que demonstra processos de mudança a partir de transformações no ambiente e a conseqüente necessidade de adaptação¹⁸.

Nesse processo histórico, os atores locais observam a melhoria das condições de vida dos agricultores fumicultores e reivindicam o sentido da fumiicultura como desenvolvimento para esse município. Aspecto que aparece nas observações de um orientador agrícola, filho de agricultor familiar do município de Jaguari.

A área que eu atendo, tem muitos produtores que dá para dizer que eles mudaram da água para o vinho, em qualidade de vida. É uma casa muito melhor que eles têm, com conforto dentro, um carro do ano, tratores, equipamentos. O produtor a cada ano vem evoluindo, por isso que esses que conseguiram ter uma boa safra acabaram se fixando no interior e não foram embora porque começaram a ter vantagem. A grande parte da juventude se tu perguntar se eles querem ficar no campo, muitos vão dizer que se tiver uma oportunidade melhor, vão sair, mas outros dizem: não, é aqui que eu tô, aqui que eu nasci e aqui estou evoluindo. Não tem como medir se foi 10%, 20% ou 80%, mas tu enxerga a olho nu as mudanças. Se tu fala com o produtor ele vai dizer que tudo que adquiriu foi graças à cultura do tabaco (ORIENTADOR TÉCNICO 02, 2015).

O conteúdo da interpretação justificada a partir do desenvolvimento também recorre à qualidade de vida dos agricultores, assim como o conteúdo acessado para desmoralizar a produção de tabaco pela rede antitabaco, que relaciona a produção de tabaco à falta de qualidade de vida. Ambigüidade que se assenta sobre o mesmo recurso semântico, mas com diferentes interpretações dos significados que dão sentido a ele. Esse aspecto também é corroborado pelas narrativas das trajetórias dos agricultores entrevistados, os quais, mesmo que reclamem do trabalho, dos preços e da relação com a empresa, evocam o desenvolvimento de sua propriedade ou de sua família relacionado ao tabaco. Evocações que estão relacionadas, principalmente, ao passado, continuamente sendo reforçado que, na realidade atual, a lucratividade não é mais a mesma.

[...] Aí que veio essa ideia do fumo, e aí experimentaram e gostaram. Só que aí naquela época, o pai sempre comenta que com uma estufa pequeninha com poucos mil pés o meu avô sustentava uma família de 07 filhos e ainda sobrava dinheiro pra empresta na época né, porque eram poucas pessoas que produziam fumo. Só que aí depois foi mudando a coisa. Mas aí eles continuaram com o fumo porque tem pouca terra e com essa quantidade de terra não tem outro produto que de mais lucro do que o fumo no caso (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).

¹⁸ Essas mudanças, que se referem à inserção da produção de tabaco, não serão analisadas nessa tese, pois correspondem a períodos anteriores da delimitação proposta na problemática desenvolvida.

Porque na época do pai não existia, era miséria, era assim plantava pra sobrevivência [...] O fumo trouxe, hoje essa gente tem terra, carro, trator é do fumo porque se fosse de soja essas coisas não, pra pequena propriedade se não é o fumo não é fácil né, não tem outra coisa (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTOR DE 60 ANOS, 2015).

As narrativas sempre evocam, comparativamente, o que os agricultores entrevistados chamam de um tempo de miséria em que a sobrevivência da família era ameaçada, e um tempo de conforto, conforme almejavam, que é definido como o tempo atual. Assim, descrevem o que conseguiram ao longo da vida e qual foi o papel do tabaco nessa trajetória. Ao falar do significado do tabaco na vida da família, a agricultora destaca: “Foi uma coisa que começou a mudar para nós, pelo menos para começar a comprar alguma coisa no começo” (FAMÍLIA Nº 21, AGRICULTORA DE 41 ANOS, 2015). Assim, o sentido do tabaco também está relacionado ao que a família conquistou ao longo dos anos. “Significa muita coisa, porque é a única renda, né! Tudo que tem na propriedade vem do fumo” (FAMÍLIA Nº 20, AGRICULTORA DE 46 ANOS, 2015).

Nas entrevistas, os agricultores foram questionados sobre as suas opiniões em relação ao desenvolvimento das suas propriedades, com o objetivo de avaliar as suas interpretações sobre esse objeto que vinha sendo acionado tanto pelo movimento de crítica da rede antifumo, quanto pelas empresas fumageiras nos ambientes de disputa acessados nos meios digitais. Apesar das compressões de que ainda podem desenvolver mais, os agricultores responderam de forma a identificar as suas propriedades como desenvolvidas. Na maioria dos casos, o desenvolvimento é interpretado como acesso a benfeitorias, à casa, a um carro, acesso à telefonia, à alimentação, à escolarização, etc. Esse desenvolvimento é reivindicado como fruto dos recursos financeiros oriundos da produção de tabaco. “O fumo, pra mim é tudo acho, porque não tem outro modo de viver, assim. Pra nós aqui. Tudo que eu tenho foi assim, produzindo fumo, porque outra coisa não vem” (FAMÍLIA Nº 03, AGRICULTORA DE 43 ANOS, 2015).

É interessante a compreensão de autonomia expressa pela agricultora que parou de cultivar o tabaco, mas que, mesmo assim, evoca o desenvolvimento da propriedade oriundo da trajetória de produção de tabaco. “Só que a gente, muita coisa que tem hoje, tem através do fumo. Só que agora chegou num ponto que como tu tem, já pode escolher alguma coisa, então” (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTORA DE 54 ANOS, 2015). Uma reivindicação que expressa a compreensão de autonomia como originária de uma condição de vida por eles estipulada que lhes permitisse escolher parar de produzir o tabaco. Contudo, destaca-se, que essa é uma posição de respeito pela trajetória de vida e as escolhas da família, visto que essa

frase foi em reação a uma narrativa de desqualificação do tabaco pelas dificuldades com os preços e com o trabalho e a saúde. A condição de autonomia e liberdade de escolha, muito retratada pelos fundamentos da rede antifumo, baseados na concepção de desenvolvimento humano, é acionada por essa família a partir dos ganhos com a trajetória de produção de tabaco que lhes permitiu alcançar metas ao ponto de escolher novas trajetórias de vida. Assim como, identificado na narrativa do agricultor da família nº 24, que também parou com o cultivo do tabaco.

Eu não condeno ninguém assim por plantar e também não me arrependo de ter plantado porque foi a cultura que nos sustentou até ano passado, então não é tão simples assim parar de plantar fumo pra entrar em outra cultura [...] é que assim o fumo nos sustentou até uma época, desde a geração do avô até eu, o fumo nos sustentou (FAMÍLIA Nº 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015).

Compreensões que salientam uma situação de vulnerabilidade anterior a produção de tabaco, a qual é superada, em parte, pelo acesso a bens de consumo e o que eles destacam como melhor condição de vida. “O benefício é que você consegue atender teus compromissos, sempre sonhei em ter um carro, a minha casa e eu consegui formar meus filhos com o fumo. O fumo pelo menos você trabalha, mas você vê o ganho” (FAMÍLIA Nº 13, AGRICULTOR DE 54 ANOS, 2015).

Outro componente que dá sentido ao desenvolvimento para algumas das famílias entrevistadas é o acesso à terra que é narrado por alguns agricultores como fruto da lucratividade do tabaco. “Compramos mais 27 hectares com dinheiro do fumo, sem financiamento, sem banco da terra, nada, a única coisa que financiamos foi o trator, pelo investimento mais alimentos” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015). A terra foi um motivador para o cultivo do tabaco pela família nº17, os quais eram trabalhadores assalariados e filhos de prestadores de serviços, portanto, sem herança de terra. Ao serem questionados sobre porque iniciaram o cultivo do tabaco, o agricultor expõe: “Era o único jeito para tentar pagar. O primeiro ano de pagamento da terra, eu arrumei e não sobrou um real. Eu paguei R\$ 1.740,00” (FAMÍLIA Nº 17, AGRICULTOR DE 49 ANOS, 2015).

Dessa forma, ao olhar tanto para sua realidade quanto dos demais agricultores do município, o agricultor entrevistado da família nº 18, destaca o papel da agricultura e da produção de tabaco na sua vida e na história do município.

Se não fosse o fumo ia ter dinheiro da onde pra comprar as coisas? [...] vão pra cidade fazer o que? Tão tudo mal, não vai ter dinheiro, o comércio tudo gira daí. Se não fosse o fumo não seriam nada. Hoje todo mundo tem uma casinha bonita, carro, trator, antigamente quando ia jogar bola lá, não tinha nada, umas casinhas velhas,

sem carro, hoje todo mundo tem carro, internet (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Na opinião dos agricultores, o tabaco gera desenvolvimento não apenas para a economia rural, mas também dos espaços urbanos. Interpretação também corroborada por um dos orientadores técnicos entrevistados.

Aqui, fumicultor é a base da economia do município [...] É a sustentabilidade deles. Nós estávamos conversando isso domingo, se sair o fumo de Jaguari, Jaguari fechar não fecha, mas vira uma cidade aposentada, porque o pessoal não vai ter o que fazer. Hoje o que mantém o município é o fumo. Hoje eu não sei quanto que está, mas a quatro, cinco anos atrás, 49% do movimento da prefeitura era o fumo. Só no município de Jaguari a Souza Cruz ano passado movimentou 11 milhões de reais (ORIENTADOR TÉCNICO 03, 2015).

A compreensão de desenvolvimento como justificativa para a produção de tabaco é salientada também por uma representante da EMATER-RS, filha de agricultor familiar, a qual apresenta a interpretação de sua mãe que vive a mais tempo no município.

Ela falou que antes do fumo aqui em Jaguari, a maioria das casas aqui eram casinhas bem precárias, pessoal não tinha uma condição econômica boa. Era mais cultivo pra subsistência e venda assim, feijão preto tipo lá na minha região, e depois que veio o fumo ela disse assim “a mudança é enorme né” (REPRESENTANTE DA EMATER-RS Nº 01, 2015).

Ao ser questionada sobre a sua interpretação de desenvolvimento, a entrevistada salienta diferentes interpretações sobre o desenvolvimento. Observa-se que há a compreensão do desenvolvimento a partir da qualidade de vida oriunda das concepções apresentadas pelo movimento de crítica da rede antitabaco, ao mesmo tempo em que ela reconhece as concepções dos agricultores, salientando como desenvolvimento econômico.

[...] Mas na questão econômica, casas melhores, as famílias com carro, as vezes até dois, três por família. Alguns filhos que ficaram construíram casas boas perto da propriedade dos pais, e todos na fumicultura né. Então lado econômico assim. Apesar de que tem anos que tem crise né, como esse ano foi um ano de crise, não geral, mas assim a maioria dos produtores de fumo foi complicado, tá complicado a situação. Só que tem aquilo né, lado econômico muito bom, mas o lado social, o lado ambiental, a questão da sustentabilidade, tanto a sustentabilidade alimentar das famílias, a gente vê que a questão da fumicultura é precária (REPRESENTANTE DA EMATER-RS Nº 01, 2015).

Assim, o desenvolvimento consiste em um bem comum que é interpretado de forma diferente pelos atores envolvidos. Ao serem questionados, os agricultores fumicultores atribuem ao tabaco um processo de desenvolvimento de suas propriedades e de seus

municípios compartilhando um quadro de referência que remete ao acesso a bens que conferem a eles comodidades, confortos, suprimindo algumas de suas necessidades. Além disso, remetem aos sonhos que são alcançados como justificativa para as escolhas históricas de vínculo com o tabaco.

5.6 A REDE INSTITUCIONAL QUE JUSTIFICA A PRODUÇÃO DE TABACO

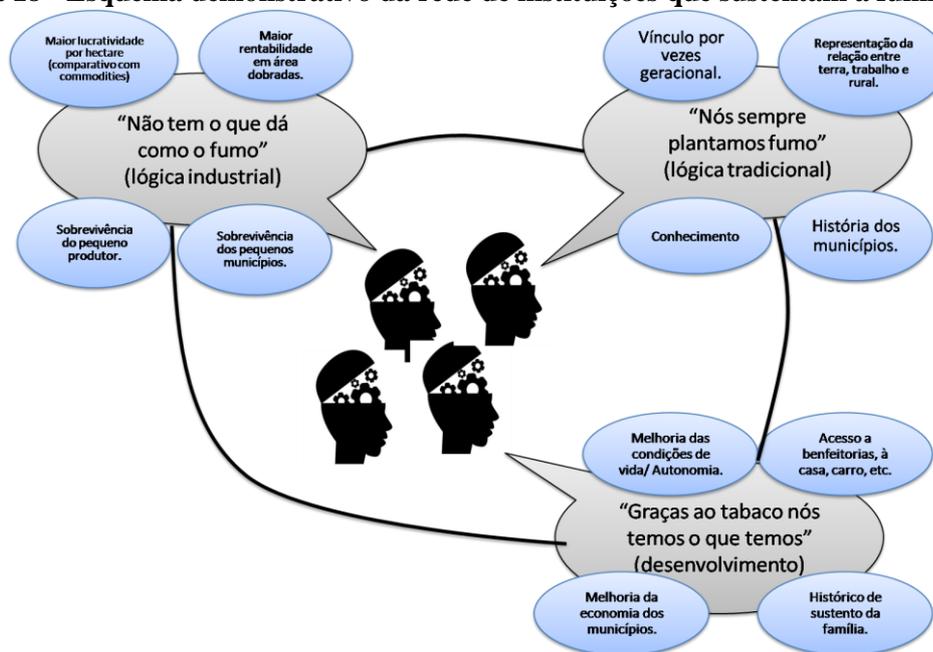
Ao fim, como um dos objetivos da problemática em questão, buscou-se compreender por que os agricultores continuam a produção de tabaco, mesmo diante dos movimentos de críticas, inclusive por eles protagonizados. Nesse intuito, identificou-se que as respostas a esse questionamento são compreendidas a partir de interpretações e condutas compartilhadas que conformam a realidade dos agricultores familiares fumicultores mobilizadas a partir da necessidade de justificar as suas ações quando imersos em regimes metapragmáticos. Imbuídos dessa compreensão e das ferramentas de análise anteriormente apresentadas, analisou-se as entrevistas com os agricultores fumicultores, orientadores técnicos, representantes dos agricultores, intermediários e representantes da EMATER-RS e AFUBRA, buscando compreender quais as instituições que sustentam a produção de tabaco.

Com isso, foi identificada uma lógica tradicional de vinculação afetiva, aliada a uma lógica industrial de produtividade e eficiência, somadas à evocação de desenvolvimento, atribuídas ao tabaco como instituições que justificam as ações dos agricultores. Assim, o estado de grandeza do tabaco é qualificado a partir dos vínculos histórico e relacionais com esse actante que dá sentido ao rural e à relação com a terra e o trabalho, bem como, está associado ao histórico de conhecimento construído ao longo dos anos e que também se relaciona com a história dos municípios. Além disso, a qualificação do tabaco é valorada pela eficiência produtiva nas condições de pequenas propriedades e terras dobradas apresentadas pelos agricultores, o qual garante a sobrevivência das famílias e dos pequenos municípios. Aliado a isso, compreendem que o tabaco gerou e gera desenvolvimento, o qual é significado como o acesso a bens materiais, melhoria das condições de vida que garante certa autonomia, a partir de um histórico de sustento das famílias produtoras e dos municípios envolvidos.

Além disso, observou-se que as instituições não devem ser compreendidas de forma fragmentadas na medida em que são evocadas de forma conjunta pelos agricultores, o que nos fez compreender que existe uma rede ou um emaranhado de instituições que sustentam e justificam a produção de tabaco. É, portanto, esse emaranhado que emerge nos momentos metapragmáticos em que os agricultores foram instigados a refletir sobre o porquê conduzem

suas vidas dessa maneira e, assim, acionam esses elementos, qualificando-os como forma de confirmar e estabilizar as suas realidades.

Figura 18 - Esquema demonstrativo da rede de instituições que sustentam a fumicultura.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Compreende-se que esse emaranhado emergiu a partir de uma trajetória de interação entre as transformações no ambiente, os hábitos originários de experiências de vida que geraram interpretações e passaram a ser reproduzidas pelo grupo que deu sentido a eles e, assim, compartilhado pelos diversos agricultores, bem como, pelas empresas fumageiras. Essas instituições dão contorno à vida social que segue seu curso em um regime pragmático de paz e que, diante de momentos críticos, de regimes metapragmáticos, são acessadas para reestabilizar a realidade.

Cabe destacar, ainda, que o percurso teórico e metodológico escolhido como "óculos" para olhar e compreender essa realidade não condiz com as compreensões que destacam essas afirmações como oriundas das empresas fumageiras, as quais dominaram o pensamento dos agricultores. Compreende-se, sim, que as empresas fumageiras são um dos atores que, na arena da fumicultura, fazem parte do processo de interação e de seleção de hábitos de pensamento e de comportamento que contemplassem objetivos e interpretações existentes nesses períodos. Dessa forma, os agricultores não são sujeitos passivos de um contexto de dominação, mas atores de um processo de interação que, na organização da vida social, dá origem a acordos que conformam a realidade durante um determinado período. Isso porque, compreende-se que a realidade e a vida social são mais complexas do que uma condição

estruturante de dominação vertical, o que não quer dizer que não existam relações de poder, assimetrias e processos de dominação.

6 ESTABILIZANDO OS MOMENTOS CRÍTICOS E REAFIRMANDO AS INSTITUIÇÕES QUE SUSTENTAM A FUMICULTURA

As provas, as críticas, as instituições, os movimentos de mudança ou de reafirmação, são elementos constantes da dinâmica da realidade social, construída nos processos de interação. Igualmente, a realidade da fumicultura aqui estudada é dinamizada por movimentos de críticas, por provas e, ainda, por transformações que apontam ora mudanças, ora reafirmações das instituições vigentes, como forma de manter o sistema em vigor. Nos capítulos anteriores, foram apresentadas as críticas externas e internas ao sistema de relações e de produção de tabaco, desenhando a rede de atores que as compõem e as reações dos agricultores, produtores de tabaco, em meio à absorção e à produção das críticas. Movimento que, gerou a reflexão dos agricultores e a manifestação de suas justificações para a produção de tabaco e seus quadros de referência que demonstram as suas interpretações e significações em torno do actante tabaco e suas realidades. Reações e narrativas que permitiram compreender as instituições que sustentam a produção de tabaco. Contudo, observou-se que ocorreram transformações nos acordos estabelecidos entre os atores que compõem esse sistema, muitas vezes mobilizados pelos movimentos de críticas, que obrigaram os atores a redefinir e promover ações ao encontro de respostas às críticas apontadas no movimento de desmoralização do tabaco.

Como resultado das mobilizações críticas em torno do consumo de cigarros, algumas ações governamentais e legislativas vêm sendo realizadas ao longo dos últimos 30 anos. Como primeira ação identificada, destaca-se a Constituição Federal de 1988 que restringe a propaganda comercial de tabaco, conforme exposto no Art. 220: “a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita à restrição legal” (BRASIL, 1988). Ainda, quanto às propagandas dos cigarros, em 2000, a Lei Federal nº 10.167/2000 proibiu qualquer tipo de propaganda e patrocínio de eventos culturais e esportivos realizadas por marcas de produtos de tabaco no território brasileiro (BRASIL, 2000b). Além disso, mensagem de advertência quanto ao consumo de cigarros e aos malefícios do tabaco foram sendo inseridas nas carteiras de cigarros e espaços de comercialização do tabaco. Desde 1988 a mensagem “O Ministério da Saúde adverte: fumar faz mal à saúde”, está em todos os produtos derivados do tabaco. Essas mensagens evoluíram para imagens dos danos que podem ser provocados pelo consumo de cigarros, estampadas na parte posterior dos maços de cigarros. Ao longo dos anos, outras ações restritivas foram desenvolvidas, principalmente relacionadas ao consumo de cigarro, como é o caso da Lei

Federal nº 9.294/96, a qual passou a proibir o consumo de tabaco em ambientes públicos fechados, sendo permitido, apenas, em ambientes específicos para fumantes (BRASIL, 1996b). Destaca-se, ainda, a proibição da venda de cigarros para menores de 18 anos, a elevação dos preços dos cigarros e o aumento da taxaço sobre eles, a restrição do uso de aditivos na fabricação de derivados de tabaco (2012) (ANVISA, 2014).

No que tange à produção de tabaco no Brasil, as críticas em torno da saúde do trabalhador, do trabalho infantil nas lavouras de tabaco, do desmatamento de mata nativa para a cura do tabaco Virgínia, dentre outras questões relativas ao Sistema Integrado de Produção do Tabaco, geraram algumas ações governamentais. Dentre elas, cobranças da Organização Mundial do Trabalho e do Ministério Público Brasileiro quanto a não utilização da mão de obra infantil nas lavouras de tabaco. Além disso, órgãos governamentais passaram a fiscalizar de forma mais intensa o desmatamento e a cobrar das empresas fumageiras, ações que combatessem o uso da mata nativa para a cura do tabaco. Concomitante a isso, ações desencadeadas após a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco mobilizaram discussões em torno da proibição do plantio do tabaco no Brasil ou da busca de alternativas aos agricultores produtores de tabaco frente à expectativa de diminuição do consumo global de cigarros. Nesse intenso espaço de disputa, por fim, o discurso de proibição da produção de tabaco no Brasil foi amenizado, mantendo-se o direcionamento para a busca de alternativas de diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, incentivadas pelo Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Diante desse cenário, observou-se que as empresas fumageiras criaram mecanismos que buscassem responder às instâncias de crítica e atender às exigências do mercado consumidor internacional, bem como às demandas legais brasileiras e requalificar o tabaco e as relações em torno dele. Criou-se, então, um movimento de força argumentativa entre a rede de atores antitabaco e a rede de atores favorável à continuidade dessa produção, protagonizada, principalmente, pelas empresas fumageiras. Utilizando-se de diversos dispositivos que serão analisados nesse capítulo, as empresas fumageiras promoveram transformações na relação em torno da produção e consumo de tabaco, desenvolvendo ações em direção, por exemplo, ao combate do trabalho infantil nas lavouras de tabaco, ao incentivo ao reflorestamento para o uso da madeira nos fornos de secagem do tabaco, ao incentivo à diversificação nas áreas produtoras de tabaco, à afirmação do tabaco como um propulsor do desenvolvimento nos locais produtores, dentre outras ações mobilizadas por meio de diferentes dispositivos.

Ao desenhar a problemática de pesquisa, julgou-se importante compreender como as empresas fumageira e seus representantes respondiam às críticas da rede antifumo e da rede formada pelos agricultores fumicultores e seus representantes, de modo a analisar se houveram mudanças institucionais na fumicultura. Entretanto, conforme decorria a pesquisa, observou-se que as empresas fumageiras e seus representantes respondiam às críticas, principalmente da rede antifumo, buscando atender as exigências que surgiam e requalificar o tabaco e, principalmente, as relações de produção do CAI Fumageiro.

Dessa forma, este capítulo responde a problematização relativa a: como as empresas fumageiras responderam às críticas em torno da produção de tabaco? Quais as transformações ocorridas? Isso possibilitou mudanças ou reafirmações institucionais? Para responder a essas problemáticas que foram sendo construídas ao longo da coleta de dados e o acompanhamento dos atores, o objetivo desse capítulo é analisar os movimentos de transformações das ações das empresas fumageiras e como eles estão relacionados a respostas aos movimentos de críticas, buscando sustentar a interpretação de que as transformações na conduta das empresas e da rede em torno da defesa do tabaco promoveram a reafirmação das instituições que sustentam a produção do tabaco no Brasil.

Para tal, o primeiro item situará o leitor quanto à formação da rede em defesa do tabaco, a qual já foi analisada por alguns autores que buscaram compreender a complexidade das relações em torno da cadeia produtiva do tabaco nos últimos anos (BOEIRA, 2002). Em um segundo momento apresenta-se as transformações e dispositivos mobilizados por essa rede como forma de responder às críticas e exigências do cenário nacional e internacional. Por fim, descreve-se a análise quanto ao que se considerou, fundamentados em outros estudos (ZIMMERMANN, 2009) como uma posição ambígua do governo brasileiro que, juntamente com a transformação das ameaças em oportunidades realizadas pelas empresas fumageiras, possibilitou a requalificação do tabaco e a reafirmação das instituições que sustentam a cadeia produtiva do tabaco no Brasil.

6.1 FRAGMENTOS DA REDE EM DEFESA DO TABACO: PONTOS DE APOIO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO TABACO

No processo de evolução da situação problemática em questão, nos vários momentos críticos, os atores se movimentam e fazem alianças também em defesa da produção de tabaco, agindo em resposta às críticas e objetivando manter a realidade tal como ela é. Assim, as empresas fumageiras entram na disputa na medida em que a rede antitabaco vai criando suas

alianças e formando narrativas críticas, as quais passam a exigir respostas dos atores para manter e requalificar o tabaco. Para tal, as empresas fumageiras constituem um dos principais atores que mobilizam quadros de referência e interpretações para retomar a grandeza do tabaco e da relação estabelecida nessa cadeia produtiva.

Retomando o desenho e a análise das redes formadas a partir das disputas em torno da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, buscamos fundamentos dos estudos já realizados de Boeira (2002), Boeira e Guivant (2003) e Scheibler (2006). Para os autores, as empresas fumageiras, por meio de seus representantes, bem como a AFUBRA, representante dos agricultores produtores de tabaco, estão entrelaçadas na mesma rede em defesa da produção de tabaco no Brasil, em que, por vezes, aliam-se os agricultores produtores de tabaco.

Na análise das relações que se estabeleceram a partir de uma proposta global de regulação do tabaco, protagonizada pela OMS e que foi estabelecida por meio da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, Scheibler (2006) identifica a formação de uma rede em defesa da continuidade da produção de tabaco no Brasil. Segundo Scheibler (2006), os movimentos em torno da CQCT geraram mudanças nas relações entre os atores, as quais se referem a categorias como: atores, espaços, discursos, correlação de forças, alianças e conflitos. No processo de ratificação da CQCT criou-se um ambiente de disputa entre o grupo que apoiou a ratificação, com foco para a perspectiva da saúde, e o grupo que não apoiou a ratificação, principalmente relacionado ao que ela compreendeu como setor econômico. Conforme o primeiro grupo se fortalecia a criava a rede antitabaco, o segundo grupo passava a ser formado pela coalizão de atores antagônicos e que necessitam do tabaco para se reproduzir (agricultores e agroindústria) (SCHEIBLER, 2006). Ou seja, a indústria e os agricultores que historicamente entram em conflito na hora da classificação do tabaco e no estabelecimento dos preços na relação de integração, aliam-se em defesa do tabaco ameaçado pela CQCT. Assim, as relações estabelecidas globalmente em torno do tabaco foram capazes de afetar as relações locais e vice e versa, em um processo dinâmico entre o local e global, atestando as dinâmicas das relações contemporâneas.

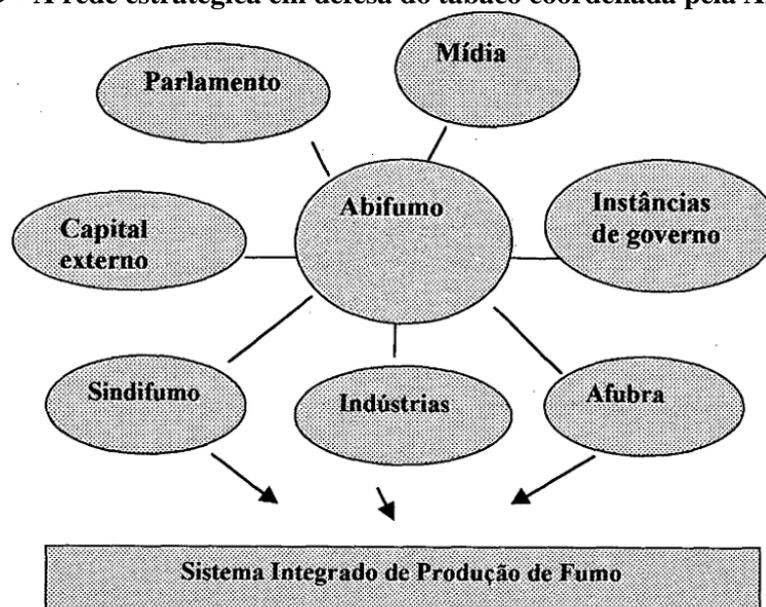
Conformando-se, assim, redes em disputa, o cenário em torno das discussões sobre o consumo e a produção de tabaco tornou-se complexo e exige uma análise da correlação de forças e dos dispositivos utilizados por elas. Nesse sentido, em sua ampla análise que objetivou compreender a complexidade das relações conflituosas entre a indústria do tabaco e os antitabagistas no Brasil, Boeira (2002) apresenta um desenho da rede analisada e denominada, de acordo com sua escolha conceitual, como rede estratégica. Essa consiste em

uma rede formada por um conjunto de partes integradas de forma sistemática e sob a coordenação de uma das partes que possui papel fundamental e estratégico na direção de valores dominantes no sistema capitalista (BOEIRA, 2002; BOEIRA; GUIVANT, 2003). Ao aplicar a análise conceitual de rede estratégica nas disputas em torno do tabaco, Boeira (2002) identifica a ABIFUMO (Associação Brasileira da Indústria do Fumo) como coordenadora dessa rede que visa à defesa do setor fumageiro, a qual, segundo o autor, conseguiu adesão inclusive de órgãos de defesa dos agricultores. Essa rede opõe-se à rede multifragmentária antifumo que foi apresentada no capítulo 02.

A figura abaixo representa a configuração da rede estratégica coordenada pela ABIFUMO, conformada por instâncias governamentais, mídia, parlamento, capital externo, SINDIFUMO (Sindicato da Indústria do Fumo) - atual SINDITABACO - indústrias fumageiras e AFUBRA, em torno do Sistema Integrado de Produção de Tabaco. A ABIFUMO constitui uma organização das empresas do setor fumageiro no Brasil, a qual foi fundada em 1979, objetivando defender os interesses das indústrias do tabaco, além da esfera sindical do SINDITABACO, o qual foi criado em 1947. Constituem, portanto, as duas principais organizações representantes dos interesses das empresas fumageiras no Brasil, atualmente. Primeiro a ser fundado, o então chamado SINDIFUMO, o qual em 2010 passou a ser chamado de Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco, representa os interesses comuns das indústrias do tabaco, bem como visa garantir a sustentabilidade do setor (SINDITABACO, 2016). Posteriormente criada, a ABIFUMO, busca representar as empresas perante aos órgãos governamentais e a sociedade civil, estrategicamente instalada no Distrito Federal/DF. Segundo Boeira (2002), a ABIFUMO exerce um papel relacionado ao *marketing* corporativo, responsável pela imagem das empresas e do setor perante negociadores globais, técnicos do poder público e da opinião pública, atuando, portanto, sobre estratégias simbólicas do setor.

O autor insere, portanto, instâncias do governo como parte da rede estratégica em defesa do tabaco, por meio, principalmente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, ao mesmo tempo em que algumas instâncias governamentais desenvolvem ações contrárias ao consumo e à produção de tabaco (conforme já exposto no capítulo 02, a rede multifragmentária elaborada por Boeira (2002)). Fato também descrito por Hilsinger (2016) na medida em que o autor aponta a posição ambígua e antagônica do governo brasileiro no desenvolvimento de suas ações, pois, de um lado, promove a expansão da produção de tabaco, enquanto de outro, restringe o seu consumo (HILSINGER, 2016, p. 22).

Figura 19 - A rede estratégica em defesa do tabaco coordenada pela ABIFUMO.



Fonte: Boeira (2002, p. 235).

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco foi instalada em 2003, compondo a estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a finalidade de propor, acompanhar e apoiar ações para o desenvolvimento das entidades da cadeia produtiva do tabaco e dos setores a ela vinculados. Representantes das entidades representativas das empresas fumageiras, dos agricultores produtores de tabaco, de organizações não governamentais e outros órgãos públicos relacionados à cadeia produtiva do tabaco compõem essa câmara. Portanto, 38 representantes de diversos órgãos compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco dentro do MAPA, sendo dinâmica a participação desses membros, ou podendo, ainda, ter membros convidados de acordo com as necessidades de discussões (HILSINGER, 2016).

Para ilustrar o trabalho da Câmara Setorial, de acordo com a sua Agenda Estratégia 2010-2015 (BRASIL, 2011), as ações principais para esse período foram: levantamento das áreas de produção e dos números de cada safra; desenvolvimento de um Plano de Pesquisa, desenvolvimento e inovação em torno da produção de tabaco; desenvolvimento de um plano de capacitação pra a região sul e para a região nordeste; promoção da cadeia produtiva do tabaco; gestão de qualidade; governança da cadeia, principalmente relacionada ao acompanhamento da implementação da CQCT; combate ao mercado ilegal de cigarros; desenvolvimento e acompanhamento de ações relativas à legislação, a seguro, crédito rural e comercialização do tabaco.

Dentro dessa rede, as empresas fumageiras e suas representantes apresentam diversas iniciativas que conduzem à diminuição de efeitos degradantes ao meio ambiente e à saúde pública. Boeira (2002) analisa essas iniciativas como parte das estratégias de *marketing*, com vistas a desenvolver uma imagem positiva no mercado globalizado e garantir o fornecimento da matéria prima. Compreende-se, nessa tese, que essas possam ser estratégias de *marketing* com a análise de Boeira (2002), mas outras análises devem ser somadas. Por exemplo, as estratégias como respostas às tentativas constantes de desqualificação dessa cadeia produtiva, buscando requalificar e reafirmar a produção de tabaco diante das constantes destabilizações institucionais. Com isso, descrevem-se e analisam-se os dispositivos que foram acionados por essa rede na busca pela reconstrução de uma imagem positiva da cadeia produtiva do tabaco.

6.2 A REQUALIFICAÇÃO DA FUMICULTURA: AÇÕES DA REDE EM DEFESA DO TABACO

A tentativa de requalificar a imagem local e global da fumicultura tem exigido das empresas fumageiras algumas transformações nas suas condutas. Seja diante das exigências legais brasileiras em transformação nos últimos 30 anos, seja pela imagem nacional e internacional da cadeia produtiva do tabaco, principalmente como consequências das discussões em torno da CQCT, a rede em defesa do tabaco, coordenada pela ABIFUMO, aciona diversos dispositivos coordenando ações de ressignificação da produção de tabaco, os quais atingem o nível local das relações com os agricultores integrados e a comunidade, bem como o nível global, principalmente por estratégias midiáticas de operações de qualificação da imagem do produto e do setor.

Dessa forma, as empresas fumageiras, por meio de operacionalizações do SINDITABACO e da ABIFUMO, desenvolvem, ao longo dos últimos anos, cartilhas, informativos e palestras buscando conscientizar os produtores de tabaco sobre as questões às quais elas se comprometeram perante aos órgãos como o Ministério Público. Conforme material entregue aos agricultores¹, as empresas deixam claro que as ações em direção ao combate ao trabalho infantil, por exemplo, são fruto de um acordo entre as empresas associadas ao SINDITABACO, à AFUBRA e ao Ministério Público do Rio Grande do Sul (SINDITABACO, 2016). Entre os materiais entregues aos agricultores, ainda, destaca-se o

¹ Esses materiais foram apresentados pelos agricultores no trabalho de campo (2015 e 2016).

compromisso da empresa com a melhoria do “Sistema Integrado de Gestão” (SINDITABACO, 2016). Em seus termos:

A Universal Leaf Tabacos Ltda, empresa com atuação no ramo de beneficiamento de tabaco em folha, compromete-se com a melhoria contínua do seu Sistema Integrado de Gestão através:

- Da satisfação dos clientes quanto ao equilíbrio entre integridade, qualidade, preços e volumes de tabacos desejados;
- Do respeito ao meio ambiente, tomando por base o atendimento à legislação e outros requisitos aplicáveis ao seu negócio, mitigando os impactos decorrentes de suas operações através da otimização dos recursos naturais, da prevenção da poluição e da minimização do impacto nas mudanças climáticas (tratamento de efluentes, controle de emissões atmosféricas e gerenciamento dos resíduos sólidos resultantes de suas operações);
- Da manutenção das condições de saúde, segurança e bem-estar em conformidade com a lei e que garantam uma interação harmônica entre as pessoas e o ambiente de trabalho (UNIVERSAL, 2016, p. 1).

Com isso, as ações coordenadas pelas empresas fumageiras ou, por vezes, pelo SINDITABACO ou pela ABIFUMO, caminham na direção de uma proposta de qualificação da imagem do tabaco e do Sistema Integrado de Produção a ele relacionado. Para tal, questões como desmatamento, trabalho infantil, saúde e segurança do trabalhador, mobilizadas pela rede antitabaco são transformadas em oportunidades de qualificação do tabaco por meio de dispositivos que dão sentido a esses termos relacionados à grandeza do tabaco e, assim, reivindicam a cadeia produtiva de tabaco como a mais responsável e sustentável do Brasil.

O tabaco brasileiro é o produto comercial agrícola que menos utiliza agrotóxico; Produtores de tabaco são orientados a utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI) na aplicação de agrotóxicos; Equipamento de Proteção Individual (EPI) protege de agrotóxicos e da Doença da Folha Verde; A prevenção da Doença da Folha Verde do Tabaco é possível; A eficácia da vestimenta de colheita foi comprovada; A lenha utilizada para a cura do tabaco é de origem legal; O Sistema Integrado de Produção é um diferencial do tabaco brasileiro; A produção de tabaco é importante para o Brasil; A indústria do tabaco é exemplo no combate ao trabalho infantil; O preço do tabaco é negociado entre empresas e representação dos produtores; O produtor de tabaco é diversificado; O setor de tabaco se preocupa com a sucessão rural; O setor tem buscado novas tecnologias para reduzir a mão-de-obra na colheita (SINDITABACO, 2016, p. 1).

De acordo com narrativas descritas no site do SINDITABACO, ações no sentido descrito acima são realizadas pelas empresas fumageiras há mais de 30 anos, tendo em vista que essas sempre foram preocupações do setor. Entretanto, o orientador técnico 02 destaca que as pressões referentes ao atendimento à legislação são mais recentes, principalmente após a CQCT. “O governo começou a bater mais em cima. O Ministério do Trabalho, da Agricultura, Saúde. Começaram a ficar mais rigorosas as leis. Mas as leis não são criadas da

noite para o dia, faz mais tempo e cada vez é mais pressão” (ORIENTADOR TÉCNICO 02, 2015). Com isso, o papel do orientador técnico das empresas está mais direcionado à fiscalização e cobrança dos produtores integrados quanto ao atendimento da legislação vigente no Brasil e das políticas das empresas. Observa-se, portanto, uma mudança no papel do orientador técnico na medida em que atividades referentes à fiscalização e orientação quanto à legislação são mais frequentes que as orientações técnicas de produção. Aspecto já levantado pelos estudos de Rudnicki (2012), os quais destacam as novas estratégias das empresas fumageiras em diminuir o número de instrutores, os quais deixam de ser do local e passam a ser oriundos de outras regiões, que atenderão maior número de produtores rurais, não apenas com foco nas visitas, mas na formação de outras estratégias de orientação como, por exemplo, os dias de campo (RUDNICKI, 2012).

Observa-se que essas transformações também são decorrentes dos efeitos das críticas em nível internacional que são refletidas nas exigências dos consumidores do tabaco em outros países. Fato destacado em muitas narrativas divulgadas pelos atores em defesa do tabaco, por exemplo, exposto no Anuário brasileiro do Tabaco de 2015.

Schünke salienta que, mesmo havendo concorrência mais acirrada, a reconhecida qualidade e a integridade da produção brasileira, no que se insere a vanguarda na responsabilidade social e ambiental, auxiliam na manutenção de boas condições para competir na linha de frente do mercado mundial (MENDES et al., 2015).

Portanto, é importante identificar, nesse item, as ações realizadas pela rede no sentido descrito acima, demonstrando abaixo os principais dispositivos e as narrativas acionadas pelo setor na defesa do tabaco. São apresentadas, portanto, as narrativas e ações relativas no que se refere ao trabalho infantil, ao meio ambiente, à diversificação e ao desenvolvimento, bem como ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco no âmbito da relação com o produtor rural.

6.2.1 “Proteja as crianças e os adolescentes”: ações de conscientização quanto ao trabalho infantil

As intensas críticas e ações do Ministério Público contra a utilização da mão de obra infantil nos trabalhos agrícolas com a produção de tabaco exigiram das empresas fumageiras uma reação imediata. Assim, as empresas passaram a exigir dos seus integrados que não utilizassem mão de obra de crianças e adolescentes, menores de 18 anos, nas atividades

relacionadas ao tabaco. Para coordenar essas ações, o SINDITABACO criou o Instituto Crescer Legal, o qual atende as famílias integradas das empresas fumageiras associadas e, assim, promove o controle, diretamente com as escolas, das matrículas e da frequência das crianças e dos adolescentes inseridos nas regiões produtoras de tabaco. O Instituto Crescer Legal foi criado em 2015 como uma iniciativa do SINDITABACO com o apoio de entidades envolvidas com a educação e o combate ao trabalho infantil. O Instituto tem como meta “oferecer subsídios para que o jovem permaneça e se desenvolva no meio rural, através de oportunidades de geração de renda e do desenvolvimento das habilidades e potencialidades, respeitando a diferenciação de gênero, com possibilidades para meninos e meninas” (INSTITUTO CRESCER LEGAL, 2016, p.01). De acordo com a divulgação do instituto, acredita-se que o trabalho infantil é legitimado por crenças culturais e, dessa forma, buscam conhecê-las e, assim, promover iniciativas reflexivas que questionem a realidade (INSTITUTO CRESCER LEGAL, 2016).

Uma das ações de conscientização dos agricultores produtores de tabaco, por parte das empresas, da AFUBRA e do SINDITABACO, são as cartilhas informativas entregues anualmente aos seus integrados. Esses materiais, normalmente, são bastante ilustrativos, lúdicos e didáticos, com vistas a informar os agricultores das novas regras.

Figura 20 - Cartilha de orientação das empresas fumageiras a partir do projeto Crescer Legal do SINDITABACO.





Fonte: SINDITABACO, 2016.

A cartilha orienta o agricultor a não utilizar a mão de obra de crianças e adolescentes, menores de 18 anos, nas atividades relacionadas à produção de tabaco, seja no plantio, na pulverização, na colheita, na secagem ou na venda do produto (SINDITABACO, 2016). Destaca ainda, a necessidade de não expor a criança e o adolescente aos agrotóxicos durante a aplicação e o manuseio destes e, além disso, destacam que não é permitida a aplicação dos agrotóxicos por menores de 18 anos ou, ainda, maiores de 60 anos² (SINDITABACO, 2016).

Além disso, as empresas fumageiras orientam os agricultores integrados que possuem filhos entre 06 e 18 anos, com ensino fundamental incompleto, que estes devem estar frequentando regularmente a escola, de acordo com os horários que a mesma oferece. Como forma de acompanhar o cumprimento dessa regra, as empresas fumageiras exigem do agricultor, na hora da assinatura do contrato, o comprovante de matrícula escolar. Outra forma de acompanhamento é por meio do comprovante de frequência escolar até 120 dias após o final de cada ano letivo, que comprove a frequência mínima de 70% (SINDITABACO, 2016).

Além das ações junto aos agricultores, há, ainda, estratégias e dispositivos que visam levar essas ações ao conhecimento da sociedade em geral e, assim, promover a empresa perante a opinião pública, requalificando as relações em torno do tabaco, desmoralizadas nos últimos anos. De acordo com a narrativa de promoção do SINDITABACO,

² Destaca-se aqui, também, a proteção aos idosos como resposta às críticas. As críticas e as respostas a elas, as quais são relacionadas à proteção do idoso não foram trabalhadas aqui em virtude da pouca representatividade nas narrativas dos atores.

Considerado um case de sucesso na agricultura familiar, o setor de tabaco é pioneiro no combate ao trabalho infantil no meio rural, sendo o único a exigir o comprovante de matrícula dos filhos dos agricultores em idade escolar e o atestado de frequência para a renovação do contrato comercial existente entre empresas e produtores, dentro do Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Há mais de 15 anos, desenvolve ações para conscientizar o produtor a cumprir a legislação, uma vez que menores de 18 anos não podem trabalhar na lavoura. De acordo com o último censo do IBGE (2010), foi na produção de tabaco nas pequenas propriedades o maior índice de redução do trabalho infantil no país, em comparação com dados do penúltimo censo, realizado no ano 2000 (SINDITABACO, 2016, p. 1).

Outros meio de divulgação acionam as parcerias como forma de promoção das ações. Por exemplo, a *Japan Tobacco International* (JTI) realiza projetos de cooperação com a Organização Internacional do Trabalho e a *Winrock International* para desenvolver ações de erradicação do trabalho infantil no meio rural. De acordo com notícia divulgada no site da ONUBR (Organização das Nações Unidas no Brasil), desde 2012 o Programa Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação (ARISE) propõe-se a dar suporte à educação do estado para ações de incentivo à permanência dos jovens no campo por meio do desenvolvimento sustentável (PARCERIA, 2016).

Ainda nesse âmbito, o SINDITABACO, apoiado nas regras da OIT, desenvolveu formações para os Orientadores Técnicos que atuam diretamente com as novas regras em contato com os agricultores. Muitas são as notícias em jornais locais, nos sites do SINDITABACO, AFUBRA e FETAG sobre os treinamentos e capacitações de técnicos que atuam a campo, seja das empresas fumageiras, seja da AFUBRA ou, ainda dos sindicatos representantes dos agricultores, sobre o trabalho infantil e as ações que podem ser realizadas com vista a sua erradicação. “Sinditabaco realiza debate sobre trabalho infantil em Santa cruz”, é a chamada de O informativo do Vale em julho de 2013 (SINDITABACO, 2013). “Trabalho infantil é tema de treinamento”, divulga a AFUBRA em seu site institucional em julho de 2012 (AFUBRA, 2012).

Por meio do Programa ARISE e o Instituto Crescer Legal, a OIT e o SINDITABACO criaram um guia de orientação para os Orientadores Técnicos que trabalham nas empresas fumageiras associadas. Nesse, há informações sobre a legislação vigente no Brasil e em outros países sobre o trabalho infantil, as penalidades, além de dados sobre a erradicação e o número de casos de trabalho infantil ainda registrado, bem como respostas a perguntas frequentes quanto à educação para o trabalho como responsabilidade das famílias, bem como o que fazer quando os pais precisam trabalhar e possuem filhos pequenos (TRABALHO, 2016). O informativo afirma que, de acordo com a legislação, os pais não ensinam os filhos a trabalhar, sendo que “a aprendizagem profissional é realizada cumprindo regras técnicas e limitações

legais, conforme a Lei do Jovem Aprendiz, em vigor há mais de 15 anos” (TRABALHO, 2016, p. 6). Contudo, alertam que, para a agricultura familiar, ainda não há um modelo de aprendizagem que possa ser aplicado, ficando restrita a possibilidade dentro dessa categoria (TRABALHO, 2016).

Com isso, as empresas demonstram cumprir seu papel exigindo do agricultor integrado o cumprimento das leis às quais a empresa também está sujeita, conscientizando o agricultor e aplicando sanções aos que não a cumprem, bem como promovendo programas que visam a melhoria das escolas nos municípios produtores de tabaco. Assim, as empresas fumageiras transformam as críticas e exigências legais em oportunidade de melhoria da imagem diante da opinião pública, bem como, justificam essa necessidade de adequação junto aos agricultores a partir das exigências da legislação brasileira, transformando ameaças em oportunidades.

Com essas ações, observou-se a campo, que todos os agricultores, os técnicos da EMATER-RS, Orientadores Técnicos das empresas fumageiras e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais conhecem a discussão e as regras em torno da utilização da mão de obra infantil no trabalho com a produção de tabaco. Isso não quer dizer que há uma concordância de todos os atores ou, ainda, que, principalmente, todos os agricultores seguem as novas regras. Observa-se, nesse debate, que há diferentes interpretações sobre o que é trabalho infantil e os prejuízos ou as contribuições para as crianças e os adolescentes nas atividades da agricultura familiar, bem como distintas justificativas que são mobilizadas, principalmente pelos agricultores e suas entidades representantes em contraposição à posição da OIT e da legislação brasileira que é seguida pelas empresas fumageiras como forma de diminuir o impacto das críticas sobre o Sistema Integrado de Produção de Tabaco.

A Comissão Estadual do Fumo da FETAG, a qual trata de todas as questões em defesa do agricultor produtor de tabaco, mostrou-se preocupada com a assinatura do acordo entre as empresas fumageiras e o Ministério Público, em que as cláusulas dificultam a continuidade da agricultura familiar, produtora de tabaco. Diversos debates vêm sendo promovidos pela FETAG que busca mostrar a realidade da agricultura familiar a partir dos seus associados, demonstrando que, nesse setor, o trabalho começa entre os 12 e 14 anos, sendo as proibições em vigor inviabilizadoras da produção de algumas famílias (FETAG, 2009). Esse aspecto não indica a contrariedade da organização quanto à legislação, mas a necessidade de analisar os contextos específicos, como no caso da agricultura familiar.

O presidente da FETAG, de imediato, destacou que a entidade é radicalmente contrária ao trabalho infantil. Ele disse que as leis são importantes e existem em abundância, mas se levarmos ao pé da letra, um adolescente de 16 anos não poderia

sequer cortar um pé de alface na horta de sua casa, pois lidar com material cortante é proibido. “Temos que conhecer em qual ocasião aplicar a legislação”, observou (FETAG, 2016, p. 01).

Com base nisso, uma pesquisa realizada em 2010, com o apoio da FETAG, buscou compreender as interpretações e representações dos agricultores familiares produtores de tabaco no município de Agudo sobre o trabalho da criança e do adolescente (MARIN et al., 2012). O estudo tem como base uma ampla revisão de literatura sobre o campesinato no Brasil, os quais destacam a importância do trabalho na transmissão do patrimônio de práticas, habilidade e saberes historicamente acumulados (MARIN; VENDRUSCOLO, 2010). A pesquisa realizada por Marin et al. (2012) revelou que os pais, produtores de tabaco, não concordam que existe, atualmente, exploração do trabalho infantil nas lavouras de tabaco. O trabalho realizado pelas crianças e pelos adolescentes é considerado como ajuda, forma de socialização e formação de herdeiros. Assim, na percepção dos pais, o trabalho das crianças tem um caráter educativo, pois é função dos pais ensinarem os filhos a trabalhar nas atividades desenvolvidas na propriedade, bem como ensinar o valor do trabalho.

Assim, os pais argumentam que os conhecimentos relativos à agricultura devem ser transmitidos aos filhos, concomitantemente aos conhecimentos adquiridos pela escola. “Tem a questão da aprendizagem também. Porque no colégio tem que aprender. A tarefa que o senhor dá no colégio eles vão ter que aprender, e por que que em casa eles não podem aprender? Como se deita uma galinha, como se trata um porco, como se tira leite, como se planta uma verdura, como se planta uma mandioca ou uma batata, a batatinha, que é a alimentação do produtor rural” (Agricultor familiar, 62 anos) (MARIN et al., 2012, p. 775-776).

O estudo demonstrou que os pais sentem-se responsáveis pela transmissão de conhecimentos relativos ao modo de vida local, os quais, segundo eles são necessários para tornar-se um futuro agricultor. Assim, no imaginário das famílias, o trabalho, nestes casos, constitui um processo educativo do que não é ensinado na escola, bem como, uma ajuda, visto que as atividades são dadas aos filhos de forma gradativa, de acordo com a idade. Destaca-se, ainda, que os pais acreditam que a escolarização é fundamental para seus filhos, incentivando-os a frequentar a escola. Contudo, as famílias compreendem que perdem espaço na educação dos filhos, a qual passa a ser relegada a escola que distancia a criança da realidade rural, já que em sua maioria são escolas urbanas, dificultando a formação do futuro herdeiro e a continuidade dos jovens na propriedade (MARIN et al., 2012).

Eu quero que eles estudem, mas que não abandonem aqui. Que saibam o que é uma propriedade. Que tenham um vínculo. Porque nós aqui felizmente temos feijão orgânico, arroz orgânico, a mandioca não tem veneno, a batata não tem veneno, o

melado não tem veneno, o mel que eu produzo não tem, a carne a gente produz ali dentro do chiqueiro. O milho que eu consumo, que fica comigo, esse não tem veneno (Agricultor familiar, 35 anos) (MARIN et al., 2012, p. 782).

A representação do trabalho enquanto processo educativo, de socialização e de preparação dos herdeiros é corroborada pelos jovens produtores de tabaco em estudo realizado em Arroio do Tigre/RS (REDIN; MARIN, 2014). Para os jovens o trabalho não é tão prejudicial à saúde e tem significados importantes na socialização dos filhos dos agricultores e na preparação dos futuros herdeiros da propriedade rural ou dos trabalhadores no meio urbano. A educação das crianças ocorre por meio do acompanhamento aos pais nas atividades da propriedade.

O trabalho é parte da ontologia do ser social, daí ser ensinado e transmitido pelos pais, pela experiência cotidiana. Não se trata de exploração de mais valia, tal como ocorre no trabalho assalariado, alienado. Esses jovens rurais pesquisados estão vinculados a uma tradição secular própria à agricultura de base familiar, na qual a lógica da produção está submetida a um projeto que é da família. Dessa forma, todos os indivíduos, independentemente de sexo e idade, são subordinados a um projeto familiar. Os jovens rurais internalizam os valores familiares e mostram-se solidários às necessidades e os compromissos dos seus pais (REDIN; MARIN, 2014, p. 185).

Os jovens acreditam que o trabalho na agricultura tem importância na socialização, preparação dos herdeiros, valorização do trabalho da agricultura e reprodução de modos de vida dos agricultores. Percebem, portanto, que os dispositivos legais que proíbem o trabalho aos menores de 18 anos no cultivo do tabaco interferem na organização do trabalho familiar e tendem a dificultar a permanência dos jovens no meio rural. Os processos de urbanização e as transformações legais transformam profundamente a lógica de reprodução familiar, levando a algumas tensões expressas no contexto das crianças e dos jovens (REDIN; MARIN, 2014).

O trabalho, na perspectiva dos agricultores, interliga a criança e o adolescente à propriedade e à comunidade local, possibilitando a valorização do meio em que vive. Nesse contato cotidiano, as crianças aprendem a valorizar as peculiaridades da convivência nos espaços rurais, qualificado pela menor dependência do consumo urbano, pela possibilidade de produzir e consumir alimentos saudáveis, pela proximidade com a vida em comunidade e pelo afastamento dos perigos da violência apresentada pelos meios de comunicação de massa, dentre outras vantagens mencionadas (MARIN et al., 2012, p. 780).

Contudo, alguns dispositivos legais são valorizados tanto pelas famílias quanto pelas crianças e pelos jovens. O incentivo à escolarização dos filhos é revelado no estudo realizado em Agudo, principalmente porque os pais reconhecem que não tiveram oportunidade para frequentar a escola (MARIN et al., 2012). A maioria dos fumicultores, dirigentes dos

estabelecimentos agropecuários, não completou o Ensino Fundamental (84,5%) de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, tendo, em sua maioria (54%) entre 35 e 54 anos. Apenas 3,2% são analfabetos e 1,9% não frequentaram o ensino formal, mas sabem ler e escrever (SCHNEIDER; LIBARDONI; RANDOLFO, 2013). “Há um incentivo constante para a escolarização dos filhos, que é alimentado não apenas pela obrigatoriedade da lei, mas pela possibilidade de uma vida melhor na cidade. “Ela tem que estudar e tem que aprender a trabalhar também em alguma coisa. Depois ela que decide o que vai seguir” (Agricultor familiar, 39 anos)” (MARIN et al., 2012, p. 780). Seja pela falta de oportunidade de estudar da maioria dos pais, seja como forma de vislumbrar um futuro considerado, por muitos, como mais fácil nos trabalhos urbanos, os pais incentivam e permitem que os filhos estudem, não apenas por sua obrigatoriedade, mas por mudanças de pensamento que remetem as suas experiências de vida. Os pais, dessa forma, buscam a escolarização dos filhos, ao mesmo tempo em que buscam transmitir os valores familiares e locais do rural, como possibilidades para que os filhos escolham o seu futuro.

Observa-se que, no imaginário das famílias agricultoras, produtoras de tabaco, o trabalho não se refere apenas à produção dessa planta, já que uma propriedade familiar possui uma produção diversificada, principalmente no que se refere à produção de alimentos para o consumo, mantendo uma dinâmica própria de vida. Quanto aos trabalhos diretamente relacionados à produção de tabaco, segundo Marin et al. (2012), os pais reconhecem que os filhos ajudam nas atividades consideradas por eles como mais leves, principalmente no momento em que as atividades são realizadas embaixo do galpão, bem como no período de férias. Assim, de acordo com a análise, os filhos mantêm-se perto dos pais e do modo de vida e dos valores da família.

Portanto, compreende-se que há diferentes interpretações sobre o trabalho na agricultura familiar quando relacionado à criança e ao adolescente, bem como sobre a educação e a escolarização. Na problemática em questão, em que a OIT e o Ministério Público brasileiro vêm atuando no combate ao trabalho infantil, obrigando às empresas a adotarem novas condutas, formam-se polos que mobilizam interpretações distintas. Por um lado os órgãos governamentais compreendem como exploração da criança e do adolescente, impulsionando os movimentos de crítica com relação à produção de tabaco. Enquanto isso, no polo oposto, as famílias agricultoras e os seus representantes, problematizam a necessidade de compreender as dinâmicas de trabalho da agricultura familiar e rever as exigências impostas pelo Ministério Público. Ao mesmo tempo, identificam-se mudanças nas condutas e interpretações das famílias com relação aos trabalhos dos seus filhos, não diretamente ligadas

às exigências legais, mas a um processo de conscientização de não obrigatoriedade do trabalho e de incentivo à escolarização, advindos de suas experiências enquanto crianças. Por sua vez, no meio dos polos, encontram-se as empresas fumageiras e seus representantes que, ao assinar acordo com a OIT e o Ministério Público contra o trabalho infantil agem a partir dos programas descritos acima, cumprindo as exigências legais e promovendo processos de conscientização que são amplamente divulgados como forma de requalificar a imagem das empresas perante a sociedade e a opinião pública.

Dessa forma, as empresas demonstram fazer sua parte e apontam a cultura do agricultor como legitimadora do trabalho da criança, demonstrando que o processo de erradicação e de mudança nessas condutas não ocorre em um curto espaço de tempo. Perante os agricultores integrados, elas justificam a necessidade de atender a legislação vigente. Dessa forma, respondendo aos dois polos de crítica, as empresas atendem e justificam as exigências, pelo menos de forma semântica, sem comprometer o Sistema Integrado de Produção e, principalmente, aproveitando para promover o setor pela sua responsabilidade social.

Contudo, observou-se no trabalho de campo que muitas empresas, quando necessitam de matéria prima, compram o tabaco de produtores não integrados, seja diretamente, seja por meio de intermediários chamados de “picaretas”. Nesses momentos, em que as exigências de matéria prima para atender o mercado competitivo, as quais não estavam previstas, as questões de trabalho infantil ou demais programas das empresas como respostas às críticas, não são levadas em consideração. Assim, a frequência escolar das crianças e adolescente, e a fiscalização sobre a utilização de mão de obra infantil nas lavouras de tabaco não são observadas. Com isso, compreende-se que as transformações ocorrem de forma semântica na utilização dos dispositivos de requalificação do tabaco, sendo atendidas em parte nas condutas das empresas em alguns momentos em que os rituais são necessários para impedir a emergência da crítica e reafirmar a produção de tabaco.

Entretanto, as críticas apresentadas por Almeida (2005), conforme já descritas no capítulo 02, referem-se à empresa e não ao agricultor, esse último é, por ele, considerado vítima dos baixos pagamentos realizados pelas empresas que o obriga a utilizar toda a capacidade de mão de obra da família, já que a contratação seria inviável. Crítica à qual as empresas respondem indiretamente a partir de divulgações referentes a melhorias no Sistema Integrado de Produção de Tabaco e a qualidade de vida e as conquistas dos agricultores produtores de tabaco ao longo de suas vidas, oriundos da integração e dos ganhos com o tabaco.

Cercada por pés de tabaco, uma casinha de madeira – de tinta marrom surrada pelo tempo e onde a família se reunia em torno do velho fogão à lenha – poderia servir de inspiração para muitos artistas plásticos. Mas essa paisagem bucólica está ficando no baú de memórias. Como o vento minuano, a evolução tecnológica sopra fortemente na zona rural da Região Sul do país. Hoje, televisões, videocassetes, DVDs, microcomputadores, telefones, antenas parabólicas, aparelhos de ar condicionado são apenas alguns dos equipamentos que fazem parte da nova decoração das residências dos produtores de tabaco, que ano a ano conquistam com a renda deste produto mais conforto e qualidade de vida (SINDITABACO, 2013, p. 1).

Com isso, utilizam-se das críticas e das exigências ressignificando-as na medida em que as transformam em condutas amplamente divulgadas a partir de uma imagem positiva de combate ao trabalho infantil, incluindo-se como pioneiros nessas práticas e interpretações. Assim, com algumas mudanças de conduta, reafirmam as relações institucionalizadas em torno do tabaco.

6.2.2 Ações de redução do custo de produção e do impacto sobre o meio ambiente

Como estratégia para amenizar as críticas em relação ao desmatamento, principalmente da mata nativa da Mata Atlântica, em função da necessidade de grande quantidade de lenha para a secagem do tabaco Virgínia, as empresas fumageiras vêm desenvolvendo ações no sentido de incentivar os agricultores ao reflorestamento, bem como, promovem ações de conscientização ambiental. Dentre as ações estão: O incentivo ao reflorestamento por meio do eucalipto e da acácia-negra; movimentos de conscientização, fiscalização e punição com vistas a não utilização de lenha oriunda de mata nativa na secagem do tabaco; projetos de educação ambiental em escolas públicas nos municípios produtores de tabaco; e o incentivo à pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias de secagem do tabaco com maior eficiência energética.

Conforme as críticas apresentadas, a utilização da mata nativa como prática frequente no processo de secagem do tabaco Virgínia é um dos itens de preocupação ambiental que desqualifica a produção de tabaco. Nesse sentido, as empresas fumageiras e o SINDITABACO promovem o incentivo ao reflorestamento das propriedades, com foco para as produtoras de tabaco Virgínia. O incentivo diz respeito à produção da lenha que será consumida pelos fornos de secagem, mas também como fonte de renda e diversificação das propriedades que podem comercializar a madeira para a indústria moveleira, bem como, alegam ser uma iniciativa que contribuirá para a diminuição da quantidade de carbono na atmosfera.

“Com este projeto, estamos oferecendo condições para a produção de madeira também ser utilizada na propriedade, o que reduz os custos da produção do tabaco. Ao mesmo tempo, possibilita o fornecimento de matéria prima para outras indústrias, como a de móveis, e promove o resgate de carbono da atmosfera, com ganhos importantes para o meio ambiente”, afirma Gerson Assmann, diretor de Tabaco da Philip Morris Brasil (PORTAL DO TABACO, 2014, p. 1).

De acordo com o site do SINDITABACO (2016), as ações são realizadas por meio dos orientadores técnicos das empresas, os quais recebem treinamentos sobre o reflorestamento e os programas oferecidos aos produtores rurais. Além disso, eles promovem seminários nas comunidades produtoras de tabaco, promovendo o reflorestamento como forma de economia dos custos de secagem do tabaco, rentabilidade, diversificação e contribuição ao meio ambiente. “Desde a década de 1970, as empresas incentivam a preservação da mata nativa e o reflorestamento para o equilíbrio ecológico, o consumo de lenha sustentável e a comercialização de excedentes como fonte de renda” (SINDITABACO, 2016, p. 1), afirma o site de divulgação e qualificação da cadeia produtiva de tabaco. Além disso, apresentando dados do perfil das propriedades rurais produtoras de tabaco, afirmam que as pequenas propriedades produtoras de tabaco possuem, em média, 27% de cobertura florestal, sendo 16% de mata nativa e 11,5% de reflorestamento, conforme dados coletados pela AFUBRA na safra 2015/2016 (SINDITABACO, 2016).

Dentre as ações, a preservação da Mata Atlântica é um dos temas de um programa criado a partir de um acordo entre o SINDITABACO, a AFUBRA, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente em 2011, o qual é amplamente divulgado pelo SINDITABACO. Os compromissos desse acordo são expressos nos seguintes itens:

- Exigência contratual para que a produção e a comercialização de tabaco estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes, sob pena de rescindir os contratos vigentes;
- Orientação aos produtores pelas equipes de campo das empresas sobre a importância da proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- Monitoramento por satélite de uma área de 6.899,47 km², com o objetivo de acompanhar a evolução dos sistemas de produção e a conservação dos remanescentes florestais em três das áreas de grande importância para a cultura do tabaco no Rio Grande do Sul;
- Confecção e distribuição de 200 mil cartilhas tratando do manejo sustentável das propriedades rurais e o respeito ao meio ambiente;
- Apoio à recuperação de áreas degradadas no município de Segredo (RS) e à conservação do bioma Mata Atlântica por meio de parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (SINDITABACO, 2016, p. 1).

Contudo, as ações de reflorestamento ainda são alvos de críticas por parte da rede antifumo na medida em que destacam que a produção de eucalipto provoca impactos

ambientais nessas regiões. Conforme argumentos, o eucalipto consiste em uma planta exótica que altera a paisagem, o clima e a biodiversidade do território, principalmente na questão de água e solo (ALMEIDA, 2005).

Contudo, o reflorestamento promovido pelas empresas é legitimado pelos órgãos governamentais, seja por programas conjuntos, seja por políticas públicas como o PRONAF reflorestamento. As ações protagonizadas pelo SINDITABACO estão, constantemente, entrelaçadas com órgãos públicos como forma de demonstrar o compromisso do setor fumageiro em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento no entorno dessa cadeia. Assim, torna-se eficaz a tentativa de requalificação desse setor tão criticado nos últimos anos. Como narrativa, o setor expõe que essas são preocupações constantes e não como reflexo das exigências legais promovidas nos últimos anos visto que isso contribui para a redução do custo de produção e para o meio ambiente.

Destacam-se, ainda, as divulgações do SINDITABACO referente às ações de desenvolvimento de tecnologias que promova melhor eficiência energética e com menor impacto ao meio ambiente. Dentre elas, o desenvolvimento e o incentivo à troca das estufas de secagem do tabaco Virgínia com tecnologias antigas por estufas elétricas que consomem menos quantidade de lenha. Nos últimos anos, as estufas de secagem elétricas vêm sendo oferecidas aos produtores de tabaco Virgínia, bem como financiadas pelas empresas integradoras, como incentivo para a diminuição dos custos com a lenha necessária para o fornecimento de calor. De acordo com estudo realizado:

No âmbito tecnológico, merece destaque a automatização das estufas, conferindo maior eficiência, com significativa redução no consumo de lenha. A economia de lenha segundo alguns modelos novos de estufas pode chegar até 70% em comparação com as estufas tradicionais, que consome cerca de 3 a 4 m³ de lenha para a secagem de 60 mil folhas de fumo. Pesquisas estão sendo conduzidas para desenvolver tecnologia para aperfeiçoamento das estufas, tanto objetivando a redução do consumo de lenha como também para a redução do custo de produção na propriedade rural. O principal gargalo para implantação de estufas mais eficientes é a limitação de capital, por parte dos pequenos produtores, para a realização do investimento. De acordo com Hartwig (2009), as estufas com circulação de ar forçado (via energia elétrica) melhoram a qualidade do fumo, consomem menos lenha, facilitam e agilizam o trabalho do agricultor, aumentando assim o lucro da produção (SIMIONI et al., 2015, p. 14).

As estufas elétricas, amplamente utilizadas em outros países começam a adentrar nas propriedades produtoras de tabaco Virgínia no RS e, assim, são incentivadas pelas empresas que se utilizam dessas inovações para promoção da sustentabilidade do tabaco. Estratégia

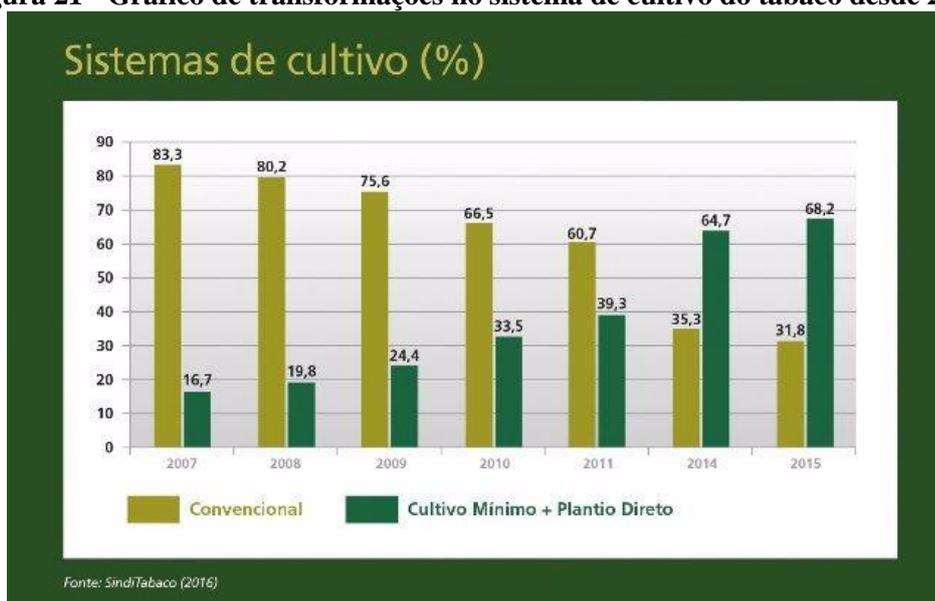
fortalecida por demais ações, como o recolhimento de embalagens dos agrotóxicos e a conscientização do produtor sobre a lavagem e a entrega das embalagens.

Outra estratégia, amplamente divulgada, são os trabalhos de preservação do solo e uso de técnicas conservacionistas, por meio, por exemplo, do plantio direto e do cultivo mínimo.

No cultivo mínimo, o produtor mobiliza o mínimo possível o solo, protegendo parcialmente a sua superfície com resíduos da cultura anterior ou a biomassa resultante dos cultivos de cobertura, com o objetivo de diminuir os riscos de erosão. Já o plantio direto na palha é o sistema de cultivo mais eficiente na proteção do solo. Consiste em evitar o revolvimento do solo, preservando integralmente a palhada dos cultivos de cobertura sobre a sua superfície. Além do aspecto conservacionista, esta tecnologia propicia redução no uso de combustíveis fósseis, redução na mão de obra e aumento da rentabilidade do produtor através da redução de custos (EDITORA GAZETA, 2016, p. 1).

Esses argumentos são utilizados pelos defensores da produção de tabaco como a cadeia que mais tem se preocupado com questões como meio ambiente. Essas mudanças conservacionistas na produção de tabaco vêm ocorrendo, segundo a entidade, como resultado das ações dos orientadores técnicos das empresas fumageiras que buscam transformar as formas tradicionais de produção em técnicas que contribuam para o meio ambiente e a diminuição dos custos de produção. Nesse sentido, o SINDITABACO divulgou uma pesquisa recente sobre as transformações nas técnicas de produção entre os produtores de tabaco, conforme gráfico abaixo.

Figura 21 - Gráfico de transformações no sistema de cultivo do tabaco desde 2007.



Fonte: SINDITABACO (2016).

Os dados acionados pelo setor são usados como forma de reivindicar a modernização da produção de tabaco, tornando-a menos custosa financeiramente e energeticamente. As novas tecnologias também são acionadas com o objetivo de requalificar a produção do tabaco, a partir da diminuição da utilização de produtos químicos. Nesse ponto, as respostas são direcionadas, principalmente, às acusações do tabaco como grande consumidor de agrotóxicos que impactam no meio ambiente e na saúde do trabalhador. Para isso, ações de redução e de promoção dessa redução são realizadas, colocando o tabaco como um dos produtos agrícolas que menos consomem insumos químicos, principalmente agrotóxicos.

Com isso, as ameaças ao setor fumageiro provocadas pelas críticas em relação ao desmatamento e ao excessivo uso de agrotóxicos são transformadas com vistas a promover a cadeia produtiva. A rede ABIFUMO une-se aos órgãos governamentais e de controle para legitimar as ações que os representantes do setor promovem, construindo projetos conjuntos em prol da conscientização dos agricultores integrados, bem como, investindo no desenvolvimento de soluções adequadas para a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética com redução do custo de produção. Responde, assim, tanto à rede antifumo quanto aos agricultores ao apresentarem soluções para os problemas ambientais encontrados no setor. Além disso, apoiados em divulgações, promovem a cadeia produtiva como uma das mais sustentáveis no Brasil.

6.2.3 “A sustentabilidade e segurança na cadeia produtiva do tabaco”: ações de redução do consumo de agrotóxico e de proteção à saúde do Trabalhador

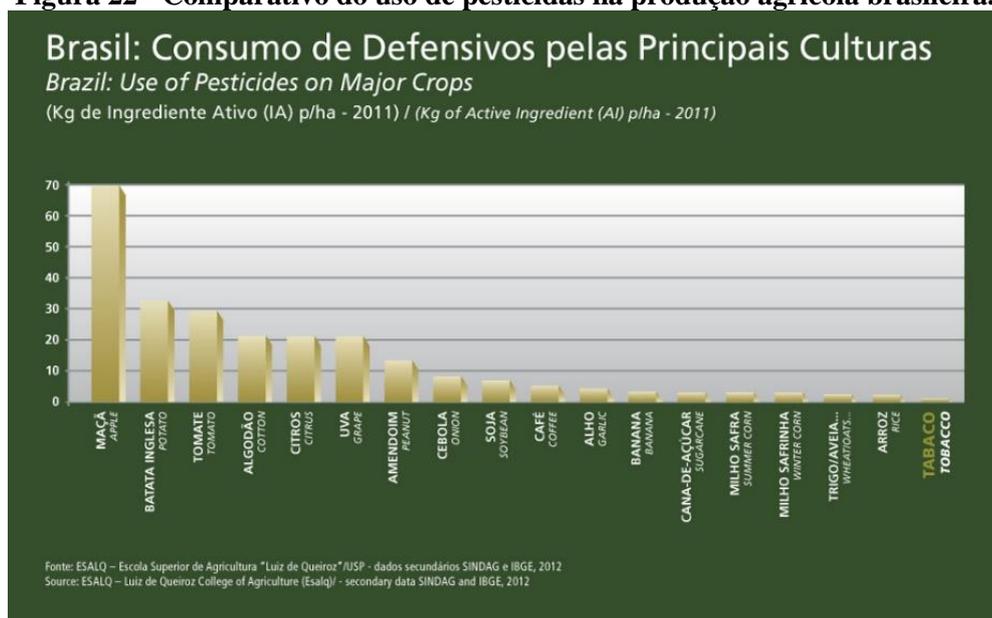
Conforme já apresentado, os impactos sobre o meio ambiente e a saúde do trabalhador são os principais alvos de crítica, principalmente protagonizado pela OMS. Seja pelo uso excessivo dos agrotóxicos, seja pela mais recente argumentação científica da Doença da Folha Verde do Tabaco, a produção de tabaco é desmoralizada por esses malefícios considerados e reivindicados pela rede de atores que mobilizam as críticas. Impactos tanto na saúde humana quanto do meio ambiente são relevantes para os movimentos de crítica e mobilizam respostas significativas das empresas que promovem o tabaco como uma das culturas mais sustentáveis da produção agrícola brasileira.

A preocupação com o meio ambiente é uma constante do setor fumageiro. Ao longo dos anos o setor investe maciçamente na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias seguras e eficazes para a produção de fumos de qualidade e produtividade, com gradual redução no uso de produtos químicos, tanto de fertilizantes como de agrotóxicos, o que resulta em redução de custos, maior rentabilidade e,

principalmente, maior proteção ao produtor e ao meio ambiente. Atualmente, a lavoura de fumo brasileira é a cultura de interesse econômico que menos utiliza agrotóxicos (ABIFUMO, 2016, p. 1).

Esse argumento é confirmado por pesquisas realizadas por universidades, as quais são usadas como forma de legitimar a cadeia produtiva do tabaco. A ABIFUMO (2016) utiliza-se das pesquisas das universidades para solidificar o argumento qualificador da sustentabilidade da produção de tabaco. “Exemplos disso são as pesquisas conduzidas pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) e pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade de Pelotas (UFPEL)” (EDITORA GAZETA, 2016, p. 1). Nessa pesquisa comparam a produção de tabaco com outros produtos agrícolas, principalmente exaltando a produção de alimentos no Brasil com alto uso de agrotóxicos.

Figura 22 - Comparativo do uso de pesticidas na produção agrícola brasileira.



Fonte: SINDITABACO (2016).

O SINDITABACO apresenta, ainda, o quantitativo de redução do uso de agrotóxicos na produção de tabaco, conforme gráfico acima, nas suas reivindicações em defesa do setor. Além disso, promove o Sistema *Float* como uma das técnicas de produção de mudas que contribui de forma significativa para a redução do uso de agrotóxicos. Contudo, como esse sistema também vem sendo criticado, conforme já exposto no capítulo 02, o setor vem divulgando o investimento em novas pesquisas que permitam o aprimoramento do sistema e a maior redução do uso de agrotóxicos na produção do tabaco.

Figura 23 - Gráfico de redução do uso de agrotóxicos na produção de tabaco ao longo dos anos 1991 a 2001.



Fonte: SINDITABACO (2016).

Os orientadores técnicos das empresas fumageiras legitimam essas narrativas trazendo argumentos técnicos dos produtos utilizados na lavoura.

Vem diminuindo. Hoje na verdade, nós usamos três produtos. Usamos na lavoura só o antibrotante, no mato sim, mas esse usa em qualquer cultura. Mas, por exemplo, na lavoura, tirando o *Gamit* que é usado para matar o mato, é usado o antibrotante só [...] E na produção de mudas a única coisa que é usada são dois produtos para podridão e para alguma coisa assim (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Os agrotóxicos também são criticados a partir do impacto da saúde do trabalhador, o que também está direcionado à Doença da Folha Verde do Tabaco. Diante disso, as empresas fumageiras, integradas às ações promovidas pelo sindicato que as representa, divulgam a iniciativa de buscar vestimentas adequadas para a colheita do tabaco, bem como equipamentos que devem ser usados na manipulação dos agrotóxicos. A partir de então, estratégias de conscientização da utilização desses equipamentos são promovidas anualmente pelo SINDITABACO e pelas empresas fumageiras, bem como representantes dos agricultores produtores de tabaco, como a AFUBRA.

O Kit de Vestimenta para Colheita e Manuseio de Tabaco Verde Úmido ofertado para os agricultores pelas empresas, consiste em um conjunto composto por blusa e calça impermeável, além de luvas de Nitrila (SINDITABACO, 2016). O folder informativo entregue aos agricultores e divulgado no site do SINDITABACO informa, ainda, que além da

vestimenta é recomendado o uso de chapéu e calçado fechado (como a bota), no momento da colheita (SINDITABACO, 2016).

De acordo com as divulgações do SINDITABACO (2016), as empresas investiram recursos para o desenvolvimento de vestimentas que assegurassem a saúde do trabalhador e, assim, usam-se dos conhecimentos científicos que são aceitos por toda a sociedade contemporânea como forma de legitimar suas ações. Eles apóiam-se, portanto, nos sistemas peritos legitimados pela sociedade para dar sustentação às suas ações e as suas reivindicações semânticas. A vestimenta específica de colheita do tabaco é fruto de investimentos de pesquisa por parte das empresas, de acordo com reivindicações do SINDITABACO (2016).

A vestimenta de colheita que os produtores recebem ao preço de compra pelas empresas começou a ser desenvolvida em 2009, quando o SINDITABACO contratou uma consultoria especializada* para pesquisa, desenvolvimento e descrição das especificações técnicas da vestimenta. Entre 2010 e 2011, uma segunda empresa** foi contratada, desta vez para avaliar a eficácia da vestimenta, sua segurança operacional e o grau de proteção à Doença da Folha Verde do Tabaco. O estudo comprovou cientificamente que a vestimenta de colheita assegura uma diminuição de 98% da exposição dérmica, sendo considerada altamente eficiente no controle do problema. Além disso, a vestimenta foi desenvolvida prevendo um maior conforto térmico aos trabalhadores (SINDITABACO, 2016, p. 1).

Figura 24 - Folder informativo sobre a Doença da Folha Verde do Tabaco e orientações de segurança.



Fonte: SINDITABACO (2016).

As vestimentas fazem parte do pacote tecnológico que o agricultor compra no início da safra, o qual, no Sistema Integrado de Produção de Tabaco, é fornecido e comercializado pelas empresas. Conforme narrativa do SINDITABACO (2016), as vestimentas são comercializadas aos agricultores ao preço de compra para as empresas.

Figura 25 - Estratégia de conscientização para a utilização dos equipamentos de colheita.



Fonte: SINDITABACO (2016).

Além disso, as empresas promovem-se divulgando os movimentos de conscientização por elas desenvolvidos com seus produtores integrados. “Em 2014, mais de 1,3 mil orientadores agrícolas foram capacitados sobre o tema e distribuíram aos produtores integrados um folder que aborda os cuidados relacionados à doença” (SINDITABACO, 2016, p. 1). Fato que corrobora com as pesquisas realizadas a campo, em que a maioria dos entrevistados já participou de pelo menos uma palestra informativa sobre a importância da utilização de equipamentos de proteção para a colheita do tabaco e para a manipulação com os agrotóxicos, normalmente realizada pelas empresas ou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos municípios estudados.

De acordo com os orientadores técnicos, os agricultores que descumprem as exigências estão sujeitos a sanções.

Aqui o produtor era muito de não usar o EPI para passar o veneno, não usava de jeito nenhum. Aí como a gente tem um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público, eu chego na casa do produtor e ele tá passando veneno e não está usando, eu notifico ele na ficha de visita. Vou reorientar ele, entregar a cartilha de novo do tabaco para fazer toda a parte [...] dá uma hora e pouco de palestra para o cara. Na segunda reincidência, se ele fizer de novo, eu vou rejustificar de novo, vou informar o Ministério Público e numa outra vez ele não é mais produtor da Souza Cruz. Não cumpriu, está fora. E é a mesma coisa com a criança, a criança se não tiver matriculada e não tiver 70% de presença, no outro ano o produtor também sai da empresa (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Ainda no intuito de diminuir o impacto das críticas sobre o tabaco e ressignificar a cadeia produtiva transformando a imagem negativa em uma imagem de setor sustentável

diante de uma sociedade que manifesta preocupações com o meio ambiente e com a saúde pública, as empresas fumageiras investiram no desenvolvimento de uma cultivar de tabaco que pudesse ser cultivada como orgânica. Ação que também está relacionada ao surgimento de uma demanda por produtos orgânicos ou sustentáveis, atendendo, assim, a uma parcela que prefere consumir produtos livres de agrotóxicos.

De acordo com materiais de divulgação, a *Japan Tobacco International* reivindica a protagonização nos primeiros investimentos em pesquisa e produção do tabaco orgânico no Brasil em 2000, quando ainda era chamada Kannenberg & Cia Ltda (JTI, 2014). “Fomos a primeira empresa do setor a implementar e a certificar a produção de tabaco orgânico, conforme normas de produção da comunidade europeia e normas de produção dos Estados Unidos”, destaca o gerente de Agronomia da JTI, Rogério da Costa” (JTI, 2014, p.01). De acordo com a empresa, o tabaco orgânico é transformada em uma marca específica de cigarros que é comercializada no Reino Unido, a qual obedece às regras de certificação orgânicas do Brasil.

Contudo, outras empresas também desenvolvem pesquisas e atuam na produção de tabaco ou fumo orgânico, bem como produtores de tabaco vem aderindo a essa prática, mesmo que ainda em menor quantidade do que o chamado fumo convencional. De acordo com notícias divulgadas pelos meios de comunicação, bem como, em entrevistas com produtores de tabaco orgânico e convencional, as dificuldades estão em maior necessidade de mão de obra, o que direciona o agricultor para diminuição da produção.

O produtor tem grandes expectativas, mas é ciente de que não poderá aumentar muito a produção. “Aumentar muito não dá por causa da mão de obra, porque tem pouca gente, mas o pai está com a ideia de ano que vem parar de plantar o químico e plantar só orgânico” (SANTA CATARINA, 2015, p. 1).

No manejo da lavoura, os Koehler controlam o inço com discagem, aterramento e enxada. São pelo menos duas capinas na plantação ao longo da safra. Algumas espécies, como caruru e picão, são mantidas na plantação para driblar alguma pragas, que preferem essas plantas às folhas de tabaco. Ao redor das áreas cultivadas, barreiras naturais na vegetação protegem as plantas de influências externas, sobretudo dos agrotóxicos usados nas lavouras vizinhas. Segundo o produtor, durante todo o processo são utilizados apenas esterco de peru e produtos orgânicos fornecidos pela empresa, que mantém controle rígido sobre o trabalho (TREICHEL, 2014, p. 1).

Além disso, o solo deve estar livre de compostos químicos, exigindo uma área até então não utilizada pelo produtor rural para o plantio do fumo convencional, um dos principais fatores que dificultam a produção. Nos municípios pesquisados poucas são as

iniciativas de produção, fato que é justificado por um dos orientadores técnicos em um dos municípios.

Um ano, plantou três produtores, mas foi um desastre, porque não podia ser em áreas que já tivessem sido plantado tabaco, no mínimo tinha que estar dois anos sem tabaco. Aí quando tu achava, era um produtor que nunca tinha visto tabaco, aí isso que foi o erro, porque se tivesse colocado um produtor que já conhecesse tabaco, que tivesse uma área”(ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

A restrição do agricultor quanto à maior necessidade de mão de obra também é destacada pelo Orientador Técnico 01, principalmente diante da sua escassez. Assim, ele destaca que nos municípios em que atua, a dificuldade de mão de obra e a pequena área de terra dos agricultores que, portanto, não dispõem de lavoura livre de agrotóxico são os principais entraves para a produção do tabaco orgânico (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

O mercado consumidor do tabaco orgânico em uma das empresas entrevistadas é a Alemanha, o que constitui um mercado ainda muito restrito, mas que pode ser expandido se a empresa tiver oferta de produto, de acordo com o Orientador Técnico 01 (2015). “Eles estão fazendo cigarro de fumo orgânico, só a Alemanha por enquanto. E o projeto inicial era passar de 1 milhão de toneladas para 19 milhões, em três, quatro anos. Aí como não deu certo, seguraram um pouquinho, mas mercado tem. E só é o Brasil e Alemanha que estão produzindo” (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Quanto aos benefícios para os produtores, as empresas divulgam que apesar de seguir a mesma classificação do tabaco convencional, estabelecida por portaria do MAPA, o produtor é bonificado com no mínimo 60% a mais pelo tabaco orgânico, narrativa que é corroborada pelos agricultores. “Eles garantem o fumo todo na linha 1, a bonificação ano passado foi de 60% e esse ano esperamos 100%, não é nada garantido, mas esperamos isso, a linha 1 é garantido, mas o 100% ainda não” (SANTA CATARINA, 2015, p. 1).

Entretanto, a produção de tabaco orgânico utiliza-se de um pacote tecnológico comercializado pela empresa, que garantirá a certificação de acordo com as normas brasileiras. Fato que é criticado pela pesquisadora entrevistada, conforme texto a seguir.

Nós estamos aqui operando com pequenas propriedades familiares, camponesas, mas não com uma lógica tipicamente capitalista e a base dessas pequenas propriedades é produzir de forma diversificada. Dificilmente uma dessas propriedades não tem uma vaca, ou porcos ou galinhas que estão produzindo adubo orgânico. Então olha a perversidade da coisa, a adubação é produzida na propriedade, mas aí foram para o mercado, colocaram o preço que é altíssimo pra compra de adubo orgânico. Mas quem disse que esse adubo tem que ser comprado no mercado? Ele é produzido na própria propriedade. Aí vem a perversidade de novo de todo esse arranjo, fortemente

mercado da indústria química que tá no pacote (PESQUISADORA ENTREVISTADA, 2015).

Essas são ações direcionadas, principalmente às críticas sobre o meio ambiente e a saúde do trabalhador. Dessa forma, a empresa isenta-se das ações críticas e promove uma marca positiva da cadeia produtiva. Visualiza-se, dessa forma, uma tendência à manutenção de produtores integrados que atendam à legislação e aos acordos que as empresas firmaram, bem como produzam com a qualidade por elas exigida, o que será tratado a seguir. Contudo, retoma-se a questão de que, diante da necessidade de mercado, muitas empresas ignoram esses acordos e compram o tabaco sem essa fiscalização.

6.2.4 Ações de Gestão da Propriedade, Mecanização da produção e certificação do tabaco brasileiro: complementos para a qualificação do tabaco interna e externamente

Dentre as ações de requalificação do tabaco, realizadas pela rede em defesa do tabaco, estão iniciativas como de gestão financeira da propriedade, de mecanização da produção de tabaco e de certificação do tabaco de qualidade brasileira. A primeira consiste em uma resposta às críticas oriundas dos agricultores produtores de tabaco quanto ao preço e a lucratividade da produção, o que também está direcionado às críticas externas que acusam as empresas fumageiras de exploração do agricultor. A segunda direciona-se a problemáticas relacionadas ao trabalho ainda manual da produção de tabaco, bem como aos problemas de falta de mão de obra no campo. Por fim, a certificação do tabaco atende a uma demanda de valorização do produto brasileiro diante da competitividade do tabaco produzido em países da África com custos mais baixos.

As críticas referentes ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco são acionadas tanto pela rede antitabaco, quanto por alguns agricultores integrados. Nesse sentido, algumas empresas vêm mudando a sua forma de atuação, principalmente por meio dos orientadores técnicos que passam a atuar menos com a temática agrícola da produção de tabaco e mais com questões de gestão financeira da propriedade.

Relembrando as análises do capítulo 02, uma das principais críticas ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco é o endividamento do produtor integrado com relação à empresa integradora, como uma ferramenta de manutenção da dependência do produtor à empresa e de continuidade da produção de tabaco. Diante disso, a Souza Cruz responde às acusações sobre o endividamento criando um sistema de aprendizado sobre gestão financeira

aos seus integrados. Dessa forma, a empresa reivindica: “Hoje, os produtores integrados à Souza Cruz têm baixo nível de endividamento, graças ao aprendizado e à consequente melhoria na gestão de recursos, o que possibilita aumento na rentabilidade (SOUZA, 2014, p. 16)”. O programa é realizado em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), o que, de acordo com a divulgação (SOUZA, 2014) permite que o produtor integrado tenha melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis e, assim, aumente a lucratividade.

Em entrevista realizada com orientadores técnicos, a mudança na atuação das empresas nessa direção é acionada e reivindicada como pioneirismo no que tange a empresa Souza Cruz.

E agora a nova filosofia da empresa, o novo conceito de sistema integrado, que a Souza Cruz é muito forte nisso, a parte técnica vai ficar um pouco de lado, nós vamos fazer o produtor administrar sua propriedade. Ele vai saber o custo de cada coisa na sua propriedade, já tem o projeto piloto e está se estendendo para os demais (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

O projeto é realizado ainda como piloto e ocorre por meio do acompanhamento de produtores que aceitaram fazer parte do programa. De acordo com a narrativa do orientador técnico, o objetivo “é mostrar para o produtor o que está dando lucro dentro da propriedade dele. Tornar a propriedade dele, uma empresa e dar visibilidade ao fumo” (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015). As motivações da empresa para essa ação, segundo entrevista, também estão direcionadas à concorrência de demais empresas fumageiras, as quais, muitas vezes atuam com compra sem contrato. Quando da entrada dessas empresas, o produtor rural integrado passou a não cumprir os contratos estabelecidos e comercializar de acordo com o preço ofertado em cada empresa, constituindo o que é conhecido entre eles como “desvio”. “Então a empresa agora está criando isso, para mostrar para o produtor que o fumo dá e a parceria que ele tem com a empresa não é para um ano, é uma parceria para 10, 20, 40 anos” (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015). Dessa forma, essa empresa reivindica maior proximidade com o produtor rural integrado e, ainda vem atuando na relação estabelecida pelo Sistema Integrado de Produção de Tabaco.

Outra forma relatada por uma das agricultoras entrevistadas é o financiamento da safra com a lucratividade da safra anterior. Esse sistema foi relatado pela agricultora de 26 anos.

A gente assim antigamente fazia o pedido pra firma de todos os produtos pra produzir o tabaco e pagava a conta com a safra. Agora não, agora a gente tá praticamente pagando toda a nossa dívida no ato de fazer sabe [...] E eles já tão fazendo com que a gente fique independente, porque esse valor que a gente financiava pro próximo ano, tinha que financia no banco federal, sendo assim a

gente fica independente no caso do banco, porque o governo quer cortar esse financiamento, então a gente paga a nossa conta antes pra ficar independente disso (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).

A prática é referente, apenas, a uma empresa, a qual é acionada tanto pelo orientador técnico, quanto pelo agricultor integrado como a pioneira nas ações que depois, normalmente, são adotadas por outras empresas.

Eles já tavam avisando e falando sobre isso, e aos poucos eles foram, um ano 5%, outro ano tu ia pagar 10% e ia aumentando pra gente ir se acostumando com a ideia de ir pagando a nossa própria conta antes, e agora já ta indo quase 100%. Ai tu entra na próxima safra sem ter dívida da antiga, mas ai já vai quitar a próxima (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).

No que se refere à mecanização da produção, principalmente relacionada à fase de colheita do tabaco, vem sendo tema no Brasil, não apenas como resposta às críticas sobre a saúde do trabalhador, mas como forma de tornar atrativa a produção em um contexto de agricultura mecanizada. Acredita-se, internamente ao setor, que a produção agrícola manual, a qual é compreendida como um trabalho mais penoso, não é atrativo, principalmente para a permanência do jovem na atividade. Dessa forma, iniciativas de experimentação e apresentação de tecnologias de colheita do tabaco vêm sendo realizadas no sul do Brasil tendo, ainda, poucos adeptos.

Figura 26 - Máquina colheitadeira de tabaco Burley.



Fonte: JTI (2015).

A colheitadeira de tabaco Burley já faz parte da realidade dos produtores Evandro Kasten, 24 anos, e seu pai, Valdemar Kasten, 55, moradores de Linha Paleta, interior de Arroio do Tigre (RS). O equipamento, adquirido no final de 2014, já alcança os primeiros resultados positivos, como a redução no número de pessoas no momento

da colheita. “Antes ia com mais seis pessoas para colher o tabaco. Agora vou sozinho para a lavoura”, comenta Evandro (JTI, 2015).

Figura 27 - Máquina de colher tabaco Virgínia sendo experimentada em Santa Catarina



Fonte: Gazeta de Itaiópolis (2013)

A utilização de máquinas de colheita do tabaco, tanto Burley quanto Virgínia, é uma realidade em países como EUA e Itália. Contudo, representantes dos agricultores temem as consequências que a mecanização pode trazer à agricultura familiar produtora de tabaco. De acordo com o presidente da FAESC (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina),

A dificuldade em aderir à mecanização pode prejudicar os pequenos produtores pelos altos investimentos necessários e pelas condições topográficas. A utilização de máquinas é possível em áreas de pouco declive e a maioria dos pequenos produtores tem áreas muito acidentadas (BEDIN, 2014, p. 1).

Iniciativas que possibilitarão a maior atratividade para a produção de tabaco que vem sendo desvalorizada não apenas pelas críticas, mas pela exigência de mão de obra e trabalhos ainda bastante manuais diante da mecanização da agricultura brasileira. Nesse sentido, há especulações relacionadas à produção de tabaco em larga escala no nordeste brasileiro. Um vídeo da Philip Morris vem sendo divulgado nos meios digitais demonstrando uma fazenda

produtora de tabaco na Bahia, a qual se baseia em um sistema totalmente mecanizado com utilização de mão de obra assalariada de 300 funcionários que cultivam 3600 hectares de tabaco. O vídeo foi compartilhado nas redes sociais, entre um grupo no Facebook, chamado Produtores de Fumo. O vídeo gerou grande polêmica nesse espaço demonstrando uma possível trajetória futura da fumicultura brasileira.

Da questão do fumo, a tendência é eles mudarem a tecnologia. Lá pro centro do Estado já tem grandes lavouras de fumo que estão sendo testadas para produzir em larga escala, em grandes lavouras. Então a tendência é eles migrarem pra lá e abandonarem aqui, mais ou menos como aconteceu em Três Cachoeiras, que da noite pro dia eles abandonaram tudo e os agricultores ficaram com dívidas e com fome (REPRESENTANTE DA EMATER-RS 06, 2015).

Por outro lado, na direção de promover o tabaco brasileiro no comércio internacional e garantir a qualidade do produto, a recente iniciativa de certificação do tabaco vem ganhado espaço na agenda brasileira. O tabaco brasileiro é conhecido internacionalmente pela sua qualidade, o qual também possui um preço baixo ao competir com outros países produtores. Contudo, nos últimos anos, o aumento do custo de produção no Brasil, aliado ao crescimento da produção de tabaco em países do continente Africano com qualidade semelhante à brasileira e com menor custo de produção vem abalando o comércio internacional.

Com a visão de parte do mercado internacional, o qual não visa apenas preço, mas também a chamada responsabilidade social e ambiental, levada em consideração por parte do mercado consumidor e criada como forma de responder às críticas sociais e ambientais do setor, criou-se no Brasil, a certificação da Produção Integrada Agropecuária.

O tabaco brasileiro já é um produto de elevado padrão de qualidade e integridade, mas agora pode contar com uma chancela oficial que certifica que a produção foi obtida de forma segura e sustentável, com reduzido impacto ambiental, maior responsabilidade social e rastreabilidade garantida (SINDITABACO, 2016, p. 1).

O programa Produção Integrada de Tabaco é estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desde 2014 e “assegura que a produção foi desenvolvida de acordo com menores impactos ambientais e sociais” (MONTEIRO, 2015, p.01). Além disso, a rastreabilidade permite o conhecimento do consumidor sobre todos os processos de produção do tabaco adquirido.

A Produção Integrada Agropecuária – PI Brasil é um programa desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e é um programa oficial do governo brasileiro, onde a produção é auditada com base nas Normas Técnicas Específicas da Produção de cada produto e daí, recebe a certificação de um

organismo acreditado pelo CGCRE, órgão vinculado ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), através da Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro, com um “selo” que assegura a produção de acordo com as normas técnicas, visando disponibilizar aos consumidores produtos seguros (SINDITABACO, 2016, p. 1).

O programa ainda está em processo de implementação, mas o SINDITABACO já vem atuando na sua divulgação e trabalhando para a aceitação dessa estratégia. Projetos pilotos vêm sendo realizados e acionados pelas empresas como forma de qualificação da cadeia produtiva do tabaco.

O dia 12 de fevereiro de 2016 ficará marcado na história do setor de tabaco, principalmente para a Souza Cruz. Nesta data a empresa concluiu, de forma pioneira, o processo de certificação da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (SINDITABACO, 2016, p. 1).

A Certificação, portanto, não atende a uma exigência da legislação, mas a uma exigência de mercado diante da competitividade internacional. “Embora não seja uma exigência legal, a certificação e a rastreabilidade do tabaco ainda poderá assegurar a competitividade do produto brasileiro no mercado externo. Frente à ameaça da produção africana, essas ações podem ser um diferencial em um futuro próximo” (MONTEIRO, 2015, p. 1). Constitui uma forma de qualificação do tabaco na qual se pode identificar a posição que pode ser compreendida como ambígua do governo brasileiro diante das questões relativas à produção de tabaco, o que será tratado no último item desse capítulo. Identificam-se, portanto, mudanças no setor fumicultor a partir de transformações no ambiente concorrencial internacional no sentido de manter a produção de tabaco no Brasil a partir de um processo de melhoria das condições de trabalho e de produção, bem como, de garantias legais para a qualidade do produto, pelo menos nas reivindicações semânticas.

Por um lado, o treinamento dos agricultores quanto à gestão da propriedade, como mudança na ação dos orientadores técnicos, responde aos questionamentos dos agricultores que, por vezes, refletem sobre a realidade da lucratividade do tabaco em suas propriedades, bem como, respondem às críticas da rede antitabaco sobre a dependência, endividamento e pobreza dos agricultores familiares produtores de tabaco. Por outro lado, a mecanização da produção de tabaco busca responder às críticas dos agricultores quanto ao trabalho penoso e braçal da produção de tabaco em um contexto agrícola mecanizado. Entretanto, a certificação do tabaco brasileiro, enquanto uma ação em aliança com instâncias do governo brasileiro, visa valorizar o produto brasileiro diante da concorrência internacional em que custos mais baratos são encontrados no contexto produtivo do século XXI. Dessa forma, seja como resposta às

críticas, sejam a partir de transformações no ambiente, as empresas vêm mudando suas condutas em busca de garantir a continuidade da produção de tabaco no Brasil.

6.2.5 “A empresa incentiva a diversificação”: diferentes interpretações sobre a diversificação e o desenvolvimento

Como uma das importantes estratégias adotada pela rede em defesa do tabaco, destaca-se o jogo interpretativo e semântico entre a crítica e a confirmação em torno do desenvolvimento e da diversificação. Questionada sobre a geração de desenvolvimento, a cadeia produtiva do tabaco foi colocada à prova na medida em que vai sendo desqualificada pela dependência dos agricultores à produção e à renda do tabaco. Dessa forma, a formulação da crítica recai sobre a interpretação de que o desenvolvimento é inversamente proporcional à monocultura, sendo, portanto, a diversificação dos meios de vida a forma de promoção do desenvolvimento. Entretanto, a rede em defesa do tabaco, no jogo semântico entre a crítica e a confirmação, desencadeou uma série de dispositivos promocionais com vistas a confirmar e enfatizar a produção diversificada das propriedades produtoras de tabaco, como resultado do incentivo das empresas fumageiras e demais entidades como a AFUBRA e, portanto, destacam o desenvolvimento das propriedades e das regiões produtoras de tabaco.

Retomando brevemente a discussão já apresentada, a diversificação e o desenvolvimento das propriedades fumicultoras vêm sendo tema de diversas pesquisas sob diferentes pontos de vista científicos. Redin (2011) identificou em seu estudo em Arroio do Tigre-RS, a diversificação como parte da vida dos agricultores familiares produtores de tabaco. Isso significa que o tabaco é o carro chefe da propriedade, acompanhado de estratégias de reprodução complementares, principalmente baseadas na subsistência familiar e comercialização do excedente. Sob outro ponto de vista, Prieb (2005), em estudo realizado no Vale do Rio Pardo, destaca a diversificação das famílias fumicultoras a partir da venda da força de trabalho em atividades ligadas ao CAI Fumageiro, não apenas relacionado à produção agrícola.

Por outro lado, alguns estudos demonstram a gradativa especialização das propriedades na produção de tabaco e o abandono à produção diversificada, o que coloca os agricultores em uma situação de dependência ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SCHNEIDER, 2010; FREITAS, 2015). Como já exposto no capítulo 02, o movimento em torno da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco baseou-se no debate em torno do

significado de desenvolvimento rural, apostando na diversificação como sua forma propulsora.

Nesse cenário, o desenvolvimento rural distancia-se dos significados relacionados às mudanças tecnológicas e ao aumento da produtividade, sendo acionado como qualidade de vida e o fortalecimento dos meios que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem (SCHNEIDER, 2010). De acordo com a interpretação de Schneider (2010), a diversificação dos meios de vida pode ser uma alternativa viável para a saída das famílias rurais da condição de pobreza e de vulnerabilidade. Percebendo as condições de vulnerabilidade dos agricultores familiares fumicultores, a implementação de alternativas economicamente viáveis e sustentáveis ao cultivo do tabaco constituem uma forma de ampliar as capacidades e a liberdade de escolha, o que não deve estar restrito apenas às concepções de produção e rentabilidade, mas com vistas à melhoria dos aspectos relacionados ao modo de vida das famílias agricultoras (SCHNEIDER, 2010).

Sob esse ângulo, a diversificação consiste em uma multiplicidade de processos que envolvem a busca pelo desenvolvimento rural destas regiões. Para Schneider, Perondi, Gregolin(2009), a diversificação não implica apenas em organizar as etapas da produção ou ampliar a quantidade de atividades inerentes nas unidades produtivas. Schneider, Perondi, Gregolin (2009) apontam a necessidade de estratégias de diversificação que constituam alternativas economicamente viáveis e sustentáveis ao cultivo do tabaco, as quais devem constituir iniciativas, ações e políticas que objetivam mudar (qualitativa) e transformar (quantitativa) aspectos culturais e econômicos dos agricultores familiares fumicultores. Constituem, assim, ações que visam transformar as concepções cognitivas as quais perpassam as relações dos agricultores arraigados às representações de uma tradição, de uma identidade de produtores de tabaco.

Sob a ótica da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e do Programa Brasileiro de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, a diversificação e o desenvolvimento corroboram com as interpretações expostas acima. Com isso, o Estado tem a função de desenvolver ações com vistas a alternativas economicamente viáveis e sustentáveis para os agricultores produtores de tabaco, como suporte à gradativa diminuição da demanda de consumo esperada com a CQCT. No âmbito do Programa Brasileiro, o Estado atua na direção do desenvolvimento sustentável, da segurança alimentar, da diversificação produtiva e da participação social (MDA, 2016). Por parte do Estado, o representante do MDA expõe que o objetivo não é combater a produção de tabaco, mas proporcionar aos fumicultores alternativas à produção com vistas a prepará-los para a gradativa diminuição do consumo do

tabaco, bem como, a diversificação dos cultivos como alternativa de renda aos fumicultores (essa gramática não se restringe ao programa, sendo acionada também pelas demais políticas e programas do MDA) (ZIMMERMANN, 2009).

Contudo, observa-se que, adotando os discursos da CQCT, as empresas fumageiras intensificaram o apoio à diversificação nas lavouras de fumo, apoiadas pela AFUBRA, afirmando o papel do tabaco como um dos elementos da diversificação e a sua importância para o desenvolvimento econômico e social do sul do Brasil. “Somos favoráveis à diversificação, mas mantendo o tabaco como um dos produtos no meio rural” (SINDITABACO, 2013). Desta forma, buscam reivindicar que a indústria tenha espaço para discutir os acordos e as Políticas Públicas em torno da CQCT. “Sabemos que as propostas brasileiras poderão servir de base para a aplicação dos artigos, e por isso, é fundamental a participação do setor para entender o que de fato se propõe a diversificação expressa no acordo” (SINDITABACO, 2013).

Com isso, no jogo semântico entre a crítica e a confirmação, as redes anti e pró-tabaco travaram uma disputa entre as interpretações e condutas do desenvolvimento e da diversificação. Conceitos que, sob diferentes interpretações, passaram a ser acionados nas narrativas de crítica ou justificação, a partir de diferentes objetos e experiências vividas. Nesse emaranhado, a rede em defesa do tabaco coloca esse cultivo como um elemento importante na diversificação das propriedades agrícolas familiares, bem como apontam a sua importância no desenvolvimento econômico e social do sul do Brasil. “Somos favoráveis à diversificação, mas mantendo o tabaco como um dos produtos no meio rural” (SINDITABACO, 2013).

A palavra diversificação ganhou maior destaque na última década, principalmente em virtude das últimas ações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. O que muitos antitabagistas não sabem é que ela faz parte do glossário da cadeia produtiva do tabaco há várias décadas. Diversificar a propriedade, dando autonomia ao produtor para optar pela melhor fonte de renda, tornando-a sustentável, sempre foi uma abordagem das indústrias que o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco) representa (SCHÜNKE, 2015, p. 1).

Corroborando com as afirmações de Zimmermann (2009), as empresas fumageiras vêm incentivando os fumicultores a diversificarem com culturas alternadas ao tabaco, transformando em oportunidade o que poderia ser uma ameaça.

A diversificação de culturas nas propriedades onde o tabaco é produzido já é incentivada há décadas pelo setor como forma de complementar a renda dos produtores. A orientação ganhou reforço nos últimos anos por meio de parcerias

com entidades públicas. Atualmente, de acordo com dados da Afubra, apenas 17,6% da área média total da propriedade é utilizada para o cultivo do tabaco. O restante é reservado para outras atividades agrícolas ou pecuárias (milho, feijão, soja, criação de animais, pastagens, açudes e florestas – nativas e de reflorestamento) (SINDITABACO, 2016, p. 1).

Fato que corrobora com a atuação dos orientadores técnicos, conforme descrição da sua atuação. Seja como produção comercial, seja como produção para autoconsumo, os orientadores são orientados a incentivar a diversificação nas propriedades dos seus agricultores integrados.

Tu orienta o produtor que hoje ele tem que buscar alternativas, independente de cultura. Hoje quando tu está somente numa cultura tu corre muito risco, porque a cultura na agricultura é muito influenciada pelo clima, então corre o risco de tu não produzir, porque tu está só ali. Hoje na propriedade rural se tu não tiver uma horta para teu consumo, não criar alguma coisa para seus sustento, o custo vai aumentar (ORIENTADOR TÉCNICO 03, 2015).

Os discursos da AFUBRA e do SINDITABACO fortalecem o tabaco como fonte de renda para manter as famílias no campo, o que é corroborado por alguns governos estaduais e municipais. No que tange a representação dos agricultores, a AFUBRA não assume uma posição de combate ao tabaco, salvaguardando a posição deste por meio de justificativas socioeconômicas de sua importância (ZIMMERMANN, 2009).

Então pra nós assim, como receita do produtor, como receita dos próprios municípios, como receita da comunidade, como receita de Estado e de país é uma atividade muito importante. Ela traz o desenvolvimento pra aquelas regiões, ela traz o desenvolvimento para o produtor de tabaco, muitos produtores de tabaco têm hoje filhos, netos, tem filhos embaixadores, juizes, filhos em tantas outras profissões porque o tabaco ele deu condições para a família dar condições aos filhos ter uma vida diferente do que ele tem [...] Então não tem como nós, representação dos produtores, simplesmente aceitar que o cigarro faz mal e aí tem que parar toda uma cadeia que gera para os produtores mais de 5 bilhões de reais (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

Ao posicionar-se favorável ao tabaco e também à diversificação, a AFUBRA corrobora com a posição das empresas fumageiras em colocar o tabaco como um item de diversificação da agricultura familiar. Essa defesa refere-se, portanto, a interpretação de que o tabaco é o produto que mais confere renda ao pequeno produtor, conforma institucionalização analisada no capítulo anterior.

Tem em Dom Feliciano foi feito um projeto lá, mas tanto quanto eu sei, em torno de 100 entraram no projeto e hoje não sei se tem 12 ou 15, por quê? Porque não dá a receita que o produtor precisa ter pra ter um conforto que o fumo traz pra ele (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

Além da argumentação financeira que justifica essa interpretação, o representante da AFUBRA demonstra os projetos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em busca da diversificação como dispositivo argumentativo que demonstra o fracasso de proposições como hortifrutigranjeiros em municípios distantes de grandes centros consumidores. “[...] Mas, pra quem mora num mercado consumidor próximo é muito mais lucrativo do que pra quem não mora, produzir verduras, produzir frutas, então isso aí é uma questão” (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

Com isso, a AFUBRA reivindica, assim como o SINDITABACO, que a diversificação é pauta de debate e projetos dentro da organização há muito tempo. Segundo o representante da AFUBRA (ENTREVISTA, 2015), as lojas comercializam produtos para diversas culturas, além de disponibilizar uma equipe técnica para auxiliar os associados na produção de outras culturas, tendo em vista que a orientação técnica na produção de tabaco é realizada pelas empresas fumageiras. Além dessas ações mais antigas, o direcionamento mais recente dos projetos da AFUBRA, de acordo com seu representante, está na busca de mais culturas economicamente viáveis para as propriedades fumicultoras. Ações que são demonstradas, por exemplo, na Expoagro AFUBRA.

Então nós temos algumas regiões que isso está muito forte dentro da pequena propriedade. Ou eles têm o tabaco consorciado com leite ou com aves ou com suínos e tem alguns que hoje tem gado de corte porque se pode produzir em confinamento. Então você produz as rações, a pastagem, faz silagem e aí você tem condições de também. É viável na pequena propriedade. Então tudo isso ali a gente está trabalhando em cima da diversificação (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

Promovida pela AFUBRA desde 2001, a Expoagro AFUBRA é uma feira realizada anualmente para reunir os agricultores e empresas, bem como mostrar as pesquisas realizadas pela AFUBRA e demais inovações para o meio rural. Constitui também em um espaço de debate sobre as diferentes temáticas que envolvem o rural, dentre elas a situação problemática em torno da produção de tabaco e alternativas de diversificação para os agricultores produtores de tabaco. “A própria Expoagro, é uma escola a céu aberto. O produtor vai lá e passa no IRGA, passa na EMBRAPA, passa na FEPAGRO que é um órgão de pesquisa do RS e a EMBRAPA é a nível nacional. Tem a Emater que tem diversas culturas na sua propriedade” [...] (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

O resultado dessas ações é continuamente monitorado com dados coletados pela própria organização AFUBRA entre os produtores de tabaco. O representante da AFUBRA compara os dados de 2005 e 2006 com 2013, em que ele demonstra a queda da participação

do tabaco na receita familiar de 73% para 53%, enquanto a produção animal aumentou de 16 para 23% e a vegetal de 11 para 21%. Dentro da produção vegetal, além do milho e do feijão, a soja vem avançando em áreas produtoras de tabaco que possuem terreno específico para tal, visto que o preço está atrativo ao produtor (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015).

A produção de milho e de feijão na mesma área da produção de tabaco, após a sua colheita é uma das principais bandeiras da diversificação levantada pela AFUBRA e o SINDITABACO, o que é realizado há mais de 20 anos. Essas ações vêm sendo realizadas em parceria com órgãos públicos, conforme narrativa do presidente do SINDITABACO.

Figura 28 - Marca do Programa Milho e Feijão Após a Colheita do Tabaco.



Fonte: SINDITABACO (2016).

Em solenidade de renovação do Programa Milho e Feijão após a Colheita do Tabaco³ na Expoagro AFUBRA 2014, a fala do presidente do SINDITABACO revela as interpretações sobre as ações de diversificação.

Desde a década de 70 já incentivávamos o reflorestamento como forma de complemento de renda. **Para a indústria um bom produtor é o diversificado.** O tabaco vai continuar, por muitos anos, sendo a principal fonte de renda na agricultura familiar. Nosso incentivo à diversificação com o plantio de milho e feijão vem no sentido de aproveitar a adubação, preservar o solo, contribuir para a segurança alimentar das famílias produtoras e agregar renda. Estamos confiantes que este trabalho será ainda maior com o apoio das nossas empresas associadas e de suas equipes de campo que atualmente formam um contingente de 1,4 mil profissionais em toda a Região Sul do País. (PROGRAMA, 2014, p. 1, grifo nosso).

³ O Programa tem a parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, MAPA, FARSUL, FETAG e AFUBRA (PROGRAMA, 2014).

Dentre as vantagens desses programas, o SINDITABACO aponta: o “incentivo à diversificação sustentável da agricultura familiar; a proteção do solo e manejo integrado de pragas e doenças; a redução de custo de adubação da safrinha de grãos” (SINDITABACO, 2015, p.01), além de segurança alimentar para as famílias produtoras de tabaco e a geração de uma renda extra na propriedade.

Digamos assim, que o pessoal está dizendo um pouco que a empresa⁴ está matando a diversificação. Mas não é, a empresa incentiva a fazer isso. Lá em Canguçu estamos fazendo açude para criar peixe, estamos financiando, estamos financiando pomares, estamos financiando eucalipto, um pouco para a subsistência da própria estufa, para não desmatar e outra para vender também, porque o eucalipto hoje a gente está considerando como um baita dinheiro. Então a Souza Cruz está cuidando disso e financiando (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

A atuação dos agricultores produtores de tabaco vem ao encontro da narrativa das empresas referente ao programa, pois todos os agricultores que produzem tabaco, entrevistados para essa pesquisa, produzem o milho⁵ após a colheita do tabaco, sendo menos frequente a produção de feijão. Em poucos casos o milho é comercializado, sendo principalmente utilizado para o consumo da família na alimentação de galinhas, porcos, gado de leite e de corte.

Nas entrevistas com os atores que fazem parte da rede em defesa do tabaco, observa-se, portanto, a afirmação das propriedades fumicultoras como diversificadas. Ora essa diversificação está relacionada à produção para autoconsumo, ora para produções destinadas a composição da receita da propriedade, conforme narrativa do representante da AFUBRA, apresentando acima. Entretanto, a resposta à crítica direcionada à especialização das propriedades produtoras de tabaco, não acusa a produção de tabaco, mas os atores em defesa do tabaco acionam a questão da área da propriedade e da mão de obra da família, fatores que não estariam relacionados apenas à produção de tabaco, mas ao contexto da produção agrícola brasileira. Assim, quanto menor a propriedade, mais é a produção para o autoconsumo, sendo a diversificação da receita mais desenvolvida por propriedades que possuem um pouco mais de terra (REPRESENTANTE DA AFUBRA/ENTREVISTA, 2015). Fato corroborado pelas narrativas dos orientadores técnicos.

⁴ O nome da empresa, mencionado pelo orientador técnico nas entrevistas, foi substituído pela palavra ‘empresa’ por opção da pesquisadora.

⁵ A produção de milho, em muitos casos, é financiada pelo PRONAF Custeio, bem como é assegurado pelo PROAGRO.

Hoje a maioria dos produtores tem a questão da pequena propriedade, então é aquela cultura e não tem mais terra para conseguir produzir. Então eles pegam uma cultura, porque é aquilo que eles conseguem produzir na propriedade. Aí tu pega o produtor que tu vê que tem mais área, aí sim, ele tem o gado, a soja. Só que tem muito produtor que tem aquele tanto de terra que vai ter de ser produzido o fumo, ou é o fumo ou é outra coisa. Esse é o motivo de não ter tanta diversificação (ORIENTADOR TÉCNICO 02, 2015).

Aspecto corroborado pelas observações da representante da Emater de um dos municípios pesquisados. A entrevistada relata que a diminuição da diversificação é mais generalizada no município, não sendo restrita aos produtores de tabaco, principalmente com culturas relacionadas à renda familiar (REPRESENTANTE DA EMATER 01, 2015). “Quem produz diversificado assim são aqueles bem pequenos, quanto menores, mais diversificados são. A produção que eu digo de alimentos né. Pra autoconsumo” (REPRESENTANTE DA EMATER 01, 2015). Além disso, compreende que a diversificação depende do perfil das famílias, a qual não está diretamente relacionada à produção de tabaco. “Alguns se especializam, depende muito do perfil da família. Tem aqueles que já têm o perfil pra desenvolverem várias atividades na propriedade, e tem aqueles que vão por um caminho e vão ficar só no fumo, só no leite, só na soja, independente da atividade (REPRESENTANTE DA EMATER 01, 2015).

A EMATER-RS, nesse espaço de disputa, atua na direção da compreensão da realidade de cada município, não combatendo a cultura do tabaco, mas buscando atender aos produtores familiares com incentivo à produção para o autoconsumo e na busca por alternativas de geração de renda. Nesse ponto, entende a importância da diversificação no sentido tanto da subsistência familiar na direção da segurança alimentar, quanto na diminuição da dependência da renda do tabaco, assim como de outras produções. Observou-se, a campo, que nos últimos anos, a EMATER-RS aproximou-se das famílias produtoras de tabaco, seja como executor de programas específicos como o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, seja com demais projetos como o Programa de Promoção da Agricultura Familiar Sustentável, o projeto Quintais Orgânicos promovido pela EMBRAPA.

A orientação que a gente tem é que a gente não interfira na cultura do tabaco. Uma coisa que a gente faz assim é fomenta a substituição ou pelo menos a diversificação com muito cuidado [...] se fala muito, se discuti muito né, só que temos que ter o pé no chão. Aquilo que eu disse, como é que tu vai tirar o agricultor de uma atividade que ta rentável, apesar de a gente saber o que aquilo causa nele, a dependência, as vezes total daquele produto ali. Sabe que a gente vê, e “a não foi um ano bom” e tu vê o produtor derrotado né. Então essas coisas tu tem que ter cuidado, tu aborda o tema, mas com muito cuidado (REPRESENTANTE DA EMATER 01, 2015).

Além disso, observa-se nas entrevistas que, a EMATER - RS é a organização procurada pelos agricultores quando esses passam a pensar em diversificar a propriedade, seja para a geração de mais renda, seja porque estão cansados da produção de tabaco (REPRESENTANTE DA EMATER 02, 2015).

Com isso, a justificção em torno do desenvolvimento das regiões e das propriedades que trabalham com o tabaco, acionada pelos agricultores entrevistados e seus representantes, conforme capítulo anterior, é reafirmada pela representação das empresas fumageiras e demais atores da rede em defesa do tabaco. Esses, portanto, utilizam-se dos argumentos que fundamentam a crítica em torno da diversificação como forma de geração do desenvolvimento rural, acionando dispositivos e narrativas que demonstram a diversificação das propriedades produtoras de tabaco e o incentivo promovido pelas empresas fumageiras e demais atores da rede. Assim, seja pela afirmação de que a propriedade produtora de tabaco é diversificada, seja pelas narrativas de mudança nas regiões e propriedades nos últimos anos, o tabaco é acionado pela rede em defesa do tabaco como propulsor do desenvolvimento. “E se tu olhar no nosso interior, nosso produtor vive bem. Aqui, vamos dizer assim, se tu fosse há dez anos atrás, tu acha que desenvolveu 1000% e nesse lado aqui eu tenho certeza que foi só por causa do fumo” (ORIENTADOR TÉCNICO 03, 2015).

A área que eu atendo, tem muitos produtores que dá para dizer que eles mudaram da água para o vinho, em qualidade de vida. É uma casa muito melhor que eles têm, com conforto dentro, um carro do ano, tratores, equipamentos. O produtor a cada ano vem evoluindo, por isso que esses que conseguiram ter uma boa safra, acabaram se fixando no interior e não foram embora porque começaram a ter vantagem. A grande parte da juventude, se tu perguntar se eles querem ficar no campo, muitos vão dizer que se tiver uma oportunidade melhor, vão sair, mas outros dizem: não, é aqui que eu tô, aqui que eu nasci e aqui estou evoluindo. Não tem como medir se foi 10%, 20%, 80%, mas tu enxerga a olho nu as mudanças. Se tu fala com o produtor ele vai dizer que tudo que adquiriu foi graças a cultura do tabaco (ORIENTADOR TÉCNICO 03, 2015).

Já, na narrativa da representante da EMATER-RS, o desenvolvimento tem dupla compreensão. Assim, destaca que se compreender o desenvolvimento como econômico, as propriedades produtoras de tabaco desenvolveram-se nos últimos anos. “Na questão tecnológica sim, tu vê as propriedades equipadas, com equipamentos, com a estrutura de casa, de carro, de acesso a meios de comunicação” (REPRESENTANTE DA EMATER-RS 01, 2015). Fato que, na opinião da representante da EMATER-RS, não ocorreu quando se trata do desenvolvimento sustentável.

Mas, assim, aquele desenvolvimento, eu acho, sustentável sabe, não. Apesar de eles terem uma boa atividade econômica, mas eles são muito dependentes de fora, de insumos de fora da propriedade, de alimentos de fora da propriedade (REPRESENTANTE DA EMATER 01, 2015).

Dessa forma, a temática da diversificação e do desenvolvimento é acionada tanto nas instâncias de crítica quanto de confirmação institucional, por meio de objetos e interpretações diferenciadas que conformam o jogo semântico em torno do tabaco. Nesse, as empresas conseguiram transformar as críticas em oportunidade de requalificação do tabaco e assim, reafirmando as instituições vigentes que permitem manter e fortalecer o sistema de produção de tabaco.

6.3 A POSIÇÃO AMBÍGUA DO GOVERNO BRASILEIRO E A REAFIRMAÇÃO DA REDE INSTITUCIONAL EM TORNO DO TABACO

Apesar das críticas em nível nacional e internacional em torno do tabaco e do grande movimento que gerou a situação problemática de desmoralização e desqualificação desse actante, bem como da participação brasileira no acordo internacional chamado Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, considera-se que o governo brasileiro assumiu uma posição ambígua quanto à permanência ou não da produção de tabaco no Brasil, visto que não desenvolveu, propriamente, críticas e ações mais radicais em relação à substituição ou mesmo à diversificação das lavouras produtoras de tabaco. Consideração levantada a partir das análises das ações do governo brasileiro, MDA, INCA e MAPA, bem como as possibilidades de resposta às críticas por parte das empresas fumageiras, as quais realizaram transformações como forma de adequação às novas exigências, sem afetar a cadeia produtiva de tabaco no Brasil. Assim, considera-se que, em um sentido mais amplo, houve um processo de reafirmação da rede institucional que sustenta a fumicultura a partir de pequenas mudanças das empresas fumageiras com o intuito de transformar as ameaças em oportunidades, ou seja, criam-se, constantemente, processos de adequação que permitem a ressignificação das tratativas de desmoralização do tabaco, nesse jogo entre a crítica e a confirmação da realidade.

Fundamentados em Boltanski (2009), considera-se que tanto uma nova configuração de uma rede institucional, quanto sua manutenção na realidade social, depende, sempre, do jogo entre os movimentos de crítica e de confirmação, os quais são oriundos, principalmente, dos momentos reflexivos, nos quais as interpretações e condutas são colocadas à prova e,

dessa forma, os atores irão mobilizar dispositivos e narrativas para justificar suas críticas e suas ações ou escolhas. Dessa forma, de acordo com Boltanski (2009), as narrativas e as ações são submetidas a diferentes tipos de provas, seja pelo mundo dos objetos, na qual se fundamentam as provas de realidade, seja nas experiências vividas das provas existenciais ou, ainda, nas provas de verdade, fundamentadas no jogo semântico de confirmação entre as diferentes dimensões simbólicas. Assim, para compreender as redes institucionais e os seus movimentos, é fundamental a compreensão das interações e interdependências entre os atores, nesse jogo constante de enunciados, dispositivos, objetos, experiências vividas que são acionados para as justificações.

Portanto, é nesse sentido que ao analisar as disputas de enunciados que vêm movimentando a rede institucional em torno do tabaco no Brasil, observou-se a criação de uma situação problemática formada por diversos eventos ou momentos críticos que exigem dos atores envolvidos um processo de reflexão e a justificação de suas ações que indicam um processo de reafirmação das instituições vigentes, ou ainda, a possibilidade de mudanças na forma como esses interpretam as suas ações, transformando-as e assim, construindo novas interpretações e justificações.

Diante desse cenário e ao analisar as transformações após a CQCT, Silva (2008) não identificou mudanças nas estratégias da cadeia produtiva do tabaco, a qual manteve o Sistema Integrado de Produção de Tabaco sob a governança protagonizada pelas indústrias fumageiras. Dessa forma, os contratos foram mantidos, garantindo, segundo o autor, a confiança entre o agricultor e a empresa. Contudo, Silva (2008) destaca as afirmações dos representantes da cadeia quanto ao objetivo de não se manter uma dependência mútua da empresa e agricultores. Isso é evidenciado pelo comportamento tanto da AFUBRA, a qual mantém projetos com culturas alternativas, quanto pelas fumageiras que buscam mais fornecedores de tabaco em países como a África do Sul. “O desafio para a manutenção da eficiência da produção e da comercialização do fumo, na sua cadeia agroindustrial, está em continuamente ampliar a eficiência das relações contratuais, elevando a renda dos participantes da cadeia” (SILVA, 2008, p. 20).

Corroborando com a análise de Silva (2008), compreende-se que o protagonismo das empresas fumageiras e do Sistema Integrado de Produção de Tabaco se manteve no Brasil, apesar de mudanças em ações das empresas fumageiras e da rede de atores em defesa do tabaco. Assim, verificou-se que as empresas fumageiras vêm promovendo ações no sentido de qualificar o quadro de referências em torno do tabaco, abalado pelas críticas internas e externas ao sistema. As empresas adequaram-se às exigências legais mobilizadas pelo

Ministério Público brasileiro, bem como por organizações internacionais como a OMS e a OIT. Além disso, desenvolveram ações de investimento em tecnologias e inovações as quais não visam atender exclusivamente às críticas ou exigências legais, mas tornar mais atrativo o setor mantendo a produção de tabaco e a sua qualidade no Brasil. Conforme exposto nesse capítulo, destaca-se que as empresas fumageiras e a cadeia produtiva do tabaco não se mantiveram paradas diante dos eventos críticos, mas necessitaram responder às críticas de forma a promover transformações nas suas condutas, pelo menos a partir de um jogo semântico.

Aspecto que não vem sendo adotados apenas no Brasil. De acordo com Boeira e Guivant (2003), as leis criadas nos EUA são dribladas pelas indústrias fumageiras que constroem ações com vistas à continuidade da produção de cigarros.

Por exemplo, vender os componentes do cigarro (o tabaco picado e o papel), introduzir ilegalmente pacotes nos estados em que a venda está proibida ou estabelecer negócios no exterior. A estratégia do contrabando é retomada em vários momentos da história da indústria fumageira, especialmente na década de 90, quando surgem denúncias sobre o caso, baseadas em documentos sigilosos das empresas. As leis meramente restritivas acabam servindo para concentrar o setor, na medida em que os pequenos fabricantes não suportam a concorrência na busca de brechas na legislação (BOEIRA, GUIVANT, 2003, p. 47).

Assim, segundo Boeira e Guivant (2003) as empresas fumageiras norteamericanas reagem com diferentes estratégias em cada período de intensificação das ações antitabagistas e antifumo. Para os autores, as mudanças no ambiente institucional, compreendidas como mudanças na legislação, de regras de controle da expansão do consumo de tabaco, no início da segunda metade do século XX, nos EUA, geram reações em defesa do tabaco e a criação de novos produtos ou demais estratégias (BOEIRA; GUIVANT, 2003). Assim, ao longo do século XX, as empresas fumageiras vêm criando estratégias diante do que Boeira e Guivant (2002) chamam de uma maior reflexividade da sociedade moderna em torno da saúde e das consequências do tabaco.

Figura 29 - Relação de ações e reivindicações semânticas de qualificação do tabaco em resposta às críticas externas e internas e às transformações no ambiente.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Ao analisar o cenário de disputa, compreende-se que essa requalificação foi possível na medida em que os atores antitabaco não promoveram uma crítica radical ao sistema, principalmente, porque, como afirmou Boeira (2002), constitui-se como uma rede multifragmentária, sem uma coordenação e foco nas operações críticas, bem como as ações do governo brasileiro são consideradas ambíguas, oportunizando movimentos de negociações semânticas.

Em meio às disputas, no cenário governamental brasileiro, Zimmermann (2009) observou que as ações e narrativas vem ocorrendo em direção a posições antagônicas entre os atores intragovernamentais, pois o Ministério da Saúde concentra-se na erradicação do tabagismo, enquanto o Ministério da Fazenda e Justiça concentram-se na arrecadação de impostos e no combate ao comércio ilegal. Destaca-se, ainda a posição do Ministério do Desenvolvimento Agrário na promoção de iniciativas que visam à diversificação em áreas produtoras de tabaco ao mesmo tempo em que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cria o programa de certificação da Produção Integrada do Tabaco.

No início das discussões em torno da ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco os debates giravam em torno da possibilidade de uma ação mais radical no sentido da proibição do plantio do tabaco no Brasil, o que, contudo, foi superado. A

posição atual do governo brasileiro pode ser representada pelas palavras da leitura do Assessor Especial da Secretaria de Política Agrícola em 2015.

A questão de alguma restrição ou proibição ao cultivo de tabaco, esse assunto para nós está encerrado. O Brasil jamais faria isso”, frisou Pereira. “O Brasil exporta cerca de 90% do tabaco que colhe, é um produto que gera milhares de empregos e garante renda para centenas de municípios. É de interesse estratégico para o País”, ilustrou, para complementar. “Aliás, o momento é muito bom para o setor. Ainda mais agora, com o dólar alto, o que beneficia diretamente um setor altamente exportador. Nisso não se toca, nem se discute. É um tema da alçada do Ministério da Agricultura, na produção, e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que pode comemorar o efeito positivo sobre a balança comercial. (BELING, 2015, p. 1).

De acordo com Schneider, Perondi, Gregolin (2009), o Estado tem proporcionado o apoio aos agricultores em processo de transição da cultura, por meio de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar no que tange a linhas de crédito, seguro da produção, orientação técnica, apoio a comercialização, etc. Em 1996 foi criada a primeira política pública destinada à agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (BRASIL, 1996a). Em 2005, o governo brasileiro criou o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, uma iniciativa do Brasil para implementar os Artigos 17 (Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis) e 18 (Proteção ao meio ambiente) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. O Programa é executado por entidades de ATER credenciadas como ONGs, empresas de ATER e cooperativas, a partir de projetos desenvolvidos em diversos municípios.

Contudo, estudos realizados após a implementação dessas ações governamentais no sul do Brasil, não indicam mudanças significativas em direção a diminuição da produção de tabaco e a conversão das famílias produtoras. A pesquisa de Zimmermann (2009) buscou analisar as perspectivas da fumicultura na região Sul após a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, a partir dos documentos divulgados pelos principais atores, indústria, Estado, os fumicultores e a principal ONG que atua com a rede antifumo. O autor constatou a influência da cultura política, principalmente do corporativismo e do clientelismo, no relacionamento entre indústria, Estado e fumicultores, gerando dificuldades para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que levem em consideração os aspectos levantados pela CQCT. Além disso, conclui que a implantação da CQCT ocorre de forma tímida no sul do Brasil, sem ameaçar a estabilidade da indústria, pois priorizam a diversificação produtiva entre os fumicultores em contraposição à questão da sustentabilidade e do enfrentamento com a substituição da fumicultura. Fato também levantado pelas pesquisas

de Uba (2012), o qual destaca as disputas pelos significados relativos à diversificação. De um lado está o interesse na substituição da cultura do tabaco por parte das políticas do MDA, enquanto que a agroindústria defende o tabaco como um dos produtos da diversificação. Diferentes interpretações para a diversificação e o desenvolvimento, conforme exposto anteriormente, que compõem o jogo semântico da crítica e da confirmação.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco gerou intensos debates, principalmente, nos anos anteriores e imediatamente posteriores a ratificação. Atualmente, são as Conferências das Partes, realizadas a cada dois anos pela rede de atores envolvida com a Convenção-Quadro que mobilizam maiores debates.

Isso gerou uma polêmica muito grande aqui na região. Eu participei de debates em rádio, inclusive com o presidente da AFUBRA. A minha opinião pessoal, pesquisadora, naquela época, eu tinha a seguinte compreensão: de que a OMS estava com esse programa de controle do tabagismo, de erradicação, do controle do consumo do subproduto, etc. Isso afetaria diretamente as regiões produtoras, ou seja, milhares de famílias que viviam dessa cultura e cabia ao governo brasileiro decidir se assinava ou não. Aí havia um jogo [...]. O meu argumento era o seguinte: que era uma oportunidade única para se forçar, tanto em nível de governo brasileiro, quanto no âmbito da ONU, a olharem para as regiões produtoras de tabaco e se fossem assinar, ratificar, que garantissem x milhões de dólares para trabalhar a reconversão das áreas, a diversificação (PESQUISADORA ENTREVISTADA, 2015).

Ao descrever os debates no centro da produção de tabaco, em meio à ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, a pesquisadora faz sua crítica ao desenrolar das ações. “Nesse sentido, na minha opinião, se jogou fora uma oportunidade que poderia ter sido aproveitada no sentido de trazer ganhos para a região. Mas não, acabou sendo ratificada e a região ficou olhando” (PESQUISADORA ENTREVISTADA, 2015).

Na opinião dos orientadores técnicos, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco afetou um pouco a questão do consumo e de produção de cigarros, o que não ocorreu no aspecto da produção do tabaco. “A parte de tabaco, de lavoura, do campo, não afetou nada, porque nós estamos cuidando muito da mão de obra infantil, do desmatamento, do uso de agroquímicos” (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015). Contudo, diante de todo o debate, o fim do tabaco passou a ser um mito, amplamente especulado por todos os atores envolvidos na cadeia produtiva do tabaco. Fato que vem sendo amenizado depois de 10 anos da ratificação da CQCT no Brasil. Esse mito ainda paira no ar e faz parte de conversas entre os agricultores e entre eles e seus orientadores técnicos.

[...] porque o cenário que a gente vê, de dizer que é o fim ou o começo é muito relativo, a gente está vendo que o mercado hoje exige que o produtor cumpra essa legislação e que tenha qualidade e produtividade. Eu digo para os produtores que o

destino do tabaco está mais nas mãos de vocês do que de nós. Porque quem pode cumprir ou não com as demandas, está lá no campo. As empresas estão para cumprir o que é designado, mas é o produtor que está com a mão na massa. Se o produtor não quer usar EPI, se está desmatando, fugindo da lei, ele foge do mercado em si. Nos últimos anos, a base produtiva foi muito trocada, justamente por isso pela qualidade, por não seguir a legislação, tentando cada vez mais chegar no produtor que quer seguir no negócio, que está certinho com as leis (ORIENTADOR TÉCNICO 03, 2015).

Em entrevista, a pesquisadora envolvida com os temas da produção de tabaco destaca que as ações governamentais realizadas em direção à diversificação foram muito pequenas, com pouco recurso, o que deve ser melhor estudado após todos esses anos.

Imediatamente posterior a ratificação foi uma piada o que foi feito. Agora, nos últimos anos esses programas aumentaram em número, tem ATER, PNAE, PAA. Eu não tenho acompanhada tão de perto, mas o que a gente tem conversado aqui nas reuniões é que é mais do que urgente fazer uma pesquisa sobre o que está proposto e o que está acontecendo de fato. Porque pelo que a gente ouve são muitos projetos, muito recurso e de fato, muito pouco (PESQUISADORA ENTREVISTADA, 2015).

Observa-se, ainda, a recente narrativa da rede em defesa do tabaco sobre as negociações com o governo brasileiro e as ações desse, principalmente após a mudança política governamental brasileira de 2016. Fato que representa, portanto, uma aproximação do governo à proteção da cadeia produtiva do tabaco e, portanto, diminuição das ações que visam combater ou diversificar as propriedades produtoras. Nas palavras do presidente do SINDITABACO, Iro Shünke:

2016 certamente entrará para os livros de História do Brasil. Para o nosso setor, o ano representou uma ruptura de comportamento. As definições políticas no País melhoraram a conduta do governo federal para com a cadeia produtiva do tabaco, importante segmento do agronegócio nacional. Essa mudança de postura ficou muito clara em audiência com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e na visita do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, ao Rio Grande do Sul poucas semanas depois de assumir a pasta, com a intenção de conhecer *in loco* o setor. Conheceu e se mostrou impressionado com o que viu. A expectativa agora é com a posição que os representantes brasileiros levarão para a 7ª Conferência das Partes (COP7) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que acontece entre os dias 7 e 12 de novembro, na Índia (SINDITABACO, 2016, p. 2).

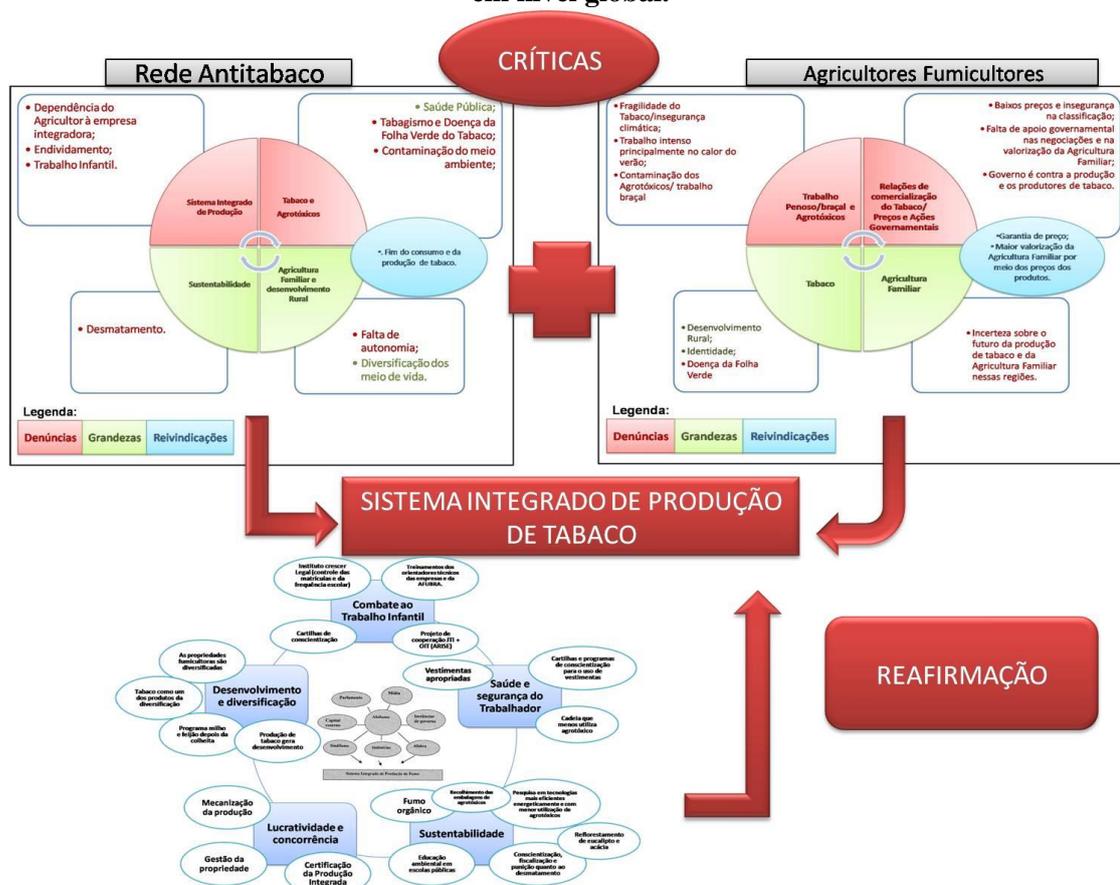
Dessa forma, destaca-se que as ações do governo ainda produzem pouco impacto na conversão da produção de tabaco, seja porque o próprio governo apresenta posições ainda ambíguas, investindo pouco em ações que efetivamente levarão a esse resultado, seja porque as empresas fumageiras conseguem responder de forma satisfatória, transformando as críticas e exigências em oportunidade de qualificação da cadeia produtiva de tabaco. Isso pode ser compreendido como resultado do ambiente de disputa em que a rede crítica em relação ao

tabaco, formada a partir de uma multiplicidade de atores e focos de críticas, conforme já exposto por Boeira (2002), não possui uma unidade, abrindo espaço para respostas de requalificação do tabaco por parte da rede em defesa desse. Conforme Boeira (2002), a rede que defende a permanência do tabaco possui uma coordenação e foco, o que se compreende como ações mais organizadas e que conseguem responder de forma a promover transformações em prol da requalificação semântica do tabaco e da manutenção de sua produção, por meio de alianças tanto com os agricultores quanto com as instâncias governamentais. A organização da CQCT poderia ter sido uma unidade importante da rede antitabaco, a qual não vem sendo satisfatoriamente organizada tanto quanto a rede em defesa do tabaco. Compreende-se que as operações críticas, assim construídas, são mais voltadas para o que Boltanski (2009) chama de críticas reformistas, visto que cada ator da rede antitabaco, aciona pontos específicos de atuação, não se engajando nas operações de modo mais gerais ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco, de forma mais radicalizada.

Observa-se, ainda, que há mudanças no cenário econômico mundial que envolvem o tabaco, principalmente no que tange aos aspectos de qualidade, o que pode ser compreendido como parte das mudanças no novo espírito do capitalismo, apresentadas por Boltanski e Chiapello (2009). A fumicultura, dessa forma, acompanha as mudanças do capitalismo visto que está imersa nesse sistema, apresentando a retórica da mudança como justificativa para a manutenção das relações em torno da produção de tabaco, actante ainda muito valorado economicamente.

Assim, diante da organização coordenada da rede em defesa do tabaco, buscando ressignificar as críticas por meio de transformações nas ações das empresas fumageiras e do setor, a cadeia produtiva de tabaco vem conseguindo transformar as ameaças em oportunidades de reafirmação da rede institucional que a sustenta. Por meio de jogos semânticos, recursos midiáticos, alianças com os agricultores familiares, instâncias governamentais e entidades internacionais, a rede em defesa do tabaco ressemantiza os quadros de referência que dão sentido e justificam a existência e a valoração dessa cadeia produtiva. Essas alianças e as negociações nesse ambiente de disputa amenizaram as ações governamentais, as quais vêm se tornando ambíguas e, assim, dificultando ações mais radicais ou concretas de mudança na realidade da fumicultura.

Figura 30 - Esquema ilustrativo da reafirmação do Sistema Integrado de Produção de Tabaco em nível global.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Com isso, percebe-se que a reafirmação do tabaco como elementos de desenvolvimento das famílias e propriedades produtoras, bem como dos municípios, aliado à compreensão de que nessas regiões e nessas terras é o tabaco, enquanto um dos elementos da diversificação das propriedades, o que gera renda para os produtores, além da fundamentação da relação histórica e tradicional do vínculo com esse actante, são os elementos institucionais que em rede continuam a ser acionados para a manutenção da produção de tabaco no Ri Grande do Sul. Apesar de mudanças de conduta do setor no sentido de adequação às novas normativas e de responder às críticas e as exigências do mercado consumidor, elas ocorrem mantendo os quadros de referências principais que dão sentido à produção de tabaco no Brasil.

Após mais de 20 anos de debate em torno do fim ou não da produção de tabaco, diversificar ou não as propriedades, qual o significado de diversificação, qual seria a alternativa de desenvolvimento para essas regiões, dentre outras problemáticas apresentadas, houve mudanças institucionais ou apenas reafirmações da rede institucional que conforma a

realidade da produção de tabaco, conforme exposto nesse capítulo? Nesse sentido, o próximo capítulo busca fazer a análise das mudanças institucionais a partir da trajetória de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco na região estudada. Com isso, cabe destacar que a reafirmação da rede institucional que dá sentido à produção de tabaco ocorre de forma mais global, afetando e sendo afetada pela rede de instituições locais. Contudo, observam-se mudanças na trajetória de vida dos agricultores que podem ser compreendidas como mudanças institucionais, mesmo que em nível global, a cadeia produtiva de tabaco se mantenha.

7 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA PRODUÇÃO DE TABACO: A HETEROGENEIDADE DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRE AS FAMÍLIAS FUMICULTORAS

O grande problema que aflige as pessoas que vivem em sociedade não é tanto de estabelecer o que é oportuno crer (a pergunta é colocada unicamente por quem controla as instituições e deriva seu poder), mas de apurar como agir e, sobretudo, o que é possível fazer: em resumo, de definir o *poder de agir* (BOLTANSKI, 2014, p. 133).

As diferentes reivindicações narrativas que instauraram, nos últimos anos, uma situação de disputas em torno da produção e do consumo de tabaco revelam, portanto, uma situação problemática. Tomando como base a compreensão da sociedade a partir da dinamicidade promovida pelos movimentos de crítica e de confirmação da realidade, observamos a realidade da produção de tabaco no sul do Brasil a partir dos movimentos internacionais de denúncias que buscaram desmoralizar a cadeia produtiva, as críticas dos agricultores e seus representantes, bem como suas respostas e confirmações das instituições que sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul. Dinamicidade essa que leva em consideração as críticas e as instituições, as relações locais e globais, o agir e o interpretar de cada ator, bem como os dispositivos utilizados em cada evento. Com isso, compreender os processos de mudança ou reafirmação exige uma definição dos pontos e dos atores seguidos.

Ao analisar as estratégias, narrativas e dispositivos acionados pelas empresas fumageiras e pela rede em defesa do tabaco construída nos últimos anos no Brasil, constatou-se que vem ocorrendo um processo de reafirmação da rede de instituições que sustentam o Sistema Integrado de Produção de Tabaco no Brasil. Assim, como resposta às críticas em relação à produção de tabaco e as exigências governamentais e legais relacionadas às atividades da fumicultura, as empresas têm acionado dispositivos e narrativas que vem promovendo a requalificação da produção de tabaco e a reafirmação da rede institucional que sustenta essa cadeia produtiva. Isso, ainda, foi possível visto que a posição do governo brasileiro ainda é muito ambígua, não atuando com maior ênfase na promoção da conversão da produção de tabaco. Assim, em uma análise global, as transformações analisadas no capítulo anterior, na conduta das empresas fumageiras e do setor, buscaram requalificar a cadeia produtiva do tabaco em um processo de disputa institucional em que mesmos enunciados são compreendidos e utilizados de forma diferente pela rede anti e pró-tabaco, ou seja, em disputas por definições e qualificações de grandezas acionadas pelos diferentes grupos.

Contudo, apesar da reafirmação da cadeia produtiva do tabaco e com o olhar mais focado na dimensão microinstitucional das famílias fumicultoras, observam-se processos de mudança na heterogeneidade de condutas e pensamentos sobre os rumos das atividades da unidade de produção familiar produtora de tabaco. A partir da análise das 28 entrevistas semiestruturadas realizadas com as famílias produtoras de tabaco, observou-se diferentes trajetórias de vida, compreendidas por mudanças nas interpretações e condutas, de acordo com oportunidades, relações, trajetórias, contexto social, econômico e cultural que influenciam nas decisões e nas interpretações. Essa análise responde parte da problemática que buscou compreender se, diante de todos os eventos e movimentos de críticas, transformações no ambiente e respostas a esses movimentos, bem como, mais especificamente, com as transformações no universo das políticas públicas, houve mudanças na forma como as famílias fumicultoras conduzem e interpretam as suas vidas.

Ao desenvolver a análise, as famílias foram categorizadas de acordo com diferentes direções e interpretações nas trajetórias as quais mostraram mudanças heterogêneas de interpretação e conduta nos últimos anos, ou ainda, de expectativas e planejamentos para o futuro. Dessa forma, foram definidas as seguintes categorias que permitem ilustrar as diferentes direções de mudança ou não mudança entre os produtores de tabaco. Primeiramente identificou-se a direção que corresponde aos agricultores que promoveram a conversão e, portanto, deixaram a produção de tabaco, mantendo-se no rural por meio de outras atividades, principalmente relacionadas à venda direta e o envolvimento da cadeia produtiva do leite. Na mesma direção das mudanças de interpretação das famílias anteriores, outras vêm buscando alternativas de produção, mas ainda não encontraram uma forma segura de produção que permitisse o fim dos vínculos práticos com o tabaco. Também não tendo parado com a produção de tabaco, mas tendo mudado os vínculos tradicionais com ele, foram identificadas famílias que vêm apostando na produção de soja, justificada pelo incentivo das políticas públicas nessa direção. Por outro lado, observa-se a direção do que se compreende como um processo de reafirmação ou de não mudança das instituições que sustentam a fumiicultura. Primeiramente, apresenta-se um grupo de famílias que apostaram no que podemos chamar de qualificação da produção de tabaco, produtores que promovem investimentos na produção, atendendo às mudanças solicitadas pelas empresas fumageiras e mantendo a relação com o actante tabaco. Direção que condiz com as mudanças na fumiicultura brasileira no sentido de diminuição do número de produtores com foco na qualidade do produto, restando, apenas, os produtores mais qualificados no sentido pretendido pelo mercado do tabaco. Por fim, observou-se famílias que não mudaram a sua percepção sobre o tabaco, mantendo a

interpretação de que é ele que lhes permite a sobrevivência em suas propriedades, pelo menos até a aposentadoria ou o pagamento de compromissos financeiros, o que foi compreendido como um processo de não mudança e de não reafirmação.

Seguindo as famílias fumicultoras por meio dessa análise buscou-se compreender as interpretações que orientam essas condutas como forma de compreender a realidade das unidades de produção familiares produtoras de tabaco. Para tal, primeiramente, traz-se a revisão conceitual que orienta nosso olhar. Descreve-se, portanto, os componentes que desenham o ‘óculos’ com o qual olhamos a realidade social, o qual nos permitiu chegar a esses resultados. Posteriormente, descrevem-se os movimentos e interpretações das famílias que compreendemos direcionadas a um processo de mudança institucional. As famílias que abandonaram a produção de tabaco foram analisadas, buscando compreender as interpretações e os dispositivos que foram acionados para a concretização desse processo de mudança. Na mesma direção da mudança, analisam-se as famílias que mudaram suas interpretações sobre o tabaco, mas encontram dificuldades para a mudança de conduta. Nessas, torna-se fundamental compreender quais os empecilhos, quais as interpretações que os mantém ligados à produção de tabaco e quais as necessidades para a mudança nas suas condutas com referência a essa cadeia produtiva. Outra categoria de mudança institucional analisada, diz respeito às famílias que vêm conduzindo suas atividades na direção da produção de soja, construindo uma nova identidade e novos vínculos. Na direção do processo de reafirmação institucional destacam-se as famílias que apostaram na modernização da atividade fumicultora, dedicando-se às transformações exigidas pelas empresas integradoras. Por fim, foram analisadas as famílias que, para nossa análise, não condizem com processos de mudanças institucionais e que, apesar de continuarem vinculadas ao tabaco e às instituições que sustentam essa produção, esperam a aposentadoria, o fim de compromissos financeiros e a aquisição de mais terras como ponto de desvinculação com o tabaco, em virtude de descontentamentos que serão analisados.

Destaca-se que a presente análise não se refere ao apoio ou não à cadeia produtiva do tabaco ou à necessidade de conversão. Por meio do arcabouço teórico e metodológico buscou-se fazer uma análise da realidade em torno dessa cadeia produtiva. Sendo, portanto, a realidade compreendida pela dinamicidade entre as críticas e as instituições, tentou-se seguir e analisar a complexidade de atores, eventos e narrativas que compõem esse emaranhado, chegando à compreensão de processos de mudança institucional nas microrrelações. Salienta-se, também, que nas disputas entre a rede anti e pró-tabaco, as quais se utilizaram de diferentes dispositivos e narrativas, estão os agricultores familiares que constroem a vida rural

e que se movimentam diariamente na busca pela sobrevivência e desenvolvimento da unidade de produção familiar. O objetivo desse capítulo, portanto, é compreender como os agricultores familiares produtores de tabaco interpretam e conduzem as suas vidas em meio às disputas, às transformações das exigências legais e das políticas públicas e das suas relações nos ambientes comunitários e, assim, analisar quais as mudanças na forma de interpretar, justificar e conduzir suas vidas nos últimos anos.

7.1 O ARCABOUÇO CONCEITUAL DA NOÇÃO DE MUDANÇA INSTITUCIONAL

A partir da problemática construída em torno do cenário da fumicultura, a qual se mobiliza a partir da busca por compreender por que os agricultores fumicultores continuam a produção de tabaco diante da situação problemática em questão, e quais são as mudanças na forma como os atores interpretam e conduzem as atividades, o estudo das instituições tornou-se o aporte necessário para a compreensão e análise do comportamento dos atores, as suas interpretações e justificações para as ações, bem como os processos de mudança destes padrões. Assim, a partir de olhares complementares do institucionalismo, levando em consideração o que Théret (2003), inspirado na discussão de Hall e Taylor (2003), aponta como necessidade de aproximação das correntes, parece frutífero o encontro entre o Antigo Institucionalismo (VEBLEN, 1983), bem como de sua releitura (HODGSON, 1993; 2001; 2004; 2005; 2006; 2007; RUTHERFORD, 1998), com a Teoria das Justificações de Boltanski e Thévenot (1991; 2006), Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski (2009), para compreender os processos de mudança no cenário pesquisado. A relevância de compreender instituições a partir desta abordagem está em olhar a sociedade a partir da forma como os indivíduos pensam e se comportam, assim pode-se afirmar que determinada regra ou norma é uma instituição, ou ainda, que está institucionalizada no grupo social. Dito de outra forma, uma regra ou uma norma, formal ou informal, apenas pode ser considerada como uma instituição se for legitimada pelos atores envolvidos, ou ainda, interpretada da mesma forma pelos atores que a compartilham. Para tal, as instituições são compreendidas como interpretações e condutas compartilhadas, as quais se fundamentam em justificações, princípios valorativos de equivalência que podem mudar a partir das dinâmicas de disputas, críticas ou demais situações cotidianas que permitam a emergências de novas interpretações e condutas.

A concepção teórico-metodológica para compreender a mudança institucional ou a não mudança constrói-se a partir do aporte evolucionário do antigo institucionalismo, a partir da

releitura de Hodgson¹, associado aos elementos e ao processo de mudança proposto por Boltanski e Chiapello (2009) ao analisarem as transformações no capitalismo, bem como de Boltanski e Thévenot (2006), ao construírem a Teoria das Justificações, além da obra de Boltanski (2014), *De La Critique*. Os pontos de convergência são apresentados nesta seção conformando a linha de raciocínio teórica que fundamenta o objetivo que visa analisar as mudanças institucionais que fundamentam as trajetórias das famílias fumicultoras nos últimos 30 anos.

A pesquisa pressupõe a análise conjunta das transformações nos espaços micro² e macro, envolvendo o social, cultural, econômico e político em dimensões integradas, ou seja, deixando de lado as estratificações analíticas recorrentes nas Ciências Sociais. Enquanto categoria analítica, as instituições, conforme o conceito exposto, permitem analisar a vida e a sociedade em todas as suas dimensões. Dessa forma, a complementação entre algumas noções da Teoria das Convenções e das Justificações de Boltanski e Thévenot e o Antigo Institucionalismo Norteamericano de Veblen, como parte do Institucionalismo Histórico³, está na busca por compreender o comportamento e as justificações tanto no espaço micro quanto macro das relações sociais.

A visão do Antigo Institucionalismo de Veblen compreende em um processo evolucionário, portanto histórico, a história e a gênese da formação das instituições, bem como compreende as instituições tanto na perspectiva das relações micro quanto macro. Tanto na dimensão micro quanto macro da vida, as instituições, longe de ser apenas um conjunto de regras que restringem as ações dos indivíduos, são compreendidas como parte estruturante da vida social concebidas a partir das interações sociais e da construção da realidade. Segundo Hodgson (1998), enquanto seres sociais nós somos constituídos por instituições, dadas historicamente, ao mesmo tempo em que elas são mudadas pelos indivíduos, de forma consciente ou inconsciente. Na concepção de Boltanski (2011), as instituições constituem a realidade social, qualificando as interpretações dos atores e fixando referências para a vida social. Ambas as percepções assentam-se sobre as interpretações, sob a dimensão cognitiva e interpretativa, compondo as instituições de valores e qualificações, seja pela herança histórica

¹ Autores como Hodgson (1993, 2001, 2004, 2005, 2006, 2007) e Rutherford (1998), fazem releituras da teoria de Veblen ao final do século XX, identificando a ausência de clareza no aporte teórico e metodológico da mudança institucional em Veblen. Tanto que Veblen (1983) compreende que a importância em analisar a mudança institucional está em afirmar e identificar que as instituições mudam com a evolução das sociedades, e não analisar em que momento elas mudam.

² Contudo, destaca-se que o foco desse capítulo está nas mudanças que se processam entre os agricultores familiares produtores de tabaco.

³ Segundo tipologia de Théret (2003) inspirada em Hall e Taylor (2003).

dos hábitos de pensamento, seja por mecanismos de interação que possibilitam a emergência de justificações.

Em seu mais recente trabalho, Boltanski (2011) questiona que as instituições emergem exclusivamente de um processo autoemergente a partir da interação e rotinização das ações. Dessa forma, não são apenas os processos materiais de habituação que compõe as instituições, mas a necessidade de justificá-la, prevenindo-a da crítica. É neste ponto que o processo evolutivo histórico de hábitos de pensamento (Veblen, Hodgson), complementa-se às justificações, a que se recorre nos processos de questionamentos, disputas e conflitos, como parte constante da vida social. Ou seja, em uma perspectiva complementar, as condutas dos indivíduos são orientadas pela forma como eles as interpretam fundamentadas em heranças históricas e justificações reivindicadas para a confirmação da realidade diante da constância conflitiva e de incerta da vida social. Ambas correntes fundamentam-se na filosofia pragmática opondo-se ao coletivismo ou a individualismo metodológico presente nos dois países. Dessa forma, concebem valor a análise da experiência vivida, na realidade concebida a partir das interpretações dos atores e, assim, retiram do empírico as categorias de análise científica.

Em seu livro mais recente, Boltanski (2011; 2013) compreende as instituições como instâncias de confirmação, responsáveis pelo trabalho de manutenção e solidificação da realidade, conferindo a ela uma estabilidade mínima. Estas confirmações são orientadas no sentido da qualificação, compreendendo o processo de justificação construído por Boltanski e Thévenot (2006). Dessa forma, o objetivo principal, tanto na obra de Veblen, quanto na percepção de Boltanski (2011; 2013) não é um processo de denúncia da dominação das instituições aos indivíduos que a desconhecem, mas a compreensão da realidade a partir das percepções dos atores, as quais se situam em interpretações coletivas.

A análise Vebleniana das instituições é desenvolvida a partir de sua natureza evolucionária, a partir de um processo de evolução oriundo das interações sociais, as quais são imprevisíveis e influenciadas pelas instituições sociais existentes, além de hábitos de comportamentos e pensamentos que podem evoluir para sua institucionalização⁴. A

⁴ Entretanto, a perspectiva evolucionária vai além do evolucionismo antropológico, da evolução histórica das instituições weberianas e da abordagem da Nova Economia Institucional. Destaca-se que o processo evolucionário de Veblen não estigmatiza grupos sociais a partir de uma escala evolutiva de desenvolvimento do mais primitivo ao civilizado, pois a evolução institucional não levará a sociedade ao melhor estágio de desenvolvimento. Além disso, a evolução institucional não é um resultado eficiente como pressupõe a Nova Economia Institucional. A eficiência ou não das instituições não é o foco da análise do Velho Institucionalismo, pois estas sendo originárias das interações sociais, os resultados serão imprevisível. Além disso, as interações sociais não são compreendidas como ações sociais, nem as instituições como resultado da

perspectiva evolucionária desenvolvida por Veblen busca analisar o processo de mudança em curso. “Uma teoria do processo de mudança consecutiva, concebida como autocontinuada e autopropagadora, sem termo final” (VEBLEN, 1919, p. 37 *apud* HODGSON, 2001, p. 105). As instituições estão em constante processo de transformação, sendo este constitutivo do processo de evolução da estrutura social. Segundo Veblen (1983, p.88), “as instituições tendem a mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é de natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que estas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade”.

Assim, a percepção sobre mudanças na sociedade apenas ocorre a partir da mudança nos hábitos mentais dos indivíduos que compõe um determinado grupo social. Para Veblen (1983) um determinado padrão de vida constitui um hábito na sociedade, o qual constitui uma reação a determinado estímulo. Novos estímulos ou novas circunstâncias sociais ou ambientais podem gerar novos hábitos, os quais podem institucionalizar-se na medida em que passam a ser compartilhados por um determinado grupo. Da mesma forma, “a dificuldade em abandonar um padrão estabelecido consiste na dificuldade em quebrar um hábito já formado” (VEBLEN, 1983, p. 51).

As mudanças institucionais dependem das características históricas do grupo social e de sua trajetória, tendo, deste modo, as categorias tempo e espaço como aspectos relevantes para a análise evolucionária das instituições. São estes aspectos que dificultam o processo de mudança institucional, como comentado por Veblen.

[...] os hábitos mais antigos e arraigados que governam a vida do indivíduo –aqueles que afetam a sua existência como um organismo – são os mais persistentes e imperiosos. [...] em geral, quanto mais antigo o hábito, tanto mais inquebrantável; e quanto mais um determinado hábito coincidir com os costumes, tanto maior a persistência com que se fixará (VEBLEN, 1983, p. 51).

Logo, a formação de novas instituições não é percebida em um curto espaço de tempo, acarretando na análise de trajetórias de uma comunidade ou de um grupo social. Ainda, a mudança institucional é paradoxal na análise Vebleniana, pois a herança institucional influencia na resistência dos indivíduos à mudança, como exposto por Veblen (1983) sobre os hábitos mais antigos, bem como influencia na formação de novas instituições. Segundo Veblen:

Tendências e características de temperamento herdadas valem tanto quanto o tempo de habituação para determinar quais os hábitos que virão a dominar um esquema de vida individual. E o tipo prevalecente das tendências transmitidas, ou, em outras palavras, o tipo de temperamento peculiar ao elemento étnico dominante de qualquer comunidade, terá muito o que dizer sobre o escopo e a forma de expressão dos hábitos e da vida dessa comunidade (VEBLEN, 1983, p. 51-52).

Para analisar o processo de emergência de novas instituições, tendo em vista a necessidade de maior clareza metodológica da perspectiva vebleniana, Hodgson (2001) propõe a compreensão a partir de um processo de causação reconstitutiva de cima para baixo (*reconstitutive downward causation*). Analisar as instituições sob este aspecto significa considerar a agência e a estrutura de forma integrada. Nas palavras de Hodgson (2006, p. 146, tradução nossa), “ator e estrutura institucional, embora distintos, estão conectados num círculo de interação mútua e interdependência”. Este processo é definido por Hodgson (2006) como *reconstitutive downward causation*, ou seja, das interações entre os indivíduos e destes com a sociedade surgem propriedades específicas, denominadas de propriedades emergentes, as quais emergem somente na ação coletiva. O processo de *reconstitutive downward causation* é diferente e mais complexo do que meramente uma mudança temporária de um hábito (HODGSON, 2006). Contudo, é necessário destacar, conforme Veblen, que “a situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando ou revigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado” (1983, p. 88).

Essas noções são fundamentais para a compreensão da mudança, na medida em que somente ocorre a mudança institucional se na interação social os indivíduos mudarem seus hábitos de pensamento e de comportamento e não de forma temporária apenas sob a pressão fiscalizadora de uma lei, por exemplo. Cabe destacar que os hábitos apenas se tornam instituições na medida em que são compartilhados e legitimados socialmente, bem como, as normas ou regras apenas sustentam-se a partir da construção social de hábitos de pensamento e comportamento, constituindo-se, assim, uma instituição (VEBLEN, 1983). Para Hodgson (2005, p. 652, tradução nossa), “hábitos são mecanismos sociais, que envolvem a imitação de comportamento de uns indivíduos pelos outros; ou é resultado de um comportamento que é repetidamente constrangido por outros indivíduos”.

Para Veblen (1983) os hábitos são a categoria chave para compreender a vida social e a emergência e evolução de instituições. Os hábitos são propensões de comportamentos particulares em situações particulares. Segundo Hodgson, “hábito pode ser definido como uma propensão a se engajar em um padrão de comportamento previamente adotado,

amplamente não deliberativo e auto-acionado. Um hábito é uma forma auto mantida e não reflexiva de comportamento que surge em situações repetitivas” (1998, p. 178, tradução nossa). “Hábitos se formam a partir da repetição de ação ou pensamento. São influenciados por atividade anterior e possuem qualidades de durabilidade e auto-sustentação” (HODGSON, 2001, p. 107). O repertório de hábitos pode surgir diante de um estímulo ou contexto apropriado. Assim, as instituições são formadas a partir da interação dos indivíduos em concomitância a influência que as instituições já existentes e as condições socioeconômicas exercem sobre os indivíduos. Portanto, as instituições influenciam a percepção dos atores em relação à realidade, pela maneira como os atores organizam, selecionam e interpretam as informações (HODGSON, 1998).

A teoria Vebleniana sustenta-se em alguns elementos do darwinismo social, importantes para compreender a evolução e mudança institucional. Assim, as instituições são,

[...] elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevaletentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção (VEBLEN, 1983, p. 87).

Por isso, a evolução e mudança institucional dependem da compreensão de conceitos como a herança, a variação e a seleção. A herança constitui o processo pelo qual os hábitos e instintos são adquiridos, não de forma genética (biólogico), o que significa que a evolução das instituições depende de um processo histórico e geracional (HODGSON, 2005). Assim, Veblen compreende os instintos como ações conscientes a partir do seu componente teleológico, compostos pela inteligência, pelos imperativos dados pelos costumes e pelas forças fisiológicas (SILVA, 2010). Nesse sentido, os instintos resultam da conformação das instituições sociais herdadas, somadas a inteligência humana, enquanto os hábitos são resultantes dos instintos e considerados como caminhos da disposição instintiva para a instituição. Os hábitos são a materialidade constitutiva das instituições, na medida em que os hábitos compartilhados resultam em mecanismos de conformismo e acordos normativos (HODGSON, 2006).

Nas palavras de Veblen (1987, p. 87).

A situação, inclusive as instituições em vigor em qualquer época determinada, favorecerá a sobrevivência e o domínio de um tipo de caráter e preferência a outro; e o tipo humano assim selecionado para continuar e, ulteriormente, elaborar as instituições herdadas do passado modelará essas instituições à sua própria semelhança.

Por sua vez, a seleção das instituições decorre de uma variabilidade de hábitos que mesclam as características herdadas e emergentes das interações sociais. Assim, a seleção ocorre tanto de forma intencional, como escolhas dos indivíduos, como de forma não intencional, quando estes agem diante de elementos imprevisíveis nas relações sociais (HODGSON, 2005). Assim, no processo de evolução ocorre a seleção de uma série de hábitos a partir de processos que envolvem escolha a partir do contexto social ou a adaptação dos indivíduos a diversas circunstâncias e mudanças no ambiente institucional. A emergência de uma instituição perpassa um processo de transformação de um hábito em uma regra de conduta do grupo social, os quais passam a comportar-se de acordo com o pensamento compartilhado pelo grupo sobre determinada situação. Ou seja, primeiro se estabelece como tradição, como hábito de pensamento e depois como regra de conduta, assim toda a comunidade passa a agir desta forma, pois primeiro passaram a pensar desta forma (convencionaram).

Por conseguinte, a mudança institucional depende das transformações das preferências e disposições dos indivíduos, a partir da mudança de hábitos de pensamento e comportamento compartilhados, que darão origem a novas instituições. Hodgson (2004) destaca que nem sempre as instituições selecionadas são as mais eficientes, pois podem não corresponder à expectativa dos grupos sociais ou das gerações futuras. Isso porque, as instituições nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente, tendo em vista que as instituições no presente são processos de adaptação seletivos a circunstâncias passadas. Por conseguinte, constantemente ocorrem mudanças nas condições da vida, no ambiente, as quais exigem processos seletivos e adaptativos que promoverão a formação e evolução de novas instituições. A dinamicidade deste processo impossibilita o equilíbrio entre instituições e as situações cambiantes nos grupos sociais.

Algumas instituições podem emergir de forma espontânea, enquanto outras exigem a assistência de uma instituição poderosa e preexistente para sustentar ou criar outras instituições. O Estado possui um poder regulatório, podendo fazer uso de seus substanciais poderes simbólico, cerimonial e legitimador. Algumas instituições como a linguagem podem emergir de forma espontânea, pois possuem mecanismos de correção de erros intrínsecos à instituição ou de autopolicimento na instituição (HODGSON, 2006). Outras exigem o policiamento de outras instituições, principalmente as leis que restringem o comportamento e que possuem vantagens líquidas na transgressão, necessitando de maior policiamento.

Quanto ao processo de mudança, a noção de Hodgson é complementada pela análise da crítica e das disputas como mecanismos de mudança de Boltanski e Thévenot (2006) e

Boltanski e Chiapello (2009), visto que a releitura de Veblen assenta-se sobre o processo de adaptação a partir de transformações na sociedade, como motivação para a mudança. Boltanski (2011), em *De La Critiqué*, ao reconhecer o poder das instituições, destaca que ao mesmo tempo elas desempenham a função de segurança semântica e de violência simbólica, sendo a crítica uma categoria importante para compreender as desestabilizações na realidade. Assim, a crítica gera instabilidades na segurança institucional, sendo um potencial para a mudança, apesar de que ela não pode tornar-se instituição (BOLTANSKI, 2011).

Apesar de Boltanski e Chiapello (2009) criticarem a percepção neodarwinista histórica, para a qual as mudanças são impostas a partir de um processo de adaptação, a perspectiva darwinista de Veblen (1983) aponta a seleção do mais apto e o processo de adaptação frente às transformações no ambiente material não como a sobrevivência das instituições mais eficientes, mas de relações de poder e dominação⁵. Nesse sentido, Veblen (1983) não extingue a ação dos indivíduos na evolução institucional, reconhecendo a relação interdependente entre ação e estrutura. A seleção das instituições pressupõe a existência de variações institucionais, as quais são compostas pela herança institucional e as transformações tanto pela ação dos atores quanto pelo ambiente.

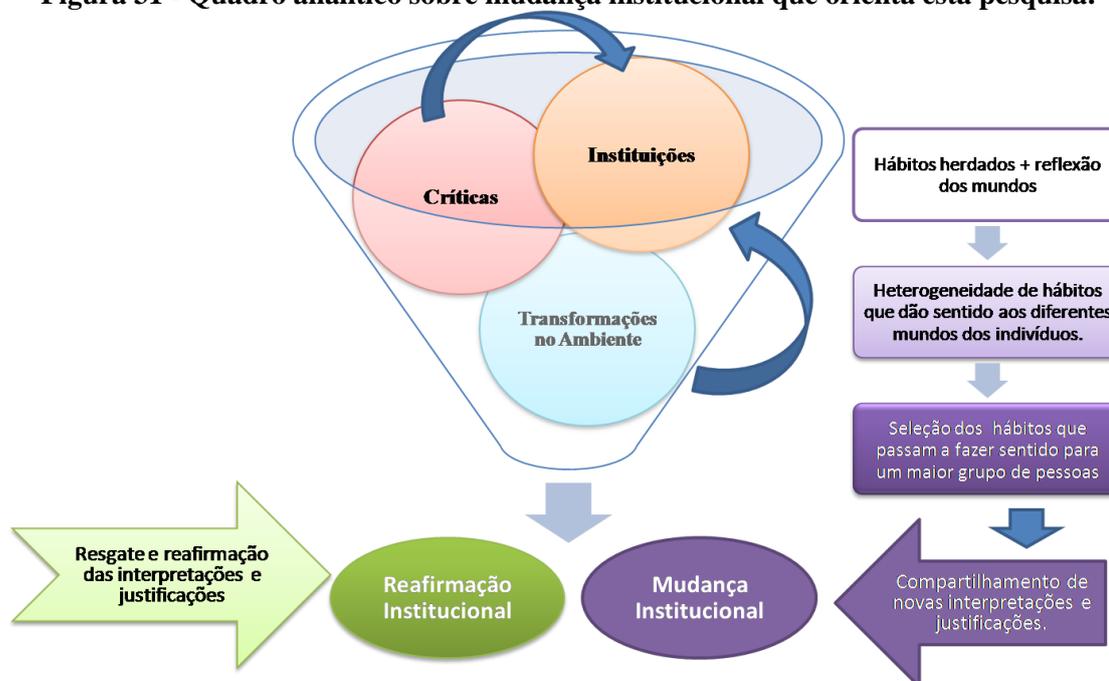
Com base nisso, elencou-se o conjunto de ferramentas analíticas, como resultado da soma de noções aqui apresentadas, para analisar as mudanças ou as propensões a mudanças na realidade das famílias fumicultoras. Entender a mudança institucional, com esse objetivo, consiste em compreender como os diferentes indivíduos interpretam, conduzem e formalizam hábitos, que são, por natureza, heterogêneos e que ocorrem de forma não linear, o que demonstra o dinamismo e a complexidade com que as instituições mudam (AGNE, 2014). Aliado a isso, compreende-se, ainda, que o ambiente de incerteza, seja pela emergência de momentos críticos, seja por transformações no ambiente, exigem que os atores reflitam e mobilizem justificações que confirmem a sua realidade, ou transformem as suas condutas a partir de novas interpretações e justificações as quais vão emergir de hábitos oriundos dos mundos de algum ator que passa a ser imitado, fazendo sentido para mais atores e, assim, institucionalizam-se e conformando novas realidades.

A retomada do Neoinstitucionalismo de Hodgson (2007), a partir da concepção de *reconstitutive downward causation*, esclarece a concepção Vebleniana, a qual apresenta a interação mútua e interdependente entre ator e estrutura institucional, como gérmen do

⁵ Como exposto na Teoria da Classe Ociosa, a evolução desta instituição não é valorada por Veblen (1983) ou descrita como a mais eficiente na coordenação das relações sociais, mas um processo de seleção e adaptação aos hábitos de pensamento e comportamento dominantes que modelam a vida social.

processo de mudança. O processo de institucionalização ocorre a partir da interação entre atores e destes com a estrutura institucional herdada, as quais, aliadas a processos de crítica e de transformações no ambiente podem provocar mudanças institucionais.

Figura 31 - Quadro analítico sobre mudança institucional que orienta esta pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As mudanças institucionais ocorrem a partir da interação entre processos de crítica e transformações no ambiente, as quais ocorrem em um ciclo envolvendo o ambiente macro e microinstitucional. Esses gatilhos podem provocar a mudança institucional, observada a partir da mudança na forma como os atores interpretam, conduzem e justificam as suas atividades. Ou ainda, podem afirmar as instituições já existentes, dando novos contornos, mas sem provocar mudanças na forma como os atores conduzem suas atividades, interpretam e justificam suas condutas.

No cenário posto em análise, compreende-se que com as manifestações críticas promovidas pela OMS e por outros órgãos baseados em pesquisas científicas, as quais geraram instabilidades nas interpretações acerca do tabaco em torno da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, as críticas internas às relações entre os agricultores e as empresas integradoras, aliadas às transformações no comércio internacional e no ambiente concorrencial com outros países produtores de tabaco, bem como demais transformações em espaços locais, como a problemática de mão de obra no rural, entre outras, criou um ambiente de incerteza no qual os atores viram-se compelidos a justificar as suas ações. Ao mesmo

tempo, alguns atores mobilizaram reflexões as quais, oriundas dos mundos em regimes metapragmáticos, passaram a questionar as suas realidades, as suas ações, e, assim, remodelaram as suas interpretações sobre a produção de tabaco, adaptando-se a hábitos que passaram a emergir no entorno e, assim, selecionando novas condutas, novas interpretações e novas formas de justificar as suas ações. Aspectos, principalmente, verificados entre alguns agricultores familiares fumicultores, revelando a heterogeneidade de trajetórias selecionadas a partir da variação de hábitos. Entre o universo de agricultores entrevistados, portanto, observou-se diferentes agrupamentos que, compartilham diferentes interpretações, seja para manter as instituições vigentes, seja para justificar as suas novas condutas.

7.2 OS PROCESSOS DE MUDANÇA INSTITUCIONAL NAS TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO

Com o objetivo de identificar processos de mudança na forma como os agricultores familiares conduzem suas vidas e, principalmente as interpretam e justificam, relata-se, aqui, três diferentes trajetórias de vida que demonstram a emergência de novas instituições nesse contexto. Essas trajetórias emergem do que se pode chamar de um processo de descontentamento dos agricultores com a produção de tabaco, somados aos movimentos de críticas externas que mobilizam processos de reflexão dos agricultores, bem como transformações nas exigências das empresas, nas relações comerciais internacionais e em processos de revalorização da agricultura familiar enquanto produtora de alimento, além de incentivos governamentais para algumas cadeias produtivas, conforme será descrito a seguir.

Dessa forma, primeiramente, identificou-se um grupo de produtores que parou com a produção de tabaco, ação realizada, em sua maioria, recentemente e que vem acompanhada de um processo mais longo de mudança na forma como eles interpretam a agricultura e o rural. Destaca-se que, em muitos desses casos, algumas das instituições que identificamos como as que sustentam a fumicultura, ainda são reivindicadas por eles, como parte de um processo de mudança ainda em curso, em que as velhas instituições ainda entram em choque com as novas, assim como, muitas vezes ainda fazem parte da realidade. Assim, foram identificadas seis famílias entrevistadas que deixaram de produzir tabaco, buscando a inserção em outra cadeia produtiva, ou ainda, construindo mercados para produções como hortigranjeiros. Transformaram, assim, suas identidades de fumicultores para outras identidades profissionais.

Também na direção da mudança da rede institucional, foi categorizado um grupo de agricultores que mesmo mudando suas formas de interpretação e vínculos com o tabaco, não

mudaram suas condutas, mantendo a produção. Contudo, são agricultores que estão em busca de alternativas que possibilitem a diminuição gradativa da produção de tabaco até a sua total desvinculação. Produziram, portanto, um descontentamento que engloba fatores como penosidade do trabalho, saúde da família, baixa lucratividade, necessidade de investimentos, dentre outros que mobilizaram reflexões e questionamentos sobre a sua vinculação com o tabaco. Assim, para que suas mudanças de conduta ocorram, reivindicam maior apoio governamental em direções que ainda não são atendidas, flexibilização da legislação sanitária e da burocracia, dentre outros.

Por fim, identificou-se processos de mudança institucional na direção de mudança do tabaco como atividade principal para o tabaco como renda extra entre agricultores que vem direcionando a sua vida para a produção de soja. Segundo eles, suas mudanças foram impulsionados pelas políticas de incentivo à produção de soja, devido à facilidade de financiamentos para a sua produção, aliado à facilidade de mercado e aos altos preços desse produto no mercado. Assim, transformaram algumas das suas terras, bem como arrendaram, para a produção de soja, criando novos vínculos e novas identidades. Apesar de não terem abandonado a produção de tabaco, observou-se que gradativamente houve a diminuição e há um processo em curso de desvinculação com o mesmo.

O importante dessa análise de mudança institucional, em nosso caso, é compreender como ocorreu esse processo e quais foram os acontecimentos e reflexões que permitiram a emergência de novas instituições. O que permitiu mudar a rede de instituições que sustentam a fomicultura no que tange ao emaranhado entre as interpretações de que é apenas o fumo que dá nas suas propriedades, bem como, é ele que traz o desenvolvimento, além do que permitiu quebrar o vínculo tradicional e, por vezes geracional, com esse actante.

7.2.1 “Agora nós podemos escolher”: a conversão da produção de tabaco e a busca por um novo modo de vida

Ao analisar as trajetórias de vida dos agricultores familiares, inicialmente apresenta-se um grupo de agricultores que estão descontentes com a cadeia produtiva de tabaco na atualidade e optam por trajetórias de vida que se distanciam da produção de tabaco, revendo as interpretações citadas no capítulo 04. Assim, uma direção seguida por agricultores familiares fomicultores é a conversão do modelo produtivo da propriedade e, portanto, o abandono da produção de tabaco. Conduta e interpretação que vai ao encontro das propostas teóricas e governamentais da diversificação das áreas cultivadas com tabaco. A troca

produtiva acarretou em mudança significativa no modo de vida das famílias, impulsionadas por desilusões com a produção de tabaco, bem como pelo encontro de alternativas economicamente viáveis e mais satisfatórias, de acordo com suas justificativas. Nesse processo, as famílias não se dispuseram ao processo de mudança exigido pelas empresas, buscando novos rumos produtivos. Esses, por sua vez, são fruto de uma postura dos agricultores que se dispuseram a buscar e construir novos mercados, alguns trocando para outras cadeias produtivas, enquanto outros se aventuram na construção de mercados de proximidade, de cadeias curtas, venda direta e etc. Esse processo de mudança, por vezes, tem o apoio de órgãos de assistência técnica e extensão rural, de atores locais e de políticas públicas, o que por vezes não acontece, sendo uma iniciativa solitária da família.

Seis famílias entrevistadas deixaram de produzir tabaco⁶, buscando novas alternativas produtivas para a sobrevivência no meio rural. Assim, são seis famílias que realizaram a conversão da propriedade, substituindo a produção de tabaco por outras fontes de renda como: produção de leite, gado de corte e hortifrutigranjeiros, principalmente. A mudança apresentada pelas famílias consiste em uma trajetória que compreende a existência de outra ou outras atividades como capazes de sustentar a família e, principalmente, com menos mão de obra, trabalho penoso e insegurança climática. Assim, apesar de continuar acreditando que a produção de tabaco garante boa rentabilidade aos pequenos produtores rurais, consideram que, atualmente, podem optar por atividades que não lhes garantam tanta rentabilidade, mas outros ganhos que serão descritos ao longo do texto. Esse processo de mudança reforça a compreensão de que não é uma instituição que justifica a conduta dos atores, mas uma rede, um emaranhado de interpretações que mobilizam a realidade social.

Finalizar a produção de tabaco consistiu em uma decisão em médio prazo, visto que outras possibilidades de renda vinham sendo planejadas e executadas. Com isso, observa-se que deixar de produzir tabaco não é uma conduta concomitante a uma ou mais novas produções, mas posterior. A trajetória das famílias analisadas não é homogênea, sendo alguns aspectos comuns e outros que merecem destaque pela sua diversidade, compreendendo que não há homogeneidade entre os produtores de tabaco, bem como na agricultura familiar de modo geral. É, por isso, que encontramos diferentes direções na vida das famílias, o que nos leva a compreender diferentes instituições que emergem e orientam a vida dessas famílias.

⁶ Salienta-se que o objetivo dessa tese não é mostrar o percentual de famílias que mudaram, mas apresentar as características de diferentes trajetórias das famílias produtoras de tabaco demonstrando a heterogeneidade que vem acarretando em mudanças nas suas interpretações e condutas.

Dessa forma, trata-se aqui de uma conduta que levou a busca por outra atividade produtiva que, inclusive, põe fim a sua identidade de fumicultor para situar-se em outra identificação profissional. Essas famílias, portanto, não são apenas ex-fumicultoras, mas produtores de hortaliças, feirantes, produtores de leite e criadores de gado, dentre outras classificações que acompanham a identificação de agricultor familiar ou colono. A mudança institucional, nesse sentido, passa, portanto, por uma mudança identitária, em que a família rompe com o vínculo com uma planta, com uma rotina, com um modo de vida e uma série de conhecimentos desenvolvidos e herdados. E, além disso, está disposta a construir uma nova identidade, novos conhecimentos e novos vínculos, ou estreitar os já existentes em outra atividade produtiva, a qual possui outras relações.

As motivações para isso, não são diferentes das demais famílias que estão descontentes com a produção de tabaco, ou alguns problemas bem corriqueiros na agricultura familiar contemporânea. Dificuldade de mão de obra, de sucessão, trabalho penoso com o tabaco, pouca valorização das empresas na hora da venda, riscos agrícolas como granizo – o que mais gera insegurança na produção de tabaco – dentre outras que motivam as famílias a construir suas críticas e exporem suas denúncias.

Dessa forma, cabe-nos compreender o que motivou essas famílias a converterem a propriedade? Quais os principais acontecimentos que geraram reflexões e mudanças nas interpretações e condutas? O que lhes propiciou buscar atividades produtivas que, muitas vezes, são desqualificadas por outros produtores rurais? Portanto, quais as interpretações construídas que lhes mobilizaram para a mudança nos rumos da propriedade? O trabalho penoso é um dos itens importantes nas denúncias dessas famílias, como afirma o agricultor de 55 anos: “Não quero mais saber de fumo porque tem que trabalhar” (FAMÍLIA Nº 09, 2015). Aliado a isso, estão as inseguranças com o tabaco, conforme relatado pela família Nº 04.

Porque o fumo tu faz a muda na pior época, quando tá mais frio. Tu tem que repicar a muda né. Aí tu passa pra lavoura e quando tá mais ou menos, tu faz o seguro, mas tu quando levanta uma nuvem, tu já fica com aquela coisa, será que vai cair granizo? Será que vai quebrar o fumo? Aí tu colhe e coloca em baixo do galpão, quando tu vai vender é um estresse total porque aí as firmas fazem o que querem, paguem o que querem (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTORA DE 54 ANOS, 2015).

Outro fator importante mencionado na gramática de denúncias desses agricultores ao serem questionados sobre a conversão é o uso de agrotóxicos. “Que com o fumo quanto veneno. Acho que aquilo não ia mais muito longe e ia se intoxicar com tudo. Claro, eles exigiam os macacão, as máscaras e as luva e tudo, mas quem aguenta isso no calor. Capaz de

morrer não do veneno, mas de calor” (FAMÍLIA Nº 11, AGRICULTORA DE 69 ANOS, 2015). A saúde, portanto, também é uma justificativa para a mudança de pensamento da família Nº 26, quando compara com a atividade atual de criação de gado de corte. “A saúde. A gente não tem mais saúde pra isso. Com 60 anos já não faz mais o que fazia” (FAMÍLIA Nº 26, AGRICULTOR DE 60 ANOS, 2015).

É que a gente tá produzindo algo que vai fazer mal a pessoa né, isso também me motivou mais ainda a parar, porque a gente tá plantando uma cultura que um dia vai virar fumaça [...]. Uma palestra da Souza Cruz que eles fizeram e ele disse assim: "você sabiam que tudo isso que vocês tão produzindo, todo o fumo um dia vai virar fumaça?" E eu fiquei pensando, é verdade, tudo que eu plantei um dia vai passar pela boca de alguém e virar fumaça e vai prejudicar aquela pessoa (FAMÍLIA Nº 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015).

Por essas denúncias, essas famílias passaram a investir em outra atividade. Cada qual com seu processo e sua trajetória, as famílias buscaram diferentes atividades de acordo com a interação de critérios como: oportunidade, aptidão, preferências, necessidade de mão de obra, disponibilidade e característica das terras, mercado e disposição para construir mercado, apoio de políticas públicas e assistência técnica e extensão rural. Desenvolvendo a interação desses critérios, apresenta-se a trajetória de cada família, com foco para o início das atividades com a nova produção.

A família entrevistada de número 04 possui sua trajetória de produção e modo de vida rural baseado na produção de tabaco e de arroz, produtos típicos da comunidade, sendo adaptados de acordo com as terras. Ao longo da participação em cursos desenvolvidos pelo CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), há 20 anos, a família passou a ampliar a produção de hortaliças e frutas, como um complemento de renda, bem como a produção de rapaduras, como atividade principal da mulher. “Uma vez eu fazia um curso no CAPA né, e eles já alertavam sobre o fumo, que o fumo ia terminar, que era pra diversificar né. [...] Aí começamos já, há muitos anos atrás, plantar arvoredos, pêssego, bergamota, laranja. Desde ali a gente já veio trabalhando isso ali” (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTORA DE 54 ANOS, 2015). A produção de hortaliças, frutas e rapaduras de açúcar mascavo⁷ passaram a ser comercializadas de porta em porta na pequena cidade, uma vez na semana, mercado que ainda permanece ativo sob responsabilidade do agricultor de 60 anos. “Tem um Corcel 1 que ele passa todo sábado de tarde. Todo mundo já conhece. É de anos” (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTORA DE 54 ANOS, 2015).

⁷ A produção é realizada informalmente na cozinha da casa.

A produção de hortaliças também foi adicionada a trajetória de vida da família N° 24. Casados há poucos anos, o jovem casal que dava continuidade à produção de arroz e tabaco na propriedade dos pais decidiu começar a produção de hortaliças em estufas, com o sistema hidropônico. O agricultor conta que começou a produção de hortaliças em lavoura em 2011, ampliando para a produção em estufa há dois anos. Atualmente, a família produz pepinos, morangos, alface, brócolis e couve, além de continuar a atividade leiteira em conjunto com os pais. A comercialização da produção iniciou com a busca pelos supermercados da região, nos quais a produção foi sendo colocada gradativamente. A busca pelo mercado para a produção de hortaliças constituiu uma tarefa difícil para o agricultor de 26 anos que aos poucos foi acordando com supermercados da região a comercialização dos seus produtos. “No início ter cara de pau um pouco né. Chega oferecendo e aí como as pessoas não conhecem a gente, a gente tem que ir conquistando né. Mas hoje as pessoas já conhecem, tanto que hoje eu não tenho produto que chegue né” (FAMÍLIA N° 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015).

A opção pela produção de hortaliças em estufas também foi uma das atividades escolhidas pela família N° 09. Há dois anos os irmãos solteiros resolveram investir em duas estufas de produção de tomates, os quais passaram a ser comercializados em casa ou no centro de duas cidades vizinhas. A venda direta vem sendo o canal de comercialização dos irmãos que conseguem comercializar toda a sua produção dessa forma. “Isso aqui não é que a gente vai ficar rico né, mas é um complemento, ajuda. Por exemplo, agora é uma época que tu tem aquele dinheirinho pra manter a casa assim. Então tu já vai a Nova Palma com 300 quilos a 6, são 1800 reais” (FAMÍLIA N° 09, AGRICULTOR DE 55 ANOS, 2015). A produção de tomates é parte da renda dos irmãos que herdaram as terras de seus pais, tradicionalmente cultivadas com tabaco, feijão e com a criação de gado de corte. Essas duas últimas, ainda são atividades desenvolvidas pelos irmãos que optaram, recentemente, pelo fim do vínculo com o tabaco.

A criação de gado de corte foi também o investimento realizado pela família N° 26. As terras cultivadas com tabaco foram substituídas por pastagem organizadas em pequenos piquetes, na qual é possível engordar 20 cabeças de gado a cada 04 meses. A escolha pelo gado, além de ser uma atividade prazerosa para o agricultor de 60 anos, consiste em uma atividade que demanda pouca mão de obra em uma família composta apenas pelo casal, sem a sucessão dos filhos.

O gado é pouco serviço. Eu vou ali de manhã e abro os piquetes e no outro dia de manhã e vou lá e fecho um e abro outro de novo e quando tem que passar pra mangueira, aí a mulher me ajuda e botamo no brete e aí só nós dois fizemos. Só quando tem que capar algum terneiro que o cara compra, aí tem que pegar algum de fora (FAMÍLIA N° 26, AGRICULTOR DE 60 ANOS, 2015).

O agricultor comercializa o boi gordo vivo diretamente para outros agricultores que não criam, ou ainda, consumidores urbanos, os quais, muitas vezes utilizam a propriedade do agricultor para o abate, levando a carne que será armazenada pela família consumidora. Consiste em um mercado que foi sendo construído pelo casal ao perceber que muitas famílias buscavam esse tipo de carne, a qual sai mais barata para o consumidor quando comparada à carne adquirida em supermercados. Mesmo aspecto que levou, mais recentemente, à pequena criação de frangos, a qual é comercializada diretamente a famílias nos municípios vizinhos. O frango é abatido informalmente na propriedade e comercializado às famílias que procuram o produto por suas qualificações referentes à alimentação e qualidade da carne.

O investimento na criação de gado de corte, juntamente com a fabricação de queijo colonial (informalmente), também são as atividades desenvolvidas pela família Nº 28 que, assim como a família Nº 26, possui fonte de renda oriunda da aposentadoria, além de não ter sucessão na propriedade, dois fatores determinantes para o fim da produção de tabaco. Característica também presente na família nº 11, que substituindo a cadeia produtiva do tabaco pela cadeia leiteira, experimentou, ainda, a produção de aves de corte, de suínos e de arroz. Constitui uma família que possui a característica de arriscar e nos últimos 05 anos firmou-se na produção de leite, a qual é comercializada para uma cooperativa local. A atividade também é desenvolvida por um de seus filhos, o qual possui uma propriedade na vizinhança e, dessa forma, permitem-se a troca de serviços, o que torna a atividade menos penosa. “Mas o tambo de leite é melhor. Bem melhor. Tira leite e larga, eles vão pastar, de noite vem de novo, tira leite. Não precisa de veneno e nada. É uma tranquilidade”, afirma a agricultora de 69 anos (FAMÍLIA Nº 11, 2015).

Para as seis famílias analisadas, a busca pelas novas atividades não tiveram uma influência direta de políticas públicas ou entidades. As atividades foram escolhidas pelos próprios agricultores, bem como, buscaram ou construíram os mercados individualmente. Contudo, ao longo do desenvolvimento da trajetória de vida e das atividades, as famílias vêm buscando e tendo o apoio de políticas públicas e de entidades envolvidas com o rural. É o caso do apoio dos escritórios municipais da EMATER-RS, seja com orientações técnico-produtivas, seja com informações e a inserção em políticas públicas. Para a produção de hortaliças e frutas, atualmente, as famílias nº 04, 09 e 24 possuem orientação de técnicos da EMATER-RS que fazem acompanhamento das atividades. Para a criação de gado de corte da família nº 26, a EMATER-RS também vem atuando na orientação sobre manejo sustentável de pastagens e melhor aproveitamento das terras. Quanto à família nº 11, a orientação técnica

na produção de leite vem sendo realizada pela cooperativa que recebe o produto. Contudo, os agricultores buscam referências também em outros lugares como, por exemplo, troca de informações entre produtores, internet e agropecuárias, além de todos destacarem a construção do conhecimento por meio da prática, das experiências na propriedade e com as experiências dos vizinhos.

Os técnicos da EMATER-RS também possuem um papel fundamental na inserção de alguns desses agricultores no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Duas das famílias entrevistadas comercializam ou já comercializaram suas hortaliças e frutas para a alimentação escolar no próprio município. Apesar de ser um importante canal de comercialização da agricultura familiar brasileira na atualidade, o papel do PNAE não é significativo nas narrativas das famílias entrevistadas, mesmo as que estão inseridas nessa política pública. O agricultor de 26 anos considera o PNAE como um canal a mais de comercialização, no qual são comercializados morango, pepino, repolho e brócolis. “É vantagem, eu gosto, é sempre um lugar a mais né que a gente tem” (FAMÍLIA Nº 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015). Política desqualificada pelo agricultor de 36 anos da família Nº 04, que destaca as dificuldades e desvantagens em comercializar os seus produtos para o município. “É um compromisso pra pouca coisa” afirma o agricultor de 36 anos em relação à comercialização em um município que possui poucas escolas e poucos estudantes. Todavia, a principal dificuldade encontrada pela família é a relação com os responsáveis pelo planejamento das entregas.

O contrato é para um mês, mas pega quinzenal e uma semana sim e outra não. Aí eu vou me comprometer por três cabeça de repolho, aí cinco pé de alface numa semana. Então não é viável, nem lucro, e eu vou perder, daqui me deslocar pra lá, ou mesmo fazer o contrato hoje e ir lá assinar, eu perco uma manhã. O serviço do interior não vale, o dia vale também (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

Em um dos municípios pesquisados, destaca-se, ainda o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e o Programa de Promoção da Agricultura Familiar Sustentável, chamadas pelos seus atores, respectivamente, como chamada da diversificação e chamada da sustentabilidade. A família nº 24 e a família nº 26 são beneficiárias, respectivamente, da chama da diversificação e da chamada da sustentabilidade. Por meio dessas, os produtores participam de palestras, cursos e recebem o acompanhamento da EMATER-RS (executora das chamadas) em suas propriedades, buscando desenvolver alguma atividade de diversificação em áreas de tabaco ou de sustentabilidade na propriedade.

Quanto a políticas de financiamento, os agricultores reclamam da falta de apoio governamental para aquisição, por exemplo, de materiais para a construção de estufas para

plantio das hortaliças. Destaca-se, ainda que, do momento da migração para outra atividade, cinco das seis famílias não têm mais acionado programas como o PRONAF e, assim, as atividades vêm sendo custeadas pelos próprios agricultores com recursos, em sua maioria, advindos da produção de tabaco que lhes permitiram investir em novas atividades. No caso da família produtora de leite, os financiamentos não são mais possíveis em virtude do endividamento da família por conta de frustrações de outras atividades como a criação de suínos e aves, as quais foram derivadas de financiamentos ainda em débitos.

As trajetórias das famílias, acima descritas, possuem, portanto, um ponto de ruptura com a produção de tabaco, a qual varia de famílias que romperam o vínculo há 08 anos até famílias que romperam há 01 safra do ano das entrevistas (2015). Dentre os fatores fundamentais para o ponto de rompimento, salienta-se a saúde da família, a aposentadoria e o desenvolvimento positivo das outras atividades, além da falta de mão de obra, seja pelo êxodo dos filhos, seja pela dificuldade de contratação de prestadores de serviço, bem como a garantia de autonomia dos filhos que deixaram a propriedade e, portanto, não dependem mais da renda advinda dela. Entretanto, um fator não é, isoladamente, o ponto de rompimento com a atividade fumicultora, sendo, como tratado anteriormente, um conjunto de fatores, que juntos vão aumentando o peso na balança das escolhas produtivas e dos modos de vida.

Na trajetória da família nº 04, a produção de tabaco era concomitante a venda das hortaliças que já ocorriam há 20 anos. Contudo, o envelhecimento dos pais e a falta de disposição e satisfação dos filhos, que os sucedem na propriedade, para a continuidade da produção de tabaco, foram aliados de um problema de saúde que acometeu o pai da família, o qual foi diagnosticado como decorrente do trabalho com o tabaco.

Na tomografia apareceu sinusite fúngica. [...] Aí o médico explicou que provavelmente é consequência do fumo, porque diz que tem bastante na região de Agudo, onde que é mais no fumo. [...] Aí nós, depois de um mês e pouco depois, ele fez a cirurgia, mas não passou um ano e o fungo voltou. Agora 13 de junho ele fez de novo então, a mesma cirurgia de novo. Da primeira, ainda, nós tinha continuado com o fumo. Não sei se foi isso que voltou (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTORA DE 54 ANOS, 2015).

O agravamento da doença do pai e a suposta vinculação com o tabaco, também foram aliados à crise dos preços do tabaco na safra 2014/2015 e, dessa forma, o momento da entrevista, época em que os produtores começavam o plantio do tabaco, consistiria no primeiro ano da família sem a rotina vinculada ao fumo. O filho destaca também a falta de satisfação com a produção de tabaco e a satisfação com a produção de hortaliças. “Só que não gostava. Eu preferia fazer os meus serviços nas hortas. Cada um, acho que tem uma função,

um dom na vida. Eu gostava de lidar, de me entreter com as plantinha lá” (FAMÍLIA Nº 04, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

O ano de 2015 foi, também, o primeiro ano sem o ritual da produção de tabaco para a família nº 24. Ainda na safra de 2014/2015, o agricultor de 26 anos cultivou tanto o tabaco quanto o arroz, ambos deixados na safra de 2015/2016. Na entrevista, o agricultor traz as justificativas para o ano no qual tomou a decisão de não mais produzir, o qual consiste no ano em que seu filho nasceu.

Não teria como né, questão de mão de obra que é só eu e a minha esposa, e nós tamo com filho pequeno agora então não tem como nós continuar. E outra que nós tava vendo que as verduras tavam dando bem e aí a gente plantava e no inverno já dava. Só que aí não era a época boa de fazer dinheiro com as verduras e aí a gente decidiu vamo parar, vamo arriscar, vamo ver no que que vai dar. É não é fácil né, a gente que é acostumado a vida toda a plantar fumo, dum ano pro outro dizer assim a não vou plantar mais! (FAMÍLIA Nº 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015).

O agricultor de 26 anos destaca o papel fundamental da esposa na decisão, tendo em vista que, para ele, viver sem o hábito e o ritual da produção de tabaco que envolvem várias épocas do ano, ainda lhe traz insegurança. “Quando eu começava a colher e as outras pessoas começavam a colher e eu pensava: bah e nós? Mas a gente tava aqui colhendo as verduras, né”. [...] Eu ano passado achei: a não vou plantar mais, mas chegava a época de plantar e deu vontade de montar umas mudas (FAMÍLIA Nº 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015). Sentimentos que acompanha algumas das famílias analisadas, mas que foi uma decisão fundamental para a continuidade da vida no meio rural, tendo em vista a idade associada à saúde.

Quadro 4 - Resumo do processo de mudança de cada família analisada.

FAMÍLIA	ACONTECIMENTOS QUE MOBILIZARAM REFLEXÕES	INÍCIO DA(S) NOVA(S) ATIVIDADE(S)	FATORES DE MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA	MARCO DO FIM DO VÍNCULO COM O TABACO	GATILHO PARA O FIM DO VÍNCULO COM O TABACO
Nº 04	<ul style="list-style-type: none"> - 1985 – curso CAPA – Alerta sobre o fim do tabaco; - Diagnóstico de doença relacionada ao tabaco. 	<ul style="list-style-type: none"> - 1985 – Iniciaram o plantio de hortaliças e árvores frutíferas, e produção de rapaduras; - Passaram a comercializar de porta em porta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde; - Envelhecimento; - Filhos não querem cultivar o tabaco; - Aposentadoria; - Frustração nas safras; - Encontro de outras fontes de renda. 	<ul style="list-style-type: none"> - 1º safra sem tabaco (2015/2016). 	<ul style="list-style-type: none"> - Reincidência da doença do pai da família; - Frustração na safra 2014/2015.
Nº 09	<ul style="list-style-type: none"> - Retorno de um dos irmãos para viver na propriedade (a família é composta por dois irmãos solteiros); - Preocupações com a saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sempre criaram gado e cultivaram feijão como complemento de renda; - Há 03 anos começaram a cultivar tomates em estufas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde; - Excesso de trabalho com o tabaco; - Envelhecimento; - Aposentadoria; - Não possuem sucessão. 	<ul style="list-style-type: none"> - 03 anos sem plantar tabaco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Início da atividade de produção de tomate; - Aposentadoria de um dos integrantes.

FAMÍLIA	ACONTECIMENTOS QUE MOBILIZARAM REFLEXÕES	INÍCIO DA(S) NOVA(S) ATIVIDADE(S)	FATORES DE MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA	MARCO DO FIM DO VÍNCULO COM O TABACO	GATILHO PARA O FIM DO VÍNCULO COM O TABACO
Nº 11	- Experiências com vários tipos de produção; - Frustrações em safras.	- Produção de leite de vaca há 05 anos.	- Saúde; - Envelhecimento; - Não possuem sucessão na propriedade; - Aposentadoria; - Excesso de trabalho com o tabaco.	- 05 anos sem plantar tabaco.	- Frustração com a atividade de criação de suínos/endividamento; - Investimento na produção de leite e necessidade das terras para pastagens; - Filhos já possuem autonomia.
Nº 24	- Palestra Souza Cruz – “tudo o que vocês plantam um dia vira fumaça”.	- Há 05 anos iniciou a produção de hortaliças em lavoura e há 02 anos em estufas; - Há 05 anos vem buscando mercado.	- Saúde; - Pouca mão de obra; - Bons resultados com as hortaliças.	- 1º safra sem plantar tabaco (2015/2016).	- Nascimento do filho; - Decisão da esposa de não trabalhar mais com o tabaco; - Falta de mão de obra.
Nº 26	- Muito cansaço e trabalho com o tabaco; - Frustração na safra.	- Há 03 anos iniciou a criação de gado de corte.	- Saúde; - Envelhecimento; - Não possuem sucessão na propriedade; - Aposentadoria; - Pouca mão de obra; - Bons resultados com a criação de gado.	- 03 anos sem plantar tabaco.	- Início das atividades de criação de gado; - Frustração da safra; - Filhos já possuem autonomia.
Nº 28	- Incentivo do filho que saiu para estudar; - Cansaço com o trabalho com o tabaco.	- Sempre produziram queijo ou leite de vaca e criaram gado de corte como complemento de renda.	- Saúde; - Aposentadoria; - Envelhecimento; - Não possuem sucessão na propriedade.	1º safra sem plantar tabaco (2015/2016).	- Frustração da safra; - Filho já possui autonomia; - Transformação das lavouras em pastagens.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Entretanto, as seis famílias analisadas são agricultores que, ao mudarem as suas trajetórias de vida e suas interpretações sobre a produção de tabaco e alternativas de geração de renda no meio rural, foram estigmatizados por vizinhos e familiares. A percepção do grupo, o qual os agricultores fazem parte, consiste em um dos critérios importantes para as escolhas sobre o que pensar e o que fazer. Conforme expôs Hodgson (2006), a coerção do grupo social pode ser um dos fatores importantes para a dificuldade das mudanças institucionais. Sendo seres sociais, a identidade, as relações e a aceitação são componentes de uma moral, a qual constitui cada sujeito e, dessa forma, interfere nas suas escolhas, assim como suas escolhas interferirão nesses componentes da vida social.

Ao relatarem sobre a decisão e o ato de parar de cultivar o tabaco, portanto, os agricultores mencionam expressões dos vizinhos ou familiares que alertaram sobre os ganhos com o tabaco e a impossibilidade de viver sem esse actante em suas vidas. “Quando eu parei agora de plantar fumo, muitos deles falam assim: tu tem coragem de parar? E eu: sim. Aí

diziam: mas tu é loco! Até parente me dizia: tu vai morrer de fome! Mas aqueles que tem a loucura que se diferenciam, né” (FAMÍLIA Nº 24, 2015), afirma o jovem de 26 anos que teve o apoio dos pais para a mudança, os quais já haviam finalizado as atividades com a produção de tabaco, repassando a atividade produtiva do tabaco e do arroz ao filho. Na trajetória da família nº 09, os vizinhos e parentes o alertaram sobre os ganhos do tabaco.

Nós resolvemos parar. Mas o pessoal disse: bah, vocês fazem dinheiro com o fumo! Eu disse: sabe de uma coisa, uma que a gente não tem mais saúde. Eu tenho problema de saúde. Eu digo, o ano inteiro atrás dessa coisa. Gira e no fim das contas não sobra nada. Todo mundo disse, mas vocês não vão plantar fumo? (FAMÍLIA Nº 09, AGRICULTOR DE 55 ANOS, 2015).

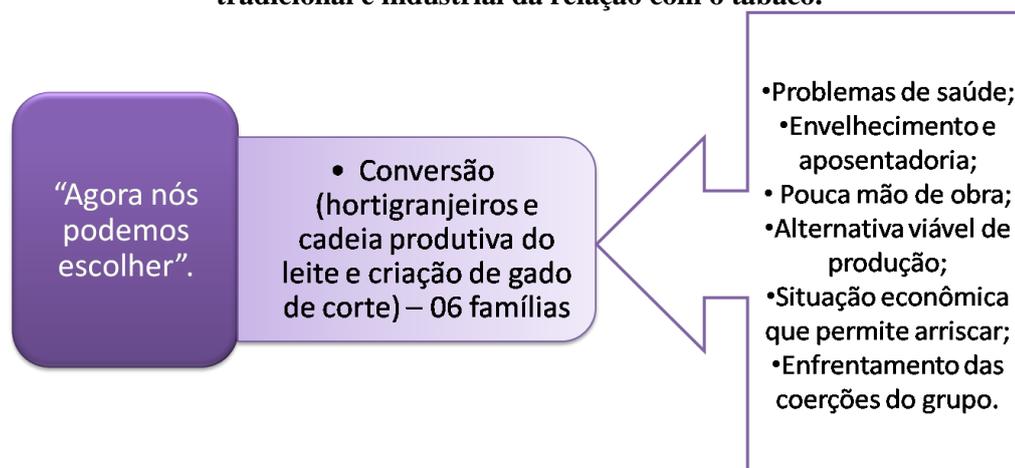
A imagem e a relação com o grupo também é manifestada pelo agricultor de 60 anos o qual destaca que os assuntos em torno do tabaco unem o grupo o qual faz parte (FAMÍLIA Nº 28, 2015). As qualificações que os outros conferem a esses agricultores, portanto, são estigmatizadas pelas suas decisões e mudanças na forma de pensar. Contudo, observa-se que começam a ser exemplos para vizinhos e parentes na medida em que as novas atividades vão sendo desenvolvidas.

[...] é difícil de imaginar o que vai acontecer, mas creio que muitas pessoas vão mudar, porque vão ver a diferença aqui. [...] Não pra a gente se exaltar, mas pra que as pessoas também possam mudar a qualidade de vida. A gente vê tantas pessoas passando trabalho, sofrendo, muitas vezes desnecessário (FAMÍLIA Nº 24, AGRICULTOR DE 26 ANOS, 2015).

Observa-se, portanto, que os ambientes de socialização e de comunidade que os agricultores vivem influenciam diretamente nas decisões, interpretações e nas condutas de cada família. Por isso, destaca-se que um processo de emergência de novos hábitos de pensamento e comportamento gera reações de estranheza e estigmas em um primeiro momento, o que pode perdurar por mais tempo ou ir transformando-se. Aos poucos, casos que passam a ser qualificados pelos grupos como de sucesso ou bem sucedidos, começam a servir de exemplo e ser procurados e compartilhados no entorno. Como foi o caso das estufas de produção de tomate em um dos municípios entrevistados, que passou a ser disseminado e procurado como exemplo. “Nós resolvemos. Vimos no Formoso e resolvemos. Fomos no parente nosso pra ver” afirma o agricultor de 55 anos que montou duas estufas de produção de tomates (FAMÍLIA Nº 11, 2015). Caso também relatado pelo agricultor de 26 anos, “o meu primo também vai parar de plantar. Ele também já tá plantando verdura” (FAMÍLIA Nº 24, 2015).

Por fim, as seis famílias agricultoras são unânimes em afirmar que a mudança e, principalmente a decisão de parar com a produção de tabaco não é tarefa fácil. Além disso, em suas narrativas não criticam os produtores que continuam a cultivar o tabaco, pois justificam que é difícil encontrar alternativas de geração de renda nessas regiões. Assim, consideram como uma escolha possibilitada pelo encontro de uma ou mais atividades que lhes dessem satisfações e rendimentos. Mesmo que os rendimentos não sejam os mesmos da produção de tabaco, o momento da vida da família, a qual possui determinada estrutura e realização de sonhos como casa, carro, permitiu escolher por um modo de vida que é qualificado por eles como menos trabalhoso. Como afirma a agricultora de 54 anos: “a gente vê que nós temos outra opção de sobrevivência, né. Agora podemos escolher” (FAMÍLIA Nº 04, 2015). Esses agricultores salientam que a estrutura atual é oriunda da produção de tabaco, o que permitiu não precisar mais dos vínculos com esse actante.

Figura 32 - Esquema analítico da mudança institucional com base no rompimento da lógica tradicional e industrial da relação com o tabaco.



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Com isso, destaca-se que o processo de mudança na forma como os agricultores familiares fumicultores interpretam e conduzem a produção de tabaco é compreendido pelo ferramental teórico e metodológico da mudança institucional. Ao encontro do que propõe a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, os agricultores aqui categorizados reagiram às reflexões em torno dos movimentos internos e externos de crítica, encontrando alternativas que demandassem menos mão de obra, menos penosidade de trabalho, e menor utilização de agrotóxicos. Essa mudança foi possível em virtude, principalmente, de uma condição econômica favorável, destacada pelo histórico de produção de tabaco, e do encontro de uma atividade satisfatória e de geração de renda que atendessem às motivações destacadas

anteriormente. Em alguns casos, a aposentadoria rural foi fundamental para o processo de mudança, tendo em vista a segurança de renda mensal por ela oferecida. Como aspectos necessários para que essa mudança encontre mais adeptos, a partir da observação dos próprios agricultores, é necessária uma política pública de efetivo apoio para que os agricultores possam ter maior segurança de ganho financeiro enquanto as novas alternativas não se efetivem já que compreendem que o processo não é rápido, mas exige a construção de conhecimento e de estruturação de um novo modo de vida, novas relações e novas rotinas. Um dos pontos fundamentais, também destacados, é a necessidade de assistência principalmente no que tange a busca por mercados que não estejam estruturados em uma cadeia produtiva, o que também será destacado pelo grupo que será analisado no próximo item.

7.2.2 Entre as novas possibilidades e o vínculo com o tabaco: condições para o rompimento

No contexto atual, encontraram-se muitas famílias descontentes com a produção de tabaco, seja pelo preço, pela baixa lucratividade e a insegurança, seja pelo trabalho penoso e o uso de agrotóxicos. Assim, famílias que apesar de terem encontrado possibilidades de renda, as quais gostariam de realizar e transformar a propriedade, ainda possuem resistências em converter totalmente a propriedade. Portanto, observa-se que essas famílias mudaram a forma de pensar, as suas interpretações e vínculos com a produção de tabaco, mas consideram difícil a ação de conversão. Compreende-se que, nesse sentido, a mudança institucional ocorre na direção de interpretações que não considerem o tabaco como a única possibilidade de renda e de modo de vida das famílias dessa região. Com isso, torna-se mais propícia a mudança de conduta desses agricultores que já justificam e manifestam novas vontades e novas compreensões em torno do seu modo de vida e do tabaco. Contudo, esses agricultores precisam de apoio que é por eles reivindicado ao manifestar as justificativas de ainda não conversão.

Essas são as interpretações e condutas encontradas nas narrativas de seis famílias entrevistadas, as quais têm, ao longo dos anos, buscado alternativas à produção de tabaco. Conduta mobilizada pela emergência de novas interpretações sobre a produção de tabaco, as quais conduzem à revisão da compreensão de que apenas o tabaco é viável na sua propriedade. A mudança de pensamento ocorre a partir dos descontentamentos com a produção nos últimos anos, passando a observar a atividade produtiva como penosa e

degradante em relação à saúde. São famílias, portanto, que não vêm seguindo as orientações das empresas fumageiras na direção da modernização produtiva e da busca pela qualidade do tabaco. Ao invés disso, rumam na tentativa de encontrar uma nova identidade para a família e para a propriedade. Entretanto, os vínculos com o tabaco ainda os permitem a continuidade da atividade, seja porque algumas famílias ainda não encontraram uma ou mais fontes de renda viáveis para a conversão, seja porque a atividade ainda não se desenvolveu de acordo com o esperado, ou necessitam de maior apoio para tal.

Entretanto, compreende-se que as antigas instituições e pactos em relação à produção de tabaco foram abalados na trajetória dessas famílias. Emerge a interpretação de que, unindo o trabalho penoso, a necessidade de maiores investimentos e a saúde da família, o tabaco não seria mais a única alternativa para a propriedade. Além disso, essas famílias estão revendo os vínculos familiares e identitários com a produção, dispondo-se a construir novos vínculos e novas identidades e, assim, rompendo o pacto familiar. Essas percepções e mudanças são influenciadas pelas transformações contemporâneas no rural e as novas dinâmicas que vêm construindo novos significados entre o rural e o urbano. E, por fim, apesar de perceberem o tabaco como fonte de renda e desenvolvimento da propriedade na conquista de terra, casa e sustento da família, consideram aspectos destacados por um período histórico de valorização do tabaco, o que não percebem para o presente e o futuro.

“A gente não quer estar plantando fumo, mas não podemos dizer. Mas que precisamos ainda plantar, mas não queria estar plantando fumo assim. Vamos diminuir um pouco se der certo as outras coisas, vamos diminuindo (FAMÍLIA Nº 01, 2015), relata o agricultor de 40 anos ao refletir sobre o futuro. O agricultor deu continuidade à produção de tabaco iniciada pelo pai, aumentando ao longo dos anos, conforme a família aumentava. Mesmo assim, a família sempre produziu os alimentos para o seu sustento, o que sempre permitiu a comercialização do excedente de produtos como ovos, queijo, alguns legumes e milho. Entretanto, esses produtos sempre foram considerados por eles como “miudezas”, as quais servem apenas para a manutenção de algumas necessidades para a casa, sem considerarem efetivamente como renda familiar. Nos últimos anos, concomitante com a vontade de diminuir a produção de tabaco, também porque seus pais já idosos passaram a não acompanhá-los mais na atividade, mudaram a interpretação sobre as “miudezas”, compreendendo-as como possibilidades de rendimentos e geração de renda que permitisse diminuir ou, ainda, finalizar a produção de tabaco. As primeiras iniciativas em curso são a

produção de tomates em estufas⁸ e, aumento da produção de mandioca para a comercialização. “Queremos plantar tomate e tentar vender, mas não sabemos onde ainda. Se tu souber de algum lugar pra vender. Vamos ver. Quero plantar uma lavourinha de mandioca pra vender também. Pra quem quiser”, afirma o agricultor de 40 anos (FAMÍLIA Nº 01, 2015)⁹.

Motivação também salientada pela família 06: “Eu só tá faltando uma oportunidade pra mim parar com o fumo. Eu to querendo largar, mas nós não temo outra saída” (FAMÍLIA Nº 06, 2015), salienta o agricultor de 42 anos, o qual já pensou em migrar para a pequena cidade, fato repensado após a construção de sua nova casa, fruto do Programa Minha Casa Minha Vida Rural. O jovem casal que dá continuidade à produção de tabaco que os pais, já falecidos, iniciaram, buscaram informações e apoio junto a órgãos como EMATER-RS e Banco do Brasil para o início de uma nova atividade no último ano. A escolha foi a produção de leite de vaca, a qual foi repensada pelo casal em virtude dos investimentos necessários.

Nós tava com aquela ideia da vaca de leite. Nós tava assim, mergulhando de cabeça de tanto assim, que nós já tava ressabiado de fumo. Essa aí tava desmaiando na lavoura por causa do fumo e aí resolvemo: vamos colocar ali e vender leite. Só que nós achava que era a solução dos problemas. Aí nós fomos lá na Linha do Soturno, fomos nuns quantos que tinha na Linha do Moinho, fomos e se informemo e vimos aqui, mas não é bem assim também. Nós ia começar bem dizer do zero. Tu pra botar 10 vacas de leite, eu ia ter que gastar entre ordenhadeira e resfriador nos ia gastar 70 ou 80 mil. Porque ia começar do nada. E eu queria começar meio alto pra fazer um dinheiro, pra parar com o fumo. Daí eu vi que não é tudo isso também, que não é fácil (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015).

A opção pela produção de leite, a qual não é tradição na família, veio da observação e interpretação que o casal possui sobre a realidade produtiva do município. “Porque eu acho que no município tem terra pra arroz e tu planta arroz, ou soja ou é o fumo, o terceiro e o quarto é a vaca de leite. Tu vai plantar feijão pra colher a braço pra vender tu não faz mais, milho a mesma coisa (FAMÍLIA Nº 06, 2015), afirma o agricultor de 42 anos em busca de uma cadeia produtiva já estruturada no município. O casal destacou, ainda, o papel da EMATER-RS na ajuda sobre o planejamento da nova atividade, principalmente buscando levá-los a conhecer e conversar com produtores, bem como fazendo planejamento da nova atividade. “Na verdade eles nos deram tempo pra pensar mesmo porque senão, fosse pra sair,

⁸ A produção de tomates em estufas é uma atividade incentivada pelos agentes da EMATER-RS do município, a qual dá a assistência necessária. Contudo, observa-se que a escolha pela atividade é aos poucos disseminada a partir de experiências no local. Assim, conforme já exposto na trajetória de vida da família nº 11 no tópico anterior, a família nº 01 também observou a atividade de outra família que iniciou a produção de tomates.

⁹ Quatro meses após a entrevista, a família colheu seus primeiros tomates que foram comercializados diretamente nas casas das pequenas cidades vizinhas ou, ainda, na própria propriedade.

nós já tinha no impulso, já tinha se enfiado” (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTOR DE 42 ANOS, 2015).

Os altos investimentos, adicionado à insegurança sobre a satisfação da nova atividade foram os critérios fundamentais para o repensar a mudança. “Eu não quis me enfiar mais em banco, porque eu quero sair fora de banco” (FAMÍLIA Nº 06, 2015), afirma o agricultor de 42 anos que almeja construir sua vida sem os compromissos financeiros com entidades bancárias. De acordo com a agricultora de 30 anos, a família possui um compromisso financeiro que corresponde ao PRONAF Investimento para a compra de um trator, o qual ainda os mantém vinculados ao tabaco na medida em que este permite o pagamento do investimento.

Nós temos dois anos de financiamento no banco, então a gente vai zerar nossas contas e começar do zero. Aí a gente vai plantar pra viver. E o que nós gostaria mesmo é de sair das contas e trabalhar menos, só pra se manter (FAMÍLIA Nº 06, AGRICULTORA DE 30 ANOS, 2015).

Os investimentos para começar uma nova atividade ou, ainda, legalizar uma atividade já em andamento são os principais entraves para a mudança de conduta das famílias que já mudaram a sua interpretação sobre a produção de tabaco. Apesar de reconhecerem que, atualmente, há maior facilidade no financiamento das atividades rurais, todas as famílias dessa categoria reivindicam maior apoio governamental, o qual não condiz com as políticas atuais. Os investimentos na produção de tabaco realizadas nas propriedades ao longo dos anos são desqualificados por esses agricultores que são alheios ao risco de novos compromissos financeiros que os mantenham presos a outra atividade. A garantia de mercado, de preço, de recurso sem necessidade de pagamento e a diminuição da burocracia são algumas das reivindicações, por eles acionadas, que os permitiriam mudar de conduta.

Aspectos levantados pela família nº 07, a qual possui tradição na produção de derivados de cana-de-açúcar, tais como melado e açúcar mascavo, bem como na participação de uma pequena feira na cidade. A agroindústria informal e a feira, que teve início há mais de 30 anos, foi repassada pela sogra à nora que deu continuidade à atividade que mais lhe dá satisfação. A falta de recurso e as exigências sanitárias são os principais entraves da mudança nesse caso. “Se um dia eu conseguir recurso, um financiamento eu vou fazer. Porque daí eu posso vender pros mercado, posso vender pros colégios né. Só que agora eu não tenho, eu tenho medo de fazer isso, não que meu produto não seja bom” (FAMÍLIA Nº 07, 2015), relata a agricultora de 46 anos que tem buscado a ajuda da EMATER-RS para a realização do projeto.

A legalização da agroindústria é o caminho planejado pela família que aos poucos vem diminuindo a produção de tabaco, a qual é desqualificada por eles, principalmente quando comparado à produção de derivados de cana-de-açúcar. A legalização da agroindústria permitiria o aumento da produção a um patamar considerado necessário para a sobrevivência da família, bem como, daria maior segurança na comercialização. “A gente tinha como colocar tudo. Tu aumenta a produção da agroindústria e larga o fumo. Deus o livre. Se pudesse largar essa praga, o fumo. Tá louco” afirma o agricultor de 51 anos (FAMÍLIA Nº 07, 2015).

A formalização da agroindústria de derivados de cana-de-açúcar seria também um incentivo à permanência do filho na propriedade, o qual trabalha como prestador de serviço na construção civil e cultiva tabaco juntamente com a família. “Aí sim, um negócio próprio. É um serviço bom e tem bastante saída né. Agora o fumo sim, o fumo desanimou” (FAMÍLIA Nº 07, AGRICULTOR DE 25 ANOS, 2015). As justificativas para o “desânimo” com a atividade fumicultora, relatados por essa família, são similares às demais famílias, as quais compartilham as reclamações sobre os baixos preços do tabaco, os altos custos, o trabalho penoso e saúde da família. “O fumo é muito veneno. Tá louco! E depois não consegue vender bem, né” (FAMÍLIA Nº 07, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015).

Aspectos também compartilhados pelas famílias nº 25 e nº 27, as quais, mais recentemente, também vêm testando alternativas de produção e fonte de renda. Nesses casos, a produção de tabaco Virgínia foi aumentando e ocupando todo o tempo de trabalho das famílias que, apesar de continuarem a produção de alimentos para o consumo familiar, não possuíam outra fonte de renda, assim como destacado pela família nº 06. Nos últimos 03 anos, a família nº 25 iniciou pequenas atividades de produção e venda informal de derivados de cana-de-açúcar e milho, assim como a família nº 27 de frango e ovos. Beneficiários do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, as famílias nº 25 e nº 27 vêm buscando, juntamente com a EMATER-RS (executora do programa), pensar em atividades que possam diversificar a propriedade e diminuir a produção de tabaco. Além dos fatores já apresentados pelas demais famílias analisadas nessa categoria, as famílias nº 25 e nº 27 reclamam da escassez e dos altos custos com a mão de obra necessária para a produção de tabaco Virgínia, diminuindo a lucratividade, o que torna o tabaco menos atrativo para essas famílias que, por ter pouca mão de obra familiar, necessitam contratar prestadores de serviço, principalmente, na época de colheita do tabaco.

Analisando a trajetória de vida dessas duas famílias, a partir de suas narrativas, observa-se o papel importante da EMATER-RS por meio do Programa Nacional de

Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, visto que constituem famílias que não eram assistidas pela entidade antes do Programa. As famílias possuíam vínculos e assistência do Movimento dos Pequenos Agricultores, bastante atuante no município na direção da diversificação das lavouras de tabaco e da sustentabilidade. Sempre participaram, portanto, de cursos e palestras sobre produção de alimento e sustentabilidade. Nos últimos anos, portanto, a família nº 25 iniciou a produção de derivados de cana-de-açúcar e de milho para a comercialização. As atividades surgiram a partir de conhecimentos que já possuíam. No caso da produção de milho, sempre foi uma atividade realizada após a produção de tabaco. Observando que os vizinhos não queriam mais produzir o milho¹⁰, que era colhido manualmente, o agricultor de 38 anos investiu em uma máquina colheitadeira e uma de secagem, que possibilitou produzir e comercializar o milho utilizado por todos os agricultores para a criação de animais para o consumo familiar, com pouca utilização de mão de obra. Investimento também realizado para o início da produção de derivados de cana-de-açúcar, conforme relato do agricultor que mostra como foi o início da atividade.

Há 4 anos nós compramo uma máquina, demo 21 mil, uma que vai do lado do trator. Aí eu e ela peguemo, cortemo a cana, fizemo melado. Deu 300 pila por dia eu e ela. A maioria do tempo ficamo sentado do lado dos tacho. Não tamo se envenenando e deu 300 pila durante o dia. Porque é pequena por enquanto, eu disse pra ela né, 100 pila cada um que tamo trabalhando, e 100 pila tira pra luz e óleo que tem que ir buscando, mas não vai, da 50 conto (FAMÍLIA Nº 25, AGRICULTOR DE 38 ANOS, 2015).

A comercialização dos derivados de cana-de-açúcar é realizada na propriedade ou diretamente nas casas dos consumidores. O projeto futuro é a reforma de uma estrutura já disponível na propriedade e a formalização da agroindústria, o que permitiria a finalização dos vínculos com a produção de tabaco.

Porque uma coisa né, não adianta nós pará agora esse ano que vem, nem no outro. Uns 2 anos tem que toca o barco. Mas nesse ano que vem nós já vamo toca só uns 40, 45 mil. Só que daí nós tem que ir plantando cana, de repente algum pedaço vamo te que arrenda da terra dos outros ainda uns ano, pra fazer o plantio de cana na nossa. Aí depois que tu tiver umas 2 hectare de cana plantada, bem plantada, que nós temo uma quantia, mas bem plantadinho, umas 2 hectare de cana, já da pra planta só uns 5 mil pé de fumo, e ai vai indo, depois que tiver umas 3, 4 hectare garantido... (FAMÍLIA Nº 25, AGRICULTOR DE 38 ANOS, 2015).

O planejamento da família nº 25 refere-se também à busca por financiamento para a reforma do estabelecimento onde será instalada a agroindústria de derivados de cana-de-

¹⁰ A produção de milho tem um importante papel nas propriedades familiares para a criação de animais para o consumo da família.

açúcar. A EMATER-RS, por meio da assistência do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, vem atuando na construção do projeto na busca por recursos, além de acompanhar o jovem casal agricultor para conhecer agroindústrias já formalizadas.

Atividade que também é realizada pela EMATER-RS, com a família nº 27, ao buscar conhecer estabelecimentos familiares de abate de aves. Nessa família, a produção de aves teve início há um ano, quando parentes da família que migraram para centros urbanos demandaram o consumo da carne. A desqualificação da carne de frango adquirida no supermercado e os vínculos hereditários com o local foram as justificativas usadas pelos familiares e que mobilizaram a família nº 27 a tentar a produção.

Eu tenho meus parentes que moram em Farroupilha e eles gostam muito de galinha crioula, eles sempre saiam para comprar. Aí um dia minha tia disse assim: mas por que tu não cria e a gente compra? Aí como eu tinha bastante milho, eu fiz uma criada para experimentar e aí eu comecei. Eu acho que uma coisa psicológica que a gente botou na cabeça, que era aquele fumo, que a gente não parava para fazer conta que as outras coisas também têm menos trabalho e para te dizer a verdade, tem até mais lucro do que o fumo mesmo (FAMÍLIA Nº 27, AGRICULTORA DE 40 ANOS, 2015).

Reflexão realizada pela agricultora que passou a valorizar os alimentos produzidos na propriedade como fonte de renda, bem como construir novos planos para o futuro. “Eu disse assim, meu sonho, no dia que eu puder só plantar essas coisas de comer e criar e não precisar mais plantar fumo. Porque a gente se cria no meio desses fumos. Então o dia que eu puder sair do fumo, isso pra mim vai ser um sonho” (FAMÍLIA Nº 27, 2015) relata a agricultora de 40 anos. A agricultora reflete, ainda, sobre a lucratividade em comparação ao trabalho necessário para as atividades enquanto narra a reflexão sobre a trajetória de vida familiar.

Porque tu vê, há 21 anos nós estamos casados e agora no ano passado é que foi sobrar pra a gente começar a se libertar. Tu trabalha, trabalha e teu lucro é assim, enquanto tu está nas mãos dessa gente. E como eu te disse, qual o trabalho que a gente teve ali com os frangos? E nós gostamos do lucro. Esses dias eu fiz uma conta e se tu faz três criadas de 40 ou 50 frangos no ano, na média de 3 kg, dava R\$ 3.000. Tá certo que tu tem que tirar a despesa, mas eu falo, pelo tempo de serviço que tu tem pra essas coisas. Tu termina de colher o fumo, tu já tem que começar a arrumar ele seco. Quando a gente tinha que vender na firma, tu nem terminava aquele serviço dele seco, tu tinha que começar a semear. Tu não tem folga, tu tá o ano todo só em volta daquilo ali. No Globo Repórter a gente viu da produção de flores, de verduras, do pessoal que perdeu emprego, compraram um pedacinho de terra e plantaram couve, se tu ver o salário que eles tiravam ali por mês (FAMÍLIA Nº 27, AGRICULTORA DE 40 ANOS, 2015).

Os cálculos financeiros e a oportunidade de mercado, aliado à influência dos meios de comunicação e a participação da família no Programa Nacional de Diversificação em Áreas

Cultivadas com Tabaco formam a complexa interação que permite a reflexão e as mudanças de interpretação na vida social. Com a participação no programa, a família busca um equipamento de abate de aves e, então, a busca pela formalização, bem como a produção de mandioca para a venda junto a COOPERCEDRO (Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria RS), cooperativa localizada a 100 quilômetros da propriedade. A produção de mandioca vem sendo incentivada pela EMATER-RS no município, tendo em vista a demanda da COOPERCEDRO, sendo, portanto, uma alternativa de diversificação.

A formalização de uma agroindústria nem sempre é uma alternativa viável para a agricultura familiar em virtude de fatores que merecem análise. Aspecto visualizado na trajetória de vida da família nº 12, a qual mudou suas interpretações em relação ao tabaco, buscando formalizar a produção de cachaça realizada tradicionalmente no município. A influência e o apoio partiram dos irmãos que moram e trabalham em outro Estado, o que motivou a construção de uma estrutura para a produção de cachaça. O investimento foi financiado com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o que possibilitou a formalização da agroindústria. “Na época, meu irmão, os dois irmãos que estão fora, foram para Minas e Minas é a terra da cachaça e ficaram encantados com a cachaça. E eles tentaram uma coisa para nos aliviar e na verdade ao invés de nos aliviar, tirou nosso sono. Agora está feito” (FAMÍLIA Nº 12, 2015), relata o agricultor de 51 anos que demonstra seu arrependimento com a atividade.

Os altos investimentos, altos impostos sobre a cachaça e os baixos rendimentos mobilizaram o agricultor a retornar ao cultivo do tabaco, mesmo descontente com a atividade fumageira. A família voltou a produzir tabaco como forma de pagamento dos investimentos, conjuntamente com a atividade produtiva de cachaça.

No começo valia a pena, agora não vale mais a pena. O produto não vale nada, caiu, o preço é uma coisa que não muda e tudo sobe. Vai no mercado que nada está estável. Um refri está mais caro que a cachaça. Um refri está 03 pila e o litrão está 04 (FAMÍLIA Nº 12, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015).

Entretanto, pela disposição a mudanças, a família optou também pela produção de fumo orgânico, sendo uma das primeiras famílias a aceitar o desafio proposto pela empresa Souza Cruz no município. A produção de fumo orgânico foi satisfatória na avaliação da família que salienta a não utilização de agrotóxicos como o principal fator contrário ao tabaco, o que não ocorre com o orgânico. Contudo, a empresa não renovou o projeto, no ano da entrevista, tendo, o agricultor, cultivado o tabaco convencional, mesmo com insatisfação.

Como outra possibilidade e em busca de uma atividade que diminuísse a necessidade de mão de obra, o agricultor de 51 anos (FAMÍLIA Nº 12, 2015) destaca a produção de gado de corte como um sonho e uma possibilidade para o futuro, além da possibilidade de produção de soja. Hábitos que em sendo desenvolvidos por algumas famílias no entorno, passam a ser referências de conduta. Contudo, a necessidade de pagamento dos investimentos da agroindústria de cachaça é, ainda, um “elefante branco” que não lhe permite avançar em outras possibilidades.

Nós poderíamos hoje estar com outra forma de agricultura, nós estaríamos indo bem. Se não tivesse isso aqui, nós desistíamos da cachaça e íamos partir para a soja hoje, hoje nós poderíamos estar plantando para fora, eu e meu irmão (FAMÍLIA Nº 12, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015).

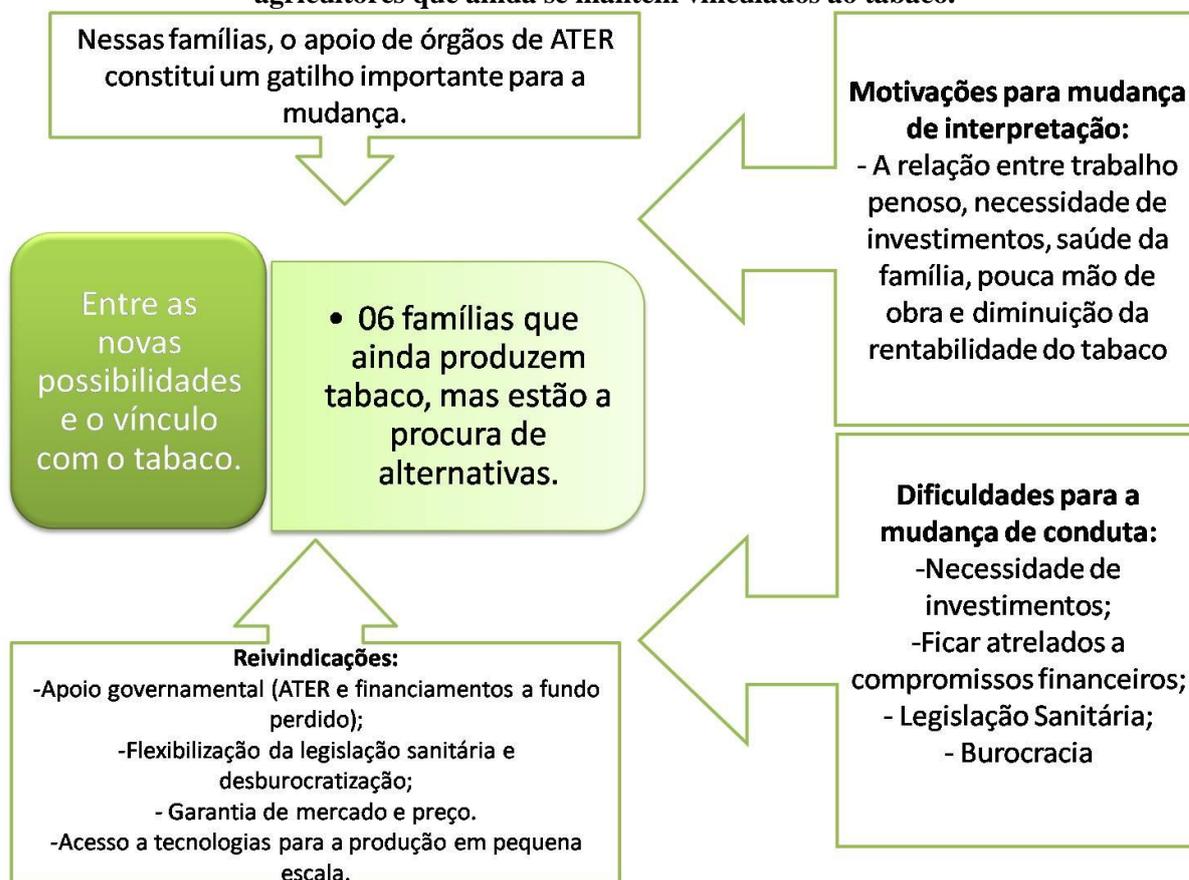
De acordo com o agricultor, o financiamento junto ao BNDES não permite que ele busque novos recursos junto a programas de financiamento governamentais e, assim, ele necessita manter-se na atividade produtiva de cachaça e tabaco. A produção de soja seria uma possibilidade levantada pela família visto que, de acordo com o agricultor de 51 anos, os vizinhos vêm buscando essa alternativa produtiva a partir de arrendamentos de terra em comunidades no entorno, bem como, é a atividade que vem sendo amplamente incentivada pelo governo brasileiro, seja pelo amplo incentivo aos financiamentos, seja pelos altos preços do produto, em suas considerações. Transformações no ambiente que, associadas às críticas ao tabaco, promovem mudanças de pensamento.

Ao analisar as trajetórias de vida dessas 06 famílias produtoras de tabaco, observam-se as dificuldades na mudança de conduta mesmo após novas interpretações emergirem das reflexões dos agricultores. O descontentamento com a produção de tabaco é compartilhada por todos que, ao buscarem abandonar a produção, deparam-se com o que consideram: falta de apoio governamental, dificuldades burocráticas, falta de recursos e mercado para as atividades escolhidas, conforme denunciam as famílias.

Observa-se, portanto, que apesar dos avanços na criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, as demandas dos agricultores ainda não são atendidas, principalmente no que tange à diversificação dos produtores de tabaco. Políticas mais efetivas para o apoio à produção em menor escala como: desburocratização, acesso a tecnologias para produção em pequena escala, oferta de recursos a fundo perdido para novas

atividades, diminuição dos custos de produção, são algumas das possibilidades que atenderiam a demanda dos agricultores.

Figura 33 - Esquema que demonstra o processo de mudança de interpretação de um grupo de agricultores que ainda se mantêm vinculados ao tabaco.



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Entretanto, na concepção dos agricultores familiares, as políticas públicas para a agricultura familiar vêm incentivando, principalmente, a produção de soja, interpretação mencionada por muitos agricultores, e que tem levado a outra mudança institucional encontrada no setor da fumicultura: a migração dos fumicultores descontentes com a produção de tabaco para a produção de soja.

7.2.3 Do tabaco como atividade principal para o tabaco como renda extra: o avanço da produção de soja entre os fumicultores

As condutas e interpretações de alguns agricultores direcionam a trajetória de vida para investimentos e mudança de identidade produtiva no sentido da sojicultura. Justificados pela facilidade de crédito para a compra de maquinários, facilidade de mercado e preços altos,

bem como menor necessidade de mão de obra, quatro famílias entrevistadas vêm investindo na produção de soja. Fato que corrobora com a mudança de paisagem nas zonas fumicultoras, em que a soja tem possibilidade de expansão. Terras que antes eram consideradas dobradas e dificultavam a entrada de maquinários para a produção de soja, agora são adaptadas para a expansão agrícola sojicultora em fase de crescimento. Ou, ainda, os produtores de tabaco, por falta de terras, buscam arrendamento em terras vizinhas que possibilitam adentrar ou expandir essa produção. Apostas realizadas por agricultores que possuem a característica de diversificar a propriedade, não apenas pelo descontentamento com a produção de tabaco, mas tendo, desde sempre, identidades diversas vinculadas aos sistemas produtivos. Com isso, salienta-se que há uma direção que mostra a mudança institucional dos produtores de tabaco e de zonas produtoras de tabaco no sentido da expansão da sojicultura, acompanhando as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, interpretadas pelos agricultores como de incentivo a algumas cadeias produtivas, e o contexto brasileiro de expansão da produção de soja.

Para mostrar um pouco das interpretações e características dessas famílias, traz-se suas trajetórias de vida e suas interpretações sobre o desenvolvimento das propriedades rurais, as quais justificam as mudanças de conduta na direção categorizada. Uma das características que unem 03 das 04 famílias entrevistadas e que se enquadram nessa direção consiste na sucessão da propriedade. Possuem, portanto, um dos filhos que já dão continuidade ao desenvolvimento da propriedade dos pais, tendo um bom entendimento no sentido de inovações, diversificação, investimentos e, portanto, mudanças. Nessas famílias, portanto, a opinião e os sonhos dos filhos vêm sendo levados em consideração na direção escolhida para a propriedade. Outra característica destacada nas 04 famílias é a diversidade produtiva, não apenas na produção para subsistência familiar, mas na diversidade de fontes de renda, as quais sempre ocorreram na trajetória da família.

Na trajetória da família de número 05, o filho, casado há dois anos, sucede a propriedade dos pais, os quais trabalham de forma conjunta em todas as atividades. A trajetória da família começou com a produção de leite, gado de corte, de feijão, arroz e de tabaco para a comercialização, há 30 anos. A produção de leite é herança da família, a qual foi contínua, sendo modernizada ao longo dos anos. A produção de feijão, diminuída ao longo dos anos, atualmente ocorre como fonte alimentar da família. A produção de arroz tem continuidade visto que a família possui alguns pedaços de terra adequados para essa cultura produtiva. Quanto à produção de tabaco, sempre realizada na trajetória da família, ocupa uma área de terra, que de acordo com os entrevistados, é uma “área que sobra” e, essa é uma das

justificativas para a sua continuidade, mesmo com os descontentamentos dos últimos anos, aspecto salientado, principalmente, pelo filho.

Destaca-se, portanto, que é na fala do sucessor, bem como da mãe, que o desejo de finalizar a produção de tabaco se manifesta, estando mais enraizado nas manifestações do pai. O filho sucessor manifesta a vontade de parar de cultivar o tabaco. “A ideia já é parar com o fumo que envolve muito tempo, a ideia é, de vagarzinho, parar” (FAMÍLIA Nº 05, AGRICULTOR DE 24 ANOS, 2015). Enquanto isso, o pai e a mãe justificam a continuidade da produção qualificando o tabaco como uma alternativa de diversificação, ao mesmo tempo em que constitui uma produção em épocas diferentes da produção de soja. “São coisas que tu tem mais uma entrada” (FAMÍLIA Nº 05, 2015), afirma o agricultor de 55 anos. “É diferente, ele vem numa época diferente do soja, mais cedo. Aí tu tem mais um alcance. Tu tem duas safra, por causa do milho” (FAMÍLIA Nº 05, 2015), relata a agricultora de 47 anos. Entretanto, na disputa de interpretações, o filho contesta dizendo que a produção de tabaco é uma ilusão, um costume e salienta que:

Se tu para pra pensar, o ano passado nós, o fumo, se não tivesse plantado, nós tinha sobrado mais do que tendo plantado fumo. Porque daí o cara ia ter tempo pra fazer outros serviços. Caprichava mais pro outro lado em vez do tempo que tu tava no fumo. E o custo mais caro, porque era mais caro os adubo e coisa (FAMÍLIA Nº 05, AGRICULTOR DE 24 ANOS, 2015).

Sob esse argumento, a mãe enfatiza os ganhos com a produção de leite e a possibilidade de produzir mais se não tiver a área plantada com tabaco.

Se tinha feito tudo pastagem pras vacas tinha feito mais leite. Só que a verdade é que o fumo não deu, porque era a mesma quantia do outro ano e não deu nada. Ele não produziu esse ano, isso foi o problema, e o preço. Colhemos, mas o outro ano deu o mesmo fumo e fizemos 500 arrobas e esse ano 250. Metade (FAMÍLIA Nº 05, AGRICULTORA DE 47 ANOS, 2015).

Afirma a agricultora de 47 anos ao concordar com o filho. Além disso, ironiza que o plantio do tabaco ainda ocorre por “medo de ficar sem dinheiro”. A disputa relatada manifesta a continuidade da propriedade a partir da mudança da produção de tabaco para maiores investimentos, principalmente na produção de leite e soja. Atividades que, segundo eles, demandam menos esforço físico, menos tempo e, portanto, sendo atividades mais fáceis. “100 hectares de soja. Não queria mais, vivia tranquilo, trabalhava menos. É a soja e o gado. Eu gosto de tirar leite também. Só o leite já envolve mais porque tem que tá todo dia em cima” (FAMÍLIA Nº 05, 2015), destaca o agricultor de 24 anos quando questionado sobre qual seria

a propriedade que ele almeja para o futuro. Demonstra, portanto, a tendência do jovem para alternativas que visem à diminuição da mão de obra, do trabalho penoso, em busca de uma vida considerada por eles como de menor penosidade de trabalho. Aspectos que mudam no contraste intergeracional.

Assim, a sojicultura surge como uma alternativa viável que atenda aos desejos de menor penosidade do trabalho e menor necessidade de mão de obra. Os problemas levantados no que tange à produção de soja são a rentabilidade por hectare, o que fica inviável em pouca quantidade de terra. Por isso, a família aposta na produção diversificada para a sobrevivência, visto que cultivam apenas 26 hectares de soja (06 hectares de terra própria e 20 hectares de terra arrendada). A produção de soja, principalmente atrelada à necessidade de arrendamento, foi intensificada nos últimos 05 anos, sendo desenvolvida com a aquisição de maquinários a partir de programas governamentais como o PRONAF Investimento. De acordo com a interpretação da família, a renda está dividida em 25% oriunda da produção de soja, 25% da produção de arroz, 20% da produção de tabaco e o restante oriundo da produção de leite e outras atividades como a criação de gado de corte e o trabalho da nora como professora na escola municipal da comunidade.

A família é bastante atuante na participação de projetos e na relação com entidades como a EMATER-RS, Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (CAMNPAL) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Consiste no estereótipo de propriedade familiar que, entidades como a EMATER-RS, acionam constantemente para o início ou experimento de uma atividade, constituindo, portanto, uma família modelo para os demais. Apesar disso, críticas e reivindicações de apoio governamental ainda são muito presentes nas suas falas, as quais são direcionadas à diminuição dos custos de produção, dos juros para investimento, de maior atenção do governo como incentivo para os jovens, já que percebem o fim das atividades agrícolas na sua comunidade, tendo em vista o crescente êxodo rural e o envelhecimento populacional. “Se tu vai ver o governo incentiva a estudar, ir pra cidade e trabalhar. É difícil tu ver alguma coisa do governo falar que pode estudar pra investir na agricultura porque tem futuro também” (FAMÍLIA Nº 05, 2015), relata o agricultor de 24 anos que destaca sua permanência no rural pelo fato de sua família afirmar o rural como local possível de viver com qualidade.

Aspectos também encontrados na família de número 10, com a qual a entrevista foi realizada apenas com o casal, fundador da propriedade, os quais possuem mais de 60 anos e continuam trabalhando na agricultura. O casal possui dois filhos que continuam na propriedade, os quais trabalham conjuntamente nas atividades de produção de leite, gado de

corte, soja e tabaco, bem como, mais recentemente, na produção de hortaliças para a venda junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, essa a carga da matriarca da família. O casal defende com intensidade a produção de tabaco, destacando sua resistência em continuar a produção visto que a produção de leite e de soja é pequena, o que não é percebido quando estes falam dos seus filhos, os quais direcionam, cada vez mais, as suas trajetórias de vida para a produção de soja e de gado de corte. “De definitivo que vão ficar na agricultura são dois, o que vai casar e o mais velho. Mas aquele se dedica mais nas máquinas, em plantar soja. Mas todos trabalham no fumo” (FAMÍLIA Nº 10, AGRICULTOR DE 70 ANOS, 2015).

A produção de soja sempre fez parte da renda da família, desde o período em que ainda era cultivada manualmente. “A gente sempre plantava um pouco de soja. Nós dizia que a soja era pra sobremesa. Sim, porque a nossa produção maior era o fumo. Hoje não, hoje a gente aumentou um pouco mais a soja” (FAMÍLIA Nº 10, 2015), conta o agricultor de 70 anos. Da mesma forma que a família anteriormente analisada, a justificativa para a continuidade da produção de tabaco reside, na pequena quantidade de área de soja, apesar dos arrendamentos, bem como na disponibilidade de áreas dobradas, nas quais a produção de tabaco é considerada a única possibilidade de aproveitamento da área.

Por fim, as famílias 14 e 15 também são características desse novo movimento, com a tendência de abandonar a produção de tabaco num futuro próximo em direção a investimentos na sojicultura. São famílias que possuem parentesco e desenvolvem grande parte das atividades de forma conjunta, revelando a diversidade produtiva: soja, tabaco, milho, laranja, pêsego e hortaliças, estas últimas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Essa diversidade vem permitindo a possibilidade de deixar de produzir tabaco, justificada pelo descontentamento dos últimos anos e pelo excesso de trabalho, mudando a interpretação do tabaco como renda principal para o tabaco como renda extra.

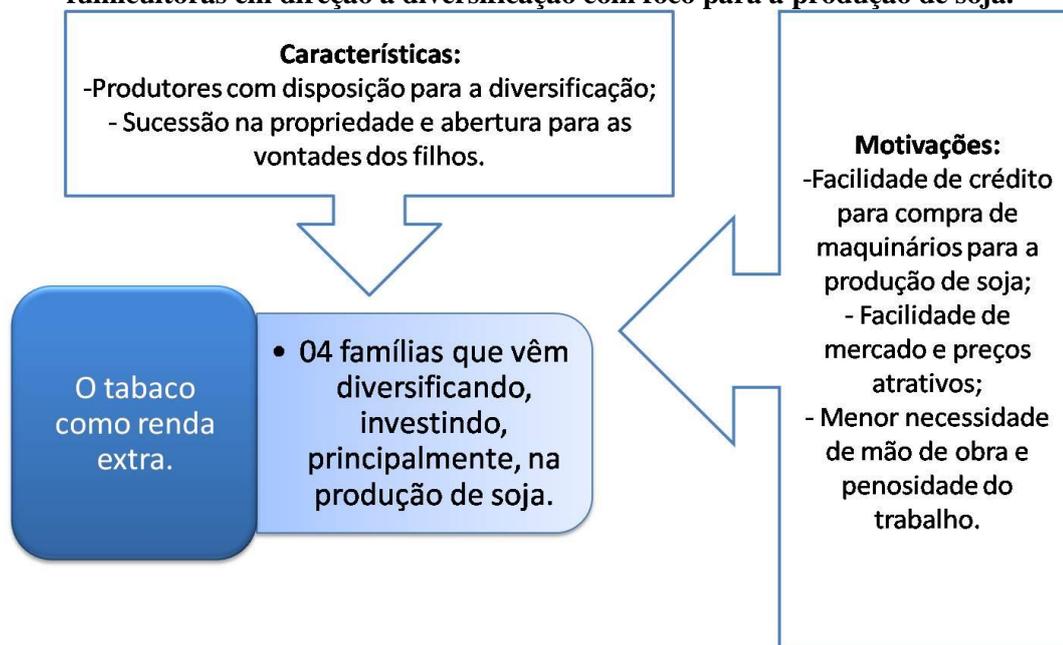
O fumo é um dinheirinho extra, uma colheita, uma safra. A gente faz a soja e é uma segunda, a soja em maio, a gente tem um bom troco. O fumo sempre valeu, não sei porque ano passado foi crítico, teve gente que foi bem, mas nós não. Meu marido diz que é o último ano que vai plantar, que está cansado. É muita coisa, eles estão aumentando as lavouras de soja, aí tem as frutas (FAMÍLIA Nº 14, AGRICULTORA DE 52 ANOS, 2015).

O direcionamento para a produção de soja começou a ocorrer ainda em terras próprias das famílias, o que foi sendo intensificado com o arrendamento de terras e o investimento em maquinários agrícolas. Dessas, apenas a família nº 15 possui sucessão na propriedade, a qual está postergando ainda a produção de tabaco justificada pela necessidade de construir uma

casa para seu filho e, assim, encaminhá-los na sucessão da propriedade. “A gente ainda tem um filho para casar, por isso ele pensa em plantar mais um ano” (FAMÍLIA Nº 15, AGRICULTORA DE 42 ANOS, 2015).

A colheita das frutas coincide com a colheita do tabaco e, portanto, é um dos principais motivos para a escolha de apenas uma das produções para o verão. A produção de frutas teve início há 15 anos, sendo comercializada diretamente ou para intermediários. Mais recentemente a produção para a Alimentação Escolar vem sendo realizada pelas duas mulheres da família nº 14 e nº 15, pois constitui uma renda extra, bem como, percebe-se que, assim como as famílias anteriores, essas são envolvidas com entidades locais e adeptas a novas atividades. Além disso, para a agricultora de 42 anos, o PNAE pode ser uma alternativa para seu filho. “Eu tô nessa merenda pensando nele e na minha nora, porque no momento que eles casarem eu entrego para eles. Ele gosta também de horta, quem sabe!” (FAMÍLIA Nº 15, AGRICULTORA DE 42 ANOS, 2015).

Figura 34 - Esquema que demonstra os mecanismos de mudança na trajetória das famílias fumicultoras em direção à diversificação com foco para a produção de soja.



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

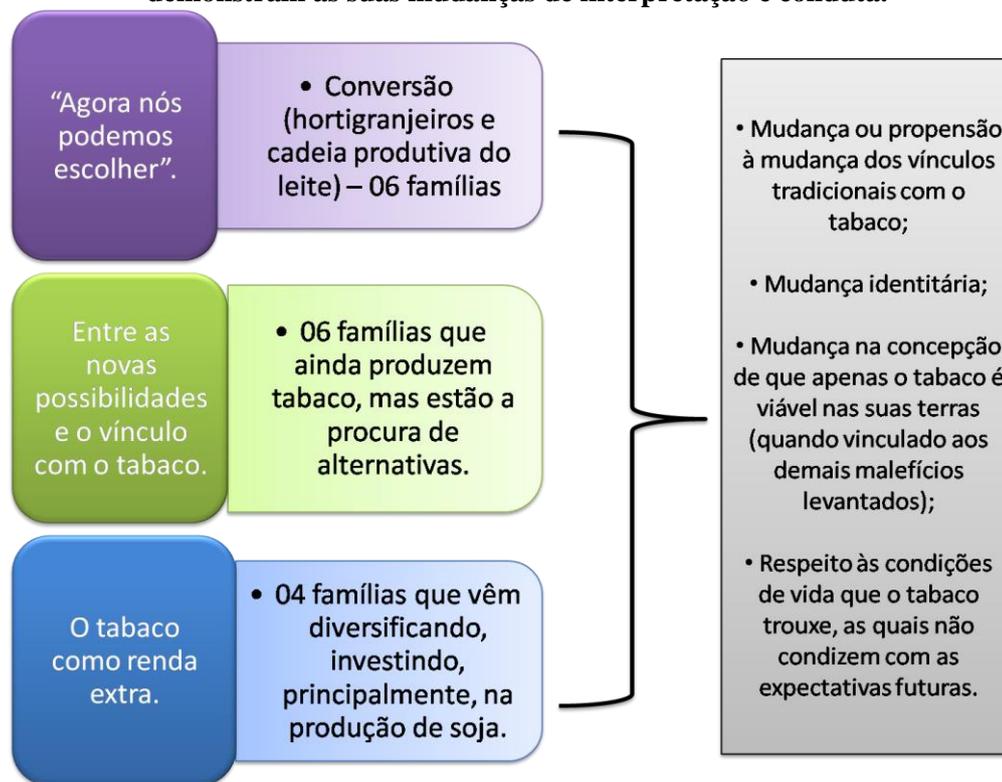
Com isso, justifica-se a emergência de novas interpretações que apontam o tabaco como uma renda extra, a qual, anteriormente era a renda principal, para famílias que ampliaram a diversificação da propriedade, principalmente na direção da produção de soja. Emerge, portanto, a construção de uma identidade de sojicultor na medida em que, segundo a interpretação dos agricultores, são ampliadas as políticas de incentivo à produção de soja, as

oportunidades de mercado e o preço atrativo, bem como se reforça o desejo de diminuição da penosidade do trabalho, principalmente por parte dos jovens sucessores. Dessa forma, observa-se uma nova trajetória em direção à diminuição ou ao término da produção de tabaco para essas famílias que vêm apostando na diversificação, mas principalmente, na soja como substituição da renda do tabaco.

Apresentou-se, assim, as três direções encontradas nas trajetórias das famílias fumicultoras como indícios de mudanças na forma como elas interpretam e conduzem suas vidas vinculadas à produção de tabaco. Retomando, de forma geral, a rede de instituições que sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul, observou-se que a lógica tradicional, de vínculo histórico e geracional com o tabaco, somado à lógica industrial de eficiência produtiva e rentabilidade do tabaco em áreas pequenas e dobradas, além da reivindicação de sentido do tabaco com o desenvolvimento, vem sendo rompida na trajetória dessas famílias, dando lugar a novas interpretações e significações com relação à produção de tabaco.

Assim, novas interpretações emergem na relação com o actante tabaco e o Sistema Integrado de Produção na medida em que os grupos passam a desqualificar o tabaco quando o percebem como uma atividade que pode trazer malefícios à saúde da família, somado ao trabalho penoso e a intensa necessidade de mão de obra e aliado aos baixos preços e a insegurança quanto à lucratividade. Esses grupos passam a justificar a produção de hortaliças, de gado de corte, de leite de vaca, de soja, derivados de cana-de-açúcar, dentre outras, como possibilidades rentáveis, menos trabalhosas e com menor necessidade de mão de obra que, somadas, podem transformar a vida das famílias fumicultoras. Salienta-se que o movimento de valorização da agricultura familiar produtora de alimentos, o qual ocorre, principalmente nos últimos 20 anos, aliado ao processo de desvalorização dos produtores de tabaco por parte da sociedade, pode ser percebido como componentes que permeiam os mundos dos agricultores fumicultores, sendo indiretamente, mobilizadores de reflexões diante das mudanças na sociedade.

Figura 35 - Esquema demonstrativo das três trajetórias das famílias fumicultoras que demonstram as suas mudanças de interpretação e conduta.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Contudo, os agricultores categorizados nesses três grupos, destacam as dificuldades encontradas para essas mudanças, reivindicando maior apoio governamental para a produção em pequena escala e, principalmente, de produtos que não estejam integrados em uma cadeia produtiva. Apesar da valorização, também por eles destacada, da agricultura familiar nos últimos anos, ainda existem muitas necessidades para que esses agricultores consigam sobreviver e reproduzir-se no meio rural, principalmente sem a produção de tabaco. Reivindicam, principalmente, desburocratização das atividades, financiamento a fundo perdido, acesso a tecnologias para produção em pequena escala, diminuição dos custos de produção e apoio e garantias na busca por mercados e preços.

Destaca-se que, apesar de metodologicamente, categorizar as famílias com vistas a identificar as interpretações e condutas compartilhadas nos seus direcionamentos de vida, a trajetória das famílias é bastante heterogênea. Isso porque, analisa-se aqui apenas as instituições vinculadas com a atividade produtiva, mas compreende-se que a realidade social é conformada por demais instâncias da vida, não apenas, uma atividade profissional. Dando continuidade a análise das trajetórias das famílias, destaca-se também a heterogeneidade de famílias que, na análise, categorizamos como famílias que não demonstraram movimentos de

mudança na forma como interpretam e conduzem a realidade, assim como, famílias que vêm mudando as suas condutas na direção do que as empresas fumageiras almejam e orientam, conformando o que categorizamos, no capítulo anterior, como processo de reafirmação das instituições que sustentam a fumicultura.

7.3 “PLANTAR MENOS, CUIDAR MAIS, VENDER MENOS E FAZER O MESMO DINHEIRO”: MAIOR EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE NA PRODUÇÃO DE TABACO EM DIREÇÃO A REAFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DA CADEIA PRODUTIVA

Ao analisar as trajetórias de vida dos agricultores familiares fumicultores entrevistados foi categorizado um grupo de agricultores que agem na direção de maior qualificação da produção de tabaco seguindo as exigências das empresas fumageiras, as quais foram transformadas ao longo dos anos. As condutas dessas famílias agricultoras rumam em direção à manutenção da lógica industrial de produção, justificada pela lucratividade dada pela produção de tabaco e pela necessidade de acompanhar as mudanças na cadeia produtiva. Nesse contexto, efetuam mudanças de conduta com relação à atividade dentro do Sistema Integrado de Produção de Tabaco na medida em que não são resistentes às mudanças técnicas, tecnológicas e legais para a permanência na cadeia produtiva. Esse grupo apresenta as transformações identificadas com os movimentos macroinstitucionais que demonstram uma orientação da cadeia produtiva na direção da diminuição do número de produtores integrados, mantendo a quantidade de matéria prima necessária, com maior qualidade e atendendo às exigências de imagem da qualificação do tabaco perante a opinião pública e o mercado consumidor e, assim, reafirmando a rede institucional que sustenta a cadeia produtiva, retomando a importância do tabaco como gerador de desenvolvimento para essas regiões que tradicionalmente vinculam-se a ele.

Se a produção de tabaco já era interpretada como a solução para a sobrevivência no meio rural, a busca por maior eficiência produtiva, com foco na qualidade do produto e manutenção da quantidade produzida com menor área plantada, consiste na direção apontada pelas empresas que garante a lucratividade e eficiência da produção de tabaco para os agricultores que, aderindo a esse pensamento, transformam as suas condutas, reafirmando as instituições que sustentam a fumicultura. Observa-se, portanto, a fumicultura na direção de outras cadeias produtivas semelhantes no que tange ao Sistema Integrado de Produção no Brasil, as quais promoveram a diminuição do número de produtores sem prejuízos à produção

e com maior qualidade, no sentido buscado pelas empresas. Essa mudança de mentalidade empresarial ocorre concomitante ao avanço tecnológico da produção de tabaco visto que novos equipamentos e novas variedades vêm permitindo maior produção, diminuição da necessidade de mão de obra e, menor custo para as empresas na medida em que estas diminuem a quantidade de profissionais que fazem a orientação técnica.

O plano da Souza Cruz, o nosso plano. A Souza Cruz há quatro anos atrás ela tinha 42 mil produtores, com esse volume que ela produz hoje, hoje nós estamos com 27 e produzimos o mesmo valor. E essa é uma tendência, porque a Souza Cruz desenvolve as suas variedades de fumo, ela não compra nada de fora, nós estamos prestando serviço para todo o mundo. Por exemplo, há quatro anos atrás a nossa produtividade do fumo Burley era 1600 kg, hoje está 2200 kg. Hoje nós estamos trabalhando com 2700 kg, mas tem produtor produzindo 3500 kg tranquilamente. A variedade modificou e está fazendo com que isso aconteça. Então também, a tendência vai ser essa, diminuir a quantidade de produtores, mas o volume ficar igual (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

A trajetória da empresa em questão condiz com a diminuição do número de orientadores técnicos nos últimos anos. Fato apontado por muitos entrevistados, dentre eles o que atua como intermediário entre as empresas e os produtores.

Pelo que eu enxergo, posso estar errado, mas vai ser menos instrutor. Há comentários que [...], os próprios instrutores dizem: lá em tal lugar já dois colegas meus foram pra rua [...]. Reduzir custo. Por que vamos ter dois se um consegue fazer? É assim que eles falam” (INTERMEDIÁRIO E EX-FUMICULTOR, 2015).

Interpretações de um dos elos da cadeia produtiva de tabaco, o qual apresenta um cenário distinto dos contratos, mas que, ao mesmo tempo, interage com os demais elos da cadeia e interpreta as condutas que vem sendo realizadas nos últimos 15 anos no setor. Cabe destacar que, no cenário fumicultor brasileiro atual, as estratégias das empresas variam, como já exposto no capítulo anterior. Pelo avanço do mercado internacional de consumo do tabaco brasileiro em folha, nos últimos 15 anos, muitas empresas foram criadas ou instalaram-se no Brasil, as quais sofreram com transformações mais recentes no mercado internacional, de acordo com as estimativas dos atores do setor. Assim, existem, ainda, empresas consideradas pelos próprios agricultores como de pequeno porte que, muitas vezes, não trabalham com o Sistema Integrado de Produção e adquirem o tabaco por meio dos intermediários que compram dos produtores que “desviam” o produto do contrato de integração ou ainda de produtores que preferem não fazer contratos e conseguem adquirir os insumos a partir de financiamento próprio. Como dizem os produtores, “plantar por conta”.

Observa-se, ainda, por meio das entrevistas com os atores, que existem as empresas consideradas mais consolidadas, as quais possuem maior capital e que trabalham com o Sistema Integrado de Produção, mas que também compram de intermediários quando necessitam de produto. Por fim, tanto orientadores técnicos quanto intermediários e produtores de tabaco destacam a Souza Cruz como a empresa que trabalha apenas com o Sistema Integrado de Produção e, portanto, possui maior foco em estratégias de melhoria do serviço. Contudo, transformações no cenário contemporâneo nacional e internacional em torno do tabaco demonstram crises de empresas fumageiras no Rio Grande do Sul, o que pode acarretar em diminuição do número, seja pela fusão de empresa, fechamento ou migração.

A visão que nós temos é que, num futuro não muito distante, nós vamos ficar de quatro a cinco empresas no Brasil só, a tendência leva a isso. As mesmas que começaram. Por exemplo, a Universal e a Alliance One. A Alliance One era a Meridional e Dimon e se juntou e formou a Alliance One. A Universal foi vendida 25% dela para a China. Os chineses querem botar a fábrica de cigarros no Brasil. E a Alliance One, 25% dela foi vendida pra Philip Morris. E agora existem comentários que a CTA está sendo vendida totalmente para a JTI. Existiu comentários que a Souza Cruz tinha comprado a Intab e a CTA, mas não confirmou. A TNH agora está demorando 40 dias pra pagar. Como o governo está restringindo o financiamento para o fumo, eles não tem garantia. Porque eles precisavam comprar, fazer caixa para poder vender e começar a rodar. A Souza Cruz não tem esse problema, porque entra dinheiro todos os dias por causa da venda dos cigarros. A Souza Cruz usa financiamento, mas ela é avalista. Ela chega dia 30 de abril e quita todos, mesmo que o produtor não tenha pago ainda, ela tem esse capital de giro. Aí existe uma forte tendência dos bancos públicos, principalmente, não financiarem mais a fumicultura no Brasil (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Essa estimativa para o futuro, que já está em processo de transformação, vem ao encontro da maior exigência de qualidade da matéria prima por parte das empresas e da diminuição de produtores integrados. Tanto orientadores técnicos, quanto produtores rurais relembram os “bons tempos do fumo”, apontando para a década de 1990, até meados dos anos 2000. Período em que novas empresas surgiam no Rio Grande do Sul, fortalecidas por crises de produção em outros países concorrentes, bem como crescimento no interesse dos produtores rurais pelo tabaco. São veementes as interpretações de que esse período finalizou, trazendo novas condutas para o setor, seja porque as empresas já passam por processos de fusão ou fechamento, seja porque os preços não são mais tão atrativos e, ainda, há maior exigência sobre a qualidade e aumento dos custos de produção. Em uma estimativa para o futuro, o intermediário entrevistado afirma:

Pelo que eu enxergo vai diminuir o número de empresa. Vai ficar duas. Tão falando em quatro, mas no meu ver vai ficar duas. Pequena não vai ter mais chance. Duas

vão trabalhar só com picareta. Produtor vai cada vez mais ser desviado (INTERMEDIÁRIO E EX-FUMICULTOR, 2015).

Entretanto, apesar das concorrências internacionais, o tabaco brasileiro ainda é conhecido pela sua qualidade. Visto isso e o cenário atual, a mudança de conduta das empresas, portanto, tem como foco produtores que atendam às suas exigências, afirmadas como exigências do mercado consumidor de tabaco em folha ou de cigarros. Produzir mais com menos pessoas, portanto, reforça a interpretação e a conduta de um modelo industrial de produção reconstruído e ressignificado que, inevitavelmente, exclui grande parte das pessoas envolvidas. Questionado sobre a estratégia da empresa para esse processo, o orientador técnico 01 afirma que o processo de seleção dos produtores vem ocorrendo lentamente e naturalmente, sem a necessidade de a empresa intervir.

Através desse novo conceito de assistência técnica isso vai acontecer naturalmente e o produtor não vai se sentir bem, porque ele vai ver o vizinho produzindo e comprando e podendo até vender um pouquinho mais barato que o dele. Porque ele vai produzir mais por hectares, pode até vender um pouquinho menos, mas vai ganhar mais dinheiro e automaticamente, tem coisas na empresa que a gente chama de segmentação e é digamos assim, a classificação do produtor, qualquer empresa tem isso. Aí são cinco classes e as últimas duas vão cair fora, automaticamente, eles não vão conseguir (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Ocorre, portanto, uma segmentação dos produtores rurais de acordo com diversos critérios que dizem respeito à eficiência, qualidade do produto e atendimento às normas da empresa.

Para tu ser o produtor mais ruim, tu tem que não entregar tua produção, a qualidade tem que ser menor de que 70%, tu tem que ter desviado fumo, para cair para essa classe. A segunda classe pior é mais de produtividade e é isso, cada um tem a sua segmentação, varia de ano a ano (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

As exigências de qualidade passam não apenas pela orientação que chega até a propriedade, mas também pela classificação e pelo preço final, o que ocorre com todas as empresas. Fator que, segundo intermediário entrevistado, não ocorria antigamente.

Assim, ficou bem mais rigorosa a venda de fumo. Quando nós começamos, tu chegava lá e tu já encostava e descarregava. Hoje não. Tu tem que agendar carga. Tu tem que ir hoje pra descarregar amanhã. Se tudo der certo, senão tu fica lá na fila. Quando começou tiravam um maço por fardo, hoje o fardo é totalmente aberto na tua frente. Tem dois funcionários com as faquinhas. O fardo já vem da esteira e cai numa cesta e tem dois funcionários, um cada lado e corta o fardo, é muito bem visto. Olham todos os fardos. Todos os fardos é cortado. Hoje uma mistura de cor, qualidade, é rebaixado. Eles rebaixam. E hoje tem muito produtor que é relaxado. É

pena de galinha, é barbante, é um monte de sujeira (INTERMEDIÁRIO E EX-FUMICULTOR, 2015).

A seleção dos produtores mais eficientes passa também pelo respeito às novas exigências legais e às respostas às críticas apresentadas no capítulo anterior. Nesse sentido, produtores que ainda se utilizam do desmatamento e da mão de obra infantil, principalmente, são descartados pelas empresas integradoras, excluindo-os da cadeia produtiva.

É que não há uma regra de sequência, o número de produtores varia. Cada empresa tem volume de estar produzindo, cada uma tem o seu critério para estar sendo seguido, então é aquela história, tem produtor que planta 1 hectare, tem produtor que planta 10, se vai ter alguma diferença pro que planta pouco e pro que planta bastante, no meu ponto de vista não, o que vale é o segmento dele. Não adianta tu ter um produtor com 10 hectares e o cara não seguir nada da legislação e aquele com 1 hectare pode produzir bem e cumprir todas as leis (ORIENTADOR TÉCNICO 03, 2015).

Indícios de que não é o maior produtor que permanecerá na atividade produtiva do tabaco e, sim, o produtor que atinge as exigências da empresa e do mercado consumidor, seguindo padrões de qualidade convencionados no mercado internacional e das tentativas de qualificação de uma imagem positiva do tabaco. Essa gramática é corroborada pelos produtores de tabaco que apresentam trajetórias de vida e interpretações na direção da modernização e do cuidado com a qualidade do produto. Essa mentalidade e conduta aproximam o produtor rural da empresa, visto que ele atende as exigências contratuais da empresa e, assim, recebe reconhecimento desta.

Nosso produtor ele está mudando a mentalidade dele, porque ele está vendo que ele não fala mais tanto em preço quando vai sair com o fumo. Porque fazem 12 anos que estou aqui e nenhuma safra é igual a outra, nunca vai ser. E o produtor está vendo que quem está produzindo com a qualidade melhor, está ganhando mais (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Portanto, na análise das entrevistas com produtores, identificou-se um grupo que apresenta mudanças de conduta na direção apresentada pelas empresas, compreendendo que o a produção de tabaco é a que traz o desenvolvimento para as propriedades dessas regiões e, assim, reforçando as instituições que sustentam esse vínculo. Constituem produtores que almejam continuar a produção de tabaco, mesmo que alguns tenham ou busquem alternativas de complementação de renda, o que, contudo, não desclassifica a produção do tabaco como a principal atividade, a qual, segundo eles, necessita ser modificada, modernizada, evoluindo de acordo com as necessidades do setor. Apesar de não caracterizar como uma mudança

institucional, pois a rede institucional anteriormente destacada não foi transformada e sim reafirmada, compreende-se que há um processo de emergência de novas interpretações que não modificam, mas complementam, readequando as interpretações em torno das novas exigências para manter a produção de tabaco.

Dos 28 produtores entrevistados, 04 demonstraram seguir nessa direção. Esses produzem, principalmente, o tabaco Virgínia, o qual é mais procurado pelas empresas e, ao mesmo tempo, possui maiores investimentos em pesquisas em melhoria das variedades e das tecnologias de secagem e a quantidade de área plantada de tabaco entre a década de 90 e os anos 2000, nos últimos anos eles vêm buscando diminuí-la, corroborando com as novas orientações. De acordo com o agricultor de 36 anos:

A JTI tá com a política de mercado, que tu não precisa ter quantidade. Esse fumo aqui é o melhor fumo do mundo, é o fumo bem laranja, tem mercado no mundo inteiro. *Plantar menos, cuidar mais, vender menos e fazer o mesmo dinheiro*. Eles pagam mais que o BO1 pra esse fumo aí. Para fazer ele é um complemento, só a adubação e a forma de secar, mas é o mesmo. O BO1, o ano passado, eles pagaram 155. *Mais qualidade e menos quantidade, os clientes tão mais exigentes* (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

A justificativa para essas transformações está na gramática compartilhada por eles e pelas empresas sobre as exigências atuais do cenário fumicultor brasileiro. Convencionou-se determinada qualidade que é orientada pelos orientadores técnicos das empresas que levam as novas tecnologias, sementes, formas de secagem, armazenamento, adubação, etc, até os produtores.

A gente percebe, por exemplo, da nossa firma que eles tão reduzindo a quantidade de produtor. Por exemplo, a Souza Cruz era cheia de produtor, só que eles tão reduzindo, eles tão ficando com a qualidade e diminuindo a quantidade. Por exemplo, tinha 10 produtores aqui agora tem 5. Então eles tão ficando só com os produtores que produzem qualidade e tão tirando a quantidade (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 20 ANOS, 2015).

As mudanças tecnológicas não são apenas em termos de equipamentos e melhoramento de sementes, mas também em gestão. O foco na qualidade e não na quantidade passa pela melhor gestão dos recursos, sejam energéticos, sejam financeiros. Um dos dispositivos para essa afirmação vem sendo a desvinculação do produtor dos financiamentos para a produção do tabaco, como já mencionado no capítulo anterior, bem como o treinamento dos produtores para a gestão financeira da propriedade. De acordo com a agricultora de 26 anos, a empresa integradora vem incentivando o pagamento da safra subsequente com a safra anterior, sendo gradativo a cada ano. Nesse mesmo sentido, um

projeto piloto de uma das empresas integradoras vem ofertando qualificação em gestão financeira, tanto para mulheres quanto para homens produtores de tabaco. O objetivo dessa qualificação, segundo orientador técnico da empresa, “é fazer e mostrar para o produtor o que está dando lucro dentro da propriedade dele. Tornar a propriedade dele, uma empresa e dar visibilidade ao fumo” (ORIENTADOR TÉCNICO 01, 2015).

Dispositivos acionados tanto para responder às críticas e reafirmar a produção de tabaco quanto para construir novos sistemas institucionais que vão ao encontro das novas necessidades e interpretações sobre o futuro da cadeia produtiva de tabaco. Dessa forma, a conduta das empresas fumageiras responde tanto a uma reafirmação da rede institucional que sustenta a cadeia produtiva do tabaco quanto à emergência de novas interpretações que qualificam o tabaco e o SIPT como adequação a transformações no ambiente. Dispositivos que são acionados e conduzem para essas duas direções.

O futuro ainda incerto do tabaco não traz insegurança a essa categoria de produtor na medida em que esse interpreta o futuro a partir da continuidade do consumo e da diminuição da produção. Essa justificativa é compartilhada pelas empresas fumageiras e pela AFUBRA. De acordo com o agricultor de 36 anos: “quem ficar vai ganhar dinheiro, vai estar melhor que agora” (FAMÍLIA Nº 18, 2015). Suas interpretações são justificadas pelo aumento populacional de um dos países consumidores do tabaco brasileiro, a China. “As empresas estão preocupadas com isso porque vendem muito pra China e vai ter mais gente e mais consumo, de algum lugar tem que sair” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015). Os agricultores compartilham a interpretação de que a demanda do tabaco ainda é grande no mundo e outros países irão produzir o tabaco para atender a essa demanda. “Eles dizem: se nós não produzimos, o outro país vai produzir igual” (FAMÍLIA Nº 23, AGRICULTOR DE 50 ANOS, 2015). Nesse sentido, o agricultor de 50 anos compreende que muitos ganham com a produção de tabaco, inclusive o governo, por meio dos impostos e da exportação. Nesse sentido, o agricultor expõe a sua opinião: “[...] foi uma coisa que o presidente aquela vez assinou né. Mas sei lá. Não sei se assinou e depois se arrependeu né, porque os outros países produzem. Aí vão ter que comprar de lá, outra vez de fora daí. E assim todo mundo ganha com o seu né, e o governo também” (FAMÍLIA Nº 23, AGRICULTOR DE 50 ANOS, 2015). A taxaço sobre o tabaco e, portanto, os impostos relacionados a ele, como ganho governamental, assim, são acionados como justificativa para a proibição não ter sido efetivada no Brasil, bem como, é uma mobilização de defesa para a sua continuidade.

A gente vai ver, por outro lado, a quantidade de imposto que o tabaco produz pro governo sabe, pro país. Tu vai analisar, o imposto que a gente ta produzindo pro município, tu vai calcular o teu bloco, que vai as venda de fumo, cada um dá por ano 600 reais de imposto sabe. Aí tu vai calcular a quantidade de imposto que dá pro município, fora as exportações... tu vai analisar a quantidade de famílias que sobrevivem, porque não é só a gente (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015).

O agricultor de 36 anos (FAMÍLIA Nº 18, 2015) destaca, ainda, que o governo é responsável pela saúde da população e deve alertar sobre os riscos. “O governo faz o marketing. Tipo um carro, o carro não pode andar mais que 80 km/h, mas fazem carros que anda a 200. E o governo tem que fazer essa parte que faz mal, entende, na TV e tal” (FAMÍLIA Nº 18, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015). Contudo, segundo ele, não quer dizer que o governo realmente vai impedir a produção de algo que tenha tanta rentabilidade para o país.

Além disso, muitos agricultores que acompanham o tabaco até a empresa fumageira na hora da comercialização, identificam os crescentes investimentos e constroem a interpretação de que essas empresas não investiriam dessa forma caso o tabaco estivesse ameaçado. “Eu fui lá faz uns 15 dias em Santa Cruz, eles investiram 18 milhões numa área de 350 hectares pra pesquisa, com agrônomo, e toda a estrutura. Será que vai acabar? investindo tanto dinheiro?” (FAMÍLIA Nº 18, 2015), relata o agricultor de 36 anos ao falar da visita à empresa japonesa JTI.

Por outro lado, os produtores compreendem que o tabaco está ameaçado pela falta de mão de obra no campo e pelo êxodo rural, dentre outros motivos que estão promovendo o abandono gradativo da produção de tabaco. “Vai faltar o fumo [...]. Porque tá diminuindo a planta? O pessoal tá indo pra cidade ou tá plantando outras coisas e tá parando. A próxima safra já vão notar. Já vão sentir a falta de fumo” (INTERMEDIÁRIO E EX-FUMICULTOR, 2015). Fundamentados nessa ideia que não é apenas compartilhada pelos produtores, mas por intermediários e orientadores técnicos, esses produtores ainda apostam no futuro do tabaco, visualizando um futuro promissor. “Se continuar o fumo, quem produzir fumo vai se dar bem, porque a maioria do pessoal que planta fumo tem a minha idade já, e uns tão parando” (2015), afirma o agricultor de 60 anos, da família entrevistada de número 22, a qual se caracteriza pela sucessão dos dois filhos que, já casados, continuam a trabalhar juntos na mesma propriedade.

Apesar da tendência das quatro famílias analisadas no sentido de conduzir suas atividades em direção às exigências das empresas integradoras, todas possuem ou almejam ter uma fonte de renda, a qual é caracterizada como complementar a produção de tabaco. As

famílias nº 18 e nº 19 vêm trabalhando com a criação de gado, principalmente para engorda, visto que possuem terra para pastagem e cultivo de milho. Ambas as famílias produzem mais de 100 mil pés de tabaco por ano, o que permite o aproveitamento da mesma terra para a pastagem ou para o plantio de milho que irão proporcionar a engorda do gado. Além disso, são famílias que já apresentam a sucessão, os quais trabalham em conjunto com os pais e irmãos.

O gado de corte como complementação de renda também é acionado pela família nº 23 que, ao contrário das anteriores, não visualiza a sucessão na propriedade e percebe na criação de gado¹¹ uma atividade menos trabalhosa, que exige menos mão de obra. Atividade que caberá no planejamento futuro da vida da família que almeja diminuir a produção de tabaco, melhorando a qualidade. A família referida cede dois hectares de terra para experimentos da empresa integradora, o que demonstra a disposição para as exigências das empresas relativas à produção de tabaco. A família nº 22 também possui uma fonte de renda complementar, incorporada como herança dos novos integrantes da família (nora e genro). As famílias são produtoras de cachaça (informalmente) e de mel, atividades que vêm sendo incorporadas na nova casa ou são fontes de renda na medida em que o trabalho na propriedade dos pais tem continuidade.

Fatores importantes para a compreensão das interpretações dos agricultores que foram categorizados como atores de um processo de reafirmação institucional, visto que há um olhar sobre a diversificação, mas sem perder o foco na produção de tabaco como atividade principal, modificada de acordo com as exigências do setor. Isso corrobora com as reivindicações da rede em defesa do tabaco, a qual destaca que há um incentivo à diversificação por parte das empresas fumageiras, bem como, as propriedades fumicultores são diversificadas, tendo o tabaco como um dos produtos da diversificação.

As quatro famílias compreendem que as suas propriedades são desenvolvidas, visto que possuem bens materiais como casa, maquinários, meio de locomoção próprio, acesso à internet e telefone, coisas que consideram como conforto. Assim, compreendem o desenvolvimento como consumo de bens, o qual foi ocorrendo ao longo da vida, principalmente como consequência da produção de tabaco. “A gente passa trabalho pra ter um conforto. Tipo eu trabalhei, me esforcei, mas eu me sinto bem, eu tenho o que eu quero, essas coisas” (FAMÍLIA Nº 22, AGRICULTORA DE 26 ANOS, 2015). Interpretações que

¹¹ A família tem assistência técnica da EMATER-RS como uma das famílias beneficiárias da chamada pública da sustentabilidade, na qual o agricultor tem buscado desenvolver a criação de gado, ainda no processo inicial de planejamento.

corroboram com as instituições que qualificam a produção de tabaco. Gerar mais desenvolvimento na propriedade, para essas famílias, consiste em melhorar a tecnologia com vistas a diminuir a necessidade de mão de obra e o trabalho penoso com a produção de tabaco. Assim, a modernização das estufas de secagem do tabaco é o foco das quatro famílias, visto que esse mecanismo é, hoje, o principal facilitador do trabalho com o tabaco Virgínia¹².

Contudo, o desenvolvimento considerado como conforto e qualidade de vida também é qualificado pela diversificação da propriedade, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos para a subsistência familiar. As 04 famílias vêm as suas propriedades como diversificadas, compreendendo-as como produtoras das necessidades básicas alimentares, as quais são qualificadas como isentas de agrotóxicos. “Eu acho que tá bom assim. Tem as coisas tudo pra comer também, não é só o fumo também né. Ao meu ver acho que tá bom” (FAMÍLIA Nº 22, 2015), responde a agricultora de 55 anos quando indagada sobre o que poderia trazer mais desenvolvimento para a propriedade e para a família. A interpretação sobre a diversificação passa pela expressão “tem de tudo”, comumente usada pelos agricultores produtores de tabaco. A principal dificuldade referida pelas 04 famílias sobre a possibilidade de diversificar mais, consiste na mão de obra e a necessidade de altos investimentos, o que, em parte, também constitui o dispositivo de justificação para as mudanças na produção de tabaco.

Destaca-se que a compreensão sobre a diversificação entre essas 04 famílias é diferente da conversão, análise realizada a partir do cruzamento entre as perguntas sobre a diversificação da propriedade e sobre a substituição da produção de tabaco. Questionadas em diferentes momentos, as quatro famílias compreendem que a propriedade é diversificada. Contudo, quando questionados sobre a substituição da produção de tabaco, recorreram às instituições que sustentam a fumicultura, desqualificando possibilidades de novas iniciativas. Geralmente, as novas iniciativas por eles levantadas referem-se à produção de soja, desqualificada¹³ pela falta de terras apropriadas ou pela necessidade de altos investimentos, ou, ainda, a produção de milho, a qual já é realizada, mas que não é convencionalizada como produtora de renda, justificada pela sua baixa lucratividade por hectare. A criação de gado, apesar de existente e fonte de renda, não é suficiente ou competitiva frente ao rendimento do tabaco, tendo como argumento a pouca quantidade de terra disponível. Alternativas como a produção de hortifrutigranjeiros são mencionadas a partir dos projetos de entidades locais, as

¹² Observou-se que as máquinas colheitadeiras do tabaco Virgínia ainda não são mencionadas por essas 04 famílias entrevistadas.

¹³ A palavra desqualificada é usada aqui como contrária a qualificação de um ser ou objeto que é conferida pelas instituições (BOLTANSKI, 2009).

quais são desqualificadas pelo pouco rendimento e, principalmente, pela falta de mercado. A herança da produção de cachaça, atividade desenvolvida por uma das famílias, é interpretada como insegura na medida em que é informal, sendo a formalização inviável em virtude dos altos custos e impostos. Dessa forma, as quatro famílias vão desqualificando as alternativas de substituição da produção de tabaco, mencionadas em algum momento de interação nas suas vidas, optando por mudarem suas condutas na direção da melhoria das condições de produção de acordo com as novas exigências das empresas e a manutenção da produção de tabaco, a qual possui suas grandezas reafirmadas.

Portanto, a gramática da qualidade do produto e da maior produtividade e mesmo rendimento com menor produção e, portanto, menos trabalho, vem emergindo entre os produtores que tabaco que têm como crítica o trabalho penoso, não corroborando com as críticas sobre a relação com as empresas fumageiras no que tange aos preços pagos. Os agricultores dessa categoria não reclamam do preço do produto pago pelas empresas, compreendendo que, quando ocorre queda nos valores, condiz com questões de qualidade prejudicada naquele ano, ou ainda, com a concorrência internacional.

Compreende-se que, essa direção de reafirmação da cadeia produtiva do tabaco a partir de readaptações às novas exigências provocará a exclusão dos produtores que não corroboram com esse olhar para a produção. Estima-se, com isso, um processo de seleção que emerge de um processo interacional que envolve as transformações comerciais internacionais, o pacote de críticas e as disputas em torno dos malefícios do tabaco, dentre outros aspectos que não serão analisados nessa tese. Essas novas interpretações em torno do tabaco, como forma de requalificá-lo, são acionadas na reafirmação que conduz para algumas transformações na forma como os atores envolvidos conduzem as atividades na cadeia produtiva do tabaco.

Diante disso, apoiados nas concepções de Boltanski e Chiapello (2009), compreende-se que esse não é um movimento de mudança institucional, mas de transformações nas condutas tanto das empresas fumageiras, quanto dos agricultores, com vistas a responder às críticas e as transformações no ambiente sem que as instituições vigentes sejam abaladas, mas sim reafirmadas. O acordo, mexido em algumas das partes, mantém e se fortalece. Por conseguinte, observa-se a emergência de novas interpretações que direcionam as condutas desses agricultores no sentido de mudanças necessárias que permitirão a permanência da produção do tabaco no Brasil.

7.4 A NÃO MUDANÇA: CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO DE TABACO ATÉ A SEGURANÇA DA PREVIDÊNCIA E O FIM DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS

Por fim, na análise realizada, destaca-se um grupo de agricultores que categorizamos como um processo de não mudança institucional, o que, contudo, não quer dizer que promovam uma reafirmação no mesmo sentido apresentado pelo grupo que atende às exigências empresariais. Nesse grupo, os agricultores manifestaram o seu descontentamento não apenas com a cadeia produtiva do tabaco, mas com a agricultura de maneira geral. Manifestaram inúmeras denúncias sobre as dificuldades do meio rural, encontrando na cadeia produtiva do tabaco, já estruturada, a única possibilidade de sobrevivência. Contudo, não fazem investimentos na direção de melhorias da produção de tabaco, bem como não seguem as mudanças exigidas pelas empresas. Esses, por sua vez, produzem o tabaco ano após ano visualizando o dia em que não terão mais empréstimos a pagar, estarão assegurados pela previdência social, possuindo uma renda mensal a qual poderão dar continuidade ao seu modo de vida camponês, tendo seus filhos, migrado para atividades não rurais. Desejos e planejamentos que manifestam um contexto futuro de muitas das propriedades familiares das regiões estudadas, bem como da diminuição do número de propriedades fumicultoras e de hectares cultivados com tabaco. Aspectos já demonstrados pelos dados dos últimos anos e pela interpretação de muitos agricultores e de seus representantes. Assim, não só a fumicultura, mas a produção agrícola está ameaçada pelo contexto do êxodo rural dos jovens e do envelhecimento da população rural, o que pode ser sentido pelas justificações das famílias analisadas nessa categoria (o que também é percebido nas narrativas das famílias em outras categorias).

Assim, dos 28 agricultores entrevistados, 08 famílias apostam na continuidade da produção de tabaco apesar dos descontentamentos com o excesso de trabalho e os pequenos rendimentos. Mesmo assim, continuam afirmando o tabaco como única possibilidade para pagar suas dívidas ou sustentar a família até a aposentadoria ou o fim dos compromissos financeiros. Entretanto, diferentemente das famílias que tem investido e adequado a produção de acordo com as exigências de qualidade das empresas, as famílias aqui relacionadas não querem investir mais na produção, mantendo-se até que o tabaco possa ser cultivado ou dê rendimentos, assim, reclamam constantemente dos preços pagos pela produção. Estima-se que isso ocorra porque a qualidade do produto não condiz com a esperada pelas empresas, ou os agricultores não estão adequados aos novos padrões exigidos por elas e, dessa forma, dão

andamento ao processo de seleção dos produtores “mais aptos” à produção de tabaco. Com diferentes trajetórias de vida, como parte da complexidade e heterogeneidade da vida social, as 08 famílias possuem produção diversificada conforme suas compreensões, principalmente para a subsistência da família, o que é comercializado quando tem excedente, em grande parte, informalmente.

A aposentadoria rural é um dos focos dos agricultores que permite ou permitirá deixar de produzir o tabaco e, assim, viver a partir do modo de vida camponês de produção para a subsistência e venda do excedente. Como é o caso da família nº 02, sendo o casal já pensionista rural e tendo passado a propriedade ao filho que, recém casado, construiu sua casa na propriedade. A nora, nova integrante da família, é habituada ao trabalho com o tabaco, bem como, gosta da produção e acredita que o tabaco é a única forma de ter rentabilidade nas terras onde moram. Assim, a renda do jovem casal, por enquanto, vem da produção de tabaco e da prestação de serviço junto à construção civil. A diversificação de fontes de renda vem sendo pensada, a qual será acompanhada da produção de tabaco como atividade principal. Entretanto, apesar da compreensão da rentabilidade do tabaco, as reclamações e denúncias são manifestadas em todo o tempo da entrevista, quanto aos baixos preços, ao domínio das empresas sobre os produtores e a insegurança quanto ao valor a ser recebido no final da safra.

Aspectos que também são levantados pelas famílias nº 03, nº 16, nº 17, nº 20 e nº 21. A família nº 03 investiu na produção de tomates em estufas, a qual é comercializada diretamente na propriedade. Contudo, a produção de tomates é considerada apenas como um ganho extra para pagar a luz, enquanto o tabaco é o que dá o rendimento necessário para a sobrevivência da família. Sem incentivo à sucessão na propriedade, o casal de 51 e 43 anos pretende produzir o tabaco, sem maiores investimentos, até a aposentadoria. “Acho que não. Até que dá vamos indo. A não ser que viessem comprar a 30 pila a arroba. Aí nós se obriguemo. Aí não tem” (FAMÍLIA Nº 03, 2015), relata o agricultor de 51 anos ao ser questionado se já havia pensado em parar de cultivar o tabaco. Mesmo nos anos, considerados por eles, como mais difíceis em função de granizo ou de preços baixos, o tabaco ainda é a melhor alternativa para suas terras, em suas interpretações (FAMÍLIA Nº 03, 2015). Assim, planejam a produção de tabaco até a aposentadoria: “Eu vou mexer com os tomates ainda eu acho e vou criar um gado e deu. Ter um gadinho é bom, essa lida” (FAMÍLIA Nº 03, AGRICULTOR DE 51 ANOS, 2015).

Da mesma forma, o agricultor de 49 anos fala sobre o tabaco: “Por enquanto é bom, porque dá uns trocos para sobreviver, comprar alguma coisa” (FAMÍLIA Nº 16, 2015). A família nº 16 é descendente das 10 famílias assentadas em um pequeno loteamento na década

de 1990, os quais iniciaram a produção de tabaco, bem como, a prestação de serviço para a colheita do tabaco Virgínia na vizinhança. Também, para o agricultor, a continuidade do tabaco irá até a aposentadoria e, enquanto isso, busca iniciar algumas atividades que possam dar uma renda extra, como a criação de porcos e a produção de açúcar mascavo em pequena quantidade e informal. “Mas depois de aposentar não quero nem ver a folha de fumo mais” (FAMÍLIA Nº 16, AGRICULTOR DE 49 ANOS, 2015), destaca o agricultor sobre o futuro da propriedade e da família.

A aposentadoria significa o fim do tabaco também para o agricultor de 56 anos, da família nº 21, que continua na atividade até esse marco. O filho que se mantém na propriedade e que pretende suceder a família não almeja continuar com a produção de tabaco em virtude do excessivo trabalho. Tendo em vista o futuro ainda incerto que será escolhido pelo filho, a família plantou eucalipto e o filho vem criando animais, como cabritos e ovelhas, atividades que lhe dá maior satisfação. As produções ainda não dão rendimentos, sendo apenas um experimento para o futuro sucessor. Questionado sobre o futuro, o agricultor de 56 anos relata: “Tem que ser nas mãos do L., porque a gente vai aposentar também” (FAMÍLIA Nº 21, 2015). Assim, enquanto a aposentadoria não chega, o tabaco continua sendo a geração de renda da família que, mais recentemente foi contemplada com o Programa Minha Casa Minha Vida Rural e, ainda, é beneficiária do Programa Bolsa Família.

A aposentadoria também vai ser o momento em que possam pensar na não continuidade da produção de tabaco para a família nº 20, já que hoje, o tabaco é considerado a salvação da propriedade e da família. Na atividade há apenas 03 anos, a família de número 20, iniciou a produção visto que a atividade principal que consistia na tradicional produção de cachaça, não trazia mais rendimentos suficientes para o sustento da família.

Porque nós fazíamos cachaça, aí foi a partir desses 03 anos que a gente parou. Eu sei que a renda do ano deu R\$ 3.000,00 da cachaça, aí tinha que repartir para três esse dinheiro e meu sogro falou: como nós vamos viver com R\$ 900,00 num ano? Aí falou que ia ter que mudar, aí mandou os filhos começarem a plantar uns pezinhos de fumo (FAMÍLIA Nº 20, AGRICULTORA DE 46 ANOS, 2015).

Com possibilidade de sucessão do filho de 18 anos, e mesmo com os descontentamentos com o preço e o excesso de trabalho na produção de tabaco, o futuro é planejado com a continuidade dessa produção, sem investimentos no setor. “Por enquanto não, porque a única coisa que o povo está indo ainda é com o fumo, por mais que tu plante pouco, mas um pouco tu tira para passar o ano. O único jeito é quando não dá mais, mas até

onde der é esse o jeito” (FAMÍLIA Nº 20, 2015), responde a agricultora de 46 anos quando questionada sobre a possibilidade de parar de produzir o tabaco.

Antes da aposentadoria, o marco para o fim do tabaco na propriedade da família nº 17 é o fim dos compromissos financeiros com a terra. A trajetória da família nº 17 na propriedade atual data de 2005, quando a família decidiu sair do meio urbano para morar no rural. O casal nasceu no rural e suas famílias trabalhavam como prestadores de serviço em atividades agrícolas como a soja e a cana-de-açúcar. Após viver um tempo no pequeno centro urbano, como trabalhador assalariado, o agricultor de 49 anos realizou o sonho de comprar terra a qual foi adquirida por meio do Banco da Terra e paga anualmente com os rendimentos da produção de tabaco. De acordo com o agricultor de 49 anos, o pagamento da terra foi realizado com a produção de tabaco e justifica que: “com milho, feijão e amendoim não se paga de jeito nenhum” (FAMÍLIA Nº 17, 2015). A família tem assistência da EMATER-RS e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) por meio de projetos como o Quintal Orgânico e é receptiva na busca por diversificar a propriedade. Contudo, os compromissos financeiros com a terra os mantêm atrelados ao tabaco, a qual não vem tendo investimentos nem por meio de contratos com as empresas fumageiras, já que a família produz o tabaco a partir de investimentos próprios.

Até os caras da EMBRAPA perguntaram para a gente: o que nós temos que fazer para vocês pararem de plantar fumo? Eu falei que tenho 8 prestações da terra e com milho e feijão a gente não paga. O dia chega e coisa vai complicar. No mínimo, vocês me dão uma mão para me ajudar nessa dívida, ou deixar menos ou terminar. Aí eles me disseram que vão ver o que podem fazer (FAMÍLIA Nº 17, AGRICULTOR DE 50 ANOS, 2015).

De acordo com a trajetória relatada pela família, os recursos advindos do tabaco têm garantido o pagamento da terra, sendo o Programa Bolsa Família, a produção para o consumo familiar e a venda de algumas coisas excedentes para familiares que moram na pequena cidade, que garantem a sobrevivência da família na propriedade. Assim, com o pagamento do investimento com a terra, a família poderá pensar na possibilidade ou não de parar de produzir o tabaco, o que, segundo o agricultor de 50 anos, é um desejo se conseguir produzir outras coisas que garantam a sobrevivência da família, mas sem apostar em investimentos para a construção de novos vínculos.

O agricultor de 54 anos, entrevistado da família nº 13, também dá continuidade à produção de tabaco até a aposentadoria. Ainda não sabe da possibilidade da sucessão do filho de 22 anos que estuda agronomia em uma universidade nas proximidades e, assim, ajuda na

propriedade. O desejo do agricultor é entregar a propriedade nas mãos do filho e continuar produzindo apenas o que ele gosta, a cachaça, produção tradicional na família. “Cachaça, essa eu gosto. Eu queria ter uma simplificação de qualificação da cachaça e comercialização. Aonde eu pudesse vender minha cachaça sem ter maiores burocracias” (FAMÍLIA Nº 13, 2015), afirma o agricultor de 54 anos demonstrando os desejos para após a aposentadoria. Sem maiores investimentos, pretende dar continuidade a venda da produção da cachaça, informalmente, após a aposentadoria.

Longe da aposentadoria, o jovem agricultor de 36 anos e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que sucede a propriedade da sogra, defende a produção de tabaco como necessária para sua propriedade e afirma a interpretação de que é a única atividade que pode ser cultivada na área em que possui. Contudo, o excesso de trabalho penoso e o futuro incerto do tabaco é um determinante para pensar na aquisição de mais terras que lhe permitirão investir na produção de leite e, assim, possibilitar o futuro sem a produção de tabaco.

Hoje a primeira coisa é a falta de terra. Eu planto por causa da pequena área e a quantidade de volume de dinheiro. E outra que eu quero deixar é pelo trabalho porque exige muito esforço físico. Calcula 140 mil dá trabalho diariamente, enquanto que com o leite e outras culturas, se eu tivesse oportunidade de ter 50 ou 100 hectares de terra certamente não haveria nem um pé de fumo plantando. Hoje eu necessito pela renda familiar mesmo (FAMÍLIA Nº 08, AGRICULTOR DE 36 ANOS, 2015).

As justificações do agricultor de 36 anos apontam para a necessidade de mais terra para a garantia da renda necessária que possa substituir a produção de tabaco. Interpretações que o fazem conduzir suas atividades rumo à aquisição de mais terra por meio do rendimento advindo da produção de tabaco. Apesar do agricultor de 36 anos (FAMÍLIA Nº 08, AGRICULTOR DE 36 ANOS E REPRESENTANTE DO STR, 2015) apresentar o planejamento futuro de investimentos que darão a possibilidade de finalizar a produção de tabaco, compreende-se que não houve mudança de pensamento em relação às qualidades do tabaco na mesma direção das famílias que apresentam mudanças na forma de interpretar a produção de tabaco. Em virtude disso, categoriza-se como integrante da perspectiva de manutenção das instituições que sustentam a fumicultura, sem mudanças de requalificação do tabaco no mesmo sentido das famílias que atendem as exigências das empresas. Assim, a família nº 08 mantém a compreensão de que é o apenas o fumo que torna possível a sobrevivência nas condições de terra da sua propriedade, bem como é ele que traz o desenvolvimento para a sua região, o que não exclui os descontentamentos e que, assim, permite uma reflexão e um planejamento para o futuro.

Dessa forma, assim como os agricultores anteriormente citados, a produção de tabaco está ameaçada pela interpretação das famílias de que o tabaco será mantido até um marco estabelecido no planejamento da família, que vai da aposentadoria, ao pagamento dos compromissos financeiros e a aquisição de mais terras. A aposentadoria também é citada pelo representante da AFUBRA como o principal motivador da diminuição da produção de tabaco ou de agricultores que produzem tabaco no futuro.

Tem alguns que falam, que estão fazendo, mas a grande maioria, da pra dizer a totalidade, se nós temos assim, digamos em cada ano, talvez 5 param. Até um dia o superintendente do Ministério da Agricultura aqui no RS me perguntou e a diversificação, qual a tendência da diversificação em que o produtor provavelmente vai por esse caminho? Aí eu disse pra ele, para o nosso produtor de tabaco, a diversificação vai ser a aposentadoria (REPRESENTANTE DA AFUBRA, 2015).

Diferentemente dos agricultores que demonstraram um direcionamento de mudança nas condutas rumo às exigências das empresas, de qualificação da produção de tabaco, bem como, diferentemente das perspectivas de produção de soja ou de mudança para outras atividades produtivas, esse grupo de agricultores mantêm-se atrelados à produção de tabaco sem mudanças na direção da sua qualificação ou de investimentos em alternativas à produção. Essa conduta é justificada pela manutenção da interpretação de que apenas o tabaco traz rendimentos nas suas propriedades, bem como é a partir dele que a família manteve-se e a propriedade foi desenvolvida ao longo dos anos, mesmo manifestando descontentamentos com relação à produção e à comercialização. Dessa forma, há o intuito de abandonar a produção de tabaco a partir de condições que lhes permitam um rendimento seguro, bem como, em virtude do excesso de trabalho, mas isso ainda não instigou a mudança das instituições vigentes com relação à produção de tabaco. Assim, diferentemente dos agricultores que apresentam o desejo de investir em outras formas de produção, conforme categorizado como processo de mudança institucional, observa-se que essas famílias, apesar de diversificar a propriedade, não apresentam as propriedades emergentes para a construção de novas instituições e novas identidades de produção. Ou ficarão com a produção de tabaco de forma marginal, conforme nossa compreensão, ou manterão um modo de vida camponês baseado na produção para o consumo e venda do excedente, atrelados a outros rendimentos como a aposentadoria.

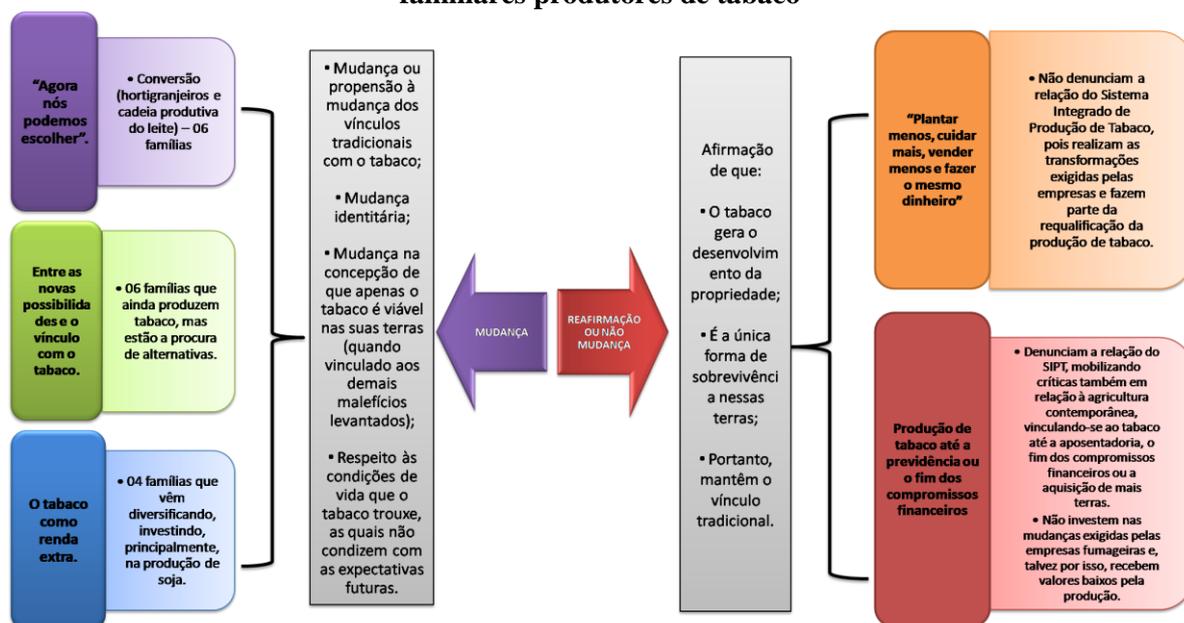
7.5 OS RUMOS DA PRODUÇÃO DE TABACO DE ACORDO COM AS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS: HETEROGENEIDADES DAS INTERPRETAÇÕES E CONDUTAS ANALISADAS

Fundamentado na análise do cenário local e global da fumicultura a partir do conjunto de críticas que desmoralizam a produção de tabaco, bem como transformações no ambiente, como relações comerciais, políticas públicas de ações de diversificação, esse capítulo buscou analisar as transformações na vida dos agricultores familiares produtores de tabaco, com vistas a analisar se o contexto anteriormente apresentado vem afetando a forma como eles interpretam a produção de tabaco e conduzem as suas vidas. Compreende-se, portanto, que as críticas internas e externas às relações do Sistema Integrado de Produção de Tabaco mobilizam cotidianamente incertezas na vida dos atores envolvidos e, assim, exigem desses, processos de reflexão e respostas a ela, bem como transformações no ambiente que exigem adaptações. Dessa forma, foi possível identificar nas entrevistas com os agricultores, como, a partir desse cenário, eles estão conduzindo suas vidas e, principalmente, quais as interpretações que dão sentido as suas realidades sociais atualmente.

Na análise das narrativas das 28 famílias entrevistadas foi possível identificar cinco diferentes trajetórias de vida com mudanças ou não das instituições que sustentam a produção de tabaco. As famílias foram categorizadas de acordo com as suas interpretações sobre a relação com o tabaco e as qualidades atribuídas a ele ou a outros actantes que aparecem nesse cenário.

Diante disso, observou-se que as interações entre as críticas externas e internas ao SIPT, construídas a partir de diferentes significados e qualidades, principalmente em relação ao tabaco, as transformações no ambiente concorrencial, produtivo, etc. promoveram variações nos hábitos de pensamento e comportamento dos agricultores produtores de tabaco. Diante dessa variação, grupos diferentes passaram a compartilhar justificações e condutas em resposta às incertezas que vem abalando a realidade dessas famílias. As seleções ocorreram de acordo com suas histórias de vida, aptidões, diferentes interações, oportunidades, etc., um conjunto complexo de relações que não foi possível abarcar nesse estudo.

Figura 36 - Análise das cinco diferentes trajetórias de interpretação e conduta dos agricultores familiares produtores de tabaco



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

De forma mais específica, conseguiu-se identificar que esse movimento acarretou em mudanças na forma como os agricultores interpretam e justificam a relação com o tabaco, mudando, muitas vezes suas condutas. Nessa categorização, três trajetórias distintas demonstram o que compreendemos como processos de mudanças institucionais, em virtude de mudarem suas interpretações em relação ao tabaco como a única possibilidade de produção para as suas sobrevivências no contexto das terras que possuem, bem como, que é a única possibilidade de geração de desenvolvimento, abandonando, assim, seus vínculos históricos e geracionais com o tabaco, com o conhecimento e com a rotina em torno dele, dispostos, assim, a construir novos vínculos e novas identidades.

Primeiramente, destacou-se as famílias que, diante dessa mudança de pensamento, buscaram alternativas de produção em direção ao que as políticas públicas de diversificação vem promovendo, conseguindo, dessa forma, finalizar os vínculos com a produção de tabaco. Destaca-se que, apesar de receberem assistência técnica de entidades locais e participarem de alguns programas governamentais, as mudanças foram possíveis a partir de iniciativas individuais, sem o apoio direto de entidades locais ou políticas públicas, destacando os rendimentos com o tabaco como possíveis para chegar nessa possibilidade de mudança.

Em segundo lugar, identificou-se o grupo de famílias que mudaram esse pensamento na mesma direção, mas ainda não conseguiram mudar suas condutas, visto que não tiveram, ainda, a possibilidade de encontrar em outras formas de produção, a sobrevivência da família.

Essas reclamam da falta de apoio governamental e de entidades de assistência técnica que, principalmente, atuem com o auxílio na construção e busca de mercados. Destacam a necessidade de desburocratização de atividades que são incentivadas pelas políticas de diversificação, como criação de agroindústrias, produção de hortigranjeiros, bem como políticas públicas de financiamento a fundo perdido para iniciar uma nova atividade e acesso a tecnologias para a pequena produção.

Por fim, outra mudança institucional no caminho da mudança na relação com o tabaco, orienta algumas famílias na direção dos investimentos para a produção de soja, transformando sua identidade de fumicultora em sojicultora. São famílias que se destacam pela diversificação da propriedade, seja para subsistência família, seja para a comercialização, mas tinham no tabaco a principal fonte de renda, pelo menos em suas justificativas. A aquisição de mais terras, ou a transformação das suas em terras próprias para o cultivo de soja, ou, ainda, o arrendamento dessas, aliado ao que consideram como incentivos das políticas públicas governamentais para a aquisição de maquinários para o cultivo de soja e o cenário comercial e políticas brasileiro de incentivo a essa produção, vem permitindo a migração do tabaco como renda principal, para a produção de soja. Isso está aliado ao descontentamento também manifestado em relação à produção de tabaco, seja pela saúde da família, seja pelo trabalho penoso, falta de mão de obra e baixa lucratividade, conforme também exposto pelas outras famílias categorizadas nos processos de mudança institucional. Destaca-se que, esse movimento, é principalmente promovido pelos jovens que vêem na produção de soja a possibilidade de permanência no rural.

Em outra direção, identificou-se dois grupos de famílias que compreendemos como trajetórias em direção a manutenção da produção de tabaco e da rede institucional que a sustenta. Os dois grupos diferenciam-se pelas críticas em relação ao tabaco, bem como pela disposição em realizar investimentos em direção às novas exigências apresentadas pelas empresas fumageiras. O primeiro grupo apresentado refere-se a famílias que estão satisfeitos com a produção de tabaco, visto que possuem assistência das empresas, seguindo as suas orientações e, dessa forma, justificam que recebem dessas um valor condizente com a sua produção, o que por vezes não ocorre em virtude de frustrações da safra seja por intempéries, seja por relações comerciais internacionais. Ao conduzir as atividades da produção de tabaco em direção às exigências das empresas com a qualidade do tabaco, o não desmatamento, não utilização de mão de obra infantil, dentre outras ações, promovem, juntamente com as operações midiáticas da rede ABIFUMO, a requalificação do setor fumageiro e, dessa forma, reafirmam as instituições que sustentam a cadeia produtiva do tabaco. São analisadas nessa

tese, como famílias consideradas mais “aptas” à continuidade da produção de tabaco, a qual tem como estimativa de futuro, a diminuição de produtores com maior qualidade de produção e manutenção da quantidade de matéria prima necessária para as empresas.

Por outro lado, salienta-se um grupo de produtores que mesmo construindo críticas em relação ao tabaco e a relação com o Sistema Integrado de Produção, não mudaram as suas interpretações, mantendo a produção até o alcance de alguns objetivos, por elas construídos, como marcos que são estipulados para o fim da produção de tabaco. Apesar das críticas, essas famílias continuam a justificar a produção de tabaco na mesma direção das famílias anteriormente apresentadas, de que o tabaco é a salvação para as suas propriedades, o qual gerou a sobrevivência e o desenvolvimento da propriedade até então. Contudo, consideram um trabalho penoso, bem como reclamam da lucratividade e da relação com as empresas fumageiras. Assim, planejam continuar a produção de tabaco até a aposentadoria, o fim dos compromissos financeiros ou, ainda, a aquisição de mais terras que permitirão pensar em outra atividade. Em grande parte, essas famílias almejam continuar o seu modo de vida camponês de produção para a subsistência e venda do excedente, desde que tenham uma renda fixa que os mantenha. Essas são alheias a novos compromissos financeiros, visto que são os investimentos com a produção de tabaco que os mantêm atrelados a ele, por isso, em grande parte das famílias, os investimentos em uma nova atividade não são bem vindos.

Em uma visão geral das regiões analisadas, com foco na trajetória de vida dessas famílias, somado à análise da conduta das empresas fumageiras, estima-se que o setor fumageiro no Brasil tomará o rumo de outras produções baseadas no Sistema Integrado de Produção, as quais focaram na diminuição do número de produtores e na qualidade do produto, selecionando os produtores mais “aptos” ao sistema e às novas exigências legais e do mercado. Conduta que é confirmada por um grupo de agricultores que apostam nessa perspectiva de futuro. Como consequência disso, produtores estão sendo excluídos do sistema os quais necessitam de um apoio governamental para a mudança de suas realidades. Por um lado, alguns agricultores conseguem adaptar-se a novas condições, buscando mercados de proximidade para a produção de hortigranjeiros, a criação de agroindústrias ou criação de gado de corte, ou ainda, adentrando em outras cadeias produtivas como a do leite e da soja. Contudo, nesse universo, observa-se um grande número de agricultores que não visualizam novas possibilidades e estão atrelados a uma condição que eles não consideram favorável, mas que, diante das possibilidades, ainda é a condição que os permite viver no rural. Nesse universo, observa-se o crescente êxodo rural, principalmente dos jovens, fator que os

entrevistados consideram a causa para o possível fim ou a diminuição do tabaco nessas regiões, bem como da produção de alimentos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo levantou a tese de que o cenário da fumicultura dos últimos 30 anos é caracterizado como uma situação problemática formada por diversos momentos críticos em que o tabaco e o Sistema Integrado de Produção de Tabaco foram desmoralizados, tanto pela rede antitabaco, quanto pelos agricultores fumicultores, respectivamente identificados como rede externa e interna à cadeia produtiva em questão. Instigados a refletir sobre seus modos de vida e suas produções, os agricultores fumicultores e seus representantes respondem às críticas de forma a justificar as suas ações e, assim, salientam a lógica tradicional de vínculo com o tabaco, a compreensão de que é apenas essa produção que permite a sobrevivência das famílias que possuem áreas pequenas e dobradas, bem como é o tabaco que possibilitou e, ainda, possibilita o desenvolvimento das propriedades e regiões produtoras, como justificações para seus modos de vida.

Acionadas de forma conjunta, essas instituições formam a rede institucional que sustenta a fumicultura, a qual é acionada e requalificada pelas empresas fumageiras e suas representantes, sob a coordenação da ABIFUMO. Essas respondem à situação problemática modificando as suas ações, principalmente de forma semântica, a partir de operações midiáticas e alianças com órgãos governamentais e organismos internacionais, de forma a requalificar o Sistema Integrado de Produção de Tabaco, reafirmando as instituições que sustentam a fumicultura no Brasil. Nesse contexto, os agricultores familiares produtores de tabaco reagem de forma heterogênea às críticas e aos estímulos do ambiente e, assim, algumas famílias modificaram suas interpretações e condutas sobre o tabaco nas seguintes direções: famílias que encontraram outras fontes de renda que permitem a sobrevivência e o desenvolvimento da propriedade e deixaram de produzir tabaco; famílias que querem encontrar alternativas ou já as encontraram, mas ainda não estão suficientemente seguras para deixar a produção de tabaco; assim como, as famílias que vêm mudando a sua identidade para a produção de soja e tornando o tabaco uma renda extra. Além disso, encontrou-se dois grupos de produtores que rumam no sentido da reafirmação das instituições vigentes em relação ao tabaco, ao transformarem a produção de acordo com as exigências de qualificação das empresas fumageiras, ou no sentido da não mudança, mantendo a produção de tabaco mesmo com o descontentamento em relação a ela, até chegar nos marcos estabelecidos para deixar a produção de tabaco.

Essas considerações respondem ao objetivo principal de analisar o cenário da fumicultura a partir das disputas dos últimos 30 anos, buscando compreender se os

movimentos de crítica e as transformações no ambiente provocaram mudanças ou reafirmações da cadeia produtiva do tabaco? Diante da análise, considera-se que em uma visão mais global, os movimentos das empresas fumageiras e suas representantes foram de requalificar o tabaco amplamente desmoralizado, reafirmando as instituições que sustentam a cadeia produtiva do tabaco, reforçado por um grupo de agricultores que conduz sua trajetória de vida na direção compartilhada pelas empresas. Por outro lado, em uma análise das trajetórias de vida das famílias fumicultores, observou-se direcionamentos de interpretação e, por vezes, de conduta, em direção à mudança, desvinculando-se da produção de tabaco.

A necessidade dessa análise partiu da compilação de diferentes estudos acadêmicos que compõem ou analisam a situação problemática que se formou em torno do tabaco que, somadas as minhas vivências em regiões fumicultoras, instigou-me a olhar para os movimentos de crítica e respostas a eles, buscando compreender qual seria o resultado dessas disputas, principalmente com foco para a realidade dos agricultores fumicultores. Para concretizar tal análise, as perspectivas institucionalistas de Veblen (1983) e de sua releitura a partir de Hodgson (2001, 2004, 2005, 2006), bem como de Boltanski e Thévenot (1991), Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski (2009), fundiram-se em um formato de “óculos” que me permitiu olhar o contexto a partir dos acordos e desacordos, conforme objetivo inicial, que conformam a realidade social. Apoiando-se nesse conjunto de ferramentas analíticas construiu-se a problemática que dá sentido ao objetivo e a tese acima expostos. Qual a rede de instituições que sustenta a arena da fumiicultura do Rio Grande do Sul? Quais as críticas, denúncias de injustiça e transformações no ambiente que desestabilizam estas instituições? Estes movimentos provocaram mudanças ou reafirmações na cadeia produtiva de tabaco?

Diante disso, de forma mais específica, o objetivo foi o de realizar um apanhado do estado da arte sobre os estudos em torno da fumiicultura, com vistas a fundamentar a problemática dessa tese. Assim, no primeiro capítulo descreveu-se a heterogeneidade de olhares acadêmicos sobre a fumiicultura, bem como ações que foram mobilizadas por organismos internacionais e órgãos governamentais nesse cenário, compondo o que compreendemos como a situação problemática em torno do tabaco. Assim, fundamentou-se a problemática e o olhar sobre essa cadeia produtiva afirmados nessa tese.

Como primeiro objetivo específico buscou-se identificar os dispositivos da crítica local e global que vem desmoralizando a produção de tabaco, bem como as transformações no ambiente que geram o ambiente de incerteza ao qual está inserida a fumiicultura atualmente. Então, no segundo e terceiro capítulo apresentou-se as operações críticas mobilizadas pelos atores envolvidos na situação problemática atual. No segundo capítulo, identificou-se a rede

de atores de desmoralização do tabaco, a qual é mobilizada pelas discussões da Organização Mundial da Saúde que deu origem a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Os dispositivos críticos dessa rede referem-se a denúncias em relação ao trabalho infantil, à relação de dependência e de exploração dos agricultores ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco, bem como às questões relativas ao desmatamento e contaminação do ambiente pela utilização de agrotóxicos, os prejuízos à saúde humana, seja dos consumidores, seja dos produtores de tabaco e o não desenvolvimento das regiões e famílias produtoras. As denúncias estão fundamentadas nas grandezas do desenvolvimento rural, da sustentabilidade, da agricultura familiar e da saúde pública em detrimento da desmoralização do tabaco, dos agrotóxicos e do Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Essas operações ocorrem por meio de ações midiáticas, de pressão aos órgãos governamentais, ao Ministério Público, as quais são direcionadas às empresas fumageiras e ao actante tabaco. Ancorados nas análises de Boeira (2002), observou-se que a rede de desmoralização do tabaco atua de forma fragmentada, apesar da unidade em torno da CQCT, tornando-se frágil diante do Sistema de Produção de Tabaco, tendo em vista seu caráter reformista dos pontos em que cada ator julga injusto.

Ainda fundamentado no primeiro objetivo, o terceiro capítulo apresentou as críticas que chamamos de internas ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco, as quais emergem dos mundos e das experiências vivenciadas pelos agricultores familiares fumicultores, que denunciam o que consideram desestimulante desse modo de vida. As críticas foram identificadas a partir das entrevistas com os agricultores fumicultores, os quais expressaram o trabalho penoso (principalmente relacionado ao calor), os prejuízos a saúde pela utilização dos agrotóxicos, as inseguranças estabelecidas tanto pela fragilidade do tabaco diante das intempéries, quanto pelas incertezas quanto ao preço de comercialização nas relações de negociação com as empresas, bem como a falta de apoio governamental como elementos das denúncias. Ao estabelecer a correlação entre as críticas da rede antitabaco e dos agricultores fumicultores, observou-se que há descontinuidades nas gramáticas, as quais provocam o distanciamento de atores que poderiam trabalhar conjuntamente em contrariedade às ações das empresas fumageiras, visto que um dos principais atores que a rede antitabaco busca proteger com esse movimento é o agricultor familiar. Destaca-se, que as diferentes interpretações sobre desenvolvimento, sobre a grandeza do tabaco, dentre outros, são as descontinuidades que promovem o distanciamento das redes críticas e a aproximação dos agricultores fumicultores com as empresas fumageiras, invertendo as alianças.

O quarto capítulo responde ao que foi proposto no segundo objetivo específico, qual seja de verificar, a partir do momento metapragmático de justificações em resposta às críticas, quais as instituições que sustentam a fumicultura no Rio Grande do Sul. Para responder a esse objetivo, as narrativas de justificação dos agricultores familiares fumicultores foram compiladas com vistas a identificar quais as interpretações eram compartilhadas por todos e, assim, compreender quais os sentidos da produção de tabaco para os agricultores familiares. Com isso, identificou-se que as famílias utilizaram-se da lógica tradicional de vinculação com o tabaco, sendo os conhecimentos construídos ou, muitas vezes, herdados dos seus antepassados, que remete a uma relação afetiva e de rotinização que corresponde, em muitos casos, a toda a vida dos agricultores. Além disso, as famílias compartilham a interpretação de que, nas pequenas áreas de terra, as quais são caracterizadas como áreas dobradas, não têm outra produção que resulte em maior lucratividade que a produção de tabaco. Para construir essa gramática, os agricultores recorrem a outros produtos, normalmente relacionados a cadeias produtivas estruturas, que são desqualificados como lucrativos nas condições das propriedades. Por fim, há um respeito ao desenvolvimento das propriedades e dos municípios fumicultores que é recorrido como forma de justificar que o tabaco trouxe a melhoria das suas condições de vida e, dessa forma, respondem às críticas que chegam até eles por diferentes mecanismos. Como um dos principais resultados desta análise, observou-se que as instituições não são acionadas separadamente, sendo interligadas em forma do que chamamos de uma rede institucional, pois quando uma das interpretações é questionada, as outras são acionadas como fundamento para dizer que são esses argumentos que justificam a produção de tabaco para essas famílias.

Por fim, diante desse emaranhado de críticas e justificações, buscamos analisar se esses movimentos, aliados a processos de transformações no ambiente, promoveram mudanças ou reafirmação da cadeia produtiva do tabaco. Essa análise fundamentou-se em um conjunto de ferramentas que possibilitou entender as mudanças como forma de emergir novas interpretações e condutas que levem novos contornos da realidade da fumicultura e dos agricultores familiares envolvidos. Diante disso, apresentou-se, no quinto capítulo, as ações da rede em defesa do tabaco, sob a coordenação da ABIFUMO, no sentido de responder às críticas à cadeia produtiva do tabaco e, assim, requalificá-lo em prol da sua continuidade. Com essa análise, observou-se que as empresas fumageiras promoveram algumas transformações, principalmente no nível semântico, no sentido indicado pelos movimentos de crítica, bem como, buscando responder às novas exigências do mercado consumidor. Assim, a rede em defesa do tabaco vem promovendo ações de conscientização com relação ao trabalho

infantil e ao desmatamento, criando alianças com órgãos governamentais e internacionais no sentido de criar programas de educação ambiental e apoio à educação pública, investimentos em pesquisa para a busca por maior eficiência energética, diminuição da utilização de agrotóxicos, criação do fumo orgânico e de vestimentas apropriadas para os agricultores, fundamentando as suas ações nos sistemas peritos, os quais também são acionados para reivindicar a cadeia produtiva do tabaco como a que menos utiliza agrotóxicos na agricultura convencional. Além disso, atuam na criação de operações midiáticas no sentido de promover a cadeia produtiva do tabaco como geradora de desenvolvimento, bem como diversificada, fato que é estimulado pelas empresas sendo o tabaco como um dos produtos da diversificação. Ainda, promovem a formação dos agricultores para a gestão da propriedade, o incentivo à mecanização da produção e a busca pela promoção do tabaco brasileiro como o setor que segue todas as orientações governamentais.

Dessa forma, compreende-se, fundamentados em Zimmermann (2009) e Boeira (2002), que as empresas fumageiras, como parte de uma rede articulada e coordenada pela ABIFUMO, com foco na requalificação do tabaco diante de todos os atores críticos e o mercado consumidor, transformou as ameaças em oportunidades de requalificação da cadeia produtiva do tabaco. A partir de algumas transformações nas relações e sob diferentes dispositivos de qualificação, a rede conseguiu responder às críticas de forma a reafirmar a realidade da fumicultura, conformada pelas instituições que a sustentam. Assim, o desenvolvimento, a lucratividade e a tradicionalidade, são constantemente acionados, a partir de algumas adequações dos atores ao contexto atual, sem afetar os contornos da realidade.

Esse processo de reafirmação institucional é visualizado, também, entre um grupo de agricultores categorizados na análise das famílias produtoras de tabaco. Diante disso, identificou-se um grupo de famílias agricultoras que vêm conduzindo as suas atividades no sentido das transformações exigidas pelas empresas, no que se refere à qualidade do tabaco, às questões ambientais e de trabalho infantil, bem como de gestão da propriedade. Observou-se que essas famílias reafirmam as instituições que sustentam a fumicultura, somadas à narrativa de que os preços pagos pelos produtos são satisfatórios e quando não o são, referem-se aos anos de crise no mercado internacional ou de intempéries na propriedade. Indícios para a estimativa de que a cadeia produtiva do tabaco seguirá o caminho de outros sistemas integrados de produção no sentido de apostar e qualificar os agricultores mais “aptos”, para a obtenção de matéria prima de qualidade e que sejam cada vez mais protegidas das instâncias de críticas, respondendo também, às novas exigências do mercado consumidor e, assim, diminuindo o número de produtores sem muitos prejuízos para a quantidade demandada.

É nesse cenário que uma das principais preocupações para o desenvolvimento rural, recai sobre o futuro das famílias produtoras de tabaco e, assim, como parte do quarto objetivo específico, identificaram-se processos de mudança de interpretação e conduta das famílias produtoras de tabaco, ao mesmo tempo em que um dos grupos categorizados rumo em direção a não mudança e a manutenção da realidade atual. Ao contrário das famílias que estão investindo e seguindo as indicações das empresas, bem como, das famílias que mudaram as suas interpretações em relação ao tabaco, um grupo de agricultores familiares mantêm-se justificando a produção de tabaco como a mais rentável e a única possibilidade de sobrevivência e de desenvolvimento das suas propriedades, mesmo com os descontentamentos e as críticas em relação ao SIPT, as quais são estendidas à agricultura de maneira geral. Esse grupo, portanto, pretende dar continuidade à produção até a aposentadoria ou ao fim dos compromissos financeiros ou, ainda, a aquisição de mais terras que permitam abandonar a produção de tabaco que, nas condições atuais, continua sendo a melhor escolha na percepção desses agricultores.

Por outro lado, foram analisadas famílias que foram compreendidas como promotoras de processos de mudança institucional na medida em que vão deixando para trás as interpretações que destacam a grandeza do tabaco no sentido da lucratividade, do desenvolvimento e da tradicionalidade. Respeitando e acionando essas lógicas como justificativas, os agricultores dessas categorias, relacionam essas instituições ao passado quando as confrontam com as suas críticas em relação ao trabalho, aos agrotóxicos e aos atuais custos de produção e preços do tabaco. Para melhor analisar essas mudanças, os agricultores foram categorizados em três grupos que condizem com diferentes trajetórias de vidas.

Primeiramente, destacam-se dois grupos de produtores que mudaram suas interpretações e condutas em relação ao tabaco, conduzindo suas trajetórias e escolhas no sentido da diversificação proposta pelos programas governamentais. Ou seja, mudaram as interpretações que impossibilitavam a produção de hortigranjeiros e outras atividades como gado de corte, gado de leite, agroindústrias, etc., como forma de sobrevivência e desenvolvimento das suas propriedades. Um dos grupos optou por outras estratégias produtivas ao ponto de, atualmente, não produzirem mais o tabaco. Enquanto o outro grupo, apesar de já ter construído novas interpretações que dão sentido as suas realidades, ainda não se desvincularam do tabaco por não se sentirem seguros com as outras atividades ou ainda não terem encontrado uma atividade que considerem viável para a propriedade. Destaca-se que, os processos das famílias que abandonaram o tabaco ocorreram de forma individual, não tendo

muito apoio de entidades governamentais ou políticas públicas. Entretanto, no segundo grupo, já se observa maior atuação das entidades de assistência técnica por meio de políticas públicas, mesmo que os agricultores ainda reivindicam maior apoio governamental para o processo de mudança, principalmente fundamentados na desburocratização das atividades, no acesso a tecnologias para a pequena produção, na obtenção de recursos de investimento a fundo perdido para o início de uma nova atividade, no auxílio à construção de mercados e na diminuição dos custos de produção.

Esse último, também é acionado como reivindicação do último grupo de agricultores que foi, por nós, categorizado como promotores de mudanças institucionais na medida em que vem deixando no passado as justificações que sustentam a produção de tabaco, relegando como elemento das suas histórias. Esse grupo, ainda está vinculado à produção de tabaco, a qual, principalmente com os jovens sucessores, tem seus dias contados, dando mais atenção à diversificação da propriedade, mas principalmente à substituição do tabaco como atividade principal para a produção de soja. Essa trajetória, segundo eles, é condizente com as políticas governamentais de incentivo à cadeia produtiva de soja, seja pela facilidade de obtenção de financiamentos para a aquisição de maquinários e o custeio da lavoura, seja pelos preços atrativos do mercado e a crescente demanda de exportação.

Com isso, identificou-se a heterogeneidade de trajetórias de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco, compostas por diferentes interpretações e condutas que conformam as suas realidades. É importante salientar que, envoltos na mesma situação problemática, os agricultores familiares reagem de forma heterogênea às reflexões críticas e aos estímulos do ambiente, o que demonstra não só a diversidade dos produtores de tabaco, mas das formas familiares de produção.

Ao analisar as famílias produtoras de tabaco, Freitas (2015) salienta a existência de uma diversidade entre os agricultores familiares de acordo com o grau de diversificação que deve ser levado em consideração na criação de políticas públicas. Nesse sentido e sob outro olhar, compreendemos que a consideração deve ser dada a heterogeneidade de trajetórias de vida que estabeleceu diferentes relações com o tabaco e que, assim, demonstram as diferentes interpretações e condutas dos agricultores, as quais orientam as suas vidas, as suas decisões, bem como, as mudanças nessas orientações, as quais, conforme foi exposto, são heterogêneas. Ao buscar compreender e transformar a realidade torna-se frutífero olhar a maneira como os atores compreendem as suas realidades e, assim, como no processo de interação ocorrem as mudanças para diferentes trajetórias de vida, as quais não dependem de um único fator, mas estão imbricadas em relações complexas entre os diferentes atores, objetos e seres.

Aciona-se, aqui, o olhar sobre as políticas públicas na medida em que as ações governamentais estão constantemente imbricadas nessa situação problemática de forma ambígua. Fato que abre espaço para as respostas reformistas das empresas fumageiras e, ao mesmo tempo, não propõe de forma efetiva, ações de auxílio aos agricultores fumicultores, nem mesmo aos que já possuem um direcionamento para mudanças de interpretação em relação ao tabaco. Diante do que se apresenta como uma mudança na conduta das empresas fumageiras como forma de manutenção da cadeia produtiva do tabaco, no sentido de diminuir o número de produtores em busca dos mais qualificados para as novas exigências, muitos produtores de tabaco, não direcionados para essa conduta, estarão excluídos dessa cadeia produtiva, necessitando encontrar novas maneiras de sobreviver no meio rural. É nesse ponto que se torna frutífero para os processos de desenvolvimento rural, que a academia e as instâncias governamentais compreendam a realidade a partir de como os atores interpretam as suas realidades, mudando as suas estratégias heterogêneas e desconexas que vêm promovendo o distanciamento e a descrença do agricultor com relação ao governo, mas aproximando as gramáticas e, assim, compreendendo as reais necessidades dos agricultores familiares.

Ao final, cabe destacar que o processo de doutoramento e elaboração dessa tese, construída a partir da interação dos meus mundos com os mundos de meus orientadores e com as instâncias que confirmam a realidade da academia e dos diversos atores que foram entrevistados e analisados, bem como a possibilidade de interagir com outros acadêmicos, pesquisadores e agricultores familiares, inclusive produtores de tabaco, da França e da Itália em meu estágio de doutorado sanduíche, permitiu, responder às indagações que emergiram ao longo da minha trajetória de pesquisa no mestrado e, posteriormente, nos espaços em que atuei com ensino, extensão e pesquisa enquanto professora do Instituto Federal Farroupilha. Esse processo é maior do que essa tese na medida em que se constituiu como um período privilegiado de oxigenação das questões que envolvem a atuação profissional nessas regiões. Além disso, não menos importante, a tese busca trazer um olhar que pode ser considerado diferente para a fumiicultura, bem como para as pesquisas em ciências sociais, na medida em que atenta mais para os atores como construtores das suas realidades a partir das suas interpretações e menos para a construção de entendimentos que trarão a solução para o rural, pensada na academia de forma externa aos atores. No universo ainda em construção do debate sobre mudança e de como analisar a mudança nas Ciências Sociais, considera-se que essa tese constitui um exercício a partir de uma pesquisa empírica de aprofundar as ferramentas existentes e em processo de aprimoramento para a análise da mudança social.

Assim, como fruto desse período, as respostas aqui apresentadas são acompanhadas de mais questionamentos e pontos que podem e devem ser melhor trabalhados. No que tange à fumicultura, o futuro ainda incerto da produção de tabaco pode ser melhor investigado pelo acompanhamento das ações das empresas fumageiras e das instâncias governamentais. A partir da análise das ações das empresas fumageiras, observou-se que há um direcionamento para a segmentação dos produtores de tabaco. Nesse sentido, e a partir dos altos investimentos na produção em larga escala no nordeste brasileiro, acompanhado dos investimentos das empresas em espaços de processamentos do tabaco nessas regiões, ao mesmo tempo em que são altos os investimentos nas indústrias do Rio Grande do Sul, desenha-se um futuro que merece ser acompanhado cientificamente. Diante disso, como ficarão os agricultores familiares, principalmente se as instâncias governamentais não propuserem ações mais concretas de auxílio aos processos de mudança produtiva? Daqui a 30 anos, um estudo nesses moldes pode ser interessante para verificar as mudanças nesse período.

REFERÊNCIAS

- ABIFUMO. Ambiente. **A preservação do meio ambiente e a geração de recursos naturais renováveis**. 2016. (Folheto de orientação técnica). Disponível em: <<http://www.abifumo.org.br/teste/posi/pop/meio.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **A Anvisa e o Controle dos Produtos Derivados do Tabaco**. Brasília: Anvisa, 2014. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/106510/106594/A+Anvisa+e+o+Controle+dos+Produtos+Derivados+do+Tabaco/4af73983-9d76-4af4-93c0-e35f153a18a7>>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- AGROLINK. **Tabaco é produto gaúcho mais exportado de 2012**. 2013. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/noticias/tabaco-e-o-produto-gaucha-mais-exportado-de-2012_166454.html>. Acesso em 10 nov. 2016.
- ALMEIDA, G. G. **Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.
- ANDRADE, M. M. **Racionalidade limitada entre agricultores familiares produtores de tabaco no Vale do Rio Pardo/RS**. 2014. 179f. Mestrado (Dissertação em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE FUMO EM FOLHA NO RIO GRANDE DO SUL – AFUBRA. Notícias. Institucional. **Trabalho infantil é tema de treinamento**. 2012. Publicado em: 24 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/noticias/3046/trabalho-infantil-e-tema-de-treinamento.html>>. Acesso em 3 nov. 2016.
- _____. **A Afubra**. 2016. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- _____. **Programa de incentivo à diversificação é lançado durante a Expoagro Afubra**. 2014. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/projeto-da-philip-morris-para-plantio-de-eucalipto-amplia-area/>>. Acesso em 20 nov. 2016.
- BEDIN, M. A. Fumo: mecanização da colheita ameaça pequeno produtor. **AgroLink**, 26 fev. 2014. Disponível em: <http://agrolink.com.br/culturas/milho/noticia/fumo--mecanizacao-da-colheita-ameaca-pequeno-produtor_192163.html>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- BELING, R. O Brasil jamais iria proibir o tabaco, diz Sávio Pereira. **Portal do Tabaco**, 10 mar. 2015. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/o-brasil-jamais-iria-proibir-o-tabaco-diz-savio-pereira/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- BOEIRA, S. L. **Atrás da cutirna de fumaça: Tabaco, tabagismo e meio ambiente estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Univale, 2002

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

BOLTANSKI, L. **De la critique**: Précis de sociologie de l'émancipation. Paris: Gallimard NRF Essais, 2009.

BOLTANSKI, L. **Della Critica**: compendio di sociologia dell'émancipazione. Torino: Dubbio & Speranza, 2014

BOLTANSKI, L. Nécessité et justification. **Revue économique**, v. 53, n. 2, p. 275-289, ago. 2002.

BOLTANSKI, L. **On Critique**: A Sociology of Emancipation (translated by Gregory Elliot), Cambridge: Polity, 2011.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestionária. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, p. 441-463, nov. 2013.

BOLTANSKI, L.. CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991. (Collection NRF Essais)

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On Justification**: economies of worth. New Jersey: Princeton university press, 2006.

BONATO, A. **Conjuntura**: Fumo/A fumicultura e a Convenção-Quadro Desafios para a Diversificação. Curitiba: DESER, 2009.

BONATO, A. et al. **Tabaco**: da produção ao consumo. Uma cadeia da dependência. Curitiba: DESER: Aliança de Controle do Tabagismo (ALCT), 2010. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco-Elabora%C3%A7%C3%A3oDeser-ACT.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Resolução n. 2833**. Documento normativo revogado pela Resolução 2879, de 08/08/2001. Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 2001. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2833_v2_L.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Decreto de 1º de agosto de 2003**. Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9944.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 178, de 1999**. Aprova os textos da Convenção n. 182 e da Recomendação n. 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das

Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua eliminação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1999/decretolegislativo-178-14-dezembro-1999-370760-convencao-1-pl.html>>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto N° 3.597, de 12 de setembro de 2000**. Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto N° 1.012 de 2005**. Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2005/decretolegislativo-1012-27-outubro-2005-539059-convencao-quadro-36837-pl.html>>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto N° 1946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto n° 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9944.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Lei N° 10.167, de 27 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10167.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Lei N° 9.294, de 15 e julho e 1996**. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4° do art. 220 da Constituição Federal. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9294.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agenda Estratégica 2010-2015 - Tabaco**. Brasília: MAPA, 2011. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/tabaco/agenda-estrategica.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHES, Y. **Acting in an Uncertain World: An Essay on Technical Democracy**. London: The MIT Press, 2009.

CHAABAN, J. Determinants and likely evolution of global tobacco leaf demand. In: LEPPAN, Wardie; LECOURS, Natacha; BUCKLES, Daniel. **Tobacco Control and Tobacco Farming: Separating Myth from Reality**. London: Amthem, 2014. p. 13-27.

CONTERATO, M. A. Tabaco, Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar: uma análise comparativa entre regiões fumicultoras e não fumicultoras no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO – CQCT. **Preâmbulo**. 2003. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee/Conven%C3%A7%C3%A3o-Quadro+para+o+Controle+do+Tabaco+em+portugu%C3%AAs.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CORRÊA, D. S. De Luc Boltanski, De la Critique: Précis de Sociologie de l'émancipation. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 589-600, set./dez. 2010.

COSTA, C. G. Imigração Alemã e fumicultura: a colônia de Santa Cruz (RS) no período imperial Brasileiro. **Spartacus** (Revista Eletrônica dos Discentes de História), Santa Cruz do Sul, p. 1-19, 2010.

CULTIVO de fumo pode causar riscos à saúde de agricultores, diz estudo. **G1**, 07 jan. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2014/01/cultivo-de-fumo-pode-causar-riscos-saude-de-agricultores-diz-estudo.html>>. Acesso em 10 mar. 2017.

DEQUECH, D. Instituições e a Relação entre Economia e Sociologia. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 599-619, jul./set. 2011.

DESER. **Cadeia Produtiva do Fumo**: Boletim especial Deser – ACT. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=151>. Acesso em 20 nov. 2016.

DODIER, N. Agir em diversos mundos. In: CARVALHO, M.C.B (Org.). **Teorias da ação em Debate**. São Paulo: Cortez, 1993.

EBERHARD, A. Projeto da FETRAF-SUL/CUT e CAPA é modelo de diversificação da produção para outros países. **FetraF-Sul**. Publicado em 03 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/siteantigo/index.php?option=com_content&view=article&id=2675:projeto-da-fetraf-sulcut-e-cap-a-modelo-para-paises&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=104>. Acesso em 10 nov. 2016.

EDITORA GAZETA. **Cresce o uso de práticas conservacionistas na fumicultura**. 2016. Disponível em: <<http://www.editoragazeta.com.br/cresce-o-uso-de-praticas-conservacionistas-na-fumicultura/>>. Acesso em 10 mar. 2017.

ETGES, V. E. (Org.). **Impacto da Cultura do Tabaco no Ecossistema e na Saúde Humana**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001.

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência**: os camponeses gauchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991

EYMARD-DUVERNAY, F. Conventionalist approaches to enterprise. In: FAVEREAU, O.; LAZEGA, E. **Conventions and structures in economic organizations: markets, networks and hierarchies**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. p. 60-78.

EYMARD-DUVERNAY, F. La qualification des produits. In: SALAIS, R.; THÉVENOT, L. (Org.). **Le travail. Marchés, règles, conventions**. Paris: INSEE-Economica, 1986.

FALK, J. W. et al. Suicídio e Doença Mental em Venâncio Aires – RS: Consequências do uso de agrotóxicos organofosforados? **Relatório Preliminar de Pesquisa**. 1996. Disponível em: <galileu.globo.com/edic/133/agro2.doc>. Acesso em: 23 de fev. de 2016.

FAOSTAT. **Banco de dados**. World unmanufactured tobacco production, world annual unmanufactured tobacco producer price per tonne in U.S. dollars; 1970-2013. 2017. Disponível em: <http://faostat3.fao.org>. Acesso em 24 nov. 2016.

FAVEREAU, O. Marchés internes, marchés externes. **Revue économique**, Paris, v. 40, n. 2, p. 273- 328, dez. 1989.

FERNANDEZ, S. M.; MIGUEL, L. de A.; WAGNER, S. A. Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários da Encosta da Serra de Santa Cruz do Sul/ RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008, Franca/SP. **Anais...** Franca: Centro Universitário de Franca Uni-FACEF, 2008.

FERREIRA, M. A. F. Os produtores de fumo da Bacia do Rio Pardo: o cotidiano subalterno e a difícil mudança. In: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (Org.). **A produção de tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 142-169.

FETAG. **FETAG defende projeto de desenvolvimento à criança**. 2016. Disponível em: <http://www.fetags.org.br/site/noticias.php?id=2456>. Acesso em 10 nov. 2016.

FETAG. **Fetag retoma discussões sobre trabalho infantil**. 2009. Disponível em: <http://www.fetags.org.br/site/noticias.php?id=461>. Acesso em 10 nov. 2016.

FETRAF-SUL. Projeto da FETRAF-SUL/CUT e CAPA é modelo de diversificação da produção para outros países. **FETRAF-SUL**, 2013. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/siteantigo/index.php?option=com_content&view=article&id=2675:projeto-da-fetrafsulcut-e-capa-e-modelo-para-paises&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=104>. Acesso em 3 mai. 2016.

FREGONA, F. Fumageira na mira do Ministério Público do Trabalho. **ACT+**. 2008. Disponível em: <http://actbr.org.br/comunicacao/noticias-conteudo.asp?cod=658>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

FREITAS, T. **A Diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações: por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FREITAS, T. D. A diversidade da agricultura familiar produtora de tabaco e a homogeneidade do Programa Nacional de Diversificação: uma política para quem?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 4, v. 1, p. 43-69, abr. 2016.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G.; SARTORELLI, A. Os meios e as condições de vida no espaço rural: o caso das famílias produtoras de tabaco em Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR). **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 20, n. 3, supl., p. 138 - 162, set./dez. 2015.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CHEFE do executivo prestigia testes de máquina colhedeira de fumo. **Gazeta de Itaiópolis**, 09 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.clickriomafra.com.br/portal/noticias/itaiopolis/?p=5208>>. Acesso em 12 de julho de 2016.

ENTREGA nos galpões divide cadeia do fumo. **Gazeta do Sul**, Fumicultura, 05 ago. 2015. Disponível em: <http://gaz.com.br/conteudos/regional/2015/08/05/54435-entrega_nos_galpoes_divide_cadeia_do_fumo.html.php>. Acesso em 10 nov. 2016.

GIRARDI, G. A última colheita: pesquisa aponta relação entre uso de agrotóxico e alto número de suicídios. **Galileu**, fev. 2007. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT351671-1719-1,00.html>>. Acesso em: 23 de fev. de 2016.

GLASENAPP, S. **As instituições na trajetória das transformações produtivas e organizacionais das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul (RS)**. 2016. 251f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

EXPORTAÇÃO de tabaco do Brasil ultrapassa US\$ 2 bilhões em 2016. **Globo Rural**, Agricultura, 19 jan. 2017. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/01/exportacao-de-tabaco-do-brasil-ultrapassa-us-2-bilhoes-em-2016.html>>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HILSINGER, R. **O território do tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da convenção quadro para o controle do tabaco**. 2016. 223f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HODGSON, G. M. A evolução das instituições: Uma agenda para pesquisa teórica futura. **Econômica**, v. 3; n. 1, p. 97-125. jun. 2001.

HODGSON, G. M. Generalizing darwinism to social evolution: some early attempts. **Journal of Economic Issues**, Salisbery, v. 34, n. 4, p. 899-914, dec. 2005.

HODGSON, G. M. Institutional Economics: surveying the old and the new. **Metroeconomica**, Malden, v. 44, n. 1, p. 1-28, feb. 1993.

HODGSON, G. M. Institutions and individuals: interaction and evolution. **Organization Studies**, v. 8, n. 1, p. 95-116, jan. 2007.

HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 22, n. 4, p. 415-431, dez. 1998.

HODGSON, G. M. **The evolution of institutional economics**: agency, structure and Darwinism an American institutionalism. New York: Routledge, 2004.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 40, n. 1, p.1-25, mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. 2014. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

INSTITUTO CRESCER LEGAL. **Sobre o Instituto**. 2016?. Disponível em: <<http://www.crescerlegal.com.br/sobre-o-instituto/>>. Acesso em 10 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA. **Conceito**. 2017. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa-nacional-controle-tabagismo/tabagismo>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA. **INCA revela que 37% dos casos de câncer do País previstos para esse ano são relacionados ao tabagismo**. 2012. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2012/inca_revela_que_37_por_cento_dos_casos_de_cancer_do_pais_previstos_para_esse_ano_sao_relacionados_ao_tabagismo>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

JAPAN TOBACCO INTERNATIONAL – JTI. Página Rural. Agricultura. Tabaco. **RS: JTI destaca investimento na produção de tabaco orgânico no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/209498/jti-destaca-investimento-na-producao-de-tabaco-organico-no-brasil>>. Acesso em 20 nov. 2016.

JTI. RS. **JTI inaugura nova unidade de compra e investe em mecanização da colheita de tabaco**. 2015. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/213023/jti-inaugura-nova-unidade-de-compra-e-investe-em-mecanizacao-da-colheita-de-tabaco>>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

LATOURE, B. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del Actor-Red. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LIMA, R. G. de. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 190-225, 2007.

LOBO, E. A.; RATHKE, F. S.; BRENTANO, D. M. Ecotoxicologia aplicada: o caso dos produtores de tabaco da bacia hidrográfica do Rio Pardinho, RS, Brasil. In: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. **A produção do tabaco**: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul, RS. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2006. p. 41-224.

MARIN, J. O. B. et al. O Problema do Trabalho Infantil na Agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo - RS. **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 763-786, out./dez. 2012.

MARIN, J. O. B.; VENDRUSCOLO, R. Infância e trabalho nas unidades de produção familiar In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010.

MARTINS, H. Produção de fumo pode causar riscos à saúde do agricultor. **Globo Rural**, 01 jun. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/06/producao-de-fumo-pode-causar-riscos-saude-do-agricultor.html>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

MENDES, L. et al. **Anuário brasileiro do tabaco 2015**. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2015. 128 p.

MILHORANCE, F. Produtores de Tabaco enfrentam doenças físicas e psíquicas no RS. **O Globo**, 03 ago. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/produtores-de-tabaco-enfrentam-doencas-fisicas-psiquicas-no-rs-13473703>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Projetos Especiais. 2016. PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do Programa Nacional de Diversificação em Lavouras Cultivadas com Tabaco (PNDACT). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-projetosespeciais/programa-nacional-de-diversifica%C3%A7%C3%A3o-em-%C3%A1reas-cultivadas-com-tabaco>>. Acesso em 10 nov. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (Brasil). **Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela**. 2007. Disponível em: <<http://actbr.org.br/pdfs/acao-procuradoria.pdf>>. Acesso em: 16 de fev. 2016.

MONTEIRO, M. Setor aguarda certificação que deve valorizar tabaco brasileiro no Exterior. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 jan. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2015/01/setor-aguarda-certificacao-que-deve-valorizar-tabaco-brasileiro-no-exterior-4688635.html>>. Acesso em: 16 de fev. 2016.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES- MPA. **Camponeses enfrentam transnacionais do tabaco no Rio Grande do Sul**. 2012. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/2546-camponeses-enfrentam-transnacionais-do-tabaco-no-rio-grande-do-sul>>. Acesso em 17>. Acesso em 10 nov. 2015.

NACHI, M. **Justice et compromis. Eléments de sociologie morale et politique**. Liège, Belgique: Les Editions de l'Université de Liège, 2006.

NASCIMENTO, R. SindiTabaco realiza debate sobre trabalho infantil em Santa Cruz. Publicado em 08 de julho de 2013. **O Informativo do Vale**, 2013. Disponível em: <<http://www.informativo.com.br/site/noticia/visualizar/id/40028/?SindiTabaco-realiza-debate-sobre-trabalho-infantil-em-Santa-Cruz.html>>. Acesso em 12 nov. 2016.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NIEDERLE, P. A. Economia das Convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 439-470, dez. 2013.

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO - OPNCT. Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - CONICQ. **Produção de fumo e seus derivados**. 2017. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/producao_fumo>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Parceria da OIT combate trabalho infantil no cultivo de tabaco do Rio Grande do Sul**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/parceria-da-oit-combate-trabalho-infantil-no-cultivo-de-tabaco-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TABACO – OIT. **Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**. 2000. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/518>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**, 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

ORLÉAN, A. Pour une approche cognitive des conventions économiques. **Revue économique**, Paris, v. 40, n. 2, p. 241-272, Marc. 1989.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e Agroindústria**: Consensos e dissensos. Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PERES, J. Por trás de cada cigarro, fumicultura esconde violações ambientais e de direitos. **Rede Brasil Atual**. 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/05/por-tras-de-cada-cigarro-dezenas-de-violacoes>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

PERONDI, M.; SCHNEIDER, S; BONATO, A. A. Metodologia para Avaliar a diversificação da Produção em Áreas Cultivadas do Tabaco. 2008. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, n. 46., Rio Branco, 2008. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PORTAL DO TABACO. **Brasil exporta mais de US\$ 2 bilhões em tabaco no último ano.** Publicado em 19 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/brasil-exporta-mais-de-us-2-bilhoes-em-tabaco-no-ultimo-ano/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PORTAL DO TABACO. **Projeto da Philip Morris para plantio de eucalipto amplia área.** Publicado em 23 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/projeto-da-philip-morris-para-plantio-de-eucalipto-amplia-area/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

RAMBO, A. et al., Analisando a diversificação dos meios de vida de agricultores familiares produtores de tabaco: um estudo de caso no município de Arroio do Tigre/ RS. 2013. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., Belém/PA. **Anais...** Belém/PA: SOBER, 2013. p. 1-21.

REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS.** 2011. 261f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

REDIN, E.; MARIN, J. O. B. Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, v. 19, n. 31, p.159-194, fev. 2014.

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, E. A. Diversificação agrícola em localidade rural do Sul do Brasil: reflexões e alternativas de cumprimento da Convenção-Quadro para o controle do tabaco. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 183-207, 2014

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, E. A. Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública** [online], v. 32, n. 12, p. 1-10, dez. 2016.

RUDNICKI, C. P. S. **As relações de Confiança no Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil.** 2012. 181f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RUDNICKI, C. P. S.; GUERIN, Y. S. As mediações na trajetória de vida dos agricultores do tabaco no Rio Grande do Sul. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 1, jan./mar. 2014.

RUDNICKI, C. P. S.; WAQUIL, P. D.; AGNE, C. L. As diferentes faces da confiança na produção do tabaco no Rio Grande do Sul, Brasil: A relação dos agricultores com os orientadores técnicos agrícolas. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 224-241, maio/ago. 2014.

RUTHERFORD, M. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 22, n. 4, p. 463-477, july 1998.

SALAI, R. L'analyse économique des conventions du travail. **Revue économique**, Paris, n. 40, v. 2, 1989, p. 199-240.

SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 19, n. 4, p. 569-590, Aug. 1995.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. **Produção do fumo orgânico, uma experiência que deu certo em Santa Terezinha**. 2015. Disponível em: <<http://www.scrural.sc.gov.br/?p=8497>>. Acesso em 10 nov. 2016.

SANTOS, M. Projeto prevê a classificação do tabaco nas propriedades dos agricultores e no ato da aquisição. 2015. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/298907/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em 20 nov. 2016.

SCHEIBLER, J. L. **A emergência de fóruns reguladores globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco**. 2006. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHENEIDER, S.; PERONDI, M. A.; GREGOLIN, A. Referências para o desenvolvimento de alternativas economicamente viáveis à produção de tabaco e à diversificação dos meios de vida dos agricultores. Portal da Cidadania, **Redes Temáticas de ATER: Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <<portal.mda.gov.br/o/2924728>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

SCHNEIDER, S. Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo de tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco. **Relatório**. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Porto Alegre: OMS (Organização Mundial da Saúde), 2010.

SCHNEIDER, S.; LIBARDONI, P. J.; PANDOLFO, G. C. As características da produção e o perfil dos produtores de tabaco no Brasil análise com base no Censo Agropecuário 2006. In: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. v. 1, p. 39-59.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-50.

SCHÜNKE, I. Tabaco: momento para diversificar. **A Granja**, n. 795, 2015. Disponível em: <<http://www.edcentaurus.com.br/materias/granja.php?id=6766>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SILVA, L. X. A cadeia agroindustrial de fumos claros do sul do Brasil e a “Convenção-Quadro para o controle do Tabaco”: estratégias e perspectivas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., Rio Branco/AC. **Anais...** Rio Branco/AC: SOBER, 2008. p. 1-21.

SILVA, L. X. **Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. 287f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVA, L. X.; LIBARDONI, P.; FARIAS, G. S. **Relatório de Pesquisa do Ipea - Março – 2013**. Descrição e análise do perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumo em folha no Sul e no Nordeste do Brasil: um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006. Brasília, 2013. (Relatório de Pesquisa) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=17302>. Acesso em: 2 fev. 2016.

SILVA, V. L. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 289-323, out. 2010.

SIMIONI, F. J. et al., Produção de lenha de eucalipto para energia: o desafio do pequeno produtor fumicultor de Santa Cruz do Sul/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53., João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: SOBER, 2015. p. 1-18. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1032263/1/2015J.MauroSOBERProducao.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2016.

SINDITABACO. **Estatísticas e Infográficos**. 2015. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas-e-infograficos/>>. Acesso em 10 fev. 2016.

SINDITABACO. **Home**. 2016. Blumenau/SC. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/>>. Acesso em 10 nov. 2016.

SINDITABACO. Tabaco no Sul do Brasil: tradição e renda. **Relatório sobre o tabaco no Sul do Brasil**. 2013. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2013/03/12620_2013_arquivo_pdf_relatorio_tabaco_sul_brasil_2013.pdf>. Acesso em 15 out. 2016.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003, p. 225- 254.

THÉVENOT, L. **Conventions économiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1986. (Cahiers du Centre d'Etudes de l'Emploi).

TRABALHO infantil na agricultura familiar. **Arise**. 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_432861.pdf>. Acesso em 3 nov. 2016.

TRAPÉ, A. Z.; BOTEGA, N. J. Inquérito de morbidade auto-referida e exposição a agrotóxicos. In: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (Org.). **A produção de tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 2006. p. 116-141.

TREICHEL, M. Tabaco orgânico muda paradigmas no campo. **Portal do Tabaco**. 2014. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/tabaco-organico-muda-paradigmas-no-campo/>>. Acesso em 13 dez. 2016.

UBA, D. **Agricultores Familiares e diversificação em áreas de cultivo de tabaco**: o caso de Monte Castelo/SC. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação: análise comparativa da viabilidade. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 8., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPECSUL, 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/10.pdf>>. Acesso em: março de 2014.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEIGA, J. E. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, A.C. **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002.

VILLEVAL, M. C. Une théorie économique des institutions?. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (Org.). **Théorie de la régulation. L'État des savoirs**. Paris: La découverte, 1995.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul- RS (1849-1993)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WACHOLZ, L. Projeto de lei regulamenta o mercado de tabaco. **Folha do Mate**: parceria com a comunidade. 2015. Disponível em: <<http://www.folhadomate.com/noticias/geral15/projeto-de-lei-regulamenta-o-mercado-de-tabaco>>. Acesso em 10 nov. 2016.

WILKINSON, J. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares - algumas considerações iniciais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.64-80, 1999.

ZIMMERMANN, M. **Convenção-Quadro para o controle do tabaco**: perspectivas da fumicultura na região sul do Brasil. 2009. 236f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) - Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGRICULTORES
FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR**

Pesquisadora: Doutoranda Rafaela Vendruscolo
Orientador: Paulo Dabdab Waquil - Coorientador: José Carlos dos Anjos

Bloco 01: Caracterização sócio-cultural da família

1. Nome do(s) entrevistados (s):
2. Município:
3. Localidade:

4.Relação com o(a) entrevistado (a).	5.Mora na propriedade?	6. Idade	7. Gênero	8.Estado civil	9.Escolaridade							P G
					NI E	EF (inc.)	EF (comp)	EM (inc)	EM (comp)	ES (inc)	ES (comp)	
	(1)S (2)N		(1) M (2) F	(1)Solteiro(a) (2) casado(a)/mora junto (3)Separado/divorcia do(a) (4)viúvo(a)	0	1	2	3	4	5	6	7
	(1)S (2)N		(1) M (2) F	(1)Solteiro(a) (2) casado(a)/mora junto (3)Separado/divorcia do(a) (4)viúvo(a)	0	1	2	3	4	5	6	7
	(1) S (2) N		(1) M (2) F	(1)Solteiro(a) (2) casado(a)/mora junto (3)Separado/divorcia do(a) (4)viúvo(a)	0	1	2	3	4	5	6	7
	(1) S (2) N		(1) M (2) F	(1)Solteiro(a) (2) casado(a)/mora junto (3)Separado/divorcia do(a) (4)viúvo(a)	0	1	2	3	4	5	6	7
	(1) S (2) N		(1) M (2) F	(1)Solteiro(a) (2) casado(a)/mora junto (3)Separado/divorcia do(a) (4)viúvo(a)	0	1	2	3	4	5	6	7

10. Origem étnica da família: () portuguesa () italiana () alemã () negra () indígena () espanhola () outra. Qual?

11. Religião: () catolicismo - católica () protestantismo – luterana () evangélica neopentecostal () religiões afro-brasileiras () outra. Especificar:

Bloco 02: Caracterização da propriedade

12. Com relação à propriedade da terra, o(a) senhor(a) é....

(1) proprietário (2) arrendatário (3) meeiro/parceiro (4) outro. Qual?.....

Quantos hectares têm a sua propriedade?

13. Área própria | |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_|

14. Área arrendada | |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_|

15. Quantos hectares o(a) senhor(a) cultiva no total da produção agrícola e pecuária? |_| |_| |_| |_| |_| |_|

* não somente com fumo, mas também outras culturas/atividades

16. Quantos hectares de área de preservação? |_| |_| |_| |_| |_| |_|

17. Produtos cultivados ou produção animal	18. Destino?	19. Onde comercializa?	20. Quantos hectares?	21. Quantidade produzida?	22. Porcentagem na renda total líquida?
	(1) Autoconsumo (2) comercialização		(1) Área Própria: _____ (2) Área terceiros: _____		
	(1) Autoconsumo (2) comercialização		(1) Área Própria: _____ (2) Área terceiros: _____		
	(1) Autoconsumo (2) comercialização		(1) Área Própria: _____ (2) Área terceiros: _____		
	(1) Autoconsumo (2) comercialização		(1) Área Própria: _____ (2) Área terceiros: _____		
	(1) Autoconsumo (2) comercialização		(1) Área Própria: _____ (2) Área terceiros: _____		
	(1) Autoconsumo (2) comercialização		(1) Área Própria: _____ (2) Área terceiros: _____		
	(1) Autoconsumo (2) comercialização		(1) Área Própria: _____ (2) Área terceiros: _____		

23. Qual foi, aproximadamente, a receita total da sua família, no último ano agrícola incluindo todas as atividades agrícola, pecuária e agroindustrial? [Se o produtor souber responder apenas anual, anote o valor, depois divida por 12 e marque a alternativa correspondente].

Anual: _____

- (1) menos de 400 reais (6) de 3.501 a 5.000 reais
 (2) de 401 a 900 reais (7) de 5.001 a 8.000 reais
 (3) de 901 a 1.600 reais (8) mais de 8.000 reais
 (4) de 1.601 a 2.000 reais (9) NS/NR
 (5) de 2.001 a 3.500 reais

24. Descontando tudo o que o senhor gasta, quanto sobrou no último ano agrícola?

- (1) Menos de 5.000 reais (4) De 20.001 a 30.000 reais
 (2) De 5.001 a 12.000 reais (5) Mais de 30.000 reais
 (3) De 12.001 a 20.000 reais (6) NS/NR

25. A família possui mais alguma fonte de renda? Quantos(as)? Qual a porcentagem da renda família?

- () Aposentadoria _____
 () Bolsa Família _____
 () Trabalho Assalariado _____
 () Outro _____

26. Quais dos seguintes bens para a produção agrícola o(a) senhor(a) possui?

- (1) Trator (4) Trilhadeira de grão (7) Arado de tração animal
 (2) Arado de trator (5) Junta de tração animal (8) Estufa de fumo
 (3) Reboque de trator (6) Carroça de tração animal

27. Quais dos seguintes bens de consumo o(a) senhor(a) possui?

- (1) Carro (4) Telefone Celular
 (2) Moto (5) Computador
 (3) Televisão (6) Acesso à internet

28. O(a) senhor(a) contrata trabalhadores fora da família?

- (1) Sim. Quantas pessoas? ____ () Temporária () Permanente
 (2) Não

Bloco 03: Trajetória da família na agricultura

29. Desde que ano trabalha na agricultura? Seus pais trabalhavam nesta área também? Conte-me um pouco sobre a sua família e a relação com o rural/agricultura?

30. O que vocês produziram ao longo da vida? Por que começaram? Por que pararam?

31. Quem decide o que plantar, onde comercializar, etc?

32. Como vocês se sentem morando no rural? E trabalhando na agricultura?

33. Onde ou com quem aprenderam a cultivar, tomar decisões, onde comercializar, como gerenciar a propriedade? (família, cursos, projetos, vizinhos, etc).

34. O que mudou na vida de vocês ao longo dos anos?

35. Conte-me o que mudou com relação às seguintes questões:

- Tecnologia:
- Trabalho na agricultura:
- Consumo/ Acesso a comprar:
- Relação com o governo:
- Endividamento:
- Lucratividade:
- Comercialização dos produtos:

Bloco 04: Relação com Políticas Públicas e entidades:

36. Vocês buscaram financiamento de algum banco ou empresa ao longo dos anos? Que tipo? Para que? Com que frequência acessam?

37. Vocês conhecem os seguintes programas governamentais? Como tiveram informação? Já acessaram algum? O que mudou desde que tiveram acesso?

- Pronaf:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar:

- Programa de Aquisição de Alimentos:

- Programa Mais Alimento:

- Programa de Diversificação Produtiva em áreas cultivadas com Tabaco:

38. O que foi exigido de vocês para que pudessem acessar a(s) política(s) pública(s)? Vocês adotaram mudanças na produção em decorrência das exigências de políticas públicas? Se sim, quais?

39. Quais entidades são importantes na vida de vocês? Vocês têm ajuda de alguém?

40. Qual a importância das seguintes entidades na vida de vocês? No que elas ajudam vocês? O que mudou ao longo de tempo:

- Emater- RS:

- Empresa Fumageira:

- AFUBRA:

- STR:

- MPA:

- prefeitura:

- universidade/IF:

- Associação:

- Cooperativa:

41. Vocês já participaram de palestras, eventos, cursos de capacitação? Quais? O que mudou, contribuiu?

42. O que essas entidades falam da produção de fumo?

Bloco 05: Em relação à produção de tabaco (principalmente se não mencionaram muito a produção de tabaco anteriormente)?

43. O que representa o fumo na vida de vocês?

44. Por que decidiram começar a produzir fumo?

45. Como vocês se sentem trabalhando com o fumo hoje? Ou como se sentem tendo abandonado o fumo?
 46. Quais os benefícios de produzir fumo?
 47. O que tem de ruim em produzir fumo?
 48. Melhorou ou piorou a produção de fumo ao longo dos anos? O que mudou?
 49. As empresas fumageiras influenciam na vida da família? Como?
 50. Os instrutores das empresas influenciaram ou influenciam nas suas vidas? De que forma?
 51. Como são feitos os contratos com as empresas? Vocês lêem? Conhecem as regras? Como/ Quais são?
 52. Como é feita a venda do fumo? Vocês vão junto negociar o preço com as empresas?
 53. Vocês já ouviram falar no fumo orgânico? O que pensam? Já plantaram ou plantariam?
 54. Vocês já tiveram algum problema de saúde na família? Este(s) problema(s) está(ão) relacionado(s) ao fumo?
-

Bloco 06: Críticas em relação à produção de tabaco

55. Vocês já ouviram alguma crítica em relação ao fumo? Quais?
 56. Vocês já ouviram falar na Convenção-Quadro para o controle do tabaco? Como? O Que pensam?
 57. Vocês já ouviram falar que vão proibir de produzir fumo? Ou que o fumo acabará? Como? O que pensam?
 58. Vocês já participaram de alguma reunião ou movimento sobre o fumo? O que aconteceu?
 59. Vocês já ouviram dizer que a produção de tabaco causa doenças nos produtores? Como?
 60. Vocês já pararam ou pensaram em parar de produzir fumo? Por quê?
 61. Quais atividades vocês fizeram ou pensaram em fazer? Onde comercializar?
 62. Por que não pararam de produzir? Ou por que voltaram a produzir?
-

Bloco 07: Em relação ao desenvolvimento e à diversificação.

63. Vocês consideram sua propriedade desenvolvida? Por quê?
 64. Sua propriedade já foi mais desenvolvida?
 65. O que seria necessário para ela ser mais desenvolvida?
 66. Vocês consideram a diversificação importante? Por quê?
 67. Vocês consideram que a sua propriedade é diversificada? Por quê?
 68. Sua propriedade já foi mais diversificada?
 69. O que seria necessário para diversificar mais?
 70. O que seria necessário para vocês pararem de produzir fumo?
 71. O que seus vizinhos falam sobre parar ou continuar com o fumo? Reclamam? Alguém está mudando? Vocês trocam informações?
-

Bloco 08: Motivação e planejamento para o futuro

72. Como vocês imaginam a propriedade e a família de vocês daqui a 10 anos?
73. Como vocês pensam a atividade para os próximos 10 anos? Você(s) pensa(m) em continuar, aumentar/diminuir/deixar a produção de tabaco?
74. Vocês acreditam que as próximas gerações (filhos, netos) darão continuidade à produção de tabaco que desenvolvem? Por quê? Caso positivo, acha(m) que eles tem ideias diferentes para a atividade, quais?
75. Quais as suas necessidades para o futuro? Que tipo de atividade, política pública, assistência, regra, etc. vocês acham que seria importante?
76. Como seria a propriedade dos seus sonhos?
77. O que vocês desejam hoje?
78. Como vocês gostariam de estar daqui a 10 anos?
79. Como vocês acham que estará a comunidade daqui 10 anos? Como vocês gostariam que ela estivesse?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA GERAL PARA AS ENTIDADES OU DEMAIS ATORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR

Pesquisadora: Doutoranda Rafaela Vendruscolo

Orientador: Paulo Dabdab Waquil - Coorientador: José Carlos dos Anjos

Roteiro de entrevista com entidades:

Bloco 01: Trajetória da entidade

1. Como a entidade começou?

Bloco 02: Trajetória da fumicultura

2. Como a trajetória da entidade se relaciona a trajetória da fumicultura no Brasil?
3. Qual sua opinião sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul?
4. O que o fumo representa para a entidade?
5. O que o fumo significa para vocês?
6. O que vocês acham que o fumo significa para os produtores?

Bloco 03: Benefícios e crítica

7. Quais os benefícios da fumicultura?
8. Quais os malefícios da fumicultura?
9. O que significa diversificação para você? Vocês apóiam a diversificação?
10. Qual sua opinião sobre a Convenção-Quadro para o controle do tabaco?
11. Como a entidade se posiciona e vem atuando nas discussões em torno da CQCT?
12. Qual a sua opinião e como a entidade atua com relação à Política de diversificação em áreas cultivadas com tabaco e demais ações do governo brasileiro?
13. Quais as necessidades dos agricultores fumicultores que chegam até vocês?
14. Quais as críticas dos agricultores fumicultores que chegam até vocês? Com relação ao fumo, comércio, saúde, etc.
15. Como é a relação de vocês com os agricultores familiares fumicultores?
16. Que tipos de atividades vocês vêm desenvolvendo com essas famílias?
17. Como é a relação com as empresas fumageiras? E com o governo? E com outras entidades?

Bloco 04: Mudanças na fumicultura

18. A entidade mudou a forma como compreende o fumo?
19. Você acha que houve mudanças na fumicultura desde a criação da entidade? Quais? Épocas?
20. Houve mudanças na relação entre a entidade e os agricultores produtores de tabaco? E com as empresas fumageiras? E com os governos?
21. A entidade mudou a compreensão e atuação com a diversificação ao longo dos anos?

Bloco 05: perspectivas e motivações futuras

22. Quais as perspectivas para a fumicultura para o futuro?
23. Como ficarão as empresas fumageiras?
24. Quais as perspectivas para a entidade?
25. Quais as perspectivas para os agricultores fumicultores?
26. Por que você acha que os agricultores não param de produzir fumo?
27. Você acha que as propriedades que vocês trabalham são diversificadas? Já foram mais?
28. Por que vocês acham que os produtores não diversificam ou por que diversificam?
29. Que tipo de política ou ação seria necessária para os agricultores que vocês conhecem? Assim eles parariam de produzir tabaco?
30. E qual o sentido para o desenvolvimento para vocês? Isso mudou ao longo do tempo?
31. Você acha o rural aqui desenvolvido? Por quê?
32. O que seria necessário para desenvolver mais?

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA AFUBRA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR**

Pesquisadora: Doutoranda Rafaela Vendruscolo

Orientador: Paulo Dabdab Waquil - Coorientador: José Carlos dos Anjos

Entidade: AFUBRA

1. Como e por que a AFUBRA foi criada?
2. Como a trajetória da AFUBRA se relaciona a trajetória da fumicultura no Brasil?
3. Qual sua opinião sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul?
4. O que o fumo representa para a AFUBRA? E para você?
5. Em sua opinião, o que o fumo significa para os produtores rurais?
6. Quais os benefícios da fumicultura?
7. Quais os malefícios da fumicultura?
8. O que significa diversificação para a AFUBRA? Vocês apóiam a diversificação?
9. Qual sua opinião sobre a Convenção-Quadro para o controle do tabaco (CQCT)?
10. Como a AFUBRA se posiciona e vem atuando nas discussões em torno da CQCT?
11. Qual a sua opinião e como a entidade atua com relação à Política de diversificação em áreas cultivadas com tabaco e demais ações do governo brasileiro?
12. Como é a relação de vocês com os agricultores familiares fumicultores?
13. Quais as críticas dos agricultores fumicultores que chegam até vocês? (Com relação ao fumo, comércio, saúde, etc).
14. Quais as necessidades dos agricultores fumicultores que chegam até vocês?
15. Que tipos de atividades vocês vêm desenvolvendo com essas famílias?
16. Como é a relação com as empresas fumageiras? E com o governo? E com outras entidades?
17. A entidade mudou a forma como compreende o fumo, ao longo de sua existência?
18. Houve mudanças na fumicultura desde a criação da entidade? Quais? Em que épocas?
19. Houve mudanças na relação entre a entidade e os agricultores produtores de fumo? E com as empresas fumageiras? E com os governos? Quais? Por quê?

20. A entidade mudou a compreensão e atuação com a diversificação ao longo dos anos?
21. Em sua opinião, quais as perspectivas da fumicultura para o futuro?
22. Em sua opinião, como ficarão as empresas fumageiras?
23. Em sua opinião, quais as perspectivas para a entidade?
24. Em sua opinião, quais as perspectivas para os agricultores fumicultores?
25. Quais as motivações para que os agricultores cultivem o fumo, na opinião de vocês? Por que eles não abandonam a produção?
26. Você acha que as propriedades que vocês trabalham são diversificadas? Já foram mais diversificadas em outras épocas? Quais? Por quê?
27. Por que vocês acham que os produtores não diversificam ou por que diversificam?
28. Que tipo de política ou ação seria necessária para os agricultores que vocês conhecem? Assim eles parariam de produzir fumo?
29. Em sua opinião, qual o significado de desenvolvimento? Isso mudou ao longo do tempo?
30. Você acha que as propriedades de fumicultores são desenvolvidas? O que seria necessário para desenvolver mais?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA EMATER-RS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR

Pesquisadora: Doutoranda Rafaela Vendruscolo
Orientador: Paulo Dabdab Waquil - Coorientador: José Carlos dos Anjos

Entidade: EMATER

1. Como e por que a EMATER foi criada?
2. Como a trajetória da EMATER se relaciona a trajetória da fumicultura no Brasil?
3. Qual sua opinião sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul?
4. O que o fumo representa para a EMATER? E para você?
5. Em sua opinião, o que o fumo significa para os produtores rurais?
6. Quais os benefícios da fumicultura?
7. Quais os malefícios da fumicultura?
8. O que significa diversificação para a EMATER? Vocês apóiam a diversificação?
9. Qual sua opinião sobre a Convenção-Quadro para o controle do tabaco (CQCT)?
10. Como a EMATER se posiciona e vem atuando nas discussões em torno da CQCT?
11. Qual a sua opinião e como a entidade atua com relação à Política de diversificação em áreas cultivadas com tabaco e demais ações do governo brasileiro?
12. Como é a relação de vocês com os agricultores familiares fumicultores?
13. Quais as críticas dos agricultores fumicultores que chegam até vocês? (Com relação ao fumo, comércio, saúde, etc).
14. Quais as necessidades dos agricultores fumicultores que chegam até vocês?
15. Que tipos de atividades vocês vêm desenvolvendo com essas famílias?
16. Como é a relação com as empresas fumageiras? E com o governo? E com outras entidades?
17. A entidade mudou a forma como compreende o fumo, ao longo de sua existência?
18. Houve mudanças na fumicultura desde a criação da entidade? Quais? Em que épocas?
19. Houve mudanças na relação entre a entidade e os agricultores produtores de fumo? E com as empresas fumageiras? E com os governos? Quais? Por quê?
20. A entidade mudou a compreensão e atuação com a diversificação ao longo dos anos?
21. Em sua opinião, quais as perspectivas da fumicultura para o futuro?
22. Em sua opinião, como ficarão as empresas fumageiras?
23. Em sua opinião, quais as perspectivas para a entidade?

24. Em sua opinião, quais as perspectivas para os agricultores fumicultores?
25. Quais as motivações para que os agricultores cultivem o fumo, na opinião de vocês? Por que eles não abandonam a produção?
26. Você acha que as propriedades que vocês trabalham são diversificadas? Já foram mais diversificadas em outras épocas? Quais? Por quê?
27. Por que vocês acham que os produtores não diversificam ou por que diversificam?
28. Que tipo de política ou ação seria necessária para os agricultores que vocês conhecem? Assim eles parariam de produzir fumo?
29. Em sua opinião, qual o significado de desenvolvimento? Isso mudou ao longo do tempo?
30. Você acha que as propriedades de fumicultores são desenvolvidas? O que seria necessário para desenvolver mais?

Sobre o PROGRAMA de DIVERSIFICAÇÃO

- Qual a atuação da Emater Central, desde quando?
- Onde?
- Como vem sendo desenvolvido?
- Resultados?
- Perspectivas futuras?
- Demais dados.

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ORIENTADORES TÉCNICOS DAS EMPRESAS FUMAGEIRAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR

Pesquisadora: Doutoranda Rafaela Vendruscolo

Orientador: Paulo Dabdab Waquil - Coorientador: José Carlos dos Anjos

Entidade: Orientadores Técnicos

1. Há quanto tempo trabalha como Orientador Técnico? Sempre na mesma empresa? Como começou?
2. Qual conhecimento você tinha sobre tabaco quando começou? Como aprendeu? Por que você teve interesse em trabalhar como orientador técnico?
3. Por que você acha que foi selecionado para trabalhar como orientador técnico? Quais qualificações precisavam?
4. Qual a sua atuação na empresa? Quais ações são promovidas?
5. Houve mudanças na relação entre a entidade e os agricultores produtores de fumo?
6. Qual sua opinião sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul?
7. Houve mudança na fumicultura desde a criação da empresa? Quais?
8. O que o fumo representa para o município? Como ele começou a ser produzido no município?
9. Quais os benefícios da fumicultura? Quais os malefícios da fumicultura?
10. Em sua opinião, o que o fumo significa para os produtores rurais?
11. Vocês incentivam a diversificação? Como? Quais as ações?
12. Você acha que as propriedades que vocês trabalham são diversificadas? Já foram mais diversificadas em outras épocas? Quais? Por quê?
13. Por que vocês acham que os produtores não diversificam ou por que diversificam?
14. A entidade mudou a compreensão e atuação com a diversificação ao longo dos anos?
15. Qual a sua opinião e como a empresa atua com relação à Política de diversificação em áreas cultivadas com tabaco e demais ações do governo brasileiro?
16. Qual sua opinião sobre a Convenção-Quadro para o controle do tabaco (CQCT)?
17. Como vocês se posicionam e vêm atuando nas discussões em torno da CQCT?
18. Os agricultores têm conhecimento sobre essa discussão? CQCT?
19. Quais as críticas dos agricultores fumicultores que chegam até vocês? (Com relação ao fumo, comércio, saúde, etc).
20. Quais as necessidades dos agricultores fumicultores que chegam até vocês?
21. Quais as motivações para que os agricultores cultivem o fumo, na opinião de vocês? Por que eles não abandonam a produção?
22. Que tipo de política ou ação seria necessária para os agricultores que vocês conhecem? Assim eles parariam de produzir fumo?
23. Como é a relação de vocês com outras entidades? Emater, STR, AFUBRA, prefeitura. Houve mudanças?
24. Mudou alguma coisa desde que você começou a atuar como Orientador Técnico? Ações?
25. Vocês vêm incentivando o aumento ou a diminuição da produção? Vêm procurando novos produtores?
26. Em sua opinião, quais as perspectivas da fumicultura para o futuro?

27. Em sua opinião, como ficarão as empresas fumageiras?
28. Em sua opinião, quais as perspectivas para os agricultores fumicultores?
29. Em sua opinião, qual o significado de desenvolvimento? Isso mudou ao longo do tempo?
30. Você acha que as propriedades de fumicultores são desenvolvidas? O que seria necessário para desenvolver mais?
31. Como são realizados os contratos com os agricultores? Eles lêem? Mudaram ao longo do tempo?
32. Como vocês atuam com os desvios para outras empresas ou para intermediários? Isso ocorre?
33. Você acha que a produção de tabaco acabará aqui no município ou no país em algum momento? Por que?
34. A empresa compra apenas dos produtores ou também dos intermediários?